JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai 4
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 5
Consorcio Público de Saúde Vale do Teles Pires 6
Prefeitura Municipal de Acorizal 6
Prefeitura Municipal de Água Boa 7
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 8
Prefeitura Municipal de Alto Garças 8
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 10
Prefeitura Municipal de Araguaiana 11
Prefeitura Municipal de Arenápolis 11
Prefeitura Municipal de Aripuanã 11
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 11
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 26
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 54
Prefeitura Municipal de Cáceres 57
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 65
Prefeitura Municipal de Campo Verde 67
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 69
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 70
Prefeitura Municipal de Canarana 71
Prefeitura Municipal de Carlinda 74
Prefeitura Municipal de Castanheira 74
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 79
Prefeitura Municipal de Cláudia 80
Prefeitura Municipal de Colíder 81
Prefeitura Municipal de Colniza 82
Prefeitura Municipal de Comodoro 88
Prefeitura Municipal de Confresa 89
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 89
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 89
Prefeitura Municipal de Curvelândia 90
Prefeitura Municipal de Diamantino 90
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 92
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 92
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 92
Prefeitura Municipal de General Carneiro 94
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 100
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 100
Prefeitura Municipal de Indiavaí 100
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 100
Prefeitura Municipal de Itanhangá 101
Prefeitura Municipal de Jaciara 101
Prefeitura Municipal de Jauru 104
Prefeitura Municipal de Juara 107
Prefeitura Municipal de Juruena 115
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 116
Prefeitura Municipal de Marcelândia 117
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 117
Prefeitura Municipal de Nobres 118
Prefeitura Municipal de Nortelândia 124
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 125

Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 133
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 143
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 143
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 144
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 146
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 146
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 147
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 147
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 148
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 148
Prefeitura Municipal de Paranatinga 154
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 157
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 158
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 163
Prefeitura Municipal de Poconé 165
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 166
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 166
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 169
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 171
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 171
Prefeitura Municipal de Poxoréu 175
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 178
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 179
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 180
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 181
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 184
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 185
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 185
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 187
Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger 206
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 208
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 271
Prefeitura Municipal de São José do Povo 283
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 302
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 303
Prefeitura Municipal de Sinop 304
Prefeitura Municipal de Tabaporã 305
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 310
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 311
Prefeitura Municipal de Tesouro 312
Prefeitura Municipal de União do Sul 312
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 314
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 325
Prefeitura Municipal de Vila Rica 326

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL ALTO DO RIO PARAGUAI

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 03/2017

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA 03/2017

Aos nove dias do mês de maio de dois mil e dezessete (09/05/2017), o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, AMBIENTAL E TURÍSTICO DO ALTO DO RIO PARAGUAI**, CNPJ: 07.898.631/0001-19, reuniram-se na sede do Consórcio Intermunicipal, na cidade de Arenápolis-MT. Aberto os trabalhos pelo Presidente João Braga Neto, foram chamados a presença os seguintes partícipes consorciados: Sr(a). DIANE VIEIRA VASCONCELOS ALVES; Município de Arenápolis – Sr. JOSÉ MAURO FIGUEIREDO; Município de Barra do Bugres – Sr. RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO; Município de Campo Novo do Parecis – RAFAEL MACHADO; Município de Denise – Sr.(a) ELIANE LINS DA SILVA; Município de Diamantino – Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA; Município de Nortelândia, - Sr. JOSIMAR JOSÉ FERNANDES; Município de Nova Marilândia – Sr. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA, Município de Nova Maringá – Sr. JOAO BRAGA NETO; Município de Nova Olímpia – Sr. JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE; Município de Porto Estrela – Sr. EUGÊNIO PELACHIM; Município de São José do Rio Claro – Sr. VALDOMIRO LACHOVICZ; Município de Tangará da Serra – Sr. FABIO MARTINS JUNQUEIRA, Município de Santo Afonso JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, para atender a convocação. O Presidente João Braga Neto, no uso de suas atribuições, e em conformidade com o Artigo 18º da Ata de Constituição, convocou essa Assembleia Geral Extraordinária, afim de deliberar sobre o seguinte tema: a) Alteração do CNPJ do Consórcio Intermunicipal Alto do Rio Paraguai que consta na Ata da Assembleia Geral Ordinária 01/2017, visto constar no CNPJ digitado na referida ata um número a mais, podendo gerar problemas de cadastramento. Aberta à sessão, foi constatada a presença do *quórum* mínimo exigido pelo Artigo 15º, sendo assim, convidou a todos para dar início à sessão, e passaram a deliberar da necessidade de alterar o número do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas que foi digitado de maneira incorreta na Ata da Assembleia Geral Ordinária 01/2017 onde consta o CNPJ 07.898.6321/001-19 quando o número de inscrição correto é o CNPJ 07.898.631/0001-19. **Tão logo constatado o equívoco na digitação do CNPJ na Ata originária, em que constava o CNPJ 07.898.6321/0001-19, passou-se a votação, onde foi aprovado a UNANIMIDADE pelos presentes a RETIFICAÇÃO da Ata da Assembleia Geral Ordinária 01/2017, que passará a constar com o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas 07.898.631/0001-19**. Encerrando-se a presente sessão, o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Alto do Rio Paraguai, Sr. **JOÃO BRAGA NETO**, despediu-se agradecendo a todos, e nada mais havendo a tratar, deu por encerrada esta assembleia geral extraordinária, e coube a mim, Marcio Goliczeski, na condição de Secretário Executivo do consórcio, lavrar esta ata, que após lida, foi aprovada e assinada por todos os partícipes consorciados presentes.

Arenápolis-MT, 09 de maio de 2017.

_____

ALTO PARAGUAI – CNPJ: 03.648.532/0001-28, com endereço na Rua Tiradentes, 40, representado neste ato por sua Prefeita Municipal, Sr. DIANE VIEIRA VASCONCELOS ALVES

_____

ARENÁPOLIS – CNPJ: 24977.654/0001-38, com endereço na Rua Prefeito Caio, nº 642 – Vila Nova, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

_____

BARRA DO BUGRES – CNPJ: 03.507.522/0001-72, com endereço na Praça Ângelo Masson, nº 1.000 – Centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO;

_____

CAMPO NOVO DOS PARECIS – CNPJ 24.772.287/0001-36 com endereço na Av. Mato Grosso, nº 50 – centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. RAFAEL MACHADO.

_____

DENISE – CNPJ: 03.953.718/0001-90 – com endereço na Praça Brasília, nº 111, representado neste ato por sua Prefeita Municipal, Sr. ELIANE LINS DA SILVA.

_____

DIAMANTINO – CNPJ: 03.648.540/0001-74 – com endereço na Av. Des. Joaquim M.F. Mendes, nº 2.341, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA.

_____

NOVA MARILÂNDIA – CNPJ 37.464.989/0001-02 - com endereço na Av. Tiradentes , nº 329 – centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JUVENAL ALEXANDRE DA SILVA

_____

NOVA MARINGÁ – CNPJ 37.464.831/0001-24 - com endereço na Av. Amós Bernardino Zanchet, nº 931 – centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOÃO BRAGA NETO

_____

NOVA OLÍMPIA – CNPJ 03.238.920/0001-30 - com endereço na Av. Mato Grosso, nº 175 – centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE.

_____

PORTO ESTRELA – CNPJ 24.740.268/0001-28 com endereço na Av. Jose Antonio Farias, nº 2.035, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. EUGÊNIO PELACHIM

_____

SÃO JOSÉ DO RIO CLARO – CNPJ 15.024.037/0001-27 - com endereço na Rua Paraíba, nº 365, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, Sr. VALDOMIRO LACHIVICZ.

_____

SANTO AFONSO - CNPJ 37.464.161/0001-46, com endereço na Rua Pedro Álvares Cabral, nº 155, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

_____

NORTELÂNDIA – CNPJ 03.425.170/0001-06, com endereço na Avenida João Macaúba, nº 1.140, Centro, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal, JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº.09/2017

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal. **Contratada:** Amós Medeiros dos Santos – Sociedade Individual de Advocacia; CNPJ – nº 27.309.544/0001-96 como sede e Travessa Izidio Targa s/n em Lambari D'Oeste - MT , neste ato representada pelo seu sócio administrador Sr. **AMÓS MEDEIROS DOS SANTOS** residente e domiciliado Rua: Nortelandia,nº455E, Bairro : Centro Município de Lambari D'Oeste - MT, portador da Cédula de Identidade RG Nº. 1444855-6 SSP/MT e do CPF Nº. 957.717.271-72. **Objeto:** A CONTRATADA prestará a CONTRATANTE, serviços técnicos profissionais especializados de advocacia, incluindo:I – representar a Contratante em juízo ou fora dele;II – exercer a consultoria jurídica a Contratante;III – examinar, registrar, elaborar, lavrar e fazer publicar os instrumentos jurídicos de contratos, acordos e outros ajus-

tes em que for parte a Contratada;IV – emitir parecer jurídico, quando solicitado. sobre processos administrativos do Consórcio e também sobre os processos de licenciamento ambiental demandados à unidade descentralizada de licenciamento ambiental do Consórcio;V – examinar previamente editais de licitações de interesse da Contratante;VI – prestar orientação jurídico–normativa;VII – encaminhar as informações que devam ser prestadas, desde que remetidas tempestivamente;VIII – orientar sobre a forma de cumprimento de decisões judiciais e pedidos de extensão de julgados relacionados a Contratante e;IX – outros serviços correlatos. O Valor global do presente contrato é de R$ 29.600,00 (Vinte e Nove Mil e Seiscentos Reais). O prazo para a execução dos serviços será até 31 de dezembro de 2017. São José dos Quatro Marcos – MT, aos 02 dias do mês de maio do ano de 2017. WEMERSON ADÃO PRATA Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2017

Contratante: Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal. **Contratada** a empresa: D.P.DE SOUZA COMÉRCIO DE PNEUS E BORRACHA EPP, Inscrita no CNPJ 27.711.134/0001-90 com sede na Rua Novo Mundo, S/N, bairro Novo Mundo, CEP: 78149-130,na Cidade de Várzea Grande-MT, representada por seu representante legal Sr. DIEGO PRADO DE SOUZA Portador da Cédula de Identidade RG: 1793153-3 SSP-SP, e do CPF sob Nº 025.014.071-30. **Objeto:** Contratação de empresa para fornecimento de Pneus com **Valor Total de CR$91.200,00**(noventa um mil duzentos reais) Prazo vigência ate do 12 (doze)Meses. São José dos Quatro Marcos-MT, 03 de abril de 2017. Wemerson Adão Prata – Presidente.

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE ADESÃO / CONTRATO Nº 06/2017

EXTRATO DE ADESÃO

CONTRATO Nº 006/2017

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, torna pública a **ADESÃO** ao procedimento licitatória **Pregão Presencial nº 026/2016** e ***Ata de Registro de Preço nº 072/2016***, realizada pela Prefeitura Municipal de Juína - MT, a qual objetiva a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ORTOPEDICO E MATERIAL CIRURGICO PARA ATENDER A DO HOSPITAL REGIONAL DO ARAGUAIA.**

O Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - MT contratará a empresa **MANOEL GONÇALVES DA SILVA - ME, CNPJ: 04.876.443/0001-00** com o contrato nº 006/2017 no valor estimado de **R$ 367.808,76** (trezentos sessenta e sete mil oitocentos e oito reais e setenta e seis centavos), detentora da **Ata de Registro de Preço nº 072/2016**, aderida através do procedimento acima mencionado.

A íntegra do ato de Adesão e demais documentos encontram-se nos autos, na sede do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - MT.

Fundamento legal: Regida pela lei Federal n° 10.520, de 17 de junho de 2002 e subsidiariamente pela lei Federal n° 8.666 de 21/06/93 (com alterações da lei 8883/94 e da lei n° 9.648/98).

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

São Félix do Araguaia - MT, 10 de Maio de 2016.

_____

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE CEDÊNCIA

TERMO DE CEDÊNCIA

TERMO DE CEDÊNCIA QUE ENTRE SI CELEBRA O CISA-CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA E A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT

Pelo presente Instrumento particular de **Cedência COM ÔNUS** da Servidora efetiva do CISA, em que são partes o **CISA – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA**, inscrito no CNPJ nº 04.805.882/0001-13, com sede à Av. Açaí, s/n, Jardim Pindorama, Vila Santo Antônio, neste ato representado pela sua Presidente senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, RG: 53.204.353-4 SSP/SP, CPF nº 049.351.084-28, brasileira, casada, Advogada, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada **CEDENTE**, e do outro lado **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT**, neste ato representado pela sua Prefeita Municipal senhora **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, RG: 53.204.353-4 SSP/SP, CPF nº 049.351.084-28, brasileira, casada, Advogada, residente e domiciliada nesta cidade, doravante denominada **CESSIONÁRIA**, resolvem celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - CEDÊNCIA

O presente instrumento tem por Ceder á Cessionária a funcionária **ANGELA MARTINS ADORNO**, portadora do RG 35543545-7 SSP/SP, CPF: 691.601.471-72, com cargo/função de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada no Hospital Regional do Araguaia - CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia. A funcionária ora cedida vem de encontro com as necessidades da cooperação técnica entre os dois órgãos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO LOCAL DA CEDÊNCIA DO FUNCIONÁRIO (CEDENTE E CESSIONÁRIA)

O presente Termo de Cedência titula de empréstimo para desenvolver a função de Serviços Gerais junto a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT, na qualificação e atendimento aos munícipes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência por período indeterminado.

São Félix do Araguaia-MT, 17 de Abril de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Cisa

Testemunhas:

Nome:

Cargo:

CPF:

Nome:

Cargo:

CPF:

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 23/2017

Em 02 de Maio de 2017.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **JULIETT GONÇALVES CIRQUEIRA**, lotada nesta Instituição, no Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período de 2015/2016, a partir do dia 08 a 22 de

Maio de 2017 (15 dias), devendo retornar suas atividades normais no dia 23 de Maio/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO DE FÉRIAS

Resolução nº. 22/2017

Em 02 de Maio de 2017.

São Félix do Araguaia–MT.

A Presidente do CISA-Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia-MT, dispõe sobre a concessão de Férias:

Art. 1º Conceder férias regulamentares a servidora **ROSILENE BARROS MORAIS**, lotada nesta Instituição, no Cargo de Técnico de Enfermagem, referente ao período de 2016/2017, a partir do dia 01 a 30 de Maio de 2017, devendo retornar suas atividades normais no dia 31 de Maio/2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

FATURAMENTO, LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2017

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia - CISA.

OBJETO: Contratação de 01 (um) MÉDICO ANESTESISTA para o atendimento no Hospital Regional, com período de 15 dias mensais.

ATRIBUIÇÃO: Executar anestesia para procedimentos cirúrgicos de urgência/emergência e eletiva; Disponibilidade para procedimentos anestésicos em execuções que o requeiram dentro da Unidade Hospitalar; Controlar pacientes no pós operatório quando assim for necessário e transferência, realização de visita pré anestésica e pós anestésica e tratamento das intercorrências da especialidade em pacientes internados na Unidade Hospitalar; Acompanhar pacientes em transferência quando solicitado pelo mesmo ou por necessidade do departamento; Suporte quando solicitado para consultas e procedimentos de urgência/emergência; Cumprimento das normas técnicas, funcionais e administrativas estabelecidas pela Secretaria de Executiva; A especialidade será responsável pelas divisões dos plantões quando da ausência de algum de seus membros na ocasião de férias, licenças ou problemas de saúde; Zelar pela integridade física e moral do paciente. Executar tarefas correlatas, a critério do superior imediato.

Firmado em 10/05/2017.

EMPRESA: MG 10 SERVIÇOS MEDICOS LTDA - ME

CNPJ Nº 13.678.662/0001-67

FAVORECIDA: Dra MALLY SANTS FRACCHO GUANABARINO

CPF Nº 022.330.037-30

VALOR GLOBAL: R$ 111.000,00 (cento e onze mil reais).

VIGÊNCIA: 03 Meses;

PERIODO CONTRATUAL: 10 de Maio de 2017 a 10 de Agosto de 2017.

FUNDAMENTO LEGAL: LEI Nº 8.666/1993 e a Lei 10.520/02.

São Félix do Araguaia - MT, em 10 de Maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PRESIDENTE DO CISA

CONSORCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

CREDOR: A M PAROLIN SILVA ME

DATA: 05/05/2017

OBJETO: CREDENCIAR EMPRESA PARA SERVIÇOS DE **CIRURGIAS**para atendimento da demanda dos 15 (quinze) municípios integrantes do Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires.

VIGÊNCIA: 15/01/2018

PROCESSO LICITATÓRIO: INEXIGIBILIDADE Nº 001/2015

CREDENCIAMENTO Nº 001/2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DA ATA 006/2017 CREDENCIAMENTO 001 2015

ERRATA DE PUBLICAÇÃO DE RATIFICAÇÃO DA ATA 006/2017 CREDENCIAMENTO 001 2015

O Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, por meio da Pregoeira Sra. Angélica Tamara dos Santos, **torna público** a errata de Ratificação da Ata 006/2017 CREDENCIAMENTO 001 2015 Publicado no Tribunal de Contas- MT 08/05/2017, **para futuro credenciamento das empresas que tenham interesse na prestação de serviços especializado na AREA DE SAUDE, SENDO CONSULTAS E EXAMES. O procedimento de consultas/obstetrícia foi inserido equivocadamente, pois no edital não consta este procedimento, sendo assim não terá validade para este contrato.**

ONDE SE LÊ:

OBSTETRÍCIA

FUNDAMENTO LEGAL: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98), Decreto Federal n. 5.450/05.

Sorriso-MT, 10 de maio de 2017.

Angélica Tamara dos Santos

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

DECRETO Nº 016/2017

DECRETO N° 016/2017, em 10 de maio de 2017.

"DECRETA SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE EM RAZÃO DE FALECIMENTO DE EX- SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. "

O Excelentíssimo Senhor Clodoaldo Monteiro da Silva, Prefeito Municipal de Acorizal, no uso das atribuições que lhe é conferida pela Lei Orgânica do Município, e, considerando o falecimento inesperado da ex-servidora Sra. **TEREZINHA PEDRINA DA COSTA LUNA**, ocorrido na noite de ontem: 09/05/2017;

Considerando também, que a falecida era cidadã exemplar, por muitos anos Secretária da Câmara Municipal, responsável, comprometida, tendo prestado relevantes serviços a este Município como um todo;

DECRETA:

Art. 1º. A SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE PÚBLICO DA SEDE ADMINISTRATIVA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL, NESTA

QUARTA-FEIRA, 10/05/2017, pelo falecimento da ex-servidora: **TEREZINHA PEDRINA DA COSTA LUNA**.

Parágrafo Único – O "caput" deste artigo não se aplica às demais Secretarias Municipais, especialmente os atendimentos de urgência e emergência, permanecendo o atendimento normal.

Art. 2º. Que se dê conhecimento deste Ato à família enlutada.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de maio de 2017.

_____

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ERRATA.

Contrato nº. 115/2004.

Celebrado: Município de Água Boa

Ismael de Jesus Comércio,

Modalidade: Concorrência para Alienação nº 004/2004.

Objeto: Alienação de Lote Urbano dotado de infraestrutura destinado a ocupação comercial e Industrial.

NO CONTRATO ACIMA ONDE SE LÊ:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - Este Contrato tem por objeto a Alienação de um Lote de Terreno situado na **QUADRA 01 LOTE 38**, no SETOR INDUSTRIAL EXPANSÃO, medindo 800,0 m2 (Oitocentos metros quadrados) o imóvel, destinado única e exclusivamente à instalação de Comércio Varejista de Materiais de Construção, Materiais Elétricos, Vidros, Artigos para Decoração, Prestação de Serviços de Impressão e colocação de Painéis e Letreiros Luminosos.

LEIA-SE:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 - Este Contrato tem por objeto a Alienação de um Lote de Terreno situado na **QUADRA 38 LOTE 01**, no SETOR INDUSTRIAL EXPANSÃO, medindo 800,0 m2 (Oitocentos metros quadrados) o imóvel, destinado única e exclusivamente à instalação de Comércio Varejista de Materiais de Construção, Materiais Elétricos, Vidros, Artigos para Decoração, Prestação de Serviços de Impressão e colocação de Painéis e Letreiros Luminosos.

Água Boa, 10 de Maio 2.017.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

CODEMA
LICENÇAS EMITIDAS PELO CODEMA

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental 'Médio Araguaia' – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Água Boa-MT, 10 de maio de 2017.

PROCESSO	Nº. LICENÇA	TIPO LICENÇA	RAZÃO SOCIAL	ATIVIDADE LICENCIADA	MUNICÍPIO
2942.007.047.000001/2016	043/2016	Prévia	Vae Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	043/2016	Instalação	Vae Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	035/2016	Operação	Vae Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	043/2016	Prévia CANCELADA	Vae Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	043/2016	Instalação CANCELADA	Vae Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	035/2016	Operação CANCELADA	Vae Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	001/2017	Prévia	Vale Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	001/2017	Instalação	Vale Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT
2942.007.047.000001/2016	001/2017	Operação	Vale Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos de solo	Nova Xavantina-MT

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

ERRATA:

Constatou-se erro de digitação do número das Licenças Prévia, de Instalação e de Operação, do Processo nº. 2942.007.044.0000001/2015, publicadas no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, edição nº. 2.710, de 17 de abril de 2017, assim, **onde se lê:**

2942.007.044.000001/2015	013/2015	Prévia	Prefeitura Municipal de Cocalinho	Jazida de empréstimos para obras civis públicas	Cocalinho-MT
2942.007.044.000001/2015	013/2015	Instalação	Prefeitura Municipal de Cocalinho	Jazida de empréstimos para obras civis públicas	Cocalinho-MT
2942.007.044.000001/2015	035/2016	Operação	Prefeitura Municipal de Cocalinho	Jazida de empréstimos para obras civis públicas	Cocalinho-MT

Leia-se:

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental 'Médio Araguaia' – CODEMA, em conformidade com o art. 37 da Constituição Federal de 1988, torna pública as seguintes licenças, retroativas a data da sua emissão:

Água Boa-MT, 10 de maio de 2017.

2942.007.044.000001/2015	014/2015	Prévia	Prefeitura Municipal de Cocalinho	Jazida de empréstimos para obras civis públicas	Cocalinho-MT
2942.007.044.000001/2015	014/2015	Instalação	Prefeitura Municipal de Cocalinho	Jazida de empréstimos para obras civis públicas	Cocalinho-MT
2942.007.044.000001/2015	005/2015	Operação	Prefeitura Municipal de Cocalinho	Jazida de empréstimos para obras civis públicas	Cocalinho-MT

FERNANDO GORGEN

Presidente do CODEMA

RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 018/2017.

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designada pelo Decreto 3042/2017; torna público o resultado da sessão que se realizou na data de 25/04/2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial para Registro de Preço, Menor Preço, teve como vencedor a empresa **M. A. A Bernieri Comércio, CNPJ: 00.459.394/0001-40** nos **itens 02 e 03** e o **item 01** foi **FRACASSADO.**

Água Boa, 10 de maio de 2017.

Ivania Cezira Volpi

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017

AVISO DE PUBLICAÇÃO

Alto Boa Vista – MT, 28 DE ABRIL de 2017

"O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, E, EM ESPECIAL, O ARTIGO 61, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 8.666/93"

Torna-se publico o EXTRATO DE CONTRATO Nº 014/2017, de 28 de Abril de 2017, que, para fins de direito e conhecimento público, expediu-se o presente Aviso, com Publicação em Mural Prefeitura e Câmara Municipal de Alto Boa Vista – MT:

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATADO: JOÃO MACHADO DE SOUZA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA-MT

OBJETO: Locação de 01 (um) veículo tipo caminhão e 01(um) tanque com capacidade de 10.000 l. (dez mil litros), para uso como transporte de água potável na sede do município, para suprir as necessidades dos munícipes.

DO VALOR: R$ 15.000,00 (quinze mil reais)

DO PRAZO: 03 (três) meses.

DOS RECURSOS:

10 – SECRETARIA DE MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E DES. URBANO.

001 – GABINETE DO SECRETARIO.

2040 – MANUT. ENC. COM A SEC. INFRA-ESTRUTURA E DESENV. URBANO.

3.3.90.36.00.00 – 0100 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

DATA: 28 de Abril de 2017.

ASSINAM: VALTUIR CANDIDO DA SILVA – Prefeito Municipal e JOÃO MACHADO DE SOUZA – Contratada.

VALTUIR CANDIDO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 21 DE 25 DE ABRIL DE 2017

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 65. 244,00(SESSENTA E CINCO MIL, DUZENTOS E QUARENTA E QUATRO REAIS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 65.244,00 (sessenta e cinco mil, duzentos e quarenta e quatro reais), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:**

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.055	3.3.90.32.00.00.00.00	14.000,00
2.055	3.3.90.32.00.00.00.00	39.000,00
2.056	3.3.90.3200.00.00.00	4.244,00
2.118	3.3.90.30.00.00.00.00	8.000,00
TOTAL		**65.244,00**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.056	3.3.90.30.00.00.00.00	14.000,00
2.038	3.3.90.30.00.00.00.00	20.000,00
2.039	3.3.90.30.00.00.00.00	15.000,00
2.039	3.3.90.39.00.00.00.00	4.000,00
2.039	3.3.90.39.00.00.00.00	4.244,00
2.038	3.3.90.32.00.00.00.00	8.000,00
TOTAL		**65.244,00**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 25 de abril de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 20 DE 17 DE ABRIL DE 2017

"**ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$ 232. 278,81(DUZENTOS E TRINTA E DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E OITO REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS), EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal nº 1087 de 17 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto Crédito Suplementar no valor de **R$ 232. 278,81(duzentos e trinta e dois mil, duzentos e setenta e oito reais e oitenta e um centavos), destinados ao reforço das dotações orçamentárias abaixo:**

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
2.119	3.3.90.39.00.00.00.00	30.000,00
2.039	3.1.90.04.00.00.00.00	50.000,00
2.118	3.1.90.11.00.00.00.00	80.000,00
2.118	3.1.90.13.00.00.00.00	60.000,00
2.038	3.1.90.11.00.00.00.00	12.278,81
TOTAL		**232.278,81**

Art. 2º. Para cobertura do Crédito aberto no artigo anterior, serão utilizados recursos de acordo com o art. 43, inciso III da Lei 4.320/64, resultantes de anulação parcial das dotações orçamentárias abaixo:

PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	VALOR
1.145	44.90.52.00.00.00.00	30.000,00
1.144	4.4.90.52.00.00.00.00	130.000,00
1.143	4.4.90.52.00.00.00.00	50.000,00
1.038	4.4.90.52.00.00.00.00	10.000,00
2.118	3.3.90.39.00.00.00.00	12.278,81
TOTAL		**232.278,81**

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 17 de abril de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
IMPUGNAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS – MT

RUA DOM AQUINO, Nº 346 – CENTRO – CEP: 78.770-000

IMPUGNAÇÃO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS EM TODO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO, SENDO A VARRIÇÃO, PINTURA DE MEIO-FIO, CAPINAÇÃO E PODA DE ÁRVORES, LIMPEZA DE COMUNIDADES NO INTERIOR DO MUNICÍPIO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS E ÁREAS URBANIZADAS E OPERACIONALIZAÇÃO DE DESTINO FINAL DOS RESÍDUOS DA LIMPEZA URBANA, DE ACORDO COM AS DETERMINAÇÕES E HORÁRIOS DETERMINADOS PELO DAE – DEPARTAMENTO DE ÁGUA, ESGOTO E LIMPEZA PÚBLICA DE ALTO GARÇAS

O MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS, por intermédio da PREGOEIRA DA LICITAÇÃO, consoante atribuições previstas na legislação vigente, vem informar aos interessados acerca do recebimento do Pedido de Impugnação ao Edital de Pregão Presencial nº 015/2017 – SRP, em epígrafe interposto pela empresa VETOR SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÕES LTDA., consoante disposto no art. 41, § 1º da Lei 8.666/93.

Alto Garças, 09 de Maio de 2017.

Alessandra da Silva Dias

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS - SECRETATIRA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL - PREGÃO PRESENCIAL N°014/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PREGÃO PRESENCIAL 014/2017 – RESULTADO FINAL

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS,** ESTADO DE MATO GROSSO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ 03. 133.097/0001-07, com sede administrativa na Rua Dom Aquino, nº 346, Centro, Alto Garças - MT, por meio de sua pregoeira Srª Alessandra da Silva Dias, designada pela Portaria nº 133/2017, torna público, para todos os interessados, que do julgamento do certame supracitado, cujo objeto trata-se **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE SERVIÇO DE BUFFET, COMPREENDENDO: FORNECIMENTO DE TODO O MATERIAIS DE CONSUMO NECESSÁRIO ASSIM COMO DOS EQUIPAMENTOS ADEQUADOS A EXECUÇÃO CONTRATUAL, QUER SEJAM, REFEIÇÕES INCLUINDO SOBREMESAS E BEBIDAS, TOALHAS DE MESA, COPOS EM VIDRO, PRATOS GRANDES E PEQUENOS, TALHERES, GUARDANAPOS, GARÇONS, COZINHEIROS, COPEIRO E COORDENADOR TODOS UNIFORMIZADOS,** sendo declarada vencedora do certame a licitante **MARIA LEONIR FOLLMANN,** inscrita no CNPJ 18.314.230/0001-90, com o valor total de **R$ 72.000,00 (Setenta e Dois Mil Reais).** Não havendo interposição de recurso, os objetos da licitação ficam adjudicados à classificada conforme acima mencionado. Informações mais detalhadas com a equipe de apoio e pregoeira pelo fone/fax (66) 3471-2450 E-mail: licitacaoag2017-2020@hotmail.com. Alto Garças – MT, 09 de maio de 2017. **Alessandra da Silva Dias** - Pregoeira

---

PREFFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS/SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 210 DE 08 DE MAIO DE 2017

Instaura Sindicância Investigativa e da outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas na Lei Orgânica do Município, e demais normas correlatas, e ;

CONSIDERANDO, A pendência de homologação do certame licitatório deflagrado com a publicação do Edital de Concorrência Pública 01/2016;

CONSIDERANDO, que tal feito administrativo, por seu compulsar, não se demonstra hígido, diante da manifesta inaplicabilidade da modalidade escolhida, bem como da ausência de autuação das páginas que o compõe e de assinaturas em peças importantes;

CONSIDERANDO, os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e da economicidade que norteiam administração pública, serem incompatíveis com a concepção de processo inconclusivo e falho como verificado nos autos do certame licitatório em apreço;

CONSIDERANDO, o conteúdo do ofício 139/2017 – PJAG, remetido pela douta promotora que oficia na comarca de Alto Garças, questionando, em suma, as tratativas para regularização da concessão de serviços de transporte urbano

CONSIDERANDO, o teor do Ofício nº 01/2017, remetido pela empresa J A KONRAD TRANSPORTES-ME, em resposta ao ofício 132/2017/SMA/CEZG encaminhado pela secretária de Administração deste Município, que informa o aguardo da homologação do certame licitatório deflagrado pelo edital de Concorrência Pública nº 01/2016;

R E S O L V E:

Art. 1° - Determinar a instauração de Sindicância Investigativa, para apurar possíveis irregularidades na condução do procedimento licitatório na modalidade Concorrência Pública deflagrado pelo Edital 01/2016.

Art. 2° - Para cumprimento ao disposto no artigo anterior, a Comissão sindicante será composta pelos seguintes servidores:

Ø **ODAIR CRISÓSTOMO BARBOSA** – Presidente; Ø **JULIANA QUEIROZ RIBEIRO** – Secretária; Ø **MARILENE BERGOLI TEIXEIRA** – Vogal.

Art. 3º. Deliberar que tal sindicância, por sua natureza investigativa, será célere, ocorrerá sem publicidade e não terá natureza acusatória.

Art. 4º. A Comissão, ora constituída, terá o prazo de 30 (trinta) dias, a partir da publicação desta Portaria, para concluir a apuração dos fatos e elaborar o relatório final, dando ciência à Administração Superior desta entidade.

Art. 5º. Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 6° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças – MT, em 08 de Maio de 2017.

CLAUDINEI SINGOLANO

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMADA PUBLICA 001/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e empreendedor familiar rural para atender os alunos matriculados nas redes municipais de ensino que ofertam a Educação Infantil (creche), Ensino Fundamental, Médio, Projetos e os Centros de Educação de Jovens e Adultos - CEJAS, da Rede Pública Municipal no Município de Alto Taquari– MT. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 09/06/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e 13:00min às 17:00min, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 09 de maio de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 206/2017

DECRETO Nº 206/2017

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Ivan Marion de Borba**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada ***a pedido***, do cargo de **Mãe Social**, efetiva, a Servidora **Luceni Gomes da Costa**, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 014.972.682-14.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 10 de maio de 2017.

Ivan Marion de Borba

Prefeito Municipal em exercício

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 018/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: pregão presencial para contratação de empresa para fornecimento parcelado de carga de oxigênio com fornecimento de cilindro em regime de comodato para atender o hospital municipal. Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 24/05/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e das 13:00min às 17:00min, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones (66) 3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 10 de maio de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 204/2017

DECRETO Nº 204/2017

"Dispõe sobre Exoneração do cargo de Provimento em Comissão **Coordenador de Controle de Frotas e Oficina e** Nomeia no Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento Água e Saneamento Básico** e dá outras providencias."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Ivan Marion de Borba**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerado, do Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Controle de Frotas e Oficina**, código CC- 8.150, o Senhor **EDVALDO FRANCISCO ROZA**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 592.858.771-68, nomeado através do Decreto nº 140/2017, de 03 (três) de abril de 2017.

Artigo 2º. – Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de, **Diretor do Departamento Água e Saneamento Básico**, código CC- 8.200 o Senhor **EDVALDO FRANCISCO ROZA**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº. 592.858.771-68, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº *390/2004*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 09 de maio de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL 017/2017 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: Registro de preços para futura contratação de empresa **para aquisição de material de construção para atender as secretarias do município – MT.** Abertura às 07h00min (Horário de Mato Grosso) dia 23/05/2017. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, das 07h30min às 11h30min e 13:00min às 17:00min, junto ao Pregoeiro ou pelo site: www.altotaquari.mt.gov.br, ou solicitado pelo email: licitacao@altotaquari.mt.gov.br. Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro, em horário comercial, de Segunda a Sexta através dos fones 066-3496-1448/1471 na Prefeitura Municipal de Alto Taquari. Alto Taquari – MT, 09 de maio de 2017 – Raimundo da Silva Carvalho - Pregoeiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 205/2017

DECRETO Nº 205/2017

"Dispõe sobre a nomeação de **Coordenador de Controle de Frotas e Oficina** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Ivan Marion de Borba**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeado para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Coordenador de Controle de Frotas e Oficina**, o Senhor ***ALDAIR JOSE LERMEN***, CPF/MF – 535.984.401-97, nos termos da Lei Municipal nº 517/2009.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 09 de maio de 2017.

IVAN MARION DE BORBA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DECRETO Nº 21/2017 ARAGUAIANA MT, 10 DE MAIO DE 2017

Decreto nº 21/2017 Araguaiana MT, 10 de Maio de 2017.

"Dispõe sobre Ponto Facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências"

O Srº. **Getúlio Dutra Vieira Neto**, Prefeito Municipal de Araguaiana, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas na Lei Orgânica do Município;

Considerando as comemorações em função das festividades do **31º Aniversário de Emancipação Político Administrativo do Município de ARAGUAIANA.**

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais nos dias:

11/05/2017 ***(quinta-feira),*** *no* ***Período Vespertino*****. 12/05/2017** ***(sexta-feira).***

Art. 2º - Ficam ressalvados das disposições do art. 1º os serviços emergenciais e essenciais, devendo os servidores lotados nas áreas de Saúde e de Obras obedecerem ao escalonamento determinado pelos titulares das respectivas Secretarias.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, aos 10 de Maio de 2017.

Getúlio Dutra Vieira Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DO PREGAO PRESENCIAL SRP 019.2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA MANUTENÇÃO DA FARMACIA MUNICIPAL PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DE ARENAPOLIS/MT.

Data da realização: 04/05/2017.

CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ: 03.652.030/0001-70,** no valortotal dos itens de **R$ 7. 757,59 (sete mil setecentos e cinqüenta e sete reais e cinqüenta e nove centavos),**

DELTA MED COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ: 08.835.955/0001-70,** no valor total dos itens de **R$ 24. 420,39 (vinte e quatro mil quatrocentos e vinte reais e trinta e nove centavos),**

DIMASTER – COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrita no **CNPJ: 02.520.829/0001-40,** novalortotal dos itens de **R$ 21. 484,50 (vinte e um mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinqüenta centavos),**

MOCA COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ: 03. 233.805/0001-73, no valortotal dos itens de **R$ 5.277,56 (cinco mil duzentos e setenta e sete reais e cinqüenta e seis centavos),**

RINALDI & COGO LTDA, inscrita no CNPJ: 07.269.677/0001-79, no valortotal dos itens de **R$ 19.623,75 (dezenove mil seiscentos e vinte e três reais e setenta e cinco centavos),**

FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME, inscrita no CNPJ: 03.250.803/0001-92, no valortotal dos itens de **R$ 26.260,90 (vinte e seis duzentos e sessenta reais e noventa centavos).**

Arenápolis-MT, 04 de maio de 2017**.**

REGINA LÚCIA DE SOUZA

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Aripuanã torna público para o conhecimento dos interessados, que na **INEXIGIBILIDADE nº 001/2017** para a aquisição de peças destinadas a manutenção da motoniveladora CASE 845 patrimônio nº. 17908 em atendimento a Secretaria Municipal de Infraestrutura deste Município, com base no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal, sagrou-se contratada a empresa **TORK-SUL COMERCIO DE PEÇAS E MAQUINAS LTDA - CNPJ nº 05.662.126/0001-45**, com o valor correspondente à **R$ 53. 377,28 (Cinquenta e Três Mil e Trezentos e Setenta e Sete Reais e Vinte e Oito Centavos).**A presente INEXIGIBILIDADE de licitação está fundamentada com base no art. 25, inciso I da Lei nº 8.666/93 e alterações, com amparo no art. 37, inciso XXI da Constituição Federal.

Aripuanã – MT, 10 de Maio de 2017.

Daniel Botoni

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2017

No dia 08 do mês de maio do ano de 2017, compareceram, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.563/0001-69, com sede administrativa localizada na AV. AUGUSTO LEVERGER, Nº 1410, bairro CENTRO, CEP nº. 78190-000, nesta cidade de BARÃO DE MELGAÇO/MT, representado pelo PREFEITO MUNICIPAL, o Sr. ELVIO DE SOUZA QUEIROZ inscrito no CPF sob o nº 651.105.011-49, doravante denominado GESTOR, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2017, Processo Licitatório nº 014/2017, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUINAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE

MELGAÇO-MT, MÁQUINAS, TRATORES, MOTOCICLETAS E BARCOS, ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 007/2017 - SMA. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6850	TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI	01

Empresa DETENTORA DA ATA dos itens resolve firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	**CNPJ/CPF**	**Nome do Representante**	**CPF**
TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI	**07.838.209/0001-78**	**Carlos Pinto de Magalhães**	**395.322.081-00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS E GENUINAS, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS PERTENCENTES À FROTA DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO-MT, MÁQUINAS, TRATORES, MOTOCICLETAS E BARCOS, ASSIM COMO AQUELES VEÍCULOS QUE VIEREM A SER INCORPORADOS AO PATRIMÔNIO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DESTA CONTRATAÇÃO.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com o respectivo fornecedor ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa ás licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MAIOR DESCONTO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Item	Especificações	Unid	Quantidade	Maior Desconto %
01	Peça original de primeira linha, utilizada na linha de montagem, com ou sem selo, que será utilizada em casos excepcionais e devidamente justificados, e/ou Peça genuína, com selo da montadora, com desconto sobre a tabela da concessionária ou sistema eletrônico equivalente (ambos fornecidos pela contratada)	%	800.000,00	70,35%

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço, no caso em que a peça solicitada não estiver com seu cadastro e valor referenciado na TABELA CATÁLOGO, a empresa deverá se sujeitar a média de valores de mercado, apresentadas pelo Departamento de compras de Barão de Melgaço-MT.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da lei nº 8666/93.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuadas, mediante juntada da planilha de custos, encargos e outros, alusivos á data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço Maximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo Maximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providencias seguintes:

a) Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) Convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) Estabelecer negociação com os classificados visando á manutenção dos preços registrados:

b) Permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) As propostas com novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciar;

b2) O novo preço ofertando deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente á época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila á Ata de Registro de Preços, com justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Departamento de Compras , denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (Trinta) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.5. Emitir a autorização de compra;

5.1.6. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Fornecer os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos serviços já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA: DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) O detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) O detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) Estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.2. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.3. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer as peças solicitadas, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.4. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega das peças ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.4.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.4.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.4.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.4.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.5. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.6. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.7. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer as peças, descritas na presente Ata, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.7.1. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade dos produtos entregues por ela.

7.8. Todas as despesas relativas ao fornecimento dos produtos bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos valores registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas falta leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger - MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Barão de Melgaço - MT, 08 de maio de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

Empresa vencedora:

TATIANA SIQUEIRA SANTIAGO EIRELI

CNPJ: 07.838.209/0001-78

TESTEMUNHAS:

1 – NOME:

RG:

CPF:

ASSINATURA:

1 – NOME:

RG:

CPF:

ASSINATURA:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 5/2017

No dia 8 do mês de Maio do ano de 2017, compareceram, de um lado a (o) PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO, estado de MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 03.507.563/0001-69, com sede administrativa localizada na AV. AUGUSTO LEVERGER, Nº 1410, bairro CENTRO, CEP nº. 78190-000, nesta cidade de BARÃO DE MELGAÇO/MT, representado pelo (a) **PREFEITO MUNICIPAL**, o Sr (a). **ELVIO DE SOUZA QUEIROZ**, inscrito no CPF sob o nº 651.105.011-49, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO,** e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas **DETENTORAS DA ATA**, que firma a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº **001/2017**, processo licitatório nº **10/2017**, que selecionou a proposta mais vantajosa

para a Administração Pública, objetivando O REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS HOSPITALARES, PRODUTOS ODONTOLÓGICO/MATERIAIS E MEDICAMENTOS E CONGÊNERES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARÃO DE MELGAÇO – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA Nº 003/SMS/2017, NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO VIGENTE. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
6857	BH LABORATORIOS LTDA – EPP	422, 433, 456, 473
6336	DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	27, 43, 51, 63, 77 83, 85, 87, 93, 95, 103, 107, 109, 127, 139, 149, 159, 161, 187, 189, 235, 261, 263, 267, 268, 269, 270, 271, 273, 278, 279, 287, 288, 291, 297, 301, 302, 304, 305, 307, 310, 313, 314, 315, 316, 317, 318, 319, 320, 321, 325, 326, 328, 330, 335, 337, 338, 345, 348, 350, 2, 22, 30, 32, 44, 46, 60, 66, 82, 84, 86, 88, 98, 102, 132, 138, 148, 158, 174, 178, 186, 188, 190, 351, 353, 354, 357, 358, 362, 363, 366, 367, 369, 370, 371, 372, 375, 379, 382, 385, 386, 390, 392, 393, 395, 398, 401, 402, 404, 405, 406, 409, 413, 415, 416
6861	M.S. DIAGNOSTICA LTDA	440, 442, 443, 459, 462, 463, 465, 466, 472, 475
6856	MEGA DENTAL IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI	123, 145, 151, 153, 155, 122, 144, 146, 154, 156, 480, 481, 484, 485, 486, 487, 488, 493, 495, 496, 511, 512, 513, 514, 515, 517, 518, 519, 520, 521, 524, 525, 526, 527, 530, 531, 533, 534, 535, 536, 537, 538, 539, 540, 541, 542, 544, 545, 546, 547, 551, 552, 554, 555, 556, 557, 558, 559, 560, 561, 562, 563, 564, 565, 566, 567, 568, 569, 570, 571, 572, 573, 575, 576, 577, 578, 579, 581, 582, 583, 584, 585, 586, 587, 588, 590, 591, 592, 593, 594, 595, 596, 597, 598, 600
6858	PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE	1, 39, 65, 91, 135, 147, 281, 322, 323, 20, 26, 28, 90, 352, 365, 400
6859	RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES – EIRELI	3, 5, 7, 9, 21, 23, 31 41, 45, 47, 49, 61, 67, 69, 97, 111, 129, 137, 141, 143, 165, 223, 272, 276, 282, 283, 294, 295, 4, 34, 40, 42, 48, 50, 52, 68, 96, 100, 108, 110, 112, 130, 136, 142, 160, 166, 222,
6855	RONDOLAB COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP	423, 425, 426, 427, 430, 431, 432, 434, 435, 436, 437, 438, 441, 444, 446, 447, 448, 449, 450, 451, 452, 453, 454, 455, 457, 458, 460, 461, 467, 468, 470, 471, 474, 476, 477, 478

Empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº 8.666/93, e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do Representante	CPF
BH LABORATORIOS LTDA - EPP	**22.283.196/0001-01**	**ANTONIO TADEU PENIDO SILVA**	**201.352.976-72**
DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA	**07.640.617/0001-10**	**ANDERSON FILGUEIRA DE OLIVEIRA**	**497.998.191-72**
M.S. DIAGNÓSTICA LTDA.	**00.970.175/0003-93**	**NEUSA MARTINEZ BRUNO**	**693.135.711-53**
MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI –ME	**25.341.162/0001-14**	**CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA**	**038.549.009-70**
PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE	**10.749.915/0001-58**	**PAULO JOSÉ SPAZZINI**	**544.945.910-68**
RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES - EIRELI	**10.749.915/0001-58**	**RODRIGO CARNEIRO SANTOS**	**788.551.601-68**
RONDOLAB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP	**18.964.366/0001-46**	**EDVALDO APARECIDO DE JESUS**	**670.161.462-00**

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa ás licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR ITEM, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

FORNECEDOR: 6336 – DISTRIBUIDORA BRASIL COML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA						
Item	**Especificações**	**Unid**	**Marca**	**Quantidade**	**Preço Unitário**	**Preço Total**
2	ACIDO TRANEXAMICO 50MG/ML COM 5ML EV ADULTO E PEDIATRICO	AP	HIPOLABOR	500,000	1,81	905,00
22	AMPICILINA SOD.1G PO P/SOL.INJ.AD/PED I.V/I.M C/2ML	AP	TEUTO	300,000	6,8930	2.067,90
27	ATROPINA SULFATO, 0,25 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	ISOFARMA	1.000,000	0,30	300,00
30	BICARBONATO DE SODIO 8,4% C/10ML INJETAVEL ADULTO	AP	SAMTEC	500,000	0,61	305,00
32	BOLSA PLÁSTICA DE 100 ML DE SOLUÇÃO 5MG/ML DE METRONIDAZOL	FR	FARMACE	3.000,000	2,49	7.470
43	CATETER I.V. Nº 24G	UN	POLYMED	2.000,000	0,72	1.440,00
44	CATETER NASAL TIPO ÓCULOS ESTERIL	UN	MEDSONDA	5.000,000	3,19	15.950,00
46	CATGUT CROMADO 2-0 S/AGULHA (TIPOC 1,5M) ESTERIL CX C/24UNI	CX	TECHNOFIO	12,000	80,00	960,00
51	CEFTRIAXONA SODICA 1G/IM INTRAMUSCULAR	AP	ABL	5.000,000	0,70	3.500
60	CLINDAMICINA 600MG/2ML AD/PED IM/IV	AP	HYPOFARMA	600,000	4,40	2.640,00

63	CLORETO DE SODIO 20% CX C/200 AMPOLAS AD/PED	AP	FARMACE	50,000	46,99	2.349,50
66	CLORIDRATO DE RANITIDINA 50MG/2ML IM/IV AD/PED A	AP	HYPOFARMA	3.000,000	0,47	1.410,00
77	DEXAMETASONA 4MG/ML SOLUCAO INJETAVEL (FRASCO 2 50 ML)	AP	HYPOFARMA	5.000,000	0,60	3.000,00
82	DISPOSITIVO DE INFUSAO INTRAVENOSA ESTERIL Nº 19G	UN	TOPMED	5.000,000	0,18	900,00
83	DISPOSITIVO DE INFUSAO INTRAVENOSA ESTERIL Nº 21G	UN	TOPMED	5.000,000	0,18	900,00
84	DISPOSITIVO DE INFUSAO INTRAVENOSA ESTERIL Nº 23G	UN	TOPMED	5.000,000	0,18	900,00
85	DISPOSITIVO DE INFUSAO INTRAVENOSA ESTERIL Nº 25G	UN	TOPMED	5.000,000	0,18	900,00
86	DISPOSITIVO DE INFUSAO INTRAVENOSA ESTERIL Nº 27G	UN	TOPMED	5.000,000	0,18	900,00
87	DOBUTAMINA 250MG/20ML I.V AD/PED	AP	HYPOFARMA	500,000	9,54	4.770,00
88	DOPAMINA 5MG/ML I.V. AD/PED AMPOLAS C/10ML	AP	HIPOLABOR	500,000	1,17	585,00
93	ESCOPOLAMINA 4MG/ML + DIPIRONA SÓDICA 500MG/ML I.M/IV AD/PED AMP C/ 5ML	AP	HYPOFARMA	5.000,000	1,38	6.900,00
95	FENOBARBITAL SODICO 100MG/ML IM/IV AMPOLA AD/PED	AP	CRISTALIA	1.000,000	1,17	1.170,00
98	FITA MICROPORE 10 CM X 4 5 M	UN	CIEX	1.000,000	1,40	1.400,00
102	FUROSEMIDA 10MG/ML I.V/I.M AD/PED AMP C/2ML	AP	HIPOLABOR	4.000,000	0,41	1.640
103	GEL PARA ULTRASSOM GALAO C/ 5KG	UN	CARBOGEL	50,000	18,99	949,50
107	GLICOSE 25 SOLUCAO INJETAVEL	AP	SAMTEC	5.000,000	0,25	1.250,00
109	HALOPERIDOL 5MG INJETAVEL AD/PED	AP	TEUTO	1.000,000	1,17	1.170,00
127	LUVA CIRUR. ESTERIL. (RAIO GAMA COBALTO 60) TALCADA Nº 8.5 PAC. C/1PAR	UN	MAXITEX	500,000	1,08	540,00
132	MANTA TÉRMICA	UN	RESGATESP	10,000	22,25	222,50
138	MONONITRATO DE ISOSSOBIDA 10MG/ML IM/IV AD/PED C/1ML	AP	BIOLAB	1.000,000	2,07	2.070,00
139	MORFINA, SULFATO, 10MG	AP	CRISTALIA	3.000,000	0,53	1.590,00
148	OMEPRAZOL, 40 MG, INJETÁVEL	AP	BLAU	3.000,000	6,25	18.750,00
149	OXACILINA, 500 MG, INJETÁVEL	AP	BLAU	3.000,000	2,40	7.200,00
158	PAPEL LENCOL 50 CM X 50 METROS 100 CELULOSE	UN	SURGY	300,00	6,67	2.001,00
159	POLIVITAMINICO COMPLEXO B IV/IM AD/PED	AP	HYPOFARMA	5.000,000	0,68	3.400,00
161	SACO DE LIXO LEITOSO PARA LIXO HOSPITALAR PC COM 100 - 50 L	UN	RAVA	100,000	38,18	3.818,00
174	SOLUCAO ISOTONICA DE GLICOSE 10% C/250ML	FR	EQUIPLEX	5.000,000	2,49	12.450,00
178	SONDA DE FOLEY C/2 VIAS N 10	UN	CIRUTI	500,000	2,49	2.249,50
186	SONDA DE FOLEY ESTERIL C/3 VIAS N 16	UN	CIRUTI	500,000	3,49	1.749,50
187	SONDA DE FOLEY ESTERIL C/3 VIAS N 18	UN	CIRUTI	500,000	3,49	1.749,50
188	SONDA DE FOLEY ESTERIL C/3 VIAS N 20	UN	CIRUTI	500,000	3,49	1.749,50
189	SONDA DE FOLEY ESTERIL C/3 VIAS N 22	UN	CIRUTI	500,000	3,49	1.749,50
190	SONDA DE FOLEY ESTERIL C/3 VIAS N 24	UN	CIRUTI	500,000	3,49	1.749,50
235	TUBO ENDOTRAQUEAL Nº 2.5 C/MANGUITO	UN	GODCOOME	100,000	4,24	424,00
261	ACEBROFILINA 25MG/5ML XAROPE C/120ML PEDIATRICO	FR	PRATI	3.000,000	2,71	8.157,00
263	ACETATO DE DEXAMETASONA CREME DERMATOLOGICO AD/PED C/10G	TB	PRATI	12.000,000	0,81	9.828,00
267	ACIDO ACETILSALICILICO 100MG ADULTO COMPRIMIDO	CP	IMEC	150.000,000	0,02	3.000,00
268	ÁCIDO FÓLICO, 5 MG	CP	NATULAB	120.000,000	0,04	5.880,00
269	ALBENDAZOL 400MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	PRATI	20.000,000	0,4	8.540,00
270	ÁCIDOS GRAXOS ESSENCIAIS	FR	NUTRIEX	1.200,000	2,29	2.748,00
271	ALBENDAZOL 40MG/ML SUSPENSÃO AD/PED FR C/10ML	FR	PRATI	3.000,000	1,19	3597,00
273	ALOPURINOL, 100 MG	CP	PRATI	30.000,000	0,04	1.497,00
278	AMOXACILINA 500MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	AUROBINDO	70.000,000	0,16	11.893,00
279	ANLODIPINO BESILATO, 10 MG	CP	BRAINFARMA	70.000,000	0,05	4.130,00
287	BROMAZEPAN 3 MG COMPRIMIDO	CP	TEUTO	15.000,000	0,05	885,00
288	BROMAZEPAN 6 MG COMPRIMIDO	CP	TEUTO	15.000,000	0,05	885,00
291	BROMOPRIDA 10 MG	CP	PRATI	50.000,000	0,17	8.500,00
297	CARBAMAZEPINA 200MG AD/PEDCOMPRIMIDOS	CP	TEUTO	50.000,000	0,13	6.500
301	CARVÃO ATIVADO FRASCO C/500G	FR	VETEC	120,000	62,0	7.740,00
302	CARVEDILOL, 12,5 MG	CP	BIOLAB	50.000,000	0,19	9.500,00
304	CARVEDIOL 6,25 COMPRIMIDO	CP	BIOLAB	50.000,000	0,14	7.000,00
305	CEFALEXINA 250MG/5ML C/60ML PÓ P/SUSPENSAO AD/PED	FR	TEUTO	3.000,000	7,83	23.490,00
306	CEFALEXINA 500MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	AUROBINDO	80.000,000	0,32	26.320,00
307	CETOCONAZOL 200MG COMPRIMIDOS ADULTO	CP	PRATI	20.000,000	0,16	3.380,00
313	CLONAZEPAM 2MG CPR	CP	BRAINFARMA	60.000,000	0,12	7.200,00
314	CLOPIDOGREL 75MG ADULTO CX C/28 COMPRIMIDOS	CX	AUROBINDO	350,000	10,39	3.636,50
315	CLORIDRATO DE AMITRIPTILINA 25MG ADULTO COMPRIMIDOS	CP	TEUTO	30.000,000	0,05	1.500,00
316	CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	PRATI	30.000,000	0,18	5.670,00
317	CLORIDRATO DE FLUOXETINA 20MG ADULTO COMPRIMIDOS REVESTIDOS	CP	TEUTO	30.000,000	0,08	2.400,00
318	CLORIDRATO DE METFORMINA 850 COMPRIMIDO ADULTO	CP	PRATI	100.000,000	0,07	7.900,00
319	CLORIDRATO DE PROPANOLOL 40MG AD/PED	CP	OSORIO	70.000,000	0,02	1.400,00
320	COLAGENASE C/ CLORANFENICOL 0 6U 0 01G/G POMADA 30GR.	TB	CRISTALIA	800,000	15,0	12.000,00
321	CONCOR 2.5 MG	CP	MERCK	5.000,000	2,39	11.950,00
325	DIAZEPAM 10MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	SANTISA	50.000,000	0,03	1.950,00
326	DIAZEPAM, 5 MG	CP	SANTISA	30.000,000	0,03	1.170,00
328	DICLOFENACO SÓDICO 50MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	PRATI	100.000,000	0,04	4.000,00
330	DIGOXINA 0,25MG COMPRIMIDO ADULTO	UN	PHARLAB	50.000,000	0,07	3.500,00
335	ENALAPRIL 20MG ADULTO COMPRIMIDO	CP	CIMED	50.000,000	0,07	3.500,00
337	ENALAPRIL MALEATO, 5 MG	CP	CIMED	30.000,000	0,04	1.470,00
338	ESCITALOPRAN 10 MG	CP	BRAINFARMA	10.000,000	0,25	2.500,00
345	FENITOÍNA SÓDICA, 100 MG	CP	TEUTO	30.000,000	0,21	6.750,00
348	FIXADOR CITOLOGICO 100ML SPRAY	UN	ADLIN	120,000	5,42	650,40
350	FUROSEMIDA 40MG COMPRIMIDA	CP	GEOLAB	50.000,000	0,05	2.500,00

351	GLIBENCLAMIDA 5MG ADULTO	CP	GEOLAB	100.000,000	0,02	2.990,00
353	HALOPERIDOL 5MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	UNIAO QUIMICA	25.000,000	0,14	3.725,00
354	HIDROCLOROTIAZIDA 25MG AD/PED COMPRIMIDO	CP	CIMED	100.000,000	0,02	2.000,00
357	IBUPROFENO 600MG COMPRIMIDO	CP	PRATI	80.000,000	0,09	7.760,00
358	IBUPROFENO GTS 50MG/ML 30 ML	FR	NATULAB	5.000,000	1,16	5.800,00
362	ITRACONAZOL, 100 MG	CP	BRAINFARMA	10.000,000	0,64	6.400,00
363	IVERMECTINA,6 MG,COMPRIMIDO,	CP	VITAMEDIC	10.000,000	0,29	2.900,00
366	LIDOCAINA GELEIA 2	CP	PHARLAB	150,000	3,82	573,00
367	LIDOCAINA SPRAY	FR	CRISTALIA	50,000	87,81	4.390,00
369	LORATADINA, 1MG/ML, XAROPE	FR	PRATI	3.000,000	1,76	5.280,00
370	LOSARTANA 100 MG - COMPRIMIDOS	CP	PRATI	100.000,000	0,35	35.000,00
371	LOSARTANA POTASSICA 50MG ADULTO CPR	CP	PRATI	120.000,000	0,04	5.580,00
372	MALEATO DE DEXCLORFENIRAMINA 2MG/5ML C/100L XAROPE ADULTO/PEDIATRICO	FR	TEUTO	3.000,000	0,97	2.910,00
375	METFORMINA 850 MG REPETIDO	CP	PRATI	100.000,000	0,05	5.900,00
379	METOCLOPRAMIDA 4MG/ML GOTAS AD/PED FRASCO C/10ML	FR	MARIOL	3.000,000	0,79	2.370,00
382	METRONIDAZOL, 250 MG	UN	BRAINFARMA	20.000,000	0,10	2.180,00
385	NIFEDIPINO 20MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	BRAINFARMA	80.000,000	0,05	4.000,00
386	NIMESULIDA 100MG COMPRIMIDO	CP	VITAMEDIC	50.000,000	0,07	5.500,00
390	NORFLOXACINO 400 MG C/ 14 CPR	CP	MEDQUIMICA	10.000,000	0,29	2.900,00
392	OMEPRAZOL 20MG COMPRIMIDO AD/PED	CP	PRATI	80.000,000	0,04	3.290,00
393	OMEPRAZOL 40MG CPR	CP	BRAINFARMA	30.000,000	0,28	8.670,00
395	PARACETAMOL 500MG	CP	PRATI	15.000,000	0,06	900,00
398	PREDNISONA 5MG COMPRIDO ADULTO	CP	VITAMEDIC	20.000,000	0,09	1.980,00
401	PROMETAZINA CLORIDRATO, 25 MG	CP	TEUTO	20.000,000	0,07	1.400,00
402	PROTETOR SOLAR, UVA/UVB, FATOR 50, LOÇÃO CREMOSA	UN	NUTRIEX	500,00	12,29	6.145,00
404	RISPERIDONA 1 MG	CP	MERCK	5.000,000	0,31	1.550,00
405	RISPERIDONA 2 MG CPR UN	CP	MERCK	5.000,000	0,50	2.500,00
406	ROSUVASTATINA 10 MG COMPRIMIDO	CP	SANDOZ	10.000,000	0,52	5.200,00
409	SALBUTAMOL 2 MG/5ML C/100ML	FR	PRATI	3.000,000	1,09	3.270,00
413	SINVASTATINA 20MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	SANDOZ	50.000,000	0,08	4.000,00
415	SULFAMETOXAZOL 400MG + TRIMETROPINA 80MG COMPRIMIDOS	CP	PRATI	30.000,000	0,12	3.780,00
416	SULFATO FERROSO GOTAS AD/PED C/20ML	FR	NATULAB	3.000,000	1,24	3.720,00

FORNECEDOR: 6855 - RONDOLAB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - EPP

Item	Especificações	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
423	AGUA PARA AUTO CLAVE 5 LITRO GALÃO	GO	ASFER ASFER	120,000	7,85	942,00
425	ALMOTOLIA TRANSLUCIDA BICO CURVO 250 ML	UN	J. PROLAB J. PR	100,000	3,49	349,00
426	ANTICOAGULANTE GLICOSE FLUORETO 500ML	UN	RENYLAB RENYLAB	6,000	65,99	395,94
427	ASLO TEST CX C/ UM KIT	UN	VIDA VIDA	4,000	75,80	303,20
430	BANDAGEM C/500 UNIDADES	CX	CRAL CRAL	12,000	28,70	344,40
431	CALICE DE PLASTICO P/ FEZES	UN	DESCARPLAS DE	50,000	5,91	295,50
432	CANUDINHO REFRIGERANTE COM 1000 UNIDADES PARA COLETA DE FEZES	UN	SOL SOL	10,000	30,47	304,70
434	COLESTEROL TOTAL EZIMATICA LIQ. KIT	KT	VIDA VIDA	5,000	38,89	194,45
435	COLETOR UNIVERSAL	UN	CRAL CRAL	5.000,000	0,61	3.050,00
436	CONJUNTO PARA COLORACAO RAPIDA EM HEMATOLOGIA PANOTICO 3X500ML	KT	RENYLAB RENYLAB	5,000	35,99	179,95
437	CREATININA PONTO FINAL	KT	VIDA VIDA	6,000	45,49	272,94
438	CUBA PARA CORAR LAMINAS	UN	LAMIGLASS LAN	2,000	246,00	492,00
441	EDTA - 250 ML	UN	RENYLAB RENYLAB	6,000	47,39	284,34
444	ESTANTE PLASTICO PARA 50 TUBOS FURO 16MM	UN	LABOR LABOR	10,000	17,00	170,00
446	GLICOSE ENZIMATICA LIQUIDA 500ML	KT	VIDA VIDA	5,000	45,89	229,45
447	KIT PARA HCV TESTE RAPIDO	KT	VIDA VIDA	10,000	89,99	899,90
448	KIT HBSAG TESTE RAPIDO	KT	VIDA VIDA	10,000	150,79	1.507,90
449	KIT PARA HEPATITE B TESTE RAPIDO	KT	VIDA VIDA	10,000	159,99	1.599,90
450	KIT TESTE RÁPIDO DENGUE	KT	VIDA VIDA	10,000	309,99	3.099,90
451	KIT TESTE RAPIDO HIV	KT	VIDA VIDA	10,000	84,99	849,90
452	KIT TOXOPLASMOSE TESTE RAPIDO	KT	WIENER WIENE	10,000	305,00	3.050,00
453	LAMINA MICROSCOPICA PONTA FOSCA CX C/50	CX	PRECISION LAMIN	500,00	3,74	1.870,00
454	LAMINA P/ ESFREGACO VIDRO C/50	CX	GLOBAL GLOBAL	30,000	16,09	482,70
455	LAMINULA P/ CAMARA DE NEUBAUER 26X26MM CX C/10	CX	LAMIGLASS LAN	30,000	14,99	449,70
457	LÁPIS DERMATOGRAFICO AZUL OU PRETO	UN	DIXON DIXON	5,000	7,34	36,70
458	LIQUIDO DE TURCK - 1 LITRO	UN	RENYLAB RENYLAB	5,000	25,99	129,95
460	ÓLEO DE IMERSÃO	UN	RENYLAB RENYLAB	5,000	15,09	75,45
461	PCR LATEX	UN	VIDA VIDA	4,000	36,99	147,96
467	PSA TESTE RAPIDO	KT	ECO ECO	10,000	109,69	1.096,90
468	RUBEOLA TESTE RAPIDO	KT	ONSITE ONSITE	10,000	244,99	2.449,90
470	TIRAS PARA BHCG COM 40 UNIDADES	CX	EBRAM EBRAM	12,00	36,99	443,88
471	TRIGLICERIDEOS CX C/ UM KIT	KT	VIDA VIDA	5,000	111,09	555,45
474	TUBO COLETA A VACUO FLUORETO DE SODIO 4 ML TAMPA CINZA BANDEIJA C/100	UN	VACUPLAST VACUPLAST	25,000	54,49	1.362,25

476	TUBO VACUO PARA COLETA DE SANGUE TAMPA VERMELHA CAP. 4 ML BAND. C/100	UN	VACUPLAST VACU-PLAST	25,000	56,00	1.400,00
477	UREIA CX C/ UM KIT	KT	VIDA VIDA	5,000	55,97	279,85
478	VDRL CX C/ UM KIT	KT	WIENER WIENE	5,000	34,49	172,45

FORNECEDOR: 6856 - MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI - ME

Item	Especificações	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
122	LIDOCAINA 2% C/ VASO	AP	CRISTALIA	500,000	3,20	1.600,00
123	LIDOCAINA 2% S/VASO I.M/IV	AP	CRISTALIA	500,000	1,86	930,00
144	NYLON PRETO ESTERIL 3-0 C C/24UNI	CX	BESTE CARE	100,000	29,40	2.940,00
145	NYLON PRETO ESTERIL 4.0 C/24 UNI	CX	BEST CARE	40,000	29,42	1.176,80
146	NYLON PRETO ESTERIL 5-0 C/AG CX C/24 UNID	CX	BEST CARE	20,000	30,78	615,60
151	PAPEL GRAU CIRURGICO TUBULAR 100 MM X 100 METROS	RL	BEST CARE	100,000	40,00	4.000,00
153	PAPEL GRAU CIRURGICO TUBULAR 150 MM X 100 METROS	RL	BEST CARE	100,000	57,00	5.700,00
154	PAPEL GRAU CIRURGICO TUBULAR 50 MM X 100 METROS	RL	BEST CARE	100,000	23,90	2.390,00
155	PAPEL GRAU CIRURGICO TUBULAR 70 MM X 100 METROS	RL	BEST CARE	100,000	33,00	3.300,00
156	PAPEL GRAU CIRURGICO TUBULAR 90 MM X 100 METROS	RL	BEST CARE	100,000	43,00	4.300,00
480	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37%	UN	ALL PLAN	200,000	0,94	188,00
481	ADESIVO SINGLE BOND 4 ML FOTOPOLIMERIZAVEL	UN	MAQUIRA	100,000	21,70	2.170,00
484	ALAVANCA APICAL N. 301 - ADULTO	UN	TRINKS	5,000	34,34	171,70
485	ALAVANCA APICAL N. 302 - ADULTO	UN	TRINKS	5,000	32,92	164,60
486	ALAVANCA APICAL N. 303 - ADULTO	UN	TRINKS	5,000	34,34	171,70
487	ALAVANCA APICAL N. 304 - ADULTO	UN	TRINKS	5,000	32,92	164,60
488	ALAVANCA RETA	UN	TRINKS	30,000	35,00	1.050,00
493	ANESTESICO TOPICO 200 MG/G	UN	DFL	15,000	12,49	187,35
495	BANDEJA DE INOX (12X0 9X15CM)	UN	AÃ?O INOX	20,000	44,89	897,80
496	BICARBONATO DE SÓDIO	UN	MAQUIRA	2,000	20,99	41,98
511	BROCAS PARA ACABAMENTO DE RESINA COMPOSTA - KIT ACABAMENTO GRANA FINA E ULTRAFINA	UN	MICRODONT	15,000	20,00	300,00
512	CABO BISTURI, AÇO INOXIDÁVEL, Nº 3	UN	TRINKS	15,000	8,90	133,50
513	CABO DE ESPELHO BUCAL	UN	TRINKS	30,000	4,11	123,30
514	CALCADOR DE WOODSON	UN	TRINKS	15,000	14,16	212,40
515	CARBONO EM FITA PARA OCLUSÃO ULTRAFINA	UN	BIODINAMICA	50,000	2,46	123,00
517	CICATRIZANTE CURATIVO ALVEOLAR	UN	BIODINAMICA	10,000	15,38	153,80
518	CIMENTO DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA FORRAMENTO KIT	UN	TECHNEW	5,000	9,67	48,35
519	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA FORRAÇÃO COM REFORÇO DE RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL	UN	BIODINAMICA	15,000	72,82	1.092,30
520	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÃO	UN	BIODINAMICA	20,000	71,96	1.439,20
521	CIMENTO ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL TIPO II	UN	MAQUIRA	5,000	15,04	75,20
524	COLGADURA	UN	BIODINAMICA	30,000	3,22	96,60
525	COMPÓSITO FOTOPOLIMERIZÁVEL HÍBRIDA COR A1 INDICADA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES	UN	TECNODENT	15,000	19,94	299,10
526	COMPÓSITO FOTOPOLIMERIZÁVEL HÍBRIDA COR A2 INDICADA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES	UN	BIODINAMICA	15,000	13,52	202,80
527	COMPÓSITO FOTOPOLIMERIZÁVEL HÍBRIDA COR A3,5, INDICADA PARA DENTES ANTERIORES E POSTERIORES	UN	BIODINAMICA	15,000	17,08	256,20
530	COMPÓSITO FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROPARTÍCULA PARA DENTINA NA COR OA2	UN	BIODINAMICA	15,000	27,14	407,10
531	COMPÓSITO FOTOPOLIMERIZÁVEL MICROPARTÍCULA PARA DENTINA NA COR OA3	UN	BIODINAMICA	15,000	28,57	428,55
533	CUNHA ODONTOLÓGICA, MADEIRA, ANATÔMICA	UN	BIODINAMICA	4,000	7,20	28,80
534	CURETA GRACEY 11-12 EM AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO 17CM	UN	TRINKS	40,000	43,70	1.748,00
535	CURETA GRACEY 13-14 EM AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO 17CM	UN	TRINKS	40,000	41,88	1.675,20
536	CURETA GRACEY 5-6 EM AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO 17CM	UN	TRINKS	40,000	43,70	1.748,00
537	CURETA GRACEY 7-8 EM AÇO INOXIDÁVEL TAMANHO 17 CM	UN	TRINKS	40,000	41,88	1.675,20
538	DISCO DE LIXA PARA ACABAMENTO E POLIMENTO DE RESINA	UN	MICRODONT	10,000	28,63	286,30
539	EDTA TRISSÓDICO	UN	BIODINAMICA	10,000	3,72	37,20
540	ENDO-FROST SPRAY - SPRAY PARA TESTE DE VITALIDADE EM DENTES, A 50° C	UN	MAQUIRA	10,000	15,91	159,10
541	ENVELOPE AUTO SELANTE C/ INDICADOR QUIM. GRAU CIRUR 09CMX26CM	UN	LB MED	80,000	20,95	1.676,00
542	ESCOVA DE ROBSON, CÔNICA, CONTRA-ÂNGULO, BRANCA	UN	MICRODONT	100,000	0,89	89,00
544	ESPATULA N. 24 (ESPATULA PARA RESINA FOTOPOLIMERIZAVEL)	UN	TRINKS	20,000	70,82	1.416,40
545	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, TIPO 7, MANIPULAÇÃO/CEROPLASTIA/ CIMENTAÇÃO, DUPLO	UN	TRINKS	40,000	7,07	282,80
546	ESPATULA PLÁSTICA PARA IONOMETRO DE VIDRO	UN	MAQUIRA	10,000	6,75	67,50
547	ESPELHO BUCAL, AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	UN	IODONTSUL	30,000	1,73	51,90
551	FIO DENTAL ENCERADO, ROLO COM 100 METROS.	UN	HILLO	2.000,000	1,50	3.000,00

552	FLÚOR GEL ACIDULADO - FRASCO COM 200 ML	UN	IODONTOSUL	10,000	2,68	26,80
553	FLÚOR GEL NEUTRO - FRASCO COM 200 ML	UN	IODONTOSUL	10,000	2,76	27,60
554	FORCEPS 65	UN	SKAY	30,000	50,00	1.500,00
555	FORCEPS ADULTO N. 16	UN	SKAY	30,000	65,80	1.974,00
556	FORCEPS ADULTO N. 18R	UN	SKAY	30,000	65,80	1.974,00
557	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, INFANTIL, 150, DENTES E RAÍZES SUPERIORES	UN	SKAY	30,000	50,00	1.500,00
558	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, INFANTIL, 151, DENTES E RAÍZES INFERIORES	UN	SKAY	30,000	50,00	1.500,00
559	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, INFANTIL, 17, MOLARES INFERIORES, AUTOCLAVÁVEL	UN	SKAY	30,000	50,00	1.500,00
560	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, INFANTIL, 18 L, MOLARES SUPERIORES LADO ESQUERDO, AUTOCLAVÁVEL	UN	SKAY	30,000	50,00	1.500,00
561	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, INFANTIL, 69, RAÍZES SUPERIORES E INFERIORES, AUTOCLAVÁVEL	UN	SKAY	30,000	50,00	1.500,00
562	FORMOCRESOL (ODONTO) FRASCO C/ 10 ML	UN	MAQUIRA	5,000	8,93	44,65
563	FRASCO DAPEN DE PLÁSTICO	UN	MAQUIRA	20,000	1,25	25,00
564	GORRO DESCARTÁVEL TIPO TOUCA	UN	JARC	50,000	5,77	288,50
565	HEMOSTÁTICO TÓPICO	UN	MAQUIRA	3,000	10,50	31,50
566	HIDROXIDO DE CALCIO PO P.A 10G	UN	MAQUIRA	4,000	34,33	137,32
567	LIMA TIPO KERR ESPECIAL Nº 10 25MM	UN	TDKA	20,000	10,62	212,40
568	LÍQUIDO FIXADOR PARA RADIOGRAFIA- LÍQUIDO INCOLOR FRASCO C/ 475ML.	UN	CAITEC	20,000	6,58	131,60
569	LÍQUIDO REVELADOR PARA RADIOGRAFIA- LÍQUIDO INCOLOR FRASCO C/ 475ML.	UN	CAITEC	20,000	6,58	131,60
570	MÁSCARA CIRÚRGICA, NÃO TECIDO,3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATÓXICA, COM ELÁSTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO	CX	DESCARPACI	100,000	6,20	620,00
571	MATRIZ DE AÇO 07 MM	UN	DIAMNTEC	20,000	1,70	34,00
572	MATRIZ ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, FITA, ROLO 50CM, 5 MM, DESCARTÁVEL	UN	DIAMANTEC	20,000	0,87	17,40
573	MICRO BUSH	UN	FGM	30,000	9,30	279,00
575	ÓLEO LUBRIFICANTE SPRAY, PARA CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, FORMULADO COM ÓLEO MEDICINAL, ATÓXICO, DE BAIXA VISCOSIDADE, ANTIOXIDANTE, BACTERICIDA E FUNGICIDA, FRASCO COM 200ML.	UN	MAQUIRA	10,000	12,80	128,00
576	OTOSPORIN FR 10ML.	UN	FQM	20,000	2,90	58,00
577	ÓXIDO DE ZINCO	UN	BIODINAMICA	5,000	2,92	14,60
578	PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE RESINAS COMPOSTAS	UN	ALL PLAN	4,000	15,33	61,32
579	PASTA PROFILATICA COM FLUOR TUBO 90 G	UN	ALL PLAN	10,000	12,49	124,90
581	PINÇA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, CERCA DE 17 CM, 317, CLÍNICA, P/ ALGODÃO, AUTOCLAVÁVEL	UN	TRINKS	30,000	6,60	198,00
582	PLACA DE VIDRO 5X10CM	UN	MAQUIRA	5,000	9,96	49,80
583	PORTA MATRIZ TIPO TOFLEMIRE	UN	TRINKS	10,000	21,82	218,20
584	POSICIONADOR DE FILME RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL ADULTO	UN	MAQUIRA	5,000	64,90	324,50
585	POSICIONADOR DE FILME RADIOGRÁFICO AUTOCLAVÁVEL INFANTIL	UN	MAQUIRA	5,000	84,70	423,50
586	PRENDEDOR DE BABADOR (JACARE)	UN	MAQUIRA	4,000	7,97	31,88
587	RESTAURADOR PROVISÓRIO COLTOSOL	UN	MAQUIRA	50,000	39,00	1.950,00
588	ROLETE DE ALGODÃO	UN	SS PLUS	200,000	1,50	300,00
590	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO	UN	TRINKS	30,000	38,90	1.167,00
591	SONDA MILIMETRADAS PERIODONTAIS	UN	TRINKS	15,000	33,90	508,50
592	SONDA NABERS	UN	TRINKS	30,000	47,38	1.421,40
593	SONDA ODONTOLÓGICA, AÇO INOXIDÁVEL, EXPLORADORA, Nº 05, CABO MACIÇO	UN	TRINKS	30,000	4,95	148,50
594	SUGADOR, PVC, SALIVA, C/ ARAME, PACOTE C/ 40 UNIDADES, ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UN	INJECTA	400,000	4,10	1.640,00
595	TACA DE BORRACHA BRANCA PARA PROFILAXIA	UN	MICRODONT	100,000	1,50	150,00
596	TESOURA CIRURGICA IRIS CURVA 12CM	UN	TRINKS	10,000	15,95	159,50
597	TESOURA CIRURGICA IRIS RETA 12CM	UN	TRINKS	10,000	15,95	195,50
598	TIRA DE AÇO PARA ACABAMENTO DE AMÁLGAMA 4MM	UN	IMPLA	10,000	5,49	54,90
600	TRICRESOL	UN	BIODINAMICA	5,000	3,80	19,00

FORNECEDOR: 6856 - BH LABORATORIOS LTDA - EPP

Item	Especificações	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
422	ADAPTADOR COLETA SANGUE À VÁCUO	UN	CRAL	1.000,00	9,79	9.790,00
433	CESTO TIPO BERÇO	UN	KASVI PARA	2,000	210,50	421,00
456	LAMINULAS 24 X 24MM	CX	KASVI	30,000	2,15	64,50
473	TUBO COLETA A VACUO EDTA 4 ML TAMPA ROXA BANDEIJA C/100	PC	BIOCON	25,000	55,50	1.387,50

FORNECEDOR: 6857 - PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE

Item	Especificações	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	ACIDO ASCORBICO 100 MG/ML INJETAVEL	AP	FARMACE AMP	10.000,00	0,66	6.600,00
20	AMINOFILINA 24 MG/ML SOLUCAO INJETAVEL	AP	FARMACE AMP	50,000	0,89	44,50
26	ATADURA DE CREPOM 20CM (13FIOS/CM²) 1,8M REPOUSO X 4.5M PACOTE C/12 UNIDADES	PC	ERIMAX PCT	200,000	10,00	2.000,00
28	BENZILPENICILINA BENZATINA 1.200.000UI I.M FRASCO/AMPOLA AD/PED	AP	TEUTO AMP	1.000,000	6,20	6.200,00
39	CATETER I.V. N° 16G	UN	LAMEDID UM	2.000,00	0,66	1.320,00
65	CLORIDRATO DE PROMETAZINA 50MG/2ML I.M/I.V AMPOLA	AP	SANVAL AMP	5.000,00	1,32	6.600,00

90	EQUIPO MACROGOTAS C/INJETOR LATERAL C/ CONEXÃO TIPO TIPO LUER SLIP (LISO)	UN	TKL UM	5.000,00	0,99	4.950,00
91	EQUIPO MICROGOTAS EST.C/CAM.GRAD.C/INJ. LAT. CAP. DE 150ML	UN	LABOR IMPORT	1.000,00	1,56	1.560,00
135	MELOXICAM 15MG ADULTO IM	AP	EUROFARMA	1.000,00	4,90	4.900,00
147	NYLON PRETO ESTERIL 6-0 C/AG CX C/24 UNI	CX	PROCARE CX	20,000	30,00	600,00
281	ATACAND HCT 16/12.5	UN	LIBBS CP	10.000,00	3,40	34.000,00
322	CONDORFLEX 500 MG	CP	ZODIAC CP	5.000,00	3,12	15.600,00
323	DEXAMETASONA COLIRIO 0,1% 5ML	UN	UNIAO QUIMICA	120,000	7,07	848,40
352	GLIMEPIRIDA, 2 MG	CP	SANDOZ CP	50.000,00	0,22	11.000,00
365	LEVOFLOXACINO 500 MG	CP	EMS CP	10.000,00	1,65	16.500,00
400	PROLOPA 200/50 MG CX C/30 REPETIDO	CP	ACHE CP	2.000,00	3,80	7.600,00

FORNECEDOR: 6859 - RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES - EIRELI

Item	Especificações	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
3	ADENOSINA 6MG/2ML IV	AP	HIPOLABOR	500,00	8,10	4.050,00
4	ADENOSINA, 3 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	HIPOLABOR	500,00	8,10	4.050,00
5	AGUA DESTILADA SOLUCAO INJETAVEL 10 ML	AP	SAMTEC	20.000,00	0,15	3.000,00
7	AGULHA ESTERIL HIPODERMICA 13X4,5	UN	DESCARPACK	10.000,00	0,05	500,00
9	AGULHA ESTERIL HIPODERMICA 25X8	UN	DESCRAPACK	10.000,00	0,05	500,00
21	AMIODARONA, 50MG/ML, INJETÁVEL	AP	HIPOLABOR	50,00	1,62	81,00
23	AMPICILINA SOD.500MG PO P/SOL.INJ.AD/PED I.V/I.M C/2ML	AP	TEUTO	300,00	3,52	1.056,00
31	BICARBONATO DE SÓDIO, 8,4%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	SAMTEC	3.000,00	0,63	1.890,00
34	BROMOPRIDA 10MG I.M/I.V AD/PED AMPOLA C/2ML	AP	WASSER FARMACE	3.000,00	0,70	2.100,00
40	CATETER I.V. N° 18G	UN	POLYMED	2.000,00	0,64	1.280,00
41	CATETER I.V. Nº 20G	UN	POLYMED	2.000,00	0,64	1,280,00
42	CATETER I.V. Nº 22G	UN	POLYMED	2.000,00	0,64	1,280,00
45	CATGUT CROMADO 2-0 C/AG(MR1/2 CIRC.CIL.4,0CM) ESTERIL-75CM CX C/24UNI	CX	SHALON	12,000	82,04	984,48
47	CATGUT CROMADO 3-0 C/AGULHA (MR 1/2 CIRC.2,5 CM) ESTERIL-75CM CX C/24UNI	CX	SHALON	12,000	82,04	984,48
48	CATGUT CROMADO 4-0 C/AGULHA (MR1/2 CIRC.CIL.4,0CM) ESTERIL-75CM CX C/24UNI	CX	SHALON	12,000	82,04	984,48
49	CATGUT CROMADO 5-0 C/AGULHA (MR 1/2 CIRC. 2,0CM) ESTERIL-70CM CX C/24UNI	CX	SHALON	12,000	91,15	1.093,80
50	CEFALOTINA SODICA INJ. 1 G	AP	AGILA	3.000,00	1.62	4.860,00
52	CEFTRIAXONA SÓDICA, 1 G, ENDOVENOSO	AP	AGILA	5.000,00	1,20	6.000,00
61	CLORETO DE POTÁSSIO, 10%, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	SAMTEC	5.000,00	0,24	1.200,00
67	COLAR CERVICAL C/ESPUMA TAMANHO GRANDE	AP	SEGMED	20,000	5,70	114,00
68	COLAR CERVICAL C/ESPUMA TAMANHO MEDIO	AP	SEGMED	20,000	5,70	114,00
69	COLAR CERVICAL C/ESPUMA TAMANHO PEQUENO	AP	SEGMED	20,000	5,70	114,00
96	FITA ADESIVA PARA AUTOCLAVE ROLO C/19MMX30M	UN	HOSPFLEX	300,000	2,70	810,00
97	FITA ADESIVA HOSPITALAR ROLO C/16MMX50M	UN	MASTERFIX	300,000	1,79	537,00
100	FRALDA DESCARTÁVEL ADULTA ANATOMICA TAMANHO MEDIO (40Á70KG) A	UN	DESCARPACK	2.000,00	0,93	1.860,00
108	GLICOSE 50 10 ML SOLUCAO INJETAVEL	AP	SAMTEC	5.000,00	0,26	1.300,00
110	HEMITARTARATO DE NOREPINEFRINA 8MG/4ML AD/PED	AP	HYPOFARMA	1.000,00	3,00	3.000,00
111	HEPARINA SODICA 5000 UI/0 25 ML INJETAVEL	AP	CRISTALIA	500,000	5,15	2.575,00
112	HIDROCORTIZONA 500 MG INJETAVEL	AP	NOVA FARMA	1.500,00	5,95	8.925,00
129	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL TAMANHO GRANDE CX C/100 UNIDADES	CX	MEDIX	700,000	13,10	9.170,00
130	LUVA DE PROCEDIMENTO NÃO ESTERIL TAMANHO MÉDIO CX C/100 UNIDADES	CX	MEDIX	700,000	13,10	9.170,00
136	METOCLOPRAMIDA 10MG/2ML I.V/I.M AD/PED AMPOLA C/2ML	AP	FARMACE	3.000,00	0,28	840,00
137	MIDAZOLAM 5MG(15MG/3ML) I.M/IV AD/PED AMPOLA	AP	HIPOLABOR	1.000,00	1,01	1.010,00
141	NOREPINEFRINA, SAL BITARTARATO, 2 MG/ML, SOLUÇÃO INJETÁVEL	AP	HYPOFARMA	3.000,00	3,00	9.000,00
142	NYLON PRETO ESTERIL 0 C/AGULHA CX C/24UNI	CX	SHALON	20,00	31,53	630,60
143	NYLON PRETO ESTERIL 2-0 C/AGULHA CX C/24UNI	CX	SHALON	20,00	29,43	588,60
160	RIFAMICINA, 10 MG/ML, SPRAY	UN	NATULAB	200,00	3,00	600,00
165	SERINGA 3ML BICO SLIP	UN	DESCARPACK	10.000,00	0,09	900,00
166	SERINGA 5ML BICO SLIP	UN	DESCARPACK	10.000,00	0,12	1.200,00
222	SULFATO TERBUTALINA 0,5MG/ML I.V/S.C AMPOLAS C/1ML	AP	HIPOLABOR	1.200,000	2,52	3.024,00
223	TENOXICAM 20MG PÓ LIOFILICO IM/IV AD/PED + DILUENTE C/2ML	AP	CRISTALIA	2.000,000	4,05	8.100,00
272	ALOPURINOL 300MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	PRATI	30.000,00	0,18	5.400,00
276	AMIODARONA 200MG COMPRIMIDO ADULTO	CP	GEOLAB	30.000,00	0,36	10.800,00
282	ATENOLOL 25 MG CPR	CP	VITAPAN	120.000,00	0,03	3.600,00
283	ATENOLOL 50MG COMPRIMIDO	CP	PRATI	80.000,00	0,04	3.200,00
294	BUTILBROMETO DE ESCOPOLAMIDA + DIPIRONA SOD 4MG+500MG/ML	FR	FARMACE	50.000,00	1,42	71.000,00
295	CAPTOPRIL 25MG COMPRIMIDOS	CP	PHARLAB	150.000,00	0,02	3.000,00

FORNECEDOR: 6861 - M.S DIAGNÓSTICA LTDA

Item	Especificações	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
440	DETERGENTE NEUTRO LABORATORIO 5 LITROS	GO	BIOLOGICA	20,000	71,10	1.442,00
442	ESCOVA P/ LAVAR TUBOS DE 10 ML	UN	ESC. VITORIA	50,000	3,90	195,00
443	ESCOVA P/ LAVAR TUBOS DE 5 ML	UN	ESC. VITORIA	50,000	4,0	200,00
459	LUGOL FRASCO 1% 500ML	UN	NEWPROV	100,000	22,0	2.200,00
462	PIPETA DE PRECISAO 1000UL	UN	PEGUEPET	3,000	55,90	167,70
463	PLACA DE KLINE	UN	LAMIGLASS	3,000	25,53	76,59
465	PONTEIRA T/ GILSON UNIVERSAL AMARELA 200 MICROLITROS.	UN	CRAL UND	5.000,000	0,009	45,00
466	PONTEIRA T/ GILSON UNIVERSAL AZUL 1000 MICROLITROS.	UN	CRAL UND	5.000,000	0,06	300,00
472	TUBO CAPILAR HEMATOCRITO S/ HEPARINA	KT	MICRON KIT	5,000	7,50	37,50
475	TUBO DE ENSAIO 12 X 75 MM - VIDRO	UN	CRAL UND	3.000,000	0,08	240,00

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena “d” do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da lei nº 8666/93.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuadas, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos á data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço Maximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo Maximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providencias seguintes:

a) Convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) Convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea “d” do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando á manutenção dos preços registrados:

b) Permitir a apresentação de novos preços, observando o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) As propostas com novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciar;

b2) O novo preço ofertando deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente á época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila á Ata de Registro de Preços, com justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecido o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUARTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro

instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA: DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Departamento de Compras, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema

Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 30 (Trinta) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA: DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) O detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) O detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) Estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) Por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subseqüente.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subseqüente.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA: DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações. 3.3.90.39.00.00.00.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) Multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) Rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) Advertência, por escrito, nas falta leves;

b) Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) Suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger - MT para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Barão de Melgaço - MT, 08 de maio de 2017.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito municipal

Empresas Vencedoras:

BH LABORATORIOS LTDA – EPP

CNPJ: 22.283.196/0001-01

DISTRIBUIDORA BRASIL CML DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA

CNPJ: 07.640.617/001-10

M.S. DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ: 22.803.038/0001-35

MEGA DENTAL IMPORTACAO E COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI

CNPJ: 25.341.162/0001-14

PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA A SAUDE

CNPJ: 10.749.915/0001-58

RECMED COMERCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES – EIRELI

CNPJ: 06.696.359/0001-21

RONDOLAB COMERCIO E SERVICOS LTDA – EPP

CNPJ: 18.964.366/0001-46

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 263/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 263/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. DIONISIO ANTONIO APODONEPA, para exercer o cargo de COORDENADOR DE DEPARTAMENTO DE ASSUNTOS INDIGENAS, junto a Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Sustentável.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 10 de abril de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GESTAO - ANEXO 15 DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 1 of 3

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORCAMENTARIA				**DESPESA ORCAMENTARIA**			
RECEITA TRIBUTARIA	7.057.364,61			**DESPESAS CORRENTES**			
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	718.491,33			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	36.800.845,18		
RECEITA PATRIMONIAL	721.762,38			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	152.569,78		
Receitas de Servicos	2.332.443,56			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	26.722.134,35	**63.675.549,31**	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	70.931.769,61			**DESPESAS DE CAPITAL**			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	935.054,32			INVESTIMENTOS	4.320.270,62		
Transferencias Correntes	-7.580.157,84			AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	145.777,11	**4.466.047,73**	
OPERACOES DE CREDITOS				**RESERVA DE CONTIGENCIA**			
ALIENACAO DE BENS							
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.952.591,82						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIA							
Multas e Juros de Mora da Contribuição Patr		**77.069.319,79**					
INTERFERENCIA FINANCEIRA				**INTERFERENCIA FINANCEIRA**			
Interferencia financeira				Interferencia Financeira	2.893.952,98	**2.893.952,98**	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**77.069.319,79**	**SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**71.035.550,02**
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
MUTACOES PATRIMONIAIS				**MUTACOES PATRIMONIAIS**			
MOVEIS E UTENSILIOS				**DIVIDA ATIVA**			
PREFEITURA MUNICIPAL				Valor recebido no Exercicio	502.097,59	**502.097,59**	
Adiquiridos no Exercicio	92.397,75	**92.397,75**		**TRANSF. CONST. E LEGAIS DO EXERCIC**			
ALMOXARIFADO				TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - U	805.198,25		
Estoque Interno/Material de Consumo	5.950.189,95	**5.950.189,95**		Transferências de Recursos de Programas d	307.965,05		
OBRAS EM ANDAMENTO				TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - E	136.571,85		
Obras em Andamento	3.875.741,88	**3.875.741,88**		Res. Norm n. 011/2009 - Transf. vol. Conv. U	6.590.851,29		
VARIAÇÕES PATRIM. ATIVAS IND. DA EX				Res. Norm n. 011/2009 - Transf. Vol Conv Es	254.464,32	**8.095.050,76**	
DIVIDA ATIVA DE IPTU							
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	322,02						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	1.561,80						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	2.600,06						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	2.698,60						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	2.678,81						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	2.676,80						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	33,53						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	1.875,21						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	3.668,77						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	3.488,23						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	3.377,76						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	4.760,89						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	9.504,46						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - IPTU	2.619.865,72	**2.659.112,66**					
DIVIDA ATIVA DE ISSQN							
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária ISSQN	147,46						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária ISSQN	31,84						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária ISSQN	110,06						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária ISSQN	147.398,45						
Reinscrição da Dívida Ativa Tributária ISSQN	488,16	**148.175,97**					
DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS PR							
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	2.444,69						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	632,56						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	689,19						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	2.904,70						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	927,96						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	710,80						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	1.844,90						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	490,84						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	2.046,75						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	2.039,54						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	235,20						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	1.336,20						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	971,15						
Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Principal	392.789,53	**410.064,01**					
DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES DE I							
Reinscrição da D. A. das Contr. de Melhoria /	98,70						
Reinscrição da D. A. das Contr. de Melhoria /	175,68						
Reinscrição da D. A. das Contr. de Melhoria /	20,21						

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 2 of 3

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Reinscrição da D. A. das Contr. de Melhoria :	5.528,16						
Reinscrição da D. A. das Contr. de Melhoria :	6.254,97						
Reinscrição da D. A. das Contr. de Melhorias	7.534,96	19.612,68					
EQUIPAMENTOS							
PREFEITURA MUNICIPAL							
Valor adquirido no exercicio	221.709,50	221.709,50					
VEICULOS E MAQUINARIOS							
PREFEITURA MUNICIPAL							
Valor Adiquirido no Exercicio	373.161,00	373.161,00					
DIVIDA INTERNA							
DIVIDA CONFESSADA							
Parcelamento do Pasep - Negoc. Recibo nº. :	66.947,28						
Divida Confessada RFB - Rec. 12511724160	78.829,83	145.777,11					
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			13.895.942,51	**SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			8.597.148,35
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCAM				**IDENPENDENTE DA EXECUCAO ORCAME**			
CANCELAMENTO DE DIVIDAS PASSIVAS				**MOVEIS E UTENSILIOS**			
CANCELAM.DEP.TERCEIROS				**PREFEITURA MUNICIPAL**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.007 Process	54.954,68			Baixa Verificada no Exercicio	33.577,90	33.577,90	
Cancelam. Restos a Pagar de 2.006 Process	5.167,99			**OBRAS EM ANDAMENTO**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.008 Process	594.695,21			Baixa de Conclusão de Obras	87.561,12	87.561,12	
Cancelam. Restos a Pagar de 2.010 Process	6.299,51			**EQUIPAMENTOS**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.011 Process	1.712,77			**PREFEITURA MUNICIPAL**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.009 Process	3.451,38			Baixa veridicada no exercicio	168.229,22	168.229,22	
Cancelam. Restos a Pagar de 2.012 Process	0,05			**ALMOXARIFADO**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.013 Não Pro	101.978,20			Baixa Estoque Interno/Material de Consumo	5.863.274,39	5.863.274,39	
Cancelam. Restos a Pagar de 2.013 Process	96.168,54			**DESINCORPORAÇÃO DE SALDOS FINAN**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.014 Process	37.588,07			**DESINCORPORAÇÃO DE CAIXA**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.014 Não Pro	411.482,98			Caixa	29.189,08	29.189,08	
Cancelam. Restos a Pagar de 2.015 Process	22.876,99			**VEICULOS E MAQUINARIOS**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.015 Não Pro	145.369,60			**PREFEITURA MUNICIPAL**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.002 Process	819,57			Baixa Verificada no Exercicio	32.000,00	32.000,00	
Cancelam. Restos a Pagar de 2.003 Process	14.282,44			**DIVIDA CONFESSADA**			
Cancelam. Restos a Pagar de 2.004 Process	7.745,65	1.504.593,63		**DÍVIDA ATIVA - BAIXA POR PROCESSO A**			
PROVISÃO PARA PERDAS				**DÍVIDA ATIVA - BAIXA IPTU**			
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	2.816.763,61	2.816.763,61		IPTU - 1999	2.971,36		
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E				IPTU - 2000	1.386,72		
Transferências Constitucionais e Legais	1.322.470,35	1.322.470,35		IPTU - 2001	1.449,68		
				IPTU - 2002	2.515,28		
				IPTU - 2003	3.606,85		
				IPTU - 2004	6.278,35		
				IPTU - 2005	5.482,90		
				IPTU - 2006	7.897,42		
				IPTU - 2007	8.671,15		
				IPTU - 2008	10.932,06		
				IPTU - 2009	12.391,29		
				IPTU - 2010	13.650,57		
				IPTU - 2011	22.283,79		
				IPTU - 2012	27.427,58		
				IPTU - 2013	47.945,83		
				IPTU - 2014	84.619,13		
				IPTU - 2015	211.050,97		
				IPTU - 2016	59.628,12	530.189,05	
				DÍVIDA ATIVA - BAIXA ISSQN			
				ISSQN - 2000	60,00		
				ISSQN - 2001	488,16		
				ISSQN - 2002	520,00		
				ISSQN - 2003	520,00		
				ISSQN - 2007	128,42		
				ISSQN - 2008	268,04		
				ISSQN - 2009	284,56		
				ISSQN - 2010	589,84		
				ISSQN - 2011	766,53		
				ISSQN - 2012	1.113,70		
				ISSQN - 2013	11.006,81		
				ISSQN - 2014	11.280,31		
				ISSQN - 2015	87.732,66		

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
				ISSQN - 2016	544,84	115.303,87	
				DÍVIDA ATIVA - BAIXA CONTRIBUIÇÃO DI			
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 1999	1.121,29		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2000	2.479,38		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2001	2.351,70		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2002	1.741,70		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2003	452,52		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2004	535,59		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2005	5.769,68		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2006	128,59		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2007	131,95		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2008	5.528,16		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2009	98,70		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2010	98,70		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2011	262,92		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2014	321,64		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2015	93,98		
				CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 2016	573,33	21.689,83	
				DÍVIDA ATIVA - BAIXA OUTROS TRIBUTO			
				OUTROS TRIBUTOS - 1998	710,80		
				OUTROS TRIBUTOS - 1999	648,24		
				OUTROS TRIBUTOS - 2000	2.172,27		
				OUTROS TRIBUTOS - 2001	2.394,18		
				OUTROS TRIBUTOS - 2002	2.224,82		
				OUTROS TRIBUTOS - 2003	1.467,05		
				OUTROS TRIBUTOS - 2004	2.156,21		
				OUTROS TRIBUTOS - 2005	771,22		
				OUTROS TRIBUTOS - 2006	1.022,82		
				OUTROS TRIBUTOS - 2007	1.157,82		
				OUTROS TRIBUTOS - 2008	1.596,81		
				OUTROS TRIBUTOS - 2009	3.229,92		
				OUTROS TRIBUTOS - 2010	2.258,22		
				OUTROS TRIBUTOS - 2011	1.916,51		
				OUTROS TRIBUTOS - 2012	3.344,80		
				OUTROS TRIBUTOS - 2013	27.970,76		
				OUTROS TRIBUTOS - 2014	26.006,12		
				OUTROS TRIBUTOS - 2015	12.482,42		
				OUTROS TRIBUTOS - 2016	1.148,43	94.679,42	
				CONFISSÃO DE DIVIDA RFB - LEI 2.212/2(			
				Divida Confessada RFB - Rec. 12511724160	8.308.067,08	8.308.067,08	
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			5.643.827,59	SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS			15.283.760,96
TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS			96.609.089,89	TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS			94.916.459,33
				Resultado Patrimonial (SUPERAVIT)			1.692.630,56
TOTAL GERAL			96.609.089,89	TOTAL GERAL			96.609.089,89

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GESTAO - ANEXO 13 BALANÇO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO **Exercício:** 2016 Página.: 1 of 2

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64 R$ 1,00

RECEITAS	R$	R$	R$
ORCAMENTARIA			
RECEITA TRIBUTARIA	7.057.364,61	0,00	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	718.491,33	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	721.762,38	0,00	0,00
Receitas de Servicos	2.332.443,56	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS CORRENTES	70.931.769,61	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	935.054,32	82.696.885,81	0,00
Transferencias Correntes (-)	(7.580.157,84)	(7.580.157,84)	0,00
OPERACOES DE CREDITOS	0,00	0,00	0,00
ALIENACAO DE BENS	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.952.591,82	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	0,00	0,00	0,00
Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal - BARRA-PREVI	0,00	1.952.591,82	77.069.319,79
INTERFERENCIA FINANCEIRA			
Interferencia financeira	0,00		
EXTRA - ORCAMENTARIA			
Barra PREVI-Funcionarios	1.662.081,68	0,00	
IRRF - Funcionários	1.367.555,13	0,00	
Contribuicao Sindical - SINTEP	9.453,90	0,00	
Func. Amort. Emprestimos	2.050.636,52	0,00	
Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	95.578,70	0,00	
INSS	458.905,54	0,00	
ISSQN - Prestadores de Servico	356.256,31	0,00	
Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	662.687,23	0,00	
IRRF- Fundeb	184.591,18	0,00	
Contr.Sintep- Fundeb	21.916,36	0,00	
Amort.Emprestimo-Fundeb	910.973,80	0,00	
INSS- Fundeb	202.283,13	0,00	
Pgto.Sispumbb-Fundeb	36.304,89	0,00	
Convênio UNIMED - Funcionários	771.724,27	0,00	
Convênio UNIMED - Fundeb	290.773,71	0,00	
INSS de Fornecedores	16.584,58	0,00	
Pensao Alimenticia	163.431,05	0,00	
IRRF de Fornecedores	54.568,33	0,00	
SINPEN	11.068,08	0,00	
Repasse Recursos PAICI	108.466,77	0,00	
Contribuição ADACSE-MT	3.569,28	9.439.410,44	
RESTOS A PAGAR			
Valor Liquidado	1.856.662,92	0,00	0,00

DESPESAS	R$	R$	R$
ORCAMENTARIA			
Encargos Especiais	298.346,89	0,00	0,00
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Educação	18.106.215,52	0,00	0,00
Desporto e Lazer	215.357,91	0,00	0,00
Cultura	145.648,52	0,00	0,00
Saúde	17.573.514,93	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00	0,00
Assistência Social	3.397.223,97	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	301.990,05	0,00	0,00
Urbanismo	3.238.077,03	0,00	0,00
Saneamento	866.994,21	0,00	0,00
Agricultura	372.454,57	0,00	0,00
Transporte	3.917.437,84	0,00	0,00
Administração	19.708.335,60	68.141.597,04	68.141.597,04
INTERFERENCIA FINANCEIRA			
Interferencia Financeira	2.893.952,98	2.893.952,98	2.893.952,98
EXTRA - ORCAMENTARIA			
Restos a Pagar de 2008 Processados	51.259,26	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2012 Processados	534,63	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2013 Processado	346.412,13	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2013 Não Processado	47.250,00	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2014 Processado	402.283,76	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2014 Não Processado	28.128,70	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2015 Processado	7.661.794,16	0,00	0,00
Restos a Pagar de 2015 Não Processado	1.121.509,78	0,00	0,00
Barra PREVI-Funcionarios	1.728.447,85	0,00	0,00
IRRF - Funcionários	1.367.555,13	0,00	0,00
Contribuicao Sindical - SINTEP	9.620,57	0,00	0,00
Func. Amort. Emprestimos	2.079.427,89	0,00	0,00
Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	96.852,27	0,00	0,00
INSS	419.972,44	0,00	0,00
ISSQN - Prestadores de Servico	356.256,31	0,00	0,00
Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	633.005,38	0,00	0,00
IRRF- Fundeb	184.591,18	0,00	0,00
Contr.Sintep- Fundeb	21.749,69	0,00	0,00
Amort.Emprestimo-Fundeb	882.182,43	0,00	0,00
INSS- Fundeb	186.190,45	0,00	0,00
Pgto.Sispumbb-Fundeb	35.031,32	0,00	0,00

www.duralexsistemas.com.br OR 844

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO **Exercício:** 2016 Página.: 2 of 2

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64 R$ 1,00

RECEITAS	R$	R$	R$	DESPESAS	R$	R$	R$
Valor a Liquidar	288.979,12	2.145.642,04	11.585.052,48	Convênio UNIMED - Funcionários	771.724,27	0,00	0,00
COMPESACAO				Convênio UNIMED - Fundeb	290.773,71	0,00	0,00
Contratos de Materiais de Uso e Consumo	0,00	312.807,68	0,00	Reforma Escola Julio Muller	2.425,38	0,00	0,00
Contratos de Prestação de Serviços	0,00	863.798,66	0,00	INSS de Fornecedores	16.584,58	0,00	0,00
Contratos de Reformas e Obras	0,00	5.563.036,43	0,00	Pensão Alimenticia	163.481,04	0,00	0,00
Compensação de Dívida - D.A.E.	0,00	53.983,93	6.793.626,70	IRRF de Fornecedores	54.568,33	0,00	0,00
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR				SINPEN	11.068,08	0,00	0,00
TESOURARIA	0,00	29.189,08	0,00	Repasse Recursos PAIC	108.466,77	0,00	0,00
BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	567.655,17	0,00	Contribuição ADACSE-MT	3.569,28	0,00	0,00
RECURSOS VINCULADOS	0,00	6.694.731,34	0,00	Tesouraria	29.189,08	19.111.905,85	19.111.905,85
BANCO CONTA ARRECADACAO	0,00	160.971,58	0,00	**COMPENSACAO**			
RECURSOS SOCIAL	0,00	523.927,17	7.976.474,34	Contratos de Materiais de Uso e Consumo	312.807,68	0,00	0,00
				Contratos de Prestação de Serviços	863.798,66	0,00	0,00
				Contratos de Reformas e Obras	5.563.036,43	0,00	0,00
				Compensação de Divda do D.A.E.	53.983,93	6.793.626,70	6.793.626,70
				SALDO PARA EXERCICIO SEGUINTE			
				BANCOS CONTA MOVIMENTO	14.609,66	0,00	0,00
				RECURSOS VINCULADOS	5.838.732,92	0,00	0,00
				BANCO CONTA ARRECADACAO	31.511,80	0,00	0,00
				RECURSOS SOCIAL	598.536,36	0,00	0,00
				CAIXA - CAUÇÃO	0,00	6.483.390,74	6.483.390,74
TOTAL			**103.424.473,31**	**TOTAL**			**103.424.473,31**

BARRA DO BUGRES,31 de dezembro de 2016

Júlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GESTAO - ANEXO 16 DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

Página.: 1 of 1

ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO R$			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Leis Número e data	Quantidade	Valor da Enissão R$		Emissão ou/ Atualização	Resgate	Cancelamento	Quantidade	Em R$
C.E.F. - PROJETO FAS	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
C.E.F -Pro saneamento	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Projeto PMAT - BNDES	1	58.256,01	58.256,01	0,00	0,00	0,00	1	58.256,01
INSS - 60.463.679-2 - 60 MESES	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Parcelamento do Pasep	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
INSS -37.207.395-6 - 60 MESES	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
INSS -Parcelamento Unico	1	246.823,68	246.823,68	0,00	0,00	0,00	1	246.823,68
Parcelamento do Pasep - Negoc. Recibo nº. 3861774	1	300.099,76	300.099,76	0,00	66.947,28	0,00	1	233.152,48
Sanemat- Assuncao de divida	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
SEMA - Parcelamento Divida Proc. nº. 418785/2007	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
SEMA - Parcelamento Divida Proc. nº. 784827/2008	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Divida Confessada Termo INCRA MT	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Divida Confessada Barra Previ	1	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1	0,00
Divida Confessada RFB - Rec. 12511724160938051839	1	8.308.067,08	0,00	8.308.067,08	78.829,83	0,00	1	8.229.237,25
Total	**14**	**8.913.246,53**	**605.179,45**	**8.308.067,08**	**145.777,11**	**0,00**	**14**	**8.767.469,42**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jão César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

www.duralexsistemas.com.br OR 847

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GESTAO - ANEXO 17 DEMONSTRAÇÃO DA DIVIDA FLUTUANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE Página.: 1 of 1

ANEXO 17 - LEI Nº 4.320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R$	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R$
		INSCRIÇÃO R$	BAIXA R$	CANCELAM. R$	
RESTOS A PAGAR DE 2002 PROCESSADO	819,57	0,00	0,00	819,57	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2004 PROCESSADO	7.745,65	0,00	0,00	7.745,65	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2003 PROCESSADO	14.282,44	0,00	0,00	14.282,44	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2006 PROCESSADO	5.167,99	0,00	0,00	5.167,99	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2007 PROCESSADOS	54.954,68	0,00	0,00	54.954,68	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2008 PROCESSADOS	645.954,47	0,00	51.259,26	594.695,21	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2009 PROCESSADOS	3.451,38	0,00	0,00	3.451,38	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2010 PROCESSADOS	6.299,51	0,00	0,00	6.299,51	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2011 PROCESSADOS	1.712,77	0,00	0,00	1.712,77	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2012 PROCESSADOS	15.678,87	0,00	534,63	0,05	15.144,19
RESTOS A PAGAR DE 2013 PROCESSADO	505.106,86	0,00	346.412,13	96.168,54	62.526,19
RESTOS A PAGAR DE 2013 NÃO PROCESSA	149.228,20	0,00	47.250,00	101.978,20	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2014 PROCESSADO	548.157,90	0,00	402.283,76	37.588,07	108.286,07
RESTOS A PAGAR DE 2014 NÃO PROCESSA	439.611,68	0,00	28.128,70	411.482,98	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2015 PROCESSADO	7.935.731,66	0,00	7.661.794,16	22.876,99	251.060,51
RESTOS A PAGAR DE 2015 NÃO PROCESSA	1.266.879,38	0,00	1.121.509,78	145.369,60	0,00
RESTOS A PAGAR DE 2016 PROCESSADO	0,00	1.856.662,92	0,00	0,00	1.856.662,92
RESTOS A PAGAR DE 2016 NAO PROCESSA	0,00	288.979,12	0,00	0,00	288.979,12
SUBTOTAL	**11.600.783,01**	**2.145.642,04**	**9.659.172,42**	**1.504.593,63**	**2.582.659,00**
Barra PREVI-Funcionarios	193.879,44	1.662.081,68	1.728.447,85	0,00	127.513,27
IRRF - Funcionários	0,00	1.367.555,13	1.367.555,13	0,00	0,00
Contribuicao Sindical - SINTEP	1.788,45	9.453,90	9.620,57	0,00	1.621,78
Adiantamento Abono Salarial	189,26	0,00	0,00	0,00	189,26
Func. Amort. Emprestimos	70.734,38	2.050.636,52	2.079.427,89	0,00	41.943,01
Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	8.581,79	95.578,70	96.852,27	0,00	7.308,22
INSS	8.391,18	458.905,54	419.972,44	0,00	47.324,28
Consignação - CEF	57,91	0,00	0,00	0,00	57,91
ISSQN - Prestadores de Servico	0,00	356.256,31	356.256,31	0,00	0,00
Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	62.304,83	662.687,23	633.005,38	0,00	91.986,68
IRRF- Fundeb	0,00	184.591,18	184.591,18	0,00	0,00
Contr.Sintep- Fundeb	1.905,78	21.916,36	21.749,69	0,00	2.072,45
Amort.Emprestimo-Fundeb	3.370,29	910.973,80	882.182,43	0,00	32.161,66
INSS- Fundeb	255,88	202.283,13	186.190,45	0,00	16.348,56
Pgto.Sispumbb-Fundeb	0,00	36.304,89	35.031,32	0,00	1.273,57
Convênio UNIMED - Funcionários	0,00	771.724,27	771.724,27	0,00	0,00
Convênio UNIMED - Fundeb	651,17	290.773,71	290.773,71	0,00	651,17
Reforma Escola Julio Muller	28.291,00	0,00	2.425,38	0,00	25.865,62
INSS de Fornecedores	4.147,33	16.584,58	16.584,58	0,00	4.147,33
Pensao Alimenticia	1.472,27	163.431,05	163.481,04	0,00	1.422,28
Descontos Autorizados	12.281,53	0,00	0,00	0,00	12.281,53
Emprestimo do B. Brasil	20.049,62	0,00	0,00	0,00	20.049,62
IRRF de Fornecedores	0,00	54.568,33	54.568,33	0,00	0,00
SINPEN	873,14	11.068,08	11.068,08	0,00	873,14
Reforma Salas de Aula Escola João de Campos	8.139,84	0,00	0,00	0,00	8.139,84
Repasse Recursos PAICI	0,00	108.466,77	108.466,77	0,00	0,00
Contribuição ADACSE-MT	0,00	3.569,28	3.569,28	0,00	0,00
Tesouraria	0,00	0,00	29.189,08	29.189,08	0,00
SUBTOTAL	**427.365,09**	**9.439.410,44**	**9.452.733,43**	**29.189,08**	**443.231,18**
TOTAL.....:	**12.028.148,10**	**11.585.052,48**	**19.111.905,85**	**1.533.782,71**	**3.025.890,18**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

www.duralexsistemas.com.br OR 848

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GOVERNO - ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTARIO

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985 **Exercício:** 2016 Página.: 1 de 1

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64 R$ 1,00

RECEITA				DESPESA			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTARIA	6.731.632,49	7.057.364,61	(325.732,12)				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	2.830.042,19	3.156.221,18	(326.178,99)				
RECEITA PATRIMONIAL	2.093.786,38	7.787.025,77	(5.693.239,39)				
Receitas de Servicos	1.952.902,13	2.332.443,56	(379.541,43)				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	61.925.419,14	70.931.769,61	(9.006.350,47)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.018.387,52	965.109,32	53.278,20				
DEDUCAO DA RECEITA CORRENTE							
Transferencias Correntes	(7.192.251,66)	(7.580.157,84)	387.906,18				
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERACOES DE CREDITOS	350.000,00	0,00	350.000,00				
ALIENACAO DE BENS	177.650,00	0,00	177.650,00				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.550.293,08	1.952.591,82	2.597.701,26				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.250,00	0,00	52.250,00				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAME							
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTAR	2.111.376,19	2.476.824,73	(365.448,54)				
Multas e Juros de Mora da Contribuição P	1.164,51	26.828,31	(25.663,80)				
Prefeitura-INTERFERENCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
Camara-INTERFERENCIA FINANCEIRA	0,00	2.894.305,74	(2.894.305,74)				
Previdencia-INTERFERENCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
				CREDITOS ORCAMENTARIOS E CREDITO ESPECIAL	82.226.479,97	74.721.468,41	7.505.011,56
				Prefeitura-INTERFERENCIA FINANCEIRA		2.893.952,98	(2.893.952,98)
				Camara-INTERFERENCIA FINANCEIRA			
				Previdencia-INTERFERENCIA FINANCEIRA			
SOMAS	**76.602.651,97**	**92.000.326,81**	**(15.397.674,84)**	**SOMAS**	**82.226.479,97**	**77.615.421,39**	**4.611.058,58**
DÉFICIT	**5.623.828,00**	**0,00**	**5.623.828,00**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**14.384.905,42**	**(14.384.905,42)**
TOTAL	**82.226.479,97**	**92.000.326,81**	**(9.773.846,84)**	**TOTAL**	**82.226.479,97**	**92.000.326,81**	**(9.773.846,84)**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GOVERNO - ANEXO 13 BALANÇO FINANCEIRO

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES

MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO **Exercício:** 2016 Página.: 1 de 3

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64 R$ 1,00

RECEITAS	R$	R$	R$
ORCAMENTARIA			
RECEITA TRIBUTARIA	7.057.364,61		
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	3.156.221,18		
RECEITA PATRIMONIAL	7.787.025,77		
Receitas de Servicos	2.332.443,56		
TRANSFERENCIAS CORRENTES	70.931.769,61		
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	965.109,32	92.229.934,05	
Transferencias Correntes (-)	(7.580.157,84)	(7.580.157,84)	
OPERACOES DE CREDITOS	0,00		
ALIENACAO DE BENS	0,00		
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.952.591,82		
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00		
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTARIAS	2.476.824,73		
Multas e Juros de Mora da Contribuição Patronal - BARRA-PREVI	26.828,31	4.456.244,86	89.106.021,07
INTERFERENCIA FINANCEIRA			
Prefeitura-Interferencia financeira	0,00		0,00
Camara-CAMARA MUNICIPAL	2.894.305,74		0,00
Previdencia-Interferencia financeira	0,00	2.894.305,74	2.894.305,74
EXTRA - ORCAMENTARIA			
Prefeitura-Barra PREVI-Funcionarios	1.662.081,68		
Prefeitura-IRRF - Funcionários	1.367.555,13		
Prefeitura-Contribuicao Sindical - SINTEP	9.453,90		
Prefeitura-Func. Amort. Emprestimos	2.050.636,52		
Prefeitura-Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	95.578,70		
Prefeitura-INSS	458.905,54		
Prefeitura-ISSQN - Prestadores de Servico	356.256,31		
Prefeitura-Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	662.687,23		
Prefeitura-IRRF- Fundeb	184.591,18		
Prefeitura-Contr.Sintep- Fundeb	21.916,36		
Prefeitura-Amort.Emprestimo-Fundeb	910.973,80		
Prefeitura-INSS- Fundeb	202.283,13		
Prefeitura-Pgto.Sispumbb-Fundeb	36.304,89		
Prefeitura-Convênio UNIMED - Funcionários	771.724,27		
Prefeitura-Convênio UNIMED - Fundeb	290.773,71		
Prefeitura-INSS de Fornecedores	16.584,58		
Prefeitura-Pensao Alimenticia	163.431,05		
Prefeitura-IRRF de Fornecedores	54.568,33		
Prefeitura-SINPEN	11.068,08		
Prefeitura-Repasse Recursos PAICI	108.466,77		
Prefeitura-Contribuição ADACSE-MT	3.569,28		

DESPESAS	R$	R$	R$
ORCAMENTARIA			
Legislativa	2.897.799,74		
Administração	20.268.716,80		
Assistência Social	3.397.223,97		
Previdência Municipal	3.121.690,43		
Saúde	17.573.514,93		
Educação	18.106.215,52		
Cultura	145.648,52		
Urbanismo	3.238.077,03		
Habitação	0,00		
Saneamento	866.994,21		
Gestão Ambiental	0,00		
Agricultura	372.454,57		
Comércio e Serviços	301.990,05		
Transporte	3.917.437,84		
Desporto e Lazer	215.357,91		
Encargos Especiais	298.346,89		
Reserva de Contingência	0,00	74.721.468,41	74.721.468,41
INTERFERENCIA FINANCEIRA			
Prefeitura-Interferencia Financeira	2.893.952,98	0,00	0,00
Camara-CAMARA MUNICIPAL	0,00	0,00	0,00
Previdencia-Interferencia Financeira	0,00	2.893.952,98	2.893.952,98
EXTRA - ORCAMENTARIA			
Prefeitura-Restos a Pagar de 2008 Processados	51.259,26	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2012 Processados	534,63	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2013 Processado	346.412,13	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2013 Não Processado	47.250,00	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2014 Processado	402.283,76	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2014 Não Processado	28.128,70	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2015 Processado	7.661.794,16	0,00	0,00
Prefeitura-Restos a Pagar de 2015 Não Processado	1.121.509,78	0,00	0,00
Previdencia-RESTO CONSOLIDAÇÃO BARRA PREVI	23.402,15	0,00	0,00
Prefeitura-Barra PREVI-Funcionarios	1.728.447,85	0,00	0,00
Prefeitura-IRRF - Funcionários	1.367.555,13	0,00	0,00
Prefeitura-Contribuicao Sindical - SINTEP	9.620,57	0,00	0,00
Prefeitura-Func. Amort. Emprestimos	2.079.427,89	0,00	0,00
Prefeitura-Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	96.852,27	0,00	0,00
Prefeitura-INSS	419.972,44	0,00	0,00
Prefeitura-ISSQN - Prestadores de Servico	356.256,31	0,00	0,00
Prefeitura-Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	633.005,38	0,00	0,00

www.duralexsistemas.com.br OR 8634

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO **Exercício:** 2016 Página.: 2 de 3

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64 R$ 1,00

RECEITAS	R$	R$	R$
Camara-MENSALIDADE UNIMED	24.686,99		
Camara-IRRF - EMPRESA	420,00		
Camara-INSS	95.500,17		
Camara-DEBE MES ANTERIOR	976,49		
Camara-PENSÃO ALIMENTICIA	7.121,09		
Camara-RENDIMENTO DE APLICACAO FINANCEIRA	3.786,98		
Camara-CONSIGNADO - CAIXA	374.653,51		
Camara-IRRF	87.427,98		
Camara-SISPMUP	4.161,76		
Camara-IPM - BARRA/PREVI	57.031,03		
Previdencia-CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIA	544.885,60	10.640.062,04	10.640.062,04
RESTOS A PAGAR			
Valor Liquidado	1.856.662,92	1.856.662,92	1.856.662,92
Valor Liquidado	14.975,96	14.975,96	14.975,96
Valor a Liquidar	288.979,12	288.979,12	288.979,12
Valor a Liquidar	0,00		
COMPENSACAO			
Prefeitura-Contratos de Materiais de Uso e Consumo	0,00	312.807,68	
Prefeitura-Contratos de Prestação de Serviços	0,00	863.798,66	
Prefeitura-Contratos de Reformas e Obras	0,00	5.563.036,43	
Prefeitura-Compensação de Dívida - D.A.E.	0,00	53.983,93	
Previdencia-RESTOS E PARCELAMENTOS	0,00	297.208,68	7.090.835,38
ATIVO NAO FINANCEIRO			
(-) Ajustes de Perdas	226.910,80		
CANCELAMENTO DE CONCILIAÇÃO	519,82	519,82	227.430,62
SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR			
Prefeitura-TESOURARIA	0,00	29.189,08	
Prefeitura-BANCOS CONTA MOVIMENTO	0,00	567.655,17	
Prefeitura-RECURSOS VINCULADOS	0,00	6.694.731,34	
Prefeitura-BANCO CONTA ARRECADACAO	0,00	160.971,58	
Prefeitura-RECURSOS SOCIAL	0,00	523.927,17	
Previdencia-APLICACOES FINANCEIRAS	0,00	35.405.888,52	43.382.362,86
TOTAL			**155.274.724,91**

DESPESAS	R$	R$	R$
Prefeitura-IRRF- Fundeb	184.591,18	0,00	0,00
Prefeitura-Contr.Sintep- Fundeb	21.749,69	0,00	0,00
Prefeitura-Amort.Emprestimo-Fundeb	882.182,43	0,00	0,00
Prefeitura-INSS- Fundeb	186.190,45	0,00	0,00
Prefeitura-Pgto.Sispumbb-Fundeb	35.031,32	0,00	0,00
Prefeitura-Convênio UNIMED - Funcionários	771.724,27	0,00	0,00
Prefeitura-Convênio UNIMED - Fundeb	290.773,71	0,00	0,00
Prefeitura-Reforma Escola Julio Muller	2.425,38	0,00	0,00
Prefeitura-INSS de Fornecedores	16.584,58	0,00	0,00
Prefeitura-Pensão Alimenticia	163.481,04	0,00	0,00
Prefeitura-IRRF de Fornecedores	54.568,33	0,00	0,00
Prefeitura-SINPEN	11.068,08	0,00	0,00
Prefeitura-Repasse Recursos PAICI	108.466,77	0,00	0,00
Prefeitura-Contribuição ADACSE-MT	3.569,28	0,00	0,00
Prefeitura-Tesouraria	29.189,08	0,00	0,00
Camara-MENSALIDADE UNIMED	24.686,99	0,00	0,00
Camara-IRRF - EMPRESA	420,00	0,00	0,00
Camara-INSS	96.936,72	0,00	0,00
Camara-PENSÃO ALIMENTISIA	7.121,09	0,00	0,00
Camara-CONSIGNADO - CAIXA	375.006,25	0,00	0,00
Camara-IRRF	87.427,98	0,00	0,00
Camara-SISPMUP	4.161,76	0,00	0,00
Camara-IPM BARRA/PREVI	57.031,03	0,00	0,00
Previdencia-CONSOLIDAÇÃO BARRA PREVI	531.689,07	20.319.788,89	20.319.788,89
COMPENSACAO			
Prefeitura-Contratos de Materiais de Uso e Consumo	312.807,68	0,00	0,00
Prefeitura-Contratos de Prestação de Serviços	863.798,66	0,00	0,00
Prefeitura-Contratos de Reformas e Obras	5.563.036,43	0,00	0,00
Prefeitura-Compensação de Divda do D.A.E.	53.983,93	0,00	0,00
Previdencia-RESTOS E PARCELAMENTO	297.208,68	7.090.835,38	7.090.835,38
SALDO PARA EXERCICIO SEGUINTE			
Prefeitura-BANCOS CONTA MOVIMENTO	14.609,66	0,00	0,00
Prefeitura-RECURSOS VINCULADOS	5.838.732,92	0,00	0,00
Prefeitura-BANCO CONTA ARRECADACAO	31.511,80	0,00	0,00
Prefeitura-RECURSOS SOCIAL	598.536,36	0,00	0,00
Previdencia-APLICACOES FINANCEIRAS	43.538.377,71	50.021.768,45	50.021.768,45
ATIVO NAO FINANCEIRO			
(-) Ajustes de Perdas	226.910,80	226.910,80	226.910,80
TOTAL			**155.274.724,91**

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

BALANÇO FINANCEIRO **Exercício:** 2016 Página.: 3 de 3

ANEXO 13 - LEI Nº 4.320/64 R$ 1,00

RECEITAS	R$	R$	R$	DESPESAS	R$	R$	R$

BARRA DO BUGRES,31 de dezembro de 2016

Jão César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GOVERNO - ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 10:16:29
Página.: 1 de 4

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N º 4 320-64 - CONSOLIDADO **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

R$ 1,00

A T I V O				P A S S I V O			
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
ATIVO FINANCEIRO				**PASSIVO FINANCEIRO**			
DISPONIVEL				**RESTOS A PAGAR 2016**			
BANCOS CONTA MOVIMENTO	14.609,66			VALOR LIQUIDADO	1.856.662,92		
APLICACOES FINANCEIRAS	43.538.377,71			A LIQUIDAR	288.979,12	**2.145.642,04**	
RECURSOS VINCULADOS	5.838.732,92			**SERVICO DA DIVIDA 2016**			
BANCO CONTA ARRECADACAO	31.511,80			VALOR LIQUIDADO	14.975,96	**14.975,96**	**0,00**
RECURSOS SOCIAL	598.536,36	**50.021.768,45**	**50.021.768,45**	**RESTOS DE OUTROS EXERC.**			
CANCELAMENTO DE CONCILIAÇÃO				Restos a Pagar de 2012 Processados	15.144,19		
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - U	769.224,37			Restos a Pagar de 2013 Processado	62.526,19		
Transferências de Recursos de Programas do	126.830,80			Restos a Pagar de 2014 Processado	108.286,07		
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - E	136.982,82			Restos a Pagar de 2015 Processado	251.060,51		
Res. Norm n. 011/2009 - Transf. vol. Conv. U	7.710.471,52			RESTO CONSOLIDAÇÃO BARRA PREVI	1.669,13	**438.686,09**	**2.599.304,09**
Res. Norm n. 011/2009 - Transf. Vol Conv Es	626.365,56			**DIVERSOS DEP. DE TERCEIROS**			
REGULARIZAÇÃO DE DESPESAS	578.526,23	**9.948.401,30**	**59.970.169,75**	Barra PREVI-Funcionarios	127.513,27		
ATIVO PERMANENTE				Contribuicao Sindical - SINTEP	1.621,78		
BENS MÓVEIS				Adiantamento Abono Salarial	189,26		
BENS MOVEIS / MOVEIS E UTENSILIOS				Func. Amort. Emprestimos	41.943,01		
Prefeitura-Prefeitura Municipal	1.402.996,35			Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	7.308,22		
Camara-Móveis e Utensílios	430.894,23			INSS	47.324,28		
Previdencia-CONSLIDACAO - Barra Previ	14.983,97			Consignação - CEF	57,91		
Camara-Equipamentos de Informática	10.153,40			Barra Previ-Ret.Func.-Fundeb	91.986,68		
Camara-Veículos	8.050,00			Contr.Sintep- Fundeb	2.072,45		
Camara-(-) Depreciação Acumulada	-204.723,05	**1.662.354,90**		Amort.Emprestimo-Fundeb	32.161,66		
BENS IMÓVEIS				INSS- Fundeb	16.348,56		
BENS MOVEIS / VEICULOS E MAQUINARIO				Pgto.Sispumbb-Fundeb	1.273,57		
Prefeitura-Prefeitura Municipal	13.827.423,79			Convênio UNIMED - Fundeb	651,17		
Camara-Imovel	5.485,00			Reforma Escola Julio Muller	25.865,62		
Previdencia-Depreciação Acumlado	-11.091,70	**13.821.817,09**		INSS de Fornecedores	4.147,33		
BENS MOVEIS / EQUIPAMENTOS				Pensão Alimenticia	1.422,28		
Prefeitura-Prefeitura Municipal	3.079.816,51	**3.079.816,51**		Descontos Autorizados	12.281,53		
BENS IMOVEIS				Emprestimo do B. Brasil	20.049,62		
Prefeitura-Terrenos	1.974.631,93			SINPEN	873,14		
Prefeitura-Edificações da Prefeitura Municipa	5.010.638,34			Reforma Salas de Aula Escola João de Campo	8.139,84		
Prefeitura-Obras em Andamento	9.097.909,06	**16.083.179,33**		CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIA	49.358,41	**492.589,59**	**492.589,59**
ALMOXARIFADO				**Camara-ESTOQUE**			
Prefeitura-Estoque Interno/Material de Consu	223.855,11	**223.855,11**	**34.871.022,94**	**Camara-Material de Consumo**			
DIVIDA ATIVA				**Previdencia-ESTOQUE**			
CREDITOS FISCAIS INSCRITOS				**Previdencia-ESTOQUE INTERNO - ALMOXA**			
Dívida Ativa Tributária - IPTU				**Previdencia-Material de Consumo**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 1999	46.771,15			**Previdencia-PASSIVO PERMANENTE**			

www.duralexsistemas.com.br OR 8635

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 10:16:29
Página.: 2 de 4

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N º 4 320-64 - CONSOLIDADO **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

R$ 1,00

A T I V O				P A S S I V O			
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2000	20.934,13			**Prefeitura-PASSIVO PERMANENTE**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2001	22.982,53			**Prefeitura-DIVIDA FUNDADA INTERNA**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2002	30.390,94			Prefeitura-Projeto PMAT - BNDES	58.256,01		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2003	50.833,54			**Prefeitura-DIVIDA CONFESSADA**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2004	209.916,81			Prefeitura-INSS -Parcelamento Unico	246.823,68		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2005	129.992,86			Prefeitura-Parcelamento do Pasep - Negoc. Re	233.152,48		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2006	163.999,82			Prefeitura-Divida Confessada RFB - Rec. 1251	8.229.237,25		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2007	183.072,80			**Previdencia-PASSIVO PERMANENTE**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2008	208.981,66			Previdencia-APOSENTADORIAS / PENSÕES	62.644.052,96	71.411.522,38	71.411.522,38
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2009	241.120,61			**SALDO PATRIMONIAL**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2010	269.198,20			**ATIVO REAL LIQUIDO**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2011	327.329,12			Camara-ATIVO REAL LIQUIDO	249.859,58		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2012	413.700,10			Prefeitura-PATRIMONIO REAL LIQUIDO	48.224.538,78	48.474.398,36	48.474.398,36
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2013	614.692,96			**PASSIVO COMPENSADO**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2014	813.899,59			**SUPLEMENTAÇÃO ENTRE NATUREZA DE D**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2015	1.205.265,64			**CONTRATOS**			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2016	2.306.917,12			Prefeitura-Contratos de Materiais de Uso e Co	526.113,95		
Dívida Ativa Tributária - ISSQN				Prefeitura-Contratos de Prestação de Serviços	59.403,19		
Dívida Ativa Tributária - ISSQN 1998	2.425,17			**COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA - D.A.E**			
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2000	1.435,87			Prefeitura-Compensação de Divda do D.A.E.	1.585.927,23	2.171.444,37	2.171.444,37
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2001	2.684,72						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2002	24.220,64						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2003	32.671,66						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2004	38.344,19						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2005	38.721,10						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2006	33.592,35						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2007	59.366,87						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2008	95.684,26						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2009	75.985,33						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2010	127.774,99						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2011	116.490,13						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2012	310.860,47						
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2013	224.288,44						
Divida Ativa Tributária - ISSQN 2014	888.588,23						
Divida Ativa Tributária - ISSQN 2015	158.364,78						
Divida Ativa Tributária - ISSQN 2016	129.801,27						
Dívida Ativa Tributária - Contribuição de Me							
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 1	7.331,18						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	18.139,84						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	19.511,95						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	12.053,88						

www.duralexsistemas.com.br OR 8635

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 10:16:30
Página.: 3 de 4

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N º 4 320-64 - CONSOLIDADO **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

R$ 1,00

A T I V O				P A S S I V O			
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	4.544,80						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	4.801,97						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	6.788,90						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	6.441,76						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	4.705,13						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	2.864,16						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	126,48						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	1.398,76						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	551,17						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	536,80						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	12.467,81						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	504,55						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	1.523,61						
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	717,43						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 1998	1.734,43						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 1999	660,30						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2000	20.293,59						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2001	21.018,18						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2002	36.234,25						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2003	47.379,25						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2004	4.369,38						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2005	42.429,10						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2006	61.423,88						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2007	73.090,97						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2008	262.565,09						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2009	112.856,30						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2010	391.551,00						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2011	1.675.201,96						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2012	193.680,26						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2013	619.509,54						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2014	319.943,27						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2015	752.306,80						
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2016	369.386,66						
PROVISÃO PARA PERDAS							
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	-5.763.109,19	**8.968.835,25**					
DIVIDA ATIVA							
Creditos de contribuições a receber-Executivo	1.237.022,71	**1.237.022,71**	**10.205.857,96**				
SALDO PATRIMONIAL							
PASSIVO REAL A DESCOBERTO							
PASSIVO REAL DESCOBERTO	17.930.763,77	**17.930.763,77**	**17.930.763,77**				

www.duralexsistemas.com.br OR 8635

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 10:16:30
Página.: 4 de 4

ANEXO 14 - BALANÇO PATRIMONIAL - LEI N º 4 320-64 - CONSOLIDADO **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

A T I V O				P A S S I V O			R$ 1,00
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$
ATIVO COMPENSADO							
CONTRATOS							
Contratos de Materiais de Uso e Consumo	526.113,95						
Contratos de Prestação de Serviços	59.403,19	585.517,14					
COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA - D.A.E							
Compensação de Dívida - D.A.E.	1.585.927,23	1.585.927,23	2.171.444,37				
TOTAL ATIVO.....:			**125.149.258,79**	**TOTAL PASSIVO.....:**			**125.149.258,79**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jão César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GOVERNO - ANEXO 15 VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 1 de 4

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
RESULTANTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
RECEITA ORCAMENTARIA				**DESPESA ORCAMENTARIA**			
RECEITA TRIBUTARIA	7.057.364,61			**DESPESAS CORRENTES**			
RECEITA DE CONTRIBUICOES	3.156.221,18			PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	42.004.915,19		
RECEITA PATRIMONIAL	7.787.025,77			JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	152.569,78		
RECEITA DE SERVICOS	2.332.443,56			OUTRAS DESPESAS CORRENTES	28.097.237,71	70.254.722,68	
TRANSFERENCIAS CORRENTES	70.931.769,61			**DESPESAS DE CAPITAL**			
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	965.109,32			INVESTIMENTOS	4.320.968,62		
Transferencias Correntes	-7.580.157,84			AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	145.777,11	4.466.745,73	
OPERACOES DE CREDITO				**RESERVA ORÇAMENTARIA DO RPPS**			
ALIENACAO DE BENS				**RESERVA DE CONTIGENCIA**			
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.952.591,82						
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIA	2.476.824,73						
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAMENTARIA	26.828,31	89.106.021,07					
INTERFERENCIA FINANCEIRA				**INTERFERENCIA FINANCEIRA**			
Camara-CAMARA MUNICIPAL	2.894.305,74			Camara-DEVOLUÇÃO DE REPASSE			
Prefeitura-Camara Municipal				Prefeitura-Camara Municipal	2.893.952,98		
Prefeitura-Servidores Fundef				Prefeitura-Servidores Fundef			
Prefeitura-Servidores Gerais				Prefeitura-Servidores Gerais			
Previdencia-Camara Municipal				Previdencia-Camara Municipal			
Previdencia-Servidores Fundef				Previdencia-Servidores Fundef			
Previdencia-Servidores Gerais				Previdencia-Servidores Gerais			
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			92.000.326,81	**SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			77.615.421,39
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Prefeitura-MUTACOES PATRIMONIAIS				**Prefeitura-MUTACOES PATRIMONIAIS**			
Prefeitura-MOVEIS E UTENSILIOS				**Prefeitura-DIVIDA ATIVA**			
Prefeitura-PREFEITURA MUNICIPAL				Prefeitura- Valor recebido no Exercicio	502.097,59	502.097,59	
Prefeitura- Adiquiridos no Exercicio	92.397,75	92.397,75		**Prefeitura-TRANSF. CONST. E LEGAIS DO EXER**			
Prefeitura-ALMOXARIFADO				Prefeitura- TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONA	805.198,25		
Prefeitura- Estoque Interno/Material de Consumo	5.950.189,95	5.950.189,95		Prefeitura- Transferências de Recursos de Program	307.965,05		
Prefeitura-OBRAS EM ANDAMENTO				Prefeitura- TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONA	136.571,85		
Prefeitura- Obras em Andamento	3.875.741,88	3.875.741,88		Prefeitura- Res. Norm n. 011/2009 - Transf. vol. Co	6.590.851,29		
Prefeitura-VARIAÇÕES PATRIM. ATIVAS IND. DA				Prefeitura- Res. Norm n. 011/2009 - Transf. Vol Co	254.464,32	8.095.050,76	
Prefeitura-DIVIDA ATIVA DE IPTU							
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	322,02						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	1.561,80						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	2.600,06						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	2.698,60						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	2.678,81						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	2.676,80						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	33,53						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	1.875,21						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	3.668,77						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	3.488,23						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	3.377,76						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	4.760,89						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	9.504,46						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária - I	2.619.865,72	2.659.112,66					
Prefeitura-DIVIDA ATIVA DE ISSQN							
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária IS	147,46						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária IS	31,84						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária IS	110,06						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária IS	147.398,45						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa Tributária IS	488,16	148.175,97					
Prefeitura-DIVIDA ATIVA DE OUTROS TRIBUTOS							
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	2.444,69						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	632,56						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	689,19						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	2.904,70						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	927,96						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	710,80						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	1.844,90						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	490,84						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	2.046,75						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	2.039,54						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	235,20						
Prefeitura- Reinscrição da Dívida Ativa O.Trib. Prin	1.336,20						

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 2 de 4

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS DEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Prefeitura- Reinscrição da Divida Ativa O.Trib. Princ	971,15						
Prefeitura- Reinscrição da Divida Ativa O.Trib. Princ	392.789,53	410.064,01					
Prefeitura-DIVIDA ATIVA DAS CONTRIBUICOES I							
Prefeitura- Reinscrição da D. A. das Contr. de Melh	98,70						
Prefeitura- Reinscrição da D. A. das Contr. de Melh	175,68						
Prefeitura- Reinscrição da D. A. das Contr. de Melh	20,21						
Prefeitura- Reinscrição da D. A. das Contr. de Melh	5.528,16						
Prefeitura- Reinscrição da D. A. das Contr. de Melh	6.254,97						
Prefeitura- Reinscrição da D. A. das Contr. de Melh	7.534,96	19.612,68					
Prefeitura-EQUIPAMENTOS							
Prefeitura-PREFEITURA MUNICIPAL							
Prefeitura- Valor adquirido no exercicio	221.709,50	221.709,50					
Prefeitura-VEICULOS E MAQUINARIOS							
Prefeitura-PREFEITURA MUNICIPAL							
Prefeitura- Valor Adiquirido no Exercicio	373.161,00	373.161,00					
Prefeitura-DIVIDA INTERNA							
Prefeitura-DIVIDA CONFESSADA							
Prefeitura- Parcelamento do Pasep - Negoc. Recibo	66.947,28						
Prefeitura- Divida Confessada RFB - Rec. 1251172	78.829,83	145.777,11					
Camara-MUTAÇOES PATRIMONIAIS							
Camara-MOVEIS, UTENSÍLIOS E VEÍCULOS							
Camara-ADQUIRIDOS NO EXERCICIO							
Camara- Móveis e Utensílios	698,00	698,00					
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			13.896.640,51	**SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			8.597.148,35
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
Prefeitura-INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORC				**Prefeitura-IDENPENDENTE DA EXECUCAO ORC/**			
Prefeitura-CANCELAMENTO DE DIVIDAS PASSIV				**Prefeitura-MOVEIS E UTENSILIOS**			
Prefeitura-CANCELAM.DEP.TERCEIROS				**Prefeitura-PREFEITURA MUNICIPAL**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.007 Prc	54.954,68			Prefeitura- Baixa Verificada no Exercicio	33.577,90	33.577,90	
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.006 Prc	5.167,99			**Prefeitura-OBRAS EM ANDAMENTO**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.008 Prc	594.695,21			Prefeitura- Baixa de Conclusão de Obras	87.561,12	87.561,12	
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.010 Prc	6.299,51			**Prefeitura-EQUIPAMENTOS**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.011 Prc	1.712,77			**Prefeitura-PREFEITURA MUNICIPAL**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.009 Prc	3.451,38			Prefeitura- Baixa veridicada no exercicio	168.229,22	168.229,22	
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.012 Prc	0,05			**Prefeitura-ALMOXARIFADO**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.013 Nã	101.978,20			Prefeitura- Baixa Estoque Interno/Material de Cons	5.863.274,39	5.863.274,39	
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.013 Prc	96.168,54			**Prefeitura-DESINCORPORAÇÃO DE SALDOS FIN**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.014 Prc	37.588,07			**Prefeitura-DESINCORPORAÇÃO DE CAIXA**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.014 Nã	411.482,98			Prefeitura- Caixa	29.189,08	29.189,08	
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.015 Prc	22.876,99			**Prefeitura-VEICULOS E MAQUINARIOS**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.015 Nã	145.369,60			**Prefeitura-PREFEITURA MUNICIPAL**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.002 Prc	819,57			Prefeitura- Baixa Verificada no Exercicio	32.000,00	32.000,00	
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.003 Prc	14.282,44			**Prefeitura-DIVIDA CONFESSADA**			
Prefeitura- Cancelam. Restos a Pagar de 2.004 Prc	7.745,65	1.504.593,63		**Prefeitura-DÍVIDA ATIVA - BAIXA POR PROCESS**			
Prefeitura-PROVISÃO PARA PERDAS				**Prefeitura-DÍVIDA ATIVA - BAIXA IPTU**			
Prefeitura- (-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	2.816.763,61	2.816.763,61		Prefeitura- IPTU - 1999	2.971,36		
Prefeitura-TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS				Prefeitura- IPTU - 2000	1.386,72		
Prefeitura- Transferências Constitucionais e Legais	1.322.470,35	1.322.470,35		Prefeitura- IPTU - 2001	1.449,68		
Camara-INDEPENDENTES DA EXECUCAO ORCA				Prefeitura- IPTU - 2002	2.515,28		
Camara-INSUBISISTÊNCIA ATIVA/PASSIVA				Prefeitura- IPTU - 2003	3.606,85		
Camara-CANCELAMENTO DE DEPÓSITOS DE TE				Prefeitura- IPTU - 2004	6.278,35		
Camara- Dação em Pagamento	8.981,12	8.981,12		Prefeitura- IPTU - 2005	5.482,90		
Previdencia-INDEPENDENTES DA EXECUCAO OI				Prefeitura- IPTU - 2006	7.897,42		
Previdencia-VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTA				Prefeitura- IPTU - 2007	8.671,15		
Previdencia-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMEN				Prefeitura- IPTU - 2008	10.932,06		
Previdencia- DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	462.477,84			Prefeitura- IPTU - 2009	12.391,29		
Previdencia- Reversao de provisões e ajustes de pr	33.309.115,18	33.771.593,02		Prefeitura- IPTU - 2010	13.650,57		
				Prefeitura- IPTU - 2011	22.283,79		
				Prefeitura- IPTU - 2012	27.427,58		
				Prefeitura- IPTU - 2013	47.945,83		
				Prefeitura- IPTU - 2014	84.619,13		
				Prefeitura- IPTU - 2015	211.050,97		
				Prefeitura- IPTU - 2016	59.628,12	530.189,05	
				Prefeitura-DÍVIDA ATIVA - BAIXA ISSQN			
				Prefeitura- ISSQN - 2000	60,00		
				Prefeitura- ISSQN - 2001	488,16		
				Prefeitura- ISSQN - 2002	520,00		

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 3 de 4

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS INDEPENDENTE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA							
				Prefeitura- ISSQN - 2003	520,00		
				Prefeitura- ISSQN - 2007	128,42		
				Prefeitura- ISSQN - 2008	268,04		
				Prefeitura- ISSQN - 2009	284,56		
				Prefeitura- ISSQN - 2010	589,84		
				Prefeitura- ISSQN - 2011	766,53		
				Prefeitura- ISSQN - 2012	1.113,70		
				Prefeitura- ISSQN - 2013	11.006,81		
				Prefeitura- ISSQN - 2014	11.280,31		
				Prefeitura- ISSQN - 2015	87.732,66		
				Prefeitura- ISSQN - 2016	544,84		115.303,87
				Prefeitura-DÍVIDA ATIVA - BAIXA CONTRIBUIÇÃ(			
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 199	1.121,29		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	2.479,38		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	2.351,70		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	1.741,70		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	452,52		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	535,59		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	5.769,68		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	128,59		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	131,95		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	5.528,16		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 200	98,70		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 201	98,70		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 201	262,92		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 201	321,64		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 201	93,98		
				Prefeitura- CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA - 201	573,33		21.689,83
				Prefeitura-DÍVIDA ATIVA - BAIXA OUTROS TRIBU			
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 1998	710,80		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 1999	648,24		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2000	2.172,27		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2001	2.394,18		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2002	2.224,82		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2003	1.467,05		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2004	2.156,21		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2005	771,22		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2006	1.022,82		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2007	1.157,82		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2008	1.596,81		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2009	3.229,92		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2010	2.258,22		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2011	1.916,51		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2012	3.344,80		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2013	27.970,76		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2014	26.006,12		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2015	12.482,42		
				Prefeitura- OUTROS TRIBUTOS - 2016	1.148,43		94.679,42
				Prefeitura-CONFISSÃO DE DIVIDA RFB - LEI 2.21			
				Prefeitura- Divida Confessada RFB - Rec. 1251172	8.308.067,08		8.308.067,08
				Camara-(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS			
				Camara- Veículos	630,29		
				Camara- AJUSTE/INVENTARIO DE BENS	1.396,53		2.026,82
				Camara-CANCELAMENTOS DE DEPOSITOS DE T			
				Camara- DACAO EM PAGAMENTO	1.789,14		1.789,14
				Previdencia-IDENPENDENTE DA EXECUCAO OR			
				Previdencia-VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINU			
				Previdencia-BARRA PREVI			
				Previdencia- (-) Ajuste de Perda de Investimento	226.910,80		
				Previdencia- VDP DE CONSTITUIÇÕES DE PROV	22.072.279,63		22.299.190,43
				Previdencia-USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSU			
				Previdencia-BARRA PREVI			
				Previdencia- Depreciação, Amortização e Exaustão	3.712,98		3.712,98
SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES ATIVAS			**39.424.401,73**	**SUBTOTAL DAS VARIAÇÕES PASSIVAS**			**37.590.480,33**
TOTAL DAS VARIACOES ATIVAS			**145.321.369,05**	**TOTAL DAS VARIACOES PASSIVAS**			**120.909.097,09**
				Resultado Patrimonial (SUPERAVIT)			**24.412.271,96**

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS Página.: 4 de 4

ANEXO 15 - LEI Nº 4320/64 **Exercício:** 2016 BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016 R$ 1,00

VARIAÇÕES ATIVAS				VARIAÇÕES PASSIVAS			
Títulos	R$	R$	R$	Títulos	R$	R$	R$
TOTAL GERAL			**145.321.369,05**	**TOTAL GERAL**			**145.321.369,05**

Júlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GOVERNO - ANEXO 16 DIVIDA FUNDADA INTERNA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES - CONSOLIDADO

MATO GROSSO

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA - CONSOLIDADO

Página.: 1 de 1

ANEXO 16 - LEI Nº 4.320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO R$	MOVIMENTO NO EXERCÍCIO R$			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Leis Número e data	Quantidade	Valor da Emissão R$		Emissão ou/ Atualização	Resgate	Cancelamento	Quantidade	Em R$
Projeto PMAT - BNDES	1	58.256,01	58.256,01	0,00	0,00	0,00	1	58.256,01
INSS -Parcelamento Unico	1	246.823,68	246.823,68	0,00	0,00	0,00	1	246.823,68
Parcelamento do Pasep - Negoc. Recibo nº. 3861774	1	300.099,76	300.099,76	0,00	66.947,28	0,00	1	233.152,48
Divida Confessada RFB - Rec. 12511724160938051839	1	8.308.067,08	0,00	8.308.067,08	78.829,83	0,00	1	8.229.237,25
Total	**4**	**8.913.246,53**	**605.179,45**	**8.308.067,08**	**145.777,11**	**0,00**	**4**	**8.767.469,42**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Júlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

www.duralexsistemas.com.br OR 8637

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GOVERNO - ANEXO 17 DIVIDA FLUTUANTE

CONSOLIDADO MUNICÍPIO DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

CONSOLIDADO - DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE Página.: 1 de 1

ANEXO 17 - LEI Nº 4.320/64 **Exercício:** 2016 R$ 1,00

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR R$	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE R$
		INSCRIÇÃO R$	BAIXA R$	CANCELAM. R$	
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2002 PROC	819,57	0,00	0,00	819,57	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2004 PROC	7.745,65	0,00	0,00	7.745,65	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2003 PROC	14.282,44	0,00	0,00	14.282,44	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2006 PROC	5.167,99	0,00	0,00	5.167,99	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2007 PROC	54.954,68	0,00	0,00	54.954,68	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2008 PROC	645.954,47	0,00	51.259,26	594.695,21	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2009 PROC	3.451,38	0,00	0,00	3.451,38	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2010 PROC	6.299,51	0,00	0,00	6.299,51	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2011 PROC	1.712,77	0,00	0,00	1.712,77	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2012 PROC	15.678,87	0,00	534,63	0,05	15.144,19
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2013 PROC	505.106,86	0,00	346.412,13	96.168,54	62.526,19
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2013 NÃO F	149.228,20	0,00	47.250,00	101.978,20	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2014 PROC	548.157,90	0,00	402.283,76	37.588,07	108.286,07
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2014 NÃO F	439.611,68	0,00	28.128,70	411.482,98	0,00
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2015 PROC	7.935.731,66	0,00	7.661.794,16	22.876,99	251.060,51
Prefeitura - RESTOS A PAGAR DE 2015 NÃO F	1.266.879,38	0,00	1.121.509,78	145.369,60	0,00
Previdencia - RESTO CONSOLIDAÇÃO BARRA	25.071,28	0,00	23.402,15	0,00	1.669,13
Previdencia - RESTOS A PAGAR DE 2016 PRC	0,00	14.975,96	0,00	0,00	14.975,96
SUBTOTAL	**11.625.854,29**	**14.975,96**	**9.682.574,57**	**1.504.593,63**	**453.662,05**
Prefeitura - Barra PREVI-Funcionarios	193.879,44	1.662.081,68	1.728.447,85	0,00	127.513,27
Prefeitura - IRRF - Funcionários	0,00	1.367.555,13	1.367.555,13	0,00	0,00
Prefeitura - Contribuicao Sindical - SINTEP	1.788,45	9.453,90	9.620,57	0,00	1.621,78
Prefeitura - Adiantamento Abono Salarial	189,26	0,00	0,00	0,00	189,26
Prefeitura - Func. Amort. Emprestimos	70.734,38	2.050.636,52	2.079.427,89	0,00	41.943,01
Prefeitura - Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	8.581,79	95.578,70	96.852,27	0,00	7.308,22
Prefeitura - INSS	8.391,18	458.905,54	419.972,44	0,00	47.324,28
Prefeitura - Consignação - CEF	57,91	0,00	0,00	0,00	57,91
Prefeitura - ISSQN - Prestadores de Servico	0,00	356.256,31	356.256,31	0,00	0,00
Prefeitura - Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	62.304,83	662.687,23	633.005,38	0,00	91.986,68
Prefeitura - IRRF- Fundeb	0,00	184.591,18	184.591,18	0,00	0,00
Prefeitura - Contr.Sintep- Fundeb	1.905,78	21.916,36	21.749,69	0,00	2.072,45
Prefeitura - Amort.Emprestimo-Fundeb	3.370,29	910.973,80	882.182,43	0,00	32.161,66
Prefeitura - INSS- Fundeb	255,88	202.283,13	186.190,45	0,00	16.348,56
Prefeitura - Pgto.Sispumbb-Fundeb	0,00	36.304,89	35.031,32	0,00	1.273,57
Prefeitura - Convênio UNIMED - Funcionários	0,00	771.724,27	771.724,27	0,00	0,00
Prefeitura - Convênio UNIMED - Fundeb	651,17	290.773,71	290.773,71	0,00	651,17
Prefeitura - Reforma Escola Julio Muller	28.291,00	0,00	2.425,38	0,00	25.865,62
Prefeitura - INSS de Fornecedores	4.147,33	16.584,58	16.584,58	0,00	4.147,33
Prefeitura - Pensao Alimenticia	1.472,27	163.431,05	163.481,04	0,00	1.422,28
Prefeitura - Descontos Autorizados	12.281,53	0,00	0,00	0,00	12.281,53
Prefeitura - Emprestimo do B. Brasil	20.049,62	0,00	0,00	0,00	20.049,62
Prefeitura - IRRF de Fornecedores	0,00	54.568,33	54.568,33	0,00	0,00
Prefeitura - SINPEN	873,14	11.068,08	11.068,08	0,00	873,14
Prefeitura - Reforma Salas de Aula Escola João	8.139,84	0,00	0,00	0,00	8.139,84
Prefeitura - Repasse Recursos PAICI	0,00	108.466,77	108.466,77	0,00	0,00
Prefeitura - Contribuição ADACSE-MT	0,00	3.569,28	3.569,28	0,00	0,00
Prefeitura - Tesouraria	0,00	0,00	29.189,08	29.189,08	0,00
Camara - MENSALIDADE UNIMED	0,00	24.686,99	24.686,99	0,00	0,00
Camara - IRRF - EMPRESA	0,00	420,00	420,00	0,00	0,00
Camara - INSS	0,15	95.500,17	96.936,72	1.436,40	0,00
Camara - DEBE MES ANTERIOR	0,00	976,49	0,00	976,49	0,00
Camara - PENSÃO ALIMENTICIA	0,00	7.121,09	7.121,09	0,00	0,00
Camara - RENDIMENTO DE APLICACAO FINA	0,00	3.786,98	0,00	3.786,98	0,00
Camara - CONSIGNADO - CAIXA	0,00	374.653,51	375.006,25	352,74	0,00
Camara - IRRF	3.697,83	87.427,98	87.427,98	3.697,83	0,00
Camara - SISPMUP	0,00	4.161,76	4.161,76	0,00	0,00
Camara - IPM - BARRA/PREVI	0,00	57.031,03	57.031,03	0,00	0,00
Previdencia - CONSOLIDAÇÃO PREVIDENCIA	36.161,88	544.885,60	531.689,07	0,00	49.358,41
SUBTOTAL	**467.224,95**	**10.640.062,04**	**10.637.214,32**	**39.439,52**	**492.589,59**
TOTAL.....:	**12.093.079,24**	**10.655.038,00**	**20.319.788,89**	**1.544.033,15**	**946.251,64**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

www.duralexsistemas.com.br OR 8638

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GESTAO - ANEXO 12 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

ADENDO II À PORTARIA SOB Nº 08 DE 04/02/1985 **Exercício:** 2016 Página.: 1 of 1

ANEXO 12 - LEI Nº 4320/64 R$ 1,00

R E C E I T A				D E S P E S A			
TÍTULOS	Previsão	Execução	Diferença	TÍTULOS	Fixação	Execução	Diferença
RECEITAS CORRENTES							
RECEITA TRIBUTARIA	6.731.632,49	7.057.364,61	(325.732,12)				
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	919.870,59	718.491,33	201.379,26				
RECEITA PATRIMONIAL	541.786,38	721.762,38	(179.976,00)				
Receitas de Servicos	1.952.902,13	2.332.443,56	(379.541,43)				
TRANSFERENCIAS CORRENTES	61.925.419,14	70.931.769,61	(9.006.350,47)				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.016.887,52	935.054,32	81.833,20				
DEDUCAO DA RECEITA CORRENTE							
Transferencias Correntes	(7.192.251,66)	(7.580.157,84)	387.906,18				
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERACOES DE CREDITOS	350.000,00	0,00	350.000,00				
ALIENACAO DE BENS	177.650,00	0,00	177.650,00				
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	4.550.293,08	1.952.591,82	2.597.701,26				
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	52.250,00	0,00	52.250,00				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORCAME							
CONTRIBUICOES INTRA-ORCAMENTAR	0,00	0,00	0,00				
Multas e Juros de Mora da Contribuição P	0,00	0,00	0,00				
INTERFERENCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00				
				CREDITOS ORCAMENTARIOS E SUPLEMENTARES	73.625.046,93	68.141.597,04	5.483.449,89
				CREDITO ESPECIAL			
				INTERFERENCIA FINANCEIRA		2.893.952,98	(2.893.952,98)
SOMAS	**71.026.439,67**	**77.069.319,79**	**(6.042.880,12)**	**SOMAS**	**73.625.046,93**	**71.035.550,02**	**2.589.496,91**
DÉFICIT	**2.598.607,26**	**0,00**	**2.598.607,26**	**SUPERÁVIT**	**0,00**	**6.033.769,77**	**(6.033.769,77)**
TOTAL	**73.625.046,93**	**77.069.319,79**	**(3.444.272,86)**	**TOTAL**	**73.625.046,93**	**77.069.319,79**	**(3.444.272,86)**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

Jlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTAS DE GESTAO - ANEXO 14 BALANÇO PATRIMONIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 13:50:41
Página.: 1 of 4

ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL - LEI N 4320-64 **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

ATIVO

Titulos	R$	R$	R$
ATIVO FINANCEIRO			
DISPONIVEL			
BANCOS CONTA MOVIMENTO	14.609,66		
RECURSOS VINCULADOS	5.838.732,92		
BANCO CONTA ARRECADACAO	31.511,80		
RECURSOS SOCIAL	598.536,36	**6.483.390,74**	**6.483.390,74**
Créditos á Receber			
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - U	769.224,37		
Transferências de Recursos de Programas do	126.830,80		
TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS - E	136.982,82		
Res. Norm n. 011/2009 - Transf. vol. Conv. U	7.710.471,52		
Res. Norm n. 011/2009 - Transf. Vol Conv Es	626.365,56		
REGULARIZAÇÃO DE DESPESAS	578.526,23	**9.948.401,30**	**16.431.792,04**
ATIVO PERMANENTE			
BENS MOVEIS / MOVEIS E UTENSILIOS			
Prefeitura Municipal	1.402.996,35	**1.402.996,35**	
BENS MOVEIS / VEICULOS E MAQUINARIO			
Prefeitura Municipal	13.827.423,79	**13.827.423,79**	
BENS MOVEIS / EQUIPAMENTOS			
Prefeitura Municipal	3.079.816,51	**3.079.816,51**	
BENS IMOVEIS			
Terrenos	1.974.631,93		
Edificações da Prefeitura Municipal	5.010.638,34		
Obras em Andamento	9.097.909,06	**16.083.179,33**	
ALMOXARIFADO			
Estoque Interno/Material de Consumo	223.855,11	**223.855,11**	**34.617.271,09**
DIVIDA ATIVA			
CREDITOS FISCAIS INSCRITOS			
Dívida Ativa Tributária - IPTU			
Divida Ativa Tributaria - IPTU 1999	46.771,15		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2000	20.934,13		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2001	22.982,53		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2002	30.390,94		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2003	50.833,54		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2004	209.916,81		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2005	129.992,86		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2006	163.999,82		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2007	183.072,80		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2008	208.981,66		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2009	241.120,61		

PASSIVO

R$ 1,00

Titulos	R$	R$	R$
PASSIVO FINANCEIRO			
Restos a Pagar 2016			
Valor Liquidado	1.856.662,92		
A Liquidar	288.979,12	**2.145.642,04**	
Restos de Outros Exerc.			
Restos a Pagar de 2012 Processados	15.144,19		
Restos a Pagar de 2013 Processado	62.526,19		
Restos a Pagar de 2014 Processado	108.286,07		
Restos a Pagar de 2015 Processado	251.060,51	**437.016,96**	**2.582.659,00**
Diversos Dep. de Terceiros			
Barra PREVI-Funcionarios	127.513,27		
Contribuicao Sindical - SINTEP	1.621,78		
Adiantamento Abono Salarial	189,26		
Func. Amort. Emprestimos	41.943,01		
Contr.Sindical-Func.SISPUMBB	7.308,22		
INSS	47.324,28		
Consignação - CEF	57,91		
Barra Previ-Ret.Func.Fundeb	91.986,68		
Contr.Sintep- Fundeb	2.072,45		
Amort.Emprestimo-Fundeb	32.161,66		
INSS- Fundeb	16.348,56		
Pgto.Sispumbb-Fundeb	1.273,57		
Convênio UNIMED - Fundeb	651,17		
Reforma Escola Julio Muller	25.865,62		
INSS de Fornecedores	4.147,33		
Pensão Alimenticia	1.422,28		
Descontos Autorizados	12.281,53		
Emprestimo do B. Brasil	20.049,62		
SINPEN	873,14		
Reforma Salas de Aula Escola João de Campo	8.139,84	**443.231,18**	**443.231,18**
PASSIVO PERMANENTE			
DIVIDA FUNDADA INTERNA			
Projeto PMAT - BNDES	58.256,01		
DIVIDA CONFESSADA			
INSS -Parcelamento Unico	246.823,68		
Parcelamento do Pasep - Negoc. Recibo nº. 3	233.152,48		
Divida Confessada RFB - Rec. 125117241609	8.229.237,25	**8.767.469,42**	**8.767.469,42**
Saldo Patrimonial			
Ativo Real Liquido			
PATRIMONIO REAL LIQUIDO	48.224.538,78	**48.224.538,78**	**48.224.538,78**

www.duralexsistemas.com.br OR 845

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 13:50:41
Página.: 2 of 4

ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL - LEI N 4320-64 **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

ATIVO

Titulos	R$	R$	R$
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2010	269.198,20		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2011	327.329,12		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2012	413.700,10		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2013	614.692,96		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2014	813.899,59		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2015	1.205.265,64		
Divida Ativa Tributaria - IPTU 2016	2.306.917,12		
Dívida Ativa Tributária - ISSQN			
Dívida Ativa Tributária - ISSQN 1998	2.425,17		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2000	1.435,87		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2001	2.684,72		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2002	24.220,64		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2003	32.671,66		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2004	38.344,19		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2005	38.721,10		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2006	33.592,35		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2007	59.366,87		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2008	95.684,26		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2009	75.985,33		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2010	127.774,99		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2011	116.490,13		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2012	310.860,47		
Divida Ativa Tributaria - ISSQN 2013	224.288,44		
Divida Ativa Tributária - ISSQN 2014	888.588,23		
Divida Ativa Tributária - ISSQN 2015	158.364,78		
Divida Ativa Tributária - ISSQN 2016	129.801,27		
Dívida Ativa Tributária - Contribuição de Me			
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 1	7.331,18		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	18.139,84		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	19.511,95		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	12.053,88		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	4.544,80		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	4.801,97		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	6.788,90		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	6.441,76		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	4.705,13		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	2.864,16		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	126,48		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	1.398,76		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	551,17		
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	536,80		

PASSIVO

R$ 1,00

Titulos	R$	R$	R$
PASSIVO COMPENSADO			
SUPLEMENTAÇÃO ENTRE NATUREZA DE D			
CONTRATOS			
Contratos de Materiais de Uso e Consumo	526.113,95		
Contratos de Prestação de Serviços	59.403,19		
COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA - D.A.E			
Compensação de Divda do D.A.E.	1.585.927,23	**2,171,444,37**	**2,171,444,37**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 13:50:41
Página.: 3 of 4

ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL - LEI N 4320-64 **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

A T I V O				P A S S I V O				R$ 1,00
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$	
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	12.467,81							
Dívida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	504,55							
Divida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	1.523,61							
Divida Ativ Tribut - Contribuição de Melhoria 2	717,43							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos								
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 1998	1.734,43							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 1999	660,30							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2000	20.293,59							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2001	21.018,18							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2002	36.234,25							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2003	47.379,25							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2004	4.369,38							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2005	42.429,10							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2006	61.423,88							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2007	73.090,97							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2008	262.565,09							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2009	112.856,30							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2010	391.551,00							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2011	1.675.201,96							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2012	193.680,26							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2013	619.509,54							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2014	319.943,27							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2015	752.306,80							
Dívida Ativa Tributária - Outros Tributos 2016	369.386,66							
PROVISÃO PARA PERDAS								
(-) Provisão para Perdas de Dívida Ativa	-5.763.109,19	8.968.835,25	8.968.835,25					
ATIVO COMPENSADO								
CONTRATOS								
Contratos de Materiais de Uso e Consumo	526.113,95							
Contratos de Prestação de Serviços	59.403,19	585.517,14						
COMPENSAÇÃO DE DÍVIDA - D.A.E								
Compensação de Dívida - D.A.E.	1.585.927,23	1.585.927,23	2.171.444,37					
TOTAL ATIVO.....:			**62.189.342,75**	**TOTAL PASSIVO.....:**				**62.189.342,75**

BARRA DO BUGRES, 31 de dezembro de 2016

www.duralexsistemas.com.br OR 845

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES
MATO GROSSO

Data.: 31/12/2016
Hora.: 13:50:41
Página.: 4 of 4

ANEXO 14 - BALANCO PATRIMONIAL - LEI N 4320-64 **Exercício:** 2016 **Encerramento 31/12/2016**

A T I V O				P A S S I V O			R$ 1,00
Titulos	R$	R$	R$	Titulos	R$	R$	R$

Jlio César Florindo
Prefeito Municipal

Paulo Cezar Dias De Oliveira
Contador
CRC MT 009974/O-7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 191/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 191/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 083/2001.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear os Membros Titulares e respectivos Suplentes, para comporem o Conselho Municipal do FETHAB do Município de Barra do Bugres, nos termos do Decreto nº 030/2016, de 12 de abril de 2016.

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

Titular: Vanderson Vitor da Silva

Suplente: Luiz Silveira de Souza

Titular: Saulo Almeida Alves

Suplente: Jose Targino

Titular: Graciano Bernardino Meiato

Suplente: Anderson da Silva

Titular: Walber Dantas de Oliveira

Suplente: Fernando dos Santos Lopes

Titular: Gustavo Abi Rached Cruz

Suplente: Fernando Shigueru Oda

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

SINDICATO RURAL DE BARRA DO BUGRES - SRBB

Titular: Renato Romanini

Suplente: Donizeti Aparecido de Souza

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE BARRA DO BUGRES - STRBB -

Titular: Josemir Ferreira da Silva

Suplente: Sebastião Antônio de Lima

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

ACIBB - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE BARRA DO BUGRES - ACIBB

Titular: Antônio Toscano de Figueiredo

Suplente: Berinaldo da Silva Alves

ROTARY CLUB DE BARRA DO BUGRES

Titular: José Roberto Colturato Perez

Suplente: Sidney Charles Sansão

III- REPRESENTANTES DO PODER LEGISLATIVO

Titular: Arthur José Franco Pereira

Suplente: Jonas Manoel de Souza

Art.2º - Pelas atividades exercidas no Conselho os Membros ora nomeados, não perceberão nenhum tipo de remuneração.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 01 de fevereiro de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 282/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 282/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. THAINA LUISLA MAIA DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de CHEFE DA SEÇÃO DE APOIO E MANUTENÇÃO, junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 04 de maio de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 280/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

PRAÇA ÂNGELO MASSON, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 361-1921/1922

PORTARIA Nº 280/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. ANDERSON DA SILVA, para exercer o cargo de GERENTE DO FROTAS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 03 de maio de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 261/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

PRAÇA ÂNGELO MASSON, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 361-1921/1922

PORTARIA Nº 261/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear o Sr. ROBERTO FERNANDES, para exercer o cargo de ENCARREGADO DE SERVIÇOS, junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 07 de abril de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 283/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

PRAÇA ÂNGELO MASSON, 1000 – CENTRO – TEL. (65) 361-1921/1922

PORTARIA Nº 283/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. DANIELE DOURADO AMORIM, para exercer o cargo de ASSESSOR DE MEIO AMBIENTE, junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 04 de maio de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 256/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

GABINETE DO PREFEITO

Praça Ângelo Masson, nº. 1000, Centro, Barra do Bugres – MT CEP: 78. 390-000

Email: gabinete@barradobugres.mt.gov.br Pabx: (65)3361-1921/1922

PORTARIA Nº 256/2017

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO, Prefeito Municipal de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.

Considerando o disposto no art. 18 da Complementar nº 055/2013, que dispõe sobre a Reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Salários dos Profissionais da Educação Pública Básica do Município de Barra do Bugres-MT.

R/E/S/O/L/V/E:

Art.1º - Nomear a Sra. SILVANE DOS SANTOS FERREIRA DA SILVA, para exercer a função de COORDENADOR PEDAGÓGICO, junto a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art.2º - Conceder 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento do cargo efetivo, a título de gratificação, nos termos do art. 18 da Lei Complementar nº 055/2013 de 11 de julho de 2013.

Art.3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre - se

Publique - se

Cumpra - se

Gabinete do Prefeito, em 04 de abril de 2017.

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

PORTARIA Nº 12.636 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.636 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 03 de abril de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador Jurídico/Contratos e Convênios do SUS, junto à Secretaria Municipal de Saúde (DAS-2), o Sr. **JOEL ALFREDO DA SILVA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO TP Nº 006/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 006/2017

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será realizada Tomada de Preços nº 006/2017. Objeto: **Contratação de empresa para reforma de pontes de madeira.**Data da sessão pública: **29/05/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX. 66.3402.2000 – Ramal – 2045/2052. Vilma Vanete Sasso - Presidente da Comissão Permanente de Licitação, 10/05/2017.

PORTARIA Nº 12.637 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.637 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre nomeação para o cargo comissionado que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Nomear, a partir de 03 de abril de 2017, para exercer em comissão, o cargo de Coordenador do Departamento de Administração e Finanças do SUS (DAS-3), junto à Secretaria Municipal de Saúde, o Sr. **ANTÔNIO JORGE PIRES DE SOUZA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.640 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.640 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre prorrogação de prazo constante na Portaria que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o pedido da presidente da comissão de Processo Administrativo Disciplinar, através do Ofício nº 003/2017, datado de 05 de abril do corrente ano, requerendo prorrogação de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar em questão, vez que o prazo estipulado na Portaria nº 12.211/2016, não foi suficiente pelos motivos alegados no já mencionado ofício,

R e s o l v e:

Art. 1º – Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 06 de abril de 2017, o prazo constante na Portaria nº 12.211/2016, de 05.12.2016, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de fatos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 06 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

CONTRATO N° 021/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 027/2016

CONTRATO N° 021/2017 TOMADA DE PREÇO Nº 027/2016

O Município de Barra do Garças/ MT torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado:**CONSTRUTORA NETO & SANTOS LTDA - ME,** Objeto: Contratação da empresa para reforma de ponte de madeira sobre o córrego Cabreira. Valor Global: R$61.017,95. **Tendo como validade de 09 de fevereiro de 2017 com Vigência do contrato até 31 de Dezembro de 2017**. Barra do Garças - MT, 10 de maio de 2017.

PORTARIA Nº 12.639 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.639 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre retificação da Portaria nº 12.029, de 23 de agosto de 2016, que dispõe sobre designação de servidores desta Municipalidade para atuarem como Gestores de Contratos/ARP – Ata de Registro de Preços, junto às suas respectivas Secretarias.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Retificar a Portaria nº 12.029, de 23 de agosto de 2016, constando o nome da servidora **PATRÍCIA PARREIRA SARAIVA**, em substituição à servidora Kamilla Oliveira de Moraes, junto à Secretaria Municipal de Administração, para atuar como gestora de contratos administrativos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 16 de março de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Barra do Garças/MT, aos 19 dias do mês de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.642 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.642 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

“Dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para a apuração dos fatos que menciona”.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais e, Considerando que a servidora LUCÉIA FÁTIMA RIBEIRO LEITE esteve em Licença para Tratar de Interesse Particular no período de 01/04/2016 a 31/12/2016, e que até a presente data não retornou ao trabalho; Considerando o Relatório emitido pelo Setor de Recursos Humanos, bem como o Memo. nº 336/2017, expedido pela Procuradoria Geral, a qual solicita abertura de Procedimento Administrativo Disciplinar pelo abandono de emprego da servidora supracitada; Considerando que foi publicado o Comunicado de Abandono de Emprego no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso e, no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso, em 13 e 18 de abril do corrente ano, respectivamente, dando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para comparecimento da servidora junto à Prefeitura Municipal de Barra do Garças, Secretaria Municipal de Administração, o prazo não foi cumprido pela mesma, caracterizando assim abandono de emprego; Considerando, ainda, que tal postura é prejudicial aos demais servidores que poderão utilizá-la como exemplo, agindo assim, com desídia e descumprindo suas obrigações; Considerando, finalmente, que a servidora infringiu ao disposto nos arts. 323, CP; arts. 149, I, II e III da Lei Complementar nº 03, de 04 de dezembro de 1991, agindo com inassiduidade habitual e desídia e configurando abandono de cargo,

R e s o l v e:

Art. 1º – Designar os servidores municipais Adv. **SYLVIA MARIA DE ASSIS CAVALCANTE, LILIANE CARVALHO DE MEDEIROS e NELSON ALVES DOS SANTOS,** para, em Comissão, e sob a presidência do primeiro, abrir processo administrativo disciplinar, para apurar os fatos supra noticiados.

Art. 2º – A Comissão, dentro do prazo legal de 60 (sessenta) dias, a partir da data de instalação da mesma, apresentará Relatório Final sobre o apurado, indicando as providências cabíveis ao caso.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

LICENCIAMENTO AMBIENTAL

Licenciamento Ambiental para pavimentação das ruas do Orvalho, Xavante, Otacílo doa Santos Neto, São Salvador, Dona Delvita Galvão e Santa Inês no bairro Jardim Nova Barra do Garças.

Prefeitura Municipal de Barra do Garças-MT, CNPJ n° 03.439.239/0001-50, torna público que requereu junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a LP-Licença Prévia, LI- Licença de Instalação, LO- Licença de Operação do Jardim Nova Barra do Garças nas ruas do Orvalho, Xavante, Otacílo doa Santos Neto, São Salvador, Dona Delvita Galvão e Santa Inês todas para pavimentação.

Barra do Garças 10/05/2017

Engenheira Larisse C. Garcia dos Santos

Portaria: 12.275 de 02/01/2017

AVISO DE RETIFICAÇÃO PP 019/2017

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 019/2017/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT torna público que será **RETIFICADO** Pregão Presencial Nº 019/2017. Onde se Lê: Objeto:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE ATOS ADMINISTRATIVOS, LICITAÇÕES, PORTARIAS E CONVÊNIOS EM JORNAIS COM AMPLA CIRCULAÇÃO**, Leiam-se**:** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES OFICIAIS DE ATOS ADMINISTRATIVOS, LICITAÇÕES, PORTARIAS E CONVÊNIOS EM JORNAIS COM AMPLA CIRCULAÇÃO, CAMPANHAS INSTITUCIONAIS DO MUNICIPIO EM RÁDIO, TV, REVISTAS, SITES E OUTROS.**Data da sessão pública: **18/05/2017** às **08 horas 30 minutos** (horário local). Novo Edital e demais in-

formações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Danilson Pereira Brito (Pregoeiro) e equipe de apoio, 10/05/2017.

PORTARIA Nº 12.634 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.634 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

Designa servidores para comporem a comissão que menciona.

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o disposto na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, especialmente o artigo 43, inciso V;

R e s o l v e:

I – Designar as nutricionista **ELIZETH CRISTINA DE ALMEIDA** e **ISABELLA ESTEVES DE LIMA CAPITÃO** para comporem a Comissão Técnica de avaliação das amostras dos gêneros alimentícios, sucos e refrigerantes, conforme disposto no Termo de Referência do Edital do Pregão Presencial n.º 013/2017/PMBG-MT, que realizar-se-á em 20 de abril de 2017.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

III - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

AVISO DE DECISÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

AVISO DE DECISÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2017

O Município de Barra do Garças/MT, por meio da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, torna público que decide NEGAR PROVIMENTO à impugnação apresentada pela empresa Agência de Publicidade e Propaganda GC Ltda, mantendo incólume a decisão referente ao processo licitatório Tomada de Preços nº 001/2017. Demais informações no Setor de Licitação, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: (66) 3402.2000. Vilma Vanete Sasso – Presidente da CPL, 09.05.2017.

PORTARIA Nº 12.638 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.638 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

“Concede função gratificada ao servidor que menciona.”

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder ao servidor **WILMAR FERREIRA LEONEL**, função gratificada para exercer em comissão a Chefia da Seção Imobiliária (DAÍ-1), da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano e Obras.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISTRATO MÊS DE ABRIL/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Barra do Garças

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DISTRATO

MÊS ABRIL/2017

DATA: 09/05/2017

DISTRATO DO CONTRATO 059/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato do servidor o Srª. ANA CAROLINA VIEIRA DE SOUSA no cargo de Técnico de Enfermagem junto a Secretaria Municipal de Saúde, desligada **a partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 100/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Srª. WENIA FERREIRA FRANCO no cargo de Técnico de Enfermagem junto a Secretaria Municipal de Saúde, desligada **a partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 115/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato do servidor o Srª. ADRIELLY DE FREITAS FERREIRA no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 01/04//2017**

DISTRATO DO CONTRATO 136/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Srª. DARA ALVES RODRIGUES no cargo de Assistente Administrativo junto a Secretaria Municipal de Saúde, desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 165/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Sr. HYGOR SILVA SANTOS no cargo de Assistente Administrativo junto a Secretaria Municipal de Saúde, desligada a **partir de 05/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 202/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Sr. ESTEFANNE DE ALCANTARA DIAS no cargo de Médico junto a Secretaria Municipal de Saúde, desligada a **partir de 17/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 323/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Sr. ROGEMILAR CONCEIÇÃO ARAUJO no cargo de Assistente Administrativo junto a Secretaria Municipal de Saúde desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 340/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Srª. WANDRA REGINA COSTA DA SILVA no cargo de Professora junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 371/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o distrato da servidora a Srª. THAIS HELENA BEZERRA DE OLIVEIRA no cargo de Farmacêutica junto a Secretaria Municipal de Saúde, desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 383/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. IVONEIDE GONÇALVES DA SILVA RODRIGUES no cargo de Professora junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 19/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 392/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. LILIA DE OLIVEIRA no cargo de Professora junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 06/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 397/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. MARIA LUIZA FRANCISCA DA SILVA no cargo de Professora junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 415/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. PATRICIA DA SILVA RODRIGUES no cargo de Administradora junto a Secretaria Municipal de Ação Social desligada a **partir de 31/03/2017.**

DISTRATO DO CONTRATO 536/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. SIMONE VIEIRA DE ALMEIDA no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 540/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. VANESA SILVA DOS SANTOS no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 01/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 543/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. ZILKA OLIVEIRA MARQUES no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 16/04/2017**

DISTRATO DO CONTRATO 588/2017

O Município de Barra do Garças/MT, torna público o Distrato da servidora a Srª. ALINE LISBOA CARDOSO ALVES no cargo de Apoio Administrativo Educacional junto a Secretaria Municipal de Educação, desligada a **partir de 18/04/2017**

PORTARIA Nº 12.641 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.641 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre prorrogação de prazo constante na Portaria que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o pedido da presidente da comissão de Processo Administrativo Disciplinar, através do Ofício nº 003/2017, datado de 13 de abril do corrente ano, requerendo prorrogação de prazo para conclusão do processo administrativo disciplinar em questão, vez que o prazo estipulado na Portaria nº 12.308/2017, não foi suficiente pelos motivos alegados no já mencionado ofício,

R e s o l v e:

Art. 1º – Prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar do dia 13 de abril de 2017, o prazo constante na Portaria nº 12.308/2017, de 04.01.2017, que dispõe sobre abertura de Processo Administrativo Disciplinar para apuração de fatos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 13 de abril de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.645 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 12.645 DE 19 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre designação de Engenheiro para fiscalização que menciona. "

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais e; Considerando o disposto nas Resoluções Normativas nº 006/2011 e 020/2015, expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso – TCE,

R e s o l v e:

Artigo 1º – Designar a Engenheira Civil **Lara Celma Gomes Silva – CREA 030654/MT** servidora público municipal, para proceder à fiscalização do contrato e da reforma parcial do Centro de Referência Regional – CECAP e Centro Especializado em Reabilitação - CER.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 12.635 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

PORTARIA Nº 12.635 DE 19 DE ABRIL DE 2.017.

"Dispõe sobre exoneração da servidora comissionada que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de suas atribuições legais,

R e s o l v e:

Art. 1º – Exonerar, a partir de 31 de março de 2017, do cargo comissionado de Coordenador do Departamento de Administração e Finanças do SUS, junto à Secretaria Municipal de Saúde (DAS-3), a Sra. **REGIANE VIDOTTI DE SOUZA**.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 12.338, de 06 de janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 19 de abril de 2.017.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
CONTRATO Nº 029/2017 – SMAS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Ação Social**, ELIANE BATISTA,** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **PAULO CÉSAR DE SOUZA FRANÇA,** brasileiro, solteiro, residente e domiciliado na Rua: Padre Cassimiro, nº 1826, Bairro: Santa Cruz, no Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 2113187-2 SSP/MT e CPF n.º 027.307.211-00, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro

no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do senhor **PAULO CÉSAR DE SOUZA FRANÇA,** Cargo de Educador/Orientador Social a que refere o Decreto nº 244, de 05 de maio de 2017, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – **A referida Contratação tem início em 08 de maio de 2017 e término em 30 de junho de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	
Funcional programática	12.120.2.0.08.244.1035.2111
Elemento Despesa	3.1.90.04.00.00 (100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2017.

_____

PAULO CÉSAR DE SOUZA FRANÇA

Contratado

_____

ELIANE BATISTA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 234 DE 09 DE MAIO DE 2017.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 19368, de 08 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **PAULO CÉSAR OURIVES**, para responder pela Divisão de Patrimônio, da Secretaria de Administração, do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, em substituição ao titular que encontra em gozo de férias pelo período de 02 de maio a 31 de maio de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 09 de maio de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 09.05.17.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DA 2ª RETIFICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 14-2017 COM REGISTRO DE PREÇO

Interessada: Secretárias de Indústria E Comércio, Meio Ambiente E Turismo.

Objeto **Aquisição de Camisetas, Bonés e Sacochilas para serem utilizados no evento 36º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPE 2017, a ser realizado no período de 07 a 11/06/2017 e 37º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPE a ser realizado no período de 06 a 10/06/2018** pela Secretaria de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

ONDE SE LÊ: Empresa Vencedora: RM CONFECÇÕES LTDA:CNPJ Nº 01.171.750/0001-99vencedora dos itens 01,03,04,05,06,07,09,10,11,12,13,14 e 15, totalizando um valor de **R$182. 991,50 (cento e oitenta e dois mil novecentos e noventa e um reais e cinquenta centavos)**

LEIA-SE: Empresa Vencedora: RM CONFECÇÕES LTDA:CNPJ Nº 01. 171.750/0001-99vencedora dos itens 01,03,04,05,06,07,09,10,11,12,13,14 e 15, totalizando um valor de **R$83. 901.50 (oitenta e três mil novecentos e um e cinquenta centavos)**

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de mail 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO / PROCURADORIA ADMINISTRATIVA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO PARA EXECUÇÃO DO TRABALHO SOCIAL CELEBRADO ENTRE A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL E O MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT, NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV-FAR

Por este Instrumento, na forma dos Art. 2º da Lei 10.188/01, e do art. 3º, § 5º, da Lei 11.977/09, as partes adiante mencionadas e qualificadas, celebram o presente Termo Aditivo ao Convênio, nas condições abaixo:

A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA, Instituição Financeira sob a forma de empresa pública, pessoa jurídica de direito privado, criada pelo Decreto-Lei Nº 759, de 12.08.69, regendo-se pelo Estatuto vigente na data da presente contratação, com sede em Brasília – DF, no Setor Bancário Sul - Quadra 4, Lotes ¾, inscrita no CNPJ 00.360.305/0001-04, neste ato representada por RONALDO MOREIRA, brasileiro(a), economiário(a), portador(a) da Carteira de Identidade RG nº 1056047-5, expedida pela SSP/MT e CPF 925.017.611-20, conforme procuração lavrada em notas do Ofício de 2º Ofício de BRASILIA/DF, livro 3152P, fls. 182/183, substabelecimento lavrado em notas do Ofício 2º Ofício de BRASÍLIA/DF, livro 3206P, fls. 143/144, e substabelecimento de substabelecimento lavrado em notas do Ofício 6º Ofício de CUIABA/MT, livro 158-A, fls. 087-092," doravante denominada CAIXA e, de outro lado o MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ 03.214.145/0001-83 doravante denominada CONVENIADA, neste ato representada por FRANCIS MARIS CRUZ, portador(a) da Carteira de Identidade RG 80201611, expedida pela SSP/SP, CPF 103.605.221-49, residente e domiciliado no Municipio de CÁCERES-MT, no uso de suas atribuições, têm justa e acertada a execução do Trabalho Social, de acordo com o especificado pela CAIXA e Ministério das Cidades no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida – Recursos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), nas condições seguintes:

1. OBJETO - O presente INSTRUMENTO tem por objetivo alterar a **Cláusula 2. PRAZO** do Convênio firmado para execução do Trabalho Social no empreendimento denominado RESIDENCIAL AEROPORTO II, cadastrado no SIAPF sob o nº0365.597-24, realizado conforme as diretrizes do Programa Minha Casa Minha Vida, que passa(m) a ter a(s) seguinte(s) redação:

1.1 Fica o instrumento contratual prorrogado por mais 24 (Vinte e quatro) meses, podendo sofrer outras prorrogações por iguais ou inferiores períodos, respeitado o limite legal.

1.3 Ficam ratificadas, em todos os seus termos e condições, as demais Cláusulas do Convênio ora aditado, tornando-se este Termo parte integrante e complementar daquele, a fim de que juntos produzam um só efeito.

2. PUBLICAÇÃO - A CONVENIADA providenciará a publicação de extrato do presente instrumento no órgão de publicação oficial do Município, cabendo à CAIXA providenciar a publicação do mesmo extrato no Diário Oficial da União, de conformidade com o disposto no parágrafo único do artigo 61 da Lei Federal nº 8.666/93 e na forma da legislação vigente.

3. FORO - Justiça Federal de Primeira Instância, Seção Judiciária do estado de Mato Grosso.

E por estarem assim acordes, firmam, com as testemunhas, o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

CÁCERES/MT	,	14	de	JANEIRO	de	2017

Local/Data

RONALDO MOREIRA EM NOME DO FAR	FRANCIS MARIS CRUZ PELA CONVENIADA

Testemunhas

Nome:	Nome:
CPF:	CPF:

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 245 DE 08 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta do Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 19099 de 05 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear o senhor **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, para responder pela Coordenação de Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Controle de Endemia em substituição a titular que se encontra em substituição ao Secretário Municipal de Saúde pelo período de 04 de maio a 02 de junho de 2017.

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO FÉLIX

Secretária Municipal de Saúde em substituição.

Afixado em: 08.05.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 247 DE 08 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a finalização do Processo Administrativo nº 20/2014 com Inquérito Administrativo Disciplinar nº 007/2014, instaurado por força da Portaria nº 132 de 02 de abril de 2014 da Prefeitura Municipal de Cáceres.

CONSIDERANDO o julgamento realizado pelo Gestor do Executivo Municipal com fundamento no artigo 206, I "a" c/c 193, III e com o artigo 198 incisos I, IV, X e XIII todos da Lei Complementar nº 25 de 27.11.1997, onde determinou aplicação da pena de demissão ao servidor **JOCENILDO CAETANO DA SILVA** por ter praticado crime de improbidade administrativa contra a Administração Pública Municipal.

R E S O L V E:

ART. 1º Demitir, o senhor **JOCENILDO CAETANO DA SILVA**, Auxiliar Administrativo, 40 horas lotado na Secretaria de Saúde do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, por infração ao artigo 178, inciso III e IX c/c com o art.179; inciso XII e XV; art.198, I; IV; X e XI e artigo 180 e 189, todos da Lei Complementar Municipal nº 25, de 27.11.1997, a partir de 08 de maio de 2017.

ART. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal, de Cáceres

Afixado em: 08.05.2017

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 02° TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 224/2016-PGM

ASSESSORIA MUNICIPAL DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE

Extrato do 02° Termo Aditivo de Valor ao Contrato Administrativo n.º 224/2016-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA

Objeto: Aditar o **VALOR** do Contrato Administrativo n° 224/2016 – PGM celebrado entre o Município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Educação** e a empresa **EQUILIBRIO CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA** para mais **R$ 47.735,91 (quarenta e sete mil setecentos e trinta e cinco reais e noventa e um centavos),** ficando o valor total dos serviços de **R$ 301.723,96 (trezentos e um mil setecentos e vinte e três reais e noventa e seis centavos)** para **R$ 349.459,87 (trezentos e quarenta e nove mil quatrocentos e cinquenta e nove reais e oitenta e sete centavos).**

Cáceres – MT, 10 de maio de 2017.

Cristiane Aparecida da Silva Barbosa

Secretaria Mun. de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 242 DE 05 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob Protocolo Geral nº. 18839 de 04 de maio de 2017,

R E S O L V E:

Art. 1º Retificar o Decreto nº 109 de 17 de março de 2017,

Onde se lê:

Celia Catarina de Arruda	Professora Licenciada em Geografia	Escola Municipal Burirti	14.03.2017 a 22.12.2017	03	Redistribuição das aulas na Unidade Escolar

Leia-se:

Celia Catarina de Arruda	Professora Licenciada em Pedagogia	Escola Municipal Burirti	14.02.2017 a 22.12.2017	10	Redistribuição das aulas na Unidade Escolar

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 05.05.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°62 E 63/2017 PREGÃO ELETRÔNICO N°14/2017 - COM REGISTRO DE PREÇO

RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°62 E 63/2017 PREGÃO ELETRONICO N°14/2017 - COM REGISTRO DE PREÇO - TIPO MENOR PREÇO POR ITEM.

Interessada: Secretaria Municipal de Industria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Registro de Preço para futura e eventual **Aquisição de Camisetas, Bonés e Sacochilas para serem utilizados no evento 36º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPE 2017, a ser realizado no período de 07 a 11/06/2017 e 37º Festival Internacional de Pesca Esportiva de Cáceres/FIPE a ser realizado no período de 06 a 10/06/2018** pela Secretaria de Indústria e Comércio, Meio Ambiente e Turismo, conforme especificações constantes neste Termo de Referência de Referência.

RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS DAS EMPRESAS ABAIXO:

ONDE – SE LÊ:

VERA LUCIA FRANCISCA DOS SANTOS EPP, CNPJ/MF nº **14.272.952/0001-79**

Item	Descrição do Objeto	Qnt.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	**MOTOR DE POPA 15 HP Especificações:** BONÉ em brim leve, com logo silk aplicado frente e laterais, com fecho de metal. Tamanho **Infantil e juvenil** na cor branco com aba verde agua.	4.000	**ECO BRASIL**	R$6,01	R$24.040,00

LEIA – SE:

Item	Descrição do Objeto	Qnt.	Marca	Valor Unitário	Valor Total
02	BONÉ em brim leve, com logo silk aplicado frente e laterais, com fecho de metal. Tamanho Infantil e juvenil na cor branco com aba verde agua.	**4.000**	**ECO BRASIL**	**R$6,01**	**R$24.040,00**

Prefeitura de Cáceres, 10 de maio de 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559-2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 241 DE 05 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 18803 de 04 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, da senhora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C.H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Noeli Conceição Vieira Sonaque	Professora Licenciada em Letras	10	03.05.17 a 16.05.17	Escola Municipal Vitória Régia	Em substituição a Fradia Cicera de Castro Tsukamoto, que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 05 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação.

Afixado em: 05.05.17

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 240 DE 04 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 18608 de 02 de maio de 2017,

RESOLVEM:

Art. 1º Acrescentar a carga horária do contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, das senhoras abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

NOME	CARGO	C. H	PERÍODO	LOCAL	JUSTIFICATIVA
Valdinei Martins de Souza	Professor Licenciado em Matemática	14	02.05.17 a 12.06.17	Escola Municipal Limoeiro	Redistribuição de aulas na Unidade Escolar.
Josiane da Silva Dantas Ferraz	Professora Licenciada em Educação Física	04	04.05.17 a 22.12.17	Escola Municipal Laranjeira	Para assumir o programa Novo Mais Educação.
Célia Maria Leite da Silva	Professora Licenciada em Geografia	10	04.05.17 a 20.12.17	Escola Municipal Laranjeira	Redistribuição das aulas na Unidade Escolar.
Natalino Ribeiro de Pinho	Professora Licenciada em Letras	02	11.05.17 a 20.12.17	Escola Municipal Clarinópolis	Redistribuição das aulas na Unidade Escolar.
Kaiti Alves Martins Pastor	Professora Licenciada em Pedagogia	10	11.05.17 a 22.12.17	Escola Municipal Garcês	Redistribuição das aulas na Unidade Escolar.
Edna Garcia Silva	Professora Licenciada em Pedagogia	20	08.05.17 a 29.05.17	Escola Municipal Raquel Ramão da Silva	Em substituição a Rosileide Rodrigues de Almeida que usufruirá de férias.
Milene Roca de Araujo	Professora Licenciada em Pedagogia	20	04.06.17 a 02.09.17	Escola Municipal Vila Irene	Em substituição a Maria Francisca Cardoso que está de licença prêmio.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação.

Afixado em: 04.05.17

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
CONTRATO Nº 030/2017 – SMAS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Ação Social**, ELIANE BATISTA,** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA DE FÁTIMA BELTRAN REDEZ,** brasileira, casada, residente e domiciliado na Rua: Da Gaivotas, nº 806, Bairro: DNER, no Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 1079702-5 SJ/MT e CPF n.º 018. 609.431-01, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **MARIA DE FÁTIMA BELTRAN REDEZ,** Cargo de Educador/Orientador Social a que refere o Decreto nº 244, de 05 de maio de 2017, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – **A referida Contratação tem início em 08 de maio de 2017 e término em 30 de junho de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	
Funcional programática	12.120.2.0.08.244.1035.2111
Elemento Despesa	3.1.90.04.00.00 (100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2017.

_____

MARIA DE FÁTIMA BELTRAN REDEZ

Contratada

_____

ELIANE BATISTA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 238 DE 04 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18605 de 26 de abril de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar os contratos por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, do processo seletivo simplificado de provas e títulos nº 005/15 e nº 002/16, dos senhores abaixo relacionados, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	CH	PERÍODO
410/16	Ana Paula Santos da Silva	Guarda	40	05.04.17 a 31.12.17
417/17	Flavio Marcelo Vanini da Silva	Guarda	40	08.04.17 a 22.12.17
419/17	Heldriane Maria Artiaga da Silva	Assistente Administrativo	40	08.04.17 a 22.12.17
421/16	Solange Maria de Souza Novack	Assistente Administrativo	40	09.04.17 a 22.12.17
423/16	Quezia Lucas dos Santos	Assistente Administrativo	40	12.04.17 a 11.04.18
427/16	Mariana Fernanda da Silva	Nutricionista	40	12.04.17 a 22.12.17
428/16	Justino Ortega	Auxiliar de Serviços Gerais	40	13.04.17 a 22.12.17

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 04 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 04.05.17

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
CONTRATO Nº 032/2017 – SMAS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Ação Social**, ELIANE BATISTA,** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e o senhor **WILDSON ALVES ANUNCIAÇÃO,** brasileiro, convivente, residente e domiciliado na Rua: Universitário II, nº S/N, Qd. 30, Casa 06, Bairro: Res. Universitário II, no Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 2143917-6 SSP/MT e CPF n.º 034.115.941-79, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, do senhor **WILDSON ALVES ANUNCIAÇÃO,** Cargo de Educador/Orientador Social a que refere o Decreto nº 244, de 05 de maio de 2017, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – **A referida Contratação tem início em 08 de maio de 2017 e término em 30 de junho de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 959,43 (novecentos e cinquenta e nove reais e quarenta e três centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	
Funcional programática	12.120.2.0.08.244.1036.2119
Elemento Despesa	3.1.90.04.00.00 (129)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2017.

_____

WILDSON ALVES ANUNCIAÇÃO

Contratado

_____

ELIANE BATISTA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 237 DE 03 DE MAIO DE 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 18605 de 03 de maio de 2017.

RESOLVEM:

Art. 1º Prorrogar o contrato por prazo determinado, em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº. 25, de 27.11.97, dos senhores abaixo relacionada, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação.

N°	NOME	CARGO	LOCAL	PERÍODO	SUBSTITUIÇÃO
111/17	Angela Maria Santana Ferreira	Auxiliar de Serviços Gerais	Escola Municipal São Francisco	06.05.17 a 22.12.17	Em substituição a Vilma da Silva Dias que está de atestado médico.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 03 de maio de 2017.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

CRISTIANE APARECIDA DA SILVA BARBOSA

Secretária Municipal Interina de Educação

Afixado em: 03.05.17

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO N°30-2017 COM REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Todas as Secretárias da Prefeitura Municipal de Cáceres.

ObjetoRegistro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis (Etanol, Gasolina Comum, Óleo Diesel Comum, Óleo Diesel S10) para os Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota do Poder Executivo Municipal, visando atender todas as Secretarias na cidade Cáceres.

.

Empresa Vencedora: PAULO SERGIO DIAS - EPP:CNPJ Nº 09.136.878/0002-04vencedora dos itens 01,02,03,04 totalizando um valor de R$4.646.049,77 (quatro milhões seiscentos e quarenta e seis mil e quarenta e nove reais e setenta e sete centavos)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Getúlio Vargas nº 1895, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 10 de mail 2017.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 559 2016

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
CONTRATO Nº 031/2017 – SMAS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pela Secretária Municipal de Ação Social**, ELIANE BATISTA,** de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **MARIA JOSÉ DANTAS SOUZA,** brasileira, solteira, residente e domiciliado na Rua: Costa Pereira, nº 10, Bairro: Cohab Nova, no Município de Cáceres-MT, portador do RG nº 2762756 SSP/PB e CPF n.º 012.083.434-08, daqui por diante denominada Contratada, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005, resolvem de comum acordo firmar o presente Contrato por Prazo Determinado, conforme as cláusulas e condições seguintes:

DO OBJETO

Cláusula 1ª O Objeto do presente Contrato consiste na contratação por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, da senhora **MARIA JOSÉ DANTAS SOUZA,** Cargo de Advogada a que refere o Decreto nº 244, de 05 de maio de 2017, para exercer suas funções na Secretaria de Ação Social, com carga horária de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais.

DO PRAZO

Cláusula 2ª – **A referida Contratação tem início em 08 de maio de 2017 e término em 30 de junho de 2017.**

DO SALÁRIO

Cláusula 3ª – O Município pagará a título de salário o valor de R$ 4.706,52 (quatro mil e setecentos e seis reais e cinquenta e dois centavos) mensais.

DA RESPONSABILIDADE DAS PARTES

Cláusula 4ª – A Contratada fica comprometida a cumprir a carga horária referida na cláusula 1ª, não podendo exercer suas atividades em nenhum outro órgão particular ou público, no período já comprometido neste Contrato.

Cláusula 5ª – O Município descontará do vencimento do Contratado, eventuais faltas ao serviço não justificadas.

Parágrafo Único – O abandono de emprego por 30 (trinta) dias consecutivos acarretará em rescisão contratual.

Cláusula 6ª – A Secretaria Municipal de Ação Social fica responsável pelo controle e acompanhamento dos serviços constantes do respectivo Contrato.

Cláusula 7ª – O não cumprimento pela Contratada, das obrigações assumidas no presente Contrato, autorizará o Município a rescindir o Contrato, com as consequências e penalidades previstas na Legislação Administrativa, Penal e Civil, no que for cabível.

Cláusula 8ª – Este Contrato vincula-se ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, para qual o Contratado contribuirá obrigatoriamente e terá os benefícios nele previsto.

Cláusula 9ª – Este Contrato extinguir-se-á pelo término do prazo de sua vigência, ou por quaisquer outras razões de direito que justifiquem a extinção.

Cláusula 10ª As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária da Secretaria Municipal de Ação Social:

Fonte de Recursos	
Funcional programática	12.120.2.0.08.244.1035.2111
Elemento Despesa	3.1.90.04.00.00 (100)

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes e por duas testemunhas.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 08 de maio de 2017.

_____

MARIA JOSÉ DANTAS SOUZA

Contratada

_____

ELIANE BATISTA

Contratante

TESTEMUNHAS:

_____

RG nº

CPF nº

_____

RG nº

CPF nº

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 10/2017

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública e oficializa a presente “ERRATA” a Notificação do Decreto nº 236 de 03 de maio de 2017.

Onde se lê: Ângela Maria Camargo.

Leia-se: Indiana Cristina Martins da Silva.

Cáceres- MT, 09 de maio de 2017.

MAIKON CARLOS DE OLIVEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 493, DE 10º DE MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município e;

Considerando o artigo 30 da Lei Municipal nº 1.822 de 05 de abril de 2016;

Considerando o artigo 63 da Lei Municipal nº 1.145 de 09 de novembro de 2016;

Considerando o Requerimento do servidor abaixo relacionado;

R E S O L V E

1. CONCEDER, a servidora FABRÍCIA ANDRADE DE OLIVEIRA, a título de gratificação, 50% (cinquente por cento), sobre o vencimento do cargo em comissão que ocupar, nos termos do artigo 30 da lei 1.822/2016, com efeitos a partir de 02 de maio de 2017, por escolha do próprio servidor que optou pelo recebimento do cargo efetivo, acrescido de 50% (cinqüenta por cento), do valor fixado para o cargo de provimento em comissão.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, ao 10 dia do mês de maio de 2017.

RAFAEL MACHADO

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 023/2017

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Disveco LTDA

Objeto: Aquisição de veículo para o Município de Campo Novo do Parecis – MT, para atender a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Dotação Orçamentária:

Órgão: 07 Secretaria Municipal de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: 07.001 Gabinete da Secretaria de Infraestrutura

Função: 04 Administração

Sub Função: 122 Administração Geral

Programa: 0020 GESTÃO E MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA

Projeto/Atividade: 1027 Aquisição de Veículos da Secretaria de Infraestrutura

Natureza da Despesa: 4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

Desdobramento: 48 VEÍCULO DIVERSOS

Fonte de Recurso: 10000 Recursos Livres – Sem Destinação de Recursos

Reduzido: 260

Valor: R$ 113.000,00

Prazo: 12 (doze) meses

Data: 10/05/2017

Procedimento Licitatório: adesão ao Pregão Presencial nº 010/2017, Ata de Registro de Preços nº 017/2017, ambos do município de Jaciará/MT

Secretaria: Infraestrutura

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO PP 052-2017

RETIFICAÇÃO

Pregão Presencial RP nº 052/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a Retificação do Edital de Pregão Presencial RP nº 052/2017, que tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços com fornecimento de Sistema de Gestão Comercial para Saneamento Básico de serviços de leitura em campo de hidrômetros, com processamento e a emissão em tempo real/simultânea de contas de água, emissão e entrega de aviso de débito, cortes/suspensões e re-ligações de fornecimento de água, além do registro de ocorrências no local de leitura.

Onde se lê: "O Credenciamento das empresas participantes será realizado no dia **25 de maio de 2017, às 14h00min** (horário local), e os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação definido no objeto desse Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro até às **08h15min**".

Deve-se ler: "O Credenciamento das empresas participantes será realizado no dia **25 de maio de 2017, às 14h00min** (horário local), e os envelopes contendo a proposta de preços e documentação de habilitação definido no objeto desse Edital e seus anexos, deverão ser entregues ao pregoeiro até às **14h15min**".

O Edital Retificado pode ser obtido pelo site: http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes...

ou no Dep. de Licitações da Prefeitura de Campo Novo do Parecis.

As demais disposições ficam sem alterações.

Campo Novo do Parecis, 10 de maio de 2017.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE EDITAL PP RP 055-2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO RP 055/2017

ABERTURA: 07 de junho de 2017.

CREDENCIAMENTO: a partir das **08:00h.**

INÍCIO DA SESSÃO: 07 de junho de 2017 às 08:15 horas.

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇO para futura e eventual aquisição de materiais para comunicação visual (faixas, banners, lona impressa e troféus em acrílico) para atender as necessidades do Município.**.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5147 / 5157, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 10 de maio de 2017**.**

Leandro Nery Varaschin Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO PP 054-2017

RETIFICAÇÃO

Pregão Presencial RP nº 054/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis torna público aos interessados a Retificação do Edital de Pregão Presencial RP nº 054/2017, que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual aquisição de veiculo tipo ambulância, para atender as necessidades do Município, que teria sua abertura no dia 19 de maio de 2017, às 14h00min.

Informamos a retificação do **ANEXO I** do edital.

Fica alterada a data de abertura do certame para dia **24 de maio de 2017, às 15h00min**.

O edital com as retificações pode ser obtido junto ao site:

http://www.camponovodoparecis.mt.gov.br/Licitacoes....

As demais disposições ficam sem alterações.

Campo Novo do Parecis, 10 de maio de 2017.

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

ASSESSORIA TÉCNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 494, DE 10 MAIO DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59 da Lei Orgânica do Município;

Considerando a Instrução Normativa nº 14/2009, Versão 01, do Sistema de Controle Interno;

Considerandoa solicitação da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, através do Memorando nº 067/2017 datado de 09 de maio de 2017;

RESOLVE

1. AUTORIZAR, a partir desta data, o servidor da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, para conduzir os veículos que sejam compatíveis com a categoria de sua Carteira Nacional de Habilitação, bem como observando o vencimento da mesma. **2.** O servidor/condutor autorizado são encontrado na relação abaixo descrita:

Nome do Condutor(a)	Cargo/Modalidade	CNH	CPF
Rudi Ianke	Engenheiro Civil	B	499.126.310-72

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 10 dias do mês de maio de 2017.

***RAFAEL MACHADO* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

ALVARO JOSE BARBOSA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2.272, DE 08 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ACRÉSCIMO DE REPASSE DE VALOR PREVISTO NO ARTIGO 2°. DA LEI MUNICIPAL Nº. 2.017/2014, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica alterado o art. 2º, da Lei Municipal nº. 2.017/2014, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º - Para a execução do presente convênio o Município destinará o importe de R$ 840.000,00 (oitocentos e quarenta mil reais) fixos e mensais, que correrão por conta de dotação orçamentária específica, bem como disponibilizará do teto de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial o correspondente ao valor mensal de R$ 102.000,00 (cento e dois mil reais) referente ao faturamento de AIH – Autorização de Internação Hospitalar, financiada pelo Ministério da Saúde.

***§ 1º –** VETADO.*

***§ 2º -** Fica autorizado o pagamento da diferença retroativa a partir do dia 01 de abril de 2017.*

***§ 3º -** Fica a Associação Social Amigos da Solidariedade – ASAS, obrigada a enviar as cópias das Atas mensais dos Conselhos, bem como prestar contas de seus gastos mensalmente a Câmara Municipal de Campo Verde, até o último dia útil do mês subsequente, devendo conter na declaração os gastos descriminados como segue:*

***I –** Custos e despesas operacionais, compreendida como folha de pagamento, FGTS, INSS Patronal, Aviso Prévio e indenizações, provisões de férias e de 13º salário;*

***II –** Custos com serviços de terceiros, entendido como serviços médicos prestados por pessoas físicas ou jurídicas;*

***III –** Custos com matérias hospitalares, como drogas, medicamentos, soros, psicotrópicos, farmácia, materiais cirúrgicos, oxigênio, carbogenio, matérias de uso em geral;*

***IV –** Despesas gerais e investimentos estruturais.*

***§ 4º -** No caso de descumprimento do disposto no parágrafo anterior, acarretará na interrupção imediata dos valores acrescidos repassados.*

***§ 5º -** Faz parte da presente Lei o 2ª Termo Aditivo ao Convênio nº 19/2014, anexo."*

Art. 2º - Ficam mantidos os demais dispositivos estabelecidos na Lei Municipal nº. 2.017, de 25 de novembro de 2014.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 08 de Maio de 2017.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com veto a Emenda Modificativa de n° 002/2017 ao Projeto de Lei 032/2017, que dá nova redação ao § 1º do Art. 2º da Lei 2.017/2014.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO

AVISO DO PREGÃO Nº 038/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNERO ALIMENTÍCIO QUE IRÃO COMPOR À CESTA BÁSICA,** na modalidade pregão (presencial) nº **038/2017**, no dia **24 de MAIO de 2017, às 08:30 horas,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo verde, 10 de maio de 2017.

Ana Carolina S. Braga Blume

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 060/2016

NOTIFICADO: POWER TERCNOLOGIA COM. DE AUDIO E VIDEO E SERV. LTDA.

CNPJ: 16.975.374/0001-62

CUIABÁ – MT.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) no(s) Pedidos e Autorização de Empenhos nº 492/2017, 503/2017 e 263/2017, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital**.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 166/2016, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DE TODS OS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 10 de maio de 2017.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÕES: 070/2016 e 094/2016

NOTIFICADO: COSTA CAMARGO COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA ME

CNPJ: 36.325.157/0001-34

VILA VELHA – ES.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) no(s) Pedidos e Autorização de Empenhos nºs 780/2017, 781/2017, 827/2017, 337/2017, 854/2017e 904/2017, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital**.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante as Atas de Registro de Preços nº 181/2016 e 252/2016, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DE TODS OS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 10 de maio de 2017.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 011/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **2HC. ROSA PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ N° 13.459.330/ 0001-91,** modalidade **INEXIGIBILIDADE N° 011/2017 – CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "GUILHERME E SANTIAGO" PARA APRESENTAÇÃO NA EXPOSIÇÃO DE CAMPO VERDE - EXPOVERDE**, no valor de **R$ 145.000,00 (CENTO E QUARENTA E CINCO MIL REAIS).** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 10 de Maio de 2017.

ANA CAROLINA S. B. BLUME

Presidente de CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO E PROMOÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 036/2017 DE 09 DE MAIO 2017

RESOLUÇÃO Nº 036/2017 DE 09 DE MAIO 2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, fundamentado na Lei Federal n° 8.069/90, na Lei Municipal 2076/2015 que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na reunião ordinária do dia 09 de Maio de 2017, dispõe sobre os assuntos:

CONSIDERANDO:

O Estatuto da Criança e do Adolescente- Lei 8.069/90; Lei Municipal 2.076 de 23 de Abril de 2015- que dispõe sobre o FMDCA, e outros; Resolução do Conanda nº 137 de 21 de Janeiro de 2010; Deliberação da Reunião Ordinária deste Conselho, realizada em 09 de Maio 2017 na Ata nº 070/2017.

RESOLVE:

Art. 1° – Aprovar as Prestações de Conta do **PROJETO ATIVIDADE PSICO/FÍSICA - UMA MISSÃO APAEXONANTE** III- Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, 2ª Parcela do Termo de Parceira nº 004/2017, no valor de R$ 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais), **PROJETO MANUTENÇÃO DO EDUCANDÁRIO ESPÍRITA LAR MARIA DE LOURDES** – Associação Espírita Lar Maria de Lourdes – 2ª Parcela do Termo de Fomento nº 001/2017, no valor de R$ 35.498,48 (Trinta e Cinco Mil Quatrocentos e Noventa Oito Reais e Quarenta Oito Centavos), **PROJETO TOCANDO COM O BOLINHA – ENCANTANDO CAMPO VERDE -** Associação Espírita Lar Maria de Lourdes – 1ª Parcela do Termo de Fomento nº 005/2017, no valor de R$ 1.300,75 (Hum Mil Trezentos Reais e Setenta Cinco Centavos).

Art. 2º - Aprovar a liberação de recursos para a **Aquisição de Calçados para o Grupo de Dança, que irá participar Festrilha – Festival de Quadrilha do GRUPO CULTURAL FOLCLORICO MATUTADA** no valor de R$ 1.664,00 (Hum Mil, Seiscentos e Sessenta e Quatro Reais) despesa com Material de Consumo – Despesas de Custeio.

Art. 3° – Aprovar a Prestação de Conta do FMDCA- Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, dos meses **JUNHO/JULHO/AGOSTO/SETEMBRO/OUTUBRO/NOVEMBRO/DEZEMBRO 2016.**

Art. 4° – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Verde, 09 de Maio de 2017.

Izabel Cristina Gutierrez

Presidente

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA E TROCA DE PRODUTO VENCIDO

PREGÃO: 053/2016

NOTIFICADO: STARMED ARTIGOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.

CNPJ: 02.223.342/0001-04

CURITIBA-PR.

1. Vimos através da presente, **NOTIFICAR** a empresapela não entrega dos itens constante(s) no(s) Pedidos e Autorização de Empenhos nºs 286/ 2017, 901/2017, 284/2017e 495/2017, **conforme prazo de entrega estipulado no Edital** e para que proceda a troca de 02 caixas de papel para eletrocardiógrafo, referente a NF 40.454 oriunda da NAD – Nota de Autorização de Despesa nº 971/2017, pelo fatos dos mesmos estarem foram no prazo de validade.

2. Tendo a Contratada descumprido as obrigações das quais assumiu perante a Ata de Registro de Preços nº 137/2016, FICA ESTA EMPRESA **NOTIFICADA** PARA, QUERENDO, ENTREGAR OS ITENS/ OU APRESENTAR DEFESA PRÉVIA REFERENTE AO DESCUMPRIMENTO DE SUAS OBRIGAÇÕES, NO **PRAZO DE 05(CINCO) DIAS ÚTEIS**, a contar da data de PUBLICAÇÃO desta Notificação.

3. A NÃO ENTREGA DE TODS OS ITENS/OU APRESENTAÇÃO DA DEFESA, NO PRAZO FIXADO, implicará a contratada o imediato CANCELAMENTO de qualquer ATA/CONTRATO firmado com está Administração Pública.

4. Após a Publicação do Termo de Cancelamento, será encaminhado o processo administrativo para o setor jurídico desta Administração, para aplicação das penalidades previstas no referido Edital com base na lei 10. 520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

5. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde-MT, 10 de maio de 2017.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 010/2017

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **HED PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA - ME, CNPJ N° 15.338.266/0001-16,** modalidade **INEXIGIBILIDADE N° 010/2017 – CONTRATAÇÃO DE SHOW ARTÍSTICO COM A DUPLA "HENRIQUE E DIEGO" PARA APRESENTAÇÃO NA EXPOSIÇÃO DE CAMPO VERDE - EXPOVERDE**, no valor de **R$ 165.000,00 (CENTO E SESSENTA E CINCO MIL REAIS).** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 10 de Maio de 2017.

ANA CAROLINA S. B. BLUME

Presidente de CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

TERMO DE POSSE Nº. 031/2017

TERMO DE POSSE Nº. 031/2017

Na sede da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, situada na Avenida Valdir Masutti, n°. 776W – Bom Jardim, apresentou-se o(a) Sr.(a) **ANDREIA CRISTINA DE CARVALHO DE SOUZA** brasileiro(a), candidato(a) aprovado(a) no Concurso Público 001/2016 desta Prefeitura, portador(a) do RG nº. 000881512 SESDC/RO e CPF sob nº. 00406615128, residente e domiciliado(a) neste município, nomeado(a) pela Portaria nº. 215/2017 de 20/04/2017, no Departamento de Recursos Humanos, para tomar posse no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** sob Regime Estatutário de Trabalho, conforme Lei Municipal nº. 148/2001 de 19/04/2001, e suas alterações, aprovado pelo Legislativo, e sancionando pelo Executivo Municipal, assim comprometendo-se a desempenhar todos os seus deveres funcionais.

Termo que assina e declara no presente, pelo qual se compromete a bem desempenhar todas as funções inerentes ao cargo e, nos termos do Edital de nº. 001/2016 de 01/12/2016 do Concurso Público, homologado pelo Decreto nº. 022/2017 de 13/03/2017 e convocado pelo Edital de nº 020/2017 de 20/04/2017, declara e se compromete ainda a entregar os documentos abaixo relacionados, bem como a comprovar os seguintes requisitos:

Apresentar cópia da cédula de identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Comprovar ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

Apresentar cópia da certidão de casamento ou nascimento;

Apresentar cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

Apresentar cópia da carteira de vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Apresentar cópia do cartão de identificação do contribuinte (CPF);

Apresentar cópia do cartão do PIS/PASEP;

Apresentar cópia do comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

Apresentar cópia do título de eleitor;

Apresentar certidão negativa fornecida pelo cartório distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

Apresentar certidão negativa de débitos para com o município de posse;

Apresentar atestado de saúde física e mental (Pré-Admissional) expedido pela junta médica oficial do município;

Apresentar duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

Apresentar cópia do registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

Apresentar cópia da certidão de reservista, se do sexo masculino;

Apresentar cópia do comprovante de escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorreu, devidamente registrado pelo MEC;

Apresentar declaração contendo endereço residencial;

Apresentar declaração negativa de acúmulo de cargo público;

Apresentar declaração de bens;

Apresentar declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

A investidura no cargo/função fica consignada no presente Termo e, nada mais havendo o que contar, assino-o em duas vias.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campos de Júlio, Estado do Mato Grosso, aos oito dias do mês de Maio de dois mil e dezessete.

JOSE ODIL DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

ANDREIA CRISTINA DE CARVALHO DE SOUZA

EMPOSSADO (A)

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 10/2017

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 006/2017, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: Aquisição de peças e contratação de serviços para conserto do ônibus escolar placa OBC 5232.

Contratado: BURITI CAMINHÕES LTDA. CNPJ/MF nº 84.652.296/0002-04.

Valor global: R$ 24.472,87 (vinte e quatro mil e quatrocentos e setenta e dois reais e oitenta e sete centavos).

Fundamento Legal: Art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93.

Inexigibilidade de Licitação: 10/2017.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a inexigibilidade de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 10 de maio de 2017.

Eric Rodrigo Pettenan

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2017

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, declara vencedor do Pregão Presencial 021/2017, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA POSSÍVEIS E EVENTUAIS AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE** As empresas Dismeq Comercial Importadora de Maquinas para Escritorio,Edivanda Vieira Lang e Mv Papelaria e comercio de Moveis ltda. No valor global de R$ 1.189.401,00;

Canabrava do Norte-MT, 08 de março de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

AVISO DE INTENÇÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 118/2016 – DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA.

A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT torna público o interesse em Aderir a Ata de Registro de Preços nº 118/2016 referente ao Pregão Presencial para Registro de Preços nº 088/2016 da Prefeitura Municipal de Confresa, para o Registro de Preços de para futura e eventual aquisição de peças com um valor Global Estimado de R$ 263.049,27 (duzentos e sessenta e três mil quarenta e nove reais e vinte e sete centavos).

Fornecedor:

Divino Marciano Lopes - ME;

CNPJ: 09.556.640/0001-57;

Canabrava do Norte-MT, 09 de Maio de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 559/2017

DECRETO N. 559/2017, DE 10 DE MAIO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS EM PROCESSO SELETIVO.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de CANABRAVA DO NORTE-MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas em Lei Orgânica do Município e nos termos do art. 37, Inc. II, da Constituição Federal.

CONSIDERANDO o resultado final do processo seletivo desta Prefeitura Municipal, nos termos do Edital de Concurso Público n.º 001/2017 e abertura 003/2017.

CONSIDERANDO a necessidade de suprir as vagas existentes no seu quadro de pessoal.

CONSIDERANDO que alguns candidatos aprovados no processo seletivo, convocados no Decreto n. 556/2017, de 05 de maio de 2017, não compareceram e nem solicitaram prorrogação de prazo.

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos relacionados em anexo a comparecerem ao edifício sede desta Prefeitura Municipal, junto ao Departamento de Recursos Humanos, de acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canabrava do Norte - MT, para apresentar a documentação em conformidade com o parágrafo segundo, do dia 10/05/2017 até o dia 12/05/2017 das 07:30h as 11:30h e das 13:30h as 17:30h. Os quais começaram a trabalhar de forma imediata.

Parágrafo Primeiro: O não comparecimento do candidato na data estipulada neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Parágrafo Segundo: Os Candidatos Convocados devera apresentar no ato da posse os documentos relacionados abaixo:

a) Prova de ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (art. 12 e art. 37, I da CF/88); Cédula de Identidade e Cadastro de Pessoa Física;

b) Certidão de Casamento;

c) Certidão de Nascimento dos filhos;

d) Declaração de posse de bens até esta data;

e) Cartão do PIS/PASEP;

f) Prova de estar em dias com as obrigações eleitorais;

g) Prova de estar em dias com as obrigações militares (para candidato do sexo masculino);

h) Prova do gozo dos direitos civis e políticos;

i) Declaração de não ter sido demitido ou destituído do serviço público por justa causa;

j) Prova de escolaridade conforme exigência do cargo para o qual concorri;

k) Cópia autenticada da Carteira Nacional de Habilitação na Categoria “D” (no caso de Motorista);

l) Prova de registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se o comprovante de quitação da anuidade;

m) Prova de idoneidade civil e criminal comprovada por meio de certidão negativa expedida pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual da Comarca onde resido;

n) Declaração de não infringência das leis constantes do Edital;

o) Declaração de não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos;

p) Prova de estar exercendo ou não outro cargo ou função pública;

q) Prova de aptidão física e sanidade mental para o exercício do cargo comprovado por baterias de exames feitos por Junta Médica Oficial do Município ou outra competente.

r) Duas fotos 3x4 recentes.

Art. 2º. Os candidatos convocados estão relacionado no **ANEXO I** deste Decreto:

Art. 3º. Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Canabrava do Norte, em 10 de Maio de 2017**.**

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO I

Nome do candidato	Cargo	Classificação
Andreia Alves Malta	Monitor de Alunos Especiais – Escola Municipal Canaã	5° Lugar

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N. 558/2017, DE 10 DE MAIO DE 2017.

DECRETO N. 558/2017, DE 10 DE MAIO DE 2017.

DETERMINA A OBSERVÂNCIA DA LEI MUNICIPAL 425/2009, QUE DISPÔS SOBRE O REGIME DE DIÁRIA PARA PREFEITO, VICE-PREFEITO, SECRETÁRIOS/ASSESSORES E DEMAIS SERVIDORES

MUNICIPAIS, EM VIAGEM A SERVIÇO DO MUNICÍPIO DE CANABRAVA DO NORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e;

CONSIDERANDO os mandamentos legais constantes da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte, sobre as prerrogativas do Prefeito na Administração Municipal;

CONSIDERANDO a existência da Lei Municipal n. 425/2009, de 18 de dezembro de 2009, a qual se encontra em vigor;

DECRETA:

Art. 1º. O procedimento para concessão de diárias, como requisição, pagamento e prestação de contas, no âmbito da Prefeitura de Canabrava do Norte, é aquele previsto na Lei Municipal n. 425/2009, devendo, portanto tal procedimento ser observado pelo Prefeito, Vice-Prefeito, Secretários, Assessores e demais servidores.

Art. 2º. A Secretaria de Administração ficará responsável pelo registro e guarda de todos os processos de concessão de diárias, que deverão ser devidamente arquivados em pasta própria.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se e tornando sem efeito quaisquer dispositivos em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Canabrava do Norte – MT, 10 de maio de 2017.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 022/2017

A Prefeitura de Canabrava do Norte-MT, declara vencedor do Pregão Presencial 022/2017, cujo objeto é o **REGISTRO DE PREÇOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET VIA RADIO COM 2MBPS COM EQUIPAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE** A empresa Vera Lucia Soares . No valor global de R$ 51.264,00;

Canabrava do Norte-MT, 09 de maio de 2017.

Domingos Dias Pinto

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO PORTARIA Nº 407/2017.

De 09 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º *- Exonerar Sr.***PAULO ROBERTO MELCHIORS**, no cargo de Engenheiro Civil*, designado pela portaria 410/2016 de 24 de Outubro de 2016, a* **Fiscalização do Tomada de Preços nº 010/2016 Processo nº 069/2016** que tem por Objeto a Contratação de empresa para execução de obras de **Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Novo Lar (Creche Bela Vista)** no Município de Canarana-MT., conforme Projetos Arquitetônicos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Contrato em anexo.

Art. 2º - Designar **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Tomada de Preços nº 010/2016 Processo nº 069/2016** que tem por Objeto a Contratação de empresa para execução de obras de **Ampliação da Escola Municipal de Educação Infantil Novo Lar (Creche Bela Vista)** no Município de Canarana-MT., conforme Projetos Arquitetônicos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro e Contrato em anexo.

Art. 3º Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 09 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO PORTARIA Nº 382/2017.

De 04 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 031/2017 – **Tomada de preços nº 003/2017,** cujo objeto é o **Construção de ciclovia na Avenida Rio grande do Sul no Município de Canarana-MT**.

Art. 2º - Nomear **ERNANI LUIZ MÜLLER**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 04 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO PORTARIA Nº 383/2017.

De 04 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **ERNANI LUIZ MÜLLER**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 032/2017 – **Tomada de preços nº 004/2017,** cujo objeto é a **Adequação da Iluminação Publica na Avenida Rio Grande do Sul no Município de Canarana-MT**.

Art. 2º - Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 04 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 396/2017.

De 05 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **SONIA TEREZINHA EBERHART** no cargo de Professora**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 041/2017 – Pregão presencial nº 022/2017 -** ***Contratação de empresa para*****Serviços mensais no transporte de professores com veículo automotor com as seguintes características mínimas: capacidade 05 (cinco) passageiros sentados, ar condicionado, com motorista e demais despesas por conta da empresa vencedora, e combustível/lubrificantes por conta do município**, conforme edital.

Art. 2º - Nomear **ANDREIA CECATTO**, servidor no cargo de Agente de Serviços II, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 05 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 406/2017.

De 09 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - *Exonerar Sr.***PAULO ROBERTO MELCHIORS**, no cargo de Engenheiro Civil*, designado pela portaria 260/2016 de 07 de Junho de 2016, a* **Fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 045/2016** Tomada de preços nº 006/2016, que tem por Objeto a **Contratação de empresa para execução de obras de Revitalização da Praça Central (Praça do Avião) no Município de Canarana-MT**, conforme Projetos Arquitetônicos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Minuta de Contrato em anexo.

Art. 2º - Designar **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 045/2016** Tomada de preços nº 006/2016, que tem por Objeto a **Contratação de empresa para execução de obras de Revitalização da Praça Central (Praça do Avião) no Município de Canarana-MT**, conforme Projetos Arquitetônicos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Minuta de Contrato em anexo.

Art. 3º Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 09 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 395/2017.

De 05 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidor no cargo de Auxiliar de Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 040/2017 – Pregão presencial nº 021/2017 – Contratação de empresa especializada em prestação de serviços com e sem fornecimento de peças, para manutenção corretiva e preventiva em equipamentos tais como: Ar condicionado, Refrigeradores, Bebedouros, Freezers, lavadoras, maquinas industriais, compressores de ar, lavadoras de alta pressão, macacos hidráulicos, chaves pneumáticas, redes de ar comprimido, propussora de graxa e óleo, comboio (melosa), maquina de lavar hospitalar, centrifuga de roupas industrial, ventiladores, exaustores, diversos equipamentos e aparelhos odonto, médicos, hospitalares, dentre outros, para atender diariamente e fracionadamente de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais do Município de Canarana-MT**, conforme especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **Elaine Noeli Elsenbach**, servidor no cargo de Professora, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 05 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 394/2017.

De 05 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ILSE TERESINHA GOTZ**, servidor no cargo de Agente Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 039/2017 – Pregão nº 020/2017 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assistência técnica e manutenção permanente a serem realizados "in loco" em computadores**

e periféricos de informática bem como no sistema de telefonia fixo e móvel, linhas externas e ramais internos da Prefeitura de Canarana-MT, conforme edital.

Art. 2º - Nomear **MAGDA PATRICIA ANDOLHE**, servidor no cargo de Telefonista, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 05 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 384/2017.

De 04 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, servidor **SONIA TEREZINHA EBERHART** no cargo de Professora**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 034/2017 - Chamada Publica nº 001/2017 - Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para merenda escolar para a Secretaria de Educação no Município de Canarana-MT**, conforme edital.

Art. 2º - Nomear **MARCELI TEREZINHA THOMAS L. COSTA**, servidor no cargo de Professora da Educação Infantil, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 04 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 408/2017.

De 09 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - *Exonerar Sr.***ELIZEU DIAS PINHEIRO,** Portaria nº 045/2014 de 07/02/14*, a* **Fiscalização do Tomada de Preços nº 001/2014**que tem por Objeto a **Construção de Quadra Poliesportiva coberta com Vestiários Padrão FNDE e Construção de Cobertura para Quadra Poliesportiva Padrão FNDE,** conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas em anexo.

Art. 2º - Designar **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Tomada de Preços nº 001/2014**que tem por Objeto a **Construção de Quadra Poliesportiva coberta com Vestiários Padrão FNDE e Construção de Cobertura para Quadra Poliesportiva Padrão FNDE,** conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas em anexo.

Art. 3º Nomear **ERNANI LUIZ MULLER**, servidor no cargo de Fiscal de Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 09 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 386/2017.

De 04 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - *Exonerar Sr.***PAULO ROBERTO MELCHIORS**, no cargo de Engenheiro Civil*, designado pela portaria 259/2016 de 07 de Junho de 2016, a* **Fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 042/2016, Tomada de Preços nº 005/2016,** que tem por Objeto a **Contratação de empresa para Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município de Canarana-MT, conforme contrato de repasse nº 811477/2014/MINISTERIO DA SAUDE/CAIXA,** conforme Projetos Arquitetônicos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Minuta de Contrato em anexo.

Art. 2º - Designar **CLAUDIONOR DOS SANTOS**, servidor no cargo de Agente de Serviços I**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 042/2016, Tomada de Preços nº 005/2016** - **Contratação de empresa para Reforma de Unidade de Atenção Especializada em Saúde no Município de Canarana-MT, conforme contrato de repasse nº 811477/2014/MINISTERIO DA SAUDE/CAIXA,** conforme Projetos Arquitetônicos, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico Financeiro, memorial descritivo e Minuta de Contrato em anexo.

Art. 3º Nomear **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 4º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 04 de Maio de 2017**.**

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 385/2017.

De 04 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 038/2017 – **Pregão presencial nº 019/2017,** cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada**

para prestação de serviços contínuos de coleta de resíduos sólidos urbanos (lixo domiciliar e de varrição) no Município de Canarana-MT.

Art. 2º - Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 04 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 397/2017.

De 05 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar **ANDREIA CECATTO**, servidor no cargo de Agente de Serviços II**,** para exercer a fiscalização do Contrato referente ao **Processo nº 042/2017 – Pregão nº 023/2017 – Contratação de empresa especializada em agenciamentos de espaço para publicidade em veiculação de mídia digital em Painel Digital de Led (mídia outdoor)** e **Tvs de LED (mídia indoor)**, para veiculação de mídia digital e divulgação de atos apresentados pela prefeitura municipal por meio da secretaria de Administração, incluindo campanhas, programas sociais, apresentações culturais e artísticas; Calendário de eventos; campanhas de saúde pública; Audiências Públicas; Avisos e Chamadas Públicas e divulgação do turismo do Município, e de acordo com as especificações do edital.

Art. 2º - Nomear **EDILAINE LOPES DA COSTA**, servidor no cargo de Auxiliar de Administrativo, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 27 de Abril de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
PORTARIA Nº 405/2017.

De 09 de Maio de 2017.

Designa Servidor Público Municipal para a fiscalização de execução de contrato.

Fabio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 8666/93.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o Servidor **ELAINE CRISTINA CERDAN RUFO RODRIGUES**, servidor no cargo de Assessor Administrativo, para exercer a fiscalização do Contrato referente ao Processo nº 038/2017 – **Tomada de preços nº 002/2017,** cujo objeto é a **Contratação de empresa para execução de obras de Pavimentação Asfáltica, Drenagem Superficial (meio fio e sarjetas) e Galerias de Águas Pluviais no Distrito do Culuene Município de Canarana-MT (à 80 km da sede), conforme Termo de Convenio nº 0935/2016-SECID e de acordo com os anexos do Edital.**

Art. 2º - Nomear **MARCIANO MENDES DE OLIVEIRA**, servidor no cargo de Fiscal Obras e Posturas, como suplente de Fiscal do referido Contrato.

Art. 3º - Revogam -se as disposições em contrário.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, de 09 de Maio de 2017**.**

FABIO MARCOS PEREIRA DE FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 027/2017

A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Carlinda – MT torna público aos interessados que Conforme Edital de Licitação do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS COM RESPECTIVO CÓDIGO LOCALIZADOR E TERRESTRES NACIONAIS, A SEREM UTILIZADAS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DA PREFEITA DO MUNICÍPIO DE CARLINDA/MT.**

E que teve como vencedora as empresas:

TIM TRANSPORTE INTEGRADOS MATOGROSSENSES LTDA

CNPJ nº 14.421.118/0001-06

CLAUDINEIA DE OLIVEIRA ME

CNPJ: 22.524.992/0001-99

Carlinda – MT, 10 de Maio de 2017.

_____

Daniele Paula Maltezo

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PORTARIA N.º 161/2017

PORTARIA N.º 161/2017

Prorroga licença saúde concedida à servidora pública municipal Sra. **ANGELICA BATISTA TALASKA,** e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar até 27 de julho de 2017, Licença Saúde concedida à Servidora Pública Municipal, Sra. ANGELICA BATISTA TALASKA, que exerce o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, em conformidade com o atestado médico, emitido pelo Dr. Thales Victor Fernandes CRM-MT 9080.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 26 de Abril de 2017.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 157/2017

PORTARIA N.º 157/2017.

Exonera a pedido da servidora Sra. **AMAZILES ELETO VILARINO**, que exerce a função de Professora, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, a servidora Sra. **AMAZILES ELETO VILARINO**, portadora do RG M3509788 SSP/MG e do CPF 556.455.776-04, que exerce o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Castanheira - MT, a partir de 06 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 06 de Abril de 2017.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 156/2017

PORTARIA N.º 156/2017.

Exonera a pedido da servidora Sra. **ROSIMEIRE CASADO**, que exerce a função de Professora, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, a servidora Sra. **ROSIMEIRE CASADO**, portadora do RG:10373721SSP/MT e do CPF:817.793.481-34, que exerce o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Castanheira - MT, a partir de 01de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 155/2017

PORTARIA n.º 155/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORA **ALADIR RODRIGUES VIEIRA**, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **JUNHO/2015**, à servidora Sr **ALADIR RODRIGUES VIEIRA**, Portador da Cédula de Identidade nº **0890062-0** SSP/MT e CPF nº **571.220.81-34**, que exercer o cargo de **SERVENTE,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 01de Abril a 30 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA N.º 154/2017

PORTARIA N.º 154/2017

Determina a Progressão Vertical da servidora Pública Municipal **ROSELI PEREIRA DA COSTA RISSATO**, nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º **DETERMINAR**, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, em razão da implementação do seu tempo de serviçoa Progressão Vertical da servidora Pública Municipal Sra. **ROSELI PEREIRA DA COSTA RISSATO**investido no cargo de **AGENTA ADMINISTRATIVO I,**que passa do Nível **06** da Classe **E** para o Nível **07** da mesma Classe, do respectivo cargo público, a partir de 01 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 153/2017

PORTARIA N.º 153/2017.

Determina a Progressão horizontal ao Servidor Público Municipal, Sr. **SEBASTIÃO SIQUEIRA RISSATO,** nos termos da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º - **DETERMINAR**, nos termos do art. 28 da Lei Complementar Municipal n.º 723/2013, a progressão Horizontal, no mesmo nível salarial, do servidor **SEBASTIÃO SIQUEIRA RISSATO**, investido no cargo de **VIGIA** que passa da Classe **C** para a Classe **E** , permanecendo no nível **04**, do respectivo cargo público, a partir de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 152/2017

PORTARIA N.º 152/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR **REINALDO VALVERDE DE SOUZA** E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Dezembro/2011**, ao servidor **REINALDO VALVERDE DE SOUZA,** que exerce o cargo de **ODONTÓLOGO,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para serem gozadas no período de 01 a 30 Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 151/2017

PORTARIA n.º 151/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AO SERVIDOR QUE MENCIONA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE

Art. 1º Conceder, 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **ABRIL/2014**, a servidora Srª **SIDNEIA APARECIDA GABARDO NENEVE DE OLIVEIRA**, Portadora da Cédula de Identidade nº 1860409-9 SSP/MT e CPF nº 032.765.081-84, que exercer o cargo de COORDENADORA DO DEPARTAMENTO DO PSF E AGENDAMENTO DO SUS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a contar de 01 de abril a 30 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra em local de costume.

PORTARIA N.º 150/2017

PORTARIA N.º 150/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMENTARES AO SERVIDOR **JOSÉ DE JESUS LEITE** E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT**, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Dezembro/2016**, ao servidor **JOSÉ DE JESUS LEITE,** que exerce o cargo de **Carpinteiro,** lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para serem gozadas no período de 01 a 30 Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 149/2017

PORTARIA N.º 149/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMETARES AO SERVIDOR **JOSÉ PEDRO DANIEL** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **JULHO/2014**, ao servidor **JOSÉ PEDRO DANIEL,** que exerce o cargo de **VIGIA,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para serem gozadas no período de 02 de abril á 02 maio de 2017

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 148/2017

PORTARIA N.º 148/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMETARES AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL **JOSMAR JOSE DA SILVA**, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **Fevereiro/ 2016**, ao servidor **Srº. JOSMAR JOSE DA SILVA,** que exerce o cargo de **ENCANADOR** lotado na Secretaria Municipal de Departamento DAE, para serem gozadas no período de 01 a 30 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 147/2017

PORTARIA N.º 147/2017

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS REGULAMETARES À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL **CLAUDINÉIA ELIZABETI DA SILVA HUBNER** E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, inciso IX, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no Art. 87, § 1º da Lei Complementar nº 471/2005, Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares vencidas em **março/2017**, à servidora **CLAUDINÉIA ELIZABETI DA SILVA HUBNER,** que exerce o cargo de **Assistente Social,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para serem gozadas no período de 01 de abril a 30 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 143/2017

PORTARIA N.º 143/2017.

Nomeia o Servidor que menciona, para exercer as atribuições do cargo de provimento em comissão Controlador geral do Executivo, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR para o cargo de Controlador Geral do Executivo a Senhor/a MONICA GRAZIELI DE OLIVEIRA FOCHI, portadora da Cédula de Identidade n.º 12008507-3 SJ/MT, inscrito no CPF/MF sob o n.º 000.090. 391-47, residente e domiciliada no Município de Castanheira - MT, das atribuições em comissão com jornada de Dedicação Integral e vencimento estabelecido pela Lei Municipal que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Poder Executivo, a partir de 03 de abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Castanheira – MT, 12 de abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 158/2017

PORTARIA N.º 158/2017.

Prorroga licença saúde á Servidora Pública Municipal Sra. **VALCI GOMES MIRANDA RAMOS,** e dá outras Providencias..

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Prorrogar por 30 (trinta) dias de licença saúde á Servidora Pública Municipal, Sra. VALCI GOMES MIRANDA RAMOS, que exerce o cargo de Agente de Saúde Pública, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 06 de abril de 2017.

Art. 2.º **Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.**

Castanheira - MT, 06 de Abril de 2017

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 159/2017

PORTARIA N.º 159/2017.

Exonera a pedido da servidora Sra. **ELIANE FERNADES MOTTA**, que exerce a função de Professora, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas por Lei;

RESOLVE:

Art. 1.º Exonerar a pedido, a servidora Sra. **ELIANE FERNANDES MOTTA**, portadora do RG: 000816257 SSP/RO e do CPF: 733.302.802-04, que exerce o cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Castanheira - MT, a partir de12 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 12 de Abril de 2017.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 160/2017

PORTARIA N.º 160/2017

Concede licença Saúde ao Servidor Público Municipal Sr. **BENEDITO FRANCISCO DE APARECIDO**, e dá outras Providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 180 (dias) de Licença Saúde, ao servidor municipal Sr. **BENEDEITO FRANCISCO APARECIDO**, que exerce o cargo de **JARDINEIRO**, lotado na Secretaria Municipal de Educação – Departamento Fundeb 40%, a partir do dia 19 de Abril de 2017, conforme laudo pericial médico emitido pelo Dr.Alex da Silva Santos CRM-MT 8740.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 19 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 162/2017

PORTARIA N.º 162/2017.

Determina o pagamento de Gratificação Natalina no mês de aniversário do servidor municipal em licença para tratamento da própria saúde, que menciona, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal n.º 471/2005 e demais leis cabíveis a espécie; e,

CONSIDERANDO que o servidor municipal que se encontra em licença para tratamento da própria saúde faz *jus* ao recebimento de gratificação natalina, até o limite de 24 meses, cumulativo ao longo do tempo de serviço público prestado ao Município, em cargo de provimento efetivo (art. 73 c/c o art. 113, inciso VIII, alínea "b", da LCP n.º 471/2005); e, CONSIDERANDO que a Lei Municipal n.º 355/2001, determina o pagamento da gratificação natalina no mês de aniversário do servidor, e esta disposição está em consonância com o art. 73, da **LCP n.º 471/2005,**

RESOLVE:

Art. 1.º DETERMINAR o pagamento de gratificação natalina aos servidores públicos municipais, abaixo relacionados, que se encontra em licença para tratamento da própria saúde, conforme comprovam os documentos constantes dos seus assentos funcionais, na folha de pagamento do mês de novembro do corrente ano, em razão do mês do seu aniversário.

VALDIVINO JOSE GALDINO DORALICE PATROCINA DE OLIVEIRA

Art. 2.º O valor da gratificação natalina deve corresponder ao valor da remuneração que o servidor fizer *jus* no mês de dezembro de 2016, a teor do art. 73, da **Lei Complementar Municipal n.º 471/2005.**

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira – MT, 26 de abril de 2017.

MABEL DE FATIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e **PUBLICADO** por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 163/2017

PORTARIA N.º 163/2017.

Concede licença saúde à servidora pública municipal Sra. **MARIA INES DA SILVA POIATTE** e dá outras providencias..

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º Concede por 120 (cento e vinte) dias de Licença Saúde à Servidora Pública Municipal, Sra. MARIA INES DA SILVA POIATTE, que exerce o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Esportes, em conformidade com o laudo médico, emitido pelo Dr. Alex da Silva Santos CRM-MT 8740.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Castanheira-MT, 26 de Abril de 2017.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 144/2017

PORTARIA N.º 144/2017

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, Sr.ª MARIA IZABEL PERDONCINI LISANDRO, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar por motivo de **Aposentadoria,** a servidora Srª. **MARIA IZABEL PERDONCINI LISANDRO** nomeada em caráter efetivo para o cargo de **PROFESSORA** pela portaria nº 391/92, Termo de Posse nº 056/1992 -, Matricula 04.01.056, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Considerando a sua exoneração a partir de 01 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 145/2017

PORTARIA N.º 145/2017

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, SRA. **LUZINEIDE RODRIGUES AZEVEDO**, POR MOTIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar por motivo de **Aposentadoria,** a servidora Sra. **LUZINEIDE RODRIGUES AZEVEDO** nomeada em caráter efetivo para o cargo de **MERENDEIRA** pelo Termo de Posse nº 007/2007, Matricula 06.001.066.004 de 19 de março de 2007, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Considerando a sua exoneração a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017..

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PORTARIA N.º 146/2017

PORTARIA N.º 146/2017

EXONERA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, Sr.ª ROZILENE MORENO DE BARROS , POR MOTIVO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo art. 68, incisos III e IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com as normas e a legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1.º - Exonerar por motivo de **Aposentadoria,** a servidora Srª. **ROZILENE MORENO DE BARROS** nomeada em caráter efetivo para o cargo de **PROFESSORA** pela Portaria nº51/2000 de 17 de janeiro de 2000, Termo de Posse nº 016/2000, Matricula 06.16.016.2000, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Considerando a sua exoneração a partir de 01 de Abril de 2017.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Castanheira - MT, 01 de Abril de 2017.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

MABEL DE FATIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação na data supra no local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 08/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 08/2017 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

EMPRESA CONTRATADA:

ANDREW M. DOS SANTOS – ME CNPJ: 17.666.189/0001-59

VALOR: R$ 342.351,80 (Trezentos e quarenta e dois mil, trezentos e cinqüenta e um reais e oitenta centavos).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MERENDA ESCOLAR, PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM RECURSOS PROVENIENTES DO FNDE/PNAE E AOS BENEFICIÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 05 de maio de 2017.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 07/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 07/2017 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

EMPRESA CONTRATADA:

COMERCIAL PAMEX LTDA –ME CNPJ: 16.903.044/0001-61

VALOR: R$ 723.940,00 (Setecentos e vinte e três mil novecentos e quarenta reais).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MERENDA ESCOLAR, PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM RECURSOS PROVENIENTES DO FNDE/PNAE E AOS BENEFICIÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 05 de maio de 2017.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 04/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 04/2017 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

EMPRESA CONTRATADA:

MIRACY TELES DE AMORIM FRANCA - ME CNPJ: 03.949.116/0001-60

VALOR: R$ 366.500,50 (Trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos reais e cinqüenta centavos).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MERENDA ESCOLAR, PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM RECURSOS PROVENIENTES DO FNDE/PNAE E AOS BENEFICIÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 05 de maio de 2017.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 02/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 02/2017 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

EMPRESA CONTRATADA:

UGOLINE & CIA LTDA-ME CNPJ: 01.354.498/0001-53

VALOR: R$ 63.107,00 (Sessenta e três mil cento e sete reais.)

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MERENDA ESCOLAR, PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM RECURSOS PROVENIENTES DO FNDE/PNAE E AOS BENEFICIÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 05 de maio de 2017.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 05/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 05/2017 **–** PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2017

EMPRESA CONTRATADA:

SJG PAGANNI COMERCIO – ME CNPJ: 04.193.497/0001-62

VALOR: R$ 279.475,00 (Duzentos e Setenta e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais).

DO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIVERSOS E MERENDA ESCOLAR, PARA PREPARO E DISTRIBUIÇÃO GRATUITA AOS ALUNOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL DE ENSINO COM RECURSOS PROVENIENTES DO FNDE/PNAE E AOS BENEFICIÁRIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E OS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT.

DATA DA ATA: 05 de maio de 2017.

VIGENCIA: 12 (doze) meses.

Thelma Pimentel Figueiredo De Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

TERMO DE RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS N° 002/2017

TERMO DE RETIFICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N° 002/2017

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO,** através da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, vem, por meio deste, **RETIFICAR** os termos do Edital de Tomada de Preços n° 002/2017, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA SERVIÇOS DE CRIAÇÃO, VEICULAÇÃO, PLANEJAMENTO, PESQUISAS E PRODUÇÃO DE MATERIAL PUBLICITÁRIO PARA A PREFEITURA DE CLÁUDIA/MT,** nos termos abaixo:

1. Fica alterada a redação contida no Item 4.1.1 (HABILITAÇÃO JURÍDICA E TÉCNICA) do Edital de Tomada de Preços n° 002/2017, conforme mencionado a seguir:

ONDE SE LÊ:

4.1.1 - Habilitação jurídica e técnica:

a) prova de registro comercial, no caso de empresa individual ou do ato constitutivo,estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado no órgão competente, tendo dentre seus objetivos sociais as atividades típicas e exclusivas da propaganda e como tal definidas na Lei 4.680/65, no seu Decreto Regulamentador Nº 57.690/66. No caso de sociedade por ações, deverá ser apresentado, ainda, documento de eleição de seus administradores.

b)Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou serem apresentados de forma consolidada;

c) Comprovação da publicação no Diário Oficial dos atos constitutivos para atender ao item anterior, quando se tratar de sociedade por ações;

d) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício.

e) Alvará de Funcionamento do exercício 2017 da Sede do Licitante.

f) CRC feito na Prefeitura Municipal de Cláudia– MT.

LEIA-SE:

4.1.1 - Habilitação jurídica e técnica:

a) prova de registro comercial, no caso de empresa individual ou do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor devidamente registrado no órgão competente, tendo dentre seus objetivos sociais as atividades típicas e exclusivas da propaganda e como tal definidas na Lei 4.680/65, no seu Decreto Regulamentador Nº 57.690/66. No caso de sociedade por ações, deverá ser apresentado, ainda, documento de eleição de seus administradores;

b) Os documentos deverão estar acompanhados de todas as alterações ou serem apresentados de forma consolidada;

c) Comprovação da publicação no Diário Oficial dos atos constitutivos para atender ao item anterior, quando se tratar de sociedade por ações;

d) Inscrição do ato constitutivo em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

e) Alvará de Funcionamento do exercício 2017 da Sede do Licitante;

f) CRC feito na Prefeitura Municipal de Cláudia– MT;

g) Certificado de Registro no Conselho Executivo nas Normas Padrão – CENP.

2. Considerando que a presente retificação não altera as condições de participação das empresas interessadas, em face da exigência incluída atra-

vés deste ser decorrente de própria determinação contida em legislação específica, que é de conhecimento prévio de todas as empresas do ramo de atividade, bem como considerando que a retificação tem a finalidade apenas de sanar qualquer alegação de omissão administrativa, já que a documentação mínima exigida para a participação no certame está expressamente elencada na legislação de regência, ficam mantidos o horário e a data definidos para a sessão pública, conforme estabelecido no Edital.

Publique-se, Registre-se e Intime-se.

Cláudia – MT, 10 de Maio de 2017.

SHIRLEY YOTZCHETZ

Presidente da C.P.L.

Prefeitura Municipal de Cláudia - MT

RETIFICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2017

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 002/2017, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO SOB O Nº 2.705, DE 07 DE ABRIL DE 2017, PAGINA 140, ONDE SE LÊ: CONTRATADA: EMANUELE DE SILVESTRE, LEIA-SE CORRETAMENTE: CONTRATADA: GABRIELA ZEN. DATA: 10/05/2017

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 038/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PACIENTES PARA O HOSPITAL REGIONAL DE SORRISO/MT, PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES DE SINOP/MT E PARA O CENTRO DE ESPECIALIDADES EM CUIABÁ/MT. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT torna público que no dia 24 de Maio de 2017, estará recebendo propostas, para abertura ás 10h00min do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100. Cláudia/MT, 10 de Maio de 2017.

ALTAMIR KURTEN

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira

PREVI-CLAUDIA
RESOLUÇÃO PREVI-CLAUDIA

RESOLUÇÃO Nº 01/2017/PREVI-CLAUDIA

Dispõe sobre o recadastramento dos Aposentados e Pensionistas do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia/MT; PREVI-CLAUDIA.

A Diretora da Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Claudia – PREVI-CLAUDIA, no uso das atribuições que lhe confere a lei nº 473/2013.

.

Considerando a necessidade de manter atualizadas as informações de todos os Aposentados e Pensionistas do PREVI-CLAUDIA.

R E S O L V E

Art. 1º. Iniciar, **a partir de 15 de maio** e **término em 15 de junho de 2017**, no horário de 7h às 11h e das 13h às 17h, o recadastramento dos Aposentados e Pensionistas da Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cláudia/MT (PREVI-CLAUDIA).

Art. 2º. Para efeito de recadastramento do que trata o artigo 1º, os Aposentados e Pensionistas do PREVI-CLAUDIA, deverão apresentar-se na sede do PREVI-CLAUDIA, situado a Avenida Gaspar Dutra S/N, munidos do Cadastro de Pessoa Física-CPF, Cédula de Identidade-RG e comprovante de endereço.

Art. 3º. Para efeito de cientificarão dos termos da presente Resolução será enviada carta convocatória, no endereço existente nos registros do PREVI-CLAUDIA, a todos os Aposentados e Pensionistas do PREVI-CLAUDIA.

Art. 4º. Os Aposentados e Pensionistas residentes em outras localidades poderão efetuar o recadastramento enviando os documentos e o formulário preenchido, assinado e reconhecido firma em Cartório via correios para o PREVI-CLAUDIA no endereço Avenida Gaspar Dutra S/N; CEP: 78. 540-000 Claudia/MT ou pelo email: previ-claudia@hotmail.com

Art. 5º. Não havendo manifestação por parte de qualquer dos Aposentados ou Pensionistas no período citado no artigo 1º,os pagamentos serão suspensos, sendo liberados somente após o comparecimento do segurado (a).

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CLAUDIA (PREVI-CLAUDIA), aos 10 (dez) dias do mês de maio do ano 2017.

SHEILA YOTZCHETZ

DIRETORA EXECUTIVA

RETIFICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2015

FICA RETIFICADA A PUBLICAÇÃO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 015/2015, PUBLICADO NO JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO, EDIÇÃO SOB O Nº 2.724, DE 09 DE MAIO DE 2017, PAGINA 85, ONDE SE LÊ: R$ 34.200,00 (Trinta e Quatro Mil e Duzentos Reais), LEIA-SE CORRETAMENTE: R$ 30.600,00 (trinta mil e seiscentos reais). DATA: 10/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017

A Prefeitura Municipal de Colider/MT, através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 014/2017, cujo objeto é contratação de empresa para execução dos serviços de ministrar aulas de violão para alunos do programa “acordes para a vida” e curso de informática básica para alunos do programa de inclusão digital a serem ofertados pela secretaria municipal de ação social do município de Colider/MT. Sagraram-se vencedoras as seguintes empresas:

EMPRESA	TEM	VLR. TOTAL
VAGNER CANDIDO DE OLIVEIRA 04869867133	01	15.200,00
JAYKISON SILVA DE OLIVEIRA 02174001160	02	18.800,00

Colider/MT, em 09 de Maio de 2017

VINÍCIUS BLOCK CAMERINI

Pregoeiro Oficial

Publique-se

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - SINSPUMCOL/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

SINSPUMCOL – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Colíder, inscrito no CNPJ nº 32.946.055/0001 – 85, neste ato representado pelo seu presidente, **JOSÉ MARIA CARDOSO FILHO**, brasileiro, solteiro, Agente de Relações Públicas, portador da Cédula de Identidade Rg. nº 2954547-1 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 459.042.351-00, residente e domiciliado da Av. Tancredo Neves nº 988, Setor Norte, na cidade e Comarca de Colíder-MT, email – jmocadeia@hotmail.com, Tel. (66) 99636-4253 e (66) 98427-7989, convoca os associados em condições de votar, para participarem da Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 31/05/2017 às 8:00 horas em 1ª convocação (50% + 1), ou quinze minutos após em 2ª convocação com 1/10 (um décimo) de associados ao Sinspumcol - Sindicato dos Servidores Públicos de Colíder-MT,convocados os sindicalizados, **para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) filiação a entidade sindical de segundo grau e b) alteração estatutária**. Haverá uma única urna que percorrerá aos órgão públicos onde existir servidores aptos a votarem.

Colíder/MT, 10 de maio de 2017.

JOSÉ MARIA CARDOSO FILHO

CPF/MF nº 459.042.351-00, Matrícula Funcional nº 39, PIS/PASEP 128. 346.264-07, Agente de Relações Públicas, Presidente do SINSPUMCOL – Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Colíder, residente e domiciliado na Av. Tancredo Neves nº 988 – Setor Norte, Bairro Nossa Senhora da Guia, na cidade e Comarca de Colíder-MT, CEP. 78.500-000, **para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: a) filiação a entidade sindical de segundo grau e b) alteração estatutária.**

LICITAÇÃO
PORTARIA/SMPFA Nº 073/2017 DE 10 DE MAIO DE 2017

Instaura Processo Administrativo para apuração da viabilidade técnica e financeira da retomada da obra de **Implantação e Pavimentação Asfáltica de Travessia Urbana na MT 320,** objeto do contrato administrativo 108/2010.

O Ilustríssimo Senhor **Vanderlei Aparecido Borges da Silva**, Secretário Municipal de Planejamento Fazenda e Administração, no uso de suas atribuições e considerando:

1. Decisão de Anulação da Rescisão Unilateral do Contrato Administrativo nº 108/2010, por parte da Administração Pública Municipal de Colider, publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso, edição de 12/01/2016, sem a devida oportunização ao contraditório e à ampla defesa; 2. O pedido de reconsideração impetrado pela contratada Predicon Construções Civis Ltda em 14/02/2017 protocolizado sob nº 1779/2017 junto à Prefeitura Municipal de Colider e; 3. A anulação do aludido ato de anulação unilateral mencionado no item 1 por parte do Executivo Municipal publicado em 26 de abril de 2017 Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - ANO XII | N° 2.716 e Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – edição nº 27.007 de 25/04/2017 na página 115;

RESOLVE:

Artigo 1º - Instaurar Processo Administrativo fundamentado no artigo 5º, incisos LIV e LV, da Constituição Federal do Brasil, acrescida com o parágrafo único do artigo 78, da Lei Federal n º 8.666/93, para apuração dos fatos narrados pela empresa Predicon Construções Civis Ltda a respeito da obra objeto do Contrato Administrativo nº 108/2010.

Artigo 2º - Fica instituída a Comissão para condução do Processo Administrativo ora instaurado, composta pelos seguintes membros:

I. Clemencilva dos Santos Madeira – Gerente de Projetos lotada da Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração; II. Claudiomiro Pereira dos Santos – Engenheiro Civil lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração; III. Conceição Aparecida Nicácio – Tesoureira lotada na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração; IV. Rosângela Romano Ferreira da Silva – Agente Administrativo e Assessora Jurídica lotada no Gabinete do Prefeito; V. Vinícius Block Camerini – Auxiliar administrativo e Pregoeiro lotado na Secretaria Municipal de Planejamento, Fazenda e Administração.

Parágrafo único – Fica definida como Coordenadora da Comissão, a Senhora Clemencilva dos Santos Madeira.

Artigo 3º - A Comissão terá a atribuição de levantar a analisar os dados e informações relativas ao objeto do contrato aludido e ao final produzir relatório conclusivo, apontando ou refutando falhas dolosas ou não, emitindo parecer sobre alternativas de solução para eventuais impasses impeditivos ou retardatários para a conclusão da obra, bem como, se houveram danos ao erário público, de modo a oferecer subsídios seguros técnica e juridicamente que venham a nortear decisões administrativas e ou judiciais.

Parágrafo único – A análise deve abranger todos os documentos relacionados ao Contrato Administrativo nº 108/2010, a saber:

I. Cópia do Processo Licitatório que originou o citado contrato; II. Cópia do Termo de Convênio firmado entre o Município e o Estado de Mato Grosso, incluindo Plano de Trabalho, Planilhas e expedientes enviados por ambas as partes, cópia integral da Ação Judicial de Produção antecipada de Provas e da ação Civil Pública ajuizada em desfavor da empresa Requerente e do ex-gestor, Senhor CELSO PAULO BANAZESKI; III. Cópia do parecer técnico da equipe de transição dos governos de (2013-2016 – Nilson José dos Santos) e da atual gestão com informações detalhadas sobre a execução do contrato em discussão; IV. Eventuais aditivos, planilhas, e perícias; V. Ofícios e documentos expedidos e recebidos entre as partes, Ministério Público ou Poder Judiciário ou ainda terceiros;

Artigo 4º - Durante os trabalhos, a Comissão deve facultar aos envolvidos a ampla defesa e o direito ao contraditório, franqueando à contratada, acesso aos documentos que venham a instruir o feito, devendo a mesma ser legal e regularmente notificada/citada/intimada de todos os atos processuais, no endereço lançado no aludido contrato e na pessoa de seu sócio administrador, quem o substitua legalmente ou procurador com poderes especiais, para oferecer, querendo, defesa no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Novo Código de Processo Civil).

Artigo 5º - O Processo Administrativo ora instaurado deve ser concluído no prazo de 60 (sessenta) dias, à contar da data da publicação desta portaria, prorrogável uma única vez por igual prazo, devidamente justificada.

Artigo 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Colider MT, 10 de maio de 2017

Vanderlei Aparecido Borges da Silva

Secretário Municipal de Planejamento

Fazenda e Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 105/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 105/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Hildo Geraldo do Nascimento** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3389 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

LICITAÇÃO
OFICIO Nº 012/2017/SETOR LICITAÇÃO

Oficio nº 012/2017/Setor Licitação Colniza/MT, 09 de Maio de 2017.

A Empresa: ***Casa de Apoio Esperança CAE***

Ilustríssima Senhora,

O MUNICÍPIO DE COLNIZA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CGC sob nº. 04.213.687/0001-02, situada à Avenida Tarumã, nº. 116, Centro, Colniza – MT, neste ato representado por seu Pregoeiro Oficial, vem comunicá-la que foi rescindido o contrato com a ***Empresa L. C. Serviços de Hospedagem Ltda - EPP***, no tocante ao **Processo Licitatório** nº. 16.604/2017 **Modalidade Pregão Presencial Registro de Preços nº. 019/2017**, por estar caracterizado inadimplemento contratual.

Em conformidade com o disposto no Art. 64 da Lei 8666/93, a imposição legal coloca a convocação como dever da Administração, e é o que se percebe quando da analise desta norma, abaixo transcrita:

Art. 64. *A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos,* ***sob pena de decair o direito à contratação****, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 desta Lei.*

§ 1o *.....*

§ 2o *É facultado à Administração,* ***quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado****,* inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, *ou revogar a licitação independentemente da cominação prevista no art. 81 desta Lei.*

Com base no dispositivo legal supracitado, esta Administração vem **CONVOCAR** esta ***Empresa Casa de Apoio Esperança CAE CNPJ nº 08.044.747/0001-53*****, como licitante remanescente,** para contratar com esta administração, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, solicitamos que a resposta á esta convocação, nos seja enviada no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

Sendo só para o momento, manifestamos votos de consideração e apreço.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

A Ilustríssima Senhora Representante Legal

Ilza Maria Rodrigues Lopes

Casa de Apoio Esperança - CAE

Rua Jules Rimet nº 427

Bairro Alvorada - Cuiabá – MT CEP: 78.048-610

LICITAÇÃO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2017

Procedimento nº 18.326/2017

A Comissão Permanente de Licitação da *PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT*, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 062/GP/2017 de 02/01/2017 torna público para conhecimento de todos os interessados, que com amparo no art. 24 Inc. IV, da Lei 8.666/93, realiza o processo de *Dispensa de licitação nº. 010/2017* do *procedimento n° 18.326/2017*, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DA PONTE EM MADEIRA BATE ESTACA 30,00MT, em *caráter emergencial*, para atender as necessidades desta Municipalidade.

Colniza/MT, 10 de Maio de 2017.

Vânia Orben

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 102/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 102/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Ailson Rosa, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3397 do período Aquisitivo de 2013/2014, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 103/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 103/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Alessandra Gomes de Paulo** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2152 do período Aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 104/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 104/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Gedeir Gonçalves Campos** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2089 do período Aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 037/2017

Procedimento nº 18.035/2017

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que foi prorrogado o procedimento de **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL SRP nº 037/2017.** Cujo objeto é o ***Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviços em motores elétricos e aquisição de pecas para motores elétricos***, conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.

MOTIVO: Participantes desclassificados e readequação de edital.

A abertura desta licitação foi adiada e ocorrerá no dia **23 de Maio de 2017, às 08h00min (oito) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame. Permanecem as demais condições do Edital.

Colniza – MT, 10 de Maio de 2017.

Vânia Orben

Pregoeira Substituta

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 106/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 106/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Manoel Camilo dos Santos** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2117 do período Aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 107/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 107/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Nilton Cezar Pereira,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2095 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 108/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 108/ADM/2017, DE 18 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Valmor Geraldo Camera,** lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3393 do período Aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 18 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 18/04/2017 a 18/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 109/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 109/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Abigair Firmino Freitas,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3995 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 110/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 110/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Eliane Terezinha Dapper,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 231 do período Aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 111/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 111/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Helena Augusto Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 666 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 112/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 112/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Maria Helena da Silva,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 2119 do período Aquisitivo de 2054/2016, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 113/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 113/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Maria José Souza Oliveira,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 17 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 114/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 114/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Nair Raauweendaal de Matos,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 1975 do período Aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 115/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 115/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Rosana Prado Couto,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 3964 do período Aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 116/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 116/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** a Servidora Publica Municipal **Rosilei Firmino,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 4016 do período Aquisitivo de 2016/2017, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 117/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

PORTARIA Nº 117/ADM/2017, DE 20 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Idécio Francisco dos Santos,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, matricula nº 6632 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Idécio Francisco dos Santos,** lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, matricula nº 6632 do período Aquisitivo de 2014/2015, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 20 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 20/04/2017 a 20/05/2017

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA DA PORTARIA Nº 009/ADM/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017, QUE DISPÕE SOBRE "CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA RAQUEL SANTOS CABRAL"

ERRATA DA PORTARIA Nº 009/ADM/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017, que dispõe sobre **"concede Licença Maternidade a Servidora Raquel Santos Cabral"**

Onde se lê:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Publica Municipal, **Raquel Santos Cabral, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 16141, a partir do dia 01 de abril de 2017, conforme Artigo 112 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Leia-se:

Art. 1° - Conceder **Licença Maternidade** a Servidora Publica Municipal, **Raquel Santos Cabral,** lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, matricula nº 16141, a partir do dia 06 de março de 2017, conforme Artigo 112 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 13 de março de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 13/03/2017 a 13/04/2017

LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2017

Procedimento nº 18.043/2017

A Comissão Permanente de Licitação da *PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA/MT*, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº. 062/GP/2017 de 02/01/2017 torna público para conhecimento de todos os interessados, que esta cancelando o processo de *Dispensa de licitação nº. 009/2017* do *procedimento n° 18.043/2017*, cujo objeto é a Locação de um imóvel destinado ao Centro de Reabilitação Descentralizado de Colniza - CRIDAC, para atender as finalidades precípuas da população a que se destina, de acordo com as necessidades desta Municipalidade.

Colniza/MT, 10 de Maio de 2017.

Vânia Orben

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 101/ADM/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN,Secretário Municipal de Administração, com fundamento no Artigo 21 e 26 da Lei Municipal nº. 498/2011que dispõe sobre a Reestruturação Organizacional da Prefeitura do Município de Colniza/MT, Estado de Mato Grosso;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder **Férias** ao Servidor Publico Municipal **Nilson Novais, lotada na Secretaria Municipal de Infraestrutura, matricula nº 2114 do período Aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 01 a 30 de maio do ano de 2017, conforme Artigo 62 e 65 da Lei Municipal 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.**

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrario.

Registra-se,

Publique-se, e

Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Colniza/MT, em 11 de abril de 2017.

WANDERLEY DOS SANTOS BORIN

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº. 002/GP/2017

Registrado e Publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

O período de publicação será de 11/04/2017 a 11/05/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ADITIVO 057/2017

DÉCIMO SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 057/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 129/2013 E ADITIVOS NºS 038/2014 E 112/2014, 187/2014, 051, 156, 224/2015, 017, 125, 212/2016, 297/2016 E 003/2017

DATA: 28/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C.M.I. Centro Médico Integrado Vale do Guaporé Ltda - ME

OBJETO: Prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 129/2013 e Aditivos nºs 038, 112 e 187/2014, 051, 156, 224/2015, 017, 125, 212/2016, 297/2016 e 003/2017, pelo período de 04 (quatro) meses, vigorando de 30/04/2016 à 30/08/2017, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

DOTAÇÃO: 07.06.2.148.3.3.90.39 (391)

EXTRATO ADITIVO 062/2017

PRIMEIRO ADITIVO Nº 062/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO-MT Nº 018/2017

DATA: 04/05/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: M. Pereira - Transportes - ME

OBJETO: alteração da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviço de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público Municipal de Comodoro - MT nº. 021/2017, com aumento de quilometragem da linha: 05 – Gleba Macuco II, aditivando os quilômetros abaixo descritos bem como o valor:

LINHA – 05: GLEBA MACUCO II, aditivando 20,1 KM (vinte quilômetros e cem metros) diários por estrada de chão, sendo o valor do km 3,15, perfazendo o valor de R$63,31 (sessenta e três reais e trinta e um centavos) por dia e o valor total de R$9.876,36(nove mil oitocentos e setenta e seis reais e trinta e seis centavos), pelo período de 156 dias até o final do ano letivo.

DOTAÇÃO: 06.06.1.161.33.90.39 (269)

EXTRATO ADITIVO 058/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 058/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 023/2017

DATA: 28/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. P. Ferraz Locações de Máquinas - ME

OBJETO: Aditivo de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº. 023/2017, que tem como objeto a contratação de serviços de transporte de Alunos - LINHA – 09: FAZENDA ESTRELA DO GUAPORÉ, sendo a alteração do ônibus marca VW/Induscar Apache U, placa: NJD 8830 pelo ônibus marca VW/MPolo Torino GVU, Placa: KAE0722.

EXTRATO ADITIVO 061/2017

PRIMEIRO ADITIVO Nº 061/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO-MT Nº 018/2017

DATA: 04/05/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Waldício José de Jesus - ME

OBJETO: Alteração da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviço de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público Municipal de Comodoro - MT nº. 018/2017, com aumento de quilometragem da linha: 07 – Gleba Macuquinho, aditivando os quilômetros abaixo descritos bem como o valor:

LINHA – 07: GLEBA MACUQUINHO, aditivando 10 KM (dez quilômetros) diários por estrada de chão, sendo o valor do km 3,00, perfazendo o valor

de R$30,00 (trinta reais) por dia e o valor total de R$4.680,00(quatro mil seiscentos e oitenta reais), pelo período de 156 dias até o final do ano letivo.

DOTAÇÃO: 06.07.2.027.33.90.39 (281)

EXTRATO ADITIVO 061/2017

PRIMEIRO ADITIVO Nº 061/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO-MT Nº 018/2017

DATA: 04/05/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: Waldício José de Jesus - ME

OBJETO: Alteração da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviço de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público Municipal de Comodoro - MT nº. 018/2017, com aumento de quilometragem da linha: 07 – Gleba Macuquinho, aditivando os quilômetros abaixo descritos bem como o valor:

LINHA – 07: GLEBA MACUQUINHO, aditivando 10 KM (dez quilômetros) diários por estrada de chão, sendo o valor do km 3,00, perfazendo o valor de R$30,00 (trinta reais) por dia e o valor total de R$4.680,00(quatro mil seiscentos e oitenta reais), pelo período de 156 dias até o final do ano letivo.

DOTAÇÃO: 06.07.2.027.33.90.39 (281)

EXTRATO ADITIVO 059/2017

TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 059/2017 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 053/2016 E ADITIVO Nº 307/2016

DATA: 28/04/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: LEOCY TRENTO EIRELI-ME

OBJETO: Alteração de razão social da empresa bem como ainclusão de um sóciosendo que a mesma passará a denominar-se: **START INFORMÁTICA LTDA – ME** e a inclusão do seguinte sócio: **Allan Jones Canofre**, que será o sócio administrador de acordo com o Contrato Social.

EXTRATO ADITIVO 060/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 060/2017AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE DE ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL DE COMODORO-MT Nº 023/2017

DATA: 04/05/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: C. P. FERRAZ LOCAÇÕES DE MÁQUINAS - ME

OBJETO: Alteração da Clausula Primeira do Contrato de Prestação de Serviço de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público Municipal de Comodoro - MT nº. 023/2017, com aumento de quilometragem da linha: 09 – Fazenda Estrela do Guaporé, aditivando os quilômetros abaixo descritos bem como o valor:

LINHA – 09: Fazenda Estrela do Guaporé, aditivando 28,5 KM (vinte e oito quilômetros e quinhentos metros) diários por estrada de chão, sendo o valor do km 3,05, perfazendo o valor de R$86,92 (oitenta e seis reais e noventa e dois centavos) por dia e o valor total de R$13.559,52(treze mil quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pelo período de 156 dias até o final do ano letivo.

DOTAÇÃO: 06.08.1.052.33.90.39 (285)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº10/2017

DECLARA LUTO OFICIAL EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SR. WIRISLEY LUIZ DE OLIVEIRA, CONHECIDO COMO "LÉLLO".

CRISTIANO LORSCHEITER ROCHA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

RESOLVE:

CONSIDERANDO, o falecimento do Professor WIRISLEY LUIZ DE OLIVEIRA, mais conhecido como "LÉLLO", pessoa com grandes serviços prestados na área da Educação em Confresa, Mestre em Educação Física pela UF/MT, que atualmente estava trabalhando no IFPA-Campus Conceição do Araguaia, onde ingressou via concurso público;

CONSIDERANDO que é com imenso pesar que prestamos nossa solidariedade aos familiares, amigos pessoais e colegas de profissão, neste momento de dor.

Art. 1º - Fica determinado, luto oficial de 3(três) dias na Câmara Municipal, e ponto facultativo no dia 17/03/2017.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 3º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa- MT, aos 17 de Março de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DA RATIFICAÇÃO DE DISPENSA

Processo de Dispensa de Licitação nº 002/2017

Processo Administrativo nº 1331/2017

Considerando o cumprimento dos requisitos e nos termos permissivos do art. 24, IV c/c o art. 26 da Lei Federal nº 8.666/93, diante das condições e dos fundamentos legais expressos no presente processo administrativo, o qual foi submetido a exame e aprovação da Assessoria Jurídica, emitido parecer favorável, RATIFICO a contratação da empresa ÁGILI SOFTWARE BRASIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 26.804.377/0004-30, estabelecida na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, situada na Rua Primavera, n.º 300, Bosque da Saúde – CEP 78050-030. O valor correspondente a Contratação de Prestação de Serviços Especializados de Licenciamento, manutenção de Sistemas Administrativos Integrados e treinamentos, de acordo com a NBCASP (Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), para atendimento da Prefeitura Municipal de Conquista D'Oeste é de R$ 65.100,00 (sessenta e cinco mil e cem reais). Conquista D'Oeste, 10 de maio de 2017.

Maria Lúcia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE: CONVITE 002/2017
PROCESSO 038/2017

AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE: CONVITE

CONVITE Nº 002/2017

PROCESSO Nº38 /2017

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CONVITE, com a finalidade de selecionar propostas para contratação de "REGISTRO DE PREÇO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

DE ASSISTENCIA TECNICA AGRICULA NA CULTURA DO CAFÉ E ORIENTAÇÕES AMBIENTAIS EM GERAL", cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente Licitação a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 18 (dezoito) de Maio de 2017, às 08:30 (oito horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões da Comissão de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e ou físicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados na CPL, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:30 às 11:30 horas ou via telefone – (66)35551247, 1224 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br.(Portal da Transparência)

Cotriguaçu-MT, 15 de Março de 2016.

LEOCÁDIA GOMES PADILHA

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANETE DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS - Nº 002/2017 PROCESSO 037/2017

TOMADA DE PREÇOS - Nº 002/2017

PROCESSO 037/2017

Encontra-se aberta, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu à AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE TOMADA DE PREÇO forma de julgamento: Menor preço por item, com a finalidade de selecionar propostas para**: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MEDICOS ESPECIALIZADO PARA REALIZAÇÃO DE PLANTÕES DE 12 HORAS, INCLUSO ATENDIMENTO DE URGÊNCIA/ EMERGÊNCIA, CIRURGIAS OBSTÉTRICAS E CLINICA GERAL, SERVIÇO DE EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA BÁSICA, EXAMES DE ULTRASSONOGRAFIA AVANÇADA E SERVIÇO DE EXAMES DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA POR CAPSULA, PARA O HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU,** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/ 02, o Decreto Municipal subsidiariamente, a Lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia 25 (vinte e cinco) de maio de 2017, às 08h30min (oito horas e trinta minutos), na Sala de Reuniões da Comissão Especial de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas e que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br, de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 11:00 horas ou via fax – (66)3555-1224 ou 1247 ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência).

Cotriguaçu-MT, 10 de Maio de 2017

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 017/2017

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 401/2016, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo, para comparecem no prazo de 15 (quinze) dias, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos documentos constantes no item 9 do Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA e RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

CARGO: MOTORISTA I (AMBULÂNCIA)

4º - José Antônio da Silva Neto

Curvelândia, 10 de maio de 2017.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 012/2017

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato Administrativo Nº 012/2017

CONTRATANTE: Município de Curvelândia - MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA BORGES EIRELI - EPP

CNPJ Nº 26.827.973/0001-92

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de pedreiro, eletricista de baixa tensão, encanador, pintor, dedetizador, limpeza de -caixa d'agua, manutenção de pátio, reparos de portas e semelhantes, e outros serviços necessários de pequenos reparos para manutenção dos bens imóveis deste município.

VALOR: R$ 66.000,00 (Sessenta e Seis Mil Reais).

VIGÊNCIA: Este contrato terá vigência até 08/05/2018.

DATA DE ASSINATURA: 08/05/2017.

ASSINAM: Pelo Município de Curvelândia – MT, o Sr. SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA, Prefeito Municipal. Pela parte CONTRATADA Sr. BENEDITO BORGES DE CARVALHO – Proprietário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 162 /2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE OBRA PARA APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA GROSSA COM EMULSÃO RL 1C, NA RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS ASFALTADAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 180 DIAS

CONTRATADO: BRAULIO ALVARENGA NAYA-ME

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 27 DE ABRIL DE 2017

SETOR RH
ERRATA DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

Correções:

ONDE SE LÊ:

CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 223/2017

Contratado: THAIZA KAROLLINE EWALD CAMARGO

LEIA-SE:

CONTRATO TEMPORÁRIO 226/2017

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Diamantino/MT, 10 de Maio de 2017.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

GABINETE
DECRETO Nº 051/2017

APROVA O REGULAMENTO PARA A CAMPANHA "IPTU EM DIAS GERA PREMIO".

O PREFEITO MUNICIPAL DEDIAMANTINO, ESTADO DO MATO GROSSO, Sr. EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, no uso das atribuições legais

DECRETA:

Art. 1º - Fica aprovado o regulamento para o sorteio de prêmios conforme Lei Municipal nº 1.154/2017.

Art. 2º - Este decreto em vigor na data de sua publicação

Diamantino-MT, 10 de maio de 2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

DOS OBJETIVOS

A Campanha IPTU EM DIAS GERA PREMIO, instituído pela Lei 1.154/2017, regulamentada pelo presente decreto, tem como objetivo difundir a ampliar o conceito de cidadania por meio de conscientização para a importância do pagamento do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano-IPTU, cuja arrecadação reverte à comunidade em forma de benefícios sociais, como educação, saúde, lazer, esporte, remédios, merenda escolar, etc. além de, estimular a participação da sociedade ao encontro da administração pública, oferecendo aos contribuintes a oportunidade de concorrer á prêmios em dinheiro, através dos sorteios pela extração da lotérica federal, nas condições previstas a seguir:

Art. 1º - Poderão participar do **IPTU EM DIAS GERA PREMIO**, todos os contribuintes que em relação ao IPTU do exercício de 2017, quitaram até a data de 31 de julho de 2017, no caso de contribuinte espólio, menores e pessoa jurídica, os prêmios serão pagos ao representante legal.

Art. 2º - Os débitos em relação a exercício anteriores a 2017, poderão ser pagos de acordo com a Lei Complementar N.º 036/20017 que trata do REFIS. Contudo estes não serão observados para fins do sorteio.

Art. 3º- Os sorteios dos prêmios ocorrerão, mediante a extração da Loteria Federal do último sábado de cada mês, sempre a combinação do 1º (primeiro) prêmio. Salvo se no 1º prêmio sair o algarismo 0 (zero), neste caso utiliza-se a combinação do 2º (segundo) prêmio.

Art. 4º - Caso não ocorra a extração da Loteria Federal na data prevista dos sorteios, serão considerados os números extraídos do próximo sorteio imediatamente posterior.

Art. 5º- Os contribuintes concorrerão aos sorteios com bilhetes fornecidos pelo Município de Diamantino-MT, com combinações aleatórias de 5 (cinco) números, iniciando em 11111 a 99999.

Art. 6º - Cada contribuinte terá a direito a 20 (vinte) bilhetes, que corresponde a 20 combinações, ao IPTU até valor de R$ 200,00 (duzentos reais), e para cada R$ 100,00 (cem reais) que exceder o limite de R$ 200,00, o contribuinte terá direito a mais 02 (dois) bilhetes.

Art. 7º - Todos os bilhetes serão ao portador e fica na responsabilidade do contribuinte fazer inserção dos dados pessoais no local apropriado.

Art. 8º - Para recebimento do prêmio o contribuinte fica condicionado a apresentação do bilhete, devidamente preenchido com seus dados pessoais, feito cópia e autenticação do bilhete premiado, efetuado o pagamento o bilhete será devolvido para a continuação nos sorteios posteriores.

Art. 9º - Somente poderá receber o prêmio o contribuinte cujo cadastro imobiliário esteja em seu nome, não se admitindo o simples contrato de compra e venda, ou escritura pública, se não houver sido feito a transferência determinada pela legislação vigente em cartório ou no setor imobiliário da Prefeitura, salvo os caso de contribuinte espólio ou menores.

Art. 10º - O bilhete original é o único comprovante que habilita o contribuinte a receber o eventual premio, não se admitindo cópia, foto ou assemelhados.

Art. 11º- O prêmio é pago de forma bruta, todos os tributos federais incidente sobre o valor é de responsabilidade do contribuinte.

Art. 12º - Os contribuintes premiados, desde já ficam ciente que o Município, poderá usar sua imagem, nomes e som da voz, pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Art. 13º - O prêmio de R$ 2.000,00 (dois mil reais) será pago a combinação que corresponder a extração da loteria federal, não havendo acertador, o prêmio será pago a combinação de aproximação para mais ou para menos no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais) cada um. Veja exemplo:

Prêmio Combinação

1º 54321

Não houve acertador! Paga-se R$ 1.000,00 (um mil reais) para 54322 e R$ 1.000,00(um mil reais) para 54323, ou para aquelas combinações que mais perto ficaram da combinação 54321, sendo para mais ou para menos.

Art. 14º- A prescrição para recebimento do prêmio é de 12 (doze) meses após a data do sorteio.

Art. 15º- Para recebimento dos bilhetes, o contribuinte apresenta a DAM paga referente ao IPTU/2017, e a Secretaria Municipal de Finanças lhe entrega a quantidade de bilhetes correspondente.

Art. 16º - As situações excepcionais, não contempladas neste regulamento será decido pelo Secretario Municipal de Finanças.

Diamantino-MT, 10 de maio de 2017

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 207 /2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL EXECUÇÃO DE OBRA PARA PAVIMENTAÇÃO EM PERAS IRREGULARES (CALÇAMENTO), NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

PRAZO: 210 DIAS

CONTRATADO: SOL CORRETORA IMOBILIÁRIA E REPRESENTAÇÕES LTDA EPP

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 05 DE MAIO DE 2017.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR AO CONTRATO Nº 55 /2017

OBJETO: PARA CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO GERAIS, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT

VALOR: 25% SOBRE VALOR TOTAL DO CONTRATO TOTALIZANDO, R$ 229.408,20 (DUZENTOS E VINTE E NOVE MIL QUATROCENTOS E OITO REAIS E VINTE CENTAVOS)

CONTRATADO: COOPERATIVA DE TRABALHADORES VALE DO TELES PIRES

CONTRATANTE: EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA – PREFEITO MUNICIPAL

DIAMANTINO/MT, 10 DE MAIO DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

CONTRATOS
RESCISÃO AMIGAVEL PARTICULAR DE CONTRATO

RESCISÃO AMIGÁVEL PARTICULAR DE CONTRATO

Por este instrumento particular de RESCISÃO de Contrato, que fazem entre si, de um lado o Srº a empresa **WELLISON B BORGES SOUZA – ME CNPJ: 24.400.818\0001-60 NOME FANTASIA: WM CONSULTORIA AGRICOLA** situada na Rua Presidente Vargas nº 25 sala 03, Município de Dom Aquino - MT CP:78.830-000, representada pelo senhor Wellison Bruno de Souza **,** brasileiro, solteiro, portador do **RG nº 18132197 SSP/MT** e do **CPF nº 038.122.121-02**, residente doravante denominada simplesmente de **CONTRATADO** e de outro lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO***, Estado de Mato Grosso, inscrita no CNPJ, sob o no. 03.347.119/0001-23, sediada em Dom Aquino-MT, na Av. Cuiabá nº 143 centro,* neste ato representado pelo Chefe do Poder Executivo, senhor **JOSAIR JEREMIAS LOPES**, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominada simplesmente de **CONTRATANTE**, de comum acordo resolvem distratar as estipulações firmadas através do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 011/2017**, da Prefeitura Municipal de Dom Aquino-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: Por iniciativa da **Contratada** fica por este instrumento rescindido o **Contrato de Prestação de Serviços n.º 011/2017**, dando a **CONTRATADA** plena e geral quitação, no que se refere ao pagamento dos valores recebidos até a presente data.

CLÁUSULA SEGUNDA: Encerra-se também por este instrumento, toda e qualquer responsabilidade assumida pela **CONTRATADA** e **CONTRATANTE.**

Havendo assim ajustado, as partes assinam o presente instrumento de RESCISÃO em três vias, juntamente com as testemunhas, ao final nomeadas, para nada mais reclamar uma da outra que se refira às obrigações assumidas ou decorrentes do contrato ora rescindido.

Dom Aquino, MT, 05 de Maio de 2017.

JOSAIR JEREMIAS LOPES WELLISON B BORGES SOUZA – ME

Prefeito Municipal Contratado

Contratante

TESTEMUNHAS:

ALDIRENE SANTANA MONTE STEVANATO DANILA MORAIS SILVA SOUSA

RG: 462912 SSP/MT RG :16426622 SJ/MT

CPF: 474.224.751-53 CPF: 016.289.211-02

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
EDITAL COMPLEMENTAR 04 AO EDITAL Nº 001/2017

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

De ordem do Exm.º Senhor Rafael Pavei, Prefeito Municipal de Feliz Natal/MT, no uso de suas atribuições legais, através da Comissão Municipal do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria 198/2017, **TORNA PÚBLICO**, para conhecimento dos interessados o Edital Complementar 04 do Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017.

Art.1º Divulgam-se os locais de aplicação das **PROVAS PRÁTICAS**, conforme Anexo Único.

Art.2º Revogam-se as disposições em contrário, permanecendo inalteradas as demais disposições do **Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017**.

Feliz Natal – MT, 10 de maio de 2017

Rafael Pavei Juliele Moura Rodrigues

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

ANEXO ÚNICO

OPERADOR DE MÁQUINAS II E III, MOTORISTA NÍVEL I – TRANSPORTE ESCOLAR	
LOCAL: Garagem Municipal	Endereço: Rua das Amesclas, Bairro Bela Vista.

PEDREIRO	
LOCAL: Antigo Clube dos Idosos	Endereço: Avenida Perimetral Norte

MONITOR DE CURSO DE CORTE E COSTURA	
LOCAL: CRAS	Endereço: Rua Milton dos Reis, n° 468

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

CONTRATO Nº 043/ 2017

CONTRATO DE PROMOÇÃO ARTÍSTICA QUE FAZEM ENTRE SI DE UM LADO O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE MT E DO OUTRO LADO A EMPRESA: ISMAEL GONÇALVES PROMOÇÕES – ME.

Pelo presente aditivo contratual, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 de 21/06/93 e alterações posteriores, o **MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à, com sede administrativa à Rua Para esquina com Rua Brasília, S/N - Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 2477543 SSP/GO e do CPF n.402.603. 301-59, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE** e empresa: **ISMAEL GONÇALVES PROMOÇÕES - ME**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º 22.011.587/0001-77, localizada na Rua Antônio Meniti, 95 – Bairro Jardim Anchieta - São Paulo - SP - CEP: 13060-008, neste ato representada pelo seu sócio proprietário , **Sr. ISMAEL GONÇALVES**, portador do RG. N.º 19.706.778-5 SSP/SP e CPF: 079.491.058-01, residente e domiciliado na Rua Antônio Meniti, 95 – Bairro Jardim Anchieta - São Paulo - SP - CEP: 13060-008, doravante denominado simplesmente **CONTRATADA,** resolvem celebrar entre si o presente Contrato de promoção artística, regido pela Lei 8.666/93 e suas respectivas alterações e pelo dispostos nas cláusulas seguintes:

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - O presente contrato tem por objeto a contratação de show artístico musical com a Banda **"ALTHAIR & ALEXANDRE"**, **para o dia 19/08/2017**, no município de Gaúcha do Norte – MT, por ocasião da 8ª Feira Cultural.

1.2 - A finalidade da presente contratação é a animação e realização da citada Feira Cultural, além de servir para atração de público local de Municípios circunvizinhos.

2.0 -CLÁUSULA SEGUNDA - DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

2.1 - A contratação objeto deste contrato origina-se de processo de inexigibilidade de licitação sob o nº 003/2017, fulcrado no inciso III do art. 25 da Lei 8.666/93.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO

1.2 3.1 – O Show será realizado impreterivelmente no dia **19/08/2017**, por ocasião da 8ª Feira Cultural.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DA LEGISLAÇÃO QUE SE SUJEITAM AS PARTES E RESOLVERÁ OS CASOS OMISSOS.

4.1 - As partes declaram sujeitas às normas da Lei 8.666/93 e suas alterações, legislação posterior e cláusulas deste Contrato.

4.2 - Aplica-se subsidiariamente a este Contrato as disposições do Código Civil e outras normas que tratem especificamente do objeto deste instrumento.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO 5.1 - O valor total do objeto deste contrato é R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) a ser pago no dia da seguinte maneira: 20% do valor que será pago no dia 08 de maio de 2017 que é de **8.000,00 (oito mil reais);** 30% do valor que será pago no dia 19 de Julho de 2017 que é de **12.000,00 (doze mil reais);** 50% do restante serão pago no dia 17 de Agosto de 2017 que é de **20.000,00 (vinte mil reais).**

5.2 - O pagamento será efetuado em depósito bancário, com recursos próprios.

5.3 - O valor deste contrato não será reajustado, nem modificado, em hipótese alguma.

6.0 – CLÁUSULA SEXTA – DAS DESPESAS EXTRA-VALOR

6.1 – Além do valor deste contrato a CONTRATANTE pagará as despesas relacionadas há **Hospedagem, Alimentação (almoço e jantar), camarim, palco/som/sistema de iluminação e 01 van para o transporte** dos artistas contratados incluindo banda e motorista com total de 10 integrantes.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

7.1 - As despesas decorrentes deste contrato serão pagas com recursos próprios da CONTRATANTE e serão empenhadas na dotação orçamentária:

ORGAO: 12

UNIDADE: 007

PROJ/ATIV: 2173

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.39

COD REDUZIDO: 563

8.0 - CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONTRATADO

8.1 - Realizar os shows na data e hora marcada, tal qual estipulada na Cláusula Primeira;

8.2 - Não substituir, em hipótese alguma, os artistas ora contratados;

8.3 - Responsabilizar pela ausência dos artistas ou pela impossibilidade de realização do evento em qualquer situação, salvo em caso fortuito ou força maior perfeitamente justificável.

8.4 – Receber os valores como disposto na Cláusula 5.0

9.0 - CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

9.1 - Prestar a CONTRATADA todos os esclarecimento necessários à realização dos shows.

9.2 - Receber o objeto deste contrato.

9.3 - Providenciar todas as licenças, alvarás e autorizações que se fizerem necessárias para realização do espetáculo.

9.4 - Providenciar todo o aparato de segurança que possa garantir a integridade física dos artistas desde a sua chegada na cidade até a sua saída.

9.5 – Fazer os pagamentos conforme descritos na Cláusula Quinta, 5.2.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES

10.1 - Na hipótese de o CONTRATADO descumprir as obrigações assumidas neste Contrato, no todo ou em parte, ficará sujeita a juízo da CONTRATANTE, às sanções previstas nos artigos 86 e 87 da Lei Federal nº 8. 666/93.

10.2 - A inexecução total ou parcial do Contrato poderá ensejar sua rescisão pela administração, com as conseqüências previstas nos artigos 77 e 80 da Lei Federal 8.666/93, sem prejuízo da aplicação das penalidades a que alude o artigo 87 do mesmo diploma legal.

10.3 - A rescisão antecipada deste contrato, sem justificativa plausível, gera para a parte prejudicada o direito de receber um multa de 50% (cinqüenta por cento) do seu valor, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos causados a outra parte.

10.4 - A multa por inadimplemento de qualquer das cláusulas deste contrato é de 80% (oitenta por cento) do seu valor.

10.5 - Qualquer comunicação de rescisão deverá ser feita por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

11.0 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A rescisão contratual poderá ser :

11.1.1 - Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados no artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e que forem correlatos com o objeto deste contrato;

11.1.2 - Amigável por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da administração.

11.2 - A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 10.2 e 10.4.

11.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa do CONTRATADO, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido, não gerando, neste caso, direito a indenização ou à multa a que alude o item 10.3 e 10.4.

12.0 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica eleito o Foro da Comarca Paranatinga MT para dirimir questões oriundas deste Contrato não resolvidas na esfera administrativa, com expressa renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que outro seja.

E por estarem assim justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo qualificadas.

Gaúcha do Norte – MT, 05 de maio de 2017.

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ISMAEL GONÇALVES PROMOÇÕES – ME.

CNPJ n.º 22.011.587/0001-77

CONTRATADA

MARCOS DOUGLAS PEREIRA

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO

TAYLOR JUNIOR CONCATTO

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Nome:

_____

CPF:

Nome:

_____

CPF:

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Brasília, s/nº Gaúcha do Norte – MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 002/2017 o qual foi devidamente homologado e publicado na data do dia 14 de Março de 2017;

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executiva Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prazo máximo de 03 (três) dias corridos**, contados da data do dia 08 de Maio de 2017, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré –admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão as expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 08 de Maio de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: AGENTE ADMINISTRATIVO | SEC. ASSISTÊNCIA SOCIAL			
Classific.	**Cód.**	**Nome do candidato**	**RESULTADO FINAL**
1º	7319	LETICIA SESTAK LIMA	12 PONTOS

Gaúcha do Norte, 08 de Maio de 2017.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 07/2017 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2017

O Município de Gaúcha do Norte – MT, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte – MT, inscrita no CNPJ sob o nº 01.614.539/0001-01, representada por seu Prefeito Municipal, o Senhor Voney Rodrigues Goulart, brasileiro, solteiro, agropecuarista, portador da cédula de Identidade nº 2.477.543 SSP/GO e do CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na Rua Brasília, s/nº Gaúcha do Norte – MT, com base na Lei Orgânica municipal e na prerrogativa de suas funções;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Simplifico 002/2017 o qual foi devidamente homologado e publicado na data do dia 14 de Março de 2017;

Considerando a necessidade de contratação de servidores públicos municipais para suprirem as vagas necessárias mantendo o funcionamento do Poder Executiva Municipal e o atendimento aos interesses públicos.

CONVOCA as pessoas relacionadas no anexo I, para se apresentarem no **prazo máximo de 03 (três) dias corridos**, contados da data do dia 08 de Maio de 2017, junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte, localizada na Rua Pará esquina com Rua Brasília, centro, Cidade de Gaúcha do Norte, no departamento de Recursos Humanos, com a finalidade de habilitação, mediante a apresentação da documentação requerida no anexo II, além de outros que se fizerem necessários assim como a realização de exames pré –admissionais que englobam a realização de inspeção médica mediante apresentação de laudo médico de sanidade física e mental, que ocorrerão as expensas dos candidatos.

Para os critérios de convocação será seguido criteriosamente o resultado homologado, respeitando-se a classificação de cada cargo.

O não comparecimento e/ou a não entrega dos documentos e exames requeridos, fora do prazo supracitado, acarretará na eliminação e a perda da vaga do referido cargo.

Gaúcha do Norte, 08 de Maio de 2017.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: GARI | SEC. DE INFRAESTRUTURA			
Classific.	**Cód.**	**Nome do candidato**	**RESULTADO FINAL**
1º	24973	RAISA SOARES SILVA	11 PONTOS

Gaúcha do Norte, 08 de Maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI N.° 874/2017

LEI N.º 874/2017 De, 09 de maio de 2017.

"AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO (MT), A FAZER DOAÇÕES NA FORMA EM QUE MENCIONA, DE ATENDIMENTO DIRETO AO PÚBLICO, NAS ÁREAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MÉDICA, EDUCACIONAL E OUTRAS, E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, autorizado por esta lei a fazer doações de bens dominiais a pessoas necessitadas e/ou carentes, na forma de atendimento direto ao público, no âmbito das áreas de assistência social, de saúde, educação e outras, até o limite constante da verba orçamentária, e de acordo com os instrumentos de planejamento estabelecidos pela LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), e devidamente aprovado pela Câmara Municipal, caracterizadas como atividade, atendendo à finalidade de interesse social.

Art. 2º - São considerados bens dominiais, para os fins desta Lei, os bens constituídos por livros, material de uso escolar, remédios, aparelhos de uso médico, ortopédico e odontológico; materiais de construção, cimento, tijolos, telhas, madeira, areia, brita, cascalho, bem como quaisquer outros bens de consumo, destinados ao cumprimento das finalidades desta Lei.

Art. 3º - São considerados, para os efeitos desta Lei:

a) - **Carentes** - pessoas que possuem renda inferior a 01 (um) salário mínimo mensal, devidamente comprovada;

b) - **Necessitados** - as pessoas que tem necessidades de se utilizar dos bens e se enquadram dentro da definição de pessoas carentes.

c) - **Cesta Básica de Alimentos** - a composição de alimentos básicos e necessários para um grupo familiar de até 05 (cinco) pessoas, constando de produtos preferencialmente cultivados, comercializados e consumidos na região, essenciais à sobrevivência humana, visando ainda assegurar os princípios mínimos de assistência social.

d) - **Construção sob Regime de Mutirão** - é a construção de unidades habitacionais, de padrão popular, com dimensão não superior a 70 m2 (setenta metros quadrados), através do sistema de ajuda mútua, entre os moradores de uma mesma região ou bairro, no Município. A ajuda mútua é considerada quando a aquisição de material é feita na própria região e sob condições facilitadas ou subsidiadas pelos Órgãos do Poder Público e a mão de obra é executada com a ajuda dos próprios proprietários das unidades habitacionais.

Art. 4º - É dispensada a avaliação prévia dos bens objetos de doação, em virtude da finalidade específica e/ou de se tratarem de bens de consumo ou materiais fungíveis de livre cotação em mercado.

Art. 5º - Ficam desafetados da destinação pública original os bens a serem objeto de doação, não recaindo sobre os mesmos a disposição de intransferíveis, podendo serem transferidas pela Prefeitura Municipal nos termos do artigo 1º e após comprovada a caracterização individualizada dos beneficiários.

§ 1º - Os Departamentos Municipais de Saúde, Assistência Social, Educação Esportes e Lazer, Cultura e seus Conselhos Municipais incumbir-se-ão de elaborar o cadastro dos carentes e necessitados, em suas respectivas áreas de atuação, quando for o caso, mediante a apresentação e arquivo de suas documentações pessoais e comprobatórias de situação pessoal.

§ 2º - O cadastro dos beneficiados carentes ou necessitados, de que trata o parágrafo anterior, deverá ser atualizado anualmente com a documentação e obrigatoriamente deverá conter uma declaração individualizada, dando conta de que as informações prestadas são verdadeiras, sob as penas do artigo 299 do Código Penal Brasileiro.

§ 3º - O Prefeito Municipal nomeará uma comissão especial, na qual deverá conter a presença de um (a) nutricionista profissional, para fins de estabelecer os produtos que irão compor a cesta básica alimentar, de que trata o artigo 3º desta Lei.

§ 4º - O Prefeito Municipal, deverá regulamentar, nos termos desta Lei, a caracterização formal das informações colhidas, necessárias e imprescindíveis, para a identificação dos beneficiados, inclusive quanto à forma de prestação de contas e os seus respectivos responsáveis.

Art. 6º - Fica o Prefeito Municipal autorizado a proceder à respectiva baixa patrimonial dos bens doados, dentro dos termos desta Lei, e devidamente registrados, demonstrando contabilmente tal operação.

Art. 7º - As doações de materiais de construção, autorizadas através desta Lei, objetivam incentivar os interessados em possuir sua própria moradia, a construí-la de acordo com sistema de mutirão (ajuda mútua), obedecendo às normas ora estabelecidas.

§ 1º - A Prefeitura Municipal, dentro de suas possibilidades poderá prestar assistência técnica aos interessados, fornecendo assessoria quanto à execução dos projetos básicos e executivos das construções.

§ 2º - A Prefeitura Municipal isentará de alvará de licença para as construções em regime de mutirão, além de implementar a infra-estrutura mínima local, como demarcação dos lotes, zoneamento, nivelamento, alinhamento, além de colocação de meio-fios, rede de energia elétrica e água.

Art. 8º - As doações de materiais didáticos e escolares beneficiarão, preferencialmente, os alunos da rede municipal de ensino e têm por objetivo incentivar a manutenção e o desenvolvimento do ensino no município, possibilitando aos carentes e/ou necessitados as mesmas condições mínimas para o bom aprendizado e desenvolvimento educacional e cultural.

Parágrafo Único - Poderá a Prefeitura Municipal, eventualmente, fazer doações de materiais didáticos escolares aos alunos que não pertençam à rede municipal de ensino, com a competente assinatura de convênio com os órgãos ou entidades a que os mesmos pertencerem.

Art. 9º - Para o cumprimento dos objetivos da presente lei, fica o Prefeito Municipal devidamente autorizado a proceder à suplementação de dotações orçamentárias previstas para as Secretarias cuja doação ou custeio envolva, bem como autorizado a abrir o necessário crédito adicional, na forma prevista na Lei Federal 4.320/64.

Art. 10 - Fica dispensada a licitação para a efetivação das doações previstas nesta Lei, conforme estabelecido no artigo 17, Inciso II, alínea "a" da Lei Federal 8.666/93, e com as modificações introduzidas pela Lei Federal 8.883/94, em virtude da destinação específica.

Art. 11 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR N.° 019/2017 TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LEI COMPLEMENTAR N.º 019/2017 De, 09 de maio de 2017.

"Dispõe sobre a criação da Taxa de Vigilância Sanitária do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso".

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criada a Taxa de Vigilância Sanitária tendo como fatos geradores as atividades do Serviço de Vigilância Sanitária no território do Município de General Carneiro, Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - O Contribuinte da Taxa de Vigilância Sanitária é a pessoa física ou jurídica que exerça atividades sujeitas às atividades do Serviço de Vigilância Sanitária do Município de General Carneiro.

Art. 3º - A Taxa de Vigilância Sanitária será recolhida pelo contribuinte aos cofres municipais por meio de guia fornecida pela Prefeitura Municipal sendo os recursos creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 4º - Os valores recolhidos, mencionados no artigo anterior, serão destinados ao custeio e à manutenção da estrutura do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Art. 5º - A Licença Sanitária (regularização para que as pessoas físicas ou jurídicas exerçam as atividades ao regime de Vigilância Sanitária), que terá a validade de um ano, deverá ser revalidada por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º - Para Liberação do Alvará Sanitário será considerado o cumprimento das normas legais vigentes, avaliados os aspectos relativos às instalações, equipamentos e procedimentos.

§ 2º - As pessoas físicas ou jurídicas que se enquadrarem neste regulamento, que iniciarem as suas atividades no ano em curso, terão um prazo

de (30) trinta dias para regularizar a Licença Sanitária, a partir da emissão do respectivo Alvará de localização e funcionamento.

CAPÍTULO I

DO PAGAMENTO DA TAXA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Art. 6º - A Taxa de Vigilância Sanitária será cobrada de acordo com os valores fixados pela tabela abaixo para a concessão ou revalidação do Alvará Sanitário.

Art. 7º - A Taxa de Vigilância Sanitária deverá ser paga, anualmente, e será cobrada de acordo com a quantidade descriminado na tabela fixado pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso – SES. No entanto a tabela Municipal, vigorará com a redução de **50% (cinquenta por cento)** da quantidade da tabela do Estado, especificadas por tipo de estabelecimentos conforme (Anexo I), e o valor será cobrado com Base na Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso – UPF/MT e suas atualizações, conforme mencionado no Art. 170º do Código Sanitário.

Parágrafo único: Em relação ao pagamento da Taxa, será expedido recibo e procedida averbação no respectivo documento.

ANEXO I – TABELA DE ATIVIDADE

Descrição das Atividades	**TAXA UPF/ MT**
Inspeção Sanitária em Serviços de Saúde	Alvará Sanitário
Estabelecimentos de assistência médico, veterinária e odontológica geral e especializado:	-
- até 50 leitos	**7,5**
- de 50 a 250 leitos	**15**
- acima de 250 leitos	**30**
Estabelecimentos de assistência médico-ambulatorial	**2,5**
Estabelecimentos da assistência médica de urgência	**7,5**
Hemoterapia - Unidade de Coleta, Transfusão e Processamento de Sangue	**17,5**
- Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue	**10**
- Agência transfusional	**05**
- Posto de coleta	**2,5**
- Serviço de Terapia Renal Substitutiva	**17,5**
Instituto ou clínica de: - fisioterapia	**2,5**
- Ortopedia	**2,5**
- Psiquiatria	**2,5**
- Psicológica	**2,5**
- Fonoaudiologia	**2,5**
- Centro Auditivo	**2,5**
Instituto de beleza: - com responsabilidade médica	**7,5**
- pedicure (pedólogo)/manicure	**2,5**
- Instituto de massagem, de tatuagem, ótica e laboratórios de ótica	**2,5**
Laboratório de análises clínicas, patologia clínica, anatomia patológica,citologia, líquido cefalorraquidiano e congêneres. Laboratório ou oficina de prótese dentária.	**7,5**
Posto de coleta de análises clínicas, patologia clínica, citologia, líquido cefalorraquidiano e congêneres	**05**
Banco de olhos, órgãos, leite e outras secreções	**05**
Estabelecimentos que se destinam a práticas de esportes: - com responsabilidade médica	**7,5**
Estabelecimentos que se destinam ao transporte de pacientes	**2,5**
Clínica médico-odontológico-veterinária	**05**
Consultório médico-odontológico-veterinário	**2,5**
Demais estabelecimentos de assistência odontológico-veterinária	**2,5**
Estabelecimentos que utilizam radiação ionizante, incluídos os consultórios dentários: - serviços de medicina nuclear - *in vivo*	**05**
- serviços de medicina - *in vitro*	**7,5**
- equipamentos de radiologia médico-odontológica	**10**
- conjunto de fontes de radioterapia	**10**
Vistoria de veículos para transporte e atendimento de doentes - terrestre	**2,5**
- aéreo	**05**
Casas de repouso, idosos - com responsabilidade médica	**05**
- sem responsabilidade médica	**2,5**
- Colheita de amostra de produto/substância	**2,5**
- Inspeção de cooperação com portos, aeroportos e fronteiras	**2,5**
- Análise de projetos arquitetônicos	**2,5**
Cadastramento dos estabelecimentos que utilizam produtos de controle especial, bem como os de insumos químicos	**2,5**
Indústria de alimentos, aditivos, embalagens, gelo, tintas e vernizespara fins alimentícios	**15**
Envasadora de água mineral e potável de mesa	**7,5**
Cozinha Industrial, empacotadora de alimentos	**15**
Indústria de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários	**15**
Supermercados e congêneres	**05**
Prestadora de serviços de esterilização	**7,5**
Distribuidora/Depósito de alimentos, bebidas e águas minerais	**05**
Restaurante, churrascaria, rotisserie, pizzaria, padaria, confeitaria e similares	**05**
Sorveteria	**05**
Distribuidora com retalhamento de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantesdomissanitários	**05**
Açougue, avícola, peixaria, lanchonete, quiosque, *trailer*e pastelaria	**2,5**
Aplicadoras de produtos saneantes domissanitários	**05**
Mercearia e congêneres	**2,5**
Comércio de laticínios e embutidos	**05**
Dispensário, posto de medicamentos e ervanaria	**2,5**
Distribuidoras sem fracionamento de drogas, medicamentos, insumosfarmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantes domissanitários, casa de artigos cirúrgicos, dentários	**7,5**
Depósito fechado de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos, correlatos, cosméticos, produtos de higiene e perfumes, saneantesdomissanitários	**05**
Farmácia (manipulação)	**7,5**
Drogaria e *Drogstore*	**05**
Comércio de ovos, bebidas, frutaria, verduras, legumes, quitanda e bar	**2,5**
Lavanderia Comercial e Industrial	**07**
Lavandeira Hospitalar	**10**
Serviços de Limpeza Domésticas	**05**
Hotéis, Pousadas, Motéis e Similares: - Até (15) quartos	**04**
- Acima de (15) à (30) Quartos	**06**
- Acima de (30) à (50) Quartos	**09**
- Acima de (50) Quartos	**13,5**
Demais estabelecimentos não especificados sujeitos à inspeção sanitária - Baixa Complexidade	**40% do Alvará de Localização Municipal**
- Média Complexidade	**15 – UPF/ MT**
- Alta Complexidade	**30 – UPF/ MT**
OBS: Multa por atraso 1 – 10% (dez por cento) sobre o valor da taxa 2 - Juros moratório	

Art. 8º - Aos demais estabelecimentos de baixa complexidade sujeitos a inspeção sanitária, será cobrado **(40%) quarenta por cento**, do valor do Alvará de Localização e funcionamento, com unidade de referência e indexador estipulado pelo setor de tributos da Prefeitura Municipal de General Carneiro/MT.

Art. 9º - A falta de pagamento da Taxa de Vigilância Sanitária, assim como o seu pagamento insuficiente acarretará aplicação de multa mensal e 10% (dez por cento) sobre o valor da Taxa, acrescido de juro moratório.

Art. 10º - A pena de multa consiste no pagamento das seguintes quantias fixadas em Unidade Padrão Fiscal do Estado de Mato Grosso - UPF/MT e suas atualizações ou outras unidades de referência que venha substituí-la:

I - nas infrações leves, 05 a 10 UPF/MT;

II - nas infrações graves, 11 a 25 UPF/MT;

III - nas infrações gravíssimas, 25 a 125 UPF/MT.

Art. 11º - Esta Lei entrar em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI N.° 871/2017 NOTA FISCAL PREMIADA

LEI N.º 871/2017 De, 09 de maio de 2017.

INSTITUI A CAMPANHA "NOTA FISCAL PREMIADA" E DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE CRÉDITOS FISCAIS E SORTEIO DE PRÊMIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a campanha de incentivo à solicitação da Nota Fiscal, denominada "Campanha da Nota Fiscal Premiada", com o objetivo de aumentar a arrecadação das receitas municipais, através da concessão de créditos fiscais e sorteio de prêmios, como estímulo à sociedade em geral a desenvolver a "CONSCIÊNCIA FISCAL", através do hábito de exigir a Nota Fiscal quando da aquisição de bens, mercadorias e/ou contratação de serviços, pagamentos de tributos municipais: IPTU, ISSQN, ITBI; Taxas de: LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO, e IPVA recolhido referente a veículos licenciados e emplacados no município de General Carneiro.

§ 1º Para a participação da Campanha da Nota Fiscal Premiada, na modalidade de concessão de créditos fiscais, ficam estabelecidas as seguintes condições:

I - ser tomador de serviços, pessoa física, com inscrição no CPF;

II - Documento fiscal ser emitido por Empresa estabelecida e domiciliada no espaço territorial do município de General Carneiro e o imposto ser efetivamente recolhido a favor do Município de General Carneiro;

III – tributos municipais e dívida ativa, haver sido efetivamente recolhido ao erário publico de General Carneiro dentro do exercício 2017;

IV – IPVA de veículos automotores devidamente emplacados e licenciados no município de General Carneiro;

V – Dívida Ativa recolhida a partir da vigência da presente Lei.

§ 2º Serão estabelecidos através de Regulamento após sancionada a lei:

I - as datas de realização dos sorteios dos prêmios;

II - os prêmios a serem oferecidos para sorteio;

III - as datas de validade das notas fiscais;

IV – locais de troca;

V- valor mínimo correspondente a troca pelo cupom para o sorteio;

Art. 2º Os créditos fiscais serão gerados a favor da pessoa física que contratar serviços de empresas cadastradas no Município de General Carneiro, desde que o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN seja efetivamente recolhido aos cofres do Município de General Carneiro.

PARÁGRAFO ÚNICO: Não gerará crédito:

I - a prestação de serviço imune, isenta ou em que não houver incidência de ISSQN; e

II - a prestação de serviço por contribuinte submetido ao regime de pagamento do ISSQN a partir de base de cálculo fixa.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Administração fica autorizada a utilizar o valor de até R$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o sorteio de prêmios que no ano de 2017, será realizado tomando por base o resultado da Loteria Federal a ser realizada no sábado 16/12/2017.

Art. 5º A partir de 2018 haverá o sorteio bimestral e uma premiação especial a ser realizada no mês de dezembro.

Art. 6º Os créditos previstos nesta Lei, não serão concedidos, quando o tomador do serviço for:

I - as pessoas naturais que não possuam inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda - CPF.

Art. 7º Caberá à Secretaria Municipal de Finanças, através da Divisão de Cadastro e Tributação, a gerencia e acompanhamento da Campanha, podendo a Secretária Municipal de Finanças designar Comissão Organizadora, Fiscalizadora e Julgadora, com competência para fiscalizar os atos relativos à concessão e utilização dos créditos e à realização dos sorteios, com o objetivo de assegurar o cumprimento das regras definidas para a Campanha, podendo, a qualquer momento, mediante ato legal:

I - suspender a concessão e utilização dos créditos, bem como a participação nos sorteios, quando houver indícios de irregularidades; e

II - cancelar os benefícios concedidos, se comprovada, mediante processo administrativo, a ocorrência de irregularidades.

Art. 8º Esta Lei será regulamentada em até 60 (sessenta) dias após sua vigência.

Art. 9º Os créditos fiscais e os recursos destinados ao sorteio de prêmios, de que dispõem esta Lei, serão contabilizados à conta da receita do ISSQN.

Art. 10. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento do ano de 2017.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI N.° 872/2017 COOPERAÇÃO COM MUNICÍPIOS LIMÍTROFES

LEI N.º 872/2017 De, 09 de maio de 2017.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO COM MUNICÍPIOS LIMÍTROFES VISANDO A ABERTURA, RECUPERAÇÃO E CONSERVAÇÃO DE RODOVIAS VICINAIS PRÓXIMAS ÀS DIVISAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênios, termos de cooperações, acordos ou instrumentos similares com Municípios limítrofes à General Carneiro, com o objetivo de estabelecer parceria e auxílio recíproco para a abertura, recuperação e conservação de rodovias e estradas vicinais próximas às divisas dos municípios pactuantes.

Art. 2º - Fica também autorizada realização de intercâmbio de máquinas e equipamentos rodoviários com os municípios limítrofes, para execução de serviços ou ações específicas formalizando também mediante convênio ou termo de cooperação mantida a equivalência e reciprocidade dos custos relativos às horas-máquinas realizadas ou quilometragem percorrida.

Art. 3º - Os instrumentos firmados entre os entes municipais deverão conter todas as condições, normas e especificações necessárias para garantir o integral atendimento dos princípios que regem a Administração Pública.

Art.4º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art.5º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI N.° 873/2017 CONSELHO DO FETHAB

LEI N.º 873/2017 De, 09 de maio de 2017.

"Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal do Fundo Estadual de Transporte e Habitação (FETHAB) e dá outras providências".

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art.1º - Fica criado o Conselho Municipal do FETHAB, que será constituído por 05 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal a serem indicados pelo Prefeito, sendo um deles o Secretário Municipal de Administração que presidirá o Conselho e 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil.

Parágrafo Único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade.

Art.2º - O conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no artigo 15 da Lei Estadual nº 7263, de 27 de março de 2000, com redação dada pela Lei nº 10480, de 22 de dezembro de 2016.

Art.3º - Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasses ao município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art.4º - O Poder Executivo a cada 04 (quatro) meses, irá prestar contas dos recursos recebidos do FETHAB ao Conselho Municipal do FETHAB, após o fechamento do balancete do quadrimestre. E, mediante ata assinada pelos membros do Conselho, emitirá relatório quadrimestral das atividades realizadas com tais recursos, divulgando-o por via eletrônica no sítio do município na internet, bem como, a imediata deliberação do relatório da Prestação de Contas para o envio à Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (SINFRA) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art.5º - O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art.6º - O exercício da Função de Conselheiros do Conselho Municipal do FETHAB não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art.7º - A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI N.° 875/2017 SERVIÇO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

LEI N.º 875/2017 De, 09 de maio de 2017.

"Dispõe sobre a criação do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e dá outras providências".

MARCELO DE AQUINO, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal decreta e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde, organizado e disciplinado na forma desta Lei.

Art. 2º - O Serviço Municipal de Vigilância Sanitária compreende ações capazes de eliminar, diminuir ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse da saúde, abrangendo:

I - o controle de bens de consumo que, direta ou indiretamente, se relacionem com a saúde, compreendidas todas as etapas e processos, da produção ao consumo;

II - o controle da prestação de serviços que se relacionam direta ou indiretamente com a saúde.

§ 1º - As ações de vigilância sanitária de que trata este artigo serão desenvolvidas de acordo com as diretrizes emanadas da Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, Ministério da Saúde e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

§ 2º - Sem prejuízo do disposto no parágrafo anterior, o município de General Carneiro desenvolverá ações no âmbito de suas competências estabelecidas no art. 200 da Constituição Federal de 1988 e na Lei Federal nº 8.080/90.

Art. 3º - O município deverá assegurar toda a infraestrutura para a execução das ações do Serviço Municipal de Vigilância Sanitária previstas nesta lei.

Art. 4º - São consideradas autoridades sanitárias para os efeitos desta Lei:

I - os profissionais da equipe municipal de vigilância sanitária investidos na função fiscalizadora, na forma do § 1º do art. 5º; e

II – o responsável pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

Parágrafo único – Para fins de processo administrativo sanitário, o secretário municipal de saúde e o prefeito serão considerados autoridades sanitárias.

Art. 5º - A equipe municipal de vigilância sanitária, investida de sua função fiscalizadora, será competente para fazer cumprir as leis e regulamentos sanitários.

§ 1º - Para o exercício de suas atividades fiscalizadoras, os referidos profissionais serão designados mediante portaria do prefeito ou do secretário municipal de saúde.

§ 2º - Os profissionais competentes portarão credencial expedida pelo Poder Executivo Municipal e deverão apresentá-la sempre que estiverem no exercício de suas funções.

§ 3º - Os profissionais acima designados serão considerados, para todos os efeitos, autoridade sanitária e exercerão todas as atividades inerentes à função de fiscal sanitário, tais como: inspeção e fiscalização sanitária, lavratura de auto de infração sanitária, instauração de processo administrativo sanitário, interdição cautelar de estabelecimento; interdição e apreensão cautelar de produtos; fazer cumprir as penalidades aplicadas pelas autoridades sanitárias competentes nos processos administrativos sanitários; e outras atividades estabelecidas para esse fim.

§ 4º - Os profissionais investidos na função fiscalizadora terão poder de polícia administrativa, adotando a legislação sanitária federal, estadual e municipal e as demais normas que se referem à proteção da saúde, no que couber.

§ 5º - As autoridades fiscalizadoras mencionadas nos incisos I e II do art. 4º desta Lei, quando do exercício de suas atribuições, terão livre acesso em todos os locais do município sujeitos à legislação sanitária, em qualquer dia e hora, podendo utilizar de todos os meios e equipamentos necessários, ficando responsáveis pela guarda das informações sigilosas.

Art. 6º - As atividades sujeitas às ações da vigilância sanitária ensejarão a cobrança de Taxa de Vigilância Sanitária pelo Serviço Municipal de Vigilância Sanitária.

§ 1º - Os fatos geradores e os respectivos valores da Taxa de Vigilância Sanitária serão definidos em legislação municipal.

§ 2º - Os valores da Taxa de Vigilância Sanitária serão recolhidos aos cofres públicos do Município de General Carneiro/MT, creditados ao Fundo Municipal de Saúde, revertidos exclusivamente para o Serviço Municipal de Vigilância Sanitária e sob o controle social do Conselho Municipal de Saúde.

§ 3º - Os estabelecimentos integrantes da administração pública ou por ela instituídos, sujeitos às ações de vigilância sanitária, estão isentos do recolhimento da Taxa de Vigilância Sanitária prevista neste artigo, porém, para que funcionem, devem cumprir as exigências contidas nas normas legais e regulamentares, além das pertinentes às instalações, aos equipamentos e à aparelhagem adequados e à assistência e responsabilidade técnicas.

Art. 7º - Os estabelecimentos sujeitos às ações de vigilância sanitária não poderão funcionar sem que sejam atendidas cumulativamente as seguintes exigências:

I – apresentação de toda a documentação inerente à atividade a ser desenvolvida, para fins de cadastramento;

II – recolhimento do respectivo valor da Taxa de Vigilância Sanitária;

III – realização de inspeção sanitária com parecer favorável da equipe municipal de vigilância sanitária; e

IV – emissão da Licença Sanitária.

Art. 8º - Na ausência de norma municipal que disponha sobre infrações sanitárias e penalidades, bem como instauração do devido processo administrativo sanitário, as autoridades sanitárias previstas no art. 4º da presente lei deverão utilizar de maneira suplementar a legislação estadual e/ou federal cabível à espécie.

Art. 9º - As despesas com a execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.

Art. 10º – Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

LEI N.° 876/2017 CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

LEI N.º 876/2017 De, 09 de maio de 2017.

"Dispõe sobre contratação temporária de pessoal de excepcional interesse público e para atender a convênios e acordos de interesses sociais e dá providências."

Sr. **MARCELO DE AQUINO,** Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar pessoal em caráter temporário de excepcional interesse público, **especialmente a contratação de 01 (um) auxiliar de dentista que deverá perceber um salário mínimo mensal de R$ 937,00 (novecentos e trinta e sete reais),** objetivando a implantação e funcionamento da máquina administrativa, pelo período de doze meses, contados a partir da competência de janeiro de 2017, ou até a realização de concurso público.

Parágrafo Único - As contratações a que se refere este artigo, são as constantes do anexo I, que faz parte integrante desta Lei.

Art. 2º - A Administração Pública Municipal poderá ainda efetuar contratações de pessoal com a finalidade precípua de atender aos convênios e acordos de interesse social, a serem firmados com organismos públicos ou privados das esperas estaduais e federais, bem como, com outros Municípios do Estado, visando à cooperação técnica financeira.

Parágrafo Único - As contratações a que se refere o Caput deste artigo poderão ocorrer nas seguintes hipóteses:

I- Atender as necessidades do Município em nível de convênios, acordos ou ajustes para execução de obras ou prestação de serviços durante o seu período de vigência;

II- Atender a execução de programas especiais de trabalhos instituídos por Decreto do Executivo Municipal, nas necessidades conjunturais que demandam a atuação da Prefeitura, por período determinado;

III- Atender aos convênios de cooperação técnica ou financeira autorizada pela Câmara Municipal.

IV-

Art. 3º - O Prazo de duração dos contratos temporários referidos no artigo 2º desta Lei, ficará restrito à vigência dos respectivos convênios, acordos ou ajustes firmados pelo Município, não podendo ultrapassar período de um ano consecutivo.

Art. 4º - As contratações autorizadas por Lei, não constituirão vínculo empregatício algum em função do disposto no Inciso II do Art. 37 da Constituição Federal.

Art.5º- Os servidores contratados por esta Lei perceberão os vencimentos fixados no anexo I, integrante desta lei.

Art. 6º - As remunerações do pessoal a ser contratado com fim específico previsto no art. 2º desta Lei, será aquela determinada pelo respectivo convênio, acordo ou ajuste ou pelo valor de mercado, quando se tratar de profissional qualificado e de nível superior.

§ 1º - Quando os convênios, acordos ou ajustes não fixarem a remuneração, observar-se-ão os valores pagos para os cargos idênticos aos assemelhados, constates no plano de Cargos e Salários ou no Quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT.

§ 2º - O pessoal contratado nos termos do art. 2º desta Lei fará jus a férias, 13º Salário e qualquer outro tipo de vantagens previstas para os servidores públicos municipais, se houver previsão de recursos financeiros específicos no referido convênio.

Art. 7º - O Regime Jurídico Único dos contratados temporários permitidos por lei será Estatutário, adotando-se para todos os efeitos o Regime geral da Previdência Social.

Art. 8º - As contratações estabelecidas por esta Lei, terão dotação especifica e serão cobertas com recursos previstos no Orçamento Programa anual do Município.

Art. 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito, em 09 de Maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

ANEXO – I –LEI Nº. 876/2017 DE 09 DE MAIO DE 2017.

DEPARTAMENTO DE SAÚDE

Cargos	Quantidade de Vagas	Vencimento

Auxiliar de Dentista	01	937,00

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

General Carneiro-MT, 09 de maio de 2017.

Marcelo de Aquino

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2017

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo Decreto Municipal Nº 702/2017, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10. 520/02 e Subsidiado pela Lei 8.666/93. Objeto: **Pregão Presencial para Registro de preços para futura e eventual aquisição estimada de combustível automotivo para abastecimento de máquinas pesadas, ônibus de transporte escolar e veículos a serviços e de propriedade do Município de Glória D´Oeste/MT do tipo MENOR PREÇO,** conforme Termo de Referência anexo I do edital. Início da Sessão: Dia 23/05/2017, às 9 (nove) horas, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo email: prefeitura_gloria@hotmail.com ou no paço municipal no horário de 07h às 13h. Maiores informações pelo telefone (65) 3275-1179.

Glória D'Oeste – MT, 10 de Maio de 2017.

SIDINEI DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE REABERTURA E RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2017

O Município de Guarantã do Norte torna Público para conhecimento dos interessados, que retificou o Edital na modalidade Pregão Presencial nº 018/2017, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresas especializadas no FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS, INSUMOS HOSPITALARES, MATERIAIS ODONTOLÓGICOS, FARMACOLÓGICOS E LABORATORIAIS para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame acontecerá no dia *23/05/2017 às 08h00min* (horário de Mato Grosso), com tolerância máxima de atraso de 30 (trinta) minutos, no Prédio da PREVIGUAR (Fundo Municipal de Previdência Social), situado na Avenida Jatobá, nº 1195, bairro Centro, ao lado da unidade do INCRA neste município. O Edital Retificado encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou poderá ser solicitado através dos e-mails: licitacao@guarantadonorte.mt.gov.br ou licitacaogta@gmail.com e no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 10 de maio de 2017. Silvana de Lourdes Pereto – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

DECRETO LEGISLATIVO Nº 003/2017

Sumula: "DISPÕE SOBRE APROVAÇÃO DAS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ, ESTADO DE MATO GROSSO, EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ/MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS POR LEI, CONFORME O ART. 31 DO REGIMENTO INTERNO DESTA CASA, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO DAS DELIBERAÇÕES APROVOU E O PRESIDENTE PROMULGA O PRESENTE DECRETO LEGISLATIVO.

Art. 1º - Fica aprovada na íntegra as Contas Anuais de Governo referente ao Exercício Financeiro de 2015, Gestão do Sr. Valteir Quirino dos Santos, que compõe o Balanço Geral/Contas Anuais de 2015, da Prefeitura Municipal de Indiavaí Estado de Mato Grosso.

Art. 2º - A aprovação dá-se em conformidade com o Art. 188 e 189 do Regimento Interno, Art. 49 § 2º da Lei Orgânica c/c Art. 31 § 2º da Constituição Federal e em concordância com o parecer prévio favorável n.º 125/2016 - processo n.º 868-0/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

Art. 3º - Encaminha-se cópia ao Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Contas e 41ª. Zona Eleitoral para conhecimento.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua públicação revogando-se as disposições em contrário; registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete da Presidencia da Câmara Municipal de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, aos vinte e um (21) de março (03) de dois mil e dezessete (2017).

_____

Raildo Moreira da Cruz

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS PORTARIA Nº. 237/2017, DE 09 DE MAIO DE 2017.

SÚMULA: "Dispõe sobre a nomeação da Senhora Deise Maria Lopes de Souza, para ocupar o cargo de Encarregado de Setor na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, e dá outras providências".

O Senhor **PEDRO FERRONATTO**, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade administrativa, resolve:

Art. 1º - Nomear a Senhora **Deise Maria Lopes de Souza**, brasileira, solteira, inscrita no CPF n° 826.992.591-87 e do RG sob n°. 1161672-5 SJ/MT residente em Ipiranga do Norte/MT, para exercer a função de Encarregado de Setor, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT.

Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Ipiranga do Norte/MT, 09 de maio de 2017.

Registre-se e Publique-se

Data Supra

_____

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA - LICITAÇÃO PORTARIA Nº 239/2017

NOMEIA O LEILOEIRO PÚBLICO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Senhor **PEDRO FERRONATTO,** Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica, e

Considerando a necessidade do Município de alienar em leilão público oficial, bens móveis diversos e no estado em que se encontram, observando os princípios básicos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;

Considerando que o Leiloeiro Público Oficial exerce uma função pública delegada pelo Estado através da Junta Comercial, possuindo competência e experiência profissional para avaliar bens móveis diversos para alienação e realizar o leilão presencialmente e/ou on-line pela rede mundial de computadores na forma da Lei nº 13.138/2015 ***(1)****, sem ônus ou custos financeiros para os cofres da administração;*

Considerando os termos do Inciso III do Artigo 38 e Artigo 53 da Lei nº 8. 666/93 ***(2)*** *que trata das licitações e contratos administrativos;*

Considerando que o Artigo 33, § 2º da Instrução Normativa nº 17/2013/ DREI ***(³)*** *prevê que o Leiloeiro Público Oficial pode ser de livre escolha do ente interessado;*

Considerando que a alienação de bens móveis diversos atende ao relevante interesse público municipal;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear e autorizar o Leiloeiro Público Oficial do Estado de Mato Grosso, Senhor **KLEIBER LEITE PEREIRA JUNIOR**, portador da Matricula nº 031/2015/Jucemat e CPF 021.022.811-32, com endereço a Avenida São Sebastião nº 1.447, Bairro Goiabeiras em Cuiabá/MT, para conduzir o certame do leilão público em data a ser marcada conjuntamente.

Artigo 2º - O Leiloeiro realizará o leilão com estrita observância da Lei das Licitações nº 8.666/93 e suas alterações, com a legislação profissional e demais pertinentes, e de acordo com o próprio Edital do certame.

Artigo 3º - Compete ao Leiloeiro organizar a relação em lotes, avaliar os bens móveis diversos que serão disponibilizados para o leilão e subordinar essa avaliação a homologação da Comissão de Avaliação do Patrimônio e Prefeito Municipal, e mais, operacionalizar, divulgar, expedir os documentos referente as arrematações, produzir a Ata circunstanciada, prestar contas, enfim, realizar todos os procedimentos inerentes a sua função e objetivo fim da presente nomeação, inclusive, auxiliando a Comissão processante no que couber.

Artigo 4º - A Prefeitura Municipal fica isenta de pagamento de comissão ou reembolso de despesas com o Leiloeiro, que cobrará apenas do Arrematante Comprador a comissão estipulada em 10% (dez por cento) da venda dos bens móveis diversos.

Artigo 6º - A Comissão Permanente de Licitações, nomeada pela Portaria nº 001/2017, será a Comissão processante do presente leilão cumprindo as formalidades administrativas.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, em 10 de Maio de 2017.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 029/2017

A Prefeitura Municipal de Itanhangá-MT, com sede na Rua Florianópolis, 200, centro, Itanhangá-MT, através de sua Pregoeira, torna público que encontra-se aberta licitação para o Registro de Preços na Modalidade **Pregão Presencial n° 029/2017**, tipo **MENOR DESCONTO POR LOTE**, com finalidade de: **"Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresas especializadas em prestação de serviços de horas mecânicas para manutenção preventiva e corretiva de veículos leves, pesados, máquinas pesadas e implementos agrícolas da frota municipal do Município de Itanhangá-MT.".** Regem a presente licitação a lei Federal 10.520/02, subsidiariamente, a Lei 8.666/93 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **23 de maio de 2017, às 08:00hs (oito horas),** na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itanhangá. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no setor de licitações de segunda a sexta-feira, no horário das 07:00 às 11:00 horas, dos dias úteis, ou pelo telefone (66) 3578-2500, ou no site da prefeitura: www.itanhanga.mt.gov.br ou solicitado pelo e-mail: licitacao@itanhanga.mt.gov.br

Itanhangá-MT, 10 de maio de 2017.

CAMILA BRUNA MORESCO

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

PREV-JACI
EXTRATO DE CONTRATOS DO PREV- JACI

Contrato nº: 005/2017

Data da Assinatura:23/03/2017

Credor: Agenda Assessoria e Planejamento e Informática

Objeto: Realização de Cálculo Atuarial na Prev-Jaci

Valor: R$ 5.850,00(Global)

Data da Vigência: 30(Trinta) dias a partir da Homologação dos dados

Contrato nº: 06/2017

Data da Assinatura: 04/04/2017

Credor: Advocacia Barcelos, Esteves & Jerônimo

Objeto: Prestação de Serviços de Assessoria Jurídica

Valor: R$ 7.884,75 (Parcela única)

Data da Vigência: Quando último ato de defesa resolver definitivamente a última demanda judicial, ainda em curso.

CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA
DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: n°03/2017.

Carta Convite: n° 01/2017.

Objeto: Contratação de Empresa para execução dos serviços de desenvolvimento, criação em português, hospedagem, rádio Câmara, transmissão de áudio e vídeo das sessões ao vivo e eventos via internet da Câmara Municipal de Jaciara, interatividade com os senhores vereadores através de "chat" online, compatibilidade com dispositivos moveis Android e iOS (celulares e tablets), suporte técnico, manutenção e locação de um novo site oficial e do Portal Transparência para a Câmara Municipal de Jaciara/MT.

DESPACHO DECISÓRIO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

O **Presidente da Câmara Municipal de Jaciara/MT**, em face dos entendimentos e conclusão da Presidente da Comissão Permanente de Licitação, constantes do processo Licitatório n° 03/2017, Pregão Presencial n° 01/2017 e, tendo como prerrogativas os regramentos estatuídos pela Lei Federal n° 8.666/93 decide **ANULAR POR VÍCIO DE LEGALIDADE**, os atos constituintes do certame, reconhecendo e decretando a ANULAÇÃO DA SESSÃO DE ABERTURA E JULGAMENTO DE LICITAÇÃO de 26 de abril de 2017 e aqueles deles derivados.

Não, podendo, também, simplesmente aproveitar os atos anteriores praticados, pois a ilegalidade cometida durante a condução da sessão de licitação prejudicou o sigilo das propostas e os próprios princípios inerentes a Administração Pública, como será a seguir plenamente demonstrado.

1- O objeto desta Licitação é de suma importância para a Administração Pública. A contratação de empresa para criação e manutenção do Portal da Transparência e site institucional é um dos pilares do dever de moralidade e lisura deste Poder. A condução do certame para contratação pretendida deve seguir os moldes legais, ser guiada pela lei de licitação e

principalmente pelos princípios constitucionais da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração, devendo ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos. De antemão, revendo os documentos constantes no Processo Licitatório em análise, visualizei que a Comissão de Licitação não atendeu e não efetuou a complementação da instrução dos autos solicitada pelo setor jurídico através do Parecer Jurídico 003/2017, emitido na data de 09/03/2017. No Parecer Jurídico constam, recomendações e, também imposições para continuidade ao certame. Dentre as recomendações está a ampla divulgação do certame, por extrato em jornal de circulação regional e publicação em diários oficiais, com o intuito de: "possibilitar a participação de eventuais interessados mesmo que não convidados e, consequentemente, facilitar a obtenção da proposta mais vantajosa à administração". Em que pese tal recomendação não encontrar obrigatoriedade no texto legal, não fora atendida e nem justificada pela Comissão, que se ateve a expedição de Cartas Convites e afixação do ato referente à licitação no átrio do poder. Além disto, o órgão de assessoria jurídica fora muito claro em seu Parecer em exigir que no tocante a realização da pesquisa de preço que culminou na estimativa do valor do serviço, folhas 09, deveria ser complementada com a busca nas bases de sistemas de compras e avaliação de contratos recentes ou vigentes.

Para evitar distorções, "*além de realizar pesquisa que seja adequada às características do objeto licitado e tão ampla quanto a característica do mercado recomende, é salutar que a Administração busque ampliar sua base de consulta através de outras fontes de pesquisa*"[1], tais como bases de sistemas de compras e avaliação de contratos recentes ou vigentes.

Imperioso consignar que apesar de conter 03 propostas orçamentárias com potenciais prestadores de serviços a Câmara Municipal efetuou através do processo de inexigibilidade nº 02/2016 a contratação da empresa NP Capacitação e Soluções Tecnológicas ltda para prestar serviço de Sistema Banco de Preços, ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública. Desta forma, já que a Câmara dispõe deste serviço entendo imprescindível que o setor competente faça a busca neste sistema e traga ao Processo em questão o comparativo dos preços praticados pela Administração pública.

Assim, previamente, já constato que os apontamentos do jurídico não foram devidamente atendidos ou justificados pelos setores competentes.

2- Prosseguindo pode-se constatar que a Câmara não disponibilizou modelo de declaração de interesse em participação na licitação a ser preenchido pelos interessados e, que uma empresa cadastrada, denominada EUREKA, ao se dirigir com antecedência legal na sede deste Poder manifestou interesse em participar da licitação ao solicitar a Carta Convite nº 01/2017 por email.

Conforme consta nos autos, a Presidente de Licitação impediu a participação desta empresa devidamente cadastrada e que havia manifestado interesse com 24 horas de antecedência, violando o artigo 22 § 3º da Lei 8666/93 e, o princípio da ampla concorrência e competitividade.

Artigo 22 § 3o Convite é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.

Um dos princípios básicos da licitação é garantir a isonomia, ampla participação dos interessados e garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública. Ao impedir a empresa que é cadastrada no órgão e, que demonstrou interesse em participar da licitação, pois 24h antes da sessão dirigiu-se até a sede deste poder e solicitou a carta convite por email, à comissão violou princípios básicos e garantias constitucionais irrefutáveis.

3- Ademais, houve supressão de fases do procedimento licitatório realizado durante a sessão de Licitação, pois a mesma deveria ter sido suspensa pela comissão até realização de diligência solicitada, análise e decisão dos recursos, para depois proceder com a abertura dos envelopes das propostas de preços. Para ser mais claro: houve equívoco por parte da comissão ao prosseguir com a sessão de Licitação e abertura dos envelopes das propostas de preços, mesmo com patentes erros de habilitação que será retratado a seguir, pedido de diligência e, de manifestação de interesse de interposição de recurso. Tal medida evitaria que as demais empresas inabilitadas, em uma possível habilitação, pós-recurso, conhecessem de antemão as propostas de preços das licitantes habilitadas. E, não comprometeria todo o processo, até então produzido. 4- Considerando orientação do TCU na Súmula 248 em que "não se obtendo o número legal mínimo de três propostas aptas à seleção, na licitação sob a modalidade Convite, impõe-se a repetição do ato, com a convocação de outros possíveis interessados, ressalvadas as hipóteses previstas no parágrafo 7º, do art. 22, da Lei nº. 8.666/1993". O TCE/MG possui entendimento pacífico no sentido de que, se por eventual"erro da Administração não houver número de licitantes suficiente ao procedimento licitatório impõe-se à Administração repetir o convite, se convier manter os termos do ato convocatório, ou empreender convite diverso, depois de emendar os defeitos que viciavam o anterior". Neste contexto, podemos interpretar a expressão "erro da Administração" como atos que frustrem o certame pela inobservância dos princípios da contratação pública ou por falhas no planejamento como, por exemplo, a exigência de requisitos de habilitação que não sejam indispensáveis ao cumprimento da obrigação ou a fixação do preço estimado abaixo da realidade do mercado. Assim, deve ser concedida **ampla publicidade ao ato convocatório** e da**juntada de todos os documentos nos autos,** a fim de conferir legitimidade ao procedimento seletivo **e sustentar superveniente justificativa diante do desinteresse dos particulares.**

§ 7o Quando, por limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados, for impossível a obtenção do número mínimo de licitantes exigidos no § 3o deste artigo, essas circunstâncias deverão ser devidamente justificadas no processo, sob pena de repetição do convite.

Ocorre que no caso da Câmara de Jaciara, apesar de já ser repetição do convite, compareceram seis empresas interessados e, somente duas foram habilitadas pela comissão. Ou seja, não há limitações do mercado ou manifesto desinteresse dos convidados que justificasse o prosseguimento da sessão. Portanto, considerando o manifesto interesse dos convidados e de empresas cadastradas e, também da oferta de mercado nesta área, ou seja, considerando o caso concreto exigia-se a oportunização da pluralidade de ofertas e, que não havia nenhum prejuízo com a repetição do certame, para que ao menos atingisse o mínimo de três propostas válidas. 5- Análise da Inabilitação de algumas empresas: A empresa Faça Web sites LTDA-ME, solicitante dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, fora inabilitada apenas com o fundamento de que não anexou declaração de idoneidade prevista no anexo IV, porém na própria sessão de licitação estava presente o representante da empresa, Renan Henrique Pereira. Sendo assim, a assinatura desta declaração, cujo modelo estava na carta convite, poderia ter sido realizada instantâneamente, não sendo este motivo plausível para inabilitação da empresa.

A empresa S. de C. e Silva e CIA LTDA-EPP fora inabilitada, pois, mesmo enquadrando, contrato social, como EPP, tinha certidão de tributos municipais vencidas.

Ocorre que o artigo 43 da LC 123/06 assegura o prazo de cinco dias úteis para regularizar a certidão:

§ 1o Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial correspon-

derá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da administração pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 147, de 2014)

Desta forma, empresas declarantes como de pequeno porte e microempresas foram inabilitadas sem oportunidade de defesa e, sem observância dos benefícios da LC 123/2006.

Quanto à empresa Elisa G. Caetano Transportes - ME cumpre consignar algumas observações face ao recurso impetrado a cerca de sua inabilitação. Em momento algum a comissão alegou que a empresa é fantasma ou que não existia, apenas foi categórica ao afirmar que NÃO FUNCIONA NA AVENIDA ANTONIO FERREIRA SOBRINHO, 2120, SALA 01, CENTRO, JACIARA-MT.

O recurso da empresa além de alegar nulidade da diligência, pois alega vícios na condução, limitou-se a continuar afirmando que "*está localizada no mesmo endereço (Av. Antônio Ferreira Sobrinho, 2120, sala 01, Centro, Jaciara-MT) há 07 anos...".*

No tocante a esta afirmação, qual seja: de que funciona no endereço Av. Antônio Ferreira Sobrinho, 2120, sala 01, Centro, Jaciara-MT, esta Câmara Municipal com o fito de resguardar no julgamento do recurso solicitou ao Cartório do Segundo Ofício de Jaciara/MT a lavratura de uma ATA NOTARIAL, em que evidencia que neste endereço não funciona e não há placa ou indicativo de que funcione a empresa ELISA G. CAETANO TRANSPORTES.

Lembrando que em nenhum momento a comissão ou integrantes deste poder afirmaram que a empresa ELISA G. CAETANO TRANSPORTES não existisse ou fosse fantasma, apenas e acertadamente consignaram que não funciona na Avenida Antônio Ferreira Sobrinho, 2120, sala 01, Centro, Jaciara-MT.

6- Considerando que o caso concreto exigia a oportunização da pluralidade de ofertas e, que não havia nenhum prejuízo com a repetição do certame, para que ao menos atingisse o mínimo de três propostas válidas. Houve a quebra do sigilo da proposta, uma vez que os envelopes de algumas (e não todas) as licitantes inabilitadas preliminarmente foram retidas pela Comissão e, não devolvidas intactas, ou seja, lacradas as empresas. Desta forma, a sessão de licitação da Carta Convite não poderá ser simplesmente repetida, uma vez que houve abertura de envelopes das propostas de preços e, o recolhimento de alguns e não todas as propostas dos demais licitantes inabilitados, o que faz presumir a quebra do sigilo das propostas.

Pelos pontos exaustivamente debatidos e fundamentados e considerando a decisão da presidente da comissão permanente de licitação, após estudos e análise do caso em questão, de sugerir ao Presidente desta Casa Legislativa a anulação do certame, por vício de legalidade, tendo por base o que determina o art. 49 da Lei nº 8.666/93 é que tornar-se imperioso adotar a presente medida.

Esta decisão pauta-se pela hegemonia da Administração Pública na condução e encerramento dos procedimentos licitatórios em andamento em sua instância, com fundamento no art. 49 *caput* da Lei Federal 8.666/93.

Também na prerrogativa de autotutela assegurada à Administração Pública de rever seus próprios atos para alcançar aspectos de legalidade, e o dever de obedecer à Lei e verificar a presença dos pressupostos de validade dos atos que pratica. CONSIDERANDO que a Administração deve reconhecer e anular de ofício seus próprios atos quando acometidos de vícios de ilegalidade.

Considerando, também que o procedimento licitatório se realiza mediante uma série de atos administrativos, pelos quais a Administração Pública que pretende contratar analisa as propostas efetuadas pelos que pretendem ser contratados e escolhe, dentre elas, a mais vantajosa para os cofres públicos, mediante competente controle por parte do poder público.

CONSIDERANDO que esse controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza outro princípio administrativo: o da autotutela administrativa. Esse instituto foi firmado legalmente por duas súmulas, a saber:

Súmula 346 do Supremo Tribunal Federal – "A Administração Pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos".

Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal – "A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência e oportunidade, respeitando os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial".

CONSIDERANDO os entendimentos dos juristas Maria Sylvia Zanella Di Pietro e José Cretella Júnior:

Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ainda, explica que "*a anulação pode ser parcial, atingindo determinado ato, como a habilitação ou classificação*".[2]

José Cretella Júnior leciona que "*pelo princípio da autotutela administrativa, quem tem competência para gerar o ato, ou seu superior hierárquico, tem o poder-dever de anulá-lo, se houver vícios que os tornem ilegais*".[3]

CONSIDERANDO que a autoridade competente deverá efetuar um controle de todo o processo, verificando por meio do seu poder de autotutela, a legalidade dos atos praticados e a permanência dos motivos que levaram ao desenvolvimento da licitação.

CONSIDERANDO que o procedimento licitatório está sujeito a autotutela, podendo ser revogado ou anulado, nos termos do art. 49 da Lei Federal nº 8.666/93:

***Art. 49** – A autoridade competente para aprovação do procedimento somente poderá revogar licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.*

Considerando não estar configurada, no momento, a decadência da ação anulatória do ato administrativo anulável. Considerando que a quebra do sigilo das propostas contaminou o prosseguimento e aproveitamento das fases já obedecidas:

DECIDE ANULAR por vício de legalidade o presente certame. Anulando o processo administrativo nº 03/2017, carta convite nº 01/2017, bem como aproveito o ensejo para:

DETERMINAR que a presidente da comissão seja destituída da função, que seja aberto processo administrativo disciplinar para apurar e punir o motivo da desídia na condução do presente processo licitatório.

DETERMINAR que a nova comissão de licitação, designada pela Portaria nº 11/2017, providencie a realização ***imediata de nova licitação***, sendo para tanto realizada ampla pesquisa de mercado para consignar o valor corrente da contratação. Desde logo aconselhando a adoção da modalidade de pregão, para garantir ampla participação.

Antes de encaminhar o processo à Comissão para realização de nova Licitação, seja nos termos do § 3o do artigo 49 assegurado o contraditório e a ampla defesa, fazendo publicar esta decisão e, analisando os argumentos eventualmente impetrados.

Jaciara (MT) 10 de maio de 2017.

[1] *In* PARECER Nº 02/2012/GT359/PGF/AGU, item 13.

[2] DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 18ª ed. São Paulo: Atlas, 2005. p. 359.

[3] CRETELLA JÚNIOR, José. Das Licitações Públicas (comentários à Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993). Rio de Janeiro: Forense, 2001. p. 305.

CLOVES PEREIRA

PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE JACIARA/MT

LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2017

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de preços para eventual aquisição de Gêneros Alimentícios e Materiais de Higiene e Limpeza para merenda escolar em atendimento as Escolas Municipais e UMEI'S da Prefeitura Municipal de Jaciara-MT",** nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **25 DE MAIO DE 2017 - 09:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 10 de maio de 2017.

Tiago Rodrigo Zenkner

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

COMUNICADO DE ADESÃO

A Prefeitura Municipal de Jauru comunica a adesão a Ata de Registro de Preços nº. 10/2016 referente ao Pregão nº. 10/2016 da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, para Prestação de serviços de assentamento de manilhas em bueiro, bocas de bueiro e reparação em Pontes de madeiras no Município, tendo como fornecedor a empresa SÃO PAULO TERRAPLENAGEM LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.335.350/0001-62.

Jauru – MT, 10 de maio de 2017.

ADJUDICAÇÃO

A D J U D I C A Ç Ã O

Jauru, 10 de maio de 2017.

Licitação: **000024/17 CONCURSO DE PROJETOS 001/2017**

Aberta em 03/05/2017

Resumo do Objeto:

A SELEÇÃO DE ENTIDADE DIREITO PRIVADO SEM FINS LUCRATIVO,QUALIFICADAS COMO ORGANIZAÇÃO DE SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO - OSCIP

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Prefeitura Municipal resolve adjudicar ao proponente **ORGANIZACAO DA SOCIEDADE CIVIL INSTITUTO TUPA** parte do objeto da licitação, no valor de R$ 923.000,00 (novecentos e vinte e três mil reais) conforme Relação em Anexo.

Item	8445 Lote	INSTITUTO TUPÃ Descrição do Lote	Valor Total
1	00000001	seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos,qualificadas como organização de sociedade civil de interesse público-oscip	923.000,00
		Total do Proponente	923.000,00

SANDRA PORTO DE ALMEIDA ALVARES

PREGOEIRA

DECRETO Nº 053/2017

DECRETO Nº 053 DE 05 DE MAIO DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NOS USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, INSTITUI A COMISSÃO PARA A ELABORAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE JAURU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RESOLVE:

Art. 1º - Instituir a Comissão para a elaboração e/ou adequação do plano de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica do município de Jauru- MT, para atuar no levantamento e sistematização de todos os dados e informações referentes ao Plano de Carreira e Remuneração

Art. 2º - Designar os membros abaixo elencados para compor a Comissão para a elaboração e/ou adequação do plano de carreira e remuneração dos profissionais da educação básica do município de Jauru- MT, assim constituída:

CÍCERO GUILHERME DA SILVA

CLAUDIA MARIA RODRIGUES TEIXEIRA

CLOTER OLIVEIRA DAVI

CREUZA LANA NASCIMENTO

ELIETE MARIA RIBEIRO DE SOUZA

EURIDES SOUZA R. MACHADO

ISABEL CRISTINA LEMOS

KÁTIA REGINA NOVAK DE MOURA

LEÔNCIO PINHEIRO DA SILVA NETO

ROBERTO LÚCIO FERREIRA

ROBSON MARCOS PERES

Art. 3º A comissão de gestão pode ter como atribuições orientar a implantação do plano de carreira e remuneração, bem como as possíveis alterações que venham a ocorrer, monitorar sua operacionalização para garantir que nada do que esteja regulamentado seja descumprido, além de realizar processos rotineiros de avaliação.

.

Art. 4º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez", em Jauru – MT, 05 de Maio de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

PrefeitoMunicipal

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 014/2017 DE 10 DE MAIO DE 2017.

PORTARIA Nº 014/2017 de 10 de Maio de 2017.

"DISPÕE SOBRE O CONTROLE E BAIXA DO MATERIAL PERMANENTE E DE CONSUMO NO ÂMBITO DO PODER LEGISLATIVO E NOMEIA A COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO, BAIXA, REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO, DEPRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAURU-MT., PARA O ANO DE 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

VILSON RAMOS DA SILVA, Presidente da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante as regras gerais do Direito Público, expede a seguinte Portaria resolvendo, e ainda,

CONSIDERANDO, o disposto no § 3º do art. 106 da Lei Federal nº 4.320/64;

CONSIDERANDO, a necessidade de implantar uma forma mais ágil e eficaz de controle patrimonial do Poder Legislativo Municipal e de propiciar meios mais eficientes na realização do inventário anual;

CONSIDERANDO, que o controle dos materiais permanentes pode ser feito em relação ao local onde o bem se encontra instalado e não somente em relação ao servidor;

CONSIDERANDO, a baixa de materiais permanentes e de consumo que se encontra obsoletos, antieconômicos ou inservíveis em disponibilidade necessita ser reeditada, para facilitar sua aplicabilidade;

Art. 1º – Ficam nomeada a COMISSÃO DE REAVALIAÇÃO, BAIXA, REGISTRO, CONTROLE, CARGA, SUPERVISÃO, DEPRECIAÇÃO E AVALIAÇÃO DO

PATRIMÔNIO PÚBLICO da Câmara Municipal de Jauru-MT, composta pelos seguintes componentes:

SERVIDORES	CARGO
LUCIENE MANSANO	Presidente
ALOISIO COSTA DE ABREU	Suplente
LUIS PAULO FREITAS GARCIA	Membro

Art. 2º. – Estabelece os seguintes conceitos nesta Portaria:

I.Alienação – Processo pelo qual o município transfere o domínio de seus bens a terceiros, mediante venda (leilão), permuta ou doação, subordinada a existência e interesse público devidamente justificado, obedecendo às exigências legais pertinentes.

II.Autorização de Saída de Material Permanente do Órgão – Documento de formalização da saída de bens patrimoniais móveis do órgão.

III.Avaliação – Valor monetário atribuído a um bem patrimonial para fins de aquisição, contabilização e alienação, observando as técnicas e legais especificas.

IV.Baixa de Bens - É a retirada oficial de um bem patrimonial móvel do cadastro de patrimônio do município, gerando contabilmente a diminuição do saldo patrimonial, em decorrência de alienação, descarte, roubo, furto ou sinistro.

V.Bem de Terceiro - Bem que não integra o patrimônio móvel do cadastro de patrimônio do município, mas que, em decorrência de negocio jurídico celebrado com terceiro, recebe codificação diferenciada dos bens patrimoniais do Município, e sobre o qual não incide procedimento financeiro, mas apenas controle físico.

VI.Bem inservível – É todo bem desativado pelo órgão que utiliza, danificado ou obsoleto, encaminhado para o deposito de inservíveis da Câmara Municipal de Jauru-MT, para fins de alienação, podendo, ou não ser reaproveitado por outros órgãos ou entidades do Município.

VII.Bem Patrimonial Antieconômico - Todo bem patrimonial com manutenção onerosa, rendimento precário ou com recuperação economicamente inviável.

VIII.Bem Patrimonial Obsoleto – Todo bem patrimonial em desuso, considerado antiquado ou antieconômico para o fim a que se destina.

IX.Bem Permanente – Todo material que, em razão do uso, não perca sua identidade física e autonomia de funcionamento, mesmo quando incorporado a outro bem e tenha durabilidade prevista superior a dois anos.

X.Bem Plaquetável/Etiquetável – Aquele em que é possível a colocação de plaqueta/etiqueta de identificação patrimonial.

XI.Bem Não Plaquetável/Etiquetável – Aquele que não possui local para fixação de plaqueta ou etiqueta de identificação patrimonial ou que não seja adequado a sua colocação. O fato não impede que o mesmo deixe de receber uma manutenção para registro, logo, todos os bens, independentemente de colocação de plaqueta receberão um numero de registro patrimonial.

XII.Bem Próprio – Todo bem adquirido com recursos próprios, do tesouro ou convênios, que não exijam a vinculação do bem a unidade financiadora, ou ainda todo aquele recebido por doação, premiação, bem como os incorporados através de inventários.

XIII.Bem Relacionado – Bem permanente que, em razão de sua estrutura física não podem ser marcados ou gravados seus respectivos números de tombamento.

XIV.Cessão de Uso – Disponibilização de um bem patrimonial móvel, por tempo determinado, para utilização gratuita ou em condições especiais, para entidades da administração indireta do município ou a outras entidades externas à CMS (entidades ou órgãos externos ao poder público municipal) ou, conforme estabelecido na Lei Orgânica Municipal.

XV.Comissão de Avaliação – Grupo de pessoas nomeadas para avaliar bens da Instituição.

XVI.Descarte – Processo pelo qual o município desfaz-se de um bem patrimonial móvel em razão do seu estado de conservação, inservível e/ou irrecuperável, bem como sem que haja arrematamento em pelo menos um leilão.

XVII.Depreciação – Perda progressiva de valor econômico ou do preço de um bem patrimonial em decorrência do seu uso, levando-se em consideração, além de exigências legais, o valor de aquisição e o tempo de vida útil, em face das condições objetivas de sua utilização.

XVIII. Entrada de Materiais – Documento de confirmação da entrada de bens patrimoniais móveis no órgão, emitido pelo sistema informatizado de gestão de materiais e patrimônio.

XIX.Etiqueta da identificação Patrimonial – Identificação colocada no bem patrimonial móvel que, pelo seu formato, não comporta plaqueta de identificação patrimonial, tendo as mesmas informações que as plaquetas.

XX.Extravio – É o desaparecimento de um bem, em que seja identificada a origem do fato.

XXI.Incorporação – Registro contábil da inclusão ou entrada de um bem patrimonial em decorrência de aquisição, nas suas diversas modalidades.

XXII.Inventário – Instrumento de controle que permite a conciliação dos registros do cadastro de bens patrimoniais móveis com a posição física, bem como dos valores cadastrados e os escriturados. Tem como objetivo o controle quantitativo e qualitativo dos bens patrimoniais móveis do município.

XXIII. Plaqueta de Tombamento – Identificação que é colocada no bem patrimonial móvel, personalizada, com numeração individual única e código de barras.

XXIV. Registro Patrimonial – Processo de cadastramento de um bem patrimonial móvel no Sistema Integrado de Gestão de Material e Patrimônio, após o seu tombamento.

XXV.Sinistro – Acontecimento de qualquer natureza que sobrevém ao bem patrimonial móvel, causando-lhe danos, perda total ou parcial.

XXVI. Termo de Cessão de Uso – Instrumento de formalização da cessão de uso de bens patrimoniais móveis do município.

XXVII.Termo de Responsabilidade – Documento no qual um bem patrimonial móvel ou um conjunto de bens patrimoniais móveis é posto sob a guarda, conservação e controle do gestor de uma unidade administrativa, mediante sua assinatura.

XXVIII.Tombamento – Processo constituído de identificação do bem patrimonial móvel, por intermédio de plaquetas ou etiquetas de identificação, com o levantamento de todas as características e dados relacionados ao mesmo, para que seja efetuado registro patrimonial.

XXIX. Transferência – Movimentação dos bens patrimoniais móveis entre unidades administrativas deum mesmo órgão ou de diferentes órgãos da Administração Direta Municipal, exigindo-se emissão e assinatura do ter-

mo de Transferência, anotação da mudança de guarda do bem e atualização do registro patrimonial.

XXX.Unidade Administrativa – Toda unidade integrante da estrutura organizacional formal de um órgão, que responde pelas ocorrências com os bens patrimoniais móveis sob sua responsabilidade.

Art. 3º - Compete à comissão de Levantamento e Avaliação:

I.– Programar, coordenar, orientar, controlar e fiscalizar as atividades referentes ao Patrimônio da câmara;

II.– Promover a avaliação e controle dos bens integrantes do acervo da Câmara Municipal, através de seu cadastro central e de relatórios de situação sobre sua alteração enviada pela Secretaria Geral da Câmara Municipal;

III.– Realizar levantamentos periódicos ou específicos no tocante ao uso e disponibilidade de bens integrantes do cadastro patrimonial;

IV.– Realizar o inventário anual dos bens patrimoniais;

V.– Manter o registro dos responsáveis por bens integrantes do patrimônio;

VI.– Avaliar o estado dos bens e propor o seu reparo e reposição;

VII.– Emiti Ata circunstanciada após realização de todo trabalho;

VIII.– Realizar outras atividades correlatas.

Art. 4º. – Os membros integrantes da comissão de que trata esta Portaria não serão remunerados pelo exercício dessa função, sendo os serviços considerados como relevantes ao interesse público.

Art. 5º. – O procedimento contábil, no momento da avaliação dos ativos já existente no patrimônio legislativo municipal, terá sua variação patrimonial em contrapartida direta ao Patrimônio Líquido.

I – A entidade deve observar que, quando um item do ativo imobilizado é reavaliado, a depreciação acumulada na data da reavaliação deve ser eliminada contra o valor contábil bruto do ativo, atualizando-se o seu valor líquido pelo valor reavaliado. O valor do ajuste decorrente da atualização ou da eliminação da depreciação acumulada faz parte do aumento ou da diminuição no valor contábil registrado.

Art. 6º. – As categorias citadas no Art. 5º, inciso I- serão utilizadas para classificar os ativos, e ainda servirão de parâmetros para realização das depreciações, são:

NOME DA CATEGORIA	VIDA ÚTIL	PERCENTUAL RESIDUAL
APARELHO E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	20%
APARELHOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
APARELHOS E UTENSILIOS DOMESTICOS	10	10%
BANDEIRAS, FLAMULAS E INSIGNIAS	-	-
COLEÇÃO DE MATERIAIS BIBLIOGRAFICOS	10	0%
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10%
EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VIDEO E FOTO	10	10%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS	10	10%
MÁQUINAS, UTENSILIOS E EQUIPAMENTOS DE DADOS	5	10%
MÁQUINAS, INSTALAÇÕES E UTENSILIOS DE ESCRITÓRIO	10	10%
EQUIPAMENTOS HIDRAULICOS E ELÉTRICOS	10	10%
MOBILIARIO EM GERAL	10	10%
PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMÓVEIS	10	10%
VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	15	10%
VEÍCULOS DIVERSOS	15	10%
ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	5	10%
PEÇAS NÃO INCORPORAVEIS A IMÓVEIS	10	10%

Art. 7º. – Em caráter excepcional, poderão ser utilizados parâmetros de vida útil e valor residual diferenciados para bens singulares, que possuam características peculiares e necessitem de critérios específicos para estipulação dos seus valores, devendo tal fator divulgado em nota explicativa.

Art. 8º. – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Jauru, Estado de Mato Grosso, em 10 de Maio de 2017.

VILSON RAMOS DA SILVA

Presidente do Legislativo

TERMO DE RATIFICAÇAO

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico na forma do Artigo 26, da Lei Federal 8.666/93, atualizada pela Lei Municipal 724/17 e Decreto especial 001/2017, a Dispensa de Licitação nº. 016/2017, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município datado de 09/05/2017, **para Aquisição de materiais para fabricação de manilhas para a recuperação de bueiros, pontes, ocasionados pelas fortes chuvas ocasionadas no Município em virtude das fortes chuvas que atingiu o Município no dia 16 de março de 2017, conforme decreto especial nº. 001/2017 de situação de emergência.**

Paço Municipal “José Peres”, Gabinete do Prefeito, em Jauru – MT, 10 de abril de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

CONCURSO nº: 1/2017

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações, o Prefeito Municipal de Jauru – MT, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, abaixo assinado, acolhendo adjudicação da Comissão levando em consideração a abertura e julgamento do presente PROCESSO DE LICITAÇÃO, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, HOMOLOGA o objeto: O presente edital tem por objeto a seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos, qualificados como organização de sociedade civil de interesse público-oscip, para a formação de vinculo de cooperação, por meio termo de parceria visando o fomento e a realização de atividades de interesse público e no desenvolvimento de programas de governo, através do desenvolvimento, acompanhamento e execução de programa de governo, nos limites legais, com ações que possibilitem a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos á população nas áreas de saúde e assistência social, em conformidade com os preceitos das leis n .3.100/99,em seus artigos 3,6,9,11,12,e n .9.790/99,decreto n. 3.100/99,bem como as condições estabelecidas no edital, que devera ser retirado na sede da prefeitura municipal., sendo vencedoras as empresas abaixo, conforme itens e valores constantes da relação anexa:

INSTITUTO TUPÃ o lote 00000001, com o valor de R$ 923.000,00 (novecentos e vinte e três mil reais). Perfazendo o valor total de R$ 923.000,00 (novecentos e vinte e três mil reais).. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 923.000,00 (novecentos e vinte e três mil reais).

Item	8445 Lote	INSTITUTO TUPÃ Descrição do Lote	Valor Total
1	00000001	seleção de entidade direito privado sem fins lucrativos,qualificadas como organização de sociedade civil de interesse público-oscip	923.000,00
		Total do Proponente	923.000,00

INSTITUTO TUPÃ

10.870.058/0001-40

Ciência aos interessados, observadas as prescrições legais.

Jauru, 10 de maio de 2017.

_____

Pedro Ferreira De Souza

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 054/2017

DECRETO Nº 054 DE 05 DE MAIO DE 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NOS USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI, INSTITUI A EQUIPE TÉCNICA PARA ASSESSORAMENTO DA COMISSÃO PARA ELABORAÇÃO E/OU ADEQUAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE JAURU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETA:

Art. 1º - Instituir a Equipe Técnica do Plano de Carreira e Remuneração, que estarão atuando junto a Elaboração e/ou Adequação do Plano de Carreira e Remuneração do município de Jauru-MT,

Art. 2º - Designar os membros abaixo elencados para compor a Equipe Técnica do Plano de Carreira e Remuneração, assim constituída:

Beatriz Pavini

Joelma Gomes de Oliveira Araújo

Rosenilda dos Santos Lima.

Art. 3º - Compete à Equipe Técnica do Plano de Carreira e Remuneração de PME de Jauru, assessorar a Comissão para Elaboração e/ou Adequação do Plano de Carreira e Remuneração:

Esta equipe terá como atribuição:

I – Levantamento de dados e informações;

II – Preencher planilhas;

III – Alimentar o Sistema de Apoio e Gestão de Planos de Carreira e remuneração- SISPCR.

IV – Prestar informações que forem solicitadas pelo avaliador Educacional responsável pelo Pólo do qual o município faz parte.

Art. 4º - Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal "José Perez, em Jauru – MT, 05 de Maio de 2017.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017, DE 09 DE MAIO DE 2017 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017-PSS COM HOMOLOGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DE 25/04/20

ESTADO DE MATO GROSSO

Prefeitura Municipal de Juara

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2017, DE 09 DE MAIO DE 2017 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DO EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2017-PSS COM HOMOLOGAÇÃO DO DIÁRIO OFICIAL DE MATO GROSSO DE 25/04/2017.

O Governo Municipal de Juara-MT, convoca os candidatos que foram aprovados no Processo Seletivo Simplificado, conforme abaixo descrito, para comparecer no prazo de 10 (DEZ) dias, a partir da data da publicação deste Edital, na Secretaria Municipal de Educação de Juara-MT, apresentando os documentos de habilitação, conforme determinado no Edital do Processo Seletivo Simplificado n° 002/2017-PSS, a fim de ser contratado ao respectivo cargo no prazo acima estabelecido.

CANDIDATOS CONVOCADOS ATRAVES DO PRESENTE EDITAL:

PROFESSOR NIVEL SUPERIOR-ZONA RURAL

ÁREA DE ABRANGENCIA: JUARA-MT

Classificação	Nome	RG nº	Pontos Titulação
01	Sandra Regiane Figueiredo	15624650 SSP/MT	100

Art. 2º - Será considerado desistente perdendo a respectiva vaga, o candidato aprovado e ou classificado que não se apresentar no prazo fixado por este edital, não comprovar requisitos exigidos através da documentação necessária para o provimento do cargo, podendo o Governo Municipal convocar o candidato classificado na colocação subseqüente.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Juara-MT, 09 de Maio de 2017

Luciane Borba Azoia Bezerra Cleirto Sinhorin

Prefeita do Município Secretário Mun. de Administração

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 56/2017/GS/SME/MT

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PORTARIA Nº. 56/2017/GS/SME/MT

O Secretário Municipal de Educação de Juara-MT, no uso de suas atribuições, dispõe sobre Formação Contínua, Desenvolvimento Profissional e Gestão de Aprendizagem da Educação Pública Municipal.

O Secretário Municipal de Educação, no uso de suas atribuições legais, considerando a importância do aperfeiçoamento profissional conforme LDB 9394/96 artigo 61, incisos II e V;

Considerando a Resolução n. 02/2015 – CNE/MEC, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para formação inicial em nível superior (capitulo I, Artigo 1º, §1º, Capitulo VII, Artigo 19);

Considerando os Artigos 94, 95, 96 e 97 da Resolução Normativa 002/2015-CEE-MT no Diário Oficial 24/09/2015;

Considerando o artigos 38, 74 e 75 da Lei Complementar n. 068 de 30 de dezembro de 2009;

Considerando a Portaria n.161/2016/GS/SEDUC/MT, publicada no Diário Oficial 14/04/2016;

Resolve:

Art. 1º Considerando as Políticas Públicas Educacionais da Rede da formação do estado de Mato Grosso e a Orientação sobre Formação Desenvolvimento Profissional e Gestão de Aprendizagem da Educação a partir da institucionalização o decreto 6.094/2007 de abril de 2007 que formalizou o regime de colaboração os entes federados (União/estados e municípios), tornou-se uma diretriz educacional que as responsabilidades mútuas sejam articuladas em torno da educação de qualidade e oportunizadas a todos.

Art. 2º Orienta a normativa para educação básica que dispõe sobre a formação dos profissionais da educação:

a) Apresenta as normas de funcionamento do aperfeiçoamento dos profissionais da educação: apoio administrativo educacional, técnico administrativo educacional e técnico de desenvolvimento infantil, conforme **anexo I**.

b) Apresenta as diretrizes para a elaboração e a execução do Projeto de Formação Docente Sala de Educador nas escolas da rede municipal de ensino em 2017 conforme documento em **anexo II**.

c) A Formação dos docentes das escolas do campo com gestão centralizadas na SME seguirá as diretrizes de **execução** do Anexo II, sendo sua elaboração um subprojeto da Gestão Pedagógica da SME contendo (justificativa breve, Cronograma do grupo, temáticas especificas, tendo base os instrumentos em anexo) os encontros formativos serão organizados de acordos com as especificidades das escolas do campo e mediados pelos coordenadores pedagógicos destinados a este atendimento na Secretaria.

Art. 3º Os casos omissos deverão ser solucionados em primeira deverão ser encaminhados ao Setor Administrativo da SME para conhecimento, análise e parecer.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, salvo alterações de lei, revogadas as disposições em contrário.

Juara-MT, 27 de Abril de 2017.

_____

Isac Pintor

Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (NUTRIÇÃO E INFRAESTRUTURA), TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL CENTRALIZADOS NA SME /2017.

A política formativa de aperfeiçoamento dos profissionais da educação: apoio administrativo educacional (nutrição e infraestrutura), técnico de desenvolvimento infantil e técnico administrativo educacional será realizada de forma diferenciada, em grande grupo, por meio de seminários, encontros formativos e/ou incluindo programas federais em vigência, no contra turno dos horários de trabalho, organizada de forma articulada pelos setores destinados na SME, de acordo com as leis vigentes. Contudo, estes estudos nos grupos percorrerão o ciclo: pesquisa/ação, planejamento, aplicação na prática e apresentação dos resultados nos encontros formativos.

As temáticas de estudo terão como ponto de partida o diagnóstico das necessidades formativas identificadas por meio de instrumentos (PPP, questionários, rodas de diálogos, autoavaliação da prática profissional entre outros) realizadas pelos gestores da escola e da SME em conjunto. A elaboração será como um subprojeto da Gestão Pedagógica da SME contendo (justificativa breve, Cronograma do grupo, temáticas especificas, tendo base os instrumentos de coleta de dados).

Receberão certificados por participação nos estudos de aperfeiçoamento profissional aqueles profissionais que tiverem 75% de frequência, salvaguardados os casos previstos em Lei. Estes certificados serão utilizados nos critérios do processo de atribuição de jornada de trabalho, no item Qualificação Profissional Complementar da Ficha de Contagem de Pontos.

ANEXO II

PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA/2017

INTRODUÇÃO

Este Orientativo dispõe sobre a formação docente na escola. Em sua organização, os tópicos expõem concepções de formação que fundamentam a ação formativa desencadeada pelo projeto; argumentos que buscam sustentar o porquê da formação docente centrada na escola; a formação como direito e como necessidade, exposta com a finalidade de que tal compreensão, por parte dos professores reflita na valorização desse tempo/espaço e, ainda, os procedimentos para a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola.

As abordagens dos assuntos em cada tópico dessa estruturação estão relacionadas ao foco estabelecido pela Secretaria de Municipal de Educação, para o desenvolvimento da formação docente nas escolas da rede pública de ensino em 2017.

O enfoque da formação docente na escola toma por referência programas federais de formação realizados, em andamento ou a ser iniciado, levando se em consideração a politica de formação e aperfeiçoamento atendendo as metas do PNE/PEE e PME e as ações pactuadas no Decreto 6.094 de abril de 2007. Em comum, esses programas se caracterizam por centrar a formação na constante articulação entre teoria e prática com base nas necessidades levantadas a partir do diagnóstico da situação de aprendizagem dos alunos.

Diante disso, nas orientações deste documento, procuraremos enfatizar como essa articulação se dá na formação docente na escola e que resultados ela pode trazer para a melhoria do ensino, com impactos sobre as aprendizagens.

A FORMAÇÃO CONTÍNUA E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOCENTE

A concepção de formação docente deste Orientativo está fundamentada em Oliveira-Formosinho (2009), em produção que apresenta uma revisão de literatura sobre o “desenvolvimento profissional dos professores na sua natural ligação à formação contínua”. (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2009, p. 221).

Nesse levantamento, a autora considera que ambas as expressões (desenvolvimento profissional e formação contínua) são perspectivas diferentes da educação permanente dos docentes. Desse modo, para alguns autores pesquisados por Oliveira-Formosinho (2009, p. 225), a formação contínua é:

Um processo mais informativo, sem grande atenção às necessidades individuais (Heideman, 1990, cit. em Gordon e Nicely, 1998), um processo que envolve experiências de aprendizagem limitadas (Glickman e Bey, 1990), que tem conotações compensatórias e não se refere a um processo evolutivo (Daresch, 1989, cit. em Gordon e Nicely, 1998).

Entretanto, Oliveira-Formosinho (2009, p. 263) salienta que as tendências atuais mostram a preocupação da formação contínua centrada na escola e nos professores. Isso, a tem aproximado das preocupações do desenvolvimento profissional, definido por ela como:

Um processo contínuo de melhoria das práticas docentes, centrado no professor, ou num grupo de professores em interação, incluindo momentos formais e não formais, com a preocupação de promover mudanças educativas em benefício dos alunos, das famílias e das comunidades. Esta definição pressupõe que a grande finalidade dos processos de desenvolvimento profissional não é só o enriquecimento pessoal, mas também o benefício dos alunos. Pressupõe a procura de conhecimento profissional prático sobre a questão central da relação entre aprendizagem profissional do professor e aprendizagem dos seus alunos, centrando-se no contexto profissional (OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2009, p. 226).

A fim de reforçar e ampliar os aspectos que têm aproximado a formação contínua e o desenvolvimento profissional, a autora cita Nóvoa (1991), quando apresenta práticas daquela que podem ser vistas como princípios deste. Dentre elas, destacamos esta: “a formação contínua deve alicerçar-se numa ‘reflexão na prática e sobre a prática’, através de dinâmicas de investigação-ação e de investigação formação, valorizando os saberes de que os professores são portadores” (NÓVOA, 1991, apud OLIVEIRA-FORMOSINHO, 2009, p.264).

Justificamos o destaque dessa prática, em detrimento das demais elencadas por Nóvoa, porque ela menciona a formação contínua baseada na reflexão na e sobre a ação docente. De igual modo, vamos encontrar em autores como Marcelo (1999) e Day (2001) essa mesma menção quando tratam do desenvolvimento profissional.

Além disso, a prática de formação contínua destacada de Nóvoa cita a investigação-ação como o seu método. A esse propósito, autores como Franco (2005), em artigo intitulado Pedagogia da Pesquisa-Ação parece não distinguir pesquisa-ação de investigação-ação. Por outro lado, Tripp

(2005, p. 446) entende que a pesquisa-ação está “entre alguns dos diversos desenvolvimentos do processo básico de investigação- ação". Portanto, pelo que trazem esses dois autores, não há como dissociar um termo do outro. Em função disso, focaremos no processo que eles instauram quando aplicados à ação de ensinar, da qual fazem parte as práticas de formação contínua e desenvolvimento profissional. Para isso, tomaremos por referência Abdalla (2006).

Na produção em que trata da pesquisa-ação na análise do trabalho docente, essa autora cita Desroche, o qual destaca três aspectos da pesquisa-ação: “1.º a pesquisa-ação sobre atores sociais, suas ações, transações e interações, objetivando a explicação; 2.º a pesquisa para dotar de uma prática racional as práticas espontâneas, destacando a finalidade da aplicação; e 3.º a pesquisa por, ou melhor, pela ação, isto é, assumida por seus próprios atores, que tem por meta a implicação” (DESROCHE, 1990, p. 98 apud ABDALLA, 2006, p. 3).

Em síntese, Desroche estaria caracterizando a pesquisa-ação como método, no qual, o docente pesquisa sobre o sujeito (estudante), para o qual planeja e executa a sua ação (o ensino). Nesse processo, indagaria: Quem é esse sujeito? Quais os seus interesses de aprendizagens? Quais as suas necessidades de aprendizagens? Como esse sujeito aprende? Que procedimentos metodológicos seriam mais apropriados para promoverem as aprendizagens desse sujeito?

No segundo aspecto da pesquisa-ação em Derosche, o docente racionaliza sobre a sua ação (o ensino) e se indaga quanto à finalidade de sua ação: Para que está ensinando? O que está ensinando? O que ensina está articulado a que perspectivas teóricas e metodológicas? Essas perspectivas teóricas e metodológicas de que faz uso para o ensino, articulam-se com as orientações oficiais (Orientações e Parâmetros Curriculares) do saber científico que ministra? É necessário articular? Por quê? Que necessidades têm de aprender para ensinar?

No terceiro aspecto, o ensino é assumido como ação compartilhada entre docentes e discentes. As percepções dos estudantes sobre o ensino e os saberes de que são portadores têm relevância e são levados em consideração no processo.

Diante desses pontos de conexões entre a formação contínua e o desenvolvimento profissional, ambas as perspectivas de educação permanente dos docentes são assumidas, neste documento, como concepções que fundamentam as orientações para a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente nas escolas da rede pública de ensino de Mato Grosso para 2017.

A SME enxerga que as articulações entre os princípios aproximados da formação contínua e do desenvolvimento profissional possibilitam ao docente uma educação permanente, que se reflete na sua ação de ensinar para promover aprendizagens.

POR QUE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA?

Poderá parecer desnecessária para alguns, ou para muitos, essa indagação, considerando que, desde 2003, com o Projeto Sala de Professor, os docentes da rede pública de ensino já têm essa formação institucionalizada na escola. Entretanto, pareceu-nos pertinente discutirmos tal questão neste Orientativo.

Essa pergunta encontra em vários autores argumentos para a sua defesa. Para Marcelo (1999, p. 171), a formação docente deve acontecer na escola porque ela é o “lugar onde surgem e se podem resolver a maior parte dos problemas do ensino”.

Por sua vez, Candau (1996, p. 142-143) enfatiza que a escola é o local privilegiado para a formação docente, porque é nesse cotidiano que o professor “aprende, desaprende, reestrutura o aprendido, faz descobertas e [...] vai aprimorando a sua formação”, no entanto, enfatiza que não é “o simples fato de estar na escola e de desenvolver uma prática concreta que garante a presença das condições mobilizadoras de um processo formativo”.

Nesse sentido, Marcelo (1999, p. 172) aponta que para assegurar o êxito da formação docente na escola é necessária “liderança por parte de pessoas (diretor, [coordenador pedagógico], professores) ”. Em Mato Grosso, desde 1997, quando foram criados os três primeiros Centros de Formação de Professores (Cefapros), como foram denominados a princípio, a formação docente na escola pôde contar com mais um agente: o professor formador.

No projeto de formação docente na escola, esse profissional tem atribuições (que serão oportunamente apresentadas neste Orientativo) que devem ser desempenhadas na perspectiva do que Day (2001) caracteriza como “amizades críticas”. Conforme o autor, elas,

[...] baseiam-se em parcerias práticas, nas quais se entra voluntariamente [na relação escolas/ SME /Cefapro, essa parceria é institucionalizada], pressupõem uma relação entre iguais [os professores formadores também são docentes da educação básica] e têm origem numa tarefa comum resultante de uma preocupação partilhada. O papel de um amigo crítico é o de proporcionar apoio e questionar as situações numa relação de confiança. [...] O amigo crítico possui conhecimentos, experiências e competências que são complementares (DAY, 2001, p. 79-80).

Nem sempre, entretanto, a formação docente na escola foi coordenada pelos seus próprios professores. Imbernón (2009, p. 78-79) considera que o deslocamento da formação feita por especialistas para a formação feita pelos professores da escola, na escola, possibilitou-lhes sair da condição de “objetos a sujeitos da formação”.

Antes que isso acontecesse, Candau (1996, p. 147) escreve qual era, “em geral”, o olhar dos ‘especialistas’ sobre os professores nos chamados cursos de reciclagem. São palavras da autora:

Em geral, nós, professores universitários, temos bastante resistência em reconhecer e valorizar o saber do professor e fazer esse saber interagir com o saber acadêmico. Nos cursos de reciclagem oferecidos pela universidade, os professores muitas vezes são tratados como se não tivessem um saber, têm que partir do zero, como se não tivessem ao longo de sua profissão construído um saber, principalmente um saber da experiência, que tem que entrar em confronto e interlocução com os saberes academicamente produzidos.

Respaldando-se em Tardif, Lessard e Lahaye (1991), Candau (1996, p. 145-146) registra que o saber docente é “plural” por ser “constituído dos saberes das disciplinas, dos saberes curriculares, dos saberes da experiência”; é “estratégico” pelo fato de os professores ocuparem “posição especialmente significativa no interior das relações complexas que unem as sociedades contemporâneas aos saberes que elas produzem e mobilizam com diversos fins” e é também “desvalorizado”, uma vez que, “mesmo ocupando uma posição estratégica no interior dos saberes sociais, o corpo docente não é valorizado frente aos saberes que possui e transmite”.

Para essa autora, é fundamental as práticas de formação docente valorizar os saberes da experiência do professor, tendo em vista que é a partir deles que os professores dialogam com as disciplinas e os saberes curriculares. Por meio dele, “os professores julgam a formação que adquiriram, a pertinência ou o realismo dos planos e das reformas que lhes são propostas e concebem os modelos de excelência profissional” (ibidem, p. 146).

Acerca desse professor que se posiciona, sendo o profissional do ensino que reconhece o seu direito e a sua necessidade de aprendizagem e, portanto, conforme o dizer de Imbernón (2009, p. 79), articula-se em prol de uma “identidade colaborativa, não de processos competitivos”, outro autor, Marcelo (1999, p. 205) escreve: O modelo de professor que defendemos é o de um profissional que é capaz de ‘dar razões’, de justificar a sua própria prática, não apenas de um ponto de vista técnico ou procedimental, mas analisando os valores subjacentes ao seu ensino.

Esse professor, sujeito da formação, enxerga no projeto de formação docente na escola uma oportunidade de indagar com os pares, o ensino que promovem, de pesquisar com os pares para evidenciar dificuldades de aprendizagem dos alunos, causas dessas dificuldades e estratégias para lidar com elas. Os pares são os colegas imediatamente próximos da mesma escola, de outras escolas, da SME, do Cefapro e das universidades. Todos os professores que, em comum, têm o ensino como ofício e a constante necessidade de estudar, pesquisar e intervir para educar.

A FORMAÇÃO DOCENTE COMO DIREITO E COMO NECESSIDADE

A formação docente é um direito. Sua oferta pelos sistemas de ensino, redes e instituições educativas encontra-se oficialmente regulamentada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB - Lei n.º 9.394/96, Art. 61, Inciso I; Art. 67, Incisos II e V; Art. 87, § 3) e, mais recentemente, na Resolução n.º 02/2015 que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada (Capítulo I, Art. 1.º, § 1.º; Capítulo VII, Art. 19), dentre outros.

A formação docente é também uma necessidade. Nesse caso, ela é entendida como processo de desenvolvimento dos profissionais da educação, o qual acontece, principalmente, em seu contexto de trabalho **a escola**. É nela que eles constroem novos conhecimentos e práticas, a partir do que já possuem e sabem. Desse modo, vão desenvolvendo continuamente na sua profissionalização, a fim de dar conta dos desafios com que são defrontados ao longo de sua trajetória profissional.

O desenvolvimento do projeto de formação docente na escola pressupõe essa compreensão por parte dos professores. Além disso, ele também pressupõe as condições necessárias para viabilizá-lo, como: provisão de tempo, espaço adequado, referências apropriadas, enfim, a preocupação com a gestão de todos os elementos implicados nas etapas de sua realização.

São etapas do processo de formação docente na escola, desencadeado por meio de ações desenvolvidas na elaboração e no desenvolvimento do projeto:

1.ª etapa – Estudo relacionado ao que estamos ensinando aos alunos, quais os direitos e como estão sendo trabalhado;

2.ª etapa - a construção do diagnóstico de necessidades formativas, com base nas necessidades de aprendizagens dos educandos, que apontará para as temáticas e das referências de estudo;

3.ª etapa – analise das temáticas elencadas;

4.ª etapa - a apropriação do aprendizado adquirido com o estudo das temáticas no plano de ensino a ser aplicado em aula;

5.ª etapa - a socialização de como se deu essa apropriação de aprendizado adquirido com o estudo das temáticas no plano de ensino;

6.ª etapa - a socialização dos resultados obtidos com a aplicação do plano de ensino;

7ª etapa - a avaliação do processo de formação, desencadeado pelo desenvolvimento das ações, que foram iniciadas, a partir do estudo de cada temática apontada como necessidade formativa no diagnóstico.

É possível observar nesse movimento provocado pelo desenvolvimento de ações englobadas no processo de formação, que a ação da primeira etapa está na fase de elaboração do projeto, sendo o seu ponto de partida. A realização das demais ações do processo de formação docente na escola estão no desenvolvimento do projeto já elaborado.

Nesse movimento de cumprir as etapas envolvidas no processo de formação, o docente observa a articulação entre as ações formativas e a regência do ensino. Elas não são práticas descoladas. Estão em interação, cada uma a seu tempo e com interlocutores específicos, buscando alcançar o objetivo de relacionar a teoria e a prática em prol do ensino e das aprendizagens.

Portanto, na formação docente na escola, saibamos usufruir de nosso direito e articularmos para lidar com as dificuldades da profissão.

PROCEDIMENTOS PARA A ELABORAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

Os procedimentos apresentados neste tópico são orientações que visam bem mais do que expor etapas de realização do projeto de formação docente na escola. Eles pretendem mostrar, por meio da operacionalização da ação, como perspectivas teóricas e metodológicas mencionadas em tópicos anteriores se materializam na prática, fundamentando-a, com finalidades claras.

OS AGENTES DA FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

A elaboração do projeto de formação docente na escola deve envolver todos os professores: aqueles que estão em regência e aqueles que se encontram desempenhando funções administrativas na direção e na coordenação pedagógica da escola.

Legalmente, a responsabilidade de desencadear o processo de formação contínua e desenvolvimento profissional na escola é do **coordenador pedagógico**. De acordo com a Lei Complementar 2.052/2009, artigo 3.º, a coordenação da formação docente é uma de suas atribuições. Acerca disso, ainda, Domingues (2016, p. 127) cita Libâneo (2003, p. 183) quando trata das atribuições da função da coordenação pedagógica, registrando que é *"Propor e coordenar atividades de formação continuada e desenvolvimento profissional dos professores"*.

Assim, considerando a necessidade de envolvimento de todos os docentes no projeto de formação docente na escola e a responsabilidade do coordenador pedagógico de desencadear a organização de sua elaboração e desenvolvimento, a SME juntamente com SEDUC/MT visando a Politica de Formação dos Profissionais da Educação estabelece como atribuições:

DO COORDENADOR PEDAGÓGICO DA ESCOLA

ü Ler atentamente o Orientativo para a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola;

ü Estabelecer, coletivamente, o dia e a hora de execução do projeto de formação docente na escola;

ü Zelar pelo cumprimento da carga horária estabelecida para o projeto;

ü Elaborar com os demais docentes o projeto de formação docente na escola, em todas as suas etapas;

ü Coordenar o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola, conforme a organização estabelecida pela escola e cronograma previsto no projeto;

ü Manter organizados os arquivos de registros da formação, tais como: lista de presença, atas, relatórios etc;

ü Intermediar as dificuldades de ordem teórico-práticas dos docentes com o SME, solicitando orientações.

DO DIRETOR DA ESCOLA

ü Ler atentamente o Orientativo para a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola;

ü Participar com os demais docentes da definição do dia e da hora de execução do projeto de formação docente na escola;

ü Participar da elaboração do projeto de formação docente na escola, em todas as suas etapas;

ü Colaborar com o coordenador pedagógico quanto ao zelo pelo cumprimento da carga horária estabelecida para o projeto;

ü Participar do projeto de formação docente na escola, conforme a organização estabelecida pela escola e cronograma previsto no projeto;

ü Garantir espaço e condições necessários para o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola.

DOS DOCENTES NA ESCOLA

ü Ler atentamente o Orientativo para a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola;

ü Participar da definição do dia e da hora de execução do projeto de formação docente na escola;

ü Participar da elaboração do projeto de formação docente na escola, em todas as suas etapas;

ü Participar do projeto de formação docente na escola, conforme a organização estabelecida pela escola e cronograma previsto no projeto;

ü Fazer registros dos estudos feitos em formação, do uso dos referenciais desses estudos nos instrumentos de planejamento do ensino, dos resultados obtidos com a execução desse planejamento em sala de aula, das observações coletivas por ocasião da socialização de práticas de ensino;

ü Socializar e avaliar experiências de ensino nos encontros formativos, a partir dos registros feitos.

O PONTO DE PARTIDA DA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA: A CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

A elaboração do diagnóstico de necessidades formativas dos docentes deve partir da análise dos **instrumentos de planejamento** elaborados pela escola para a sua execução. Podemos destacar dois instrumentos macro de planejamento, que são: o Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Plano de Formação e Aperfeiçoamento na Escola/Projeto de Formação.

Também devem ser utilizados para levantamento de necessidades formativas dos docentes **os planos de ensino e as avaliações internas (relatórios entres outros) e externas**. A análise de resultados de avaliações fornece ao docente informações, para que ele possa subsidiar a **formulação e a reformulação de práticas de ensino**. Com isso, enquanto formula e reformula, vai levantando o que precisa estudar para melhor ensinar.

Neste tópico, vamos expor exemplos de como proceder na análise de alguns aspectos desses instrumentos para levantamento de necessidades formativas.

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADE FORMATIVA A PARTIR DE ANÁLISE DO MARCO SITUACIONAL DO PPP

No marco situacional do PPP, como o próprio nome já diz, a escola deve situar-se, ou seja, expor a sua identidade:

ü É urbana?

ü Do campo?

ü Que aspectos caracterizam predominantemente seus estudantes?

ü E a família desses estudantes?

ü E a comunidade que essa escola atende?

ü Quais os principais desafios enfrentados por essa escola para atender às necessidades de aprendizagens desses estudantes?

ü Há a necessidade de fortalecimento da identidade dessa escola para atender às necessidades dos estudantes?

Se, para a última questão, há um consenso da necessidade de fortalecer a identidade da escola, seus docentes já possuem aí uma demanda formativa de interesse coletivo, que deve concretizar-se em temática de estudo em formação na escola.

O estudo de temáticas que visam ao fortalecimento da identidade escolar não está descolado dos processos de ensino e aprendizagem. Por exemplo, as características de escolas do campo, são determinantes para a proposta curricular que elas desenvolvem.

Diante disso, cabe aos docentes investigar que necessidades eles têm de aperfeiçoamento para construir essa proposta. Havendo o reconhecimento da necessidade de fazer a formação nesse foco e para esse fim, delimitar as temáticas que deverão ser estudadas coletivamente para essa construção.

Além de o conhecimento adquirido em formação estar exposto na proposta curricular, deve ser trazido para o **plano de ensino dos docentes** e também para a aplicação em sala de aula. Antes, durante e após o desenvolvimento desse plano de ensino com os estudantes, o docente tem a preocupação de fazer os registros da análise e avaliação dos impactos que a execução desse plano de ensino provocou nas aprendizagens dos discentes.

Esses registros do que aconteceu durante a regência são compartilhados com os pares em formação, como troca de experiências de ensino que possibilitam novas análises para a sequência do **planejamento de ensino, ou para o replanejamento**.

Importante observarmos nesse processo que, a partir do levantamento de uma necessidade formativa, por meio da análise de um aspecto do instrumento de planejamento macro da escola, foi desenhada toda a sequência de procedimentos para a articulação entre a teoria e a prática. Essa articulação deve sustentar a formação docente na escola, para que ela seja significativa, porque promove aprendizagens.

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADE FORMATIVA A PARTIR DA ANÁLISE: “DIMENSÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÕES” DO MARCO OPERATIVO DO PPP

No Marco Operativo do PPP, encontram-se os registros da elaboração coletiva de como a escola deseja que os tópicos de cada dimensão sejam desenvolvidos por ela. É uma exposição de desejo que implica em opções teóricas e metodológicas para o ensino que ela pretende promover.

Em nossa exemplificação de como levantar necessidade formativa, a partir da análise dessa dimensão do Marco Operativo do PPP, vamos focar nas avaliações, especificamente na avaliação interna.

Para expor como deseja avaliar, a escola precisa definir a finalidade de avaliar e também funções da avaliação, de modo que esteja claro para os docentes o para quê está avaliando e que uso faz dos resultados dessas avaliações. Essas definições requerem conhecimento de concepções, por isso, na análise da elaboração coletiva desse subtópico do PPP, deve ser observado se tais concepções aparecem e como aparecem.

Se, na análise dos registros do PPP, essas definições acerca da avaliação interna não foram encontradas, ou há uma escrita equivocada em termos conceituais, ou, ainda, a escrita não está equivocada em termos conceituais, mas ainda não houve apropriação coletiva dos conceitos, de modo que o prescrito no documento se efetive na prática dos professores; então, é o momento de o grupo definir se ele tem uma demanda formativa a ser transformada em temática de estudo em formação.

No processo de reconhecimento dessa necessidade formativa, os docentes devem se perguntar se conhecer finalidade e funções da avaliação é determinante para a qualidade do ensino que se quer promover, se essa definição auxilia na delimitação dos conteúdos a serem trabalhados, para que os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem propostos para a turma, se essa definição contribui para a escolha dos procedimentos metodológicos empregados para desenvolver os conteúdos a serem trabalhados, para que os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem propostos para a turma e, finalmente, se essa definição é determinante para a escolha dos instrumentos e dos critérios avaliativos a serem utilizados para avaliar os conteúdos a serem trabalhados, para que os alunos alcancem os objetivos de aprendizagem propostos para a turma.

Por fim, se a definição for assumida como necessidade de formação pelos docentes, então ela é transformada em temática de estudo, que vai para o cronograma da formação docente na escola, passando por todo o processo de articulação da teoria com a prática, conforme descrito no subtópico anterior.

Aproveitar-nos-emos desse exemplo de levantamento de necessidade formativa para procurar mostrar, por meio de outro exemplo, como poderá ser feita a apropriação do conhecimento adquirido com o estudo dessa temática (finalidade e funções da avaliação) no plano de ensino de uma disciplina. Nesse caso, a Língua Portuguesa (LP).

Suporemos que determinada escola, em seu projeto de formação docente na escola, escolheu como uma de suas temáticas de estudo: finalidade e funções da avaliação interna, a ser estudada com base nas Partes I e II, do Capítulo II, da tese de doutorado, intitulada Avaliação para a aprendizagem: a articulação entre ensino, aprendizagem e avaliação, de Carvalho (2013).

Após o estudo coletivo, uma vez que for pactuado pelo grupo de docentes que, os conceitos expostos por Carvalho (2013), serão assumidos como proposta avaliativa da escola no PPP, então os docentes das disciplinas irão discutir como essa proposta avaliativa estará no plano de ensino que executa.

No caso da Língua Portuguesa, escolhido para a nossa exemplificação, os docentes não irão apenas escrever, no tópico Avaliação, do plano de ensino, que farão uso da avaliação formativa (um dos conceitos discutidos por Carvalho) para avaliar os conteúdos ensinados.

Cada docente tomará, num primeiro momento, determinado conteúdo, a ser ensinado para determinada turma e construirão todo o processo de ensino desse conteúdo. Nesse processo, são considerados: os objetivos de aprendizagem a que esse conteúdo está relacionado, o conteúdo desse ensino (no caso de LP, o conteúdo é o gênero de texto/discurso que favorecerá o ensino para alcançar o objetivo de aprendizagem proposto), os procedimentos metodológicos que favorecerão o ensino para alcançar o objetivo de aprendizagem proposto.

Caso o docente de LP, tenha escolhido a sequência didática como procedimento metodológico para trabalhar o conteúdo com a sua turma, já encontrará nele os meios propícios para fazer uso da avaliação formativa. Isso porque, no desenvolvimento da sequência didática, serão utilizados diferentes instrumentos avaliativos para verificar como os estudantes estão se apropriando do(s) aspecto(s) avaliado(s) desse conteúdo em ensino.

Conforme o professor vai observando o desempenho dos alunos, por meio dos resultados obtidos nos instrumentos avaliativos utilizados, também vai identificando quais conhecimentos e quais capacidades o estudante construiu satisfatoriamente e quais ele precisa construir. Então, a intervenção já vai sendo pensada e planejada para acontecer no processo do ensino. Nesse aspecto, o ensino por sequência didática também favorece a intervenção.

No momento em que está discutindo e procurando trazer o aprendizado adquirido com o estudo da temática, os docentes de LP poderão identificar necessidades formativas específicas da disciplina. Um exemplo deste exemplo poderá ser a própria sequência didática. Isso abre então a possibilidade de torná-la temática específica de estudo para os docentes de LP, sendo para eles um pré-requisito de conhecimento para poderem melhor se apropriar do conceito de avaliação formativa em seu plano de ensino.

Depois de exercitarem a apropriação de conceitos de estudo da temática: finalidades e funções da **avaliação interna, no plano de ensino,** a partir de determinado conteúdo, para determinada turma de cada docente; parte-se para a socialização de como foi feita essa apropriação.

Tendo compreendido e reconhecido que o estudo e a apropriação do conhecimento dessa temática contribuem para a melhoria do ensino e para promover as aprendizagens, os docentes assumem finalidade e funções da avaliação discutidas por Carvalho (2013), nos planos de ensino de todas as turmas com as quais trabalha, porque é essa a proposta avaliativa da escola. Lembrando que cada etapa da educação possui suas especificidades, os docentes devem observar as particularidades.

LEVANTAMENTO DE NECESSIDADE FORMATIVA A PARTIR DE ANÁLISE DE AVALIAÇÕES EXTERNAS

Os resultados fornecidos pelas avaliações externas objetivam, principalmente, fornecer aos sistemas de ensino das esferas municipal, estadual e federal informações que subsidiem a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas educacionais.

As escolas, no entanto, devem se utilizar delas, primeiramente, para conhecer como se estrutura um Sistema de Avaliação, procurando saber: quais são as avaliações desencadeadas por ele, para quais estudantes da educação básica, para avaliar desempenho de estudantes em quais disciplinas, delimitando que conteúdos dessas disciplinas, a partir de que matriz de referência, utilizando-se de que escalas para determinar níveis de proficiência, realizadas de quanto em quanto tempo.

Para que a apropriação desse conhecimento seja assumida como necessidade formativa, é necessário que os docentes enxerguem nas avaliações externas um elemento que contribui para o seu ensino, indagando-se, por exemplo, com questões do tipo: Em que a discussão de uma matriz de referência com seus domínios, competências e descritores pode dialogar com o desenvolvimento do ensino por objetivos de aprendizagem? Em que a discussão sobre instrumentos avaliativos externos pode contribuir com a elaboração de instrumentos avaliativos internos?

Se, após a discussão sobre essas questões e outras que poderão ser elaboradas, houver a compreensão e o reconhecimento de que o estudo da avaliação externa é uma necessidade formativa, ela passa a ser temática de estudo em formação na escola. Com isso, entra no processo de articulação da teoria com a prática.

Outro aspecto a ser ressaltado nesse processo da articulação da teoria com a prática, é que a constante retomada do plano de ensino para a inserção e a aplicação em sala de aula do aprendizado em formação docente na escola, caracteriza um ensino de intervenção. A intervenção é parte dos registros do planejamento de um ensino, no qual a racionalização sobre a prática, com destaque sobre a sua finalidade, é permanentemente objeto de reflexão.

Por fim, enfatizamos que nosso objetivo com esses **exemplos** dos foi fornecer alguns indicativos de como se constrói um diagnóstico de necessidades formativas, a partir da análise de partes do PPP e de avaliações externas. No projeto de formação docente na escola, esse Diagnóstico aparece na Introdução de forma sucinta/ na Justificativa de forma contextualizada conforme instrumento anexo.

AS TEMÁTICAS E OS REFERENCIAIS DE ESTUDO

Com a construção do Diagnóstico de necessidades formativas, os docentes já terão as temáticas de estudo definidas, com autoridade para justificar tais escolhas. Assim, poderão passar a outra definição, que são as escolhas dos referenciais de estudo para as temáticas. Nessa definição dos referenciais, é importante que os docentes procurem determinar o campo teórico, no qual está inscrito o material de referência e como isso dialoga com as tendências contemporâneas do ensino.

Nesse exercício de procurar determinar o campo teórico do material de referência e o seu diálogo com as tendências contemporâneas do ensino, os docentes já vão elaborando um outro tópico de seu projeto de formação docente na escola, que é o referencial teórico.

O GRUPO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA E OS AGRUPAMENTOS

Em sua sequência, o desenvolvimento das ações do projeto de formação docente na escola determina formas de organização dos professores para a formação. Adiante, vamos retomar quais seriam essas ações, de modo que estejam claras as formas de organização.

São ações do projeto de formação docente na escola:

1.ª ação - o estudo das temáticas;

2.ª ação - a discussão, nos agrupamentos, quanto à apropriação do aprendizado da temática para a incorporação no plano de ensino;

3.ª ação - a socialização de como se deu a apropriação do aprendizado no plano de ensino docente;

4.ª ação - a socialização dos resultados obtidos com a aplicação do plano de ensino em sala de aula e a avaliação do processo de formação desenvolvido, a partir da temática escolhida para estudo, com elaboração de registro coletivo.

Na primeira ação da sequência, há um único grupo de docentes discutindo a temática em formação na escola. Na segunda ação, esse grupo se subdivide em agrupamentos, **por etapa, turma, anos e/ou disciplina**, para discutir e definir, no plano de ensino, como será feita a apropriação do conhecimento assimilado em estudo coletivo.

São criados, desse modo, os agrupamentos de formação, a partir desse único grupo de docentes. Nesse momento, os agrupamentos poderão se utilizar de referências suplementares específicas da **etapa, das turmas, anos e/ou disciplina** para subsidiar a incorporação da temática no plano de ensino.

Sobre os agrupamentos, a nossa orientação é para que sejam organizados de acordo com as necessidades levantadas pela escolas sendo possível por etapa, turmas, anos, ciclo de alfabetização e por disciplina, porque isso irá possibilitar a discussão específica do saber de cada grupo por seus especialistas, tão necessária à formação docente na escola, na qual a perspectiva é a articulação entre teoria e prática.

Sabemos, contudo, que, seguida essa orientação, **haverá agrupamento** constituído de um só docente (considerando a temática necessária). Sabemos também que haverá necessidade de agrupamentos por ano, ciclo de alfabetização (1º ao 3ºano), há escolas nas quais os professores planejam e desenvolvem o ensino, por disciplina focando na (Língua Portuguesa e Matemática) ou integrando as disciplinas das áreas do conhecimento, ou até entre disciplinas de diferentes áreas (educação do campo). Para isso, não podem perder de vista a tarefa de trazer o aprendizado do estudo da temática para o planejamento do ensino que desenvolvem diretamente com os alunos.

Na sequência, todas as demais ações desenvolvidas no projeto de formação docente na escola são feitas em grupo. Importante ressaltar que essa sequência de ações desenvolvidas em formação, irá se repetir em cada temática que compuser o cronograma do projeto de formação docente na escola.

Ao elaborar o **cronograma,** os docentes deverão distribuir o tempo da carga horária do projeto, que é de 80h, nas sequências de ações desenvolvidas em cada temática, procurando garantir 30h de formação no primeiro semestre letivo e 50 h de formação no segundo semestre letivo. A carga horária **semanal de formação docente** a ser cumprida é de 3h, ressaltamos que nem sempre será especificas de estudos gerais, contudo, também de estudos nos grupos, pesquisa/ação, planejamento, aplicação na prática e apresentação dos resultados nos encontros de formação.

O CRONOGRAMA DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

No quadro seguinte, apresentamos um exemplo do que deve conter no cronograma do projeto de formação docente na escola.

Temática 1:			
Referência(s):			
Datas	Ações do projeto de formação docente na escola	Carga horária	Mediação
	Estudo d Estudo da temática no grupo		
	Discussão, nos agrupamentos, quanto a como será feita a apropriação do aprendizado da temática no plano de ensino (aula)		
	Socialização, no grupo, da apropriação do aprendizado da temática no plano de ensino.		
	Socialização, no grupo, dos resultados obtidos com a aplicação do plano de ensino em sala de aula		
	Avaliação do processo de formação desenvolvido a partir da temática, com elaboração de registro coletivo		
Temática 2:			
Referência (s)			
Segue o item anterior			

A avaliação do processo de formação desenvolvido em cada semestre a partir das temáticas, com elaboração de registro coletivo, comporá um banco de dados da formação docente na escola, organizado pelo coordenador pedagógico. O Coordenador Pedagógico da escola deverá encaminhar uma cópia dessa avaliação para composição do banco de dados da SME, sobre a formação docente das escolas.

As avaliações do banco de dados servirão para que escolas e SME se utilizem de suas informações, para tomar decisões quanto a encaminhamentos para aprimorar o desenvolvimento da formação docente na escola, tendo em vista o alcance de seus objetivos.

Por outro lado, elas também se constituem em registro de desencadeamento de uma política pública de estado e do município, cujos procedimentos foram avaliados pelos seus usuários. São ainda objetos de pesquisa a serem analisados frente a resultados de indicadores avaliativos externos de proficiência, a fim de se verificar quais têm sido os seus impactos, nesse aspecto.

Além dos registros avaliativos elaborados pelos docentes, ao final do desenvolvimento das ações de cada temática, o banco de dados sobre a formação docente na escola deve conter as listas de presença dos encontros formativos, a avaliação final do projeto de formação docente na escola e outros instrumentos de registro da formação que tiverem sido utilizados pela unidade escolar.

Em relação à avaliação final do projeto de formação docente na escola, as escolas farão a síntese dos Temas estudados nas escolas encaminharão à SME para compor para o seu banco de dados da Gestão Pedagógica.

Neste Orientativo, não estamos definindo os critérios para as ações de socialização de apropriação do conhecimento adquirido, com o estudo das temáticas no plano de ensino e nem para a socialização dos resultados obtidos com o desenvolvimento do plano de ensino, a partir do conhecimento apropriado. Acreditamos que, no processo de formação docente na escola, as escolas irão descobrindo a melhor forma de fazê-las.

O que estamos definindo é que ambas as socializações aconteçam, porque elas promovem aprendizados entre os professores sobre o ensino que ministram e possibilitam trocas de experiências, nas quais se fortalecem uns aos outros.

DO ASSESSORAMENTO DA SME NA ELABORAÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

Nas escolas da rede os professores coordenadores da SME, na medida do possível, poderão atender em lócus nas unidades para auxiliar na elaboração do projeto.

Diante disso, outros meios (telefone, e-mail etc) poderão ser usados pela SME, para o assessoramento às escolas nas etapas de elaboração do projeto de formação. Esse assessoramento, seja presencial ou a distância, consiste, principalmente, em esclarecer procedimentos para que não haja comprometimento da articulação entre teoria e prática, proposta pelo desenvolvimento do projeto de formação docente na escola. Outra situação é que no dia do encontro formativo estabeleceremos em conjunto o prazo final de encaminhamento do projeto de formação que deverá ser, efetivamente, desenvolvido pelos docentes da e na escola.

O ACOMPANHAMENTO DO SME NO DESENVOLVIMENTO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA.

No planejamento dos encontros formativos para estudos das temáticas, quando for necessário os coordenadores pedagógicos da SME poderão

em conjunto com os coordenadores pedagógicos das escolas buscar no Cefapro e outros órgãos referências suplementares, com embasamento conceitual, com sugestões quanto as formas de abordagem das temáticas. Isso visa fortalecer os agentes de formação do município.

Ainda que, conforme previsto no cronograma do projeto, o coordenador pedagógico não seja o mediador de estudo de todas as temáticas, em sua rotina profissional, ele deve reservar tempo para dialogar e refletir com o "amigo crítico" (DAY, 2001, p. 79) institucionalizado, que é o coordenador pedagógico na SME, a fim de se aprimorar no desempenho dessa atribuição.

A relação de parceria entre escolas, SME e Cefapro deve ser fortalecida constantemente, por isso é fundamental que, no desenvolvimento do projeto de formação, os docentes envolvidos tenham clareza de suas atribuições e as procure desempenhar, de modo a construir um perfil profissional cada vez mais próximo daquele apresentado neste Orientativo, pela definição de autores citados.

A ESTRUTURA DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

O projeto de formação docente na escola deve apresentar os seguintes elementos estruturantes:

Folha de rosto - deve conter o cabeçalho (SME e escola), o título do projeto de formação docente na escola, local e data.

Tabela com identificação dos docentes que participam do projeto - deve conter o nome completo, formação e turmas leciona.

Introdução/Justificativa - deve conter breve apresentação da unidade escolar e justificar a elaboração do projeto de formação docente na escola, com base no diagnóstico das necessidades formativas docentes.

Objetivos:

Geral - deve trazer o que se pretende alcançar com o desenvolvimento do projeto como um todo.

Específicos - devem trazer o que se pretende alcançar com o desenvolvimento das ações em formação para cada **temática**.

Referencial teórico - deve trazer que conceitos e orientações estão sendo apropriados dos referenciais de cada temática de estudo e por que estão sendo utilizados.

Procedimentos metodológicos - devem trazer a perspectiva metodológica (a articulação entre teoria e prática) que orienta o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola e a descrição da dinâmica dessa articulação, conforme estabelecido no cronograma.

Cronograma - deve trazer as informações, conforme modelo de cronograma proposto neste Orientativo.

Referências - deve trazer as referências citadas no texto, em conformidade com as normas da ABNT.

A CERTIFICAÇÃO DO PROJETO DE FORMAÇÃO DOCENTE NA ESCOLA

Os certificados de participação no projeto de formação docente Sala do Educador na escola deverão ser confeccionados pela unidade escolar, assinados pelo diretor e secretário escolar e registrados na SME para efetivo chancelamento.

Receberão certificados por participação no projeto de formação docente na escola aqueles que tiverem 75% de frequência, salvaguardados os casos previstos em Lei. Os docentes não contemplados nas situações anteriormente descritas terão a carga horária cumprida no projeto (considerada como formação contínua), certificada pelo Conselho Deliberativo da Comunidade Escolar (CDCE).

O CALENDÁRIO DA FORMAÇÃO

O CALENDÁRIO DA FORMAÇÃO	
Datas	Atividades
Fevereiro e Abril	Alinhamento e instituição do Orientativo formação docente e do aperfeiçoamento dos profissionais da educação
Abril	Divulgação da Portaria sobre Orientativo da formação docente e do aperfeiçoamento dos profissionais da educação
Maio	Elaboração e execução dos projetos e subprojetos de formação
Maio	Escola envia o projeto a SME
1ª Semana de Dezembro	Término do projeto de formação e do aperfeiçoamento
Dezembro	Organização, Tabulação e Registro dos certificados

• De acordo com o Parecer n. 879/UAS/2012-AD 52, não é autorizada a realização da hora-atividade de **formação docente** na escola entre os horários das 11h às 13h.

• O projeto de formação de salas anexas de escolas do campo, será desenvolvido em consonância com a realidade local, e seu processo de elaboração será discutido e validado com a equipe e que irá ser analisado pela SME e emitido parecer de acordo com a coerência das especificidades apresentadas no projeto.

• Situações não contempladas neste Orientativo serão analisadas posteriormente pela SME, para as devidas providências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste Orientativo, a SME/SEDUC estabeleceu os procedimentos que deverão subsidiar a elaboração e o desenvolvimento do projeto de formação docente na escola, para este ano. Acerca deles, deverá haver a necessária compreensão, de modo a refletir sobre o posicionamento dos docentes frente à formação na escola.

O objetivo é que o entendimento e o acolhimento dos docentes diante do que encaminha este Orientativo permitam que avancemos no desenvolvimento dessa prática de formação contínua e desenvolvimento profissional. Para que tais concepções de educação permanente de professores se efetivem, é preciso que os impactos da formação não se esgotem ao término das ações sequenciais de cada temática, ou no encerramento letivo do projeto de formação na escola.

Seus procedimentos devem encaminhar para a construção coletiva da proposta pedagógica da escola, com fundamentações claras e cotidianamente fortalecidas, porque estão sendo assumidas por todos os docentes em seu plano de ensino.

Desse modo, não há propostas pedagógicas de docente A ou B na escola. Existem perspectivas teóricas, metodológicas, valores, princípios, objetivos e metas da escola, que estão expressas na proposta pedagógica da unidade escolar e que foram elaboradas, compreendidas e defendidas por todos os docentes.

A formação docente na escola faz parte desse plano global e também contribui para o seu fortalecimento, porque objetiva a melhoria do ensino, com impactos sobre as aprendizagens.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, M. de F. B. A pesquisa-ação na análise do trabalho docente. VI Seminário Redestrado - Regulação Educacional e Trabalho Docente, 06 e 07 de novembro de

2006, UERJ - Rio de Janeiro. Disponível e:

. Acesso em: 24/1/2017.

BRASIL. Lei nº 9394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional. Disponível em:

. Acesso em: 23.01.2017

BRASIL.Conselho Nacional de educação. Resolução nº2, de 1º de julho de 2015. Define

as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível Superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda

licenciatura) e para a formação continuada.

Disponível:http://pronacampo.mec.gov.br/images/pdf/res_cne_cp_02_03072015.pdf. Acesso em 31.01.2017

CANDAU, V. M. F. Formação de professores: tendências atuais. In: REALI, A. M.

M.R. et al. Formação de professores - tendências atuais. São Carlos: EDUFSCAR, 1996. p. 139-152.

CARVALHO, Rosenei Bairros de Freitas. Avaliação para a aprendizagem: a articulação entre ensino, aprendizagem e avaliação (Mato Grosso - Brasil). Tese de doutorado (Universidade de Lisboa - Instituto de Educação), 2013.

DAY, C. Desenvolvimento profissional de professores: Os desafios da aprendizagem permanente. Porto: Porto Editora. 2001

DESROCHE, Henri.Entreprendre d'apprendre:d' une

autobiographieraisonnéeauxprojets d'une recherche-action. Paris: EditionsOuvrières, 1990

DOMINGUES, I. O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola São Paulo, Cortez, 2014.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. A articulação entre pesquisa e formação: pressupostos metodológicos de um grupo de formação e pesquisa. In:Educação e Trabalho: representações sociais, competências e trajectórias profissionais, 2005,

Aveiro. Congresso Internacional: Educação e Trabalho. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2005. v. CDRom. p. 01-08.

IMBERNÓN, F. Formação permanente do professorado: novas tendências. São Paulo: Cortez, 2009.

LIBÂNEO, J.C. Que destino os educadores darão à pedagogia. In: PIMENTA, S.G. (Org.). Pedagogia: ciência da educação? São Paulo: Cortez, 1996. p. 107-134.

MARCELO, C. Formação de Professores para uma mudança educativa: Porto: Porto editora, 1999.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer. Portaria n322/2016/GS/SEDUC/MT de 23 de setembro de 2016. Altera o processo de

construção e execução do PEIP no ANEXO I e o cronograma de estudos e intervenção pedagógica estabelecido pela Portaria nº 161/2016/GS/SEDUC/MT. DO, MT.23 de

setembro de 2016.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação Esporte e Lazer. PORTARIA Nº

161 de 14 de abril de 2016. Institui o Projeto de Estudos e Intervenção Pedagógica (PEIP), o Projeto de Formação Contínua dos Profissionais Técnicos e Apoio Administrativos Educacionais (PROFTAAE) e cria o Núcleo de Desenvolvimento

Profissional na Escola (NDPE) e dá outras orientações. DO, MT.14 de abril de 2016.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Parecer n. 879/UAS/2012-AD 52, de 2 de julho de 2012.

MATO GROSSO. Lei complementar nº 206, de 29 de dezembro de 2004. Dispõe sobre alterações na Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998. DO, MT,29 de dez.2004.

NOVOA, A. Os professores: Em busca de uma autonomia perdida?In: Ciências da Educação em Portugal. Porto: SPCE,1991

OLIVEIRA-FORMOSINHO, J. Desenvolvimento profissional dos professores. In: FORMOSINHO. J. (coord.). Formação de Professores. Aprendizagem profissional e acção docente. Porto: Porto editora, 2009. p.221 -224.

TARDIF, M.; LESSARD, C. e LAHAYE, L. Os professores face ao saber: Esboço de uma problemática do saber docente. In: "Dossiê: Interpretando o trabalho docente". Teoria & Educação nº 4, Porto Alegre: Pannônica, 1991.p. 215-233.

TRIPP, D. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. Revista Educação e Pesquisa.

São Paulo, v. 31, p. 443-466, set. 2005. Disponível em:

. Acesso em: 28/01/2017

ANEXO III

QUADRO PARA COMPOR A JUSTIFICATIVA

Problemática	Evidências	Tema

ANEXO IV

ATIVIDADE – DE INVESTIGAÇÃO AÇÃO

Analise dos relatórios de avaliação das turmas : (+ ou – 1h)

Diagnóstico		Ações de Intervenção
Identificação da Situação Problema	**Explicação da situação problema**	
Quais problemas foram observados na análise realizada pelo grupo?	Descreva quais as ações para resolução das situações problemas.	Quais as necessidades de aprendizagem das turmas?

ANEXO V

CRONOGRAMA DO APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS CENTRALIZADOS NA SME

DATA	FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DOS GRUPOS	TEMÁTICAS DE ESTUDOS	CARGA HORÁRIA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 003/2017

EDITAL DE PUBLICAÇÃO N.º 003/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Juara - Estado de Mato Grosso, Senhor João Batista Rissotti, torna público que estão à disposição no mural da Câmara Municipal, a quem possa interessar, os Relatórios de **Gestão Fiscal do 1.º Quadrimestre/2017 RGF**, conforme preceitua o Artigo 48 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e Portaria 249/2010 do STN.

Juara-MT, 10 de Maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria nº 60/2016, de 05/04/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará no dia 23/05/2017, às 08:00 horas, no endereço, Avenida Quatro de Julho, 360, Centro, Juruena-MT, a reunião de recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação **Pregão Presencial SRP n° 027/2017, Processo Administrativo n° 037/2017**. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível gratuitamente no site www.pmjuruena.com.br. Maiores informações pelo telefone (66) 3553-1407 ou pelo email: licitacao@pmjuruena.com.br.

Objeto da Licitação: Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada no Fornecimento de Peças e Acessórios da Linha Mecânica e Elétrica, Originais de Primeira Linha, Independente de Marca e Categoria, para Manutenção Preventiva e Corretiva dos Veículos Operacionais Automóveis Leves, Utilitários, Caminhonete, Caminhões, Ônibus e Máquinas Pesadas da Frota Municipal, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias.

Juruena, 10 de maio de 2017.

NELSON COUTINHO DE MENEZES PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO Nº 001/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, exaradas no art.29, inciso IV da Lei Orgânica Municipal c/c o artigo 28, inciso XVI do Regimento Interno, faz saber que ele PROMULGA a presente RESOLUÇÃO.

Art. 1º. Fica instituído no Município de Lambari D'Oeste o Programa "Legislativo com o povo", visando o atendimento e a integração dos munícipes junto às ações do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º. Os objetivos e as normas reguladoras do Programa serão posteriormente editadas pela presidência desta casa, por meio de ato próprio.

Art. 3º. Os trabalhos da Câmara em sua Comunidade/Bairro serão organizados e dirigidos pelo Presidente do Poder Legislativo, e na sua eventual ausência pelo vereador por ele indicado.

Parágrafo único. As reuniões deverão ser realizadas em datas diferentes das Sessões Ordinárias da Câmara Municipal, conforme agendamento a ser programado pelo Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º. As reuniões terão caráter informal, no intuito de obter subsídio junto a população para intermediar os seus reais anseios perante o Poder Executivo Municipal ou a quem de direito.

Art. 5º. A participação dos vereadores e servidores da Câmara na execução do programa instituído por esta Resolução será considerado serviço público relevante.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução do supramencionado programa correrão à conta de dotações próprias do orçamento da Câmara Municipal de Lambari D'Oeste-MT.

Art. 7º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente, Edifício Sede do Poder Legislativo Municipal, aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

WILLIAN DE OLIVEIRA IAHN JUNIOR

Presidente

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2017

CONTRATADA: ADILSON CELESTINO PESSOA 33564105808

CNPJ: 22.211.348/0001-60

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE DE PEDREIRO, PEDREIRO, PINTOR PREDIAL E ENCANADOR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS E GABINETE DO PREFEITO DO MUNICIPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT.

VIGÊNCIA: DE 03/04/2017 ATÉ 31/12/2017.

VALOR MENSAL: Conforme execução dos serviços, e apresentação de planilha com o quantitativo executado.

VALOR GLOBAL: R$ 26.900,00 (vinte e seis mil e novecentos reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 03 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2017

EXTRATO DE CONTRATO Nº 047/2017

VIGÊNCIA: DE 03/04/2017 ATÉ 31/12/2017

OBJETO: LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL LOCALIZADO NA AVENIDA BOA VISTA, Nº 2818, CENTRO, EM LAMBARI D'OESTE – MT, DESTINADO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR MENSAL: R$ 2.000,00 (dois mil reais).

VALOR GLOBAL: R$ 18.000,00 (dezoito mil reais).

LOCADORA: SELMA MAFORTE

CPF: 906.046.601-20

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 03 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 050/2017

LICITAÇÃO: Ata de Registro de Preços nº 015/2016, proveniente do Pregão Presencial nº 007/2016, realizado pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia – CISA/MT; Adesão (Carona 008/2017).

CONTRATADA: FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME

CNPJ: 03.250.803/0001-92

OBJETO: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE – MT.

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência de até 12 meses após sua assinatura, ou até o final do fornecimento do quantitativo especificado na relação dos itens em anexo na Cláusula Primeira deste Contrato.

VALOR GLOBAL: R$ 250.517,70 (duzentos e cinquenta mil, quinhentos e dezessete reais e setenta centavos).

VALOR MENSAL: Será conforme apresentação de demonstrativo, do quantitativo adquirido em cada mês.

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 05 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2017

CONTRATADA: ANISIO MAGOSSO 68594240872

CNPJ: 27.152.020/0001-34

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O TRASPORTE DE PACIENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNÍCIPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT, PARA FAZER HEMODIÁLISE EM CÁCERES-MT.

VIGÊNCIA: DE 03/04/2017 ATÉ 31/12/2017

VALOR POR PACIENTE: R$ 35,00 (trinta e cinco reais)

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 26.880,00 (vinte e seis mil, oitocentos e oitenta reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 03 DE ABRIL DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 053/2017

CONTRATADA: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMATICA LTDA – ME

CNPJ: 11.247.425/0001-16

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

OBJETO: Contratação de empresa especializada em software de plataforma web para fornecimento de solução de gestão escolar, incluindo implantação do software público i-Educar e ferramentas administrativas integradas, portais de professor e serviços à comunidade escolar, conforme especificações do edital. Inclui ainda serviços de migração de dados, implantação, parametrizações e configurações, treinamento de usuários, suporte técnico, manutenção corretiva, legal e evolutiva, bem como hospedagem da solução em nuvem e todas as demais condições constantes deste edital.

VIGÊNCIA: DE 11/04/2017 ATÉ 11/04/2018.

VALOR GLOBAL: R$ 47.460,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e sessenta reais).

FORMA DE PAGAMENTO: Será pago uma parcela única no valor de R$ 7.980,00 (sete mil, novecentos e oitenta reais), pela migração de dados cadastrais do educacenso/inep ou sistemas ligados, em uso pela Secretaria Municipal de Educação; implantação do software público de gestão escolar e módulos administrativos integrados; treinamento presencial com carga horária de 20h, incluindo material didático e certificado de participação. E durante a vigência do Contrato, serão pagas 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 3.290,00 (três mil, duzentos e noventa reais).

PREFEITURA MUNICIPAL: LAMBARI D'OESTE – MT, 11 DE ABRIL DE 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2017

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público o resultado do julgamento referente a Chamada Publica nº 001/2017, cujo objeto é aquisição exclusiva de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou suas organizações, que serão destinados ao fornecimento de alimentação nas instituições educacionais de educação básica da rede pública de ensino (escolas e creches) do município de Marcelândia/MT. Sagraram-se vencedores do processo os seguintes produtores:

PRODUTORES	VALOR R$
AMARILDO GENEROSO	19.999,16
IRENEU MEURER	19.993,70
LUIS CARLOS DA SILVA SOUZA	19.992,50
VICENTE PAULO LUNKES HAAS	19.998,63
ELISABETH MONTEIRO DE CARVALHO	19.162,60
MARCIO NUNES FERREIRA	17.097,00

Marcelândia/MT, em 10 de Maio de 2017

ADRIANA PEREIRA GONÇALVES

Presidente da CPL

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

MIRASSOL PREVI
CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAR SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE SERVIÇOS DE PERÍCIAS MÉDICAS Nº001/2017 - **O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D'OESTE/MT- MIRASSOL PREVI**, torna público, para o conhecimento dos interessados que está procedendo CHAMAMENTO PÚBLICO, para CREDENCIAR, profissionais da área médica, para atuarem como PERITOS, visando cumprir os objetivos da entidade na concessão dos benefícios de prestação continuada e auxílios temporários previstos no artigo 98 da Lei Compl. N.160/2016. O valor a ser pago é de até R$210.00(duzentos e dez reais) por perícia realizada. CREDENCIAMENTO: Os interessados deverão apresentar documentação à partir do dia **25/05/2017,** no horário das 08:00 as 12:00**,** para a Direção Executiva do MIRASSOL PREVI na Prefeitura Municipal. Mirassol D'Oeste/MT, 10/05/2017. Fatima Borghi Martins- Diretora Executiva.

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DA ATA N°006/2016 DE PREÇO DO PREGÃO Nº 004/2016

Segundo Termo Aditivo da Ata n°006/2016 de Preço do Pregão nº 004/2016

Pregão N°004/2016- Registro de Preço

Pelo presente instrumento o **Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D´Oeste -SAEMI**, o **SAEMI**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n° 07.745.657/0001-27 e com sede à Rua Ricardo Druzian Gallo, 161, Bairro:Mirassol II, nesta cidade, representado neste ato pelo Diretor Geral, **Sr. VALTER CESAR COUTINHO*, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926.295.711-49***, a empresa **CONTROL – ANALISES DE AGUA E FLUENTES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na RUA: 45, Nº09 BAIRRO: SANTA CRUZ II CUIABA – MT, inscrita no CNPJ sob nº 14.936.584/0001-16, legalmente representada por **GIAN PIETRO BENEVENTO**, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o n° 028.505.191-11e portador do CNH n° 04935172463, em face do resultado obtido no **PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016**, integrante do processo administrativo nº 016/2016, e em observância ao disposto na Lei n°8.666/93, e demais normas aplicáveis, **Resolvem** celebrar o presente Termo Aditivo com as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da Ata de Registro de Preço n°006/2016 por mais 12(doze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Fundamenta-se a prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços n°006/2016 por mais 12(doze) meses no artigo 80 do Decreto Estadual n°7.217/2006.

CLÁUSULA TERCEIRA- DOS VALORES

O segundo termo aditivo será do saldo de:

ITEM	DESCRIÇÃO DA ANALISE	QUANTIDADE DE ANALISE	EMPRESA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	COLIFORMES TOTAIS (atendendo a Portaria nº 2914/2011)	807	CONTROL	R$ 14,00	R$ 11.298,00
2	ESCHERICHIA COLI (atendendo a Portaria nº 2914/2011)	807	CONTROL	R$ 14,50	R$ 11.701,50
3	CIANOBACTÉRIAS (atendendo a Portaria nº 2914/2011)	40	CONTROL	R$ 195,00	R$ 7.800,00
4	GOSTO E ODOR (atendendo a Portaria nº 2914/2011)	6	CONTROL	R$ 4,40	R$ 26,40
5	CLOROFILA (atendendo a Portaria nº 2914/2011)	160	CONTROL	R$ 19,00	R$ 3.040,00
	TOTAL GERAL				**R$ 33.865,90**

A empresa deverá fornecer a(s) quantidade solicitada(s) pelo SAEMI, não podendo, portanto, estipular o fornecimento de quantidades mínimas ou máximas.

A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

CLÁUSULA QUARTA DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam valendo as demais Cláusulas e Condições da Ata original de Registro de Preço n°006/2016, exceto a quantidade.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mirassol D'Oeste – MT, 11 de maio de 2017.

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

CONTROL – ANALISES DE AGUA E FLUENTES LTDA

CNPJ sob nº 14.936.584/0001-16

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

_____

Nome:

CPF:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 102/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 21500371 SSP/MT e do CPF n.° 032.640.161-09, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 24 (Vinte e Quatro) dias, contados dos dias 03/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 03 de abril de 2017

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 103/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)MARCIA ROSANA RODRIGUES BORGES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 367438 SSP/MT e do CPF n.° 284.087.211-00, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 24 (Vinte e Quatro) dias, contados dos dias 03/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 03 de abril de 2017

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARCIA ROSANA RODRIGUES BORGES

Testemunhas:

_____
_____

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE ABERTURA LICITAÇÃO
PREGÃO 028 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE ALTERAÇÃO HORARIO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 028/2017

A Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela Portaria nº 238/2017, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 28/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura ocorreria as 14:00h do dia **18 de Maio de 2017**, **fica alterado o horário de abertura da licitação para 08:00h da manhã**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00h às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.

Nobres, 10 de Maio de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 105/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)SOELI DOS SANTOS, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 21007586 SSP/MT e do CPF n.° 034.152.541-35, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 16 (Dezesseis) dias, contados dos dias 11/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.423,76 (Hum mil e quatrocentos e vinte e tres reais e setenta e seis centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 11 de abril de 2017

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES SOELI DOS SANTOS

Testemunhas:

_____
_____

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE ABERTURA LICITAÇÃO
PREGAO 024 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE ALTERAÇÃO HORARIO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 024/2017

A Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela Portaria nº 238/2017, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 24/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura ocorreria as 14:00h do dia **19 de Maio de 2017**, **fica alterado o horário de abertura da licitação para 08:00h da manhã**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.Nobres,

Nobres, 08 de Maio de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 102/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 21500371 SSP/MT e do CPF n.° 032.640.161-09, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Tec. em Desenvolvimento Infantil não Profissionalizado, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 24 (Vinte e Quatro) dias, contados dos dias 03/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 1.388,17 (Hum mil trezentos e oitenta e oito reais e dezessete centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 30 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 03 de abril de 2017

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES GRACIELI GREICE DE MORAES GONÇALVES

Testemunhas:

_____

_____

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE ABERTURA LICITAÇÃO
PREGAO 027 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 027/2017

A Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela Portaria nº 238/2017, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 27/2017**, do tipo **MAIOR PERCENTUAL DE DECONTO**, cuja abertura ocorreria as 14:00h do dia **17 de 05 de 2017**, **fica alterado o horário de abertura da licitação para 08:00h da manhã,** na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.

Nobres, 10 de maio de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 101/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)GENICREI FRANCISCA DE FRANCA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 16139720 SSP/MT e do CPF n.° 012.498.741-90, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 24 (Vinte e Quatro) dias, contados dos dias 03/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 03 de abril de 2017

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES GENICREI FRANCISCA DE FRANCA

Testemunhas:

_____

_____

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 104/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)MARINALVA ERCULANA DA SILVA, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 16637077 SEJUSP/MT e do CPF n.° 021.052.051-51, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 24 (Vinte e Quatro) dias, contados dos dias 03/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 03 de abril de 2017

_____

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES MARINALVA ERCULANA DA SILVA

Testemunhas:

_____

_____

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE ABERTURA LICITAÇÃO
PREGÃO 030/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

AVISO DE ALTERAÇÃO HORÁRIO DE ABERTURA LICITAÇÃO

Pregão Presencial SRP Nº 030/2017

A Pregoeira Sra. Nadir da Silva, nomeada pela Portaria nº 238/2017, faz saber que será aberta a Licitação Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 30/2017**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cuja abertura ocorreria as 14:00h do dia **15 de 05 de 2017**, **fica alterado o horário de abertura da licitação para 08:00h da manhã**, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres situada à Rua Ludgardes Hoffmann Riedi, s/nº, Jardim Paraná, Nobres-MT. Os interessados poderão retirar o edital completo, na sede da Prefeitura Municipal de Nobres, das 07:00 às 13:00h, ou através do site http://www.nobres.mt.gov.br/. Maiores informações (65) 3376-4200 – Ramal 4218 ou 4219.

Nobres, 10 de Maio de 2017.

NADIR DA SILVA

Pregoeira

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

CONTRATO POR PRAZO DETERMINADO N° 100/2017

Contrato de Trabalho por Prazo Determinado que firmam, de um lado o município de Nobres-MT, com sede Administrativa nesta cidade, sita a Rua J s/n, bairro Jardim Paraná, inscrito no CNPJ/MF 03.424.272/0001-07, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. LEOCIR HANEL, de ora em diante denominado CONTRATANTE e de outro lado o (a) Sr. (a)DORYLEIA SANTANA DE AMORIM, brasileiro (a), portador (a) do RG n.° 17353483 SSP/MT e do CPF n.° 017.925.101-52, a seguir chamado de CONTRATADO na forma e mediante as cláusulas abaixo:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 O contrato tem por objeto a execução de serviços temporários, regido pela Lei 1197/2011 de 21 de setembro de 2011, que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Nobres/MT, Art. 45, pelo Edital de Seleção nº. 01/2016/17SEMEC pela Portaria n°. 02/2016/17SEMEC de 18/11/2016, e pela Portaria de homologação n° 127/2017 de 17/02/2017, na função de Professor 20 Horas, por essencial necessidade de caráter publico.

1.2 Os serviços serão prestados junto a Secretaria de Educação desenvolvendo atividades da área, e demais tarefas correlatas;

1.3 Os trabalhos serão desenvolvidos em estrita observância as clausulas deste Contrato, principalmente no tocante as obrigações do CONTRATADO.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO E RESCISOES DO CONTRATO

2.1 O prazo do presente contrato é de 08 (Oito) meses e 24 (Vinte e Quatro) dias, contados dos dias 03/04/2017 estendendo-se até 22/12/2017.

2.2 O presente contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo por acordo entre as partes, ou unilateralmente pelo CONTRATANTE no caso do CONTRATADO deixar de cumprir qualquer uma das suas cláusulas, devendo prevalecer em todos os casos o interesse público.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR DA REMUNERAÇÃO

3.1 A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO pela retribuição dos seus serviços prestados, a importância de R$ 2.135,64 (Dois Mil Cento e Trinta e Cinco Reais e Sessenta e Quatro Centavos) mensais.

3.2 O pagamento será efetuado na mesma época dos demais servidores da Prefeitura.

3.3 O CONTRATO fará jus à percepção de 13 ° salário e salário família, observando o disposto na Lei n° 992/06 Art. N° 124 – I, II de 20 de abril de 2006.

3.4 aplica-se a este contrato o Art. 11 da Lei Municipal n° 1.148/2009.

CLAUSULA QUARTA – DA JORNADA DE TRABALHO

4.1 A jornada de trabalho durante a vigência do contrato é de 20 horas semanais.

4.2 Os serviços deverão ser prestados nos horários estabelecidos em cada Secretaria, conforme a função.

CLAUSULA QUINTA – DOS DESCONTOS SOBRE A REMUNERAÇÃO

5.1 A CONTRATANTE de vera efetuar sobre a remuneração do CONTRATADO todos os descontos previstos em lei a favor da Previdência Social e do Imposto de Renda Retido na Fonte, quando este superar o limite de isenção, como também as faltas que porventura ocorrerem durante a vigência do contrato.

CLAUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATO

6.1 São obrigações do CONTRATADO para execução do presente contrato:

6.1.1 Cumprir assiduamente a sua jornada de trabalho;

6.1.2 Realizar com presteza e dedicação o atendimento aos cidadãos que a si se dirigirem, apresentando-se sempre de forma respeitosa e em trajes adequados ao serviço;

6.1.3 Comunicar com antecedência ao Secretario a falta ao trabalho com justificativa fundamentada;

6.1.4 Comunicar ao Secretario qualquer ocorrência ou incidência que possa comprometer a administração pública;

6.1.5 Responsabilizar-se pelos erros ou falhas que porventura vierem a ocorrer na execução dos seus serviços por sua exclusiva culpa;

6.1.6 Seguir as orientações emanadas da CONTRATANTE por intermédio do Secretario;

6.1.7 Propor sugestões para melhoria das ações desenvolvidas na sua área de trabalho;

6.1.8 Comunicar ao CONTRATANTE a pratica de atos que contrariem a ética profissional nos procedimentos realizados pela Administração Pública.

CLAUSULA SÉTIMA – DO FORO

7.1 Fica eleito o foro da comarca do Município de Nobres – MT, para dirimir quaisquer duvidas ou divergências oriundas da execução do presente contrato.

E por estarem de pleno acordo com inteiro teor das clausulas, firmam o Contrato de Trabalho em 02 (duas) vias de igual teor que serão assinadas pelas partes.

Nobres, 03 de abril de 2017

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES DORYLEIA SANTANA DE AMORIM

Testemunhas:

_____
_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL 005/2017

O Município de Nortelândia-MT, através de seu Prefeito Municipal infra assinado deixa de homologar o presente pregão pelos fundamentos apresentados no parecer de folhas 204 à 210 ensejando a revogação do presente certame de pregão Nº 005/2017, nos termos do art. 49 da Lei 8666/93, publique-se a presente decisão afim de conceder contraditório aos licitantes participantes.

Nortelândia-MT, 10 de maio de 2017.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO EMERGENCIAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 042/2017 PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 1 BREJAL, PORTERINHA MT 060, CAMPIM VERDE, VARGINHA, CAPAO REDONDO – ESCOLA MUNICIPAL ELIETE PEDROSA DA COSTA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR OSMAR JOSE DE CAMPOS CURADO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 540/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 050/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVO O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2034/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 042/2017 Senhor: O Senhor **OSMAR JOSE DE CAMPOS CURADO**, portador do RG: 843.536 SSP/MT e CPF: 907.981.711-20**,** sendo a Contratação E**mergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na Rota 1 Brejal, Porteirinha Mt 060, Campim Verde, Varginha, Capão Redondo – Escola Municipal Eliete Pedrosa Da Costa**. **DA VIGÊNCIA**O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017. **DO VALOR As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.**

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 042/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

OSMAR JOSE DE CAMPOS CURADO,

RG: 843.536 SSP/MT

CPF: 907.981.711-20

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 053/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 2 – PULGA – MACIEL – ESTRELA ORIENTE – E.M. EMILIANO MONTEIRO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR DOMINGOS SAVIO METELO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 717/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 059/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVO O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2013/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 053/2017 O Senhor **DOMINGOS SAVIO METELO,** portador do RG: 0323654-4 SSP/MT e CPF: 174.199.721-68**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado ROTA 2 – PULGA – MACIEL – ESTRELA ORIENTE – E.M. EMILIANO MONTEIRO.**

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALORAs despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 053/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **DOMINGOS SAVIO METELO**

RG: 0323654-4 SSP/MT e CPF: 174.199.721-68

PORTARIA N° 283/2017

PORTARIA N° 283/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Geisa Maria Gomes**, do Cargo em **Comissão de Coordenadora de Programas Sociais**, **DAS – 3, na Secretaria Municipal de Assistência Social** a partir de 10/05/2017.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 282/2017

PORTARIA N° 282/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento -MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Gissely Gonçalina de Arruda,** do cargo em comissão de Gerente – DAS - 01, lotada na Secretaria Municipal de Educação a partir de 10/05/2017.

Nossa Senhora do Livramento - MT, em 10 de Maio de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 281/2017

PORTARIA N° 281/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Jocineide Ribeiro Piovezan,** do Cargo em Comissão de Coordenadora Escolar da EM Ana Antonia Almeida Leite – Comunidade de Tanque Fundo, a partir de 10/05/2017.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 019/2017

PORTARIA N° 019/2017

Cássio Manoel de Assunção, Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, torna sem efeito a **Portaria nº. 005/2017** que designou a **Profª Jocilda Maciel Muniz**, para desempenhar as funções de Coordenadora da Educação do Campo e Diversidade, a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Prof. Cassio Manoel de Assunção

Sec. Mun. Educação

PORTARIA N° 018/2017

PORTARIA N° 018/2017

Cássio Manoel de Assunção, Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, torna sem efeito a **Portaria nº. 009/2017** que designou a **Profº Antônio Carlos Maciel**, para desempenhar as funções de Coordenador Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Prof. Cassio Manoel de Assunção

Sec. Mun. Educação

PORTARIA N° 017/2017

PORTARIA N° 017/2017

Cássio Manoel de Assunção, Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, torna sem efeito a **Portaria nº. 006/2017** que designou a **Profº Adeirton Antônio Guimarães**, para desempenhar as funções de Coordenador de Programas da Secretaria Municipal de Educação e Esporte, a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Prof. Cassio Manoel de Assunção

Sec. Mun. Educação

PORTARIA N° 016/2017

PORTARIA N° 016/2017

Cássio Manoel de Assunção, Secretário Municipal de Educação e Esporte do Município de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas, torna sem efeito a **Portaria nº. 005/2017** que designou a **Profª Marlei Tavares Leite**, para desempenhar as funções de Coordenadora da Educação Infantil, a partir desta data.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Prof. Cassio Manoel de Assunção

Sec. Mun. Educação

PORTARIA N° 284/2017

PORTARIA N° 284/2017

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas

pela Lei Orgânica Municipal, exonera a Senhora **Hellen Regina da Costa Amorim**, do Cargo em **Comissão de Supervisora de Programas Sociais**, **DAS – 2, na Secretaria Municipal de Assistência Social** a partir de 10/05/2017.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 10 de Maio de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 052/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 052/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 2 ASSENTAMENTO CAPÃO DAS ANTAS JACARE DOS PRETOS – E.M. VERA DO NASCIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR HUGO LUBIANA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 718/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 058/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2014/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 052/2017 **SENHOR HUGO LUBIANA,** portador do RG: 987. 619 SSP/MT e CPF: 079.793.472-34, sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado ROTA 2 ASSENTAMENTO CAPÃO DAS ANTAS JACARE DOS PRETOS – E.M. VERA DO NASCIMENTO**

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	**R$ 1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 052/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

SENHOR HUGO LUBIANA

RG: 817.753 SSP/MT e CPF: 079.793.472-34

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 051/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 051/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 02 CHICO LEITE – BURITI DO ATALHO – LIMOEIRO – CHAPADÃO – PARATUDAL – E.M. BENEDITO PEREIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JOSÉ ROSA DO NASCIMENTO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 715/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 057/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2016/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 050/2017 O Senhor **JOSÉ ROSA DO NASCIMENTO,** portador do RG: 987. 719 SSP/MT e CPF: 830.173.801-49**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado NA ROTA 02 CHICO LEITE – BURITI DO ATALHO – LIMOEIRO – CHAPADÃO – PARATUDAL – E.M. BENEDITO PEREIRA**

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 051/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **JOSÉ ROSA DO NASCIMENTO**

RG: 987. 719 SSP/MT e CPF: 830.173.801-49

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 050/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 050/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I ATERRADO PAI ANDRE – SERRADO DO MEIO CACHOERINHA – AREÃO E.M. ANA ANTONIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR GILMAR RIBEIRO DA SILVA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 720/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 056/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2016/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 050/2017 O Senhor **GILMAR RIBEIRO DA SILVA,** portador do RG: 1133634-0 SSP/MT e CPF: 953.757.591-87**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I ATERRADO PAI ANDRE – SERRADO DO MEIO CACHOERINHA – AREÃO E.M. ANA ANTONIA.**

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 050/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **GILMAR RIBEIRO DA SILVA**

RG: 1133634-0 SSP/MT e CPF: 953.757.591-87

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 074/2016 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 074/2016 PARA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

1.1 Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/93, determina o apostilamento no contrato nº 074/2016 sendo o objeto a contratação de empresa especializada em construção civil para a Contratação de empresa especializada para execução de obras e serviços de engenharia para Conclusão da obra de Construção de Quadra Escolar Coberta com vestiário no Bairro Morro da Boa Vista, nesta Cidade, obedecendo rigorosamente os termos, instruções, condições, projetos e especificações técnicas contidas neste instrumento, conforme projeto em anexo, objeto do Termo de Compromisso PAC2 nº09477/2014.

1.1 O presente instrumento advém do Processo Administrativo Nº1183/2016, Modalidade Tomada de Preço 003/2016 e outro lado a Empresa: **Leandro Marques do Amaral Maciel ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº, 21.772.664/0001-49 localizada na Rua, Papa João XXIII, 195, Bairro Poção, município de Cuiabá-MT CEP: 78015-615, representado neste ato pelo Sr Leandro Marques do Amaral Maciel, brasileiro, solteiro, portador da cédula de identidade RG nº, 12659207 SSP/MT inscrito no CPF/MF sob o nº 007.098.571-52doravante designada **CONTRATADA.**

1.2 CLAUSULA PRIMEIRA – ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO CLÁUSULA QUINTA ORÇAMENTARIA - Dos Recursos Orçamentários FUNDAMENTO: Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3017/2017** e o parecer jurídico municipal nº 146/2017 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 001/2017, cujo objetivo é **Alteração** do Disposto n**a Clausula Quinta Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, Secretaria Municipal de Educação referente ao código reduzido conforme descrição abaixo

Secretaria Municipal de Educação

O Extrato do Contrato Original nº 074/2016 publicado no dia 19 de Setembro de 2016 pelo jornal AMM/MT na Edição nº 2565.

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte / Cód. Red.
1079	Federal	Const. de Quadra Poli Esportiva Escolar - FNDE	44.90.51.00	124 / 050003

LEIA-SE A ALTERAÇÃO - CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Programa	Origem do Recurso	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte / Cód. Red.
1079	Federal	Const. de Quadra Poli Esportiva Escolar - FNDE	44.90.51.00	124 / 050004

2. CLAUSULA SEGUNDA – DAS DEMAIS CLAUSULAS

2.1 As demais clausulas constantes no contrato 74/2016, permanecem inalterados. O disposto no presente Termo de Apostilamento, passa a fazer parte integrante do Contrato acima mencionado.

Nossa Senhora do Livramento, 10 de Maio de 2017.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 049/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 049/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I CUMBARU – ASSENTAMENTO – FAZ. MENDONÇA – E.M. BENEDITO PEREIRA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR BENEDITO SEBASTIÃO DO NASCIMENTO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 543/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 054/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2017/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 049/2017 **SENHOR BENEDITO SEBASTIÃO DO NASCIMENTO,** portador do RG: 1188291-3 SSP/MT e CPF: 958.831.001-63, sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I CUMBARU – ASSENTAMENTO – FAZ. MENDONÇA – E .M. BENEDITO PEREIRA**.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 049/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

SENHOR BENEDITO SEBASTIÃO DO NASCIMENTO

RG: 1188291-3 SSP/MT e CPF: 958.831.001-63

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 048/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 048/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I PARATUDO – LAGINHA DE BAIXO – ESPINHALZINHO – E.M. AGRICOLA GEROMICO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JORGE BATISTA DE BARROS CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 542/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 052/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2018/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 048/2017 O Senhor **JORGE BATISTA DE BARROS,** portador do RG: 585.662 SSP/MT e CPF: 474.062.671-34**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I PARATUDO – LAGINHA DE BAIXO – ESPINHALZINHO – E.M. AGRICOLA GEROMICO.**

DA VIGÊNCIA

2.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	**R$ 1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 048/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **JORGE BATISTA DE BARROS**

RG: 585.662 SSP/MT e CPF: 474.062.671-34

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 047/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I PEDRA BRANCA, BR 070, CORDEIRO, CARIJO, TARUMA – E.M. WALDEZ TEIXEIRA, E.E. FELICIANO GALDINO – JOSE DE BARROS MACIEL – E.M DELIA GALDINA DUARTE QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR PAULO LUCIANO DAS DORES CAMPOS CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 544/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 051/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVOO presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2019/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 047/2017 O Senhor **PAULO LUCIANO DAS DORES CAMPOS**, portador do RG: 1361024-4 SSP/MT e CPF: 003.618.751-85**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I PEDRA BRANCA, BR 070, CORDEIRO, CARIJO, TARUMA – E.M. WALDEZ TEIXEIRA, E.E. FELICIANO GALDINO – JOSE DE BARROS MACIEL – E.M DELIA GALDINA DUARTE DA VIGÊNCIA** O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017. **DO VALOR** As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 047/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **PAULO LUCIANO DAS DORES CAMPOS**

RG: 1361024-4 SSP/MT e CPF: 003.618.751-85

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2017

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 046/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I ATERRADO SITIO SÃO JOSE, FAZENDA RECHEIO, ASS. N. Srª da GUIA, FAZ. TANQUE FUNDO – E. M. ANA ANTONIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JOSÉ DOMINGOS PINTO DA SILVA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 539/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 048/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVO O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 20330/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 046/2017 O Senhor **JOSÉ DOMINGOS PINTO DA SILVA,** portador do RG: 489.032 SSP/MT e CPF: 432.466.301-78**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA I ATERRADO SITIO SÃO JOSE, FAZENDA RECHEIO, ASS. N. Srª da GUIA, FAZ. TANQUE FUNDO – E.M. ANA ANTONIA.**. **DA VIGÊNCIA**O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017. **DO VALOR As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.**

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	R$ **1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					R$ **1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 046/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **JOSÉ DOMINGOS PINTO DA SILVA**

RG: 489.032 SSP/MT e CPF: 432.466.301-78

1ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2017

1ºTERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 045/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 1 BARREIRO FAZ FLOR DE MAIO – ESTRELA DO ORIENTE – JACUNDÁ – E.E. FREI EMILIANO MONTEIRO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR GONÇALO SANTANA

DE FIGUEIREDO CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 541/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 053/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2031/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 045/2017 **GONÇALO SANTANA DE FIGUEIREDO,** portador do RG: 094.8003-0 SSP/MT e CPF: 622.106.611-53, sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na ROTA 1 BARREIRO FAZ FLOR DE MAIO – ESTRELA DO ORIENTE – JACUNDÁ – E.E. FREI EMILIANO MONTEIRO**.

DA VIGÊNCIA

2.1 O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	**R$ 1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 045/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Senhor **GONÇALO SANTANA DE FIGUEIREDO**

RG: 094.8003-0 SSP/MT e CPF: 622.106.611-53

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 044/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO Nº 044/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA I SECO AGUADA RANCHARIA E JACARE - ESCOLA MUNICIPAL VERA PEREIRA DO NASCIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR MARCOS DIVINO CALDAS CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 545/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 049/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR: DO MOTIVOO presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2032/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 044/2017 S O **MARCOS DIVINO CALDAS,** portador do RG: 0571898-8 SSP/MT e CPF: 514.053.341-34, sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na rota ROTA I SECO AGUADA RANCHARIA E JACARE - ESCOLA MUNICIPAL VERA PEREIRA DO NASCIMENTO**. **DA VIGÊNCIA**O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017. **DO VALOR As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.**

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	**R$ 1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 044/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

O Senhor **MARCOS DIVINO CALDAS,**

RG: 0571898-8 SSP/MT e CPF: 514.053.341-34

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 043/2017

1º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR CONTRATO Nº 043/2017 EMERGENCIAL DE MOTORISTA PARA ATENDER O TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICIPIO POR TEMPO DETERMINADO NA ROTA 1 CERAMICA FKM. VALO VERDE, MANQUEIRAL, ESCOLA MUNICIPAL BETINA TAVARES QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E O SENHOR JUDELSON JOSE DE OLIVEIRA CONFORME O PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 538/2017 DISPENSA DE LICITAÇÃO 047/2017 AS CLAUSULAS A SEGUIR:

DO MOTIVO

O presente instrumento tem por objeto as motivações administrativas apresentada pela Secretaria Municipal de Educação constantes no Processo Administrativo n. 2032/2017 de aditivo de prazo e valor conforme a Lei 8666/93 ao Contrato nº 043/2017 S O Senhor O Senhor **JUDELSON JOSE DE OLIVEIRA**, portador do RG: 1743917-5 SSP/MT e CPF: 023.054.601-39**,** sendo a Contratação **Emergencial De Motorista Para Atender O Transporte Escolar no Município por Tempo Determinado na Rota 1 CERAMICA FKM. VALO VERDE, MANQUEIRAL, ESCOLA MUNICIPAL BETINA TAVARES**.

DA VIGÊNCIA

O presente termo aditivo terá sua vigência de 01 (um) mês a contar a partir termino da vigência do contrato original dia 02/05/2017.

DO VALOR

As despesas decorrentes dos serviços contratados com base no presente Termo Aditivo correrão a conta da seguinte Dotação Orçamentária 2017.

Programa	Projeto/Atividade	Natureza da Despesa	Fonte	Reduzido	Valor (R$)
2045	Manutenção Encargos e Salários/Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	33.90.36	0100	050018	**R$ 1.419,00**
VALOR TOTAL (R$)					**R$ 1.419,00**

DO FUNDAMENTO LEGAL

Fundamenta-se o presente Termo Aditivo do Art. 57, no inciso II e 65, II, da Lei 8.666/93, com suas alterações e parecer jurídico nº 143/2017.

DAS RATIFICAÇÕES

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Termo de Contrato original.

E por estarem assim justas e acertadas, as partes contratantes firmam o presente Termo Aditivo ao Contrato 043/2017 em 03 (três) vias de igual teor e valor jurídico, para todos os efeitos legais.

Nossa Senhora do Livramento, 28 de Abril de 2017

CONTRATANTE:

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

JUDELSON JOSE DE OLIVEIRA

RG: 1743917-5 SSP/MT

CPF: 023.054.601-39

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 138/2017, 31 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Nayara Campos Mascarenhas

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª. Nayara Campos Mascarenhas - Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 16/03/2015 a 16/03/2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 24 de Março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 139/2017, DE 31 DE MARÇO DE 2017.

Nomeia ocupante do cargo em comissão de Chefe de Departamento.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso II, do, do Artigo 2º, do anexo II, da Lei Complementar Municipal nº. 325/2007, de 27 de julho de 2007.

RESOLVE

Art.1° Nomear o senhor **EDERSON DE ALMEIDA SILVERIO**, portador do RG n° 1976703-0/SSP/MT e CPF n° 041.014.741-92, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Chefe de Departamento**.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 27 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 161/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Afastamento para Tratar de Assuntos Particulares a funcionária efetiva Edney Florentino Borges.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art. 101-C, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008;

RESOLVE

Artigo 1º - CONCEDER a Servidora Efetiva Srª **EDNEY FLORENTINO BORGES – TELEFONISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo de 01 (um) ano, **AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES**.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 31 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 170/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇAO DA SERVIDORA COMISSIONADA SENHORA MARIA APARECIDA DE CARVALHO".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas pelo Artigo 47º, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º- EXONERAR a Servidora Comissionada Srª MARIA APARECIDA DE CARVALHO – Chefe de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde a partir de 24 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - ***Art. 3º -*** *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 160/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionada, a partir de 11 de Abril de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Classe**
Marcio Moura dos Santos	Agente de Vigilância	**Nível 04-A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0144/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

Contratar o ocupante do cargo de Professora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso III, do art. 2º, da Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de março de 2015,

RESOLVE

Art.1°- Contratar temporariamente a senhora Srª **KARLA MARINHO VIEIRA – PROFESSORA**, Portadora do RG n° 1300498-0 SSP/MT e CPF n°945.158.831-00, para exercer o cargo de Professora.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 143/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

"Nomeia Fiscal de Obras".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art.1° Nomear o Servidor Efetivo Sr. **SAULO NAKAMURA –** Engenheiro Civil**,** para **Fiscal de Obras**, responsável pela condução de todos os procedimentos no âmbito desta Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia**.**

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 169/2017, DE 19 DE ABRIL DE 2017.

"NOMEAÇÃO DA SENHORA NAYARA CAMPOS MASCARENHAS".

O Prefeito Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Srª. **Nayara Campos Mascarenhas - Nutricionista,** para ser responsável pelo **Programa Saúde na Escola – PSE e Programa de Melhoria do Acesso da Qualidade e da Atenção Básica – PMDQ**, a partir de 24 de abril de 2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em Nova Brasilândia, aos 19 de abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 168/2017, 17 DE ABRIL DE 2017.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO MARCIO MOURA DOS SANTOS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Art.1º - Conceder ao Servidor Efetivo **Sr. Márcio Moura dos Santos – Agente de Vigilância,** lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, abono pecuniário de 10 (dez) dias e 20 (vinte) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 11/04/2015 a 11/04/2016, a partir de 02 de Maio de 2016.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 167/2017, 17 DE ABRIL DE 2017.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA CARLA ASSIS PINHO".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. Carla Assis de Pinho – Agente de Limpeza Pública,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, abono pecuniário de 10 (dez) dias e 20 (vinte) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 27/03/2014 a 27/03/2015, a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 166/2017, 17 DE ABRIL DE 2017.

"CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA MARLI OLIVEIRA TELES".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Art.1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. MARLI OLIVEIRA TELES – Técnica em Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, abono pecuniário de 10 (dez) dias e 20 (vinte) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 06/07/2015 a 06/07/2016, a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0145/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Contratar o ocupante do cargo de Professora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso III, do art. 2º, da Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de março de 2015,

RESOLVE

Art.1°- Contratar temporariamente a senhora a senhora **ROSA CRISTIANE DA SILVA** portadora do RG n° 1478938-8 SSP/MT e CPF n°989.144. 481-34, para exercer o cargo de Professora.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 05 de Abril de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0145/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Contratar o ocupante do cargo de Professora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso III, do art. 2º, da Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de março de 2015,

RESOLVE

Art.1°- Contratar temporariamente a senhora a senhora **ROSA CRISTIANE DA SILVA** portadora do RG n° 1478938-8 SSP/MT e CPF n°989.144. 481-34, para exercer o cargo de Professora.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 05 de Abril de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 165/2017, 17 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO PEDRO MARTINS DE MEDEIROS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder ao Servidor Efetivo **Sr. Pedro Martins de Medeiros – Motorista Cat. D,** lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/04/2016 a 10/04/2017, a partir de 17 de Abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 107/2017, DE 02 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias ao funcionário efetivo Marcelo Leme Oliveira.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder ao Servidor Efetivo Sr°**. Marcelo Lemes de Oliveira –** Motorista Cat. D,lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 09/07/2014 a 09/07/2015, a partir de 03 de Abril de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 02 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 108/2017, 02 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Divina Rodrigues da Silva.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª. Divina Rodrigues da Silva – Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 17/10/2015 a 17/10/2016, a partir de 03 de Abril de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 02 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 116/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Cleber Paixão Andrade Mascarenhas	Tec. Administrativo	**Nível 09-A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 164/2017, 24 DE ABRIL DE 2017

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA CONTRATADA AMANDA GOMES BELEM MARQUES".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Contratada **Srª. Amanda Gomes Belem MArques – Agente Comunitário de Edemias,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 31/08/2015 a 31/08/2016, a partir de 20 de abril de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação**,** surtindo os seus efeitos a partir de 11 de abril de 2017.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 117/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Luciano Francisco da Silva	Prof. Educação Física	**Nível 05-C**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 118/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Elias Lopes de Carvalho	Ag. de Limpeza publica	**Nível 11-C**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 01 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 163/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

*Licença Prêmio a servidora efetiva Lindalva Paula Marques***.**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 101-A da Lei Complementar 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva Srª. **Lindalva Paula Marques – Tec. Administrativo ,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 02/07/2004 a 02/07/2009, a partir de 11 de abril de 2017, devendo retornar as suas atividades normais em 09 de julho de 2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito a partir desta data11 de abril de 2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 119/2017, DE 13 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional ao Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Antônio Cardoso de Paula	Motorista Cat.D	**Nível 09-A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 06 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 174/2017, DE 24 DE ABRIL DE 2017.

Afastamento para Tratar de Assuntos Particulares a funcionária efetiva Eva Maria dos Santos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art. 101-C, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008;

RESOLVE

Artigo 1º - CONCEDER a Servidora Efetiva Srª **EVA MARIA DOS SANTOS – AGENTE DE LIMOEZA PUBLICA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, pelo prazo de 02 (dois) anos, **AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES**.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 28 de abril de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 24 de abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 121/2017, 20 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Amanda Gomes Belém Marques.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° - Conceder a Servidora contratada Srª**. AMANDA GOMES BELEM MARQUES – Agente de Endemias,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 31/08/2015 a 31/08/2016, a partir de 20 de Abril de 2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 20 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 0162/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Contratar o ocupante do cargo de Professora.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no inciso III, do art. 2º, da Lei Municipal nº 577/2015 de 04 de março de 2015,

RESOLVE

Art.1°- Contratar temporariamente a senhora Srª **EDNEY FLORENTINO BORGES – TELEFONISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, portadora do RG n°0971408-1 SSP/MT e CPF n°767.705.321-15, para exercer o cargo de Professora.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 03 de Abril de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 173/2017, 24 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA CONTRATADA VENINA BARBOSA DE CAMPOS".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Contratada **Srª. Venina Barbosa de Campos – Agente Comunitário de Saúde,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 01/01/2017, a partir de 02 de Maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 123/2017, DE 18 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Marcelo Ataíde da Costa	Ag. limpeza escolar	**Nível 10-B**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 18 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 124/2017, DE 21 DE MARÇO DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007.art.67;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 01 de Março de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Durcelina A. Ribeiro Figueiredo	Limpeza escolar	**Nível 07-A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 21 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 125/2017, 30 DE MARÇO DE 2017.

Retorno de Licença Maternidade da servidora efetiva Nayara Campos Mascarenhas.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 88 da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° RETORNAR as atividades normais a Servidora Efetiva **Srª. NAYARA CAMPOS MASCARENHAS – Nutricionista,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que se encontrava de **Licença Maternidade**.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 10 de março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 30 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 172/2017, 24 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO CLAUDIA HELENA DE SOUZA".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. CLAUDIA HELENA DE SOUZA – AUXILIAR DE CONSULTORIO DENTARIO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 09/07/2015 a 09/07/2016, a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 135/2017, DE 30 DE MARÇO DE 2017.

"DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO (PSS) PERTENCENTE À SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de **Processo Seletivo Simplificado – PSS**, para a contratação de profissionais, por tempo determinado, em atendimento a situação de excepcional interesse público, observadas as disposições previstas na Constituição Federal, art. 37, inciso IX; Resolução nº 001/2007, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS; A Lei NOB-RH/SUAS de 2007 Lei Municipal nº 577/2015, de 04 de março de 2015 ;

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros abaixo relacionados, para compor a Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

Presidente: Junior Aparecido de Oliveira

Membro: Jociane Nunes Pereira

Membro: Marildete Ramos da Cruz

Membro: Markelia de França Silva

Membro: Jose Ademir Lopes.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Determina-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete da Prefeita Municipal, aos 30 de Março 2017.

Mauriza Augusta de Oliveira

Prefeita de Nova Brasilândia

Registrada nesta Secretaria Municipal de Administração e publicada de conformidade com a Legislação em vigor. Data Supra.

Marcos Vinício Trajano dos Santos

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO

Portaria nº 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 171/2017, 24 DE ABRIL DE 2017.

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO VALDOMIRO DE SOUZA".

O Senhor Prefeito Municipal de Nova Brasilandia do Estado de Mato Grosso, no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder ao Servidor Efetivo **Sr. VALDOMIRO DE SOUZA – MOTORISTA CAT D,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 09/07/2015 a 09/07/2016, a partir de 02 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 17 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 136/2017, 31 DE MARÇO DE 2017.

Retorno de Licença Maternidade da servidora efetiva Lindalva Paula Marques.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 88 da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° RETORNAR as atividades normais a Servidora Efetiva **Srª. LINDALVA PAULA MARQUES – Técnico Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontrava de **Licença Maternidade**.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 03 de Abril de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 137/2017, 31 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Eva Maria dos Santos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª. Eva Maria dos Santos – Agente de Limpeza Pública, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 27/02/2016 a 27/02/2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 27 de Março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Eva Maria dos Santos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª. Eva Maria dos Santos – Agente de Limpeza Pública, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 27/02/2016 a 27/02/2017.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 27 de Março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 146/2017, DE 04 DE ABRIL DE 2017.

"Nomeia Fiscal de Contratos".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art.1° Nomear a Servidora Efetiva Sr.ª **VIVIANE VENTURIN –** Técnico em Contabilidade**,** para **Fiscal de Contratos**, responsável pela condução dos procedimentos no âmbito desta Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia, conforme os **contratos nº 021/2017.**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 04 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 138/2017, 31 DE MARÇO DE 2017.

Concessão de férias a funcionária efetiva srª Nayara Campos Mascarenhas

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no art.67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° Conceder a Servidora Efetiva Srª. Nayara Campos Mascarenhas - Nutricionista, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 16/03/2015 a 16/03/2016.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 24 de Março de 2017.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 31 de Março de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 150/2017, DE 07 DE ABRIL DE 2017.

Comissão de Avaliação promoção Horizontal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no Artigo 27 seus e incisos da Lei Complementar nº 326/2007;

RESOLVE

Art. 1º – Nomear a Comissão de Avaliação de Promoção Horizontal, com fins de movimentação de Classe, dentro do mesmo nível, os seguintes membros:

Presidente: **Markelia França da Silva**

Secretário: **Junior Aparecido de Oliveira**

Membro: **Luzia Helena Mendes de Campos**

Art. 3º - A comissão acima referida avaliará a seguinte servidora.

- Secretaria Municipal de Educação:

Divina Rodrigues Farias – Professora

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 159/2017, DE 11 DE ABRIL DE 2017.

Enquadramento Funcional dos Servidores Municipais.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007 e nos Artigos nº 6º e 48º;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL o Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionada, a partir de 11 de Abril de 2017.

Secretaria Municipal de Administração		
Nome	**Cargos**	**Classe**
Antônio Pessoa de Lima	Agente de Vigilancia	**Nível 04-A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 11 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 142/2017, DE 03 DE ABRIL DE 2017.

Enquadramento Funcional ao Servidor Municipal.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto nos Artigos nº 6º e 48º da Lei Complementar nº 326/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo relacionado, a partir de 03 de Abril de 2017.

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Junior Aparecido de Oliveira	Professor	**Nível 04-A**
Corina Pereira da Silva	Professora	**Nível 04 -A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de Abril de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

MARCOS VINICIO TRAJANO DOS SANTOS

Secretário Municipal de Administração

Portaria n° 001/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL 34/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 34/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 34/2017.

ABERTURA: 23 de maio de 2017 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESA PARA PRESTAÇÃO SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS E HOSPITALAR, ATENDENDO AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVA LACERDA.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 10 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL 35/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 35/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 35/2017.

ABERTURA: 24 de maio de 2017 ás 13:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 13:15 ás 13:30 horas;

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA MELHORAR A GENÉTICA DO REBANHO BOVINO E ATENDER OS AGRICULTORES/PECUARISTA ASSISTIDOS PELA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO MUNICIPIO DE NOVA LACERDA.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 10 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL 33/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 33/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 33/2017.

ABERTURA: 24 de maio de 2017 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: **Valor referente a futura e eventual aquisição de insumos agrícolas, herbicidas, pesticidas e materiais de consumos de uso veterinários para melhoramento da Genética bovina dos agricultores e pecuarista assistido pela Secretaria de Desenvolvimento Rural.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 10 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL 36/2017

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 36/2017

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 36/2017.

ABERTURA: 22 de maio de 2017 ás 07:30 horas;

CREDENCIAMENTO: das 07:15 ás 07:30 horas;

OBJETO: **Registro de Preço para futura e eventual aquisição de material de consumo, classificados como material de copa e cozinha, Gênero Alimentício e de limpeza para recomposição de estoque, visando atender às necessidades das Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda.**

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br. Nova Lacerda-MT 10 de maio de 2017.

JACSON DOUGLAS NUNES CORDEIRO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA
OFICIO Nº 25/2017 - ASSISTÊNCIA SOCIAL

Nova Marilândia-MT, 10 de Maio de 2017.

P: Srª. Banco do Brasil S/A

Prezado Gerente;

Cumprimento-o cordialmente e venho através deste, determinar os poderes concedidos a Secretária Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia e juntamente com o senhor Domingos Santiago Pego do Amaral, Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente, responsáveis pela conta bancária de titularidade do **Fundo dos Direitos da Criança e Adolescente** cadastrado sob o CNPJ Nº 21.270.870/0001-50 abaixo qualificados:

Mariluce Helena de Goes Possobom Mafa, portadora do RG 3082057-0 SSP/MT e CPF:000.232.781-37, **Domingos Santiago Pego do Amaral,** portador do RG 2479025-7 SEJUSP/MT e CPF: 050.883.311-69, residentes e domiciliados neste município de Nova Marilândia – MT.

Segue relação dos poderes:

045 – AMPLOS PODERES

009 – EMITIR CHEQUES

010 – ABRIR CONTAS DE DEPOSITO

011 – AUTORIZAR COBRANÇA

018 – UTILIZAR O CREDITO ABERTO NA FORMA E CONDIÇÕES

020 – RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO

026 – SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES

027 – REQUISITAR TALONARIOS DE CHEQUES

031 – AUTORIZAR DEBITO EM CONTA RELATIVO A OPERAÇÕES

036 – RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS

038 – ENDOSSAR CHEQUE

094 – SUSTAR / CONTRA-ORDENAR CHEQUES

095 – CANCELAR CHEQUES

096 – BAIXAR CHEQUES

098 – EFETUAR RESGATES / APLICAÇÕES FINANCEIRAS

099 – CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS

100- EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE

102 – EFETUAR SAQUES – POUPANÇA

104 – EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRONICO

105 – EFETUAR TRANSFERENCIAS POR MEIO ELETRONICO

118 – CONSULTAR CONTAS/APLIC.PROGRAMAS REPASSE RECU

119 – LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GER.FINANC

124 – SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTOS

125 – SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE OPERAÇOES DE CRED

126 – EMITIR COMPROVANTES

128 – EFETUAR TRANSFERENCIA P/ MESMA TITULARIDADE

133 – ENCERRAR CONTAS DE DEPOSITO

137 – CONSULTAR OBRIGAÇÕES DO DEBITO DIRETO AUTORIZ

150 – ATUALIZAR FATURAMENTO PELO GERENCIADOR FINANC

049 – AVALIZAR CHEQUES

062 – ASSINAR ORÇAMENTO

063 – ASSINAR MENÇAO ADICIONAL

064- ASSINAR ADITIVO DE QUALQUER ESPECIE

023 – REIVINDICAR DIREITOS

028 – RECEBER GRATIFICAÇÕES, DIARIAS, PENSOES, SALARIO

073 – ASSINAR APOLICE DE SEGURO

113 – RECEBER ORDENS DE PAGAMENTO

145 – FECHAR OPERAÇÕES A TERMO

146 – FECHAR OPERAÇÕES DE OPÇÕES

160 – CONSULTAR RELATORIOS DE SERVIÇOS DE ADMINISTR

Sendo o que nos apresenta para o momento reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

MARILUCE HELENA DE G. P. MAFA

Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia-MT

DOMINGOS SANTIAGO PEGO DO AMARAL

Presidente do Conselho Municipal do Direito da Criança e Adolescente.

LICITAÇÃO E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 006/2017 SRP 004/2017

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017 SRP 004/2017, do tipo Menor preço, para REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MÃO DE OBRA DE PROFISSIONAL DE MANUTENÇÃO PREDIAL (PEDREIRO) COM FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS PARA MANUTENÇÃO E REPAROS NOS PRÉDIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA - MT

Data da realização: 10/05/2017

Licitante Vencedor: **ALAN CLEBER TRINDADE**, inscrita no **CNPJ: 27. 328.807/0001-04,** no **item 01 com valor total de R$ 37.200,00 (TRINTA E SETE MIL E DUZENTOS).**

NOVA MARILANDIA / MT, 10 DE MAIO DE 2017.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 007/2017. REGISTRO DE PREÇOS. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

Aos 05 dias do mês de Maio de 2017, às 13:00horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, **através do Prefeito Municipal,** mediante **o(a) PREGOEIRO(A) OFICIAL CLAUDIO MACIEL DA SILVA,** designado (a) pela Portaria nº 055/2017/GAPRE de 03 de fevereiro de 2017 e seus membros de apoio, para apreciarem e julgarem a Documentação e Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 007/2017, do tipo menor preço por lote, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM REGULARIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE AMPLIAÇÃO EM REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, REVISÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE ESGOTOS PARA O MUNICÍPIO DE MARINGÁ – MT,conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura da licitação, primeiramente cumprimentando os presentes e apresentando a equipe de apoio. Em seguida solicitou a documentação de credenciamento das empresas juntamente com seus envelopes.

- WF ARQUITETURA ENGENHARIA E PLOTAGEM LTDA – ME, inscrito noCNPJ 12.216.114/0001-52, Credenciou seu representante WELLINGTON FREITAS DA SILVA portador do RG. 1308793 SESDEC/RO, CPF 912.082.892-68.

- EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP, inscrito no CNPJ 00.564.373/0001-95, Credenciou seu representante FERNANDO DOS SANTOS SANCHES, portador do RG. 1693570-5 SSP/MT, CPF 024. 848.061-83.

- ECHOA ENGENHARIA S/S – EPP, inscrito no CNPJ 14.330.668/ 0001-01, Credenciou seu representante PABLO LUIZ BORTOLY, portador do RG. 930196 SSP/MS, CPF 013.807.201-92.

- ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME, inscrito no CNPJ 11.645.225/0001-11, Credenciou seu representante ARNALDO BUZUTTI DE SIQUEIRAPABLO LUIZ BORTOLY, portador do RG. 1245215-7 SSP/MT, CPF 865. 945321-20.

Após o credenciamento o Pregoeiro solicitou os envelopes de proposta, conferindo seus fechos e após passou a rubricar sua conformidade e sigilo. Assim também procederam todos os membros da de equipe de apoio. Feito isso, o Pregoeiro determinou a abertura dos envelopes I com proposta de preço como especificado no Edital, o Pregoeiro e equipe de apoio e os representantes presentes rubricaram. Após a abertura dos envelopes I e analisados pelos licitantes se observou que todas as propostas estão classificadas para a rodada de lance. O pregoeiro abre negociação com as empresas classificadas para que oferte um menor valor referente à proposta já apresentada.

REGISTRO DE PROPOSTAS APRESENTADAS.

EMPRESAS PARTICIPANTES	PROPOSTAS DE PREÇOS VALOR GLOBAL
WF ARQUITETURA ENGENHARIA E PLOTAGEM LTDA – ME	**R$ 123.250,00**
EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP	**R$ 110.000,00**
ECHOA ENGENHARIA S/S – EPP	**R$ 73.000,00**
ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME	**R$ 90.000,00**

PARTICIPANTES CLASSIFICADOS PARA AS RODADAS DE LANCES:

RODADA DE LANCE

RODADAS	EMPRESAS PARTICIPANTES	LANCES
1ª	ECHOA ENGENHARIA S/S – EPP	**R$ 73.000,00 VALOR EXEQUIVEL**
1ª	EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP	**R$ 86.100,00**
1ª	WF ARQUITETURA ENGENHARIA E PLOTAGEM LTDA – ME	**R$ 123.250,00 VALOR ACIMA DE 10% DA MENOR PROPOSTA APRESENTADA, CONFORME CLAUSULA DO EDITAL.**
1ª	ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME	**R$ 86.100,00**

Encerrada a rodada de lances o pregoeiro solicitou envelopes de habilitação e em seguida determinou a abertura dos envelopes de habilitação, assim todos os presentes passaram a verificar os fechos e rubricar. Após verificação dos documentos habilitatórios e rubricas o pregoeiro habilita os participantes EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP, inscrito no CNPJ CNPJ 00.564.373/0001-95 declara classificada sua proposta, assim, habilita a Empresa ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME, inscrito no CNPJ 11.645.225/0001-11 e classifica a proposta da mesma por cumprir todas as cláusulas do edital. Após a classificação nota-se empate aos lances ofertados pelas empresas habilitadas, realizado sorteio das mesmas, venceu a empresa ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME, inscrito no CNPJ 11.645.225/0001-11. O Pregoeiro Abre o prazo de 03 (dias) para recurso e de igual prazo para as contrrazões das empresas ECHOA ENGENHARIA S/S – EPP, inscrito no CNPJ 14.330.668/0001-01, representada por seu representante PABLO LUIZ BORTOLY, portador do RG. 930196 SSP/MS, CPF 013.807.201-92 e EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP, inscrito no CNPJ 00.564.373/0001-95, representado por seu representante FERNANDO DOS SANTOS SANCHES, portador do RG. 1693570-5 SSP/MT, inscrito no CPF 024.848.061-83. Feito isso, aguarda se a juntada de readequação de propostas conforme prazo determinado em edital. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro a sessão e lavrei a presente Ata, que lida e conforme vai assinada pela equipe de apoio.

Claudio Maciel da Silva

Pregoeiro Oficial

WF ARQUITETURA ENGENHARIA E PLOTAGEM LTDA – ME

CNPJ 12.216.114/0001-52

WELLINGTON FREITAS DA SILVA

CPF 912.082.892-68.

EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP

CNPJ 00.564.373/0001-95

FERNANDO DOS SANTOS SANCHES

CPF 024.848.061-83.

ECHOA ENGENHARIA S/S – EPP

CNPJ 14.330.668/0001-01

PABLO LUIZ BORTOLY

CPF 013.807.201-92.

ARNALDO B. DE SIQUEIRA – ME

CNPJ 11.645.225/0001-11

ARNALDO BUZUTTI DE SIQUEIRAPABLO LUIZ BORTOLY

CPF 865.945321-20.

LICITAÇÃO
ATA DA SEGUNDA SESSÃO DE LICITAÇÃO, JULGAMENTO DE PROPOSTA E HABILITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 007/2017. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE.

Aos 10 dias do mês de Maio de 2017, às 08:00horas estiveram reunidos na sede da Prefeitura Municipal de Nova Maringá – MT, localizada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, **através do Prefeito Municipal,** mediante **o(a) PREGOEIRO(A) OFICIAL CLAUDIO MACIEL DA SILVA,** designado (a) pela Portaria nº 055/2017/GAPRE de 03 de fevereiro de 2017 e seus membros de apoio, para apreciarem e julgarem a Documentação e Habilitação das empresas para a licitação na modalidade Pregão presencial 007/2017, do tipo menor preço por lote, para selecionar as propostas mais vantajosas objetivando CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EM REGULARIZAÇÃO E ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE AMPLIAÇÃO EM REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, REVISÃO E READEQUAÇÃO DE PROJETOS EM REDE DE ESGOTOS PARA O MUNICÍPIO DE MARINGÁ – MT,conforme edital do certame. O Pregoeiro fez a abertura de sessão, primeiramente cumprimentando a equipe de apoio. Após abertura da sessão o pregoeiro apresentou a comissão de apoio a Contestação da – EMPRESA ECHOA ENGENHARIA S/S – EPP, inscrito no CNPJ 14.330.668/0001-01, Protocolizado em 09/05/2017 as 14:00hs pelo seu representante PABLO LUIZ BORTOLY, portador do RG. 930196 SSP/MS, CPF 013.807.201-92 no Dep. de Licitações e contratos, juntamente com seu envelope de Habilitação lacrado, que permanecerá fechado até o julgamento do Recurso. Conforme manifestamente em sessão realizada em 05/05/2017 ás 13:00hs o prazo recursal e para contrarrazões o pregoeiro e equipe de apoio decidem por unanimidade notificar as empresas participantes - WF ARQUITETURA ENGENHARIA E PLOTAGEM LTDA – ME, inscrito noCNPJ 12.216.114/0001-52, Representada pelo Sr. WELLINGTON FREITAS DA SILVA portador do RG. 1308793 SESDEC/RO, CPF 912.082.892-68; Empresa EXCELENCIA ENGENHARIA E MEIO AMBIENTE LTDA – EPP, inscrito no CNPJ 00.564.373/0001-95, Representada por FERNANDO DOS SANTOS SANCHES, portador do RG. 1693570-5 SSP/MT, CPF 024.848.061-83 e Empresa ARNALDO B. DE SIQUEIRA - ME, inscrito no CNPJ 11.645.225/0001-11, Representada pelo Sr. ARNALDO BUZUTTI DE SIQUEIRAPABLO LUIZ BORTOLY, portador do RG. 1245215-7 SSP/MT, CPF 865.945321-20, para que no prazo de 03 (três) dias, manifeste vosso interesse em contrarrazão do recurso apresentado pela empresa acima citada, e não havendo manifestação no prazo determinado será improvido qualquer manifestação de recurso impetrado pelos licitantes. Após as contrarrazões dos licitantes a Administração manifestará seu parecer e convocará os licitantes através de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM para inteiro teor da decisão do Recurso. Feito isso, aguarda se a juntada de Contrarrazões conforme prazo determinado em edital. Nada mais havendo a ser tratado deu-se por encerrada a sessão. Eu _____Pregoeiro encerro

a sessão e lavrei a presente Ata, que lida e conforme vai assinada pela equipe de apoio.

Claudio Maciel da Silva

Pregoeiro Oficial

Irineu Allievi

Membro da Equipe de Apoio

Cleverson Eduardo Allievi

Membro da Equipe de Apoio

Maria Eulina Pinto de Matos

Membro da Equipe de Apoio

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 908/2017

SÚMULA "FIXA O ÍNDICE DE CORREÇÃO DA REVISÃO GERAL ANUAL (RGA) DO SUBSÍDIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE-MT, PARA O ANO DE 2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

A Câmara Municipal aprovou e BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES, Prefeita Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais sanciona a seguinte Lei;

Art. 1º. Esta Lei fixa o índice da revisão geral anual (RGA) do subsídio dos servidores públicos ativos, inativos e pensionistas do Poder Executivo do Município de Nova Monte Verde, abrangidos pelas Leis 680/2014 (PCCS Administração), Lei 661/2014 (PCCS – Saúde), e, Lei 627/2013 (PCCS – Educação), para o ano de 2017, bem como a sua forma de pagamento.

Parágrafo 1º. O subsídio dos servidores públicos abrangidos pelas Leis 680/2014 (PCCS Administração) e Lei 661/2014 (PCCS – Saúde), terá seu reajuste para o ano de 2017 no percentual de 6,58% (seis vírgula cinquenta e oito por cento), na forma do artigo 53 da Lei Municipal 680/2014.

Parágrafo 2º. O subsídio dos servidores públicos abrangidos pela Lei 627/2013 (PCCS – Educação), terá seu reajuste para o ano de 2017 no percentual de 7,64% (sete virgula sessenta e quatro por cento) na forma do artigo Art. 5º, parágrafo único da Lei Federal nº 11.738 de 16 de julho de 2008.

Art. 3º. A implantação na folha de pagamento dos índices mencionados nos parágrafos 1º e 2º do artigo anterior serão implantados a partir da folha salarial de maio de 2017.

Art. 4º. A revisão geral anual concedida atenderá os limites de despesa com pessoal de que trata a Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, e as prescrições do artigo 169, § 1º, da Constituição Federal.

Artigo 5º. O disposto nesta Lei não se aplica aos:

I – Secretários Municipais;

II – Prefeita, e;

III – Vice-Prefeito.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Nova Monte Verde-MT, 09 de Maio de 2017.

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO Nº. 1689 DE 09 DE MAIO DE 2.017.

Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Concurso Público - Edital n° 001/2016 e da outras providências.

O Srº. ***João Teodoro Filho***, Prefeito Municipal de Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública Municipal;

Considerando ainda o Decreto Municipal retificado nº. 1527 de 15 de julho de 2.016 e o Edital de n° 001/2016.

DECRETA

Art. 1º - Fica convocado o candidato a seguir relacionado com o respectivo cargo.

ASSISTENTE SOCIAL (SAÚDE)

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	NOTA FINAL	RESULTADO
219157	PATRICIA COSTA GONÇALVES RECKZIEGEL	29/10/1976	55,0	-o-

Art. 2º. O não comparecimento dos candidatos ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal no prazo de 30 (trinta) dias a partir da publicação deste Decreto implicará na nulidade do ato que a convocou.

Art. 3º- Os candidatos a serem nomeados e empossados deverão atender o previsto nos itens 2.3.1 a 2.3.10 do Edital do Concurso Público nº001/2016 e ainda apresentar no prazo máximo estabelecido no artigo 2º:

1. Comparecer em data, horário e local preestabelecido para tomar posse e receber designação para o respectivo local e trabalho;

2. Para tomar posse, o candidato deve apresentar cópia da seguinte documentação no original ou fotocópia autenticada: cópia da cédula de identidade, cópia do cadastro de pessoa física - CPF/MF, comprovante de endereço, cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral, cópia da reservista ou documento equivalente (quando sexo masculino), cópia da certidão de casamento ou nascimento, cópia da certidão de nascimento dos filhos, cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos, cópia do certificado/diploma de escolaridade exigida pelo cargo, certificado de Comprovação para as especialidades, pós-graduação e cursos de qualificação, conforme os casos apresentados no ato da inscrição, cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada, cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito, cópia do comprovante de residência, número de conta corrente para pagamento, apresentar exames atualizados de no máximo 20 dias de: Hepatites virais, Hemograma, Glicemia, Tipagem Sanguínea, VDRL e DST, atestado médico atestado de aptidão física e mental, declaração de não acúmulo de cargo e declaração de bens.

III - Idoneidade civil e criminal através de certidões negativas expedidas pelo Cartório Distribuidor do Juízo Estadual e Nacional da Comarca onde reside;

VI - Não haver infringido as leis constantes do Edital do Concurso Público;

V - Não estar exercendo acumulação ilegal de cargos públicos, comprovada através de Declaração;

VI - Ter aptidão de sanidades física e mental para o exercício do cargo, comprovado por bateria de exame feito por Junta Médica.

Art. 4º - A nomeação será feita exclusivamente no Regime Estatutário.

Parágrafo Único - A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Nova Nazaré - MT em 09 de Maio de 2.017.

joão teodoro filho

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

SECRETARIA DE GABINETE
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N.º 06/2017.

Edital de Notificação n.º 06/2017.

O Município de Nova Xavantina, Estado de Mato Grosso, através da Secretaria Municipal de Saúde – Divisão de Vigilância Sanitária, com sede na Avenida Mestre Venâncio de Oliveira, n.º 280 – setor Xavantina, Nova Xavantina – MT, nos termos da Lei Municipal n.º 1.992 de 20 de Março de 2017, Lei 1988 de 20 de Fevereiro de 2017 e demais legislação que trata da matéria, NOTIFICA o(a)s proprietário(a)s dos imóveis abaixo discriminados, para proceder no prazo de 10 (dez) dias a limpeza e conservação dos lote(s)/imóvel(is):

Nome proprietário	Descrição imóvel	Situação Imóvel
Jeucesar Andrade	Avenida Araes Santana, Setor 04 Quadra 003 lote 23	Lote sujo com vegetação alta
Erminia Lucia Barroso	Rua São Vicente, Setor 04 Quadra 003 lotes 09,11 e 13	Lote sujo com vegetação alta
Francisco Coelho de Moraes	Bairro Sant'Ana, Setor 04, Quadra 002, Lotes 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23 e 24	Lote sujo com vegetação alta ao redor dos imóveis
Francisco Coelho de Moraes	Bairro Sant'Ana, Setor 04, Quadra 012, Lotes 21e 26	Lote sujo com vegetação alta
Jatir Ramos Pessoa	Bairro Sant'Ana, Setor 04, Quadra 012, Lote 06	Lote sujo com vegetação alta

Decorridos o prazo de 10 (dez) dias, sem a adoção das medidas saneadora por parte do proprietário(a) do imóvel, o Município de Nova Xavantina – MT, com ônus para o proprietário(a), adotará às providências com vistas à limpeza do imóvel e aplicará às sanções previstas em lei, sem prejuízo das demais penalidades.

Nova Xavantina – MT, 10 de maio de 2017.

Bruna Ferreira da Silva

Fiscal Sanitário

Port.4882/10

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 138/2017

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Artigo 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias à servidora **Cleide David Marcilio** brasileira, maior, portadora do RG: nº 1159780-1 SSP/MT e do CPF:nº 823.123.381-49,servidora publica municipal lotada na **Secretaria Municipal de Saúde** no cargo de **ZELADORA,** referente ao período aquisitivo de 2015/2016, a partir do dia 10/05/2017 a 24/05/2017, com retorno no dia 25/05/2017.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 10 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 137/2017

"Conceder licença remunerada para tratamento de saúde à servidora Maria Aparecida de Souza".

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso,Sr. **Silvano Pereira Neves,** no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Art. 1º- Conceder de acordo com os Artigos 73 e 81 da Lei Municipal nº 429/98 Estatuto do Servidor Público Municipal Licença Particular comRemuneraçãopor 20 (vinte) diasconsecutivos a partir de 10/05/2017 a 29/05/2017, à servidora **Maria Aparecida de Souza,** brasileira, maior, portadora do RG: nº 805.069 SSP/MT e do CPF: nº 503.619.701-10, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e Orçamento no cargo de Assessora Adjunto de Finanças.

Art. 2º- A licença particular de que trata o artigo 1º será para tratamento de saúde fora do município.

Art. 3º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte-MT, em 10 de maio de 2017.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº:032/2017

Espécie:CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA SAÚDE

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: VANESSA LIMA DA SILVA

Representante Legal: VANESSA LIMA DA SILVA

Objetivo: Contratação por tempo determinado para atender necessidades de excepcional interesse público.

Vínculo Legal: Lei 1146/2016

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: TÉCNICA DE ENFERMAGEM

Valor Global R$: 17.718,69

Data assinatura:10/05/2017

Vigência: DE 10/05/2017 A 31/12/2017.

Signatários:Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Vanessa Lima da Silva.

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº:031/2017

Espécie:CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DA ADMINISTRAÇÃO

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado:MARLEIDE DA SILVA

Representante Legal: MARLEIDE DA SILVA

Objetivo: Contratação por tempo determinado para atender necessidades de excepcional interesse público.

Vínculo Legal: Lei 1158/2017

Regime Previdenciário: INSS

Cargo/Função: ZELADORA

Valor Global R$: 8.734,87

Data assinatura:09/05/2017

Vigência: DE 09/05/2017 A 31/12/2017.

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e Marleide da Silva.

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

PORTARIA Nº 160/2017. DE 10 DE MAIO 2017.

"Dispõe sobre designação de servidores para atuar como PREGOEIRA e Equipe de Apoio no âmbito do PREVI-MUNDO, e dá outras providências."

*A Diretora Executiva do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:*

R E S O L V E:

*Art. 1º. **DESIGNAR**,para atuar como **Pregoeira**, no âmbito do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, a servidora **LUCIANA DA SILVA BETARELO**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1927631-1 SSP/MT e devidamente inscrita no CPF sob o nº. 040.390. 361-07, Matrícula nº 2860, Pregoeira Oficial do Município de Novo Mundo/ MT, conforme Portaria nº 143/2017.*

*Art. 2º. **DESIGNAR** os seguintes servidores para Equipe de Apoio em Licitações na Modalidade de Pregão, no âmbito do **PREVI-MUNDO**, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso:*

***Cleber Valsoler –** Matricula nº 961*

***Maria Aparecida Bessa –** Matrícula nº 903*

***Silvia Calza** – Matrícula nº 833*

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Previ-Mundo, aos 10 de maio de 2017.

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 207/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PARTICULAR SEM REMUNERAÇÃO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 207/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Particular sem Remuneração de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do § 1. do Art. 126 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Vilma Ferreira da Silva,** portadora do RG nº 0575318-0 SSP/MT e do CPF: nº 378.303.511-91, efetiva, estável para o cargo de Professora lotado na Secretaria de Educação e Cultura, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 02 (dois) anos de Licença Particular sem Remuneração no período de 02/05/2017 á 02/05/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 218/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 218/2017

EM, 08 DE MAIO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Marlene Ferreira Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal , Ana Paula Rodrigues Mendonça , Luzia Sandra Silva Borges, Camila Alves de Sousa ,** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 045/2017 – Fornecimento de Refeições, tais como, café da manhã, almoço e jantar para atendimento a serviços e eventos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, na cidade de Novo São Joaquim e nos Distritos de Cachoeira da Fumaça e Itaquere, para a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim.

Contratada: V. M. DA SILVA COMERCIO - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 08 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 217/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 217/2017

EM, 08 DE MAIO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Marlene Ferreira Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal , Ana Paula Rodrigues Mendonça , Luzia Sandra Silva Borges, Camila Alves de Sousa ,** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 044/2017 – Fornecimento de Refeições, tais como, café da manhã, almoço e jantar para atendimento a serviços e eventos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, na cidade de Novo São Joaquim e nos Distritos de Cachoeira da Fumaça e Itaquere, para a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim.

.

Contratada: LUIZ OMERO RAMOS DE OLIVEIRA

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 08 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 216/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 216/2017

EM, 08 DE MAIO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Marlene Ferreira Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal , Ana Paula Rodrigues Mendonça , Luzia Sandra Silva Borges, Camila Alves de Sousa ,** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 043/2017 – Fornecimento de Refeições, tais como, café da manhã, almoço e jantar para atendimento a serviços e eventos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, na cidade de Novo São Joaquim e nos Distritos de Cachoeira da Fumaça e Itaquere, para a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim .

.

Contratada: LAEFE ANTONIO DO NASCIMENTO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 08 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 215/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 215/2017

EM, 08 DE MAIO DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, o Servidora, **Marlene Ferreira Oliveira Rocha, Willian Carlos Cardeal , Ana Paula Rodrigues Mendonça , Luzia Sandra Silva Borges, Camila Alves de Sousa ,** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

Contrato nº. 042/2017 – Fornecimento de Refeições, tais como, café da manhã, almoço e jantar para atendimento a serviços e eventos da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, na cidade de Novo São Joaquim e nos Distritos de Cachoeira da Fumaça e Itaquere, para a Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim .

.

Contratada: EDNEIDE OLIVEIRA DO NASCIMENTO

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 08 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 214/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA "SEM ÔNUS",

PORTARIA Nº. 214/2017

EM, 03 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Secretário de Agricultura "sem ônus", e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o senhor, **Sergio Marcos Freitas,** portador do RG nº 12189664 PCE/MG e do CPF: nº 080.707.736-42 para cargo de livre nomeação Secretario de Agricultura " sem ônus" para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 213/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 213/2017

EM, 03 DE Maio DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar, a Servidora, **Camila Alves de Sousa,** servidor no cargo de Assistente Social**,** para exercer a função de Fiscal de Contratos, assumindo todos os contratos fiscalizados pela servidora **Fernanda Lima dos Reis**, apartir da data publicada.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para o dia 02 de Maio 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 212./2017 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA NOMEAÇÃO DA EQUIPE LOCAL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Portaria Nº 212./2017

Em, 03 de Maio de 2017.2017

"Dispõe sobre a alteração da nomeação da Equipe Local da Rede Municipal de Ensino que tem a função de construir o diagnóstico e o PAR (Plano de Ações Articuladas) do Município"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Resolve:

Art. 1º - Fica alterada a Portaria nº 239/2016 de 08/09/2016, nomeada os componentes da Equipe Local da Rede Municipal de Educação;

Secretário Municipal de Educação:

Lucidalma Rocha da Silva

Técnico da Secretaria Municipal de Educação:

Norval Augusto Coelho

Maria de Fatima Vieira Lima

Representante dos Diretores de Escola:

Kelliana Ribeiro Castro dos Santos

Representante dos Professores da Zona Urbana:

Virginia Oliveira Soares

Representante dos Professores da Zona Rural:

Volnei Tafarel

Representante dos Coordenadores ou Supervisores Escolares:

Silvana Laurindo da Silva

Representante do quadro Técnico-administrativo das Escolas:

Maria Helena Rocha da Silva

Representantes dos Conselhos Escolares-CDCEs:

Nilza D'arc Rosa

Lucelma Carvalho da Silva Aguiar

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Varlei Aparecida de Jesus

Art. 2º - A Equipe Local trabalhará de forma integral e exclusiva durante todo o período em que for necessário para realização da construção do diagnóstico e o PAR (Plano de Ações Articuladas) em nosso município.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga a Portaria Nº 239/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal aos três dias do mês Maio de 2017.

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 211/2017 - DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 211/2017

EM, 03 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, ao Servidor, **Jorge Luiz Lopes de Araujo,** portador do RG nº 40146 SSP/MT e do CPF: nº 327.709.951-20, efetivo, estável para o cargo de Agente de Serviços Gerais – AG-3, lotado na Secretaria de Infraestrutura, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 03/05/2017 á 01/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 03 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 210/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETARIO DE INFRAESTRUTURA

PORTARIA Nº. 210/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação do Secretario de Infraestrutura, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o senhor, **Sergio Marcos Freitas,** portador do RG nº 12189664 PCE/MG e do CPF: nº 080.707.736-42 para cargo de livre nomeação Secretario de Infraestrutura para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 209/2017 -DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 209/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, ao Servidor, **Edenilson Ferreira Brito,** portador do RG nº 826230 SSP/MT e do CPF: nº 545.752.301-20, efetiva, estável para o cargo de Motorista, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 02/05/2017 á 30/06/2017, e 01/08/2017 a 30/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 208/2017 -DISPÕE SOBRE A LICENÇA PRÊMIO DE FUNCIONÁRIO PÚBLICO

PORTARIA Nº. 208/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Licença Prêmio de Funcionário Público, e dá outras providências correlatas"

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 127 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, a Servidora, **Ivonete Gonçalves de Miranda Brito,** portadora do RG nº 982073 SSP/MT e do CPF: nº 632.168.761-87, efetiva, estável para o cargo de Agente de Serviços Gerais AG-8, lotado na Secretaria de Educação e Cultura, da Prefeitura de Novo São Joaquim-MT, 03 (três) meses de Licença Prêmio no período de 02/05/2017 á 30/06/2017, e 01/08/2017 a 30/08/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
PREGÃO PRESENCIAL 17/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 17/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 09h00 horas (Brasília) do dia 23 de Maio de 2017**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim – Mato Grosso, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8. 666/93. O **credenciamento** será feito das **08h30 às 09h00**. Os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos no objeto deste Edital e seus Anexos deverão ser entregues ao Pregoeiro até às **09h00 horas (Brasília) do dia 23 de Maio de 2017. CONTRATAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO AO TRANSPORTE ESCOLAR DAS ESCOLAS DA REDE PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM NO PERÍODO LETIVO RESTANTE DO ANO DE 2017. CONFORME ESPECIFICAÇÕES DO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL. LOCAL DA DISPUTA**: Sala de Licitações – Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim/MT.**RETIRADA DO EDITAL:** sites: www.novosaojoaquim.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim, das 08h00 às 17h00.**INFORMAÇÕES:** As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.**TELEFONE PARA CONTATO:** (0**66)3479-1158.

Novo São Joaquim - MT, 10 de Maio de 2017.

GERALDO PEREIRA DA SILVA SOBRINHO

Pregoeiro Oficial

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 206/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO CHEFE DEPARTAMENTO DE REABILITAÇÃO

PORTARIA Nº. 206/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Nomeação Chefe Departamento de Reabilitação, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia a senhora **Bruna Pereira Brito,** portador do RG nº 2303619-2 SSP/MT e do CPF: nº 057.846.741-02 para o cargo de livre nomeação Chefe Departamento de Reabilitação para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 205/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO COORDENADOR DE OBRAS,

PORTARIA Nº. 205/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração Coordenador de Obras, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar o senhor **Sergio Marcos Freitas,** portador do RG nº 12189664 PCE/MG e do CPF: nº 080.707.736-42 do cargo de livre nomeação Coordenadora de Obras para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maio de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 204/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO COORDENADORA DE EQUIPE DE REFERENCIA

PORTARIA Nº. 204/2017

EM, 02 DE MAIO DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração Coordenadora de Equipe de Referencia, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a senhora Fernanda Lima Reis**,** portadora do RG nº 14508532 SSP/MT e do CPF: nº 000.781.101-22 do cargo de livre nomeação Coordenadora de Equipe de Referência para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 02 de Maiol de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº 203/2017 - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO MUNICIPAL DE GESTÃO PARA ADEQUAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E REMUNERAÇÃO

PORTARIA Nº 203/2017

Em, 28 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre a nomeação da Comissão Municipal de Gestão para Adequação do Plano de Carreira e Remuneração do município de Novo São Joaquim – MT.

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, Srº **ANTONIO AUGUSTO JORDÃO**, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - Fica nomeado a Comissão de Gestão para Adequação do Plano de Carreira e Remuneração do Município de Novo São Joaquim- MT, conforme segue abaixo:

Representante da Secretaria Municipal de Educação:

Lucidalma Rocha da Silva

Maria de Fatima Vieira Lima

Representante da Assessoria Jurídica

Carlos Royttmen Pires da Silva

Leandro de Oliveira Dolzan

Representante dos Professores:

Nilza Darc Rosa

Virginia Oliveira Soares

Representante dos Técnicos Administrativos Educacional:

Maria Helena Rocha da Silva

Marlene Ferreira de Oliveira

Representante da Secretaria de Administração :

Leandro Meireles

Jéssica Fernanda Pereira Sotério

Representante da Secretaria de Finanças:

Ana Paula Rodrigues Mendonça

Silvo Barboza de Oliveira

Representante do CACS do FUNDEB

Varlei Aparecida de Jesus

Kelliana Castro Santos Ribeiro

Representante do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais

Norval Augusto Coelho

Marilene Madalena Ferreira

Art. 2º - Cria a Equipe Técnica composta pelos membros, Norval Augusto Coelho, Maria Helena Rocha da Silva, Lucidalma Rocha da Silva.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revoga-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 28 de Abril de 2017.

ANTONIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 202/2017 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DO SECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA SEM ÔNUS

PORTARIA Nº. 202/2017

EM, 26 DE ABRIL DE 2017.

"Dispõe sobre a Exoneração do Secretário de Infraestrutura **sem ônus**, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo no Inciso I do Art. 67 do Estatuto do Servidor Público Municipal da Lei Municipal nº 456/2007,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica revogado a portaria Nº 187/2017 de 19 de abril de 2017, do Senhor **LEANDRO MEIRELES,** portador do RG nº 24.233.593-7 SSP/SP e do CPF: nº 102.870.098-90 do cargo de livre nomeação Secretario de Infraestrutura

sem ônus para o Município de Novo São Joaquim-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 26 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO RECURSO HUMANO
PORTARIA Nº. 201/2017 - DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE CONTRATOS

PORTARIA Nº. 201/2017

EM, 25 DE ABRIL DE 2017.

"Designa Servidor Público Municipal para fiscalização de execução de contratos, e dá outras providências correlatas".

O Prefeito Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, **Sr. ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO**, usando de suas atribuições legais,

Considerando o dispositivo do Art. 67 da Lei nº 8666/1993,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa, a Servidora, **Luzia Sandra Silva Borges,** efetiva com o cargo de Agente de Serviços Gerias – Ag1**,** para exercer a fiscalização dos contratos abaixo relacionados.

.

Contrato nº. 041/2017 – Prestação de Serviços de Leitos de casa de apoio para atendimento de pacientes, usuários do SUS, oferecendo dependências masculinas e femininas providas de dormitórios e banheiros, fornecendo ainda no mínimo, quatro refeições diárias (café da manhã, almoço, café da tarde e jantar) e ainda deverá fornecer transporte para locomoção casa de apoio/unidade de saúde/casa de apoio na cidade de Goiânia/GO, para atender a Secretaria Municipal de Saúde.

.

Contratada: APOIO PRO SAUDE EIRELI - ME

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publica-se, Cumpra-se.

Novo São Joaquim-MT, 25 de Abril de 2017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO/PREGOEIRO
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 68/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 68/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 68/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 10.586,00 (dez mil quinhentos e oitenta e seis reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: INOVAMED COMÉRCIO DE MEDICAMENTO LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 72/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 72/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 15.404,00 (quinze mil quatrocentos e quatro reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 73/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 73/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 4.090,00 (quatro mil e noventa reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 69/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: PRO-REMEDIOS DIST DE PROD FARM E COSM EIRELI – ME

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 69/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 69/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 28.392,00 (vinte e oito mil trezentos e noventa e dois reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 71/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: CENTERMEDI COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 71/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 71/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 45.877,54 (quarenta e cinco mil oitocentos e setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 70/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: DELTA MED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 70/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 70/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 2.670,00 (dois mil seiscentos e setenta reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE ADESÃO Nº 02/2017

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75/2016

ADERENTE (CONTRATANTE): PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

CONTRATADA: PRESTOMEDI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

OBJETO: O presente instrumento tem por objeto firmar a Adesão a Ata de Registro de Preços nº 75/2016 realizada pela Prefeitura Municipal de NOVO SÃO JOAQUIM/MT, visando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA PRONTO ATENDIMENTO A FARMACIA CENTRAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SÃO JOAQUIM/MT através da disponibilidade da Contratada, conforme especificações constantes da Cláusula Segunda da ARP nº 75/2016.

VALOR DA ADESÃO: R$ 13.687,00 (treze mil seiscentos e oitenta e sete reais)

VIGÊNCIA: O presente instrumento terá vigência a partir de sua assinatura até 08 de dezembro de 2017.

Novo São Joaquim – MT, 10 de Maio de 2.017.

ANTÔNIO AUGUSTO JORDÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
DECRETO N.º 1.359/20017

DECRETO N.º 1.359/20017

Dispõe sobre realização do censo previdenciário dos servidores públicos efetivos da Administração Municipal Direta e Indireta, dos inativos e pensionistas do PARANATINGA-PREVI e dá outras providências.

O prefeito Municipal de Paranatinga/MT, Sr. Josimar Marques Barbosa, no uso da atribuição que lhe confere da Lei Orgânica do Município, e

Considerando a necessidade de atualização de dados cadastrais dos servidores públicos efetivos da administração municipal direta e indireta, inclusive fundacional, e inativos e pensionistas do PARANATINGA-PREVI;

Considerando o art. 9º, II da Lei Federal n. 10.887 de 18 de junho de 2004, que determina o recenseamento previdenciário dos inativos e pensionistas;

Considerando que, para esse fim, se faz necessário a identificação do servidor, do perfil funcional, de sua lotação, seu enquadramento funcional, bem como outras informações consideradas fundamentais para o Regime Próprio de Previdência Social do Município;

Considerando que o processo de atualização dos dados dos servidores não regerá despesas para o Município;

DECRETA:

Art. 1º Ficam estabelecidos, nos termos deste Decreto, as normas e procedimentos para a realização do CENSO PREVIDENCIÁRIO abrangendo todos os servidores públicos efetivos da administração municipal di-

reta, indireta, fundacional e autárquica e dos inativos e pensionistas do PARANATINGA-PREVI.

§ 1º O recenseamento de que trata o caput deverá ser realizado no período de 15 de Maio à 20 de Junho de 2017, na sede do Paranatinga-Prev no horário de 07:30 h às 10:30 h.

Art. 2º Para fins de atualização do cadastro será obrigatória a apresentação de cópias do Cadastro de Pessoa Física (CPF), PIS/PASEP, Carteira de Identidade, Carteira de Trabalho (incluindo páginas com registro dos Contratos anteriores), Título de Eleitor, Certificado de Reservista de Dispensa de Incorporação, Carteira de Habilitação, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável, Cadastro de Pessoa Física (CPF) do Cônjuge, Certidão de Nascimento dos Dependentes, CPF dos dependentes; Carteira de Vacinação dos dependentes menores de 7 (sete) anos, Atestado de Frequência Escolar dos dependentes com idade entre 7 (sete) e 14 (catorze) anos, Certidão de Efetivo Exercício Profissional e Comprovante de Residência (atualizado). Para os segurados e dependentes inválidos beneficiários de aposentadoria por invalidez e pensão por morte, em caráter complementar será solicitada a comprovação de invalidez. As cópias dos referidos documentos deverão ser autenticadas em cartório ou conferidas com os originais, pelos responsáveis, no ato do recadastramento.

§ 1º Quando o titular do benefício estiver impossibilitado de comparecer pessoalmente, a recepção dos dados cadastrais poderá se dar através de representante legal ou procurador, depois que estes atualizarem seus dados junto ao PARANATINGA-PREVI.

§ 2º Ficam obrigados os órgãos de Recursos Humanos da Administração direta, indireta, fundacional e autárquica do Município, a fornecer 2ª (segunda) via de documentos funcionais para os servidores que dela necessitarem para o cumprimento deste Decreto.

§ 3º Para atendimento ao disposto no caput ficam aprovados os modelos constantes deste Decreto.

Art. 3º A entrega dos documentos por intermédio de representante legal e/ou procurador somente será aceita nas seguintes hipóteses:

I- afastamento do servidor para qualificação profissional fora do Estado, à vista de documento que comprove essa condição e da necessária autorização para esse afastamento;

II- comprovação de residência noutro Estado ou fora da Região Metropolitana por parte do servidor ativo, inativo e pensionista, mediante apresentação de Atestado de Vida e residência, expedida por Órgão de Segurança Pública do estado de sua residência, no qual conste declaração expressa de que ali reside;

III- dificuldade de locomoção em decorrência de problemas de saúde do servidor, inativo e pensionista à vista de atestado médico que comprove essa dificuldade, hipótese em que o representante legal ou procurador, ao entregar os documentos no posto de recepção, deverá agendar visita domiciliar, como condição de conclusão do recadastramento.

Parágrafo Único. O segurado inativo e os pensionistas que residirem fora da sede do município apresentarão declaração de vida e residência atualizada, devidamente assinada sob as penas da lei, de acordo com o modelo constante ao Anexo I deste Decreto, e instituirá procurador, através de instrumento público, com poderes específicos para representá-lo junto ao PARANATINGA-PREVI para os fins de seu recadastramento, autorizando-o a prestar quaisquer esclarecimentos que venham a se tornar em cada caso.

Art. 4° Para fins de recenseamento, o segurado inativo ou pensionista que contar com mais de 80 anos receberá a visita do recenseador devidamente identificado.

Art. 5° Findo o prazo do recenseamento, será expedida correspondência convocando o segurado ativo, inativo e o pensionista a comparecer ao PARANATINGA-PREVI no prazo de 30 (trinta) dias, para atualização dos seus dados cadastrais, dando-lhe ciência de que o não atendimento a convocação relativa ao CENSO PREVIDENCIÁRIO acarretará a suspensão do pagamento dos proventos.

Parágrafo Único: A notificação a que se refere este artigo será feita por via postal com Aviso de Recebimento – AR para o beneficiário com endereço válido no cadastro do PARANATINGA-PREVI e por meio de edital quando a correspondência endereçada ao mesmo for devolvida pelo Correio sem o efetivo cumprimento.

Art. 6° Os órgãos e entidades da administração direta, indireta, fundacional e autárquica do Município, deverão participar, no âmbito de suas respectivas competências, da execução do recadastramento, inclusive facilitando a divulgação, e atendendo, no que lhes couber, ao disposto neste Decreto.

Art. 7° As informações relativas ao CENSO PREVIDENCIÁRIO, tais como consultas sobre benefícios sujeitos à atualização cadastral e orientações sobre suas diversas etapas, poderão ser obtidas no PARANATINGA-PREVI ou por intermédio do telefone n° (66) 3573-1826.

Art. 8° Fica o Secretário de Administração autorizado a expedir os atos normativos complementares que venham a ser necessários à plena execução deste Decreto.

Art. 9° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranatinga, 10 de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal de Paranatinga

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE VIDA E RESIDÊNCIA

Eu, (nome do servidor inativo ou do pensionista), matrícula número (...número) portador do documento de identificação número (...número) expedido por (órgão expedidor) , declaro sob as penas da lei, que vivo e resido à nome do logradouro , número, complemento , bairro, cidade , unidade da Federação .

_____/MT, ___ de _____ de 2017.

Assinatura do Servidor

Reconhecimento da firma do servidor/responsável pelo pensionista

OUVIDORIA MUNICIPAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017.

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01/2017.

Disciplina critérios de apresentação de certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios de formação educacional, para fins de enquadramento e progressão horizontal dos servidores públicos estaduais.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Sr. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Munícipio de Paranatinga e, com base no disposto das Leis n. 024/97 e n. 533/2008, objetivando os critérios de apresentação de certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios de formação educacional, para fins de enquadramento e progressão horizontal dos servidores públicos municipais:

Título I

Das Disposições Preliminares

Art. 1º. A presente Instrução Normativa possui a finalidade de disciplinar a instrução processual relativa a apresentação de certificados, diplomas e demais documentos comprobatórios de formação de nível escolar e de cursos de aperfeiçoamento, qualificação, e capacitação profissional, nos processos referentes a enquadramento e progressão horizontal dos servidores públicos municipais. **Art. 2º.** As finalidades precípuas da capacitação do servidor, através da conclusão de cursos e de níveis escolares, são as seguintes:

I - prestação do serviço público com maior eficiência e competência, com o objetivo de se efetivar o interesse público;

II - formação educacional pessoal do servidor, contribuindo para o seu crescimento intelectual e melhoramento como cidadão.

Art. 3º. Os cursos de que tratam os certificados e diplomas utilizados pelos servidores públicos municipais deverão respeitar as finalidades da capacitação do servidor, não servindo tão somente à progressão horizontal nas carreiras ou ao enquadramento em classe superior.

Parágrafo único. Os certificados e diplomas de que trata o caput deste artigo deverão ser originados de cursos que estejam relacionados com a área de atuação do servidor e/ou do órgão ou entidade em que se encontra lotado ou em exercício, no Poder Público.

Art. 4º. O curso que, pela simples análise de sua nomenclatura e/ou conteúdo programático/histórico escolar, a princípio, não respeitar o Parágrafo único do artigo 3º, deverá estar acompanhado de declaração ou autorização emitida pela Chefia Imediata, reconhecendo ou não a correlação do curso com a área de atuação do servidor ou do órgão/entidade em que estiver lotado ou em exercício.

Título II

Dos Cursos Utilizados

Capítulo I

Dos Níveis Escolares

Art. 5º. A comprovação de formação em níveis de escolaridade se dará por meio da apresentação da cópia autenticada do certificado ou diploma que comprove a conclusão do ensino fundamental, ensino médio, graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado e outros cursos.

Seção I

Da Graduação

Art. 6º. Considera-se graduação os cursos de Licenciatura, Bacharelado e Tecnológico.

§ 1º. A Licenciatura compreende o curso de nível superior;

§ 2º. O Bacharelado compreende o curso de nível superior que habilita o graduado a exercer uma profissão de nível superior;

§ 3º. O Tecnológico compreende o curso de nível superior que habilita o graduado a exercer uma profissão de nível superior, conferindo-lhe o diploma de Tecnólogo.

Seção II

Da Pós-Graduação

Art. 7º. Considera-se pós-graduação, na modalidade *lato sensu*, a Especialização/MBA (Master Business Administration) e na modalidade *stricto sensu*, o Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado.

Seção III

Dos Cursos Técnicos de Nível Médio

Art. 8º. Os certificados/diplomas de ensino médio profissionalizante conferem ao seu portador os direitos atinentes aos que possuem o ensino médio, bem como habilitam ao exercício de determinada profissão.

Art. 9º. Nos casos em que a lei de carreira prever, para o preenchimento de requisito de uma classe, a conclusão de ensino médio, e para outra classe, a habilitação profissionalizante de nível técnico, poderá o servidor utilizar o mesmo certificado de conclusão de ensino médio profissionalizante para o preenchimento dos requisitos das duas classes, desde que, em relação à parte técnica seja atendido o previsto no artigo 3º, parágrafo único.

Parágrafo único. O previsto neste artigo não implica em fracionamento do curso para o aproveitamento da parte técnica como horas de cursos de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação profissional.

Capítulo II

Dos Cursos de Capacitação, Qualificação e Aperfeiçoamento Profissional

Art. 10. Os cursos de capacitação são aqueles que objetivam dar condições para o exercício de determinadas funções, assim como também objetivam preparar para o mundo do trabalho, oferecendo a oportunidade de uma melhor adaptação às novas exigências.

Art. 11. Os cursos de qualificação são aqueles cursos de nível básico, compatíveis com a qualificação profissional identificada, desenvolvendo competências para o cargo/função a que se destina.

Art. 12. Os cursos de aperfeiçoamento são aqueles que objetivam revitalizar, aprimorar e aprofundar os conhecimentos adquiridos.

Art. 13. Os certificados dos cursos de que trata este capítulo devem possuir, pelo menos, os seguintes requisitos:

I - nome do estabelecimento, órgão ou entidade responsável pela promoção do curso e CNPJ;

II - nome completo do servidor;

III - nome do curso;

IV - data de início e término;

V - carga horária;

VI - conteúdo programático;

VII - data e local de expedição;

VIII - assinatura do responsável pela expedição do certificado.

Parágrafo único. Poderão ser aceitos, excepcionalmente, certificados que não possuam algum dos requisitos mencionados neste artigo, desde que a ausência seja motivada em argumento de ordem técnica, declarada expressamente pela entidade expedidora do certificado, sem prejuízo, em qualquer caso, do direito da Prefeitura Municipal de Paranatinga julgar sobre a legitimidade da alegação e do certificado utilizado.

Art. 14. A carga horária do curso, consubstanciada na quantidade de horas/aula inscritas em 01 (um) certificado, não poderá ser fracionada, devendo ser utilizada apenas uma vez e para uma única classe.

Art. 15. Os cursos de níveis escolares, mencionados no Capítulo I, Título II, desta Instrução Normativa, poderão, excepcionalmente, ser utilizados com a finalidade de suprimento de horas de curso de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação profissional, desde que cumpridas as seguintes determinações:

I - o curso não poderá ter sido utilizado pelo servidor em qualquer fase de enquadramento e/ou progressão horizontal anterior;

II - o curso deverá estar relacionado com a área de atuação do servidor e/ou do órgão ou entidade em que se encontra lotado ou em exercício;

III - somente poderá ser utilizado uma vez, para uma única classe, inobstante a carga horária que o curso possua;

IV - condicionamento a todas as regras atinentes aos cursos de aperfeiçoamento, qualificação e capacitação profissional, notadamente ao prazo de validade.

Capítulo III

Dos Cursos Aceitos Para Todas as Carreiras

Art. 16. Os cursos abaixo relacionados poderão ser aproveitados para todas as carreiras:

I - Direito Administrativo;

II - Legislação de Pessoal;

III - Relações Humanas;

IV - Relações Interpessoais;

V - Desenvolvendo Competências;

VI - Língua Portuguesa/Interpretação de Texto/Redação Oficial;

VII - Informática;

VIII - Atendimento ao Público;

IX - Gestão de Documentos;

X - Comunicação;

XI - cursos na área de administração pública;

XII - Língua Estrangeira.

Art. 17. Nos casos em que os cursos supracitados não estejam relacionados com a área de atuação do servidor e/ou do órgão ou entidade em que se encontre lotado ou em exercício, deverão ser respeitadas as seguintes disposições:

I - serão aproveitados somente os cursos que possuam data de conclusão não superior a 05 (cinco) anos, contados retroativamente à data de entrega do certificado.

Título III

Da Comprovação dos Cursos

Art. 18. A comprovação dos cursos de que trata o Título II deverá ser feita através da apresentação da cópia autenticada do certificado ou diploma respectivo.

Parágrafo único. A Autenticação da cópia do certificado ou diploma poderá ser feita por servidor efetivo do órgão, responsável pelo recebimento da documentação, mediante a apresentação do documento original de conclusão do curso, sendo imprescindível à devida identificação do servidor autenticador, com a inscrição de seu nome, cargo e data de recebimento.

Art. 19. No caso de conclusão de curso de graduação ou pós-graduação realizado fora do país, o mesmo deverá ser convalidado por universidade brasileira, nos termos da legislação educacional vigente. A utilização do certificado ou diploma ainda não convalidado, para fins de enquadramento ou progressão horizontal, estará condicionada à eventual autorização contida na lei de carreira do servidor.

Art. 21. Em qualquer caso, as pendências relacionados com a apresentação do original do certificado ou diploma, ou com os mesmos ainda não convalidados, não poderá ser motivada por ato voluntário do servidor, devendo o mesmo comprovar que cumpriu todas as obrigações pertinentes ao saneamento da expedição, registro ou convalidação.

Título IV

Das Disposições Finais

Art. 22. As disposições contidas nesta Instrução Normativa possuem natureza supletiva às legislações vigentes, não sendo válidas, portanto, quando a Lei dispuser, implícita ou explicitamente, o contrário.

Art. 23. O preenchimento das obrigações dispostas nesta instrução, bem como a declaração ou atestado emitidos por órgãos, entidades ou estabelecimentos de ensino, não excluem a possibilidade da Prefeitura Municipal de Paranatinga julgar sobre a regularidade das ocorrências e dos documentos.

Art. 24. Os certificados de cursos ministrados pelo servidor somente terão validade quando a lei de carreira autorizar, podendo ser utilizado uma única vez, independentemente de serem ministrados mais de uma vez.

Art. 25. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, sendo aplicável aos processos já em trâmite.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, aos 09 dias do mês de maio de 2017.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 007/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Pedra Preta e Prieto Assessoria e Consultoria.

OBJETO: - Constitui objeto do presente a contratação de empresa para prestação de serviços e consultoria e assessoria na elaboração de processos licitatórios do Poder Executivo, utilizando na execução de serviços, mão de obra especializada/treinada, mediante planejamento de atividades, bem como capacidade, a utilizar-se de mecanização e tecnologia, quando for necessário para a boa execução dos serviços.

VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais)

PRAZO: 04/07/2017

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito e Prieto Assessoria e Consultoria CNPJ: 27.482.456/0001-91

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2017 ADMINISTRATIVO

EXTRATO CONTRATO Nº 005/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Pedra Preta e Valmir Panta de Oliveira.

OBJETO: - Constitui objeto do presente a locação do imóvel, situado à Rua Amazonas, s/n – Lote 02 – Quadra 10 – Vila Garça Branca – Pedra Preta – Mato Grosso – CEP: 78.795-000.

VALOR: R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais)

PRAZO: 04/01/2018

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito e Valmir Panta de Oliveira. CPF: 993.336.001-91

PORTARIA Nº 276/2017. DE 09 DE MAIO DE 2017.

Concede Licença Maternidade a senhora **ELISANDRA FONTANA** e dá outras providências.

***JUVENAL PEREIRA BRITO*, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando: o Atestado Médico emitido pelo Dr.º **Lindomar D. Freitas**, CRM 3905, em 08/05/2017.

Considerando ainda: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora ELISANDRA FONTANA ocupante do Cargo de TÉCNICA DE ENFERMAGEM, lotada junto à Secretaria Municipal de Saúde a serem usufruídas no período de08/05/2017a 05/09/2017.

***ART. 2º* -** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 08/05/2017.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS NOVE DIAS DO MÊS DE MAIO DO ANO DE 2017.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

EXTRATO CONTRATO Nº 012/2017 CARTA CONVITE 004-2017

EXTRATO CONTRATO Nº 012/2017

CARTA CONVITE 004-2017

EXTRATO CONTRATO Nº 012/2017

PARTES: Prefeitura Municipal de Pedra Preta e Fernando Raimundo da Silva – ME

OBJETO: - Constitui objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em Engenharia elétrica para execução de projeto na extensão de 106 metros de rede de distribuição urbana trifásico 8,7/15 KV na modalidade compacta com instalação de um posto de transformação trifásico de 75 KVA-200 V, sendo instalada dentro das dependências da Escola Municipal Professora Antonio Aparecida Garcia, Carta Convite nº 004/2017.

PRAZO: 06/08/2017

SIGNATARIOS/CONTRATANTES: Prefeito Municipal Juvenal Pereira Brito e Fernando Raimundo da silva - CNPJ: 26.910.394/0001-09

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Pedra Preta - MT, no uso de suas atribuições legais, regimentais e com fundamento no inciso VI, do art.43, da Lei 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e conforme o que consta no Edital **006/2017-CC.**

RESOLVE:

HOMOLOGAR: o procedimento licitatório na modalidade **Carta Convite, n.º 006/2017**, que tem por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO, NA MANUTENÇÃO EXCLUSIVA DE ILUMINAÇÃO PUBLICA E PREDIAL, NO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA, VILA GARÇA BRANCA E SÃO JOSÉ DO PLANALTO, PELO PERIODO DE 09(NOVE) MESES.**

ADJUDICAR o objeto licitado da Empresa abaixo relacionada, vencedora do certame acima mencionado.

Razão social: **FERNANDO RAIMUNDO DA SILVA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 26.910.394/0001-09**

Valor da Proposta de **R$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).**

Proceda - se a contratação da empresa: **FERNANDO RAIMUNDO DA SILVA - ME CNPJ sob o nº 26.910.394/0001-09**

Pedra Preta - MT, 10 de Maio de 2017.

_____

JUVENAL PEREIRA BRITO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EXTRATO CONTRATO N° 025/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ZDRADEK DE LIMA E CIA LTDA – ME**

O presente Contrato é para:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA NA PARTE ELÉTRICA E DE AR CONDICIONADO DOS VEÍCULOS LEVES E PESADOS DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 115.800,00 (Cento e quinze mil e oitocentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **11/04/2017 a 11/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 031/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **ROMAN E ROMAN LTDA – ME**

O presente Contrato é para: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM LATARIA, PINTURA E GUINCHO PARA VEÍCULOS LEVES, PESADOS E MAQUINÁRIOS DA FROTA DE VEÍCULOS".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 261.044,60 (Duzentos e sessenta e um mil quarenta e quatro reais e sessenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **25/04/2017 a 25/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 25 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2017

TERMO DE CONVÊNIO Nº 07/2017 QUE ENTRESICELEBRAM A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – **SEMEC** através da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO e **ASSOCIAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-AUPAZ.**

Pelo presente Instrumento Particular de um lado a **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEMEC** através **da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO,** inscrita no CNPJpessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Ministro César Cals nº226, Centro, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.238.631/0001-31, doravante simplesmente denominado **CONCEDENTE,** representado neste ato pelo Prefeito Municipal, Sr. **MAURÍCIO FERREIRA DE SOUZA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº 3462335-0 SSP/PR, inscrito no CPF sob nº408.557.409-49 e do outro lado a **ASSOCIAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-AUPAZ,** doravante denominado simplesmente **CONVENENTE,** estabelecida a Rua Rio de Janeiro, nº17, Bairro Nova Esperança, , neste município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob nº15.033.971/0001-05, neste ato representado pelo Presidente o Sr**. JHONIEL CARLOS DE SOUSA FRANÇA**, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, portador da Cédula de Identidade RG nº25538454-SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 047.319.861-41, no uso dos poderes conferidos, objetivando execução das ações previstas na Lei Municipal nº956, de 26 de Abril de 2017, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se os partícipes às normas da Instrução Normativa nº03 de 19/04/1993, e demais legislações pertinentes, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente convênio tem por objetivo a cooperação mútua, visando a dar apoio ao ensino superior, através de aquisição de combustível a serem

destinados aos veículos geridos por essa Associação de Acadêmicos, na utilização no transporte de acadêmicos que residem neste Município até as instituições de ensino superior, sediada na cidade de Colider-MT, conforme plano de trabalho aprovado que passa a fazer parte integrante do presente instrumento, independente da sua transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES

I - A CONCEDENTE COMPETE:

a) Repassar ao Convenente a importância total de 66.000(Sessenta e seis mil) litros de combustível óleo diesel comum. divididos em 08 (oito) parcelas.

b) Abastecer semanalmente os ônibus.

c) Acompanhar e fiscalizar a execução do presente convênio.

d) Receber, examinar e emitir parecer às prestações de conta, conforme plano de trabalho;

e) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexão, podendo contar para isso, com os técnicos do **CONVENENTE**;

f) Analisar previamente as propostas de reformulação do plano de trabalho, por escrito, acompanhadas de justificativas e desde que não impliquem mudanças do objeto.

II - AO CONVENENTE COMPETE:

a) Aplicar os recursos recebidos do SEMEC, executando as atividades pactuadas, em consonância e conformidade com o plano de trabalho;

b) Apresentar prestação de conta conforme Cláusula 07;

c) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do objeto pactuado, inclusive trabalhista previdenciárias, sociais, fiscais e comerciais, não gerando à **CONCEDENTE**, obrigações ou outros encargos de quaisquer naturezas.

d) Fornecer ao **CONCEDENTE,** todas as informações solicitadas com relação ao objeto do presente Convênio.

e) As Notas Fiscais e outros documentos comprobatórios das despesas serão emitidos em nome do **CONCEDENTE,** com a identificação do numero do convênio, mantendo em arquivo pelo prazo de 05 (cinco) anos contados da aprovação das contas pelo **TCE/MT.**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA Termo de convênio terá vigência a partir da data de sua assinatura até 31 de Dezembro de 2017. CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO É a PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/SEMEC, responsável por conservar a autoridade normativa e exercer controle e fiscalização sobre a execução do convênio. CLÁUSULA QUINTA - DO RECURSO

Para execução do referido convênio serão destinados pelo **CONCEDENTE** recursos próprios do Município e consignados à seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

UNIDADE 002 - Fundo Municipal de Educação

FUNÇÃO 04 - Administração

SUBFUNÇÃO 364 – Ensino Superior

PROGRAMA 0008 – Universidade Aberta

PROJ/ATIVIDADE 2.039 – Apoio ao Ensino Superior

DOTAÇÃO 183 – 33900.30.00 – Material de Consumo

FONTE DE RECURSO – 100 – Recursos Ordinários

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho (anexo) vinculada a este Convênio, condicionada a apresentação do relatório de atendimento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE,** apresentará Prestação de Contas Parcial à cada repasse para que possa ser liberado o repasse seguinte e na data do vencimento deste Convênio a ASSOCIAÇÃO SOCIAL DOS UNIVERSITÁRIOS DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, protocolará prestação de contas final dos recursos repassado por força deste Convênio que deverá ser encaminhada para a Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, e esta posteriormente encaminhará ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso. A Prestação de Contas será constituída de Relatório de Cumprimento de Objeto, apresentada conforme Manual de Remessa de Documentos ao Tribunal de Contas de Mato Grosso e acompanhada de:

I	-	Cópia do Termo de Convênio, com indicação da data de sua publicação;
II	-	Cópia do Termo de Trabalho;
III	-	Cópia das Notas Fiscais e/ou Recibos, indicando o número do Convênio, recebidas pelo credor e atestadas pelo **CONVENENTE;**
IV	-	Relatório da Execução Física-Financeira;
V	-	Relação de Pagamentos;

PARÁGRAFO ÚNICO - Quaisquer documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome do **CONCEDENTE** devidamente identificado com nº do documento e mantidos em arquivos, em boa ordem, no próprio local em que foram contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo no prazo de cinco anos contado da aprovação da prestação ou tomada de conta do **CONCEDENTE**, relativos ao exercício da concessão.

CLÁUSULA OITAVA - DA DEVOLUÇÃO A CONVENENTE compromete-se a restituir as quantidades dos combustíveis para o CONCEDENTE através deste convênio a partir da data do seu recebimento, nas seguintes hipóteses: a) inexecução do objeto da avenca; b) falta de apresentação da prestação de conta no prazo exigido; c) utilização de recurso em finalidade diversa da estabelecida, no presente convênio; d) quando constatado irregularidade em que resulte prejuízo ao erário publico no montante deste. CLAUSULA NONA - DA DENUNCIA E DA RESCISÃO O presente convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por quaisquer das partes ou ainda, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma ou fato que torne material ou formalidade inexequível. PARAGRAFO PRIMEIRO Constitui, motivo de rescisão deste convênio a constatação do não comprimento de quaisquer das exigências fixadas entre as partes. PARAGRAFO SEGUNDO Quando ocorrer a denúncia ou a rescisão, ficam os partícipes responsável pelas obrigações contraídas, sem prejuízo das sanções legais pertinentes ao caso. CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

A **CONCEDENTE** providenciará, a partir da data de assinatura deste convênio sua publicação em extrato no DOE (Diário Oficial do Estado), ou em outro meio de comunicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em toda e qualquer ação promocional relacionada com objetivo descrito na Cláusula Primeira desteinstrumento, será obrigatoriamente destacada a participação do CONCEDENTE, ficando vetada aos partícipes utilizar nos empreendimento resultantes deste convênio, nomes, símbolos ou imagens quando caracteriza promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

DÉCIMA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES GERAIS Pactuam-se ainda, seguintes condições; a) todas as comunicações relativas a este convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo ou "fac-símile".Admite -se o envio de correspondência via "fac-símile", desde de que a CONVENENTE, em ate 05 (cinco) dias úteis apresente o documento original devidamente

protocolado. b) as reuniões entre representantes credenciados pelos partícipes, bem com quaisquer ocorrência que possam ter implicações, serão registradas em ata ou relatório circunstanciado. c) o plano de trabalho integra este instrumento independente de transcrição. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Convênio, que não possam ser resolvidas pelas vias administrativas, as partes elegem o foro da Comarca de Peixoto de Azevedo - MT. E, por estarem de comum acordo e compromissados, assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma com as testemunhas infra-indicadas para que produza os efeitos jurídicos e legais. Peixoto de Azevedo, MT, 09 de Maio de 2017. . MAURICÍO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo

CONCEDENTE

JHONIEL CARLOS DE SOUSA FRANÇA

Associação Social dos Universitários de Peixoto de Azevedo-AUPAZ

CONVENENTE

Testemunhas:

1ª Assinatura: 2ª Assinatura:

Nome:	Nome:
CPF.:	CPF.:

EXTRATO DE RESCISÃO ADMINISTRATIVA UNILATERAL DO CONTRATO Nº 024/2017

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, pessoa jurídica de direito interno público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.238.631/0001-31, Torna publico a Rescisão Administrativa Unilateral do Contrato nº 024/2017, oriundo da Dispensa de Licitação nº 002/2017, tendo como objeto **"AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADÂNIA; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA"**, com o CNPJ nº **00.055.843/0003-57.** Peixoto de Azevedo, 10 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 030/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **MAGALHÃES & NUNES LTDA – ME**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADÂNIA; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 2.406.645,00 (Dois milhões quatrocentos e seis mil seiscentos e quarenta e cinco reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **18/04/2017 a 18/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO N° 027/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **REGINALDO RICIERI E CIA LTDA – ME**

O presente Contrato é para:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS MECÂNICOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS NA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 80.950,00 (Oitenta mil e novecentos e cinquenta reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **11/04/2017 a 11/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 022/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **R. C. MACCARI – ME**

O presente Contrato é para:"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS PNAEF, PNAEI, PNAEP, PNAEC, PNAEJA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 768.654,40 (Setecentos e sessenta e oito mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e quarenta centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **04/04/2017 a 04/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 04 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO N° 028/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **RODRIGUES SANCHES & CIA LTDA - EPP**

O presente Contrato é para:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS MECÂNICOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS NA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 80.300,00 (Oitenta mil e trezentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **11/04/2017 a 11/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de abril de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 016/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **UTILÍSSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES LTDA**

O presente Contrato é para:**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚ-**

DE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA"

1 – Fica alterado a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em **20/07/2017**.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 029/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **AUTO POSTO ZURC LTDA – EPP**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA; SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E CIDADÂNIA; SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS; SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER; SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO; SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E FAZENDA; SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 1.678.515,00 (Um milhão seiscentos e setenta e oito mil quinhentos e quinze reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **18/04/2017 a 18/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 18 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 023/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE LTDA.**

O presente Contrato é para: "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE RECARGA DE CILIDRO DE OXIGÊNIO GAS MEDICINAL PARA USO DAS UNIDADES DE SAÚDE DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT, ATENÇÃO BÁSICA À SAÚDE (PSF´S), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 20.400,00 (Vinte mil quatrocentos reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **04/04/2017 a 04/04/2018.**

Peixoto de Azevedo-MT, 04 de abril de 2017.

CHAMADA PÚBLICA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 002/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo/MT, por meio de sua Secretaria Municipal de Administração, torna público a ratificação do procedimento de chamada pública/inexigibilidade de licitação em epígrafe, visando a contratação de **Acedail Justino dos Santos 01693388197** (CNPJ/MF nº 27.482.746/0001-35), no valor global de R$ 13.600,00 (Treze mil e seiscentos reais), tendo como fundamento o artigo 25, *caput* da Lei Federal n° 8.666/93, tendo como objeto o item 4 da Lista de Serviços do respectivo chamamento público e do Anexo I do Edital de Chamada Pública n° 001/2017, que dispõe sobre credenciamento dos serviços por preço fixo.

Peixoto de Azevedo/MT, 10 de maio de 2017.

MARIA DOS SANTOS LOPES DA SILVA

Presidente – CPL

VILAMIR JOSÉ LONGO

Secretário Municipal de Administração

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **EDISON MOYSES DOS SANTOS - ME.**

O presente Contrato é para:**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA"**

1 – Fica alterado a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em **20/07/2017**.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

DECRETO Nº 41, DE 25 DE ABRIL DE 2017.

Dispõe sobre a autorização para inclusão excepcional em folha de pagamento, e dá outras providências.

Considerando a insuficiência de profissionais da educação para o regular início do calendário escolar 2017 dentro do prazo previsto;

Considerando a insuficiência de tempo para planejamento e realização de processo seletivo e/ou concurso público antes do início do calendário escolar 2017;

Considerando a natureza essencial dos serviços públicos na área da educação, conforme dever constitucional previstos pelos artigos 6º; 7º, inciso IV; 23, inciso V; 30, inciso VI; 205; 208; 211, §2º e 227, *caput* da Constituição Federal;

Considerando o que dispõe o artigo 48 da Lei Orgânica do Município de Peixoto de Azevedo

O Excelentíssimo Senhor **Mauricio Ferreira de Souza**, Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 58, incisos VI, VIII, XX e XXIII da Lei Orgânica do Município, **DECRETA:**

Art. 1°. Fica autorizado a inclusão em folha de pagamento da educação, em caráter excepcional e precário, dos profissionais abaixo relacionados e pelo período improrrogável de 90 (noventa) dias, com as seguintes correlação entre profissional e função:

a) JOANA DARC LIMA BORGES /PROFESSOR DE I A IV

b) MARIA SILVANA DA SILVA SOUZA /PROFESSOR DE LINGUA PORTUGUESA

c) DAMIANA SARAFIM CARDOSO /PROFESSOR DE I A IV

d) IZABEL CRISTINA ADVINCULA /PROFESSOR DE HISTÓRIA

e) ANA CLEIA FERREIRA DE SOUZA /TAE TÉC DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

f) RAFAELA SANTOS PASSOS /TAE TÉC DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

g) ROSIMEIRE DE BARROS MENDES /AAE TÉC EM INFRAESTRUTURA LIMPEZA

h) CLEUDETE BUENO DE ALMEIDA /AAE TÉC EM INFRAESTRUTURA LIMPEZA

i) MAGNA FERNANDES RAIMUNDO /AAE TÉC EM INFRAESTRUTURA LIMPEZA

j) ELIZANGELA COSTA E SILVA /AAE AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR MERENDEIRA

k) ROGEANE BARROS SOUSA /AAE AGENTE DE NUTRIÇÃO ESCOLAR MERENDEIRA

l) ANTONIO VILMAR COSTA /AAE TÉCNICO EM INFRAESTRUTURA TRANSPORTE ESCOLAR

m) ADEMILSON UTIKOSKI /AAE TECNICO EM INFRAESTRUTURA VIGILANCIA ESCOLAR

n) FRANCISCA DA SILVA / TAE TÉC DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Art. 2°. A Secretaria Municipal de Educação, deverá instaurar processo seletivo público ou concurso público de provas e de títulos, para prover os referidos cargos em caráter permanente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, sob pena de responsabilidade.

Parágrafo único: Remeta-se cópia do presente Decreto Municipal ao Conselho Municipal da Educação, para conhecimento e monitoramento das providências de regularização do setor de pessoal do sistema de ensino.

Art. 3º. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de Abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 25 dias de Abril de 2017.

MAURICIO FERREIRA DE SOUZA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

LEI MUNICIPAL Nº 959, DE 09 DE MAIO DE 2017.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar Abertura de Crédito Adicional Suplementar, na Lei Municipal nº 937 de 18 de Outubro de 2016 (LOA-2017) referente repasse de recursos financeiros ao Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Peixoto, para realização de custeio, manutenção e prestação de serviços, junto ao Hospital Regional de Peixoto de Azevedo, e dá outras providências. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR MAURICIO FERREIRA DE SOUZA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de até R$ 1.718.093,14 (hum milhão, setecentos e dezoito mil, noventa e três reais e quatorze centavos), na Lei Municipal nº 937/2016 (LOA-2017) nos termos do artigo 43, parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64, para as seguintes dotações orçamentárias:

07	**SEC. MUN. DE SAÚDE**
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10	Saúde
302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial
0011	Atendimento de Média e Alta Complexidade
2055	**Consórcio Intermunicipal de Saúde**
3370.41.00	**Contribuições (505)**

Fonte de Recursos:

114-Transf. Recursos do Sistema Único de Saúde	1.718.093,14
Total:	**1.718.093,14**

Art. 2º -Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo 1°, serão utilizados recursos previstos no artigo 43 da Lei Federal n°. 4. 320/1964, § 1º, inciso II - excesso de arrecadação, conforme demonstrado no cálculo de tendência de excesso de arrecadação – Fonte: 100 – Recursos Ordinários, em anexo.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, aos 09 dias de Maio de 2017.

Mauricio Ferreira de Souza

Prefeito Municipal

ANEXO – I

DEMONSTRAÇÃO DE ESTIMATIVA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

PARTE INTEGRANTE DO PROJETO DE LEI

Receita	Especificação da Receita	Orçado	Projetado/ 2017	Excesso	Fonte- 100
					Recursos Ordinários
1721010200	COTA PARTE DO FPM	13.658. 032,57	16.658.032,57	3.000. 000,00	89.848,39
1721013200	COTA PARTE IMP. S/ OPERAÇÃO CREDITO, CAMBIO E SEGURO - OURO	1.060.270,30	2.000.000,00	939.729,70	880.285,95
1722010100	COTA PARTE DO ICMS	6.903.975,45	8.399.893,04	1.495. 917,59	747.958,80

	Total ==========>	**21.622.278,32**	**27.057.925,61**	**5.435.647,29**	**1.718.093,14**

EXTRATO CONTRATO N° 026/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **C. GARCIA AUTO MECÂNICA – ME**

O presente Contrato é para:"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTUROS E EVENTUAIS SERVIÇOS MECÂNICOS NA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS NA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato **R$ 98.100,00 (Noventa e oito mil e cem reais).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **11/04/2017 a 11/04/2018**.

Peixoto de Azevedo-MT, 11 de abril de 2017.

EXTRATO CONTRATO DE FORNECIMENTO N° 021/2017

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **EDISON MOYSES DOS SANTOS – ME**

O presente Contrato é para:"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO DO GÊNERO ALIMENTÍCIO PARA MERENDA ESCOLAR, ATENDENDO AS NECESSIDADES DOS PROGRAMAS PNAEF, PNAEI, PNAEP, PNAEC, PNAEJA, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA".

Para efeito de comprometimento de recursos as partes estimam o valor global do presente Contrato em **R$ 902.827,90 (Novecentos e dois mil, oitocentos e vinte e sete reais e noventa centavos).**

O prazo de vigência do presente Contrato será de **04/04/2017 a 04/04/2018.**

Peixoto de Azevedo-MT, 04 de abril de 2017.

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 014/2016

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT

Contratado: **COMERCIAL LUAR EIRELI – EPP.**

O presente Contrato é para:**"REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GENÊROS ALIMENTÍCIOS; MATERIAIS DE LIMPEZA E HIGIENE; UTENSÍLIOS DE COPA E COZINHA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE: ADMINISTRAÇÃO; MEIO AMBIENTE, MINERAÇÃO E TURISMO; SAÚDE; AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO; OBRAS; ESPORTE E LAZER; EDUCAÇÃO E CULTURA; TRANSPORTE; ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E CIDADANIA. CONFORME TERMOS DE REFERÊNCIA"**

1 – Fica alterado a CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA: Fica aditivado o prazo de vigência, expirando em **20/07/2017**.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de abril de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

DECRETO Nº 016/2017

DECRETO Nº 016/2017, DE 02 DE MAIO DE 2017.

Regulamenta a apresentação de documentos referente a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor e licença para o tratamento de saúde de pessoa da família do servidor e dá outras providencias.

Angelina Benedita Pereira, Prefeita Municipal de Planalto da Serra, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de regulamentar a apresentação de documentos para concessão das licenças que trata os incisos I e VIII do artigo 107, da Lei Complementar nº 398, de 27 de Novembro de 2012;

Considerando o disposto nos artigos 107 e 108 da Lei Complementar 398 de 27 de Novembro de 2012.

Considerando o disposto no artigo 15, 16, 17 da Lei nº 210 de 05 de Maio de 2004.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º ***-*** *Este decreto regulamenta a apresentação de documentos para a concessão de licença para tratamento de saúde do servidor e para a licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.*

Artigo 2º - Para efeito deste decreto, considera-se perícia oficial em saúde, a avaliação técnica presencial de questões relacionadas à saúde do servidor a à sua capacidade laboral, bem como a necessidade da presença do servidor, para acompanhamento de pessoa da família.

Parágrafo único *– A pericia oficial em saúde poderá ser realizada por junta médica ou por perito oficial médico do trabalho designado pela Administração Pública Municipal.*

CAPÍTULO II

DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

Artigo 3º - Será concedida licença para tratamento de saúde ao servidor público acometido de doença, mediante perícia medica realizada por perito oficial médico do trabalho designado pela Administração Pública Municipal.

Artigo 4º - O atendimento médico da pericia oficial poderá ser dispensado para a concessão de licença para tratamento de saúde quando o servidor apresentar atestado médico ou odontológico, desde que, não ultrapasse o período de 4(quatro) dias corridos.

§ 1º *- A dispensa da perícia médica por perito oficial médico do trabalho fica condicionada à:*

I *– comunicação ao superior hierárquico, com antecedência, no caso de procedimentos eletivos, ou no 1º dia do afastamento, nos demais casos;*

II *– apresentação ao superior hierárquico do atestado médico ou odontológico original no prazo de 1(um) dia útil para que a chefia imediata o vise e o entregue, em igual prazo consecutivo, a Chefia de Recursos Humanos que manterá o controle e realizara os lançamentos necessários.*

§ 2º *- O atestado a que se refere o caput deste artigo devera conter:*

I *– nome completo do servidor;*

II *– data e hora da emissão e o período de afastamento necessário à recuperação do servidor;*

III *– identificação do medico ou odontòlogo, mediante carimbo, com nome legível, número de registro no respectivo conselho regional de classe e assinatura;*

IV *– código da Classificação Internacional de Doenças – CID – ou diagnostico.*

§ 3º *- O servidor que apresentar o atestado medico ou odontológico sem os requisitos contidos no § 2º deste artigo, deverá submeter-se à realiza-*

ção de pericia médica oficial realizada por médico do trabalho, ainda que o afastamento não exceda os limites previstos no caput deste artigo.

***§ 4º -** Ao servidor é assegurado o direito de não autorizar a especificação do diagnóstico em seu atestado, hipótese em que deverá submeter-se à pericia oficial do médico do trabalho, ainda que o afastamento não exceda os limites previstos no caput deste artigo.*

***§ 5º** - È de responsabilidade do servidor o controle dos dias de licença para tratamento de saúde que estão dispensados de perícia médica presencial, conforme disposto no caput deste artigo, ficando os dias não trabalhados sujeitos a serem considerados faltosos na hipótese de não cumprimento dos prazos previstos neste Decreto.*

***Artigo 5º** - O servidor poderá ser submetido à perícia médica oficial realizada por médico do trabalho designado pela Administração Pública Municipal, a qualquer momento, por convocação da Administração Municipal, ainda que preenchidos os requisitos previstos neste Decreto.*

***Artigo 6º** - Para fins de concessão de licença para tratamento de saúde pelo prazo de 05(cinco) dias até 15(quinze) dias, deverá o servidor apresentar o atestado médico ou odontológico original, no prazo de 01(um) dia útil, para que a chefia imediata o vise e apresentar-se em 02(dois) dias úteis, no local indicado pela Administração Pública Municipal onde se realizará a perícia médica oficial do médico do trabalho.*

***§ 1º** O atestado médico ou odontológico deverá atender os requisitos do § 2º do artigo 4º, deste decreto.*

***§ 2º** - O servidor que não compareça à perícia médica realizada por médico do trabalho no prazo estabelecido neste decreto, salvo por motivo de força maior, terá os dias de afastamento para fins de tratamento de saúde, considerados faltas ao serviço, aplicando-se o disposto no§ único, do artigo 78, da Lei Complementar nº 398/2012.*

***§ 3º** - São considerados motivos de força maior, para fins do § 2º deste artigo, desde que devidamente comprovados documentalmente:*

***I** - falecimento de cônjuge ou companheiro, enteados, filhos, pai, mãe, padrastro, madastra e irmãos;*

***II** – doença de filho, cônjuge ou companheiro;*

***III** – estado de saúde que impossibilite o comparecimento do servidor ao local de realização da perícia na data agendada;*

***IV** – outras hipóteses de comprovado caso fortuito ou força maior.*

***§ 4º** - Quando devidamente justificados e comprovados, o prazo para realização da perícia medica será o limite do prazo constante do atestado médico.*

***Artigo 7º** - O servidor deverá comparecer ao local de realização da pericia médica indicado pela Administração Municipal, no prazo estabelecido neste decreto, munido dos documentos pessoais, além de atestado médico ou odontológico original, relatório médico e demais exames que porventura tenham sido realizados.*

***§ 1º** - O servidor deverá entregar o documento expedido pelo médico do trabalho relativo à concessão da licença para tratamento de saúde à Chefia de Recursos Humanos, no prazo máximo de 01(um) dia útil contado de sua emissão, pessoalmente ou por intermédio de procurador.*

***§ 2º** - Serão consideradas faltas ao serviço os dias de afastamento, caso o documento relativo à concessão da licença não seja entregue dentro do prazo estipulado no § 1º deste artigo, aplicando-se o disposto no § único, do artigo 78 da Lei Complementar 398/2012.*

***Artigo 8º** - Mediante avaliação prévia pelo médico oficial do trabalho designado poderá ser concedido abono dos dias ou horas necessárias para tratamento especializado de fisioterapia, psicoterapia e tratamentos odontológicos no horário de trabalho, para servidores cuja jornada diária seja superior a 06(seis) horas.*

***§ 1º** - A avaliação de pericia oficial será realizada com análise do relatório médico e exames que justifiquem a necessidade do tratamento especializado.*

***§ 2º** - A critério da Administração municipal, mediante apresentação de requerimento devidamente fundamentado e instruído, os servidores que tiverem jornada de trabalho diária igual ou inferior a 06(seis) horas poderão fazer jus ao abono previsto no caput deste artigo, caso não possam realizar o tratamento especializado em horário diverso daquele de trabalho, por motivo alheio a sua vontade.*

***§ 3º** - Para fins do § 2º deste artigo, o servidor será submetido `a valiação pericial no médico do trabalho designado, quando deverá apresentar relatório do médico, exames que justifiquem a necessidade do tratamento e demais documentos que comprovem a necessidade de realização do tratamento em horário de trabalho.*

***§ 4º** - O órgão oficial de pericia médica, profissional médico do trabalho designado, avaliará a necessidade do tratamento especializado e em caso de manifestação favorável, encaminhará para deliberação do Secretário Municipal de Administração Economia e Finanças ou a quem este delegar formalmente a competência.*

***Artigo 9º** - Os servidores em gozo de licença para tratamento de saúde poderão ser acompanhados por profissional especializado designado pela Administração Pública.*

***Artigo 10º** - Os afastamentos com prazo superior a 15(quinze) dias o servidor deverá apresentar o atestado, no prazo de 02(dois) dias úteis, junto ao Instituto Municipal de Previdência – IMPAS.*

CAPÍTULO III

DA LICENÇA REMUNERADA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA

***Artigo 11º** - Para Concessão de licença remunerada por motivo de doença em pessoa da família, o servidor deverá apresentar, no prazo de 01(um) dia útil, para que a chefia imediata vise e entregar, em igual prazo consecutivo, para que a Chefia de Recursos Humanos, analise os seguintes documentos:*

***I** – via original ou cópia autenticada do atestado ou declaração médica que comprove a doença do familiar e a necessidade do acompanhamento, contendo nome do requerente e do familiar doente;*

***II** – via original ou cópia autenticada da documentação hábil que comprove o vínculo com o familiar (cônjuge ou companheiro, enteados, filhos, pai, mãe, padrastro, madrasta e irmãos) e do local de residência da pessoa da família.*

***§ 1º** - A licença de que trata este artigo será concedida com remuneração integral em até 15(quinze) dias prorrogável por mais quinze, e sem vencimento a partir trigésimo primeiro dia, até o máximo de um ano.*

***§ 2º** - Quando a pessoa da família se encontrar em tratamento fora do município, será aceito atestado ou laudo médico emitido por profissionais da localidade onde estiver.*

***Artigo 12º** - A Chefia de Recursos Humanos analisará o pedido de licença para tratamento de saúde de pessoa da família do servidor, no prazo de 02(dois) dias úteis, emitirá parecer conclusivo e o devolverá para que a chefia imediata comunique a decisão ao servidor.*

***§ 1º** - A licença somente poderá ser concedida se comprovada que a assistência direta do servidor é indispensável e não pode ser prestada simultaneamente ao exercício do cargo e ainda que seja comprovado que o familiar reside no Município de Planalto da Serra.*

***§ 2º** - Em caso de ser apresentada documentação incompleta ou que não atenda às exigências necessárias para conclusão adequada da perícia documental, a licença poderá ser indeferida.*

§ 3º - O indeferimento do pedido acarretará a automática transformação dos dois dias de afastamento em licença sem remuneração em faltas, nos termos do disposto no § único do artigo 78 da Lei Complementar 398/2012.

§ 4º - fica o servidor obrigado a retornar imediatamente ao trabalho após o indeferimento do pedido de licença, sob pena de ser considerado faltoso e ser encaminhado para procedimento administrativo.

§ 5º - É de responsabilidade do servidor o controle dos prazos para os procedimentos para concessão de licença para tratamento de saúde em pessoa da família, conforme disposto neste decreto, ficando os dias não trabalhados sujeitos a serem considerados faltosos na hipótese de não cumprimento dos prazos previstos neste decreto.

***Artigo 13º** - A Administração Pública Municipal poderá submeter à apreciação da perícia médica do trabalho os documentos apresentados pelo servidor para concessão de licença e este poderá ser convocado a comparecer à perícia médica presencial, caso a perícia entenda necessário.*

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

***Artigo 14º** - A constatação de fraude e ou falsificação de atestados médicos apresentados junto a Chefia de Recursos Humanos, ensejará na tomada de providências necessárias para a responsabilização administrativa, civil e criminal do servidor que o apresentou.*

***Artigo 15º** - O servidor que prestar serviço em mais de um órgão fica obrigado a apresentar laudos e atestado em consonância com as mesmas exigências da pericia médica do trabalho os documentos apresentado pelo servidor para concessão de licença.*

***Artigo 16º** - No cumprimento deste decreto será observado o devido sigilo sobre os laudos e atestados, em consonância com o que estabelece o código de ética médica.*

***Artigo 17º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.*

Planalto da Serra/MT, Gabinete da Prefeita, 02 de Maio de 2.017.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA

Prefeita Municipal

DECRETO Nº 017/2017

DECRETO Nº 017/2017, DE 09 DE MAIO DE 2017

Cria o Conselho Municipal do FETHAB.

CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 7.263/2000, de 27 de março de 2000, e a alteração trazida pela Lei Estadual nº 10.480/2016 que destina aos Municípios do Estado parte dos recursos arrecadados para o Fundo de Transportes e Habitação-FETHAB;

CONSIDERANDO que, a teor do art. 8º da referida Lei nº 10.480/2016, os repasses aos Municípios começarão a ocorrer a partir de janeiro de 2017;

CONSIDERANDOo interesse público, onde os atos administrativos devem ser planejados, zelando pela transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos;

Considerando a necessidade da fiscalização na correta aplicação dos recursos do Fethab cujo objetivo é a prevenção de desvios de finalidade dando cumprimento as metas e resultados dispostos da lei 10.480/2016, garantindo a exatidão na sua prestação de contas.

DECRETA

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO FETHAB E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A Prefeita Municipal de Planalto da Serra – MT, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com base na lei Nº 10.480/2016, ela promulga a seguinte:

Art. 1º - Fica criado o conselho municipal do **FETHAB**, que será constituído por 5 (cinco) representantes do Poder Executivo Municipal a serem indicados pela Prefeita e 5 (cinco) representantes da Sociedade Civil.

Parágrafo único. Os representantes das entidades da sociedade civil serão nomeados por ato do Prefeito mediante indicação da respectiva entidade, incluindo um representante do Poder Legislativo.

Art. 2º O Conselho terá atribuição de acompanhamento, fiscalização e assessoramento na aplicação dos recursos do FETHAB repassados ao Município, podendo apresentar ao Prefeito sugestões de projetos observados os limites estabelecidos no art. 15 da Lei Estadual nº 7.263, de 27 de março de 2000, com a redação dada pela Lei nº 10.480, de 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º Fica assegurado ao Conselho, por requisição de seu Presidente, o irrestrito acesso a todos os documentos e informações sobre os repasse ao Município feitos pelo Estado por conta do FETHAB e sua aplicação.

Art. 4º O Conselho emitirá relatório trimestral de suas atividades, divulgando-o por via eletrônica no sítio do Município na Internet, bem no dia seguinte a deliberação do relatório da prestação de conas enviar ao Chefe do Poder Executivo Municipal, para que o mesmo a cada 4 meses possa enviar a Secretaria Estadual de Infraestrutura e Logística (Sinfra) e Comissão de Infraestrutura Urbana de Transporte da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Art. 5º O Conselho elaborará seu próprio regimento interno.

Art. 6º O exercício da função de Conselheiro do Conselho Municipal do **FETHAB** não é remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

Art. 7º O Conselho terá mandato de 04(quatro) anos.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Planalto da Serra-MT, 09 de Maio de 2017.

ANGELINA BENEDITA PEREIRA Prefeita Municipal

EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT.EXTRATO DE ADESÃO AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 068/2016, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 123/2016- SOB GESTÃO DO MUNICIPIO DE VÁRZEA GRANDE-MT.

OBJETO DA ATA RP: Futura e eventual aquisição de equipamentos, sendo 02 (dois) caminhões basculantes para atender a Secretaria Municipal de Viação e Obras, conforme edital e anexos. **ADERENTE:** Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT. Data do aviso de intenção: **05/04/2017**. Data da autorização do gestor da ata: **12/04/2017.** Data de solicitação enviada à empresa fornecedora, **06/04/2017**. Aceite da empresa em: **13/04/2017.** Empresa promitente fornecedora: **M. DIESEL CAMIHÕES E ÔNIBUS-LTDA, CNPJ nº 07.811.058/0001-64**, Homologação: **03/10/2016,** valor total da ata **R$ 504.000,00. TOTAL GERAL ADERIDO: R$ 252.000,00**. CLÁUDIA MÁRCIA S RODRIGUES- Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RESULTADO CARONA N°03/2017 E 04/2017

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria N° 61/2017, de 10/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente adesão destinada para ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAIS EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, ENGLOBANDO AQUISIÇÃO DE ÓLEO LUBRIFICANTE, GRAXAS E FLUIDOS, PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGO-

RIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE POCONÉ/MT, foi:

RM COMÉRCIO DE PEÇAS E PNEUS E LUBRIFICANTES EIRELLI – ME – CNPJ 22.104.298/0001-12

PITSTOP AUTO CENTER LTDA – ME – CNPJ 24.141.065/0001-15

AUTO PEÇAS JANGADA LTDA - ME - CNPJ 05.480.515/0001-50

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2017

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 61/2017, de 10/01/2017, torna público, para conhecimento dos interessados, que o vencedor da presente licitação destinada para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, PARA ATUAÇÃO NOS ÓRGÃOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, POR PROFISSIONAIS HABILITADOS E REGISTRADOS JUNTOS AOS RESPECTIVOS CONSELHOS** no município de Poconé.

Foi:

Médicos Assoc, AVILA, Pinh & Pontes serv. Med. e Diag. CNPJ:13. 534.935/0001- 08

Poconé, 10 de Maio de 2017.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 086/GP/2017

PORTARIA Nº 086/GP/2017 Em 04 de Maio de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo comissionado de Consultor Jurídico junto a Secretaria Municipal de Administração e Finanças e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, o Sr. **Antonio Nunes de Sousa Filho,** portador do RG n.º 10170979 SSP/MT e CPF n.º 900.871.271-72, para exercer o cargo comissionado de **Consultor Jurídico - CC-1,** desta Prefeitura Municipal, junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, conforme Lei Municipal n° 507/2008.

Art. 2.º- O Consultor nomeado no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3º. - *Esta Portaria entra em vigor na data* de *sua* assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 04 de Maio de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017

O Município de Pontal do Araguaia-MT, através de seu Prefeito Municipal, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do ***PREGÃO PRESENCIAL nº 007/2017***, que teve por Objeto:Aquisição de Gêneros Alimentícios em Geral: Pereciveís e não Perecíveis (Cereais, Carnes, Pães e Outros), destinados à Alimentação Escolar em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE. Cujas vencedoras foram: **JOAQUIM DA SILVA REGO-COMÉRCIO-ME,** no valor proposto para os itens 01, 03, 05, 07, 08, 09, 11, 14, 17, 21, 27, 29, 30, 32, 34, 36, 37, 39, 40, 45, 46, 47, 48, 50, 53, 54, 55, 56, 58, 61, 64, 66, 69, 70, 73, 74, 75, 76, 81, 89, 90, 92, 93, 95, 103 e 104, **MICHELINE SILVA SIA-ME,** no valor proposto para os itens 04, 06, 10, 12, 18, 22, 23, 24, 25, 26, 33, 35, 41, 42, 43, 44, 51, 52, 57, 62, 63, 65, 71, 72, 77, 79, 80, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 91, 94, 96, 98 e 100, **D. ROCHA BONFIM-ME**, no valor proposto para os itens 31, 38, 59, 60, e 97, e **SUPER PONTAL COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA-ME**, no valor proposto para os itens 02, 13, 15, 16, 19, 20, 28, 49, 67, 68, 78, 99, 101 e 102. O item 88 Fracassou.

Pontal do Araguaia-MT, 10 de Maio de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N.º 072/GP/2017

PORTARIA Nº 072/GP/2017 Em 06 de Abril de 2017.

"Dispõe sobre nomeação de servidor para exercer o cargo de Secretária Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil Isaias Pereira dos Santos e dá outras providências".

GERSON ROSA DE MORAES, Prefeito Municipal de Pontal do Araguaia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1.º Nomear, a Sr.ª **LAURINEI DA SILVA,** portadora do RG n.º 1507625-3 SSP/MT e CPF n.º 000.228.421-95, para exercer o cargo de **Secretária Escolar da Escola Municipal de Educação Infantil "Isaias Pereira dos Santos"** do Município de Pontal do Araguaia/MT, conforme Lei Municipal n° 755/2014.

Art. 2.º- A Secretária nomeada no artigo primeiro desta Portaria é responsável pelos seus atos comissivos, omissivos e imperícia, que no exercício de suas atividades praticar com dolo ou culpa, sujeitando-se os ditames da Lei.

Art. 3.º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal.

Pontal do Araguaia, 06 de Abril de 2017.

GERSON ROSA DE MORAES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

DECRETO Nº 018/2017

DECLARA EM SITUAÇÃO ANORMAL CARACTERIZADACOMO SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA AS ÁREAS RURAIS DOMUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, QUE FAZEM USO DAS PONTES SOBRE O CORREGO BARREIRO E CORREGO SETE VOLTAS, LOCALIZADA NA RODOVIA MT-100, NO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA, E DÁ OUTRASPROVIDÊNCIAS.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES, Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere os a Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO a situação precárias das pontes localizada sobre o Córrego Barreiro e Sete Voltas, localizadas no Município de Ponte Branca/MT;

CONSIDERANDO que essas pontes são a conexão da via arterial que constitui o principal acesso do Município, uma vez que é o percurso utilizado para o acesso a cidade de Alto Araguaia – MT, assim como a principal via de articulação com outros municípios vizinhos, e por ali passam um grande fluxo de pessoas, automóveis, caminhões e ônibus urbanos, escolares e intermunicipais;

CONSIDERANDO que a ocorrência da quebra das pontes poderá ocasionar perdas consideráveis da escoação da produção agrícola, gerando perdas consideráveis a população rural do local.

CONSIDERANDO que com a quebra das pontes ficará difícil, inclusive, o abastecimento de alimentos, tanto para o consumo humano como animal.

CONSIDERANDO que cabe ao Poder Público tomar providências imediatas tendentes a debelar ou, pelo menos, diminuir os problemas ocasionados, sob pena de, não o fazendo, incidir em omissão criminosa, visto que bens, serviços e pessoas poderão sofrer prejuízos irreparáveis ou extremamente onerosos.

CONSIDERANDO que todas as aquisições e contratações de serviços devem estar voltadas ao atendimento dos fatos diretamente relacionados com a Situação de Emergência, visando minorar os efeitos do flagelo, bem como estar circunscrita à região efetivamente atingida;

CONSIDERANDO que o Poder Público Municipal não pode, a toda evidência, ficar alheio, indiferente ou insensível a esse excepcional e extraordinário estado de coisas, mas, ao contrário, deve contribuir para que haja um perfeito entrosamento com os diversos setores e segmentos da comunidade, solucionando ou minimizando as adversidades e as dificuldades dos munícipes atingidos, cabendo-lhe ainda a obrigação inescusável de restaurar a normalidade de suas vidas.

CONSIDERANDO, que a qualquer momento poderá acontecer uma tragédia na atual situação das pontes, vindo a perder vidas, com a clara caracterização de urgência no atendimento da situação, para que não possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas;

CONSIDERANDO o permissivo legal constante do inciso IV, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que autoriza em situações de emergências a dispensa de procedimento licitatório.

CONSIDERANDO ainda o Relatório Técnico emitido pelo Engenheiro Civil do Município o qual atesta a situação de deterioração e perda do alinhamento longitudinal.

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência, nas áreas do município onde está localizada a Ponte sobre o Córrego Barreiro e Ponte sobre o Córrego das Sete Voltas.

Art. 2º Com base no Inciso IV do artigo 24 da Lei nº 8.666 de 21.06.1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta a situação de urgência, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários calamitosos, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso, em 08 de Maio de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 016/2017

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTE BRANCA**, **ESTADO DE MATO GROSSO**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 37 da Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e nas demais leis que regem a espécie e, considerando a homologação do Resultado do Concurso Público objeto do Edital 001/2015 e homologado pelo Decreto Municipal nº 04/2017 de 07 de fevereiro de 2017, **TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS**, relacionados no anexo II deste Edital, para o provimento de cargo do quadro efetivo da Prefeitura Municipal de Ponte Branca.

O candidato relacionado no Anexo II do presente Edital deverá comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal de PONTE BRANCA/MT, situada à Av. Coronel Belmiro Nogueira da Silva, Bairro Centro, nº 300, CEP 78.610-000, PONTE BRANCA/MT, no prazo de 30 (trinta) dias, iniciando **a partir de 15 de maio de 2017, no horário das 07h00min às 12h00min horário local**, para apresentação, entrega dos documentos e exames de saúde pré-admissionais constantes do anexo I deste Edital.

Em relação à apresentação dos exames de saúde pré-admissionais, os mesmos deverão ser apresentados juntamente com toda a documentação exigida no Setor de Recursos Humanos, o candidato será convocado a comparecer no Hospital Municipal de Ponte Branca, situado à Rua Presidente Dutra, s/n, Bairro Centro, Ponte Branca - MT, onde será atendido por médico, para avaliação dos exames médicos.

Por fim, apresenta ao convocado os modelos de declaração que deverão ser preenchidas adequadamente pelo candidato, com suas informações pessoais e deverão ser apresentadas no prazo acima descrito. Sendo que, as declarações dos anexos III e IV são obrigatórias e a do anexo V é facultativa, conforme decisão pessoal e espontânea do candidato.

PONTE BRANCA-MT, 10 de maio de 2017.

HUMBERTO LUIZ NOGUEIRA DE MENEZES

Prefeito de Ponte Branca - MT

ANEXO I
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS A SEREM APRESENTADOS PELOS CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

01 (uma) foto3X4; Carteira de Trabalho e Previdência Social(CTPS); Cadastro do PIS/PASEP (se cadastrado); Cédula de Identidade(RG); Comprovante de regularização do CPF; Comprovante de Residência atual; Certidão de Casamento (se casado for); Certidão de nascimento dos filhos até 14 anos (se filhos tiver)**:** v De 0 a 06 (seis) anos, apresentar cópia da Carteira de Vacina(atualizada); v A partir dos 07 (sete) anos, apresentar Atestado de Frequência Escolar (Decreto nº 3.048/99 –MPS). Cópia autenticada do Título de Eleitor e comprovante de votação na última eleição, se à época já possuia 18 (dezoito)anos; Certificado de Reservista ou de Dispensa de Incorporação, em caso de candidato do sexo masculino; Documentação comprobatória da escolaridade mínima exigida: v Diploma no caso de conclusão de Curso Superior na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação/MEC, e ser devidamente registrado em conselho de classe específico, se houver; v Certificado de conclusão de Nível Técnico na área de inscrição do candidato, devidamente reconhecido e registrado em conselho de classe específico, se houver; v Certificado de conclusão no caso de Ensino Médio ou Ensino Fundamental para os cargos que exigem apenas esta etapa da educação básica, acompanhados dos respectivos históricos escolares; Documento atestando regularidade com Conselho profissional; Preencher e comprovar todos os requisitos básicos para investidura no cargo público exigidos no Edital de abertura001/2015; Declaração de antecedentes criminais; Declaração de Desimpedimento (conforme modelo anexo III); Declaração de Bens (conforme modelo anexoIV); Apresentar outros documentos e declarações que se fizerem necessários, a época da posse, de acordo com o Edital de Convocação do candidato; Os candidatos aprovados deverão comparecer já com o atestado de saúde ocupacional – ASO e os seguintes exames: v Hemograma completo, Plaquetas, Velocidade de hemossedimentação (VHS), Creatinina, Glicemia de jejum, Gama glutamil transferase (GAMA GT), Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA), EAS, Raio X –Tórax; v O candidato convocado deverá submeter-se e apresentar os mencionados exames para avaliação médica pré-admissional e/ou realizar exame médico específico (portadores de deficiência), a serem analisados por médicos designados, cuja avaliação deste profissional de saúde terá cunho de decisão terminativa, após análise dos exames realizados pelo candidato convocado.

ANEXO II
RELACÃO DE CANDIDATOS HABILITADOS E CONVOCADOS CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2015

I) CARGO –SERVIÇOS GERAIS

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO
0092042	FRANCIELLEN ALVES NASCIMENTO VELOSO	13°	60,00
0094445	RONIEL SEVERINO RIBEIRO	14°	60,00
0984250	ADRIELE MARTINS PINHEIRO	15°	58,75

DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG n.º (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob n.º (**número de CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade, sob as penas da Lei de que não existe qualquer impedimento de ordem legal ou ética e inexiste qualquer incompatibilidade, para o exercício do cargo público de (**descrever o cargo em que foi aprovado**)referente a aprovação no Concurso Público 001/2015, realizado pela Prefeitura Municipal de Ponte Branca, Estado de Mato Grosso.

PONTE BRANCA, MT, (dia) de (mês) de (ano).

DECLARANTE

ANEXO IV
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE BENS

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG n.º (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob n.º (**número de CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**)**,** DECLARA para os devidos fins que:

( ) Não possui bens.

( ) Possui os bens e conforme discriminação e valor abaixo especificado:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR EM R$

Para os devidos fins de direito, firma, data e assina.

PONTE BRANCA, MT (dia) de (mês) de (ano).

–
DECLARANTE

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

(**NOME COMPLETO**), nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da carteira de identidade RG n.º (**número de RG**), inscrito(a) no CPF sob n.º (**número de CPF**), (**qualificação completa, com endereço da residência e informações complementares e pertinentes a identificação do candidato**), DECLARA por livre e espontânea vontade e sem nenhuma coação, que desiste de tomar posse no cargo público em que houve a aprovação e convocação no Concurso Público 001/2015 realizado pela Prefeitura Municipal de PONTE BRANCA, Estado de Mato Grosso; em virtude de **terem**

vista emprego público em outro órgão, não podendo assim acumular mais um cargo(ou fundamentar a desistência). Para maior clareza, firma a presente Declaração.

PONTE BRANCA, MT, (dia) de (mês) de (ano).

DECLARANTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.158 /2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: TATIELLY RAMOS SANTANA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSORA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.085,50

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 22 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N°. 170/2017, 10 DE MAIO DE 2017.

Dispõe sobre a Designação de Fiscal de Contratos do Município de Porto Esperidião-MT.

O Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Art. 67, da nº 8666, 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º – **DESIGNAR**, a partir desta data (10/05/2017), para fiscalizar contrato, o senhor ROBERTO PEREIRA NEVES, matrícula 2256, incrito no CPF nº 811.323.361-04

CONTRATO	OBJETO
CONTRATO Nº 21/2017	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fiscalização e acompanhamento da obra do RDC 01/2016. Construção de pontes de concreto.

Art. 2° -Em razão da Nomeação acima, o ora nomeado assumirá as responsabilidades e obrigações previstas na Lei 8666/93.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário, revoga-se, em especial, a Portaria Nº 133/2017.

Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 10 de maio de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

PREFEITO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.157 /2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LAUANNE DE FATIMA MARQUES AGUILAR

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.778,48

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 22 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.156/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: DARCI DE MIRANDA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSORA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.731,95

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 22 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.159 /2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: SUELI FERREIRA DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSORA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.731,95

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 22 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.155/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: LEONETE DOS SANTOS TORRES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.010,56

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.153/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ADAIR JOSÉ PEREIRA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSOR PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.078,35

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 22 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 006/2017 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016

Dispõe sobre CONVOCAÇÃO de aprovados no Concurso Publico Nº 001/2016 de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MARTINS DIAS DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, CONSIDERANDO a necessidade iminente de composição do quadro de servidores desta municipalidade e a aprovação e classificação obtida no Concurso Público Nº 001/2016, com resultado homologado pelo decreto nº 035/2016, de 19 de agosto de 2016.

RESOLVE:

1 – **Convocar** os candidatos aprovados constantes da relação anexa, para, no prazo de até 30 (trinta) dias, comparecer junto à Secretaria Municipal de Administração, munidos dos documentos exigidos através do Edital de Concurso Público Municipal nº. 001/2016, para tomar posse nos respectivos cargos de provimento efetivo.

2 – A falta de habilitação para o cargo (quando exigida), e documentação incompleta, inviabiliza a contratação.

3 – Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

4 – Revogam-se as disposições em contrário, revoga-se especialmente, o Edital de Convocação Nº 005/2017.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, em 10 de Maio de 2017.

MARTINS DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

ANEXO AO EDITAL Nº 006/2017

CARGO / FUNÇÃO: AGENTE administrativo					
clasificação	**inscrição**	**nome do candidato**	**total de pontos**	**resultado**	**LOTAÇÃO**
4º	221	EZEQUIAS SERAFIM DOS SANTOS	73,50	APROVADO	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
5º	640	KÁRITA FERNANDA ALMISSE MARIANO	72,00	APROVADO	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.152/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: GLEIZI MARA LUANA DA SILVA

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSORA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.039,17

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 13 de março de 2017 a 05 de outubro de 2017

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.154/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: ELIZETE TEREZA GOMES

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO TÉCNICA DE ENFERMAGEM PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

VALOR DO CONTRATO: R$ 2.010,56

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 03 de abril de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO

NUMERO DO CONTRATO: N.151/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIAO MT

CONTRATADO: SONIA TUMICHA RUMAN

OBJETO: O OBJETO DO PRESENTE É A CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO PROFESSORA PARA SUPRIR VAGA EXISTENTE NO QUADRO DE PESSOAL, JUNTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

VALOR DO CONTRATO: R$ 1.085,50

DATA DA ASSINATURA: 03 de abril de 2017

VIGENCIA: 06 de março de 2017 a 22 de dezembro de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO N.º 010/2017

BENEFICIÁRIO: PATRICIA DE CÁSSIA AGUIAR

OBJETO: Prestação de serviços de Professora na Escola Municipal Santa Izabel neste municipio de Porto Estrela/MT.

VALOR APROXIMADO de R$ 5.632,08 (cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e oito centavos).

VIGÊNCIA: 17/04/2017 à 13/07/2017

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 04 04002 12 361 0060 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2017

Processo Licitatório nº 001/2017

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial SRP nº 001/2017

Parte Contratante: Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT

CNPJ nº 24.740.268/0001-28

Objeto: Registro de preços para Seleção da proposta mais vantajosa para futura e eventual contratação de empresa do ramo para o fornecimento de materiais necessários e prestação de serviços de borracharia para manutenção da Frota da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, conforme condições, quantitativos e especificações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos, na proposta de preços apresentada, em consonância com a legislação vigente.

Assinatura: 10 de Maio de 2017.

Vigência: **12 (doze) meses.**

Preço Registrado para os itens com os seguintes códigos do TCE: 215314-9, 215353-0, 215340-8, 223268-5, 293247-4, 143872-7, 143873-5, 74267-8, 74331-3, 74332-1, 74333-0, 221531-4, 221532-2, 215366-1.

Empresa: Gelson Marinho de Campos 01620560100
CNPJ: 12.869.635/0001-09
Endereço: Avenida José Antônio de Faria, s/nº, Centro, Porto Estrela – MT
Representante: Gelson Marinho de Campos
CPF: 016.205.601-00

VALOR GLOBAL: R$ 35.587,00 (Trinta e Cinco Mil Quinhentos e Oitenta e Sete Reais)

Mais informações poderão ser adquiridas no site da Prefeitura Municipal de Porto Estrela – MT - **http://www.portoestrela.mt.gov.br/Transparencia/Do...** ou telefone (65) 3384-1244.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 053/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

Ao decimo dia do mês de Maio do ano de 2017, autorizado pelo processo licitatório de Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017** foi expedida a presente Ata de Registro de Preços nº. 053/2017, de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações, que conjuntamente com as condições adiante estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre a Administração Municipal e a Licitante Vencedora.

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CASA DE APOIO E ASSISTENCIA AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS EM CUIABA/MT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCIDO DE 2017.

1. Consideram-se registrados os preços do(s) Detentor(es) da Ata:

1.1 Empresa:

VIDA IDEAL ASSISTENCIA SOCIAL EIRELI - ME, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Carlos Borralho, nº 81, Bairro Porção, CEP 78.015-630, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, CNPJ sob nº. 22.987.866/0001-70, neste ato, representada pela senhora Luzineide Alves de Souza, brasileira, maior, portadora do RG nº. 1421412-1 SSP/MT e CPF nº. 948.778.151-04, residente e domiciliado na Rua Carlos Borralho, nº 81, Bairro Porção, CEP 78.015-630, Município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso.

A saber,

				1° Classificado		
Item	**Código TCE – MT**	**Qtde.**	**Descrição**	**Empresa**	**R$ Unit.**	**Valor Total**
01	246066-1	1.800	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇAÕ DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO E ASSISTENCIA A PACIENTE DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS EM CUIABA/MT, a empresa devera cumprir com os seguintes serviços; Hospedagem: o estabelecimento deverá possuir quartos masculinos e femininos separados, em perfeito estado de higiene e conservação, bem como banheiros compatíveis com o quantitativo de pacientes, sempre em perfeita ordem e decência. Prestar atendimento ao paciente proveniente do município de Porto dos Gaúchos, hospedando nessa casa de apoio 24 horas quando necessário (internação, urgência e emergência). Fornecimento de Refeições: Café da manha (Básico), Almoço, Café da Tarde e Jantar, devendo a alimentação ofertada ser de boa qualidade e com acompanhamento periódico de nutricionista na elaboração dos cardápios. A contratada deverá estar ciente que a qualquer momento a contratante poderá fazer vistoria para verificar cumprimento dos serviços.**	**Vida Ideal Assistência Social EIRELI – ME** CNPJ Sob n° **22.987.866/0001-70**	R$: 40,00	R$: 72.000,00

Valor Total:	**R$: 72.000,00**
Setenta e dois mil reais	

a) os serviços serão prestados na Praça de Cuiabá-MT, sobre a coordenação da Secretaria Municipal de saúde que passará aos licitantes vencedores o cronograma dos serviços a serem atendido diariamente, a licitante deverá apresentar mensalmente relatório dos serviços executados, devendo ser entregues juntamente com as Notas Fiscais, para efetivar os pagamentos.

b) As Notas fiscais correspondentes aos itens relacionados deverão ser emitidas de acordo com as indicações contidas na Ordem de serviços. **c)** Na Emissão das Notas Fiscais, a descrição dos itens deverá estar conforme a descrição do Edital, podendo antes de emiti-la entrar em contato com o Setor de Compras da Prefeitura Municipal, para eventuais explicações.

2. Somente quando o primeiro licitante registrado atingir a totalidade do seu limite de fornecimento estabelecido na Ata de Registro de Preços será indicado o segundo e, assim sucessivamente, podendo ser indicados mais de um, ao mesmo tempo, quando o quantitativo do pedido de fornecimento for superior à capacidade do licitante da vez.

2.1. O Objeto deste certame será executado e entregue pela proponente vencedora sem qualquer custo adicional além do valor adjudicado em seu favor, na sede da prefeitura municipal no endereço constante no preâmbulo deste Edital, ou ainda, retirado nas dependências da proponente, conforme melhor convier para a administração.

2.2. Os Serviços serão autorizados mediante ordem de Serviço emitido pelo município de Porto dos Gaúchos/MT, onde constará data, horário e tipo de Serviço a ser executado, devendo o mesmo ser atendido no prazo máximo de rigorosamente de acordo com o Edital;

2.3. Os serviços deverão ser executados no **ATO DA CHEGADA DO PACIENTE** após o recebimento da autorização e identificação do mesmo.

2.4. Se houver a necessidade de troca ou substituição de algum dos itens por parte da CONTRATADA, será feito no mesmo prazo da entrega, a contar da notificação.

2.5. A execução do objeto deste certame será de forma ***FRACIONADA*** conforme a necessidade da administração, independente da quantidade e com inteira e total responsabilidade da Licitante Vencedora sem nenhum custo adicional além do valor adjudicado em seu favor.

2.6. Os serviços deverão ser executados com ótima qualidade e a contento da administração, de forma a não gerar nenhum tipo de prejuízo à administração, em qualquer tempo.

2.7. Todos os serviços prestados fora do estabelecido neste edital ou em desacordo com as especificações será imediatamente notificado a(s) licitante(s) vencedora(s), que ficará (o) obrigada(s) a sanar prontamente o problema (eventualmente causado), correndo por sua conta e risco todo e qualquer custo, sendo-lhes aplicadas, também, as sanções previstas neste edital.

2.8. Após a conclusão dos Serviços, a Proponente vencedora emitirá Nota Fiscal referente aos Serviços Prestados, que será atestada por servidor responsável, e só então, será encaminhada ao setor financeiro para efetiva liquidação e posterior pagamento da despesa, mediante Ordem Bancária creditada em conta corrente, ou cheque;

2.9. Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura ou circunstâncias que impeçam a liquidação da despesa, aquela será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação e/ou a reapresentação da Nota fiscal/Fatura, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.9. DA VIGÊNCIA

2.9.1. A referida Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial.

3. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias contados da apresentação da nota fiscal/fatura na Secretaria Municipal de Finanças, desde que tenha ocorrido a total e efetiva entrega do objeto constante naquela nota, bem como devidamente Atestada pelo Servidor Responsável.

4. Os preços registrados serão confrontados periodicamente, pelo menos trimestralmente, com os praticados no mercado e assim controlados pela Administração.

5. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, serão indicadas em momento oportuno, no processo de utilização da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

6. Este instrumento de registro de preços não obriga a Administração a firmar as contratações com a fornecedora, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurados, nesta hipótese, a preferência do beneficiário do registro em igualdade de condições, nos termos do parágrafo quarto, artigo 15, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações.

7. O descumprimento do prazo de execução sujeitará a fornecedora às seguintes sanções, garantida a prévia defesa:

a) Advertência e multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, sobre o valor da adjudicação, aplicada no máximo até um terço desse valor e cancelamento da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, sem prejuízo da devolução do produto/gêneros, caso este não atenda a contento.

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Porto dos Gaúchos/MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos e descredenciamento do Registro Cadastral de Fornecedores do Município, nos casos de:

I - apresentação de documentação falsa;

II - retardamento na entrega dos produtos;

III - comportamento inidôneo;

IV - fraude na execução do contrato;

V - falha na execução do contrato.

8. A contratada tem o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para a apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas anteriormente.

9. O registro de preços poderá ser suspenso ou cancelado no interesse da Administração e nas hipóteses dos artigos 77 e 78, da Lei Federal nº. 8666/93, ou a pedido justificado do interessado e aceito pela Administração.

10. A fornecedora deverá manter enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste certame – **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.**

11. Integrará a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, como parte indissociável, a proposta apresentada pela adjudicatária.

12. É parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando-se lhe todos seus dispositivos, o edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017** com os termos aditados e a proposta da(s) detentora(s) da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.

13. Fica eleito o foro da Comarca de Porto dos Gaúchos, Estado de Mato Grosso, excluído qualquer outro para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a precedeu.

14. Para constar foi lavrada a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, que vai assinada por seus representantes legais, em 02 (duas) vias de igual teor e forma e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Porto dos Gaúchos/MT, em 10 de Maio de 2017.

Município de Porto dos Gaúchos/MT MOACIR PINHEIRO PIOVESAN Prefeito Municipal CONTRATANTE	**VIDA IDEAL ASSISTENCIA SOCIAL EIRELI – ME** **CNPJ Sob n° 22.987.866/0001-70** Luzineide Alves de Souza Detentor da Ata
Eder Alfredo Dos Santos Contreiras CPF 050.256.711.24 **Testemunha**	Daniel Ferreira de Souza CPF 004.489.351-55 **Testemunha**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CASA DE APOIO E ASSISTENCIA AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS EM CUIABA/MT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCIDO DE 2017**.

Repartição interessada:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

O município de Porto dos Gaúchos, estado de Mato Grosso, através de seu Prefeito Municipal, senhor Moacir Pinheiro Piovesan, em atendimento ao disposto na Lei Federal n°. 10.520/02 – art. 4° - inciso XXII c.c. Lei Federal nº. 8.666/93 – art. 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe, instituídos pela portaria nº. 064/2017 de 16 de janeiro de 2017.

Empresa vencedora:

VIDA IDEAL ASSITENCIA SOCIAL EIRELI - ME

CNPJ: **22.987.866/0001-70**

Valor global de **R$ 72.000,00** (Setenta e dois mil reais).

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Porto dos Gaúchos – MT, 10 de Maio de 2017.

.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CASA DE APOIO E ASSISTENCIA AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS EM CUIABA/MT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCIDO DE 2017**.

Repartição interessada:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE;

Modalidade de licitação:..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:..... MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Forma de execução:..... INDIRETA

Em conformidade com a Lei Federal nº. 10.520/02 – art. 3° - inciso IV c.c. art. 4° - inciso XX da mesma Lei, o município de Porto dos Gaúchos/MT, através de seu Pregoeiro, senhor Helielson Teodoro Alves, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, às Empresas vencedoras abaixo especificadas:

VIDA IDEAL ASSITENCIA SOCIAL EIRELI - ME

CNPJ: **22.987.866/0001-70**

Valor global de **R$ 72.000,00** (Setenta e dois mil reais).

Registrado e Publicado por afixação, no lugar público de costume desta, na data abaixo.

Porto dos Gaúchos – MT, 10 de Maio de 2017.

Moacir Pinheiro Piovesan

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 22/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 21/2017

Objeto:

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DE CASA DE APOIO E ASSISTENCIA AOS PACIENTES DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS EM CUIABA/MT, ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO, DURANTE O EXERCIDO DE 2017.

O PREGOEIRO e sua EQUIPE DE APOIO, designada pela portaria 064/2017 de 16 de Janeiro de 2017, torna público a quem possa interessar que após examinado toda a documentação do certame em questão e emba-

sado no que dispõe a Lei de Licitações n°. 8.666/93 – art. 24 – inciso X, assim proclama:

Vencedora:

VIDA IDEAL ASSITENCIA SOCIAL EIRELI – ME

CNPJ Sob n°. **22.987.866/0001-70**

Valor por Item: **R$: 40,00 (quarenta reais)**

Valor total Global: **R$: 72.000,00 (Setenta e dois mil reais)**

Porto dos Gaúchos/MT, 10 de Maio de 2017.

Helielson Teodoro Alves

Pregoeiro Nomeado Portaria n° 064/2017

RREO 2º BIMESTRE E RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2017

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS

RREO 2º BIMESTRE E RGF 1º QUADRIMESTRE DE 2017

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, em cumprimento ao disposto no artigo n.º 165§ 3º das Constituição Federal e Capitulo IX e nos artigos 52, 53, 54, 55 e 77 da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal), com referência a ampla publicidade, vem a publico informar que se encontra afixado no mural da Prefeitura Municipal, Câmara Municipal e na Internet nos SITES WWW.amm.org.br e www.portodosgauchos.mt.gov.br/Transparencia o **Relatório Resumido da Execução Orçamentária**, referente ao 2º Bimestre de 2017 e **Relatório de Gestão Fiscal** referente ao 1º Quadrimestre de 2017.

Porto dos Gaúchos MT, 10 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, TECNOLOGIA E INFORMATICA
EXTRATO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 33/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2017

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000 fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 235/2017 de 23/03/2017**, no uso de suas atribuições, torna público** a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL, do tipo Menor Preço por Lote,** objetivando a REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA COM FORMAÇÃO SUPERIOR EM QUÍMICA, DEVIDAMENTE REGISTRADO NO CRQ (CONSELHO REGIONAL DE QUÍMICA) OU "CFQ" (CONSELHO FEDERAL DE QUÍMICA) PARA DESEMPENHAR TODAS AS FUNÇÕES INERENTES À ANALISE E TRATAMENTO DE ÀGUA E ESGOTO PARA O MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2017.

.

Modalidade de licitação:---------- PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação:---------- MENOR PREÇO POR LOTE

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DA ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO

Data:---------- 23/05/2017

Horário:---------- DAS 07:00h ÀS 08:00h (HORÁRIO LOCAL)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

DO JULGAMENTO

Data:---------- 23/05/2017

Horário:---------- 08:00 HORAS (horário local)

Local:---------- PRÉDIO DA PREFEITURA MUNICIPAL (ENDEREÇO ACIMA CITADO).

Observação 01: *O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, no endereço acima citado, ou pelo telefone 66 3526 2000,* ***sem qualquer ônus****, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07:00 horas às 11:00 horas e 13:00 horas ás 17:00horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 10 de Maio de 2017.

ALESSANDRO ISERNHAGEN HYDALGO

Pregoeiro Nomeado Portaria nº 235/2017

PORTARIA Nº. 294/2017

De: 05 de Maio de 2017

"Concede Férias a servidora ***Ana Lucia de Souza*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, **30 (trinta)** dias consecutivos de **Férias,** a servidora **Ana Lucia de Souza**nomeada no cargo eletivo de Membro do Conselho Tutelar, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo de 08/01/2016 a 07/01/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 05 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 295/2017

De: 05 de Maio de 2017

"Concede Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo e dá outras providências"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o artigo 135° inciso III, da Lei Municipal n° 018 de 18/06/1991.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder **Afastamento para Exercício de Mandato Eletivo,** sem remuneraçãoaoservidor **Enos dos Reis Maria inscrito no CPF 947. 333.251-34 nomeado** no cargo efetivo de Professor, junto a Secretaria Municipal de Educação, durante o período de mandato de Vereador, retornando as atividades em 01/01/2021**.**

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 05 de maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 296/2017

De: 05 de Maio de 2017

"Concede Férias ao servidor ***Gilson Braun Machado*** *e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais conferidas por Lei, c.c artigo 103 e 104 da Lei 018/91 e pela Lei 011/2002;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 01/05/2017, 30 (trinta) dias de **Férias** sendo1/3 (um terço)convertido em **abono pecuniário** ao servidor**Gilson Braun Machado**nomeado no cargo comissionado de Chefe do Setor de Licitação lotado na Secretaria Municipal de Finanças, referente ao período aquisitivo de 22/02/2016 a 21/02/2017.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 05 de Maio de 2017.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

FUNDO DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE POXORÉU
RETIFICAÇÃO DE PORTARIA

PORTARIA N.º 531/2017 "Dispõe sobre retificação da portaria nº 471/2016 de concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em favor da Sra. Davina Messias dos Santos Carvalho"

O Diretor Executivo do POXORÉU-PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Poxoréu, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 6º, incisos "I", "II", "III" e "IV", da Emenda Constitucional nº. 41/03, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 104, incisos "I", "II", "III", "IV", "V", da Lei Municipal n.º 1.489/2012, de 13 de janeiro de 2012 e da Lei Municipal nº 1512/2012.

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por tempo de contribuição** a favor da **Sra. Davina Messias dos Santos Carvalho**, *portadora do RG. n.º 475982 SSP/MT, inscrita no CPF/MF n.º 345.559.271-68 e Título Eleitoral de nº. 001751061899, Zona "040", Seção "0111", efetiva no cargo de* ***PROFESSORA, nível "XXV", classe "C",*** *contando com um total de* ***9. 125 dias, ou seja, 25 (vinte e cinco) anos,*** *de serviços prestados, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com* ***proventos integrais****, conforme o processo do POXORÉU-PREVI n.º* 2016.00.0005.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de maio de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Poxoréu - MT, 10 de maio de 2017.

AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

NELSON ANTONIO PAIM

Prefeito Municipal

ASSESSORIA JURÍDICA
EDITAL COMPLEMENTAR N.º 04/2017 - PROCESSO SELETIVO N.º 02/2017

EDITAL COMPLEMENTAR N.º 04/2017

Processo Seletivo Simplificado n.º 02/2017 – Prefeitura Municipal de Poxoréu/MT

A **Prefeitura Municipal de Poxoréu**, Estado de Mato Grosso, em conformidade com a Lei Municipal n.º 1.858, de 11 de abril de 2017, por meio do **CENTRO DE CAPACITAÇÃO TÉCNICO ADMINISTRATIVO DO MUNICÍPIO DE POXORÉU – ESCOLA DE GOVERNO**, **RESOLVE**, com base no subitem 10.19 do EDITAL DE ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017, **DIVULGAR** os gabaritos oficiais definitivos das provas aplicadas na data de 07/05/2017, conforme segue:

CONSIDERANDO a inexistência de interposição de recurso frente às questões entabuladas nas provas dos cargos de nível médio e ensino fundamental incompleto, realizadas no dia 07/05/2017, faz-se a divulgação dos gabaritos oficiais definitivos, no jornal Oficial do Município de Poxoréu/MT nesta data, sendo que as tabelas acostadas no Anexo Único deste Edital já foram disponibilizadas no site oficial e no saguão da Prefeitura Municipal de Poxoréu.

Publique-se.

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu/MT, 10/05/2017.

_____

NELSON ANTÔNIO PAIM

Prefeito Municipal

_____

MARIA APARECIDA COUTINHO MIRANDA E SOUZA

Secretária de Administração

ANEXO ÚNICO

GABARITOS OFICIAIS DEFINITIVOS [POR CARGO]

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 02/2017 – Cadastro de Reserva

ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO

OPERADOR DE MÁQUINAS	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D 2. A 3. B 4. D 5. A 6. B 7. C 8. D 9. B 10. D	11. A 12.B 13.A 14.A 15. B 16. B 17. B 18. A 19. C 20. A

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D 2. A 3. B 4. D 5. A 6. B 7. C 8. D 9. B 10. D	11. A 12. C 13. D 14. D 15. D 16. D 17. B 18. C 19. A 20. B

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS COZINHEIRO	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D 2. A	11. B 12. C

3. B	13. C
4. D	14. C
5. A	15. A
6. B	16. B
7. C	17. A
8. D	18. D
9. B	19. D
10. D	20. C

AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS LAVADEIRA	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. B
2. A	12. D
3. B	13. B
4. D	14. A
5. A	15. D
6. B	16. A
7. C	17. D
8. D	18. A
9. B	19. C
10. D	20. A

MOTORISTA	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. D
2. A	12. B
3. B	13. C
4. D	14. A
5. A	15. A
6. B	16. C
7. C	17. A
8. D	18. B
9. B	19. D
10. D	20. B

MECÂNICO	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. B
2. A	12. D
3. B	13. C
4. D	14. A
5. A	15. C
6. B	16. B
7. C	17. A
8. D	18. A
9. B	19. D
10. D	20. A

GUARDA	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. C
2. A	12. D
3. B	13. A
4. D	14. D
5. A	15. C
6. B	16. A
7. C	17. C
8. D	18. B
9. B	19. B
10. D	20. B
GARI BRAÇAL, GARI LIMPEZA URBANA, GARI COLETA DE LIXO	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. D
2. A	12. C
3. B	13. A
4. D	14. C
5. A	15. B
6. B	16. C
7. C	17. A
8. D	18. B
9. B	19. D
10. D	20. C

ENCANADOR	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. D
2. A	12. B
3. B	13. D
4. D	14. D
5. A	15. A
6. B	16. B
7. C	17. D
8. D	18. D
9. B	19. C
10. D	20. C

COVEIRO	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. D
2. A	12. B
3. B	13. D
4. D	14. A
5. A	15. A
6. B	16. A
7. C	17. D
8. D	18. D
9. B	19. B
10. D	20. D

BORRACHEIRO	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. C
2. A	12. B
3. B	13. B
4. D	14. A
5. A	15. D
6. B	16. C
7. C	17. D
8. D	18. B
9. B	19. D
10. D	20. D
AUXILIAR DE MECANICO	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. D
2. A	12. B
3. B	13. C
4. D	14. A
5. A	15. B
6. B	16. A
7. C	17. A
8. D	18. D
9. B	19. C
10. D	20. B

AUXILIAR DE ENCANADOR	
PORTUGUÊS	**ESPECÍFICOS**
1. D	11. C
2. A	12. B
3. B	13. B
4. D	14. D
5. A	15. D
6. B	16. C
7. C	17. C
8. D	18. C
9. B	19. C
10. D	20. D

ENSINO MÉDIO

AGENTE ADMINISTRATIVO			
PORTUGUÊS		**ESPECÍFICO**	
1. A	11. A	21. D	31. D
2. C	12. B	22. B	32.A
3. D	13. D	23. C	33.B
4. B	14. A	24.A	34.C
5. D	15.D	25.C	35.C
6. A	16.C	26.B	36.C
7. C	17.A	27.C	37.D
8. C	18.D	28.B	38.D
9. B	19.C	29.A	39.A
10. D	20.C	30.D	40.D

AGENTE DE ENDEMIAS			
PORTUGUÊS		**ESPECÍFICO**	
1. A	11. A	21. B	31. C
2. C	12. B	22. D	32.C
3. D	13. D	23. C	33.B
4. B	14. A	24.A	34.C
5. D	15.D	25.B	35.A
6. A	16.C	26.D	36.B
7. C	17.A	27.A	37.C
8. C	18.D	28.B	38.C
9. B	19.C	29.B	39.D
10. D	20.C	30.B	40.C

AGENTE DE SAÚDE			
PORTUGUÊS		**ESPECÍFICO**	
1. A	11. A	21. C	31. C
2. C	12. B	22. A	32.B
3. D	13. D	23. D	33.B
4. B	14. A	24.B	34.D
5. D	15.D	25.A	35.A
6. A	16.C	26.B	36.A
7. C	17.A	27.C	37.C
8. C	18.D	28.A	38.D
9. B	19.C	29.B	39.B
10. D	20.C	30.D	40.C

AUXILIAR DE LABORATÓRIO			
PORTUGUÊS		**ESPECÍFICO**	
1. A	11. A	21. A	31. B
2. C	12. B	22. B	32.B
3. D	13. D	23. C	33.C
4. B	14. A	24.D	34.D
5. D	15.D	25.D	35.B
6. A	16.C	26.C	36.C
7. C	17.A	27.C	37.C
8. C	18.D	28.D	38.B

9. B	19.C	29.A	39.D
10. D	20.C	30.D	40.B

CUIDADOR DE IDOSO			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. A
2. C	12. B	22. A	32.D
3. D	13. D	23. D	33.A
4. B	14. A	24.C	34.A
5. D	15.D	25.D	35.B
6. A	16.C	26.D	36.B
7. C	17.A	27.B	37.A
8. C	18.D	28.A	38.B
9. B	19.C	29.C	39.C
10. D	20.C	30.D	40.A

CUIDADOR INFANTIL			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. D
2. C	12. B	22. C	32.A
3. D	13. D	23. A	33.C
4. B	14. A	24.D	34.A
5. D	15.D	25.D	35.B
6. A	16.C	26.C	36.C
7. C	17.A	27.B	37.B
8. C	18.D	28.A	38.B
9. B	19.C	29.B	39.C
10. D	20.C	30.B	40.D

DESENHISTA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. C	31. B
2. C	12. B	22. B	32.C
3. D	13. D	23. D	33.A
4. B	14. A	24.B	34.D
5. D	15.D	25.A	35.B
6. A	16.C	26.D	36.C
7. C	17.A	27.C	37.A
8. C	18.D	28.C	38.B
9. B	19.C	29.D	39.A
10. D	20.C	30.A	40.C

ELETRICISTA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. C	31. A
2. C	12. B	22. C	32.A
3. D	13. D	23. B	33.D
4. B	14. A	24.D	34.C
5. D	15.D	25.A	35.A
6. A	16.C	26.D	36.B
7. C	17.A	27.B	37.D
8. C	18.D	28.A	38.B
9. B	19.C	29.D	39.D
10. D	20.C	30.C	40.A

ELETRICISTA DE AUTOMÓVEL			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. C
2. C	12. B	22. D	32.A
3. D	13. D	23. A	33.D
4. B	14. A	24.B	34.B
5. D	15.D	25.B	35.C
6. A	16.C	26.C	36.B
7. C	17.A	27.D	37.D
8. C	18.D	28.D	38.A
9. B	19.C	29.B	39.C
10. D	20.C	30.A	40.B

FISCAL SANITÁRIO			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. C
2. C	12. B	22. D	32.D
3. D	13. D	23. C	33.B
4. B	14. A	24.B	34.B
5. D	15.D	25.A	35.D
6. A	16.C	26.D	36.C
7. C	17.A	27.C	37.B
8. C	18.D	28.B	38.C
9. B	19.C	29.A	39.D
10. D	20.C	30.A	40.D

FISCAL DE SERVIÇOS URBANOS			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. B
2. C	12. B	22. C	32.A
3. D	13. D	23. B	33.C
4. B	14. A	24.B	34.D
5. D	15.D	25.A	35.C
6. A	16.C	26.B	36.D
7. C	17.A	27.B	37.D
8. C	18.D	28.B	38.A
9. B	19.C	29.C	39.C
10. D	20.C	30.B	40.B

FISCAL DE TRIBUTOS			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. D
2. C	12. B	22. A	32.C
3. D	13. D	23. D	33.C
4. B	14. A	24.B	34.D
5. D	15.D	25.D	35.C
6. A	16.C	26.B	36.D
7. C	17.A	27.B	37.C
8. C	18.D	28.D	38.D
9. B	19.C	29.B	39.C
10. D	20.C	30.B	40.C

INSTRUTOR DE ARTESANANTO			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. D
2. C	12. B	22. B	32.B
3. D	13. D	23. B	33.B
4. B	14. A	24.C	34.A
5. D	15.D	25.A	35.C
6. A	16.C	26.A	36.A
7. C	17.A	27.C	37.B
8. C	18.D	28.C	38.D
9. B	19.C	29.B	39.D
10. D	20.C	30.D	40.C

INSTRUTOR DE DANÇA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. D
2. C	12. B	22. A	32.A
3. D	13. D	23. C	33.C
4. B	14. A	24.D	34.A
5. D	15.D	25.B	35.B
6. A	16.C	26.D	36.A
7. C	17.A	27.A	37.D
8. C	18.D	28.D	38.A
9. B	19.C	29.B	39.B
10. D	20.C	30.D	40.C

INSTRUTOR DE ESPORTES			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. A
2. C	12. B	22. C	32.B
3. D	13. D	23. D	33.C
4. B	14. A	24.C	34.C
5. D	15.D	25.A	35.B
6. A	16.C	26.D	36.C
7. C	17.A	27.B	37.C
8. C	18.D	28.A	38.D
9. B	19.C	29.C	39.A
10. D	20.C	30.D	40.D

INSTRUTOR DE INFORMÁTICA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. C	31. D
2. C	12. B	22. A	32.D
3. D	13. D	23. D	33.A
4. B	14. A	24.D	34.B
5. D	15.D	25.D	35.B
6. A	16.C	26.B	36.A
7. C	17.A	27.A	37.D
8. C	18.D	28.D	38.D
9. B	19.C	29.A	39.A
10. D	20.C	30.A	40.A

INSTRUTOR DE MÚSICA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. D
2. C	12. B	22. A	32.B
3. D	13. D	23. C	33.D
4. B	14. A	24.B	34.A
5. D	15.D	25.B	35.C
6. A	16.C	26.C	36.A
7. C	17.A	27.D	37.C
8. C	18.D	28.D	38.D
9. B	19.C	29.C	39.B
10. D	20.C	30.A	40.D

ORIENTADOR SOCIAL			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. A	31. C
2. C	12. B	22. C	32.C
3. D	13. D	23. C	33.D
4. B	14. A	24.B	34.D
5. D	15.D	25.D	35.A
6. A	16.C	26.A	36.C
7. C	17.A	27.B	37.D
8. C	18.D	28.B	38.A
9. B	19.C	29.A	39.B
10. D	20.C	30.D	40.B

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. D
2. C	12. B	22. A	32.C
3. D	13. D	23. C	33.B
4. B	14. A	24.B	34.C
5. D	15.D	25.C	35.D
6. A	16.C	26.A	36.C
7. C	17.A	27.C	37.B
8. C	18.D	28.B	38.B
9. B	19.C	29.A	39.B
10. D	20.C	30.C	40.B

TÉCNICO EM TOPOGRAFIA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. B	31. C
2. C	12. B	22. C	32.B
3. D	13. D	23. A	33.C
4. B	14. A	24.B	34.A
5. D	15.D	25.D	35.D
6. A	16.C	26.B	36.A
7. C	17.A	27.D	37.B
8. C	18.D	28.A	38.B
9. B	19.C	29.D	39.B
10. D	20.C	30.D	40.B

TÉCNICO EM INFORMÁTICA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. C	31. D
2. C	12. B	22. A	32.D
3. D	13. D	23. D	33.A
4. B	14. A	24.D	34.B
5. D	15.D	25.D	35.B
6. A	16.C	26.B	36.A
7. C	17.A	27.A	37.D
8. C	18.D	28.D	38.D
9. B	19.C	29.A	39.A
10. D	20.C	30.A	40.A

TÉCNICO EM ENFERMAGEM			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. A
2. C	12. B	22. D	32.D
3. D	13. D	23. B	33.B
4. B	14. A	24.A	34.A
5. D	15.D	25.B	35.B
6. A	16.C	26.C	36.C
7. C	17.A	27.A	37.C
8. C	18.D	28.D	38.D
9. B	19.C	29.D	39.A
10. D	20.C	30.C	40.D

TÉCNICO EM ADMINISTRAÇÃO			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. A	31. B
2. C	12. B	22. B	32.D
3. D	13. D	23. C	33.D
4. B	14. A	24.B	34.D
5. D	15.D	25.C	35.D
6. A	16.C	26.C	36.A
7. C	17.A	27.B	37.C
8. C	18.D	28.A	38.B
9. B	19.C	29.A	39.D
10. D	20.C	30.D	40.D

TÉCNICO EM LABORATÓRIO			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. A
2. C	12. B	22. B	32.D
3. D	13. D	23. A	33.C
4. B	14. A	24.C	34.D
5. D	15.D	25.C	35.D
6. A	16.C	26.A	36.A
7. C	17.A	27.B	37.C
8. C	18.D	28.C	38.B
9. B	19.C	29.D	39.D
10. D	20.C	30.D	40.D

TÉCNICO EM HIGIENE BUCAL			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. D	31. D
2. C	12. B	22. B	32.A
3. D	13. D	23. D	33.B
4. B	14. A	24.A	34.C
5. D	15.D	25.B	35.A
6. A	16.C	26.D	36.B
7. C	17.A	27.B	37.D
8. C	18.D	28.A	38.D
9. B	19.C	29.C	39.C
10. D	20.C	30.C	40.A

TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA			
PORTUGUÊS		ESPECÍFICO	
1. A	11. A	21. A	31. D
2. C	12. B	22. C	32.B
3. D	13. D	23. D	33.B
4. B	14. A	24.A	34.D
5. D	15.D	25.C	35.B
6. A	16.C	26.A	36.C
7. C	17.A	27.B	37.A
8. C	18.D	28.A	38.B
9. B	19.C	29.C	39.D
10. D	20.C	30.D	40.C

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 021/2017

REGISTRO DE PREÇOS 018/2017

Tipo: Menor Preço por Item

A Prefeitura Municipal de Poxoréu-MT, torna-se publico aos interessados que no **PREGÃO PRESENCIAL 021/2017, Registro de Preço n° 018/2017**, tendo como objeto: Contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços de substituição de lâmpadas, reatores e outros materiais elétricos para Iluminação de Ruas, Avenidas e Praças Públicas com uso de caminhão guincho com cesta de inspeção e alcance até 18m de altura e de Serviços de Reparo e Manutenção Elétrica nos Prédios Públicos**,** cuja a abertura ocorreu as **14:00 hs** do dia **09 de maio de 2017**, na sede da Prefeitura Municipal de Poxoréu, situada à Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, Poxoréu-MT.

Sagrou vencedora da presente licitação a seguinte Empresa:

1 – EDMILSON FERREIRA DE LISBOA ME, inscrita no CNPJ n° 23.668.119/0001-32, Situada à Rua 02, 115, Bairro Novo Horizonte, na Cidade de Poxoréu - MT, vencedora de todos os itens, no Valor global de **R$ 244.980,00** (duzentos e quarenta e quatro mil novecentos e oitenta reais);

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Poxoréu, 09 de maio de 2017.

CLAUDINEY BARREIRA ARAÚJO

PRESIDENTE CPL

JÚLIO CÉSAR PEREIRA CHAGAS

PREGOEIRO OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

O Processo de Dispensa nº 11/2017 objetivou **Contratação de empresa especializada com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços com locação de sistema de sonorização para evento de médio porte, serviços de locutor oficial profissional, serviços de locutor comercial profissional e serviços de estrutura de pista composto por equipamento de cronometragem digital, torre de locução, estrutura de largada com painel, arco de chegada, podium personalizado e seis extintores de pó químico**, para atender o eventos da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal nos dias 13 e 14 de maio de 2017, nos termos do processo de Dispensa nº 11/2017, com base na Lei Federal 8.666/93 art. 24 inciso II, culminada com a Lei Complementar Municipal nº 567/2015 em seu Art. 1º, inciso I, Paragrafo único

Desse modo satisfazendo à lei e ao mérito, **ADJUDICO** à empresa CARLOS EDUARDO T. FLORÊNCIO**, cadastrada no CNPJ nº 10.677.837/0001-23** nos termos da Justificativa subscrita pela Comissão de Licitação e nos Termos do Parecer jurídico.

Reserva do Cabaçal-MT, 09 de maio de 2017.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS

Presidente da CPL

REGIANE LUCAS DOS REIS

Pregoeiro

JUCILENE GOMES TIZZO

Membro

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT torna público que realizou no dia 05 de Maio de 2017, às 9:00 horas, em sua sede à Av. Mato Grosso nº 221, Centro, Pregão Presencial com Registro de Preços para**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.** Tendo como vencedora as empresas: **DENTAL CENTRO OESTE LTDA.**

Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Maio 2017.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA COM AQUISIÇÕES FUTURAS E FRACIONADAS DE MEDICAMENTOS EM GERAL PARA ATENDIMENTO DA SECRETARIA DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT

Tendo em vista o que consta dos auto deste processo, e diante do resultado apurado, fica Adjudicado o presente Objeto, a **empresa**FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, inscrita pelo CNPJ Nº: 03. 250.803/0001-92 para que produza todos os efeitos legais.

Reserva do Cabaçal-MT, 10 de Maio de 2017.

VALTAIR LEOPOLDINO NEGRIS REGIANE LUCAS DOS REIS

Presidente Pregoeira

JUSCILENE GOMES TIZZO

Membro

DENI PEREIRA DE OLIVEIRA

Membro

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Licitação: Dispensa de Licitação nº 11/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços com locação de sistema de sonorização para evento de médio porte, serviços de locutor oficial profissional, serviços de locutor comercial profissional e serviços de estrutura de pista composto por equipamento de cronometragem digital, torre de locução, estrutura de largada com painel, arco de chegada, podium personalizado e seis extintores de pó químico, para atender o eventos da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal nos dias 13 e 14 de maio de 2017, nos termos do processo de Dispensa nº 11/2017, com base na Lei Federal 8.666/93 art. 24 inciso II, culminada com a Lei Complementar Municipal nº 567/2015 em seu Art. 1º, inciso I, Paragrafo único

Fica por este instrumento homologado o Processo Licitatório de Dispensa nº 11/2017, para aquisição dos serviços acima mencionado.

Reserva do Cabaçal-MT, 09 de maio de 2017

Registre-se

Publique-se

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, **representada pelo Prefeito Municipal Sr.** TARCISIO FERRARI**, DECLARA Dispensada a licitação da empresa CARLOS EDUARDO T FLORENCIO E CIA LTDA ME, situada na Rodovia BR 174B, nº 2.732, Bairro: Vila Ebec, na cidade de Pontes e Lacerda-MT, inscrita no CNPJ nº 10.677.837/0001-23 para fins Contratação de empresa especializada com a modalidade de dispensa de licitação, para a prestação de serviços com locação de sistema de sonorização para evento de médio porte, serviços de locutor oficial profissional, serviços de locutor comercial profissional e serviços de estrutura de pista composto por equipamento de cronometragem digital, torre de locução, estrutura de largada com painel, arco de chegada, podium personalizado e seis extintores de pó químico**, **para atender o eventos da 3ª etapa do Campeonato Regional de Motocross que será realizado no Município de Reserva do Cabaçal nos dias 13 e 14 de maio de 2017, nos termos do processo de Dispensa nº 11/2017, com base na Lei Federal 8.666/93 art. 24 inciso II, culminada com a Lei Complementar Municipal nº 567/2015 em seu Art. 1º, inciso I, Paragrafo único; torna público que firmará CONTRATO com a mesma para fornecimento desses serviços.**

Reserva do Cabaçal-MT, 09 de maio de 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS Nº. 11/2017

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal - MT torna público que na Licitação na modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços Nº 11/2017 tendo em vista o cumprimento de todas as exigências do Edital, e considerando o menor preço apresentado na proposta, a comissão de Licitação ADJUDICOU e o **PREFEITO HOMOLOGA** como vencedora as empresas, FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, inscrita pelo CNPJ Nº: 03. 250.803/0001-92, para que produza todos os efeitos legais.

As empresas vencedoras ficam obrigadas a fornecer o objeto conforme proposta apresentada.

Reserva do Cabaçal - MT, 10 de Maio 2017.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017

SRP

O Município de Ribeirão Cascalheira, estado de Mato Grosso, faz saber que se encontra aberta aos interessados na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2017**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabeleci-

das no edital, cujo objeto desta licitação é o Registro de Preço para futura e eventual aquisição de pneus e câmaras de ar destinados a frota de veículos desta municipalidade, conforme especificações no ato convocatório.

Abertura da sessão acontecerá no dia **24 de Maio de 2017, às 13:00 horas(horário local)**, na sede da Prefeitura Municipal situada Avenida Padre João Bosco, 2067, Centro, nesta cidade. Os interessados poderão obter informações e o Edital no Departamento de Licitações, de segunda a sexta-feira no horário das 13:00 às 18:00 pelo fone 3489-1838 ou solicitar pelo e-mail setordelicitacoesrc.@gmail.com ou no site prefeiturarc.com.br ícone licitação.

Ribeirão Cascalheira, 10 de Maio de 2017.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2017

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 024/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otávio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Por Item”, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS CONTRATAÇÕES DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS EM CONFECÇÃO DE SERVIÇOS GRAFICOS (IMPRESSOS, BLOCOS, CARTILHAS, FOLDERS E PANFLETOS) PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:30 horas, do dia 23/05/2017 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 10 de Maio de 2017.

Wisley Ribeiro do Amaral

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 061/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, BATERIAS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 34.768,00 (TRINTA E QUATRO MIL, SETECENTOS E SESSENTA E OITO REAIS)

OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRICANTES E PNEUS EIRELI ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 069/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, BATERIAS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 17.604,00 (DEZESSETE MIL, SEISCENTOS E QUATRO REAIS),

OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRICANTES E PNEUS EIRELI ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 20 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 062/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, BATERIAS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 4.328,00 (QUATRO MIL, TREZENTOS E VINTE E OITO REAIS)

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, BATERIAS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 76.952,00 (SETENTA E SEIS MIL, NOVECENTOS E CINQÜENTA E DOIS REAIS),

PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2017

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PNEUS, BATERIAS E LUBRIFICANTES PARA ATENDER A FROTA DE VEICULOS DO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 18.805,00 (DEZOITO MIL, OITOCENTOS E CINCO REAIS),

AJAX AUTO CENTER PEÇAS PARA VEICULOS LTDA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 071/2017

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ENGLOBANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 118.310,00 (CENTO E DEZOITO MIL, TREZENTOS E DEZ REAIS).

NEMARI BERTAGLIA BRAUM HERRERA-ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 24 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO CONVITE Nº 001/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo “Menor Preço Global, na modalidade CONVITE objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA UBS I NO MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT, conforme disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega dos Envelopes até às 09:30 horas do dia 23/05/2017. O Edital Completo poderá ser retirado no endereço acima das 08:00h às 14:00 o solicitado no email: email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 10 de Maio de 2017.

Wisley Ribeiro do Amaral

Presidente da CPL

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 072/2017

OBJETO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS E MAQUINÁRIOS, ENGLOBANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS GENUÍNAS OU ORIGINAIS DE PRIMEIRA LINHA, INDEPENDENTE DE MARCA E CATEGORIA PARA ATENDIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE - MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 3.900,00 (TRÊS MIL E NOVECENTOS REAIS).

OLAPER COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE LUBRICANTES E PNEUS EIRELI ME

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 24 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 063/2017

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES, TONNER E MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 830,12 (OITOCENTOS E TRINTA REAIS E DOZE CENTAVOS),

P. MOREIRA LIMA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI – ME,

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE ABRIL DE 2017

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2017

OBJETO: AQUISIÇÕES DE MATERIAIS DE EXPEDIENTES, TONNER E MATERIAL ESPORTIVO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DA PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT

PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2016

PRAZO: 31/12/2017

VALOR: R$ 679,80 (SEISCENTOS E SETENTA E NOVE REAIS E OITENTA CENTAVOS)

GERAÇÃO 2000 CALÇADOS, CONFECÇÕES E MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA – EPP

CONTRATADA

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO – PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ROSÁRIO OESTE/MT, 19 DE ABRIL DE 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO JURÍDICO
DECRETO Nº 029, DE 09 DE MAIO DE 2017

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA, RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇO E NOTA FISCAL DE SERVIÇOS AVULSA ELETRONICA, *E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.*

WEMERSON ADÃO PRATA, Prefeito do Município de Salto do Céu, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente a Lei Orgânica Municipal e a Lei Complementar 002/2016 (Código Tributário Municipal);

DECRETA:

CAPÍTULO I

Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e

Art. 1°. Fica instituída a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, para o registro das operações efetuadas que gerem obrigações tributárias aos contribuintes do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, conforme modelo do Anexo I.

§ 1°. A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e é o documento fiscal hábil para o registro das prestações de serviços no âmbito municipal, inviolável, sendo opcional, quando da emissão, a assinatura com certificado digital.

§ 2°. A partir do dia 15 de maio de 2017, os contribuintes prestadores de serviços inscritos no cadastro econômico do Município, que desenvolverem as atividades relacionadas no Anexo II deste Decreto Municipal estarão facultados se tornando obrigatórios a partir de 1º de junho de 2017 à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, com exceção da atividade de "motéis", prevista no item 9.01 deste anexo.

Art. 2º - O contribuinteobrigado à utilização da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, não poderá emitir outros modelos de documentos, sob pena de autuação por utilização de documentos sem autorização do fisco.

§ 1º. Os Contribuintes obrigados à emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, de acordo com o Anexo II, terão suas notas fiscais Série 1 ainda não utilizadas, consideradas inidôneas após a determinação de início de seu enquadramento naquela obrigatoriedade.

§ 2º. Após a autorização ou determinação da emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e pelo município, o contribuinte terá o prazo de 10 (dez) dias úteis para restituir os formulários não utilizados das notas fiscais padronizadas Série 1.

Art. 3°. O meio de acesso para o sistema de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, será através do endereço eletrônico www.saltodoceu.mt.gov.br no folder NFS-e, com utilização de senha fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças. Opcionalmente o contribuinte poderá acessar o sistema através de certificado digital emitido por autoridade certificadora subordinada a ICP Brasil.

Parágrafo único. A senha do acesso inicial ao sistema será fornecida pela Secretaria Municipal de Finanças. No primeiro acesso, ao contribuinte será solicitado alterar a senha inicial para uma senha de uso pessoal.

Art. 4º. Na emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, através do sistema do Município de Salto do Céu, o prestador do serviço poderá imprimir o documento fiscal em quantas vias entender necessárias ou enviar o arquivo gerado por *e-mail* ao tomador do serviço, que será automaticamente reconhecido como documento fiscal.

§ 1°. Para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, é obrigatória a identificação do tomador de serviços, independentemente do imposto ter sido retido ou não.

§ 2°. As operações efetuadas através da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, estarão dispensadas de posterior apresentação da Declaração de Serviços.

Art. 5º. O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, poderá certificar-se da validade da mesma através do endereço eletrônico www.saltodoceu.mt.gov.br no folder NFS-e.

Art. 6º. A solicitação de cancelamento da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, poderá ser efetuada pelo próprio prestador do serviço, antes do pagamento do imposto, conforme roteiro contido no endereço eletrônico www.saltodoceu.mt.gov.br no folder NFS-e, podendo a qualquer tempo este cancelamento ser revisto pela autoridade fiscal.

Parágrafo único. Após o pagamento do imposto a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, somente poderá ser cancelada por meio de processo administrativo.

Art. 7°. Para fins do disposto neste capítulo, fica aprovado o modelo de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, conforme Anexo I, contendo as seguintes informações:

I - Brasão e dados do Município de Salto do céu;

II - Denominação NFS-e – Nota Fiscal de Serviços Eletrônica;

III – Identificação da Nota Fiscal e RPS.

a) CPF/CNPJ;

b) Natureza da Operação

c) Data e hora da emissão;

d) Código de verificação;

e) Número da nota;

f) Número RPS;

g) Série RPS;

h) Data de Emissão.

IV - Identificação do prestador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão social;

d) Nome fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail.

V - Identificação do tomador de serviços, com:

a) CPF/CNPJ;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão social;

d) Nome fantasia;

e) Endereço;

f) Telefone;

g) E-mail.

VI – Discriminação dos serviços;

VII – Dados para apuração do ISSQN, com :

a) Identificação da atividade do Município;

b) Alíquota;

c) Identificação do item da Lei Complementar Federal nº. 116/2003;

d) Identificação do Código Nacional de Atividade Econômica – CNAE;

e) Valor Total dos Serviços;

f) Desconto Condicionado;

g) Desconto Incondicionado;

h) Dedução da base de cálculo, conforme disposição legal e dependendo do tipo da atividade prestacional exercida;

i) Base de cálculo;

j) Total do ISSQN;

k) Indicação do ISS Retido;

VIII – Valores das retenções de impostos:

a) PIS;

b) COFINS;

c) INSS;

d) IRRF;

e) CSLL;

f) ISSQN Retido;

g) Outras retenções;

IX – Valor líquido da nota.

X – Informações Adicionais

Art. 8º - A Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e poderá ser emitida através de integração entre sistema informatizado de gestão comercial do contribuinte e o sistema de emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e do Município de Salto do Céu.

§ 1º - O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as especificações estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no sítio eletrônico da Receita Federal do Brasil.

§ 2º - Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes**:**

I – Recepção e Processamento de Lote de RPS;

II- Consulta de Situação de Lote de RPS;

III – Consulta de NFS-e por RPS;

IV – Consulta de Lote de RPS;

V - Consulta de NFS-e;

VI- Cancelamento de NFS-e.

CAPÍTULO II

Da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica

Art. 9º. A Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica será utilizada para o registro das operações de prestação de serviço tributadas pelo ISSQN, das pessoas físicas ou jurídicas inscritas ou não no Cadastro Mobiliário.

§ 1º - O tomador do serviço ou qualquer interessado que receber Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, deverá certificar a validade da mesma através do endereço eletrônico saltodoceu.mt.gov.br no folder NFS-e.

§ 2º – A solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, poderá ser feita junto à Secretaria Municipal de Finanças, ou através do endereço eletrônico, www.saltodoceu.mt.gov.br no folder NFS-e, mediante cadastro prévio e obtenção de senha de acesso.

§ 3º Quando for realizada na Secretaria Municipal de Finanças a solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, o contribuinte deverá preencher o formulário de solicitação da NFS-e avulsa, conforme modelo contido no Anexo IV.

Art. 10. A **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica** emitida estará disponível e poderá ser consultada publicamente no sistema no prazo de 05 (cinco) anos da data de sua emissão.

Art. 11. A **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica** será fornecida com o preenchimento dos campos que identificam a operação de prestação de serviço e com destaque do ISSQN devido.

Art. 12. A disponibilização ou fornecimento da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica fica condicionado ao prévio recolhimento do ISSQN, e compensação da guia referente ao serviço que constar na nota fiscal solicitada.

Parágrafo único. A guia para o recolhimento do ISSQN previsto no *caput* será disponibilizada ou fornecida quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

Art. 13. O ISSQN referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada poderá ser aproveitado não necessitando de processo administrativo, quando da emissão de nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica caso o ISSQN da nova **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica** seja igual ou maior que o ISSQN da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada.

Art. 14. Será emitida guia de recolhimento pela Secretaria Municipal de Fazenda com a diferença do imposto, somente para o caso do ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, ser maior do que o ISSQN da **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica** cancelada.

Art. 15. Necessitará de processo administrativo para utilização ou devolução do crédito tributário contido na guia de recolhimento referente à Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada, quando o ISSQN da nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica for menor do que a Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica cancelada, ou, quando o contribuinte não for emitir nova Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

Art. 16. O cancelamento da **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica, p**oderá ser efetuada pelo próprio contribuinte, antes do recolhimento do imposto devido.

Art. 17. No caso de utilização de **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica,** o recolhimento do ISSQN devido pela prestação de serviço a que se refere à **Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica** solicitada, é condição para disponibilização ou fornecimento da mesma.

Parágrafo único. A guia para o recolhimento do ISSQN previsto no caput será disponibilizado ou fornecido quando da solicitação da Nota Fiscal de Serviço Avulsa Eletrônica.

CAPÍTULO III

Recibo Provisório de Serviço - RPS

Art. 18. No caso de impedimento da emissão em tempo real da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, o prestador de serviço emitirá Recibo Provisório de Serviço - RPS, em meio eletrônico, através de ferramenta disponibilizada pela Secretaria Municipal de Finanças, operando localmente e dispensando conexão com a rede mundial de computadores, conforme modelo do Anexo III.

§ 1º. O Recibo Provisório de Serviço poderá ser emitido através de sistema próprio de gestão comercial do contribuinte que utilizar a integração para conversão do RPS em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e, bem como através de ferramenta disponibilizada pela Secretaria Municipal de Finanças, com operação “off-line”.

§ 2º. Para controle da Administração Tributária, só serão válidos os RPS do sistema próprio de gestão comercial do contribuinte que forem autorizados pela autoridade fiscal, mediante solicitação através do Sistema Eletrônico de Gestão Tributária do Município de Salto do Céu, sendo que o RPS deverá ser numerado obrigatoriamente em ordem crescente, sequencial, a partir do número 1(um).

§ 3º. O RPS – Recibo Provisório de Serviços emitido pelo sistema comercial do contribuinte deverá conter o número de controle fornecido pela Secretaria Municipal de Finanças, como também todos os dados obrigatórios para emissão da NFS-e.

§4º. O contribuinte que emitir RPS – Recibo Provisório de Serviços em sistema próprio de gestão comercial poderá desenvolver modelo diferenciado de RPS do aprovado neste Decreto, devendo conter obrigatoriamente:

1-Denominação RPS – Recibo Provisório de Serviço;

2-Identificação do prestador de serviços, com:

a) Nome/Razão Social/ Nome Fantasia ;

b) Endereço do prestador de serviço;

c) Inscrição Municipal/CNPJ;

d) Série do Documento;

3- Identificação da Notas Fiscal:

a) Natureza da operação;

b) Data de Emissão;

c) Número do Recibo Provisório;

4- Dados do Tomador de Serviços :

a) CNPJ/CPF;

b) Inscrição Municipal;

c) Razão Social;

d) Nome de Fantasia;

e) Endereço/Nº/Complemento/Bairro;

f) CP/Cidade/Estado/Telefone/E-mail

5-Descrição dos serviços;

6-Dados do ISSQN:

a) Valor Total dos Serviços;

b) Desconto condicionado/incondicionado;

c) Dedução da base de cálculo/Alíquota;

d) Total do ISSQN/ISSQN Retido;

7- Retenção de Impostos:

a) Pis/Cofins/INSS/Imposto de Renda;

b) CSLL/Outras Retenções/

c) ISSQN Substituto Tributário;

8-Informações Complementares;

9-O documento não é válido como Nota Fiscal de Serviço.

§ 5º - O modelo operacional e as especificações dos arquivos de integração seguirão as normas estabelecidas no manual de integração da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e definidas no âmbito do SPED – Sistema Público de Escrituração Digital, disponível no endereço eletrônico www.receita.fazenda.gov.br.

§ 6º - Os serviços de integração disponibilizados pela rede mundial de computadores serão os seguintes:

I – Recepção e Processamento de Lote de RPS.

II – Consulta de Situação de RPS.

III – Consulta de NFS-e por RPS.

IV – Consulta de Lote de RPS.

Art. 19. Os arquivos eletrônicos dos RPS deverão ser transmitidos para o Sistema de Emissão de NFS-e, no prazo de 10 (dez) dias, contados da data de sua emissão, a fim de ser convertido em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e.

§ 1°. O prazo previsto no *"caput"* deste artigo inicia-se no dia seguinte ao da emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS, podendo ser postergado para o primeiro dia útil subseqüente, caso este prazo vença em dia não útil. Transcorrido este prazo, o Recibo Provisório de Serviço - RPS perderá a validade.

§ 2°. A não transmissão dos Recibos Provisórios de Serviço - RPS para conversão em Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, ou a transmissão fora do prazo estabelecido, sujeitará o prestador de serviço às penalidades previstas na legislação em vigor.

§ 3°. A não substituição do Recibo Provisório de Serviço - RPS pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, será equiparada à não emissão de notas fiscais de prestação de serviços, e sujeitará o contribuinte ao pagamento do imposto e à aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor, além das multas decorrentes do não recolhimento da obrigação principal e da imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal n. 8.137, de 27 de dezembro de1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

Art. 20. Para fins do disposto neste Capítulo, fica aprovado o modelo do Recibo Provisório de Serviço – RPS, conforme Anexo III, devendo ser emitido obrigatoriamente, com todos os dados necessários para a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica - NFS-e, sendo que os números seqüenciais serão gerados eletronicamente pelo sistema da Secretaria Municipal de Finanças aprovado por este Decreto.

***Parágrafo único* -** Havendo indício ou fundada suspeita de que a emissão do Recibo Provisório de Serviço - RPS esteja impossibilitando a perfeita apuração dos serviços prestados, da receita auferida ou do imposto devido, serão aplicadas as sanções previstas na legislação em vigor, sujeitando, ainda, o contribuinte à imputação do crime de sonegação fiscal conforme previsto na Lei Federal n. 8.137, de 27 de dezembro de1990, que define os Crimes Contra a Ordem Tributária.

CAPÍTULO V

Disposições Gerais

Art. 22. Os contribuintes que descumprirem as disposições deste Decreto estarão sujeitos às penalidades previstas na Lei Complementar n° 002 de 10 de Outubro de 2016, suas alterações e regulamentos.

Art. 23. Este Decreto Municipal entra em vigor na data de sua publicação. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Salto do Céu - MT, 09 de maio de 2017.

Wemerson Adão Prata

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU - MT/DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE CONTRATO

CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATO

CONTRATO Nº 002/2017

Objeto: Contratação para Fornecimento de Combustíveis: 3.630 litros de gasolina aditivada, 1.000 litros de etanol hidratado, 03 litros de óleo lubrificante, 01 unidade de filtro de ar, e 03 unidade de filtro lubrificante para Câmara Municipal de Salto do Céu.

CONTRATANTE: CAMARA MUNICIPAL DE SALTO DO CEU – MT

CONTRATADO: B. ROSA BISPO - EPP

VALOR: R$18.000,00 (DEZOITO MIL REAIS)

PRAZO: 08/05/2017 A 31/12/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial n° 005/2017

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro e equipe de apoio, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa, para a prestação dos serviços de coleta e transporte de resíduos sólidos urbanos, recicláveis e não recicláveis no perímetro urbano do município de Santa Cruz do Xingu - MT. VENCEDOR: V. D. MONTEIRO – ME, CNPJ: 10.665.454/0001-35. Valor de R$ 64.750,00. Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Santa Cruz do Xingu – MT, 08 de Maio de 2017 – **Astor Albrecht -** Pregoeiro Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

RELATÓRIO DE JULGAMENTO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

PROCESSO LICITATÓRIO N°011/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 005/2017

Aos oito dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, nesta cidade de Santa Cruz do Xingu, Estado de Mato Grosso, no Paço Municipal, às 09h00 minutos, reuniram-se o Pregoeiro Oficial senhor Astor Albrecht e a respectiva Equipe de Apoio Sra Tatiane do Nascimento e Dayana Soares da Silva, designados pelo ato de nomeação, Portaria n° 002/SAD/2017, de 02 de janeiro de 2017, para proceder ao julgamento da interposição de recurso da empresa A. QUINOT ME e contrarrazões da empresa V. D. MONTEIRO – ME . Tendo atendido aos tramites legais e de acordo com orientação jurídica, consideramos que o requerimento apresentado no recurso, não demonstra prova suficiente para inabilitar a empresa V. D. MONTEIRO – ME. Para tanto fica **habilitada** a empresa V. D. MONTEIRO-ME, vencedora dos itens 01 do Pregão Presencial 005/2017, Processo licitatório 011/2017.

Santa Cruz do Xingu – MT, 08 de maio de 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2017 – SRP

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL ANEXO III – TERMO DE REFERENCIA

PREGÃO PRESENCIAL N.º 013/2017 – SRP

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE DIVERSOS PARA SEREM USADOS NAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT**, CONFORME **CONDIÇÕES E** ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 014/2017 de 09/01/2017, torna público, nos autos do Processo de Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº 013/2017 – SRP, informa a todos os interessados a ***retificação do Anexo III do Termo de Referencia.***

1. Onde Le-sê, no item **127 –** PAPEL A-4 (210X297MM), PAPEL ALCALINO 75G/M2 CAIXA COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS CADA (CERTIFICADOS ISSO 9001 E ISSO 14001)

Leia-se: no item **127 –** PAPEL A-4 (210X297MM), PAPEL ALCALINO 75G/M2 CAIXA COM 10 RESMAS DE 500 FOLHAS CADA.

.**2. Tendo em vista a retificação ser apenas uma correção meramente material, bem como, não interferir nas condições das propostas, f**ica mantida a data de apresentação dos envelopes.

3. O teor dos demais itens do Termo de Referencia permanecem como foram disponibilizados anteriormente.

4. A presente retificação do Termo de Referencia será publicado nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

5. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 10 de maio de 2017.

ALINE DE JESUS AZARIAS FERRON

Pregoeira Oficial

PREVIDENCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 004/2017

RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato - MT, Sr. Egon Hoepers, torna público que, em virtude de haver concordado com as justificativas apresentadas previdência Social dos Servidores Públicos de Santa Rita do Trivelato, bem como em consideração ao parecer jurídico emitido no Processo de Dispensa de Licitação, com finalidade de **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA (COMPUTADOR COMPLETO I5 500 GB HD 8 GB MEMORIA MONITOR DE 19,5 E NOBREAK DE 700 KA),** empresa **K. O. A. DREHMER ME,** no valor de R$ 3.430,00 (três mil quatrocentos e trinta reais), a serem pagos conforme disposições em contrato a ser celebrado, em conformidade com art. 24, inc. II, da Lei 8.666/93 e Lei Municipal nº 494/2014, **RATIFICA** a justificativa apresentada e autoriza a Contratação, dando cumprimento ao que dispõe o art. 26, da Lei nº 8.666/93.

Santa Rita do Trivelato - MT, 10 de Maio de 2017.

EGON HOEPERS FABIO LOHMANN

Prefeito Municipal Diretor executivo Santa Rita Previ

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

PORTARIA GABINETE 2017

PORTARIA N.º 032/2017-GP

DE 18 DE JANEIRO DE 2.017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor **FRANCISCO JOSÉ SIMSEN**, portador do CPF n. 526.594.619-53, RG n. 13R1413602 SSP/MT, para o Cargo em Comissão CC4, de Chefe do Departamento de Compras, da Secretaria de Administração, do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2.017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Janeiro de 2.017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 031/2017-GP

DE 18 DE JANEIRO DE 2.017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear a Senhora **ANA LUCIA PEREIRA PLÁCIDO**, portadora do CPF n. 303.537.501-15, RG n. 1428328 SSP/MT, para o Cargo em Comissão CC3, de Procurador, do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2.017, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 18 de Janeiro de 2.017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

PORTARIA N.º 033/2017-GP

DE 25 DE JANEIRO DE 2.017

"Dispõe sobre a nomeação de servidor em cargo em comissão e dá outras providencias".

EUCLESIO JOSÉ FERRETO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear o Senhor **JOÃO FILHO COSTA REIS**, portador do CPF n. 030.724.411-38, RG n. 4575665 SSP/MT, para o Cargo em Comissão CC5, de Chefe da Divisão de Almoxarifado, da Secretaria de Administração, do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso.

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 25 de Janeiro de 2017.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

EUCLESIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal de Santa Terezinha-MT

DECRETO Nº 1.241 /2017

DE 24 DE JANEIRO DE 2.017.

DISPÕE SOBRE ANULAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS QUE NOMEOU SERVIDORES PÚBLICOS APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT, Euclésio José Ferretto, no uso de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as irregularidades dos atos administrativos, que nomeou servidores públicos aprovados em concurso público, praticados em período vedado, conforme inteligência do artigo 21, parágrafo único, da Lei Complementar nº. 101/00;

CONSIDERANDO que a Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os torne ilegais, porque deles não se originam direito, conforme súmula 473 do STF;

CONSIDERANDO que a anulação pode ser feita pela Administração Pública, com base no seu poder de autotutela sobre seus próprios atos, que independe de provocação do interessado, uma vez que, estando a Administração vinculada ao Princípio da Legalidade, ela tem o poder-dever de zelar pela sua observância;

CONSIDERANDO ainda, que os efeitos da anulação dos atos administrativos retroagem às suas origens.

D E C R E T A:

Artigo 1º- Fica **ANULADO** os Editais de Convocação nº 012/2.016 e 013/2016 de 23 de novembro e 06 dezembro respectivamente, bem como os atos administrativos deles decorrentes e os efeitos por ele produzidos.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data dos atos administrativos praticados em período vedado.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE

E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Santa Terezinha-MT, 24 de janeiro de 2.017.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 679/GP/2017

LEI MUNICIPAL Nº 679/GP/2017

DE 10 DE MAIO DE 2017

"DISPÕE SOBRE A ANISTIA, PARCELAMENTO E REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO, Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelo inciso III do artigo 53 da Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder anistia parcial sobre multa e juros dos créditos oriundos da dívida ativa.

Art. 2º - Objetivando a apropriação dos recursos tributários e não tributários inscritos ou não em dívida ativa, a Administração Pública Municipal poderá conceder parcelamento sobre os créditos diretos e acessórios.

Art. 3º - A anistia para as multas e juros de mora será concedida para os tributos e tarifas inscritos ou não em dívida ativa, de origem tributária e não tributária, em fase de execução judicial ou não:

Art. 4º - O cálculo dos valores a serem anistiados previstos nesta Lei obedecerá à seguinte regra: do somatório dos juros de mora e da multa deduzir-se-á o percentual a ser anistiado, adicionando-se ao resultado o valor do tributo ou da tarifa em atraso.

Parágrafo 1º - Os percentuais aplicados ao somatório dos juros de mora e multas estão em razão inversa ao número de parcelas pretendidas pelo contribuinte.

Parágrafo 2º - O valor a ser anistiado deve estar em conformidade com a tabela do **ANEXO I** desta Lei.

Art. 5º - O valor das parcelas a que se referem os incisos I a V, do anexo I do parágrafo 2º do artigo 4º, não será inferior à 1 (Uma) UF-ST para o parcelamento da dívidas relacionadas ao consumo d'água e 2 UF-ST para outros créditos tributários, ao tempo da operação, arredondando-se para maior quando a parcela ficar inferior a UF-ST.

Parágrafo 1º - Para concessão do parcelamento é obrigatório o atendimento dos procedimentos a seguir

I – O Contribuinte terá 60 (Sessenta dias) a partir da vigência desta lei para requerer o parcelamento.

II- Quando do parcelamento este só será concedido mediante requerimento do interessado e assinatura do TPDA – Termo de Parcelamento de Dívida Ativa;

III – A primeira parcela será recolhida na data da assinatura do TPDA;

IV – O atraso do pagamento de duas parcelas consecutivas acarreta automático cancelamento do TPDA, importando no vencimento antecipado das demais parcelas e na imediata cobrança do débito.

Parágrafo 2º - Fica proibida a prorrogação da dívida ou concessão de nova anistia para o mesmo débito.

Art. 6º - Os débitos parcelados não pagos na data dos respectivos vencimentos e não contrariando o parágrafo anterior serão acrescidos de multas e juros de mora aplicando-se o estabelecido no Código Tributário Municipal na época da efetivação do pagamento.

Art. 7º- Os créditos tributários não parcelados até a data prevista no inciso I do parágrafo único do artigo 4º, serão, obrigatoriamente, objetos de execução fiscal.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo autorizado a:

I – Divulgar a presente Lei por qualquer meio de publicidade, que possa alcançar o conhecimento de toda a comunidade;

II – Notificar pessoalmente o contribuinte inadimplente face a recusa em quitar sua obrigação fiscal.

Parágrafo único – Quando for impossível localizar o contribuinte, a Administração Pública utilizará os meios previstos no Código Tributário Municipal para encontrar seu endereço.

Art. 9º - O Poder Executivo Municipal poderá compensar seu crédito tributário com outros direitos do Contribuinte, sejam ou não de natureza tributária, deste que líquidos, excetuando os direitos de natureza trabalhista, que somente poderão ser negociados com aquiescência do contribuinte, ou através de determinação judicial.

Parágrafo único – Quando se tratar de direito resultante de prestação de serviço autônomo, o cumprimento do disposto no *caput* deverá estar em consonância com a necessidade do serviço pelo Ente Público, sem embargo do disposto na Lei nº 8.666/93 e suas posteriores modificações.

Art. 10º – Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir os créditos adicionais necessários à aplicação desta Lei.

Art. 11 – - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo vigência até a data de vencimento da última parcela a ser paga pelo contribuinte.

Gabinete do Prefeito, Santa Terezinha, 10 de Maio de 2017.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) — R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	14.412.855,00	6.300,00	14.419.155,00	3.025.782,71	3.025.782,71	1.937.237,36	1.937.237,36	13,43	12.481.917,64
DESPESAS CORRENTES	12.460.303,00	150.570,20	12.610.873,20	2.629.644,77	2.629.644,77	1.803.244,74	1.803.244,74	14,29	10.807.628,46
Pessoal e Encargos Sociais	6.710.582,00	-53.578,87	6.657.003,13	1.076.744,41	1.076.744,41	1.076.744,41	1.076.744,41	16,17	5.580.258,72
Juros e Encargos da Dívida	54.000,00		54.000,00						54.000,00
Outras Despesas Correntes	5.695.721,00	204.149,07	5.899.870,07	1.552.900,36	1.552.900,36	726.500,33	726.500,33	12,31	5.173.369,74
DESPESAS DE CAPITAL	1.146.852,00	-144.270,20	1.002.581,80	396.137,94	396.137,94	133.992,62	133.992,62	13,36	868.589,18
Investimentos	1.090.852,00	-138.270,20	952.581,80	346.137,94	346.137,94	125.549,95	125.549,95	13,17	827.031,85
Inversões Financeiras	6.000,00	-6.000,00							
Amortização da Dívida	50.000,00		50.000,00	50.000,00	50.000,00	8.442,67	8.442,67	16,88	41.557,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	805.700,00		805.700,00						805.700,00
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	615.500,00	-6.300,00	609.200,00	101.934,43	101.934,43	101.934,43	101.934,43	16,73	507.265,57
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	15.028.355,00		15.028.355,00	3.127.717,14	3.127.717,14	2.039.171,79	2.039.171,79	13,56	12.989.183,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	15.028.355,00		15.028.355,00	3.127.717,14	3.127.717,14	2.039.171,79	2.039.171,79	13,56	12.989.183,21
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	15.028.355,00		15.028.355,00	3.127.717,14	3.127.717,14	2.039.171,79	2.039.171,79	13,56	12.989.183,21

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		% (j / f)	Saldo a Liquidar (f - j)
				No Bimestre (g)	Até o Bimestre (h)	No Bimestre (i)	Até o Bimestre (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	615.500,00	-6.300,00	609.200,00	101.934,43	101.934,43	101.934,43	101.934,43	16,73	507.265,57
Pessoal e Encargos Sociais	615.500,00	-6.300,00	609.200,00	101.934,43	101.934,43	101.934,43	101.934,43	16,73	507.265,57
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	615.500,00	-6.300,00	609.200,00	101.934,43	101.934,43	101.934,43	101.934,43	16,73	507.265,57
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)	615.500,00	-6.300,00	609.200,00	101.934,43	101.934,43	101.934,43	101.934,43	16,73	507.265,57

Emissão: 10/05/2017 07:54:21 — Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alineas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	13.533.255,00	13.533.255,00	1.876.324,15	13,86	1.876.324,15	13,86	11.656.930,85
RECEITAS CORRENTES	12.344.857,98	12.344.857,98	1.876.324,15	15,19	1.876.324,15	15,19	10.468.533,83
RECEITA TRIBUTARIA	535.689,20	535.689,20	91.416,48	17,06	91.416,48	17,06	444.272,72
Impostos	510.174,64	510.174,64	83.954,53	16,45	83.954,53	16,45	426.220,11
Taxas	25.514,56	25.514,56	7.461,95	29,24	7.461,95	29,24	18.052,61
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	824,68	824,68					824,68
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	824,68	824,68					824,68
RECEITA PATRIMONIAL	156.511,37	156.511,37	23.466,42	14,99	23.466,42	14,99	133.044,95
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	156.511,37	156.511,37	23.466,42	14,99	23.466,42	14,99	133.044,95
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	80.564,19	80.564,19	4.627,44	5,74	4.627,44	5,74	75.936,75
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.564.046,16	11.564.046,16	1.750.759,99	15,13	1.750.759,99	15,13	9.813.286,17
Transferências Intergovernamentais	10.985.693,77	10.985.693,77	1.747.919,41	15,91	1.747.919,41	15,91	9.237.774,36
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	578.352,39	578.352,39	2.840,58	0,49	2.840,58	0,49	575.511,81
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	7.222,38	7.222,38	6.053,82	83,82	6.053,82	83,82	1.168,56
Multa de Juros de Mora	2.439,05	2.439,05	2.227,52	91,32	2.227,52	91,32	211,53
Indenizações e Restituições	100,00	100,00					100,00
Receita da Dívida Ativa	4.683,33	4.683,33	3.826,30	81,70	3.826,30	81,70	857,03
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL	1.188.397,02	1.188.397,02					1.188.397,02
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crèdito Internas							
Operações de Crèdito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.188.397,02	1.188.397,02					1.188.397,02
Transferências Intergovernamentais	660.342,85	660.342,85					660.342,85
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	528.054,17	528.054,17					528.054,17
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	13.533.255,00	13.533.255,00	1.876.324,15	13,86	1.876.324,15	13,86	11.656.930,85
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crèdito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crèdito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	13.533.255,00	13.533.255,00	1.876.324,15	13,86	1.876.324,15	13,86	11.656.930,85
DÉFICIT (VI)	1.495.100,00	1.495.100,00	1.251.392,99	83,69	1.251.392,99	83,69	243.707,01
TOTAL(VII) = (V + VI)	15.028.355,00	15.028.355,00	3.127.717,14	20,81	3.127.717,14	20,81	11.900.637,86
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Crèditos A							
Superàvit Financeiro							
Reabertura de Crèditos Adicionais							

Emissão: 10/05/2017 07:54:21

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO/2017

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)	615.500,00	609.200,00	101.934,43	16,73	101.934,43	16,73	507.265,57
TOTAL (V) = (III + IV)	615.500,00	609.200,00	101.934,43	16,73	101.934,43	16,73	507.265,57

Emissão: 10/05/2017 07:54:21

Page 2 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

FUNÇÃO	Inicial	Atualizada (a)	Despesa Empenhada		Despesas Liquidadas				Saldo a Liquidar (a - e)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (e/total e)	% (c/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.274.755,00	12.281.055,00	3.025.782,71	3.025.782,71	1.937.237,36	1.937.237,36	95,00	15,77	10.343.817,64
LEGISLATIVA									
JUDICIÁRIA									
ESSENCIAL A JUSTIÇA									
ADMINISTRAÇÃO	4.300.045,00	4.411.775,42	1.121.489,91	1.121.489,91	881.385,84	881.385,84	43,22	19,97	3.530.389,58
DEFESA NACIONAL									
SEGURANÇA PÚBLICA									
RELAÇÕES EXTERIORES									
ASSISTÊNCIA SOCIAL	704.300,00	626.301,57	99.118,65	99.118,65	84.018,94	84.018,94	4,12	13,41	542.282,63
PREVIDÊNCIA SOCIAL									
SAÚDE	2.639.000,00	2.646.776,14	420.813,06	420.813,06	393.792,04	393.792,04	19,31	14,87	2.252.984,10
TRABALHO	150.284,00	150.284,00	130.000,00	130.000,00	15.947,65	15.947,65	0,78	10,61	134.336,35
EDUCAÇÃO	3.709.372,00	3.555.516,08	924.743,56	924.743,56	484.047,60	484.047,60	23,73	13,61	3.071.468,48
CULTURA	9.000,00	10.800,00	2.278,80	2.278,80					10.800,00
DIREITOS DA CIDADANIA									
URBANISMO	205.000,00	338.907,79	234.907,79	234.907,79	32.040,70	32.040,70	1,57	9,45	306.867,09
HABITAÇÃO	5.000,00								
SANEAMENTO	5.000,00	5.000,00							5.000,00
GESTÃO AMBIENTAL	80.654,00	80.654,00	9.634,65	9.634,65	9.634,65	9.634,65	0,47	11,94	71.019,35
CIÊNCIA E TECNOLOGIA									
AGRICULTURA	91.500,00	93.440,00	2.935,60	2.935,60					93.440,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA									
INDÚSTRIA									
COMÉRCIO E SERVIÇOS	32.500,00	32.500,00	10.934,65	10.934,65	10.486,87	10.486,87	0,51	32,26	22.013,13
COMUNICAÇÕES									
ENERGIA	6.000,00	6.000,00							6.000,00
TRANSPORTE	93.000,00	79.000,00							79.000,00
DESPORTO E LAZER	69.100,00	69.100,00	18.926,04	18.926,04	17.440,40	17.440,40	0,85	25,23	51.659,60
ENCARGOS ESPECIAIS	100.000,00	100.000,00	50.000,00	50.000,00	8.442,67	8.442,67	0,41	8,44	91.557,33
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	75.000,00	75.000,00							75.000,00
RESERVA DO R.P.P.S.									
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	605.400,00	599.100,00	101.934,43	101.934,43	101.934,43	101.934,43	4,99	17,01	497.165,57
TOTAL (III) = (I + II)	R$ 12.880.155,00	R$ 12.880.155,00	R$ 3.127.717,14	R$ 3.127.717,14	R$ 2.039.171,79	R$ 2.039.171,79	100,00	15,83	R$ 10.840.983,21

Emissão: 10/05/2017 07:58:22

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO
BIMESTRE JANEIRO a FEVEREIRO de 2017

LRF, Art. 52, inciso II, alíneas "c" - Anexo II

Homologado

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE SANTO AFONSO;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MARCO/2016 A FEVEREIRO/2017

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2017
	MAR/16	ABR/16	MAI/16	JUN/16	JUL/16	AGO/16	SET/16	OUT/16	NOV/16	DEZ/16	JAN/17	FEV/17		
RECEITAS CORRENTES (I)											1.045.105,01	1.167.878,31	2.212.983,32	15.242.338,10
Receita Tributaria											23.463,33	67.953,15	91.416,48	535.689,20
IPTU														36.839,22
ISS											2.596,80	10.846,28	13.443,08	97.053,33
ITBI											12.146,93	20.096,03	32.242,96	164.232,81
IRRF											8.672,44	29.596,05	38.268,49	212.049,28
Outras Receitas Trib.											47,16	7.414,79	7.461,95	25.514,56
Receita Contribuicoes														397.324,68
Receita Patrimonial											12.327,72	11.138,70	23.466,42	736.611,37
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos											1.708,02	2.919,42	4.627,44	80.564,19
Transf. Correntes											1.007.605,94	1.079.813,22	2.087.419,16	13.484.326,28
Cota-Parte do FPM											530.773,08	680.134,06	1.210.907,14	5.554.552,64
Cota-Parte do ICMS											246.810,45	143.356,03	390.166,48	2.458.398,15
Cota-Parte do IPVA											8.570,55	12.611,86	21.182,41	153.864,51
Cota-Parte do ITR											46.565,39	3.476,71	50.042,10	236.326,93
Transf. LC 87/1996											1.009,54	1.009,54	2.019,08	12.703,64
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB											82.620,96	85.911,74	168.532,70	1.070.451,10
Outras Transf. Corr.											91.255,97	153.313,28	244.569,25	3.998.029,31
Outras Receitas Corr.												6.053,82	6.053,82	7.822,38
DEDUCOES (II)											166.745,70	168.117,56	334.863,26	2.309.335,48
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														396.500,00
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB											166.745,70	168.117,56	334.863,26	1.912.835,48
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)											878.359,31	999.760,75	1.878.120,06	12.933.002,62

Emissão: 10/05/2017 07:59:09

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVINDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)					
RECEITAS CORRENTES					
Receita de Contribuições dos Segurados					
Pessoal Civil					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições					
Receita Patrimonial					
Receitas Imobiliárias					
Receitas de Valores Mobiliários					
Outras Receitas Patrimoniais					
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS					
Demais Receitas Correntes					
RECEITAS DE CAPITAL					
Alienação de Bens, Direitos e Ativos					
Amortização de Empréstimos					
Outras Receitas de Capital					
( ) DEDUÇÕES DA RECEITA					
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇA.) (IV)					
ADMINISTRAÇÃO					
Despesas Correntes					
Despesas de Capital					
PREVIDÊNCIA					
Pessoal Civil					
Aposentadorias					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Outras Despesas Previdenciárias					
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS					
Demais Despesas Previdenciárias					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (VI) = (IV + V)					
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III VI)					

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS					

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	

BENS E DIREITOS DO RPPS	MÊS ANTERIOR	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
		2017	2016
CAIXA			
BANCOS CONTA MOVIMENTO			
INVESTIMENTOS			
OUTROS BENS E DIREITOS			

Emissão: 10/05/2017 08:00:05 Page 1 de 2

Homologado

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVINDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS DA SEGURIDADE SOCIAL

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53, inciso II) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS ATUALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
Receita de Serviços					
Outras Receitas Correntes					
Receita Patrimonial					
Para Cobertura de Déficit Atuarial					
Em Regime de Débitos e Parcelamentos					
Outras Receitas de Capital					
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)					
Amortização de Empréstimos					
RECEITAS DE CAPITAL (IX)					
Alienação de Bens					
Militar					
Pessoal Civil					
Ativo					
Patronal					
RECEITAS CORRENTES (VIII)					
Receita de Contribuições					
Ativo					
Inativo					
Pessoal Militar					
Inativo					
Pensionista					
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre 2017	Até o Bimestre 2016
Despesas de Capital					
Despesas Correntes					
ADMINISTRAÇÃO (XII)					
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII) = (XII)					

Fonte:

[1] Capítulo do artigo 212 da CF/1988

[2] Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

[3] Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme Lei 9.394/96, art. 11, V.

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2016(a)	Em 31/DEZ/2017 (b)	Em 28/FEV/2017 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)	196.567,51	196.567,51	188.124,84
DEDUCOES (II)	1.526.992,59	1.526.992,59	1.764.757,33
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.648.036,77	1.648.036,77	1.804.383,60
Demais Haveres Financeiros	4.629,58	4.629,58	9.259,16
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	125.673,76	125.673,76	48.885,43
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-1.330.425,08	-1.330.425,08	-1.576.632,49
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	196.567,51	196.567,51	188.124,84
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.526.992,59	-1.526.992,59	-1.764.757,33

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-237.764,74	-237.764,74

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2016(a)	Em 31/DEZ/2017 (b)	Em 28/FEV/2017 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 10/05/2017 08:00:44 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2017	ATÉ O BIMESTRE 2016
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	12.585.446,61	1.852.857,73	1.852.857,73	
Receitas Tributarias	535.689,20	91.416,48	91.416,48	
IPTU	36.839,22			
ISS	97.053,33	13.443,08	13.443,08	
ITBI	164.232,81	32.242,96	32.242,96	
IRRF	212.049,28	38.268,49	38.268,49	
Outras Receitas Tributarias	25.514,56	7.461,95	7.461,95	
Receitas de Contribuicoes	397.324,68			
Receitas Previdenciarias	396.500,00			
Outras Receitas de Contribuicoes	824,68			
Receita Patrimonial Liquida				
Receita Patrimonial	736.611,37	23.466,42	23.466,42	
(-) Aplicacoes Financeiras	736.611,37	23.466,42	23.466,42	
Transferencias Correntes	11.564.046,16	1.750.759,99	1.750.759,99	
FPM	5.554.552,64	1.210.907,14	1.210.907,14	
ICMS	2.458.398,15	390.166,48	390.166,48	
Convenios	578.352,39	2.840,58	2.840,58	
Outras Transferencias Correntes	2.972.742,98	146.845,79	146.845,79	
Demais Receitas Correntes	88.386,57	10.681,26	10.681,26	
Divida Ativa	4.683,33	3.826,30	3.826,30	
Diversas Receitas Correntes	83.703,24	6.854,96	6.854,96	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	1.188.397,02			
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)				
Transferencias de Capital	1.188.397,02			
Convenios	528.054,17			
Outras Transferencias de Capital	660.342,85			
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.188.397,02			
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	13.773.843,63	1.852.857,73	1.852.857,73	

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2017	ATÉ O BIMESTRE 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	13.220.073,20	2.731.579,20	2.731.579,20	
Pessoal e Encargos Sociais	7.266.203,13	1.178.678,84	1.178.678,84	
Juros e Encargos da Divida (IX)	54.000,00			
Outras Despesas Correntes	5.899.870,07	1.552.900,36	1.552.900,36	
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	13.166.073,20	2.731.579,20	2.731.579,20	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.002.581,80	396.137,94	396.137,94	
Investimentos	952.581,80	346.137,94	346.137,94	
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	50.000,00	50.000,00	50.000,00	
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	952.581,80	346.137,94	346.137,94	
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	805.700,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	14.924.355,00	3.077.717,14	3.077.717,14	
RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-1.150.511,37	-1.224.859,41	-1.224.859,41	
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES				

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

Emissão: 10/05/2017 08:01:22 **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO** Page 1 de 1

Homologado

RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2016			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO	25.482,99	54.383,98		30.981,54	48.885,43	401.238,23	18.655,68		16.653,02	403.240,89
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO		45.806,79		45.806,79						
TOTAL (III) = (I + II)	25.482,99	100.190,77	0,00	76.788,33	48.885,43	401.238,23	18.655,68	0,00	16.653,02	403.240,89

Emissão: 10/05/2017 08:01:56

AGILI INFORMATICA - CUIABA-MT FONE:(65)3619-3700

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	298.216,28	298.216,28	51.603,29	51.603,29	17,30%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	36.930,14	36.930,14	5.917,25	5.917,25	16,02%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	36.839,22	36.839,22	0,00	0,00	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	4.356,48	4.356,48	3.722,53	3.722,53	85,45%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	1.974,92	1.974,92	2.194,72	2.194,72	111,13%
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	(6.240,48)	(6.240,48)	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	164.232,81	164.232,81	32.242,96	32.242,96	19,63%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	164.232,81	164.232,81	32.242,96	32.242,96	19,63%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	97.053,33	97.053,33	13.443,08	13.443,08	13,85%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	97.053,33	97.053,33	13.443,08	13.443,08	13,85%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4°, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	8.415.845,87	8.415.845,87	1.674.317,21	1.674.317,21	19,89%
2.1- Cota-Parte FPM	5.554.552,64	5.554.552,64	1.210.907,14	1.210.907,14	21,80%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.554.552,64	5.554.552,64	1.210.907,14	1.210.907,14	21,80%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	2.458.398,15	2.458.398,15	390.166,48	390.166,48	15,87%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. n°87/1996	12.703,64	12.703,64	2.019,08	2.019,08	15,89%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.5- Cota-Parte ITR	236.326,93	236.326,93	50.042,10	50.042,10	21,17%
2.6- Cota-Parte IPVA	153.864,51	153.864,51	21.182,41	21.182,41	13,77%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	8.714.062,15	8.714.062,15	1.725.920,50	1.725.920,50	19,81%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	134.076,82	134.076,82	15.038,09	15.038,09	11,22%
5.1- Transferências do Salário-Educação	75.671,97	75.671,97	15.038,09	15.038,09	19,87%
5.2- Outras Transferências do FNDE	58.404,85	58.404,85			
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE					
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	554.905,43	554.905,43			
6.1- Transferência de Convênios	554.905,43	554.905,43			
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	367.984,93	367.984,93	379,28	379,28	0,10%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.056.967,18	1.056.967,18	15.417,37	15.417,37	1,46%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.912.835,48	1.912.835,48	334.863,26	334.863,26	17,51%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.241.537,76	1.241.537,76	242.181,36	242.181,36	19,51%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	590.719,37	590.719,37	78.033,24	78.033,24	13,21%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.540,65	2.540,65	403,80	403,80	15,89%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	47.265,23	47.265,23	10.008,41	10.008,41	21,17%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	30.772,47	30.772,47	4.236,45	4.236,45	13,77%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.070.451,10	1.070.451,10	168.532,70	168.532,70	15,74%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.070.451,10	1.070.451,10	168.532,70	168.532,70	15,74%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB					
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-842.384,38	-842.384,38	-166.330,56	-166.330,56	19,75%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTERIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 10/05/2017 08:02:32 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2016 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	7.330,28
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2017²	36,23

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	2.178.515,54	2.178.515,54	431.480,13	431.480,13	19,81%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		-166.330,56
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)		0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)		0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)		-166.330,56
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))		166.330,56
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %		9,64

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2017 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	7.330,28	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	168.532,70	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	175.862,98	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Emissão: 10/05/2017 08:02:32 Page 2 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.002.581,80	133.992,62		868.589,18
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.002.581,80	133.992,62		868.589,18
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.002.581,80	-133.992,62		-868.589,18

Fonte:

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 10/05/2017 08:03:07 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017/BIMESTRE JANEIRO-FEVEREIRO

RREO – ANEXO XIII (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) R$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2017	10.681,26		10.681,26	10.681,26

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Emissão: 10/05/2017 08:03:34 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A FEVEREIRO 2017

RREO – ANEXO XIV(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d – (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2016 (h)	2017 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)			

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

Emissão: 10/05/2017 08:04:30 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A FEVEREIRO/2017 - Bimestre JANEIRO/FEVEREIRO

RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)				
Impostos				
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Divida Ativa dos Impostos				
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais				
Da Uniao				
Do Estado				
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	683.458,11	683.458,11	33.238,00	4,86
Da Uniao para o Municipio	498.709,26	498.709,26	33.238,00	6,66
Do Estado para o Municipio	184.748,85	184.748,85		
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS				
(-) DEDUCAO PARA O FUNDEB				
TOTAL	**683.458,11**	**683.458,11**	**33.238,00**	**4,86**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	1.695.500,00	1.710.976,14	301.065,88	17,60
Pessoal e Encargos Sociais	1.399.000,00	1.399.000,00	280.990,30	20,09
Juros e Encargos da Divida	1.000,00	1.000,00		
Outras Despesas Correntes	295.500,00	310.976,14	20.075,58	6,46
DESPESAS DE CAPITAL	209.000,00	199.000,00	45.407,55	22,82
Investimentos	209.000,00	199.000,00	45.407,55	22,82
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**1.904.500,00**	**1.909.976,14**	**346.473,43**	**18,14**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	1.904.500,00	1.909.976,14	346.473,43	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE				
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos				
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE				
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**1.904.500,00**	**1.909.976,14**	**346.473,43**	**100,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2017 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE DAÚDE (VII)	0,00	0,00

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS	
CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VI - VII f) / I]	647.343,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/total g)
Atencao Basica	1.382.000,00	1.384.976,14	308.929,32	89,16
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	95.000,00	97.500,00	5.282,50	1,52
Suporte Profilatico e Terapeutico	60.000,00	60.000,00	1.622,18	0,46
Vigilancia Sanitaria	105.500,00	105.500,00	16.008,54	4,62
Vigilancia Epidemiologica	15.000,00	15.000,00		
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes	247.000,00	247.000,00	14.630,89	4,22
TOTAL	**1.904.500,00**	**1.909.976,14**	**346.473,43**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

[1] Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

[2] Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

Emissão: 10/05/2017 08:05:26 Page 1 de [1]
Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO
CNPJ: 37464161000146
RUA0000155CENTRO
Telefone 06533121160
pref_admmt@hotmail.com

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
ANEXO 17 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2017 - 1º Bimestre - Janeiro/Fevereiro

RREO – Anexo XVII (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2017		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No bimestre	Até o bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS Direitos Futuros Ativos Contabilizados na SPE Contrapartida para Provisões de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS (I) Obrigações Não Relacionadas a Serviços Contrapartida para Ativos da SPE Provisões de PPP				
GARANTIAS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (III) = (I – II)				
PASSIVOS CONTINGENTES Contraprestações Futuras Riscos Não Provisionados Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES Serviços Futuros Outros Ativos Contingentes				

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (2017)	2018	2019	2020	2021
Do Ente Federado						
Das Estatais Não-dependentes						
TOTAL DAS DESPESAS						
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	2.112.745,70	1.878.120,06				
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)						

DESPESAS DE PPP	2022	2023	2024	2025	2026
Do Ente Federado					
Das Estatais Não-dependentes					
TOTAL DAS DESPESAS					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)					
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)					

Nota:

Emissão: 10/05/2017 08:06:00 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE SANTO AFONSO.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A FEVEREIRO de 2017

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		15.028.355,00
Previsão Atualizada da Receita		15.028.355,00
Receitas Atualizadas	1.876.324,15	1.876.324,15
Déficit Orçamentário		162.847,64
Saldos de Exercícios Anteriores		
Despesas		
Dotação Inicial		12.880.155,00
Créditos Adicionais		
Dotação Atualizada		12.880.155,00
Despesas Empenhadas	3.127.717,14	3.127.717,14
Despesas Liquidadas	2.039.171,79	2.039.171,79
Superávit Orçamentário		

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	3.127.717,14	3.127.717,14
Despesas Liquidadas	2.039.171,79	2.039.171,79

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	1.876.324,15

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-3.291.749,98	0,00%
Resultado Primário		-1.224.859,41	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	125.673,76		76.788,33	48.885,43
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	419.893,91		16.653,02	403.240,89
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**545.567,67**		**93.441,35**	**452.126,32**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	166.330,56	25,00	9,42
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.		60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	133.992,62	824.437,18

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)	10.681,26			
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)	10.681,26			

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo à Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos	346.473,43	15,00	343,00

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

Emissão: 10/05/2017 08:07:10 — Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE LEVERGER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO 011/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 027/2017

Aos três dias do mês de maio de 2017, de um lado o MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LEVERGER, com sede na Avenida Santo Antônio do Leverger, nº 245, Centro, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 03.507.555/0001-12, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal Sr. Valdir Pereira de Castro Filho**, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL**

Nº 005/2017, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **02/05/2017**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a **prestar serviços técnicos especializados de informática para implantação e manutenção de um Software de Informação de Gestão Pública Municipal através do fornecimento de cessão de direito de uso dos softwares integrados para Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger e prestação de serviços de configuração, migração de dados, capacitação, operacionalização, manutenção e suporte técnico. O Software deve ser desenvolvido em linguagem de terceira ou quarta geração com ambiente visual e operacional gráfico, operar em ambiente corporativo, multiusuário, utilizar banco de dados relacional, possibilitando sua execução através de rede de dados LAN, WAN e TCP-IP, bem como atender plenamente às exigências do TCE/MT - APLIC (Auditoria Pública Informatizada de Contas) e demais legislação vigente. Deve operar em equipamentos dedicados do Departamento de Tecnologia da Informação junto a Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Leverger – MT**– MT, de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:		Dura-lex Sistema de Gestão Pública Ltda EPP		CNPJ:	86.952.587/0001-54
Endereço:		Rua Baltazar Navarros		Nº:	405
Bairro:		Bandeirantes	Cidade:Cuiabá	CEP:	78010-020
Representante Legal:		ISMAEL FELICIO DE TOLEDO		CPF:	081.959.628-07
E-mail:		duralexmatriz@duralexsistemas.com.br		Telefone:	(65)3319-4500
ITEM	**QTD**	**UN**	**DESCRIÇÃO DOS SISTEMAS**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
1	12	UN	Sistema de Gestão de Planejamento e Orçamento; (PPA-LDO-LOA)	R$ 985,00	R$ 11.820,00
2	12	UN	Sistema de Gestão de Execução Orçamentária e Contabilidade Pública;	R$1.330,00	R$15.960,00
3	12	UN	Sistema de Gerenciamento da Tesouraria;	R$1.000,00	R$12.000,00
4	12	UN	Sistema de Gestão do Estoque/ Almoxarifado/Gestão de Frotas	R$890,00	R$10.680,00
5	12	UN	Sistema de Gestão de Patrimônio	R$890,00	R$10.680,00
6	12	UN	Sistema de Gestão de Compra e Licitação/ Com módulo de solicitação de compras via Web	R$990,00	R$11.880,00
7	12	UN	Sistemas para Gestão de Controles dos Fatos e Atos Administrativos	R$800,00	R$9.600,00
8	12	UN	Sistemas para gerenciamento da prestação de contas ao TCE/MT (APLIC)	R$750,00	R$9.000,00
9	12	UN	Sistema de Gestão do Portal da Transparência Via Internet	R$1.000,00	R$12.000,00
10	12	UN	Sistema para Gestão de Documentos (PROTOCOLO) totalmente Web	R$790,00	R$9.480,00
11	12	UN	Sistema Para Gerenciamento do Controle de Atendimento ao Cidadão Via Internet (Ouvidoria)	R$400,00	R$4.800,00
12	12	UN	Sistema de Gestão de Administração Tributária (Arrecadação Municipal)	R$1.400,00	R$16.800,00
13	12	UN	Sistema para Portal de Serviços aos contribuintes	R$670,00	R$8.040,00
14	12	UN	Sistema de Gestão do ISSQN com Nota Fiscal de Serviços Eletrônica.	R$3.150,00	R$37.800,00
15	12	UN	Sistema Para Gerenciamento de Recursos Humanos e Folha de Pagamento com Emissão de Holerite Via Internet	R$1.100,00	R$13.200,00
16	12	UN	Sistema Para Gerenciamento da Educação Via Internet, Contemplando Portal do Aluno e Portal do Professor, (Envio eletrônico do Censo Escolar, e Projeto Merenda)	R$1.200,00	R$14.400,00
17	12	UN	Sistema Para Gerenciamento da Procuradoria Jurídica	R$650,00	R$7.800,00
18	12	UN	Sistema Para Gestão do Cemitério Municipal	R$400,00	R$4.800,00
19	12	UN	Sistema de Gestão de Faturamento da Água	R$1.790,00	R$21.480,00
20	12	UN	Sistema de Gerenciamento da Saúde Municipal Via Internet (Atenção Básica) Por Unidade de Saúde	R$1.000,00	R$12.000,00
21	12	UN	Sistema de Gestão da Ação Social Via Web	R$1.000,00	R$12.000,00

ITEM	**QTDE**	**UN**	**DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
22	1	UN	Migração e Dados/ Conversão / Implantação dos Sistemas/ Configurações	R$7.150,00	7.150,00
23	1	UN	Treinamentos dos Servidores	R$ 9.990,00	R$ 9.990,00
Valor Total Global: R$ 283.360,00 (duzentos e oitenta e três mil e trezentos e sessenta reais) *(Descrição de sistemas +Descrição de Serviços)					

2 – DA EXPECTATIVA DA CONTRATAÇÃO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº005/2017. **2.1 –** O compromisso de execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº005/2017. **2.2 –** O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro dePreços. **2.3 –** A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Capitulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº005/2017. **3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS**: A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1 –** Os preços registrados e a indicação do respectivo fornecedor detentor da Ata serão divulgados em meioeletrônico. **3.2 –** Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade decondições. **3.3 –** A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada avantagem. **4 – DOS PREÇOS**: A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº8.666/93. **4.1 –** O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bensregistrados. **4.1.1 –** Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar- se superior ao preço praticado

no mercado, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelomercado. **4.1.2 –** Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromissoassumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipalpoderá: **4.2.1 –** Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido defornecimento. **4.2.2 –** Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3 –** Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação maisvantajosa. **4.4 –** Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis aespécie. **4.5 –** O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leverger à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempremantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de suaassinatura. 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**: A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de suaassinatura. 7 **– DO FORO**: O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leverger, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado queseja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Valdir Pereira de Castro Filho Prefeito Municipal

Dura-lex Sistema de Gestão Pública Ltda EPP

CNPJ:86.952.587/0001-54

Fornecedor

Testemunhas

Nome: Nome:

RG: RG:

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 031/GP/2017

DECRETO N.º 031/GP/2017

O Prefeito Municipal de Santo Antônio de Leverger, Estado de Mato Grosso, Sr. VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Artigo 1º - Suspender temporariamente o Adicional de Horas Extraordinária a todos os Servidores Municipais.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor, com efeito retroativo a partir de 02 de Maio de 2017.

Paço Municipal “Marechal Rondon”, em Santo Antonio de Leverger/MT, 10 de Maio de 2017.

VALDIR PEREIRA DE CASTRO FILHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 003/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 005/2017

PREGÃO: N° 003/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa, na Prestação de Serviços de mão de obra especializada em parte elétrica geral de veículos, maquinas pesadas, leves, ônibus, micro-ônibus e caminhões da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT,** conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. MIGUEL **JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 003/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: ELIANE P. LEITE-ME, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **23.104.257/0001-99**, sediada na Rua A, 463, Jardim Santa Inês, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pela, Sra. **ELIANE PEREIRA LEITE**, brasileira, Portadora da Carteira de Identidade nº 1524772-4, expedida pela SSP/MT, CPF nº **719.788.391-10**, residente e domiciliado na Cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

ESPECIFICAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:

ITEM	FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE	QTDE/ HORAS	CODIGO TCE	VALOR UNITARIO/ HORAS	VALOR TOTAL R$
01	Prestação de Serviços Especializados em parte elétrica geral de veículos que compõem a frota utilizada pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Santo Antônio do Leste - MT	250 horas	292531-1	70,00	17. 500,00
02	Prestação de serviços especializados em parte elétrica geral de veículos que compõem a frota da Secretaria Municipal de Educação do Município de Santo Antônio do Leste – MT.	600 horas	292531-1	70,00	42. 000,00
03	Prestação de serviços especializados em parte elétrica geral de veículos, ônibus e micro-ônibus que compõem a frota da Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social do Município de Santo Antônio do Leste – MT.	50 horas	292531-1	70,00	3. 500,00
04	Prestação de serviços especializados em parte elétrica geral de veículos, maquinas leves e pesadas que compõem a frota da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos do Município de Santo Antônio do Leste – MT.	600 horas	292531-1	70,00	42. 000,00
				280,00	**105. 000,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento tem por objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual contratação de empresa, na Prestação de Serviços de mão de obra especializada em parte elétrica geral de veículos, maquinas pesadas, leves, ônibus, micro-ônibus e caminhões da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste - MT, conforme solicitação,** não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os materiais/serviços deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que esta indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os materiais/serviços contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do produto é conforme a solicitação.

4.2.1 Os Lotes que contém alimentos perecíveis serão entregues nas Unidades Solicitantes conforme cronograma de entrega fornecido pelo Almoxarifado Central.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos produtos/serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser efetuados os serviços.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ONLINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do objeto:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Secretaria Municipal de Saúde

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.02.10.301.5006.2023.33.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa – Jurídica

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete do Secretário Municipal de Educação

Manutenção das Atividades Da Sec. Mun. De Educação

06.01.12.122.5007.2036.33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa – Jurídica

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Assistência Social

07.01.08.244.5009.2056.33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa – Jurídica

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

09.01.15.452.5011.2062.33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa – Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 003/2017 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Primavera do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 23 de Março de 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ELIANE P. LEITE-ME

23.104.257/0001-99

Testemunhas:

_____ _____

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 003/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 001/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 003/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

O MUNICIPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE/MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Rua A, nº 367, Jardim Santa Inês CEP:78628-000, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o nº. 04.217.362/0001-90, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo seu Prefeito Sr**. MIGUEL JOSE BRUNETTA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG n°: 1.427.577 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda-CPF sob o nº. 326.034. 369-53, residente e domiciliado à Rua: das Araras,que doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro lado aempresa **ELOANA DIAS DOS SANTOS DA SILVA-ME**, jurídica de direito privado, estabelecida na cidade de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, situada na Av. Mato Grosso s/nº, Centro, inscrita no CNPJ sob número **19.984.682/0001-42**, neste ato representado pelo seu procurador Sr. JOSÉ MARIA DA SILVA, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG sob o n. **° 08224277-5** SSP/MT e inscrito no CPF sob o n. ° **535.415.451-00**, residente e domiciliado na Av. Mato Grosso, esquina com das garças, s/nº, Centro, na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, doravante denominado **CONTRATADA**, nos termos do processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Presencial nº 001/2017, contratam na melhor forma de direito conforme cláusulas abaixo:

As Partes têm justo e acertado o presente contrato, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes, tudo de acordo com a Lei n. º 8.666/93 de 21/06/1993 e suas posteriores alterações.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

Pregão Presencial Registro de preços para contratação de empresa especializada na prestação de serviços de futuros e eventuais consertos/ remendos em pneus e camarás (desmontagem, montagem e troca de pneus) de veículos e maquinas da frota desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT.

As descrições detalhadas, contendo as especificações técnicas dos itens a serem locados, estão discriminados no Anexo I deste Instrumento Convocatório e deverão ser minuciosamente observados pelas licitantes quando da elaboração de suas propostas;

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

Fundamenta-se o presente Contrato no disposto do artigo 1º, da Lei nº 10.520/2002, que foi devidamente autorizado pelo Prefeito Municipal Sr. Miguel Jose Brunetta e conforme parecer jurídico, os quais constam nos autos do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com cláusulas constantes neste instrumento e em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 001/2017 e seus anexos; especificações do Termo de Referência, bem como na proposta em anexo da Contratada; e as normas da Leis nº 10.520/2002 e nº 8.666/93, respondendo cada uma partes pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA QUARTA: DA CONTRATADA E DOS PREÇOS

Empresa Vencedora:

Nome: ELOANA DIAS DOS SANTOS DA SILVA CNPJ: 19.684.682/0001-42 Inscrição Estadual: 13.536.104-4 Endereço: AV. MATO GROSSO, S/Nº, CENTRO Cidade/Estado: SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT CEP: 78628-000 Telefones: (66) 9213-8893 E-mail: PONTUAL.CONTABILIDADE.SAL@GMAIL.COM Representante Legal: JOSÉ MARIA DA SILVA RG: 08224277-5 CPF: 535.415.451-00

Descrição, Quantidade e Preços:

Item	Cód. TCE	Descriminação	Unid.	Quant.	Valor Médio
01	259832-9	Consertos em pneus e camarás de ônibus	Serviços	500	R$ 27,50
02	259832-9	Consertos em pneus e camarás de Van	Serviços	500	R$ 20,00
03	259832-9	Consertos em pneus e camarás de camionete	Serviços	400	R$ 15,00
04	259832-9	Assistência fora do estabelecimento	Serviços	570	R$ 15,00
05	259832-9	Taxa de remoção no perímetro urbano	Serviços	470	R$ 20,00
06	259832-9	Taxa de remoção no perímetro rural	Serviços	470	R$ 35,00
07	259832-9	Consertos de pneus e camarás de veículos pequenos	Serviços	800	R$ 17,50
08	259832-9	Consertos de pneus e camarás de Trator (traseiro)	Serviços	50	R$ 57,50
09	259832-9	Consertos de pneus e camarás de Trator (dianteiro)	Serviços	50	R$ 42,50
10	259832-9	Consertos de pneus e camarás de maquinas diversas	Serviços	600	R$ 55,00
11	259832-9	Consertos de pneus e camarás retroescavadeira	Serviços	100	R$ 40,00
12	259832-9	Consertos de pneus e camarás de caminhões D e T	Serviços	700	R$ 27,50
13	259832-9	Consertos de pneus e camarás de motocicletas	Serviços	250	R$ 12,50
14	259832-9	Consertos de pneus e camarás de Veículos ambulância	Serviços	500	R$ 12,50

Para fins de aditamentos, acréscimos ou supressões, o valor global do presente instrumento é de **R$ 148.775,00** (Cento e quarenta e oito mil setecentos e setenta e cinco reais).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, objeto deste instrumento, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

Gabinete do Prefeito

Manutenção do Gabinete do Prefeito

02.01.04.122.5002.2005.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria

03.01.04.122.5004.2011.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Economia e Finanças

Manutenção das Atividades da Secretaria

04.01.04.123.5005.2020.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

05.01.10.301.5006.2032.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

05.02.10.301.5006.2033.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria

06.01.12.361.5007.2036.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Assistência e Ação Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

07.01.08.244.5009.2057.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

09.01.15.452.5011.2062.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Secretaria Municipal de Desporto e Lazer

Manutenção das Atividades da Secretaria

11.01.27.812.5013.2072.33.90.39 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado mediante a apresentação da Nota Fiscal devidamente visada e atestada pelo Fiscal do Contrato.

Parágrafo Primeiro: A Contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos materiais/serviços, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento.

Parágrafo Segundo: Caso constatado alguma irregularidade na Nota Fiscal/Fatura, estas serão devolvidas a Contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

Parágrafo Terceiro: Nenhum pagamento isentará a Contratada das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos materiais/serviços entregues.

Parágrafo Quarto: A Prefeitura não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de *"factoring".*

Parágrafo Quinto: As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Contratada.

Parágrafo Sexto: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST.

CLÁUSULA SÉTIMA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

São Obrigações da Contratada:

a) Acatar as decisões e observações feitas pela fiscal do Contrato, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

b) Prestar os Serviços deste contrato nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no Termo de Referência nº. 001/2017

c) Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência da Prefeitura. No caso de subcontratação autorizada por esta Prefeitura, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

d) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Prefeitura ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução do contrato ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Prefeitura;

e) Cumprir rigorosamente com todas as programações e atividades constantes do objeto do contrato e que venham ser estabelecidas pelo Fiscal do Contrato;

f) Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências desta Prefeitura;

g) Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões, a critério da Administração, referentes à execução do contrato, nos termos da Lei vigente;

h) Deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda vigência do contrato;

i) Cumprir as obrigações descritas no Termo de Referência e na proposta apresentada;

j) Atender as solicitações da Prefeitura, de acordo com especificações técnicas, procedimentos de controles administrativos, cronogramas de execução que venham ser estabelecidos pelo Fiscal do Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São Obrigações do Contratante:

a) Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução do objeto do contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da Contratada às dependências desta Prefeitura;

b) Efetuar o pagamento à partir da apresentação da respectiva Nota Fiscal devidamente atestada juntamente com as certidões negativas do FGTS, INSS e TST;

c) Fiscalizar o cumprimento das obrigações contratuais pela Contratada;

d) Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, e anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

e) Pagar a importância correspondente a prestação dos serviços no prazo contratado;

f) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

g) A Prefeitura, por meio do seu Fiscal de Contrato, fará o acompanhamento e a fiscalização dos serviços sob os aspectos qualitativos e quantitativos;

h) Acompanhar a execução podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da manutenção; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos e serviços fornecidos fora das especificações do Edital e deste Contrato;

i) Comunicar à Contratada sobre possíveis irregularidades observadas na manutenção, para imediata correção;

j) Notificar a Contratada qualquer irregularidade encontrada no objeto deste Instrumento;

CLÁUSULA NONA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O Contrato terá vigência de 12 (dose) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogável nos termos do artigo 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA: DOS REAJUSTES DE PREÇOS

A Contratada fica obrigada aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, conforme previsto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93;

Parágrafo Primeiro: Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação.

Parágrafo Segunda: Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Contratado, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado.

Parágrafo Terceira: Será considerado compatíveis com os de mercado os preços que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo fiscal do Contrato na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA RESCISÃO CONTRATUAL.

O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) A Contratada não cumprir as obrigações constantes neste Contrato;

b) A Contratada der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas no art. 78, incisos de I a XII, XVII e XVIII, da Lei 8.666/93;

c) Qualquer hipótese de inexecução total ou parcial deste Contrato;

d) Preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesses públicas devidamente demonstradas e justificadas;

Parágrafo Primeiro: Ocorrendo a rescisão contratual, a Contratada será informada por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo.

Parágrafo Segundo: No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Contratada, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial dos Municípios, considerando-se rescindido o Contrato a partir da última publicação.

Parágrafo Terceiro: A solicitação da Contratada para rescisão contratual poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

Parágrafo Quarto: Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Contratada, relativas aos fornecimentos dos Materiais/serviços.

Parágrafo Quinto: Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de rescindir o Contrato a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a Contratada cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

11.1. O fornecimento fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

11.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2. 2;

11.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial no fornecimento, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

11.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Assessoria Jurídica desta Prefeitura;

11.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

11.4. Serão publicadas no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 23 do edital, inclusive a reabilitação perante a Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento ao presente contrato.

b) A Contratada obriga-se a manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições da contratação e qualificação exigidas e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Leis nº 10.520/2002 e 8. 666/93 e legislação complementar;

c) Vinculam-se a este contrato, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital do Pregão Presencial nº 001/2017, o Termo de Referência e a proposta da Contratada;

d) É vedado caucionar ou utilizar o presente contrato para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, a Prefeitura Municipal providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial da AMM do Estado de Mato Grosso https://diariomunicipal.org/mt/amm/ conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste/MT, 23 de Março de 2017

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ELOANA DIAS DOS SANTOS DA SILVA

CNPJ-19.984.682/0001-42

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 004/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 002/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 004/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por Objeto o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Serviços de Exames Laboratoriais, para a Secretaria Municipal de Saúde.** Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**,

doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 002/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedora: FABIANO BARCO & CIA LTDA-EPP, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **06.135.637/0001-71** sediada na Av Minas Gerais, 640, Primavera do Leste-MT, neste ato representado pelo seu procurador, Sr. **UVLEIQUE ALVES FERNANDES**, brasileiro, casado, Portador da Carteira de Identidade nº 13107895, expedida pela SSP/MT, CPF nº 893.495.801-44, residente e domiciliado em Primavera do Leste.

ESPECIFICÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:

RELACAO DE EXAMES LABORATORIAS

EXAMES PRE NATAL

Item	Cód. TCE	Quant.	Descrição	Valor Médio	Valor Total Médio
01	273388-9	500	TOXOPLASMOSE- ANTICORPOS IGM (ELISA)	36,06	18.030,00
02	273387-0	500	TOXOPLASMOSE ANTICORPOS IGG (ELISA)	69,74	34.870,00
03	293053-6	500	RUBEOLA ANTICORPOS IGM	33,66	16.830,00
04	293053-6	500	RUBEOLA ANTICORPOS IGG	31,74	15.870,00
05	383064-0	500	CITOMEGALOVIRUS IGM	27,32	13.660,00
06	383062-4	500	CITOMEGALOVIRUS IGG	44,08	22.040,00
07	199713-0	200	HIV- 1 + HIV- 2	93,90	18.780,00
08	276750-3	200	SIFILIS VDRL	19,63	3.926,00
			SOROLOGIAS PARA HEPATITE E DENGUE		
09	199708-4	200	ANTI HVA HEPATITE A IGM	33,66	6.732,27
10	332153-3	200	ANTI HVA HEPATITE A IGG	33,66	6.732,27
11	293041-2	200	ANTI HBS HEPATITE B	43,16	8.632,00
12	193516-0	200	ANTI HBC HEPATITE B IGM	36,82	7.364,00
13	77709-9	200	ANTI HBC HEPATITE B IGG	26,74	5.348,00
14	302962-0	100	HEPATITE C IGM	37,49	3.749,00
15	68450-3	100	HEPATITE C IGG	37,49	3.749,00
16	281055-7	200	HVC	37,49	7.498,00
17	288215-9	500	DENGUE ANTICORPOS IGM (elisa)	54,30	27.150,00
18	422445-0	500	DENGUE ANTICORPOS IGG (elisa)	54,30	27.150,00
19	152813-0	100	VHS	17,64	1.764,00

HORMONIOS E OUTROS

20	303999-4	100	HORMONIO ESTIMULANTE TIROIDE – TSH	33,66	3.366,00
21	279117-0	100	TRIIODONTIRONINA T3	31,74	3.174,00
22	302850-0	100	TIROXINA T 4	31,74	3.174,00
23	302812-7	100	LUTEINIZANTE - LH	28,14	2.814,00
24	302807-0	100	FOLICO ESTIMULANTE -FSH	25,00	2.500,00
25	279101-3	100	ANTIGENO PROSTATICO ESPECIFICO- PSA	45,41	4.541,00
26	293032-3	100	PROGESTERONA	37,49	3.749,00
27	279088-2	100	ESTRADIOL	32,89	3.289,00
28	88031-0	100	TAP	21,14	2.114,00
29	302022-3	100	COMBS DIRETO	23,49	2.349,00
30	302023-1	100	COMBS INDERETO	26,66	2.666,00
31	402164-9	100	DOENCAS DE CHAGAS IGM E IGG	52,99	5.299,00
32	273370-6	100	URUCULTURA	34,14	3.414,00
33	273344-7	100	ANTIBIOGRAMA	26,66	2.666,00
			Total	**1.220,03**	**294.989,54**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SERVIÇO

1.0. Este instrumento tem por objetivo o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Serviços de Exames Laboratoriais, para a Secretaria Municipal de Saúde.**Não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) serviços(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, através da Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços/produtos deverão ser entregues na Secretaria que solicitar da GERENCIADORA ou em outro local que está indicar na ordem de fornecimento.

4.1. Os serviços/produtos contratados deverão ser entregues na cidade de Santo Antônio do Leste/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de fornecimento.

4.2. O prazo de entrega do serviço é conforme a solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o serviço, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 02 (dois) dias a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e obrigatoriamente apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de dois dias corridos, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se porventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais/serviços que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do serviço contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, serviço desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela Prefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3 (três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

7.1. O FORNECEDOR autoriza ao Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os produtos/serviços.

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeitura promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. A GERENCIADORA efetuará o pagamento ao FORNECEDOR através de crédito em conta corrente mantida por esta, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal/fatura.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais; Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS e CNPJ;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1 Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2 Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3 Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0 A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1 Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2 No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3 A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4 Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5 Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do serviço deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessários ao cumprimento da entrega dos produtos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, quais sejam:

13.1.1 Por atraso injustificado na execução do serviço:

13.1.1.1 Atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento);

13.1.1.2 Atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) sobre o total dos dias em atraso, sem prejuízo das demais cominações legais;

13.1.1.3. No caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

13.1.2. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, a Prefeitura poderá, garantida a prévia defesa, aplicar, também, as seguintes sanções:

13.1.2.1. Advertência,

13.1.2.2. Multa de até 20% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.1.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Municipal, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste por prazo não superior a 02 (dois) anos;

13.1.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei 8.666/93.

13.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente;

13.3. As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, consequentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste;

13.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis;

13.5. Nas hipóteses de apresentação de documentação inverossímil, cometimento de fraude ou comportamento de modo inidôneo, a licitante poderá sofrer, além dos procedimentos cabíveis de atribuição desta instituição e do previsto no art. 7º da Lei 10.520/02, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

13.5.1. Desclassificação ou inabilitação caso o procedimento se encontre em fase de julgamento;

13.5.2. Cancelamento da ata de registro de preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se a paralisação do fornecimento;

13.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF ou no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, e no caso de ficar impedida de licitar e contratar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

13.7 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

13.8. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade municipal, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Municipal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.9. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeito pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão serviço de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. A despesa decorrente do serviço desta licitação ocorrerá à conta daDotação Orçamentária:

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde.

05.002.10.301.5006.2033.33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 002/2017 e seus anexos e as propostas da empresa classificada para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio do Leste/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da GERENCIADORA, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Santo Antônio do Leste - MT, 23 de Março de2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

FABIANO BARCO & CIA LTDA-EPP

06.135.637/0001-71

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 014/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 014/2017

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções, conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034. 369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **15.984. 883/0001-99**, sediada a Av. Volta Redonda, nº 951, bairro Jardim Novo Mundo, Goiânia-GO, neste ato representado pelo seu procurador Sr. **JOSE IVONE DE MELO**, brasileiro, casado, portador da Carteira identidade RG nº **1868449-1**, expedida pelo **SSP/MT**, CPF nº **238.657.179-34,** residente e domiciliado no Município de Sinop-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA - EPP					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID.**	**QTDE.**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
26	CABO FLEXIVEL 2,5MM	UNID	2.600	1,00	2.600,00
29	CABO COBRE NÚ 16,0MM²	UNID	520	7,57	3.936,40
34	PLAFON COM RECEPCTACULO DE LOUÇA	UNID	200	4,65	930,00
38	FITA ISOLANTE 10M	UNID	150	3,79	568,50
45	INTERRUPTOR 02 TECLA SIMPLES	UNID	40	7,99	319,60
46	INTERRUPTOR 03 TECLA SIMPLES	UNID	35	10,67	373,45
52	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 40A	UNID	28	13,88	388,64
56	LAMPADA VAPOR METALICO 400WATTS	UNID	600	46,99	28.194,00
239	CABO FLEXIVEL 10MM		100	3,67	367,00
242	ELETRODUTO RIGIDO BARRA 3M1	UNID	6	9,13	54,78
243	ELETRODUTO RIGIDO BARRA 3M 1/2´	UNID	6	5,39	32,34
244	CURVA LONGA 90° ELETRODUTO RIGIDO 1´	UNID	6	2,35	14,10

246	LUVA ROSCAVEL ELETRODUTO RIGIDA 1´	UNID	6	1,25	7,50
247	LUVA ROSCAVEL ELETRODUTO RIGIDO 1 1/2´	UNID	6	2,55	15,30
248	ISOLADOR ROLDANA PLASTICA 36X36C/ PREGO	UNID	500	0,62	310,00
249	ISOLADOR PORCELANA	UNID	6	5,50	33,00
251	TOMADA DUPLA 2P+T10A	UNID	10	7,22	72,20
257	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 25A	UNID	30	11,10	333,00
258	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 60A	UNID	2	25,07	50,14
407	REATOR70 WATTS VAPOR DE SODIO 220V	UNID	250	49,28	12.320,00
414	DISJUNTOR TRIPOLAR 100A	UNID	10	111,09	1.110,90
431	CABO FLEXIVEL 4,0MM²	UNID	200	1,74	348,00
441	LAMPADA FLUORESCENTE E 27 20WATTS 127V-220V	UNID	30	13,43	402,90
	TOTAL GERAL			**345,93**	**52.781,75**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.6. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 007/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ELÉTRICA RADIANTE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

CNPJ –15.984.883/0001-99

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 015/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 015/2017

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções, conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: 3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS CONSTRUÇÃO E EQUIPMENTOS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **04.437.124/0001-07**, sediada a Av. Frei Coimbra, nº 525, bairro Nova Várzea Grande, Várzea Grande-MT, neste ato representado pelo

Sr. **ANDERSON SOUSA PINA**, brasileiro, portador da Carteira identidade RG nº **132.566-0**, expedida pelo **SSP/MS**, CPF nº **834.058.001-68,** residente e domiciliado em Cuiabá-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

3M COM. DE MAT. ELET. CONST. E EQUIP. LTDA					
ITEM	**DESCRIÇAO DO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID.**	**QTDE.**	**VALOR UNITARIO /R$**	**VALOR TOTAL/ R$**
28	CABO FLEXIVEL 6MM		1.300	2,49	3.237,00
30	CABO PP 2X2,5MM²	UNID	800	3,39	2.712,00
32	CABO TELEFONICO C/ 01 PAR	UNID	800	0,85	680,00
33	CAIXA DE PASSAGEM PLASTICA 4X2´	UNID	120	1,13	135,60
35	RECEPCTACULO DE LOUÇA	UNID	160	3,51	561,60
37	FITA ISOLANTE ALTA FUSÃO 10 METROS	UNID	180	20,99	3.778,20
43	TOMADA 10A COM 01 INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES	UNID	140	6,92	968,80
44	INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES	UNID	130	4,72	613,60
49	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 20A	UNID	40	9,23	369,20
50	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 32A	UNID	25	9,23	230,75
54	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 40A	UNID	17	59,99	1.019,83
55	RELE FOTOELETRICO 127VTS		345	21,90	7.555,50
58	LAMPADA FLUORESCENTE E 27 90WATTS	UNID	450	91,21	41.044,50
241	CABO PARALELO 2X4,0MM²	UNID	400	3,61	1.444,00
250	RACK P/ ISOLADOR PORCELANA	UNID	3	10,00	30,00
253	TOMADA 2P+T-10A COM 02 INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES E 01 PARALELO	UNID	5	11,76	58,80
254	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 25A	UNID	10	8,88	88,80
256	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 25A	UNID	10	38,31	383,10
263	LAMPADA FLUORESCENTE E 27 25 WATTS 127V-220V	UNID	250	10,98	2.745,00
412	INTERRUPTOR 2 TECLA		10	7,98	79,80
413	INTERRUPTOR 3 TECLA		10	10,60	106,00
415	LAMPADA FLUORESCENTE E 27 25WATTS 127V-220V	UNID	50	14,00	700,00
432	ELETRODUTO RIGIDO BARRA 3M 1 1/4	UNID	10	12,39	123,90
433	QUADRO COMANDO 15 DISJUNTOR	UNID	5	82,39	411,95
434	REFLETOR PARA LAMPADA 400W	UNID	50	62,90	3.145,00
	TOTAL GERAL			**509,36**	**72.222,93**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.6. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 007/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

3M COMÉRCIO DE MATERIAIS ELETRICOS

CONSTRUÇÃO E EQUIPMENTOS LTDA

CNPJ –04.347.124/0001-07

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 013/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 013/2017

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções, conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034. 369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA-ME, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **14.888.303/0001-05**, sediada a Av. Beira Rio, nº 1700, bairro Praeiro, Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Sr. **THIAGO FREITAS DO NASCIMENTO**, brasileiro, casado, portador da Carteira identidade RG nº **16081293**, expedida pelo **DETRAN/MT**, CPF nº **027.911.441-96,** residente e domiciliado na Rua Dezoito, nº 211, bairro Praeirnho, Cuiabá-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

MUDAR COMÉRCIO DE MAT. DE CONST. FERRAM. E EPI'S LTDA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO/ R$**	**VALOR TOTAL /R$**
5	ADITIVO IMPERMEABILIZANTE P/ ARGAMASSA	UNID	174	57,50	10.005,00
11	ARAME GALVANIZADO N°16	UNID	350	12,49	4.371,50
19	CHAPA GALVANIZADA N°24 LARG. 0,60M P/ CALHAS	UNID	150	23,20	3.480,00
21	PREGO POLIDO 17X21 COM CABEÇA	UNID	258	8,98	2.316,84
23	PREGO POLIDO 17X27 COM DUAS CABEÇA	UNID	153	10,12	1.548,36
25	PREGO POLIDO 19X36 COM CABEÇA	UNID	175	8,19	1.433,25

64	FOLHA PORTA MADEIRA 0,70X2,10M	UNID	15	194,50	2.917,50
75	ESPASSADOR DE CERAMICA 3 MM EMBALAGEM C/100 PÇS	UNID	160	4,20	672,00
76	BACIA SANITARIA P/ VALVULA DE DESCARGA	UNID	35	104,99	3.674,65
77	LAVATORIO DE LOUÇA C/ COLUNA	UNID	43	124,98	5.374,14
79	ASSENTO SANITARIO PLASTICO	UNID	50	16,00	800,00
81	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO P/ DEFICIENTES FISICOS	UNID	18	65,65	1.181,70
82	TUBO DE LIGAÇÃO DE VASO SANITARIO CROMADO	UNID	62	13,48	835,76
85	CAIXA DE DESCARGA INCLUINDO TUBO	UNID	36	31,99	1.151,64
91	SIFAO SANFONADO DUPLO UNIVERSAL	UNID	50	10,00	500,00
92	SIFAO SANFONADO TRIPLO UNIVERSAL	UNID	53	21,60	1.144,80
97	MANGUEIRA CRISTAL 1/2´	UNID	1.200	2,28	2.736,00
98	MANGUEIRA CRISTAL 3/4´	UNID	1.400	3,39	4.746,00
112	JOELHO INTERNO 90 P/ 1´	UNID	80	2,69	215,20
113	TE INTERNO 1/2		80	1,48	118,40
114	TE INTERNO 3/4		80	2,09	167,20
119	TE C/ ROSCA INTERNA 3/4´	UNID	100	2,19	219,00
130	TE ESGOTO 40MM	UNID	320	1,79	572,80
131	TE ESGOTO 50MM	UNID	340	4,49	1.526,60
132	TE ESGOTO 75MM	UNID	200	7,99	1.598,00
133	TE ESGOTO 100MM	UNID	360	7,79	2.804,40
138	JUNÇÃO ESGOTO 100MM	UNID	80	11,69	935,20
139	JUNÇÃO ESGOTO REDUÇÃO 100X50MM	UNID	100	8,59	859,00
141	REDUÇÃO EXCENTRICA 75X50MM	UNID	35	4,07	142,45
144	REDUÇÃO EXCENTRICA 150X100MM	UNID	60	16,51	990,60
145	TUBO ESGOTO 40MM		80	15,31	1.224,80
147	TUBO ESGOTO 75MM		60	40,80	2.448,00
149	TUBO ESGOTO 150MM		80	115,82	9.265,60
152	CAIXA SANFONADA C/ GRELHA CROMADA 150MM	UNID	80	21,49	1.719,20
155	JOELHO SOLDAVEL 90G X 32MM		120	1,78	213,60
158	JOELHO SOLDAVEL/ROSCAVEL 25X3/4´ BUCHA LATÃO	UNID	400	4,49	1.796,00
161	JOELHO 45° SOLDAVEL 25MM	UNID	80	0,94	75,20
164	JOELHO 45° SOLDAVEL 60MM	UNID	80	14,23	1.138,40
167	TE SOLDAVEL 32MM	UNID	200	2,99	598,00
170	TE SOLDAVEL C/ROSCA 20X1/2		60	1,64	98,40
173	TE SOLDAVEL REDUÇÃO 50MMX25MM	UNID	200	6,14	1.228,00
176	LUVA SOLDAVEL C/ROSCA 25X1/2		105	1,64	172,20
179	LUVA SOLDAVEL/ROSCA INTERNA B. LATÃO 25MMX1/2´	UNID	105	3,73	391,65
183	ADAPTADOR SOLDAVEL ROSCA EXTERNA 50MMX1.1/2´	UNID	110	3,15	346,50
185	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 50X32MM	UNID	80	2,01	160,80
191	REGISTRO SOLDAVEL 25MM	UNID	80	8,09	647,20
194	REGISTRO SOLDAVEL 60MM	UNID	130	40,64	5.283,20
197	ADAPTADOR C/ FLANGE 25MM	UNID	110	9,48	1.042,80
200	TORNEIRA BOIA VAZAO TOTAL 3/4	UNID	60	33,33	1.999,80
203	UNIÃO SOLDAVEL 50MM	UNID	120	18,91	2.269,20
206	LUVA SOLDAVEL 32MM	UNID	55	2,59	142,45
209	ADESIVO PLASTICO P/ PVC INCOLOR 175	UNID	110	13,89	1.527,90
212	NIPEL ROSCAVEL 3/4´	UNID	300	0,97	291,00
215	FITA VEDA ROSCA 18MM X 25M	UNID	280	3,31	926,80
218	TUBO SOLDAVEL 32MM	UNID	165	23,16	3.821,40
223	ARAME RECOZIDO N 16		250	11,43	2.857,50
232	PARAFUSO TELHEIRO P/ TELHAS DE AMIANTO 6MM	UNID	550	0,54	297,00
235	PREGO POLIDO 12X12 COM CABEÇA	UNID	3	10,50	31,50
238	PREGO POLIDO 22X48 COM CABEÇA	UNID	125	9,22	1.152,50
264	PORTA VENEZIANA METALICA 0,60X2,10M DIREITA	UNID	3	232,11	696,33
267	JANELA VENEZIANA METALICA CORRER 1,50X1,00M	UNID	10	298,00	2.980,00
270	JOGO DE ALISAR DE MADEIRA	UNID	10	59,98	599,80
273	LAVATORIO DE LOUÇA DE SOBREPOR (CUBA)	UNID	2	71,00	142,00
276	VALVULA P/ LAVATORIO PLASTICO	UNID	25	3,31	82,75
279	PARAFUSO CROMADO 8MM P/ LOIÇA SANITARIA	UNID	30	1,86	55,80
286	MASSA CORRIDA PVA 18 L	UNID	30	39,30	1.179,00
289	SOLVENTE THINNER 1 L	UNID	10	9,85	98,50
292	LIXA D´AGUA 120		100	1,67	167,00
295	LIXA FERRO 100		200	2,50	500,00
298	FITA CREPE ADESIVA 50X50M		100	9,43	943,00
304	FUNDO PREPARADOR PAREDE 18LT		10	119,40	1.194,00
307	ROLO DE ESPUMA 30 CM	UNID	5	7,08	35,40
310	ROLO LA 30 CM	UNID	10	13,18	131,80
315	TRINCHA 2´	UNID	5	4,70	23,50
318	MASSA PLASTICA 500G	UNID	5	9,20	46,00
322	ESCADA 05 DEGRAUS DE ALUMINIO DE ABRIR	UNID	2	148,89	297,78
327	PARAFUSO C/ BUCHA N 10	UNID	500	0,65	325,00
340	PORCA 3/4X1.1/8	UNID	1.000	0,16	160,00
343	FORRO PVC LINEAR	UNID	300	17,28	5.184,00
344	PERFIL TIPO U P/ FORRO PVC	UNID	20	17,88	357,60
351	TANQUE MARMORE SINTETICO 03 CUBAS 1,80M	UNID	1	332,20	332,20
354	PIA DE AÇO INOX 1,20M	UNID	1	172,90	172,90
369	LUVA DE COURO.		400	14,30	5.720,00

370	MASCARA DE PROTEÇÃO C/ FILTRO	UNID	200	1,40	280,00
371	LUVA LATEX NEOPRENE	UNID	200	9,30	1.860,00
372	OCULOS DE PROTECAO		30	7,20	216,00
373	PROTETOR ORICULAR	UNID	30	1,95	58,50
374	BOTA DE BORRACHA CANO LONGO	UNID	10	30,35	303,50
375	CAPACETE OBRAS.		2	11,40	22,80
390	ARCO DE PUA	UNID	1	104,49	104,49
393	ENXADA		8	34,38	275,04
396	VASSOURA PLASTICA (RASTELO)	UNID	8	20,68	165,44
399	MARTELO		6	19,99	119,94
409	LANTERNA RECARREGAVEL GRANDE	UNID	15	35,99	539,85
417	MANGUEIRA FLEXIVEL 60CM 1/2	UNID	100	4,73	473,00
422	TUBO SOLD. 25MM		50	14,13	706,50
423	TUBO SOLD. 32MM		50	25,76	1.288,00
426	TORNEIRA COZINHA METALICA PAREDE 3/4´	UNID	20	52,75	1.055,00
429	ESCADA PEQUENA	UNID	5	151,59	757,95
436	PÁ	UNID	3	28,30	84,90
439	SERROTE	UNID	5	61,00	305,00
446	REGISTRO ESFERA ROSCA EXTERNO 3/4	UNID	30	16,10	483,00
449	LUVA SOLDAVEL CORRER 60MM	UNID	50	30,15	1.507,50
456	UNIAO INTERNO 3/4		50	0,82	41,00
461	LUVA SOLDAVEL DE CORRER 40	UNID	30	13,70	411,00
469	JOELHO SOLDAVEL 90G X 60MM	UNID	20	18,40	368,00
472	ROLO DE MANGUEIRA COMUM 25MM	UNID	5	219,00	1.095,00
480	MANGUEIRA CRISTAL 3/4X2.0MM.		300	3,37	1.011,00
482	ALICATE BOMBA D´ AGUA 10	UNID	2	38,44	76,88
483	CHAVE DE CANO 36 CABO EMBORRACHADO	UNID	2	165,00	330,00
489	ALICATE UNIVERSAL 8	UNID	2	40,00	80,00
494	CHAVE DE CANO 18 CABO EMBORRACHADO	UNID	2	66,90	133,80
496	ARCO SERRA 12	UNID	2	27,50	55,00
	TOTAL GERAL			**4.048,73**	**137.837,04**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.6. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 007/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

FERRAMENTAS E EPI'S LTDA-ME

CNPJ –14.888.303/0001-05

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 011/2017

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções, conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034. 369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **26.579.029/0001-63**, sediada a Av. Fernando Correa da Costa, nº 4646, bairro Jardim Alencastro, Cuiabá-MT, neste ato representado pelo Sr. **FERNANDO COUTINHO ELOI**, brasileiro, portador da Carteira identidade RG nº **1645222-4**, expedida pelo **SJSP/MT**, CPF nº **010.059.501-48.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME					
ITEM	**DESCRIÇAO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
27	CABO FLEXIVEL 4.0MM		1.800	1,69	3.042,00
31	CABO PARALELO 2X2,5MM²	UNID	1.200	2,70	3.240,00
36	ELETRODUTO CORRUGADO FLE 3/4		600	1,69	1.014,00
39	FITA ISOLANTE 20M	UNID	98	3,49	342,02
40	ISOLADOR PORCELANA TIPO PIMENTÃO C/ PARAFUSO	UNID	36	7,33	263,88
41	TOMADA SIMPLES 2P+T10A	UNID	200	4,90	980,00
42	TOMADA 2P+T-20A	UNID	200	5,01	1.002,00
48	DISJUNTOR MONOPOLAR DIN 10A	UNID	60	9,23	553,80
51	DISJUNTOR MONOPOLAR NEMA 10A	UNID	30	12,10	363,00
53	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 10A	UNID	17	47,50	807,50
57	LAMPADA MISTA 160 WATTS	UNID	550	14,40	7.920,00
59	LAMPADA FLUORESCENTE E 27 49WATTS 127V-220V	UNID	430	43,28	18.610,40
60	PROJETOR BLINDADO E27 P/ LAMPADAS VAPO METALICO	UNID	110	65,50	7.205,00
240	CABO FLEXIVEL 25,0MM²	UNID	10	13,16	131,60
252	TOMADA 10A COM 02 INTERRUPTOR 01 TECLA SIMPLES E 01 PARALELO	UNID	30	11,10	333,00
255	DISJUNTOR BIPOLAR DIN 10A	UNID	15	36,60	549,00
259	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 30A	UNID	10	46,74	467,40
260	DISJUNTOR BIPOLAR NEMA 100A	UNID	2	79,98	159,96
261	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 60A	UNID	1	106,97	106,97
262	DISJUNTOR TRIPOLAR NEMA 100A	UNID	2	106,95	213,90
428	REATOR METALICO 400WATTS	UNID	20	86,99	1.739,80
442	FITA ISOLANTE 19 X 20MTS		50	5,59	279,50
	TOTAL GERAL			**712,90**	**49.324,73**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.6. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 007/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA-EPP

CNPJ –26.579.029/0001-63

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 010/2017

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções, conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034. 369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **16.492.536/ 0001-01**, sediada a Rua Maceió, nº 658, bairro Centro, Campo verde-MT, neste ato representado pelo seu procurador Sr. **ANDERSON FERREIRA GONÇALVES**, brasileiro, casado, portador da Carteira identidade RG nº 1.130.321-2, expedida pelo **SSP/MT**, CPF nº **845.997.741-20,** residente e domiciliado a Rua Paralela, 764, bairro Jupiara, Campo Verde-MT.

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

NOVA CONCORDIA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
2	CAL EM PÓ	UNID	1.400	12,59	17.626,00
3	CAL LIQUIDO	LT	80	7,80	624,00
9	TRELIÇA METALICA H8 BARRA 12M	UNID	90	45,98	4.138,20
13	PEDRA BRITADA N°1	UNID	690	112,27	77.466,30
14	AREIA GROSSA		260	97,95	25.467,00
16	TIJOLO CERAMICO 06 FUROS	UNID	25.000	0,76	19.000,00
20	ADESIVO VEDA CALHAS BISNAGA	UNID	55	14,50	797,50
22	PREGO POLIDO 17X27 COM CABEÇA	UNID	160	8,50	1.360,00
24	PREGO POLIDO 18X24 COM CABEÇA	UNID	175	9,16	1.603,00
63	VITRO BASCULANTE 0,60X0,40M	UNID	18	70,00	1.260,00
65	FOLHA PORTA MADEIRA 0,80X2,10M	UNID	20	190,00	3.800,00
66	JOGO DE FECHADURA EXTERNA	UNID	210	37,50	7.875,00
67	JOGO DE FECHADURA P/ BANHEIRO	UNID	60	32,00	1.920,00
68	JOGO DE DOBRADIÇAS 3´C/ PARAFUSOS	UNID	36	17,00	612,00
80	ASSENTO SANITARIO ALMOFADADO	UNID	40	44,00	1.760,00
84	EXPUDE SANITARIO	UNID	55	3,05	167,75
87	VALVULA P/ LAVATORIO CROMADO	UNID	60	8,00	480,00
88	VALVULA P/ TANQUE CROMADO	UNID	60	8,00	480,00
89	VALVULA P/ PIA AMERICANA CROMADA	UNID	50	17,00	850,00
90	SIFÃO SANFONADO UNIVERSAL	UNID	70	6,50	455,00
96	PARAFUSO CROMADO 10MM P/ LOUÇAS SANITARIAS	UNID	220	2,93	644,60
106	ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA 1/2´	UNID	200	0,70	140,00
107	ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA 3/4´	UNID	200	0,80	160,00
111	JOELHO INTERNO 90 PE 3/4		200	1,60	320,00
115	TE INTERNO P/ MANGUEIRA 1´	UNID	80	3,30	264,00
116	JOELHO 90° C/ ROSCA INTERNA 1/2´	UNID	80	1,20	96,00
118	TE C/ ROSCA INTERNA 1/2´	UNID	80	2,00	160,00
126	JOELHO ESGOTO 50MM 90 GRAUS		340	1,60	544,00
128	JOELHO ESGOTO 100MM 90 GRAUS		360	3,00	1.080,00
134	TE ESGOTO 150MM	UNID	55	30,00	1.650,00
136	JUNÇÃO ESGOTO 50MM	UNID	80	4,20	336,00
142	REDUÇÃO EXCENTRICA 100X50MM	UNID	60	5,11	306,60
150	TUBO DE ESGOTO 200MM	UNID	80	194,08	15.526,40
153	JOELHO 90° SOLDAVEL 20MM	UNID	120	0,40	48,00
156	JOELHO 90° SOLDAVEL 60MM	UNID	120	17,30	2.076,00
159	JOELHO SOLDAVEL/ROSCAVEL 25X1/2´ BUCHA LATÃO	UNID	400	3,46	1.384,00
162	JOELHO 45° SOLDAVEL 32MM	UNID	80	2,21	176,80
165	TE SOLDAVEL 20MM	UNID	160	0,69	110,40
168	TE SOLDAVEL 50MM	UNID	320	6,55	2.096,00
171	TE SOLDAVEL C/ ROSCA 25MMX1/2	UNID	400	2,76	1.104,00
174	TE SOLDAVEL REDUÇÃO 50MMX32MM	UNID	105	7,89	828,45
177	LUVA SOLDAVEL C/ROSCA 25X3/4		105	1,20	126,00
180	LUVA SOLDAVEL/ROSCA INTERNA B. LATÃO 25MMX3/4´	UNID	115	3,90	448,50
182	ADAPTADOR SOLDAVEL ROSCA EXTERNA 20MMX1/2´	UNID	105	0,46	48,30
188	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA 40X32MM	UNID	80	1,88	150,40
192	REGISTRO SOLDAVEL 32MM	UNID	55	13,94	766,70
195	REGISTRO GAVETA C/ ACABAMENTO CROMADO 1 1/2	UNID	60	46,74	2.804,40
198	ADAPTADOR C/ FLANGE 32MM	UNID	40	11,38	455,20
201	TORNEIRA BOIA 1/2	UNID	170	9,01	1.531,70
204	LUVA SOLDAVEL 20 MM		130	0,43	55,90
207	LUVA SOLDAVEL 50MM	UNID	230	3,88	892,40
210	BUCHA DE REDUÇÃO ROSCAVEL 1.1/2X1.1/4	UNID	200	1,32	264,00
213	PLUG ROSCAVEL 1/2´	UNID	200	0,47	94,00
219	TUBO SOLDAVEL 50MM	UNID	60	48,83	2.929,80
222	FERRO 1/2´ 12MM BARRA 12M	UNID	80	49,08	3.926,40
224	ARAME RECOZIDO NR 18	UNID	50	8,56	428,00
228	TELHA DE AMIANTO 4MM 2,44X0,50M	UNID	80	14,39	1.151,20
231	CUMMEIRA CERAMICA	UNID	200	3,69	738,00
233	PREGO P/ TELHAS DE AMIANTO 4MM	UNID	10	9,30	93,00
236	PREGO POLIDO 15X15 COM CABEÇA	UNID	3	9,36	28,08
265	JANELA VENEZIANA METALICA CORRER 1,00X1,00M	UNID	2	186,99	373,98
268	PORTAL DE MADEIRA	UNID	6	94,49	566,94
271	ESPASSADOR DE CERAMICA 4MM	UNID	15	3,28	49,20
277	VALVULA P/ TANQUE PLASTICO	UNID	15	3,31	49,65
280	MANGUEIRA PRETA 3/4´	UNID	400	1,31	524,00
283	REGISTRO GAVETA C/ ACABAMENTO CROMADO 3/4´	UNID	65	46,74	3.038,10
284	MASSA ACRILICA 3,6 L	UNID	10	28,54	285,40

287	MASSA CORRIDA PVA 3,6 L	UNID	10	21,74	217,40
293	LIXA D´AGUA 150		100	1,42	142,00
296	LIXA FERRO N°120	UNID	100	2,53	253,00
299	TINTA ACRILICA 18LTS		10	119,99	1.199,90
301	TINTA ESMALTE SINTETICO 01L	UNID	10	17,40	174,00
302	TINTA ESMALTE SINTETICO 3,6 L	UNID	15	58,59	878,85
305	SELADOR ACRILICO 18 L	UNID	30	58,45	1.753,50
308	ROLO ESPUMA 15CM	UNID	5	6,60	33,00
311	SUPORTE P/ PINTURA TIPO GAIOLA	UNID	20	7,40	148,00
313	TRINCHA 500 2.1/2 SIMPLES	UNID	5	2,44	12,20
316	TRINCHA 500 3 SIMPLES CERDA	UNID	5	4,54	22,70
320	PALHA DE AÇO N°0	UNID	50	1,42	71,00
323	PORTA SABONETE LIQUIDO	UNID	10	47,99	479,90
326	PARAFUSO C/ BUCHA N° 08	UNID	1.000	0,21	210,00
328	BARRA DE ROSCA 1/4´	UNID	70	1,35	94,50
330	BARRA DE ROSCA 3/8		80	4,01	320,80
332	BARRA DE ROSCA 5/8		20	9,78	195,60
334	ARRUELA LISA 5/16		300	0,12	36,00
336	ARRUELA LISA 1/2		1.000	0,25	250,00
338	PORCA 1/4´	UNID	300	0,10	30,00
341	PORCA 1/2´	UNID	1.000	0,32	320,00
346	TUBO DE SILICONE PRETO	UNID	40	15,25	610,00
348	PARAFUSO AUTOBROCANTE P/ FORRO PVC	UNID	1.000	0,08	80,00
349	PARAFUSO TIPO AGULHA P/ FORRO PVC (MADEIRA)	UNID	1.000	0,10	100,00
352	PIA DE MARMORE SINTETICO 1,20M	UNID	12	108,95	1.307,40
355	PIA DE AÇO INOX 1,50M	UNID	11	208,14	2.289,54
357	TORNEIRA JARDIM 3/4		30	4,12	123,60
361	TORNEIRA COZINHA METALICA BANCADA 1/2´	UNID	6	61,59	369,54
363	ESQUADRO		1	18,57	18,57
365	ALICATE CORTE	UNID	3	17,70	53,10
367	CHAVE FENDA		5	6,15	30,75
376	COLHER DE PEDREIRO		3	16,37	49,11
378	FAÇÃO GRANDE	UNID	2	23,99	47,98
380	MACHADO		2	56,69	113,38
381	ENXADAO		2	31,82	63,64
383	CAL P/ PINTURA		250	12,59	3.147,50
384	FIXADOR P/ CAL DE PINTURA	UNID	250	1,89	472,50
388	SERRA ELETRICA P/ MADEIRA	UNID	1	373,99	373,99
391	CARRINHO DE MAO		3	116,23	348,69
394	PA JUNTADEIRA	UNID	8	36,48	291,84
397	PRUMO	UNID	1	18,05	18,05
400	SERROTE DE VIDEA	UNID	1	69,91	69,91
402	DESEMPENADEIRA DENTADA	UNID	1	12,08	12,08
404	RISCADEIRA DE CERAMICA 60CM	UNID	1	214,35	214,35
406	CABO EXTENSOR P/ PINTURA	UNID	2	25,39	50,78
410	VARAO DE 1,50M	UNID	15	16,49	247,35
419	LUVA SOLDAVEL ROSCA INTERNA B. LATÃO 25MMX3/4´	UNID	50	4,41	220,50
420	UNIAO SOLD. 25MM		50	5,20	260,00
424	TUBO DE SILICONE BRANCO	UNID	50	14,30	715,00
430	BOMBA DE VENENO COSTAL	UNID	5	190,99	954,95
437	ENXADAS	UNID	3	32,72	98,16
440	LIMA		5	14,71	73,55
444	UNIAO ROSCAVEL 20MM	UNID	50	6,99	349,50
447	REGISTRO ESFERA ROSCAVEL 3/4 PREDIAL	UNID	30	15,28	458,40
452	UNIAO SOLD. 60 MM		40	46,47	1.858,80
454	LUVA SOLD. 25MM		30	1,15	34,50
458	LUVA ROSCAVEL 3/4		100	1,49	149,00
462	LUVA SOLDAVEL DE CORRER 100	UNID	20	29,69	593,80
466	LUVA SOLDAVEL COM ROSCA 25X3/4	UNID	60	1,20	72,00
470	JOELHO SOLDAVEL C/ROSCA 25 X3/4		20	3,30	66,00
474	KIT CAVALETE 3/4		10	58,33	583,30
486	PÁ BICO C/ CABO	UNID	3	32,36	97,08
487	PICARETA ALVIAO 4,0L SEM CABO	UNID	2	39,98	79,96
490	BROCA CHATA MADEIRA 12,5MM 1/2	UNID	10	12,29	122,90
497	ABRAÇADEIRA METALICA 25MM	UNID	50	1,23	61,50
	TOTAL GERAL			**3.982,53**	**242.807,15**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.6. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 007/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA CONCÓRDIA MATERIAIS ELETRICOS LTDA-EPP

CNPJ – 16.492.536/0001-01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 012/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 012/2017

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções, conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais**. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034. 369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: BAGETTI & ZANETTE LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **14.769.741/0001-46**, sediada a Rua Primavera, nº 115, bairro Centro, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo Sr. **LEONARDO HENRIQUE BAGETTI**, brasileiro, portador da Carteira identidade RG nº **001395930**, expedida pelo **SSP/MS**, CPF nº **001.991.421-06.**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais de construções conforme solicitação das diversas Secretarias Municipais, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 007/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 007/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 852/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 007/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade e Preços Praticados:

BAGETTI & ZANETTE LTDA					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	CIMENTO 50KG		3100	26,70	82.770,00
4	IMPERMEABILIZANTE TINTA ASFALTICA	LT	354	11,15	3.947,10
6	FERRO 5.00MM ESTRIBOS BARRA 12M	UNID	190	8,90	1.691,00
7	FERRO 5/16 8 MM 12MTS		190	22,90	4.351,00
8	FERRO 3/8´ 10MM 12M	UNID	250	29,90	7.475,00
10	MALHA 20X20 CM FERRO 4.2MM 2,00X3,00 M		75	36,11	2.708,25
12	ARAME GALVANIZADO N°18	UNID	350	12,90	4.515,00
15	AREIA FINA		290	98,00	28.420,00
17	TIJOLO CERAMICO 08 FUROS	UNID	20000	0,71	14.200,00
18	TELHA CERAMICA	UNID	900	1,95	1.755,00
47	TOMADA P/ TELEFONE E REDE	UNID	40	8,88	355,20
61	PORTA VENEZIANA METALICA 0,70X2,10M DIREITA	UNID	40	154,00	6.160,00
62	PORTA VENEZIANA METALICA 0,80X2,10M DIREITA	UNID	50	160,00	8.000,00
69	AZULEJO CERAMICO PI 3	MT2	1200	15,50	18.600,00
70	PISO CERAMICO PI4	MT2	2900	13,29	38.541,00
71	ARGAMASSA COLANTE ACII-USO INTERNO	UNID	550	13,90	7.645,00
72	ARGAMASSA COLANTE ACII-USO EXTERNO	UNID	700	16,04	11.228,00
73	ARGAMASSA COLANTE ACIII-PISO SOBRE PISO	UNID	600	29,00	17.400,00
74	REJUNTE COLANTE	UNID	1100	3,29	3.619,00
78	LAVATORIO DE LOUÇA DE EMBUTIR (CUBA)	UNID	32	121,90	3.900,80
83	TUBO DE LIGAÇÃO DE VASO SANITARIO PLASTICO	UNID	85	5,00	425,00
86	MANGUEIRA FLEXIVEL 60 CM 1/2	UNID	100	5,23	523,00
93	SIFÃO SANFONADO TIPO COPO CROMADO	UNID	40	15,00	600,00
94	VALVULA DE DESCARGA C/ ACAB. CROMADO 1 1/2´	UNID	36	99,98	3.599,28
95	ANEL DE VEDACAO PARA VASO SANITARIO.		51	7,49	381,99
99	MANGUEIRA EMBORRACHADA 1/2´	UNID	1300	4,00	5.200,00
100	MANGUEIRA EMBORRACHADA 3/4´	UNID	1300	4,98	6.474,00
101	KIT CAVALETE COMPLETO	UNID	200	58,00	11.600,00
102	REGISTRO ESFERICO ROSCA EXTERNA 3/4´	UNID	60	15,90	954,00
103	REGISTRO ESFERICO ROSCA INTERNA 3/4´	UNID	60	12,70	762,00
104	COLAR DE TOMADA COM TRAVA 60MMX1/2´	UNID	240	8,49	2.037,60
105	ADAPTADOR COMPREESSÃO P/ MANGUEIRA PREDIAL	UNID	160	6,80	1.088,00
108	ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA 1´	UNID	200	1,18	236,00
109	ADAPTADOR INTERNO DE MANGUEIRA 1 1/2´	UNID	200	3,95	790,00
110	JOELHO INTERNO 90 PE 1/2		200	1,31	262,00
117	JOELHO 90° C/ ROSCA INTERNA 3/4´	UNID	120	1,70	204,00
120	CAP ESGOTO 50 MM		60	2,79	167,40
121	CAP ESGOTO 75MM	UNID	60	3,99	239,40
122	CAP ESGOTO100 MM		60	3,89	233,40
123	CAP ESGOTO 150MM	UNID	60	17,49	1.049,40
124	CAP ESGOTO 200MM	UNID	35	47,99	1.679,65
125	JOELHO ESGOTO 40MM 90 GR		320	0,79	252,80
127	JOELHO 90° ESGOTO 75MM	UNID	200	2,89	578,00
129	JOELHO 90° ESGOTO 150MM	UNID	55	26,85	1.476,75
135	TE REDUÇÃO 100X50MM	UNID	80	7,39	591,20
137	JUNÇÃO ESGOTO 75MM	UNID	60	5,50	330,00
140	JUNÇÃO ESGOTO REDUÇÃO 100X75MM	UNID	50	13,32	666,00
143	REDUÇÃO EXCENTRICA 100X75MM	UNID	35	5,52	193,20
146	TUBO ESGOTO 50MM		80	23,96	1.916,80
148	TUBO ESGOTO 100MM		80	49,62	3.969,60
151	CAIXA SANFONADA C/ GRELHA CROMADA 100MM	UNID	80	14,28	1.142,40
154	JOELHO SOLDAVEL 90G X 25MM		600	0,43	258,00
157	JOELHO SOLDAVEL/ROSCAVEL 20X1/2´ BUCHA LATÃO	UNID	80	3,84	307,20
160	JOELHO 45° SOLDAVEL 20MM	UNID	80	0,54	43,20
163	JOELHO SOLDAVEL 45G X 50MM		80	3,98	318,40
166	TE SOLDAVEL 25MM	UNID	320	0,74	236,80
169	TE SOLDAVEL 60MM	UNID	240	24,50	5.880,00
172	TE SOLDAVEL C/ROSCA 25X3/4		200	2,45	490,00
175	LUVA SOLDAVEL C/ROSCA 20X1/2		105	0,91	95,55
178	LUVA SOLDAVEL/ROSCA INTERNA B. LATÃO 20MMX1/2´	UNID	105	3,46	363,30
181	ADAPTADOR SOLDAVEL ROSCA EXTERNA 25MMX3/4´	UNID	165	0,52	85,80
184	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 50X25MM	UNID	80	1,58	126,40
186	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA 25X20MM	UNID	75	0,43	32,25
187	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA 32X25MM	UNID	80	0,76	60,80
189	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA 50X40MM	UNID	65	2,74	178,10
190	BUCHA DE REDUÇÃO CURTA 60X50MM	UNID	60	4,41	264,60
193	REGISTRO SOLDAVEL 50MM	UNID	130	18,66	2.425,80
196	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4´	UNID	150	32,98	4.947,00
199	ADAPTADOR C/ FLANGE 50MM	UNID	110	13,85	1.523,50
202	UNIAO SOLDAVEL 25MM		120	5,17	620,40

205	LUVA SOLDAVEL 25MM	UNID	200	1,52	304,00
208	LUVA SOLDAVEL 60MM		80	7,89	631,20
214	PLUG ROSCAVEL 3/4´	UNID	250	0,75	187,50
216	TUBO SOLDAVEL 20MM	UNID	80	11,11	888,80
217	TUBO SOLDAVEL 25MM	UNID	380	16,11	6.121,80
220	TUBO SOLDAVEL 60MM	UNID	59	64,24	3.790,16
221	FERRO 4MM ESTRIBOS BARRA 12M	UNID	100	6,88	688,00
225	TELHA DE AMIANTO 6MM 2,44X1,10M	UNID	30	57,78	1.733,40
226	TELHA DE AMIANTO 6MM 3,05X1,10M	UNID	30	58,98	1.769,40
227	TELHAS DE AMIANTO 6MM-6,66X1,10M	UNID	160	74,90	11.984,00
229	CUMMEIRA DE AMIANTO 6MM 20°	UNID	50	31,90	1.595,00
230	CUMMEIRA DE AMIANTO 4MM PAR	UNID	30	8,48	254,40
234	ADESIVO SILICONE INCOLOR BISNAGA	UNID	10	5,54	55,40
237	PREGO POLIDO 22X42 COM CABEÇA	UNID	25	9,22	230,50
245	CURVA LONGA 90° ELETRODUTO RIGIDO 2´	UNID	1	5,50	5,50
266	JANELA VENEZIANA METALICA CORRER 1,20X1,00M	UNID	15	234,00	3.510,00
269	FOLHA PORTA MADEIRA 0,60X2,10M	UNID	2	54,98	109,96
272	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACOPLADA	UNID	3	177,00	531,00
274	TUBO DE DESCARGA P/ VALVULA	UNID	40	7,69	307,60
275	MANGUEIRA FLEXIVEL 50CM 1/2	UNID	110	4,07	447,70
281	MANGUEIRA PRETA 1/2´	UNID	100	0,96	96,00
282	JOELHO SOLDAVEL 90G X 60MM		30	18,40	552,00
285	MASSA ACRILICA 18L	UNID	30	74,00	2.220,00
288	SOLVENTE THINNER 5L	UNID	10	50,50	505,00
290	LIXA D´AGUA 080		50	1,67	83,50
291	LIXA D´AGUA 100		230	1,64	377,20
294	LIXA PARA FERRO 080		200	2,50	500,00
297	FITA CREPE 25X5OM		100	4,60	460,00
300	TINTA ACRILICA 3,6L		6	37,93	227,58
303	RESINA P/ PISOS E TELHAS CERAMICAS 18 L	UNID	15	188,00	2.820,00
306	SELADOR ACRILICO 3,6 L	UNID	10	20,90	209,00
309	ROLO LA 15 CM	UNID	5	8,33	41,65
312	BANDEJA PINTURA	UNID	2	6,66	13,32
314	TRINCHA 1.1/2´	UNID	5	3,33	16,65
317	CATALIZADOR PARA ESMALTE SINTETICO 150 ML		15	11,10	166,50
319	MANTA FIBRA DE VIDRO 500G INCLUINDO RESINA	UNID	5	47,33	236,65
321	PALHA DE AÇO N°1	UNID	50	1,42	71,00
324	SABONETEIRA METALICA	UNID	10	17,46	174,60
325	PARAFUSO C/BUCHA 06MM		1000	0,24	240,00
329	BARRA DE ROSCA 5/16		30	3,32	99,60
331	BARRA DE ROSCA 1/2´	UNID	30	7,69	230,70
333	ARRUELA LISA 1/4		300	0,08	24,00
335	ARRUELA LISA 3/8		800	0,14	112,00
337	ARRUELA LISA 5/8		300	0,24	72,00
339	PORCA 5/16		800	0,13	104,00
342	PORCA 5/8´	UNID	200	0,47	94,00
345	TUBO SILICONE BRANCO	UNID	20	16,11	322,20
347	TUBO SILICONE INCOLOR	UNID	10	13,50	135,00
350	TANQUE MARMORE SINTETICO 02 CUBAS 1,20M	UNID	2	184,00	368,00
353	PIA DE MARMORE SINTETICO 1,50M	UNID	3	155,00	465,00
356	TORNEIRA JARDIM PLASTICA 1/2		15	4,00	60,00
358	TORNEIRA LAVATORIO METALICA 1/2´	UNID	10	43,00	430,00
359	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICA 1/2´	UNID	20	6,15	123,00
360	TORNEIRA COZINHA METALICA PAREDE 1/2´	UNID	6	51,00	306,00
362	TRENA 8M		3	27,00	81,00
364	TORQUE ARMADOR	UNID	3	25,00	75,00
366	CHAVE GRIFE	UNID	1	37,00	37,00
368	CHAVE PHILIPS	UNID	5	6,00	30,00
377	MARETA 5 K	UNID	1	97,00	97,00
379	FOICE CURVADA	UNID	2	22,80	45,60
382	PICARETA C/ CABO	UNID	2	59,80	119,60
385	BETONEIRA 300L BIFASICA	UNID	1	3.300,00	3.300,00
386	MOTO SERRA PORTE MEDIO	UNID	1	2.000,00	2.000,00
387	SERRA ELETRICA (MARMORE)	UNID	1	369,00	369,00
389	FURADEIRA ELETRICA	UNID	1	178,89	178,89
392	CAVADEIRA MEDIA	UNID	2	74,00	148,00
395	VASSOURAO GARI		15	21,32	319,80
398	NIVEL DE MÃO	UNID	1	18,33	18,33
401	PREGO P/ PONTE	UNID	30	10,70	321,00
403	MARTELO P/ ASSENTO DE CERAMICA	UNID	1	15,40	15,40
405	DESEMPENADEIRA PLASTICA	UNID	3	15,00	45,00
408	ESCADA ELETRECISTA DE CORRER 10M	UNID	1	1.000,00	1.000,00
411	VARÃO 2,00M	UNID	5	16,80	84,00
416	PORTA VENEZIANA METALICA 0,80X2,10M ESQUERDA	UNID	10	155,00	1.550,00
418	SIFAO SANFONADO DUPLO UNIVERSAL	UNID	15	9,99	149,85
421	FITA VEDA ROSCA 18X25MM	UNID	50	4,56	228,00
425	TORNEIRA LAVATORIO METALICA 3/4	UNID	20	41,00	820,00

427	TELHA DE AMIANTO 4MM-2,44X0,50M	UNID	100	16,11	1.611,00
435	TANQUE DE MARMORE SINTETICO 02 CUBAS 1,20M	UNID	2	184,00	368,00
438	ALICATE UNIV.		5	32,00	160,00
443	ADAPTADOR COMPRESSAO 20MMX3/4		80	5,10	408,00
445	REGISTRO ESFERICO ROSCA EXTERNO 3/4	UNID	50	17,78	889,00
448	CAPA DE ESGOTO 150MM	UNID	10	18,70	187,00
450	TUBO DE PRESSÃO SOLDAVEL 60MM	UNID	40	42,00	1.680,00
451	MANGUEIRA PREDIAL 80-20X2,3MM	UNID	15	3,90	58,50
453	TUBO DE PRESSAO SOL.25		20	14,48	289,60
455	LUVA SOLD.32		40	1,53	61,20
459	JOELHO ROSCAVEL 90 G 3/4		100	1,68	168,00
460	NIVEL ROSCAVEL 3/4	UNID	80	1,05	84,00
463	REGISTRO ESFERA SOLDAVEL 60MM		50	58,00	2.900,00
464	ADAPTADOR CURTO 25X3/4		120	0,96	115,20
465	REGISTRO DE PRESSÃO 1400 3/4 CHAVE	UNID	30	28,89	866,70
467	UNIAO SOLDAVEL 40MM		50	18,00	900,00
468	ADAPTADOR INTERNO ROSCA EXT. PE 3/4	UNID	70	1,66	116,20
471	TUBO DE ESGOTO 100MM 6M		10	30,00	300,00
473	ROLO DE MANGUEIRA COMUM 20MM	UNID	5	155,99	779,95
475	TUBO DE PRESSAO SOLDAVEL 40MM	UNID	40	33,33	1.333,20
476	TUBO DE PRESSAO SOLDAVEL 20MM	UNID	50	11,11	555,50
477	TUBO DE PRESSAO SOLDAVEL 25MM		50	16,11	805,50
478	TUBO DE PRESSAO SOLDAVEL 32MM		50	26,11	1.305,50
479	CAPA DE ESGOTO 100MM	UNID	10	6,52	65,20
481	CADEADO 40MM		10	20,78	207,80
484	CHAVE DE CANO 24 CABO EMBORRACHADO	UNID	2	96,00	192,00
485	CAVADEIRA		2	74,00	148,00
488	ENXADAO LARGO 2,5 SEM CABO	UNID	2	28,00	56,00
491	BROCA CHATA MADEIRA ATC 3/4 X 6,1/8	UNID	15	11,00	165,00
492	COLAR DE TOMADA PVC C/ TRAVAS 60MM	UNID	50	10,00	500,00
493	COLAR TOMADA 110X3/4	UNID	20	22,21	444,20
495	SERRA 12X24 BIMETALICA	UNID	10	5,54	55,40
	TOTAL GERAL			**11.702,42**	**411.070,91**

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução da contratada ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte da Contratante;

5.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução da presente contratação ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências da Contratante;

5.6. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.7. Será de inteira responsabilidade da empresa Contratada quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município ou a terceiros, decorrentes da própria execução dos serviços;

5.8. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.9. Substituir, sem ônus para a CONTRATANTE, qualquer produto que não esteja em perfeita condição de uso;

5.10. Substituir o produto, as suas expensas, e sob pena de aplicação de sanções cabíveis, desde que solicitado pelo responsável pelo recebimento, eventualmente entregues em desacordo com as especificações do Termo de Referência, ou que apresente vício de qualidade;

5.11. Manter um responsável pelo gerenciamento dos serviços, com poderes de representante ou preposto, para tratar com o FISCAL DE CONTRATO, dos assuntos relacionados com a execução do Contrato;

5.12. Comunicar ao FISCAL DE CONTRATO qualquer irregularidade relacionada com a execução do contrato;

5.13. Responsabilizar-se pelas operações e custos de transporte, carga e descarga.

5.14. Comprometer-se em entregar produtos de **Boa qualidade**, a expressão de "primeira qualidade" indica, quando existirem diferentes gradações de qualidade de um mesmo produto, a gradação de qualidade superior

5.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.16. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto da presente licitação;

5.17. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.18. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Fiscalizar livremente os serviços, não eximindo a licitante vencedora de total responsabilidade quanto à execução dos mesmos;

6.6. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

6.7. Paralisar a execução caso os empregados da contratada não estejam utilizando os equipamentos de proteção individual, ficando o ônus da paralisação por conta da contratada.

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 02 (dois) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 007/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal(is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 007/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

BAGETTI & ZANETTE LTDA

CNPJ –14.769.741/0001-46

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 022/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 034/2017/CPL/PP

A Equipe de Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso torna público que nos termos da Lei nº 8.666 de 21/06/93, com as alterações subsequentes a abertura de processo licitatório. **Pregão Presencial registro de preços para futura e eventual aquisição de Materiais de Expediente (papelaria), conforme solicitação das Secretarias Municipais desta Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste.** Poderá participar do certame pessoa jurídica que tenham adquirido edital e que são cadastrados no setor competente desta Prefeitura.

A abertura dos processos dar-se-á às ***08:00 horas do dia 25 de Maio de 2017***, em sala designada pelo pregoeiro na Sede da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT.

O edital completo poderá ser adquirido das 7:00 as 11:00 horas e das 13:00 ás 17:00 horas, no Prédio da Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste situado a rua A, 367 Jardim Santa Inês, telefone (66) 3488-1080 – 3488-1459 – 3488-1292 ou pelo E-mail: **(licitacao@santoantoniodoleste.mt.gov.br).**

Santo Antonio do Leste – MT, 10 de Maio de 2017.

WEVERTON ANCELMO P. DE SOUSA

PREGOEIRO

Portaria Nº. 085/2017

De 02 de Janeiro de 2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 009/2017

PREGÃO PRESENCIA 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**, conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: ROSA SAMPAIO & ZANONI DE OLIVERA LTDA-EPP, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **17.356.424/0001-96**, sediada a Av. Santo Antônio, nº 1024, bairro Parque Eldorado, Primavera do Leste-MT, neste ato representado pelo Sr. **VINICIUS LOPES DA SILVA**, brasileiro, portador da Carteira identidade RG nº **2026594-8**, expedida pelo **SSP/MT**, CPF nº **039.887.021-70**.

ESPECIFICAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:

ROSA SAMPAIO & ZANONI DE OLIVEIRA LTDA-EPP					
ITEM	**DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	OLEO DE MOTOR AMBULANCIA FIAT DOBLO 2008	UNID	36	25,00	900,00
2	OLEO DE MOTOR FIAT UNO 2013	LT	36	16,50	594,00
3	OLEO DE MOTOR AMBULANCIA RENO KANGOO 2010	LT	72	17,50	1.260,00
4	OLEO LUBRIFICANTE UNIVERSAL 90 BALDE 20LT	UNID	22	190,00	4.180,00
5	OLEO LUBRIFICANTE 40 BALDE 20T	UNID	16	180,00	2.880,00
6	GALÃO DE OLEO DE MOTOR A GASOLINA 5W30	LT	12	90,00	1.080,00
7	OLEO SAE 15W40 BALDE 20T	UNID	16	190,00	3.040,00
8	OLEO SAE 80W90 BALDE 20T	UNID	12	240,00	2.880,00
9	OLEO HIDRAULICO 10W BALDE 20T	UNID	24	160,00	3.840,00
10	OLEO 15W40 SEMI SINTETICO	LT	100	18,50	1.850,00
	TOTAL GERAL			**1.127,50**	**22.504,00**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 006/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 006/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 1106/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 006/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade, Marca e Preços Praticados:

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.6. Assegurar que os produtos fornecidos sejam de primeira qualidade, atendam às Normas do Código de Defesa do Consumidor, estejam de acordo com a recomendação do fabricante/distribuidor e dentro dos padrões exigidos pelo Departamento Nacional do Petróleo e Agência Nacional de Petróleo;

5.7. Arcar com os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer custos referentes à entrega do produto;

5.8. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado;

5.9. Entregar os produtos durante o expediente normal, nos dias úteis e se for necessário sábados, domingos e feriados;

5.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.10. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 006/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

ROSA SAMPAIO & ZANONI DE OLIVERA LTDA-EPP

17.356.424/0001-96

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nº 014/2017

A Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste – MT, por intermédio de seu representante legal, Sr. MIGUEL JOSÉ BRUNETTA – Prefeito Municipal, vem por meio do presente **CANCELAR** o Edital de Convocação 014/2017, do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2017 publicado dia 09/05/2017, edição N°2725, Página 268-269.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, aos 10 dias do mês de Maio de 2017.

MIGUEL BRUNETTA ***Prefeito Municipal***

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 008/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 008/2017

PREGÃO PRESENCIA 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**, conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: OLAPER COMÉRCIO E DIST. DE LUB. E PNEUS LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **17.553.866/0001-22**, sediada a Rua Mario Motta, nº 210, sala 03, bairro Centro Norte, Várzea Grande-MT, neste ato representado pelo seu procurador Sr. **WILSON GUEDES SILVA**, brasileiro, divorciado, portador da Carteira Nacional de Habilitação nº **02037859136**, expedida pelo **DETRAN/MT**, CPF nº **239.987.094-87**, residente na Travessa Dom Orlando Chaves, nº 65, bairro Manga, Várzea Grande-MT.

ESPECIFICAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:

OLAPER COM DIST. LUB. E PNEUS LTDA					
ITEM	**DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	FILTRO DO AR DA CAMINHONETE MITSIBISHI L200 TRINTON ANO 2010	UNID	6	40,00	240,00
2	FILTROS DE COMBUSTIVEL WK 1060/4 MICRO ONIBUS MB LO 812	UNID	6	39,00	234,00
3	FILTRO DE AR MALLHER LX 910 MICRO ONIBUS MB LO 812	UNID	4	53,00	212,00
4	FILTRO COMBUSTIVEL N°905411880013 WOLKS BUS 15.90	UNID	8	42,00	336,00
5	FILTROS DO COMBUSTIVEL MOTOR MWM MICROS ONIBUS AGRALE 1.800	UNID	3	42,00	126,00
6	FILTRO DO AR M. ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C 17	UNID	3	66,00	198,00
7	FILTRO DO COMBUSTIVEL Nº87529477 ESCAVADEIRA 215B NEW HOLLAND	UNID	4	184,50	738,00
8	FILTRO Nº72150174 ESCAVADEIRA 215B NEW HOLLAND	UNID	2	215,00	430,00
9	FILTRO DE OLEO HIDRAULICO N° 72230408 RETROESCAVADEIRA E 215 NEW HOLLAND	UNID	2	266,00	532,00
10	FILTRO N°87638113 RETROESCAVADEIRA E 215 B NEW HOLLAND	UNID	2	113,00	226,00
11	FILTRO DE DIESEL CAMINHÃO VW WORKER 24220	UNID	12	43,00	516,00
12	FILTRO DE AR EXTERNO CAMINHAO VW WORKER 24.220	UNID	4	84,00	336,00
13	FILTROS DO AR INTERNO MWM CAMINHAO FORD F 14.000	UNID	6	50,00	300,00
14	FILTROS DO AR EXTREMOS MOTOR 6 CILINDROS CUMINS TURBO CAMINHAO FORD F 4.000	UNID	3	52,80	158,40
15	FILTROS HIDRAULICOS N PSL 900 PA CARREGADEIRA CAT. 924 G MOTOR CUMINS TURBO	UNID	8	40,00	320,00
16	FILTROS DO AR INTERNO PA CARREGADEIRA CAT 924 G MOTOR CUMINS TURBO	UNID	3	220,00	660,00

17	FILTROS DO AR EXTERNO PA CARREGADEIRA CAT 924 G MOTOR CUMINS TURBO	UNID	3	150,00	450,00
18	FILTROS DO OLEO DO MOTOR CAMINHAO FORD CARGO 1422 MOTOR CUMIS TURBO	UNID	6	27,00	162,00
19	FILTROS DO COMBUSTIVEL RETROESCAVADEIRA 580N CASE	UNID	10	109,00	1.090,00
20	FILTROS SEPARADOR DE AGUA RETROESCAVADEIRA 580N CASE	UNID	10	91,00	910,00
21	FILTROS DO OLEO DO MOTOR RETROESCAVADEIRA 580N CASE	UNID	10	149,90	1.499,00
22	FILTROS PURIFICAR DO AR EXTERNO RETROESCAVADEIRA 580N CASE	UNID	10	235,00	2.350,00
23	FILTRO COMBUSTIVEL UNO 1.0	UNID	4	15,00	60,00
24	OLEO HIDRALICO 68 BALDE 20T	UNID	12	140,00	1.680,00
25	OLEO 68 BALDE 20T	UNID	24	140,00	3.360,00
26	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	196,00	980,00
27	FILTRO TRANSMISSÃO DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	204,00	1.020,00
28	FILTRO DO OLEO HIDRAULICO DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	237,00	1.185,00
29	FILTRO DA CABINE DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	240,00	1.200,00
30	FILTRO DE COMBUSTIVEL DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
31	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
32	FILTRO DA TRANSMISSÃO DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
33	FILTRO HIDRAULICO DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
34	FILTRO DA CABINE DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
35	FILTRO DO AR CONDICIONADO DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
36	FILTRO DO OLEO DO MOTOR (EXTERNO) DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
37	FILTRO DO OLEO DO MOTOR (INTERNO) DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	245,00	1.225,00
38	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	130,00	650,00
39	FILTRO DA CABINE DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	170,00	850,00
40	FILTRO DO AR CONDICIONADO DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	85,00	425,00
41	FILTRO DO ARLA 32 DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	90,00	450,00
42	FILTRO SEPARADOR DO COMBUSTIVEL DO TRATOR CASE 140 ANO 2015	UNID	5	150,00	750,00
43	FILTRO DO AR DO MOTOR (EXTERNO) DO TRATOR CASE 140 ANO 2015	UNID	5	220,00	1.100,00
	TOTAL GERAL			**6.289,20**	**35.533,40**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 006/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 006/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 1106/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 006/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade, Marca e Preços Praticados:

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.6. Assegurar que os produtos fornecidos sejam de primeira qualidade, atendam às Normas do Código de Defesa do Consumidor, estejam de acordo com a recomendação do fabricante/distribuidor e dentro dos padrões exigidos pelo Departamento Nacional do Petróleo e Agência Nacional de Petróleo;

5.7. Arcar com os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer custos referentes à entrega do produto;

5.8. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado;

5.9. Entregar os produtos durante o expediente normal, nos dias úteis e se for necessário sábados, domingos e feriados;

5.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.10. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 006/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

OLAPER COMÉRCIO E DIST. DE LUB. E PNEUS LTDA

17.553.866/0001-22

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 007/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 007/2017

PREGÃO PRESENCIA 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**, conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA

MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abaixo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO TODA-ME, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **14.935.748/0001-90**, sediada a Rua B, quadra 07, lote 03 e 04, s/n, bairro Santa Luzia, CEP: 78170-000, Nossa Senhora do Livramento-MT, neste ato representado pelo Sr. **ISAC SARATH DE ALMEIDA**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº **1033026-7**, expedida pela **SJ/MT**, CPF nº **627.666.191-00**,

ESPECIFICAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:

SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA-ME					
ITEM	**DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	FILTRO DO COMBUSTIVEL WK 853/22 MICRO ONIBUS MB LO 812	UNID	6	85,80	514,80
2	FRASCO 1 LT DE OLEO DE FREIO DOT 4	UNID	90	15,40	1.386,00
3	FILTROS DO AR EXTERNO CAMINHAO FORD CARGO 1422 MOTOR CUMINS TURBO	UNID	3	47,80	143,40
	TOTAL GERAL			**149,00**	**2.044,20**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 006/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 006/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 1106/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 006/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade, Marca e Preços Praticados:

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.6. Assegurar que os produtos fornecidos sejam de primeira qualidade, atendam às Normas do Código de Defesa do Consumidor, estejam de acordo com a recomendação do fabricante/distribuidor e dentro dos padrões exigidos pelo Departamento Nacional do Petróleo e Agência Nacional de Petróleo;

5.7. Arcar com os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer custos referentes à entrega do produto;

5.8. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado;

5.9. Entregar os produtos durante o expediente normal, nos dias úteis e se for necessário sábados, domingos e feriados;

5.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.10. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 006/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

SARATH DE ALMEIDA & ALMEIDA FILHO LTDA-ME

14.935.748/0001-90

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 006/2017 DO PREGÃO PRESENCIAL 006/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 006/2017

PREGÃO PRESENCIA 006/2017

VALIDADE 12 (DOZE) MESES

A presente licitação tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT**, conforme solicitação. Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE/MT, situada na Rua A, 367, Jardim Santa Inês, inscrita no CNPJ: 04.317.362/0001-90, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **MIGUEL JOSE BRUNETTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado a Rua das Araras, Lotes 10 e 11, Bairro Centro, CEP 78.628-000, nesta cidade de Santo Antônio do Leste – MT, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº **1.427.577 SSP/PR** e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº **326.034.369.53**, doravante denominada GERENCIADORA e com a empresa abai-

xo relacionada, doravante denominada FORNECEDORA, ACORDAM procederem, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Pregão Presencial, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir:

Fornecedor: POSTO ROMÃ LTDA, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº **13.955.456/0014-57**, sediado a Rua Goiás, 01, Centro, Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado pelo seu procurador, Sr. **VOLNIR TAFAREL**, brasileiro, empresário, portador da Carteira de Identidade nº **794927**, expedida pela **SSP/MT**, CPF nº **594.392.621-68**, residente e domiciliado na rua das flores, s/n. centro de Santo Antônio do Leste-MT.

ESPECIFICAÇÕES E PROPOSTA DE PREÇOS:

POSTO ROMA LTDA-ME					
ITEM	**DESCRIÇÃO PRODUTO/SERVIÇO**	**UNID**	**QTDE**	**VALOR UNITARIO R$**	**VALOR TOTAL R$**
1	FILTRO DE COMBUSTIVEL AMBULANCIA FIAT DOBLO 2008	UNID	6	72,00	432,00
2	FILTRO DE OLEO DE MOTOR AMBULANCIA FIAT DOBLO 2008	LT	6	89,50	537,00
3	FILTRO DE COMBUSTIVEL FIAT UNO 2013	UNID	6	22,50	135,00
4	FILTRO DE OLEO DO MOTOR FIAT UNO 2013	UNID	6	26,00	156,00
5	FILTRO DE COMBUSTIVEL 15W40 SEMI SINTETICO AMBULANCIA RENO KANGOO 2010	UNID	6	84,00	504,00
6	FILTRO DE OLEO DO MOTOR AMBULANCIA RENO KANGOO 2010	UNID	6	122,00	732,00
7	FILTRO COMBUSTIVEL DA AMBULANCIA MERCEDES SPLINTER ANO 2016	UNID	6	81,00	486,00
8	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DA AMBULANCIA MERCEDES SPLINTER ANO 2016	UNID	36	87,50	3.150,00
9	FILTRO DO AR DA AMBULANCIA MERCEDES SPLINTER ANO 2016	UNID	6	59,00	354,00
10	FILTRO DO COMBUSTIVEL DA CAMINHONETE MITSIBISHI L200 ANO 2010	UNID	6	82,00	492,00
11	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DA CAMINHONETE MITSIBISHI L200 ANO 2010	UNID	36	90,00	3.240,00
12	FILTRO DE COMBUSTIVEL DO TOYOTA ETIOS SEDAN ANO 2017	UNID	6	82,50	495,00
13	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DO TOYOTA ETIOS SEDAN ANO 2017	UNID	36	89,00	3.204,00
14	FILTRO DO AR DO TOYOTA ETIOS SEDAN ANO 2017	UNID	6	64,50	387,00
15	FILTRO DO AR DO FORD KA HATCH ANO 2016	UNID	6	67,00	402,00
16	FILTRO DE COMBUSTIVEL DO FORD KA HATCH ANO 2016	UNID	6	86,00	516,00
17	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DO FORD KA HATCH ANO 2016	UNID	36	88,50	3.186,00
18	FILTRO DO COMBUSTIVEL DA VAN FORD TRANSIT ANO 2013	UNID	6	80,50	483,00
19	FILTRO DE OLEO DE MOTOR DA VAN FORD TRANSIT ANO 2013	UNID	36	89,50	3.222,00
20	FILTRO DO AR DA VAN FORD TRANSIT ANO 2013	UNID	6	64,50	387,00
21	FILTRO DE COMBUSTIVEL WK 950/14 MICRO ONIBUS WOLKS BUS 8-120	UNID	6	49,50	297,00
22	FILTROS DE COMBUSTIVEL WK 1124 MICRO ONIBUS WOLKS BUS 8-120	UNID	6	62,00	372,00
23	FILTRO DE AR MICRO ONIBUS WOLKS BUS 8-120	UNID	4	62,00	248,00
24	FILTRO DE OLEO DO MOTOR MICRO ONIBUS WOLKS BUS 8-120	UNID	8	43,50	348,00
25	PARES DE FILTROS COMBUSTIVEIS BOCHINHO ONIBUS MB 1313	UNID	20	20,00	400,00
26	FILTRO DE AR ONIBUS MB 1313	UNID	4	48,50	194,00
27	FILTRO OLEO MOTOR MB MANN H 932/4 MICRO ONIBUS MB LO 812	UNID	6	36,50	219,00
28	FILTRO COMBUSTIVEL N° 0986450729 DB 0729 WOLKS BUS 15.190	UNID	8	40,00	320,00
29	FILTRO DO OLEO MOTOR PSL 982 WOLKS BUS 15.90	UNID	6	27,50	165,00
30	FILTRO DO AR INTERNO WOLKS BUS 15.90	UNID	6	39,00	234,00
31	FILTRO DO AR EXTERNO WOLKS BUS 15.90	UNID	6	58,00	348,00
32	FILTRO LUBRIFICANTE MOTOR MWM MICROS ONIBUS AGRALE 1.800	UNID	3	35,00	105,00
33	FILTRO DO AR MICRO ONIBUS AGRALE 1.800	UNID	3	47,00	141,00
34	FILTRO DO COMBUSTIVEL M. ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C 17	UNID	3	67,00	201,00
35	FILTRO DO OLEO DO MOTOR M. ONIBUS IVECO CITY CLASS 70 C 17	UNID	3	60,00	180,00
36	GRAXA ESPECIAL BALDE 20 LT	UNID	200	275,00	55.000,00
37	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 BALDE 20T	UNID	58	187,00	10.846,00
38	OLEO HIDRAULICO TIPO A BALDE 20T	UNID	20	178,00	3.560,00
39	OLEO LUBRIFICANTE 15W50 SINTETICO VAN RENAULT	LT	300	30,00	9.000,00
40	FILTRO DE AR PC Nº75248729 MOTONIVELADORA RG 140B NEW HOLLAND	UNID	3	245,00	735,00
41	FILTRO DE AR PC Nº75248730 MOTONIVELADORA RG 140B	UNID	3	68,00	204,00
42	FILTRO DE OLEO Nº75312746 MOTONIVELADORA RH 140B	UNID	6	223,00	1.338,00
43	FILTRO COMBUSTIVEL Nº75312983 MOTONIVELADORA RG 140B NEW HOLLAND	UNID	6	96,00	576,00
44	FILTRO SEPARADOR AGUA Nº75327640 MOTONIVELADORA RG 140B NEW HOLLAND	UNID	3	94,50	283,50
45	FILTRO TRANSMISSÃO Nº87519452 MOTONIVELADORA NEW HOLLAND	UNID	3	177,00	531,00
46	FILTRO OLEO HIDRAULICO Nº73125853 MOTONIVELADORA RG 140B NEW HOLLAND	UNID	3	134,00	402,00
47	FILTRO COMBUSTIVEL Nº87626518 MOTONIVELADORA RG 140 B NEW HOLLAND	UNID	10	238,50	2.385,00
48	FILTRO AR CONDICIONADO Nº75326979 MOTONIVELADORA RG 140B NEW HOLLAND	UNID	2	93,70	187,40
49	FILTRO DE AR INTERNO Nº87564846 ESCAVADEIRA 215B NEW HOLLAND	UNID	2	169,50	339,00
50	FILTRO DE AR EXTERNO Nº87564844 ESCAVADEIRA 215 B NEW HOLLAND	UNID	2	183,70	367,40
51	FILTRO DE COMBUSTIVEL Nº87529500 ESCAVADEIRA 215B NEW HOLLAND	UNID	4	138,90	555,60
52	FILTRO Nº72214502 ESCAVADEIRA 215B NEW HOLLAND	UNID	2	175,00	350,00
53	FILTRO DA AGUA CAMINHÃO VW WORKER 24220	UNID	8	98,00	784,00
54	FILTRO OLEO DO MOTOR 2622 CAMINHÃO VW WORKER 24220	UNID	10	99,00	990,00
55	FILTRO DE DIESEL WK 723 CAMINHÃO VW WORKER 24220	UNID	12	48,00	576,00
56	FILTRO DE AR INTERNO CAMINHAO VW WORKER 24.220	UNID	4	53,00	212,00
57	FILTRO DE OLEO DO MOTOR 6 CILINDRO MWM CAMINHAO FORD F 14.000	UNID	4	36,83	147,32
58	FILTROS HIDRAULICOS MWM CAMINHAO FORD F 14.000	UNID	2	66,50	133,00
59	FILTROS DO AR EXTERNO MWM CAMINHAO FORD F 14.000	UNID	3	50,00	150,00
60	FILTROS LUBRIFICANTES MOTOR 6 CILINDRO CUMINS TURBO CAMINHAO FORD F 4.000	UNID	3	30,00	90,00
61	FILTRO COMBUSTIVEL MOTOR 6 CILINDRO CUMINS TURBO CAMINHAO	UNID	3	56,40	169,20
62	FILTROS DO AR INTERNOS MOTOR 6 CILINDRO CUMINS TURBO CAMINHAO FORD F 4.000	UNID	3	29,00	87,00
63	FILTROS HIDRAULICOS N° BT 8320 PA CARREGADEIRA CAT. 924 G MOTOR CUMINS TURBO	UNID	4	168,00	672,00

64	FILTROS DA TRANSMISSAO N°11036607-7 PA CARREGADEIRA CAT 924 G MOTOR CUMINS TURBO	UNID	4	88,00	352,00
65	FILTROS DO COMBUSTIVEL N° TECFIL PC 2/255 PA CARREGADEIRA CAT 924 G MOTOR CUMINS TURBO	UNID	8	84,00	672,00
66	FILTROS DO AR CORSA 1.6 GM	UNID	6	139,00	834,00
67	FILTROS DO COMBUSTIVEL CORSA 1.6 GM	UNID	6	132,00	792,00
68	FILTROS DO OLEO DO MOTOR CORSA 1.6 GM	UNID	8	29,10	232,80
69	FILTROS DO COMBUSTIVEL CAMINHAO FORD CARGO 1422 MOTOR CUMINS TURBO	UNID	6	12,50	75,00
70	FILTROS DO AR INTERNO CAMINHAO FORD CARGO 1422 MOTOR CUMINS TURBO	UNID	3	39,00	117,00
71	FILTROS HIDRAULICOS RETROESCAVADEIRA 580N CASE	UNID	10	131,00	1.310,00
72	FILTRO PURIFICADOR DO AR INTERNO RETROESCAVADEIRA 580N CASE	UNID	10	141,00	1.410,00
73	FILTRO DE AR UNO 1.0	UNID	4	34,00	136,00
74	GRAXA TAMBOR 200LT	UNID	2	2.220,00	4.440,00
75	OLEO 15W50 SEMI SINTETICO	UNID	100	35,00	3.500,00
76	FILTRO COMBUSTIVEL DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	246,00	1.230,00
77	FILTRO DO AR CONDICIONADO DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	240,00	1.200,00
78	FILTRO DE AR DO MOTOR (EXTERNO) DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	243,00	1.215,00
79	FILTRO DE AR DO MOTOR (INTERNO) DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	240,00	1.200,00
80	FILTRO SEPARADOR DA PATROLA CATERPILLAR 120K	UNID	5	228,50	1.142,50
81	FILTRO SEPARADOR DE COMBUSTIVEL DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	238,00	1.190,00
82	FILTRO OLEO DO MOTOR DA PA CARREGADEIRA KOMATSU WA 200	UNID	5	230,00	1.150,00
83	FILTRO SEPARADOR COMBUSTIVEL DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	193,00	965,00
84	FILTRO DO COMBUSTIVEL DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	90,00	450,00
85	FILTRO DO AR DO MOTOR (INTERNO) DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	160,00	800,00
86	FILTRO DO AR DO MOTOR (EXTERNO) DO CAMINHÃO MERCEDES BENS 2729 ATRON	UNID	5	165,00	825,00
87	FILTRO DO COMBUSTIVEL TRATOR CASE 140 ANO 2015	UNID	5	99,50	497,50
88	FILTRO DO OLEO DO MOTOR DO TRATOR CASE 140 ANO 2015	UNID	5	187,00	935,00
89	FILTRO DE AR CONDICIONADO DO TRATOR CASE 140 ANO 2015	UNID	5	246,50	1.232,50
90	FILTRO DO SISTEMA HIDRAULICO DO TRATOR CASE 140 ANO 2015	UNID	5	246,50	1.232,50
91	FILTRO COMBUSTIVEL CAMINHONETE S10	UNID	8	16,20	129,60
92	FILTRO LUBRIFICANTE CAMINHONETE S10	UNID	8	100,00	800,00
93	FILTRO COMBUSTIVEL UNO MILLE FIRE 2013	LT	10	25,30	253,00
94	FILTRO LUBRIFICANTE UNO MILLE FIRE 2013	LT	10	107,50	1.075,00
95	FILTRO COMBUSTIVEL UNO ECONOMI 2001	LT	10	25,10	251,00
96	FILTRO LUBRIFICANTE UNO ECONOMI 2001	LT	10	106,00	1.060,00
97	FILTRO COMBUSTIVEL UNO MILLE FIRE 2002/2003	LT	5	15,20	76,00
98	FILTRO LUBRIFICANTE UNO MILLE FIRE 2002/2003	LT	5	106,00	530,00
	TOTAL GERAL			**12.197,43**	**150.252,82**

CLÁUSULA PRIMEIRA: OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1. Registro de preços para futura e eventual aquisição de óleos lubrificantes e graxa para manutenção de veículos e maquinários da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste-MT, conforme descrição e valores constantes na Cláusula Quarta deste Instrumento;

1.2. As especificações detalhadas e demais condições estão contidas no Termo de Referência anexa ao edital do Pregão Presencial nº 006/2017, parte integrante desta ARP.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 006/2017, com fundamento nas Leis nº 10.520/02 nº 8.666/93 e alterações posteriores e Decreto Estadual nº 7.217/2006, no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, disposta no processo nº 1106/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa detentora do registro deverá realizar a entrega dos produtos e serviços para atender as necessidades das Secretarias Municipais, conforme especificado no Termo de Referência;

3.2. O objeto deste instrumento deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 006/2017 e seus anexos.

CLÁUSULA QUARTA: DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

4.1. Descrição, Quantidade, Marca e Preços Praticados:

CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

5.1. Acatar as decisões e observações feitas pela fiscalização da Secretaria, por escrito, em duas vias e entregues mediante recibo;

5.2. Executar os serviços do objeto deste certame nos termos estabelecidos no Edital de Licitação e seus anexos, especialmente os previstos no **Termo de Referência**;

5.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município. No caso de subcontratação autorizada pelo Contratante, a Contratada continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

5.4. Aceitar nas mesmas condições **contratuais**, os acréscimos a critério da Administração, referentes à execução do serviço, nos termos da Lei vigente;

5.5. A empresa contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda execução dos serviços;

5.6. Assegurar que os produtos fornecidos sejam de primeira qualidade, atendam às Normas do Código de Defesa do Consumidor, estejam de acordo com a recomendação do fabricante/distribuidor e dentro dos padrões exigidos pelo Departamento Nacional do Petróleo e Agência Nacional de Petróleo;

5.7. Arcar com os custos de transporte, carga, descarga, embalagem, seguro e quaisquer custos referentes à entrega do produto;

5.8. Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, reposição ou troca do produto que não atenda ao especificado;

5.9. Entregar os produtos durante o expediente normal, nos dias úteis e se for necessário sábados, domingos e feriados;

5.9. Arcar com todos os ônus necessários à completa execução do objeto.

5.10. Cumprir os prazos de entrega, sob pena de aplicação de sanções administrativas.

CLÁUSULA SEXTA: DAS OBRIGAÇÕES DO GERENCIADOR

6.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto adjudicado dentro das especificações;

6.2. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

6.3. Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

6.4. Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

6.5. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações deste Edital;

CLÁUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

7.2. A Ata de Registro terá sua vigência por **12 (doze)** meses, contados a partir da data de sua assinatura;

7.3. O prazo para assinatura da ata de registro será de 05 (cinco) dias, contados da convocação formal da adjudicatária;

7.4. A ARP deverá ser assinada pelo representante legal da adjudicatária, mediante apresentação do contrato social ou documento que comprove os poderes para tal investidura e cédula de identidade do representante, caso esses documentos não constem dos autos do processo licitatório, e uma vez atendidas as exigências do subitem anterior;

7.5. A critério da administração, o prazo para assinatura da ARP poderá ser prorrogado, desde que ocorra motivo justificado, mediante solicitação formal da adjudicatária e aceito pela Secretaria;

7.6. Constituem motivos para o cancelamento da ARP as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, bem como as previstas no item 25 do Edital do Pregão Presencial n. 006/2017;

7.7. A critério deste Município, a ARP poderá ser substituída por outros instrumentos hábeis, tais como ordem de fornecimento, nota de empenho, autorização de compra, dentre outros, nos termos do artigo 62 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA: DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro ficará a cargo de cada Secretaria participante.

CLÁUSULA NONA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1. Executados os serviços, a licitante vencedora deverá apresentar, a(s) nota(s) fiscal (is)/fatura(s), emitida(s) para fins de liquidação e pagamento, acompanhada(s) dos seguintes documentos:

9.1.1. Ofício solicitando o pagamento;

9.1.2. Certidão Negativa de Débitos – CND, referente às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

9.1.3. Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF;

9.1.4. Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal e Estadual, do domicílio sede da licitante vencedora;

9.2. O pagamento será efetuado pela Prefeitura no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contado da data de protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no subitem 9.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da licitante vencedora;

9.3. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

9.3.1. Atestação pela Coordenadoria de Materiais e Patrimônio da Prefeitura, com relação ao cumprimento do objeto desta licitação, das notas fiscais emitidas pela licitante vencedora;

9.3.2. Os pagamentos realizados serão com base na quantidade efetivamente entregues;

9.4. A contratada deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, a descrição completa dos serviços prestados a este Município, além do número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento;

9.4.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a contratada, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas;

9.4.2. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues;

9.5. O Município não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

9.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores serão de responsabilidade do Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE DE PREÇOS

10.1. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência deste Instrumento;

10.1.1. Os preços praticados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta Ata de Registro de Preço, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado;

10.1.2. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei nº 8.666/93, serão concedidos após decorrido 12 (doze) meses da vigência da Ata de Registro de Preço, por provocação do contratado, que deverá comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pelo Município;

10.2. Os preços praticados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época da contratação;

10.3. Caso o preço praticado seja superior à média dos preços de mercado, o GERENCIADOR solicitará a DETENTORA, mediante correspondência, redução do preço praticado, de forma a adequá-lo ao preço usual no mercado;

10.4. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. O registro do fornecedor será cancelado quando:

11.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços;

11.1.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

11.1.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou;

11.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002;

11.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do caput será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.3. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

11.3.1. Por razão de interesse público; ou;

11.3.2. A pedido do fornecedor.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. A execução do fornecimento dos produtos fora das normas pactuadas neste instrumento sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), sobre o valor adjudicado, conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8.666/93;

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Santo Antônio do Leste e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 12.2.2;

12.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial do fornecimento acordado, a Administração poderá aplicar à contratada, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93:

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.2. Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total da Ordem de Fornecimento;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Santo Antônio do Leste, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei nº 10.520/2002;

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Santo Antônio do Leste, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com este Município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda Municipal;

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão publicadas no Diário Oficial do Município e do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 25 do edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas oriundas da presente aquisição correrão por conta de recursos próprios específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste nas dotações orçamentárias relacionadas abaixo:

Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Gabinete da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento

02.03.01.04.122.5004.2012.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Saúde

Gabinete da Secretaria Municipal de Saúde

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.05.01.10.122.5006.2032.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Saúde

Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

02.05.02.10.301.5006.2033.33.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Educação

Gabinete da Secretaria Municipal de Educação

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.06.01.112.122.5007.2036.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Assistência Social

Gabinete da Secretaria Municipal de Assistência Social

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.07.01.08.244.5009.2056.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fundo Municipal de Assistência Social

Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

02.07.02.08.244.5009.2057.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Gabinete da Secretaria Municipal de Viação Obras e Serviços Públicos

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.09.01.15.452.5011.2062.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Secretaria Municipal de Agricultura

Gabinete da Secretaria Municipal de Agricultura

Manutenção das Atividades da Secretaria

02.10.01.20.601.5012.2068.3.3.90.30.00 – Material de Consumo

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo OU apostilamento a presente Ata de Registro de Preço;

II. A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei 8.666/93 e legislação complementar;

III. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de Pregão Presencial nº 006/2017, seus anexos e a proposta da contratada;

IV. É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Santo Antônio do Leste providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro de Primavera do Leste - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente Ata de Registro de Preço, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Santo Antônio do Leste - MT, 19 de Abril de 2017.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

POSTO ROMÃ LTDA

13.955.456/0014-57

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

AVISO RESULTADO PREGÃO 17/2017

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 023/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017

MODALIDADE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 017/2017. **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL "CONTRATAÇÃODEEMPRESAPARA" O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTOS E MAQUINÁRIOS QUE FAZEM PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**. Visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de São Félix do Araguaia/MT e demais órgãos participantes, Portanto Sagrou-se vencedora do certame a Empresa: GYN AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ 14.286.8856/0001-80, com valor de R$ 319.735,00(Trezentos e dezenove mil e setecentos e trinta e cinco reais); Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-2117.

São Félix do Araguaia - MT, 09 de maio de 2017.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial 017/2017, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL "CONTRATAÇÃODEEMPRESAPARA" O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTOS E MAQUINÁRIOS QUE FAZEM PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**", conforme necessidade da Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 10 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°014/2017

Processo nº 023/2017 cujo objeto "**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL "CONTRATAÇÃODEEMPRESAPARA" O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTOS E MAQUINÁRIOS QUE FAZEM PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**" pelo período de 12 meses, Portanto Sagrou-se vencedora do certame a Empresa: GYN AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ 14.286.8856/0001-80; vencedor dos Itens: 01,02,03,04,05,06,07,08,09,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,23,24,25,26,27,28,29,30,31,32,33,34,35,36,37 E 38, Valor total licitado R$ 319.735,00(Trezentos e dezenove mil e setecentos e trinta e cinco reais); FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com os valores licitados ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura. São Félix do Araguaia – MT, 10 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 059/2017

PROCESSO Nº 023/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL "CONTRATAÇÃODEEMPRESAPARA" O FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS, CÂMARA DE AR E PROTETORES, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS, MOTOS E MAQUINÁRIOS QUE FAZEM PARTE DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA – MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I**"

CONTRATADO: Empresa GYN AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ 14.286.8856/0001-80, com valor de R$ 319.735,00(Trezentos e dezenove mil e setecentos e trinta e cinco reais); "Prazo: 12 meses".

Período: 10/05/2017 a 10/05/2018.

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2017

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

Pregão Presencial nº. 011/2017

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2017

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra - se aberta à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, Objetivando Contratação de Empresas para futura e eventual aquisição de forma parcelada de materiais de expediente, esportivo, informática, brinquedos, material pedagógico, consumo e outros, para atender a demanda da Administração Pública Municipal de São Félix do Araguaia - MT, conforme especificações e quantidades descritas no Termo de Referência - Anexo I. Os envelopes contendo as Propostas e Documentações deverão ser entregues até as **10h00min do dia 25 de maio de 2017(quinta - feira),** na Avenida Araguaia nº. 248 no Paço Municipal. **A sessão terá início às 10h00min, (horário de Brasília**), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do e-mail: licitacão_sfa.09.12@hotmail.com das 13h00min às 17h30min, na Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT. Maiores contato: tel. (66) 3522- 2117.

São Felix do Araguaia – MT, 10 de maio de 2017.

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira Oficial

Port. 036/2017

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL

PRIMEIRO ADITAMENTO CONTRATUAL

Primeiro aditamento contratual que celebram a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia / MT e a empresa STAF SISTEMAS LTDA-EPP, conforme cláusulas e condições que seguem.

Pelo presente instrumento particular de contrato de prestação de serviços, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT**, com sede à Av. Araguaia nº. 248 - Centro, São Félix do Araguaia - MT - Inscrito no CNPJ sob Nº 03.918.869/0001-08, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, neste ato denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado a **empresa STAF SISTEMAS LTDA EPP inscrito no CNPJ nº 07.941.056/0001-90,** com sede na Av. Antônio Joaquim de Moura Andrade, nº 1042, Centro, Nova Andradina – MS, representada neste ato pelo Sr. RODRIGO TELES DE SOUZA, brasileiro, solteiro, empresário, portador do CPF nº 786.255.721-20 e do RG nº 25.198.266-XSSP/SP, residente e domiciliado na Rua Nelson Figueiredo Junior nº 891, Bairro Antônio Vendas em Campo Grande - MS, doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo resolvem **aditar o contrato original**, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

1 CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

1.1 O prazo de vigência do **Contrato nº 040/2016**, com vencimento em **12/05/2017**, de comum acordo entre as partes fica prorrogado, mediante ao presente aditamento, a contar de **12/05/2017 até 12/05/2018.**

2 CLÁUSULA SEGUNDA– DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

2.1 As partes ajustam que não haverá alteração do valor contratual, uma vez que o nosso munícipio esta enfrentando momentos difíceis, muita divida deixada pela administração anterior: como folha de pagamentos e outros...

Considerando ainda que a receita esta em baixa.

2.2 O valor global do presente contrato é de **R$ 250.800,00 (duzentos e cinquenta mil e oitocentos reais),** a serem pagos em **12 (doze) parcelas** de **R$ 20.900,00 (vinte mil e novecentos reais).**

3 CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 As despesas oriundas deste aditamento contratual serão empenhadas na seguinte dotação do exercício de 2017:

Órgão 03- SECRETARIA MUN DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Unidade: 01- Gabinete Secretário

Projeto Atividade: 2028 Man e Encargos com a Secretaria

Elemento Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços e Encargos – Pessoa Jurídica

4 CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

4.1 Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo de aditamento em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas que a tudo assistiram.

São Félix do Araguaia - MT, 09 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

CONTRATANTE

STAF SISTEMAS LTDA EPP

CONTRATADA

RODRIGO TELES DE SOUZA

Representante

CPF 786.255.721-20

Testemunhas:

Nome: _____

CPF:

Nome: _____

CPF:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATOS N.º 14/2017

PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 017/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATOS N.º 14/2017

PREGÃO Nº 017/2017

PROCESSO Nº 023/2017

VALIDADE: 12 (doze) MESES

PARTICIPAÇÃO: _____.

HABILITAÇÃO E CREDENCIAMENTO: Foram credenciadas e habilitadas as seguintes empresa:GYN AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ 14.286.8856/0001-80.

Aos ao novedias do mês de maio, do ano de 2017, às 10:h00min, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia/MT, através da pregoeira Meudra Pereira dos Santos e respectiva equipe de apoio, designada pela Portaria nº **036/2017**, a fim de receberem interessados no processo de Pregão Presencial para Registro de Preços n.º 017/2017**,** objetivando a seleção**,** para**a AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES destinados à manutenção da frota de veículos do Pátio Rodoviário Municipal, pelo critério menor preço por item.**

Efetuado o pregão presencial constatou-se o vencedor para o qual se registra conforme discriminado abaixo:

Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de um lado o **MUNICÍPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 03.918.869/0001-08, com sede à Avenida Araguaia nº248, centro, nesta cidade de São Félix do Araguaia/MT, neste ato representada pela Prefeita Municipal,, JANAILZA TAVEIRA LEITE, brasileira, casada, Advogada, residente e domiciliado na cidade de São Félix do Araguaia – MT, portadora da Cédula de Identidade nº. 53.204.353-4 SSP/SP e inscrita no CPF sob o nº. 049.351.084-28, residente e domiciliado nesta cidade de São Félix do Araguaia/MT e, de outro lado, a empresa: GYN AUTOMOTIVA LTDA - ME, CNPJ 14.286.8856/0001-80, com sede a Rua Damiana da Cunha nº 150 Qd 7-A LT 01, Bairro Rodoviário Goiania – Go Cep 74.430-160 Tel (62) 3093-2048 Cel (62) 9904-3750, email: gynautomotiva@cultura.com.br

Representado neste ato pelo Sr. RAIMUNDO RAIRTON PAULO DE ASSUNÇÃO, portador da CI nº 3279947 SSP/GO, tendo como sócio o Sr. FABIO ANTONIO DA SILVA PORTADO DO rg Nº 3918880 DGPC –GO;

EMPRESA

(RELAÇÃO DOS ITENS VENCIDOS)

Participante:	**126252**	**-**	**GYN AUTOMOTIVA LTDA ME**					
Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total	
1	CÂMARA DE AR 900X20 CAMINHÃO PAC 02	UN	25,00	MAGGION	65,00	1.625,00		
2	CAMARA 1000X20	UN	30,00	MAGGION	75,00	2.250,00		
3	CÂMARA DE AR 14.00X24 MOTO NIVELADORA	UN	6,00	MAGGION	158,50	951,00		
4	CÂMARA DE AR 18.4 X 30 TRATOR MASSEY FERGSON 283	UN	2,00	FORCETUBE	188,00	376,00		
5	CÂMARA DE AR 750X 16 MICRO ONIBUS AGRALE E CARRETA DE TRATOR	UN	16,00	PIRELLI	47,00	752,00		
6	PNEU 225/65/16	UN	10,00	GOODYEAR	692,00	6.920,00		
7	PNEU 225/75 R15	UN	36,00	BRIDGESTONE	500,00	18.000,00		
9	PNEU 265/65 R 17	UN	8,00	BRIDGESTONE	662,00	5.296,00		
10	PNEU 265/70 R16	UN	8,00	FIRESTONE	590,00	4.720,00		
11	PNEU 90/90 R 21	UN	8,00	PIRELLI	160,00	1.280,00		
12	PNEU100/90 R 18	UN	6,00	PIRELLI	162,00	972,00		
13	PNEUS 1000 X 20 RADIAL CAMINHÃO PAC 02	UN	16,00	BRIDGESTONE	1.270,00	20.320,00		
14	PNEUS 12.4-24 COM CÂMARA TRATOR NEW HLLAND T4030	UN	2,00	FIRESTONE	1.025,00	2.050,00		
15	PNEUS 12X16.5 RETRO ESCAVADEIRA	UN	4,00	PIRELLI	1.000,00	4.000,00		
16	PNEUS 14.00X24 MOTO NIVELADORA 120 K FIAT ALLIS 170	UN	12,00	FIRESTONE	2.620,00	31.440,00		
17	PNEUS 14.9 -20 COM CÂMARA TRATOR CASE 130A	UN	2,00	PIRELLI	1.940,00	3.880,00		
18	PNEUS 14.9-20 COM CÂMARA P/ TRATOR NEW HOLLAND 7630	UN	4,00	PIRELLI	1.940,00	7.760,00		
19	PNEUS 17.5 X25 PA CARREGADEIRA W 200 E W 180	UN	4,00	FIRESTONE	3.045,00	12.180,00		
20	PNEUS 18.4 -30 COM CÂMARA TRATOR NEW HOLLAND T40030	UN	2,00	FIRESTONE	2.388,00	4.776,00		
21	PNEUS 18.4 -38 COM CÂMARA TRATOR CASE 130A	UN	2,00	PIRELLI	3.900,00	7.800,00		
22	PNEUS 18.4 X30 TRATOR MASSEY FERGUSON 283	UN	2,00	PIRELLI	2.388,00	4.776,00		
23	PNEUS 185 X 65 X 15	UN	9,00	BRIDGESTONE	278,00	2.502,00		
24	PNEUS 185/70 R 14	UN	10,00	BRIDGESTONE	243,00	2.430,00		
25	PNEUS 19.5X24 P/RETRO ESCAVADEIRA	UN	4,00	BRIDGESTONE	2.446,00	9.784,00		
26	PNEUS 215 X 75 X 17.5	UN	35,00	FIRESTONE	749,00	26.215,00		
27	PNEUS 23.1 - 30 COM CÂMARA TRATOR NEW HOLLAND 7630	UN	4,00	FIRESTONE	3.900,00	15.600,00		
28	PNEUS 235 70X20 HILUX E L200	UN	8,00	FIRESTONE	440,00	3.520,00		
29	PNEUS 245/70 R16	UN	20,00	FIRESTONE	585,00	11.700,00		
30	PNEUS 275 X 80 X 25.5	UN	28,00	FIRESTONE	1.430,00	40.040,00		
31	PNEUS 275.80X22.5 CAMINHÃO 1620 /1318/16 E 180	UN	30,00	FIRESTONE	1.440,00	43.200,00		
32	PNEUS 6-50-16 COM CÂMARA GRADE ARADORA	UN	6,00	MAGGION	410,00	2.460,00		
33	PNEUS 7-50-16 COM CÂMARA ESPALHADEIRA DE CALCARIO	UN	2,00	PIRELLI	550,00	1.100,00		
34	PNEUS 750X16 MICRO ONIBUS,AGRALE E CARRETA DE TRATOR	UN	16,00	PIRELLI	530,00	8.480,00		
35	PNEUS 900X20	UN	7,00	FIRESTONE	920,00	6.440,00		
36	PROTETOR 1.400X24	UN	20,00	IRBO	53,00	1.060,00		
37	PROTETOR 100X20	UN	20,00	IRBO	24,50	490,00		
38	PROTETOR 900X20	UN	20,00	IRBO	24,50	490,00		
39	PNEU REF: 235/85 ARO 16	UN	4,00	HANKOK	525,00	2.100,00		
				Total do Participante --------->		319.735,00		
				**Total Geral ----------> **		319.735,00		

A empresa vencedora, doravante denominada CONTRATADA resolvem registrar os preços, com integral observância da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores e Decreto nº 019/2013, mediante cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. O objeto desta ATA é o REGISTRO DE PREÇOS para**AQUISIÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS DE AR E PROTETORES destinados à manutenção da frota de veículos do Pátio Rodoviário Municipal, de conformidade com as especificações previstas no Anexo I e propostas apresentada na licitação Pregão Presencial para registro de preços nº 017/2017 e Processo Administrativo nº 023/2017, que integram este instrumento.**

CLÁUSULA SEGUNDA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2. A presente Ata de Registro de Preços terá validade por **12 (doze) meses**, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, se houver interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA SOLICITAÇÃO DOS PRODUTOS

3. Os objetos descritos neste Edital e seus Anexos serão solicitados de ACORDO COM AS NECESSIDADES do Município de São Félix do Araguaia/MT e condições estipuladas no Edital, mediante emissão de **Autorização de Fornecimento** expedida pela Divisão de Compras, durante a vigência da respectiva Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – PRAZO PARA RETIRADA DO TERMO CONTRATUAL

4. – A CONTRATADA deverá retirar a Autorização de Fornecimento no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados da notificação enviada pela Divisão de compras do Departamento de Administração, no endereço constante no preâmbulo deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 – O objeto da presente licitação será recebido:

5.1.1) **provisoriamente,** para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação e, sendo atestada sua qualidade e conformidade aos termos do Edital, o objeto será recebido em caráter definitivo;

5.1.2) **definitivamente,** após a verificação da qualidade e quantidade dos mesmos;

5.1.3) serão rejeitados no recebimento, os objetos fornecidos com especificações diferentes das constantes no **ANEXO I** apresentado na proposta, devendo a sua substituição ocorrer na forma e prazos definidos no item 5.2 abaixo.

5.2 – Caso o(s) objeto(s) sejam considerados **INSATISFATÓRIOS**, será lavrado **termo de recusa**, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, no prazo máximo abaixo fixado:

5.2.1) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.2) na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

5.2.3) se disser respeito à diferença das características do objeto, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

5.2.4) na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PREÇOS

6.1 – Os preços ajustados para a execução do objeto deste Pregão são os constantes da Ata de Registro de Preços e serão fixos e irreajustáveis.

6.2 – O preço deverá ser fixo, equivalente ao de mercado na data da apresentação da proposta, para pagamento na forma prevista no Edital.

6.3 – Deverão estar incluídas no preço, todas as despesas necessárias à entrega do objeto desta licitação, sem quaisquer ônus para a Administração, tais como frete, tributos e demais despesas pertinentes.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS REAJUSTES

7.1 – Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado. Os preços registrados serão controlados pela Prefeitura, podendo sofrer oscilação de acordo com as variações de mercado e determinação do Governo Federal e, os preços registrados que estiverem sujeitos ao controle oficial, poderão ser atualizados os valores nos termos e prazos fixados pelo órgão controlador.

7.2 – Ocorrendo a variação de preços, na hipótese acima citada, o beneficiário do registro poderá solicitar a atualização dos preços, através de pedido formal endereçado ao Município de São Félix do Araguaia - MT, instruído com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: lista de preços dos fabricantes, com Notas Fiscais de compra imediatamente anteriores e posteriores à variação alegada à aquisição dos produtos, matérias-primas, componentes ou de outros documentos.

7.3 – Mesmo comprovada a ocorrência da situação prevista na alínea “d” do inciso II do artigo 65 da Lei 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

7.4 – Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do registro e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, o fornecedor registrado será convocado pelo Município de São Félix do Araguaia/MT para a alteração, por aditamento, do preço da Ata de Registro de Preços, sendo que o novo preço fixado será válido a partir da publicação no Diário Oficial da AMM e Doe TCE-MT.

7.5 **- A COMPROMISSÁRIA** não poderá praticar preços realinhados sem a devida aprovação do pedido de que trata o item 7.2 pela Prefeitura, sob pena de serem aplicadas as sanções previstas em Lei e no Edital e/ou cancelamento do preço.

CLÁUSULA OITAVA – DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1 – Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador (Município de São Félix do Araguaia/MT), desde que devidamente comprovada à vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 019/2013, relativos à utilização do Sistema de Registro de Preços.

8.2 – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento aos órgãos ou entidades da Administração Pública que não participaram do certame, independentemente dos quantitativos registrados na Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA NONA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

9.1 - O pagamento à empresa a ser contratada será efetuado em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante apresentação de Nota Fiscal na quantidade solicitada pelo Departamento de Compras desta Municipalidade devidamente atestado pelo responsável pelo recebimento dos produtos e, prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Municipal, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais.

a) – O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizada desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente no que se refere às retenções tributárias.

b) - A CONTRATADA, optante pelo SIMPLES, deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal/fatura, declaração, (conforme modelo constante do ANEXO IX deste Edital). Caso não o faça, sofrerá retenção de imposto e contribuições, de acordo com a legislação vigente.

c) - A nota fiscal/fatura que contiver erro será devolvida à CONTRATADA para retificação e reapresentação, interrompendo-se a contagem do prazo fixado no subitem 9.1.

d) - Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela empresa a ser contratada, não serão geradores de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

e) - Fica expressamente vedada qualquer pretensão de pagamento antecipado.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES

10.1 – Da Contratada:

10.1.1) Comunicar a Divisão de Compras, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas a qualquer anormalidade que impeça o fornecimento dos produtos contratados.

10.1.2) Manter as mesmas condições de habilitação.

10.1.3) Indicar o responsável que a responderá perante a Administração por todos os atos e comunicações formais.

10.1.4) Arcar com o pagamento de todos os tributos e encargos que incidam sobre o produto fornecido, bem como pelo seu transporte, até o local determinado para a sua entrega.

10.1.5) Paralisar, por determinação da administração, qualquer fornecimento de produtos que estejam sob suspeita de contaminação, condenado por autoridade sanitária.

10.2– Do Contratante:

10.2.1) Prestar à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução da Ata de Registro de Preços.

10.2.2) Promover o apontamento no dia do recebimento dos produtos, bem como efetuar os pagamentos devidos, nos prazos determinados.

10.2.3) Elaborar e manter atualizada listagem de preços que contemple a relação de produtos para os fins previstos nesta Ata e na Autorização de Fornecimento.

10.2.4) Indicar o responsável pela fiscalização e acompanhamento da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO

11. Não obstante o fato de a vencedora ser única e exclusiva responsável pelo fornecimento, objeto desta Ata de Registro de Preços, a Administração, através de sua própria equipe ou de prepostos formalmente designados, sem restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercerá a mais ampla e completa fiscalização na sua execução, solicitando à **COMPROMISSÁRIA,** sempre que entender conveniente, informações do seu andamento, devendo esta prestar os esclarecimentos desejados. A ação ou omissão total ou parcial da fiscalização não eximirá a **COMPROMISSÁRIA** de total responsabilidade de executar o fornecimento estabelecido neste Termo. Fica designado para fiscalização dos contratos o responsável pelo departamento solicitante ou servidor por ele designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

12.1 – A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida nos seguintes casos:

12.1.1) Persistência de infrações após a aplicação das multas previstas na cláusula décima terceira.

12.1.2) Manifesta impossibilidade por parte da Contratada de cumprir as obrigações assumidas pela ocorrência de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovados.

12.1.3) Interesse público, devidamente motivado e justificado pela Administração.

12.1.4) Demais hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, bem como desta Ata.

12.1.5) Liquidação judicial ou extrajudicial ou falência da Contratada.

12.1.6) Responsabilização por prejuízos causados à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES

13.1 – A adjudicatária que se recusar, sem motivo justificado e aceito pela Administração, a assinar a Ata de Registro de Preços, dentro do prazo previsto no item 26.2 do Edital, caracterizando o descumprimento total da obrigação, ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado dos itens cujos preços foram registrados, além das demais sanções cabíveis e previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

13.2 – Sem prejuízo das sanções previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93 e artigo 5º, “caput” da Lei nº 10.520/02, a licitante vencedora do certame ficará sujeita, garantida a defesa prévia, **à multa diária** de 1% (um por cento) do valor de cada entrega, por dia corrido de atraso, por atraso injustificado na entrega dos produtos, até que seja efetivada a entrega total.

13.3 – Pela inexecução total ou parcial do contrato, por parte da **COMPROMISSÁRIA,** de quaisquer das obrigações decorrentes dos eventuais ajustes a serem firmados, a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93, além de multa de 10% (dez por cento) sobre o valor dos produtos não entregues. Caso a empresa pratique preços realinhados sem a devida aprovação da PREFEITURA ou não efetue a entrega dos objetos desta licitação durante o período de análise de eventual pedido de realinhamento, a mesma estará sujeita a aplicação de multa de 10% (dez por cento) do valor global do fornecimento e/ou cancelamento do preço registrado.

13.4 – O valor da multa poderá, a critério da **PREFEITURA,** ser cobrado de imediato ou será descontado no primeiro pagamento após a sua imposição, respondendo por ela os pagamentos futuros e pela diferença, se houver independentemente de qualquer notificação.

13.5 – As multas previstas não têm caráter compensatório, mas sim, **moratório.** Consequentemente, o pagamento delas não exime a Contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha a acarretar à Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14. As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste avençamento perante o Foro da Comarca de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 – O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma.

15.2 – A Administração não se obriga a utilizar a Ata de Registro de Preços se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estão superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições previstas na Ata de Registro de Preços. A Administração também não se responsabilizará pela entrega de material ou serviço, sem a respectiva nota de Empenho.

15.3 – A Administração, ao seu exclusivo critério, poderá, durante os últimos 30 (trinta) dias de vigência da Ata de Registro de Preços, determinar a gradativa redução ou aumento do fornecimento, até a elaboração de um novo contrato.

15.4 – Todos os prazos constantes em cada termo contratual **serão em dias úteis**, salvo disposição expressa em contrário e em sua contagem excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento.

15.5 – A despesa com a contratação correrá à conta da Dotação Orçamentária vigente na época da emissão da Autorização de Fornecimento pela Divisão de Compras.

15.6 – Fazem parte integrante desta Ata, independentemente de transcrição, as condições estabelecidas no Edital e as normas contidas na Lei nº 8. 666/93 e no Decreto nº 05/2013.

Estando justas e contratadas, firmam a presente Ata, perante as testemunhas abaixo indicadas, para todos os fins e efeitos de direito.

São Félix do Araguaia - MT, 10 de maio de 2017.

Janailza Taveira Leite
Prefeita Municipal
GERENCIADORA DA ATA
GYN AUTOMOTIVA LTDA - ME

Empresa
FORNECEDORA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°013/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°013/2017

PREGÃO PRESENCIAL N° 016/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

A presente licitação tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL**.**

Aos nove dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete **O MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA/MT,** situada na Av. Araguaia, inscrita no CNPJ: 03.918.869/0001-08 neste ato representado pela sua Prefeita Sra. **JANAILZA TAVEIRA LEITE**, brasileira, casada, Advogada, portador do RG nº 53.204.353-4 SSP/SP e CPF Nº 049.351.084/28, neste ato de ora em diante denominada GERENCIADORA e a empresas: ARIOVALDO LUIZ PERONDI EIRELI - ME inscrita no CNPF (MF) sob o nº 01.353.488/0001-01, com sede na Avenida Centro Oeste – 63 A, Sala A Centro Cep 78.652-000,Confresa – MT, tel.(66) 3564-1143 , representada neste ato pelo seu Representante Legal, Sr ARIOVALDO LUIZ PERONDI, portador da Carteira de Identidade n.º 700856 SSP/MT, CPF/MF n.º 535.545.741-04, Empresa: EDIVALDO NUNES DE SIRQUEIRA – ME CNPJ 02.556.926/0001-93, com sede a Av. Severiano Neves nº 354, Centro São Félix do Araguaia – MT CEP 78.670-000, Tel.: (66) 3522-1303, representado neste ato pelo seu Representante Legal Sr. EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA portador do RG nº 66053 SSP/ MT e inscrito no CPF sob o nº 112.233.161-49, Empresa: VALMIR DAL DEGRAN - ME CNPJ 13.145.343/0001-96, com sede a Rua Luiz Gonzaga de Sousa nº 221, Centro São Félix do Araguaia – MT CEP 78.670-000, Tel: (66) 3522-1010, representado neste ato pelo seu Representante Legal Sr VALMIR DAL DEGRAN portador do RG nº 402334 SSP/ MS e inscrito no CPF sob o nº 500.552.591-20 doravante denominados FORNECEDORES, **ACORDAM** proceder, nos termos do Edital de Pregão nº 016/2017, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002, Decreto n.º 7.892/2013 e da Lei 8.666/93 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Este instrumento não obriga ao ÓRGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Quadro dos materiais fornecidos nesta ata.

1.1.1. Quadro conforme os itens vencedores por este fornecedor.

Participante:	6005	-	EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
1	CARTUCHO DE TINTA HP OFFICEJET X476DW 970XL CN625AM PRETO	UN	8,00	CARTRIDGE	362,00	2.896,00
6	CILINDRO IMPRESSORA LEXMARK E260DN E260A11B	UN	8,00	CARTRIDGE	154,00	1.232,00
7	CILINDRO IMPRESSORA LEXMARK X264DN X264H11G	UN	42,00	CARTRIDGE	153,00	6.426,00
14	TONER COMPATIVEL HP M 426	UN	6,00	CARTRIDGE	432,00	2.592,00
15	TONER COMPATIVEL HP M402 DN	UN	6,00	CARTRIDGE	349,00	2.094,00
19	TONER HP LASERJET M401 CF280X	UN	36,00	CARTRIDGE	69,50	2.502,00
23	TONER HP LASERJET MFP M426DN 9K (9 MIL COPIAS) CF226 (CREAS)	UN	50,00	CARTRIDGE	295,00	14.750,00
28	TONER LEXMARK MX310DN 60FBH00 (604H) (JUNTA MILITAR)	UN	60,00	CARTRIDGE	220,00	13.200,00
29	TONER LEXMARK X264DN X264H11G (SECRETARIA)	UN	316,00	CARTRIDGE	109,00	34.444,00
				Total do Participante ---------->		80.136,00

Participante:	11540	-	VALMIR DAL DEGRAN - ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
12	TONER BROTHER MFC-8512DN TN3332 (CONVENIOS)	UN	36,00	CARTRIDGE	81,00	2.916,00
13	TONER COMPATIVEL HP CF 226 X B	UN	18,00	CARTRIDGE	177,00	3.186,00
34	PAPEL A4 BRANCO – Formato A4, 210mm x 297mm, resmas com 500 folhas cada, gramatura 75g/m²,embalado em papel de propriedade térmicas e anti umidade.	UN	400,00	CHAMEX	172,00	68.800,00
				Total do Participante -------->		74.902,00

Participante:	12068	-	ARIOVALDO LUIZ PERONDI ME

Item	Especificação	Un. Med.	Qtde Cotada	Marca	Preço Unitário	Preço Total
2	CILINDRO BROTHER DCP-7065DN TN-450 (RH)	UN	12,00	CARTRIDGE	98,00	1.176,00
3	CILINDRO BROTHER HL 5340D TN650	UN	12,00	CARTRIDGE	114,00	1.368,00
4	CILINDRO BROTHER MFC-8512DN TN3332 (ADM)	UN	24,00	CARTRIDGE	121,00	2.904,00
5	CILINDRO IMPRESSORA BROTHER DCP-L2540DW TN-2370	UN	40,00	CARTRIDGE	105,90	4.236,00
8	TONER BROTHER DCP-7065DN TN-450 (RH)	UN	48,00	CARTRIDGE	53,00	2.544,00
9	TONER BROTHER DCP-L2540DW TN-2370 (PSF1)	UN	534,00	CARTRIDGE	48,00	25.632,00
10	TONER BROTHER HL 5340A	UN	24,00	CARTRIDGE	64,00	1.536,00
11	TONER BROTHER HL 5340D TN650	UN	56,00	CARTRIDGE	63,00	3.528,00
16	TONER HP LASERJET 1102W C285A	UN	102,00	CARTRIDGE	39,80	4.059,60
17	TONER HP LASERJET M1120 MFP CB436A (SECRETARIA)	UN	265,00	CARTRIDGE	33,80	8.957,00
18	TONER HP LASERJET M1132 MFP CE285A (FARMACIA BASICA)	UN	500,00	CARTRIDGE	37,30	18.650,00
20	TONER HP LASERJET MFP 125A CE283A	UN	132,00	CARTRIDGE	34,50	4.554,00
21	TONER HP LASERJET MFP 127FN CF283A (CRAS)	UN	204,00	CARTRIDGE	34,40	7.017,60
22	TONER HP LASERJET MFP 1536 DNF CE278A (CONTROLE INTERNO)	UN	576,00	CARTRIDGE	39,50	22.752,00
24	TONER HP LASERJET P1005 CB435A (PATRIMONIO)	UN	24,00	CARTRIDGE	33,50	804,00
25	TONER IMPRESSORA SAMSUNG MLT-D111S M2070W XPRES	UN	48,00	CARTRIDGE	96,00	4.608,00
26	TONER LASER 3125 103R1159	UN	36,00	CARTRIDGE	72,60	2.613,60
27	TONER LEXMARK E260DN E260A11B (ULTRA SOM)	UN	36,00	CARTRIDGE	149,00	5.364,00
30	TONER SAMSUNG ML2851ND ML-D2850B	UN	172,00	CARTRIDGE	95,00	16.340,00
31	TONER SAMSUNG MLT-D111S	UN	6,00	CARTRIDGE	94,00	564,00
32	TONER SAMSUNG SCX-3200 MLT-D1045	UN	72,00	CARTRIDGE	73,20	5.270,40
33	TONER SAMSUNG SCX-4600 ML-1915 (TERRAS)	UN	72,00	CARTRIDGE	77,50	5.580,00
				Total do Participante -------->		150.058,20
				Total Geral ---------->		305.096,20

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade até dia 09/05/2018, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada conforme Decreto 7.892/2013.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada à vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia-MT.

CLÁUSULA QUARTA –DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os serviços deverão ser entregues nos locais indicados pelo Órgão do Poder Executivo Municipal, conforme inicialmente informado no Edital.

4.1. Os serviços contratados deverão ser entregues na cidade de São Felix do Araguaia/MT em local a ser indicado pelo Órgão do Poder Executivo Municipal que aderirem a presente ATA, nos dias e horários estipulados na ordem de **fornecimento.**

4.2. A entrega deverá ser feita, em até 05 (cinco) dias, contados da data da emissão da ordem de fornecimento nas quantidades nela especificadas, salvo se houver pedido formal de prorrogação deste, devidamente justificado pela licitante/contratada e acatado por esta Prefeitura, sem nenhum custo adicional;

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. As aquisições dos materiais registrados neste instrumento serão efetuadas através Nota de Empenho, emitida pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

5.2. A Nota de empenho será encaminhada ao fornecedor que deverá assiná-la e devolve-la à esta Prefeitura no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data do seu recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da Nota de Empenho e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida, em especial com o FGTS e o INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os materiais fornecidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmo condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e no Edital e seus Anexos, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data e horário da entrega, não sendo aceitos os materiais que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Órgão, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante ao fornecimento dos materiais, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta do**s materiais** cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso na entrega dos materiais, objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento dos materiais a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelaPrefeitura;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A CONTRATADA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia, obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais.

II - permitir ao pessoal da contratada, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeiturapromover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2 – A Contratante nomeará através de Portaria, profissional devidamente instruído, com a finalidade de fiscalizar a entrega dos materiais descritos neste Contrato, onde o mesmo poderá relatar ao gestor as infrações cometidas pela Contratada, bem como o andamento dos mesmos, emitindo relatório mensal e atesto em faturas ou notas fiscais com a finalidade de manter a regularidade da execução das entrega dos materiais, podendo impugnar o material que esteja com defeito, correndo as despesas oriundas destes materiais por conta da CONTRATADA;

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à CONTRATADA, através de crédito em conta corrente mantida pela CONTRATADA, preferencialmente em, até 10 (dez) dias uteis contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura, requisições e relatório do fiscal do contrato, discriminativa acompanhada da correspondente Ordem de Fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Para cada Nota de Empenho, o fornecedor deverá emitir **uma única nota fiscal/fatura.**

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta “ON-LINE” da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa e caso não seja cadastrado, deverá apresentar Certidão Negativa de FGTS e INSS;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DEZ – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia.

CLÁUSULA ONZE – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a Nota de Empenho no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DOZE - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA TREZE - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de São Félix do Araguaia, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A CONTRATADA sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a CONTRATADA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a CONTRATADA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a CONTRATADA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da CONTRATADA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta de material não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá a CONTRATADA das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA QUATORZE - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA QUINZE - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Atam, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades, no exercicio de 2017, sendo elas:

Órgão: 03 – Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Fazenda.

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Municipal.

Unidade: 01 – Gabinete de Prefeito.

Projeto Atividade: 2.004 – Manutenção e Encargos do Gabinete do Prefeito.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 02 – Gabinete do Prefeito Municipal.

Unidade: 05 – Departamento de Água e Esgotos Sanitários - DAE.

Projeto Atividade: 2.024 – Manutenção e Encargos C/ Dpto de Água e Esgoto.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 03 – Sec. Municipal de Administração, Planejamento de Fazenda.

Unidade: 01 – Coordenadoria de Administração e Planejamento.

Projeto Atividade: 2.028 – Manutenção e Encargos da Coord. de Administração e Planejamento.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 04 – Sec. Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Unidade: 01 – Departamento de Administração de Obras e Serviços Urbanos.

Projeto Atividade: 2.075 – Manutenção e Encargos da Sec. De Obras.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 01 – Gabinete do Secretario.

Projeto Atividade: 2.047 – Manutenção e Encargos C/ Gabinete do Secretario.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 05 – Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Saúde.

Projeto Atividade: 2.054 – Manutenção e Encargos C/ o Fundo Municipal de Saúde.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 06 – Sec. Municipal de Desenvolvimento e Ação Social.

Unidade: 01 – Gabinete de Secretario.

Projeto Atividade: 2.060 – Manutenção e Encargos C/ Gabinete do Secretario.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 06 – Sec. Municipal de Desenvolvimento e Ação Social.

Unidade: 02 – Fundo Municipal de Assistência Social.

Projeto Atividade: 2.081 – Manutenção e Encargos C/ o Fundo Munic. De Assistência Social.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 07 – Sec. Municipal de Educação e Cultura.

Unidade: 03 – Coordenadoria de Ensino Fundamental – FUNDEB 40%.

Projeto Atividade: 2.046 – Manutenção e Encargos C/ o FUNDEB 40%.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 07 – Sec. Municipal de Educação e Cultura.

Unidade: 04 – Departamento de Educação.

Projeto Atividade: 2.033 – Manutenção e Encargos C/ o Gabinete do SMEC.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 07 – Sec. Municipal de Educação e Cultura.

Unidade: 04 – Departamento de Educação.

Projeto Atividade: 2.037 – Manutenção e Encargos C/ o Departamento de Educação.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 08 – Sec. Municipal de Turismo e Meio Ambiente.

Unidade: 03 – Departamento de Turismo e Meio Ambiente.

Projeto Atividade: 2.072 – Manutenção e Encargos C/ a sec. De Turismo e Meio Ambiente.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 09 – Sec. Municipal de Esporte e Lazer.

Unidade: 01 – Gestão do Esporte e Lazer.

Projeto Atividade: 2.082 – Manutenção e Encargos C/ a Sec. De Esporte e Lazer.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

Órgão: 10 – Sec. Municipal de Agricultura.

Unidade: 01 – Gabinete do Secretario.

Projeto Atividade: 2.014 – Manutenção e Encargos C/ a Sec. De Agricultura.

Elementos de despesas: 3.3.90.30 – Material de Consumo.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 016/2017 e seus anexos e as propostas da empresas classificadas para cada grupo, por ITEM, independentemente de sua transcrição.

CLÁUSULA DEZESSETE - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de São Félix do Araguaia /MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

São Félix do Araguaia - MT, 09 de maio de 2017.

_____

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

GERENCIADOR

VALMIR DAL DEGRAN - ME

CNPJ Nº 13.145.343/0001-96

FORNECEDOR

EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA - ME

CNPJ Nº 02.556.926/0001-93

FORNECEDOR

ARIOVALDO LUIZ PERODINI

CNPJ Nº 01.353.488/0001-01

FORNECEDOR

AVISO RESULTADO PREGÃO 016/2017

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 022/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017

MODALIDADE SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT, através de sua Pregoeira, torna público para conhecimento dos licitantes e da sociedade, o resultado do Pregão Presencial 016/2017.REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos. Visando atender às necessidades das Secretarias Municipais de São Félix do Araguaia/MT e demais órgãos participantes, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: ARIOVALDO LUIZ PERODINI/CNPJ Nº 01.353.488/0001-01 com valor de R$ 150.058,20(cento e cinquenta mil e cinquenta e oito reais e vinte centavos) EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA - ME CNPJ Nº02. 556.926/0001-93 com valor de R$ 80.136,00(oitenta mil e cento e trinta e seis reais) VALMIR DAL DEGRAN - ME CNPJ Nº 13.145.343/0001-96; com valor R$ 74.902,00(Setenta e quatro mil e novecentos e dois reais); Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço retro mencionado ou pelo Tel.: (66)3522-2117.

São Félix do Araguaia - MT, 08 de maio de 2017.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

JANAILZA TAVEIRA LEITE, Prefeita Municipal de São Félix do Araguaia, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve **Homologar**, com fundamento no Decreto Municipal nº 19/13, de 14 de Março de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito do Município de São Félix do Araguaia - MT, o procedimento licitatório, na modalidade de Pregão Presencial 016/2017, REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL". conforme necessidade da Administração Municipal, ou, durante o período de vigência da Ata de Registro de Preços observado às características e demais condições definidas no edital e seus anexos.

Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT, aos 09 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N°013/2017

Processo nº 022/2017 cujo objeto "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL" pelo período de 12 meses, Portanto Sagraram-se vencedora do certame as Empresas: ARIOVALDO LUIZ PERODINI/CNPJ Nº 01. 353.488/0001-01 vencedor dos itens: 2,3,4,5,8,9,10,11,16,17,18,20,21,22,24,25,26,27,30,31,32,33, com valor de R$ 150.058,20(cento e cinquenta mil e cinquenta e oito reais e vinte centavos) EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA - ME CNPJ Nº02.556.926/0001-93 vencedor dos Itens: 1,6,7,14,15,19,23,28,29, com valor de R$ 80. 136,00(oitenta mil e cento e trinta e seis reais) VALMIR DAL DEGRAN - ME CNPJ Nº 13.145.343/0001-96;vencedor dos Itens: 12,13,34 com valor R$ 74.902,00(Setenta e quatro mil e novecentos e dois reais); Valor total licitado R$ 305.096,20(trezentos e cinco mil e noventa e seis reais e vinte

centavos). FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93. A ata com os valores licitados ofertados pelas empresas vencedoras do certame e demais especificações encontrar-se disponibilizada para consulta, nesta Prefeitura. São Félix do Araguaia – MT, 09 de maio de 2017.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL

EXTRATO CONTRATO Nº 056/2017

PROCESSO Nº 022/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL"**.**

CONTRATADO: Empresa ARIOVALDO LUIZ PERODINI/CNPJ Nº 01.353.488/0001-01 vencedor dos itens: com valor de R$ 150.058,20(cento e cinquenta mil e cinquenta e oito reais e vinte centavos "Prazo: 12 meses.

Período: 09/05/2017 a 09/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 057/2017

PROCESSO Nº 022/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL"**.**

CONTRATADO: Empresa EDIVALDO NUNES DE SIQUEIRA - ME CNPJ Nº 02.556.926/0001-93, com valor de R$ 80.136,00(oitenta mil e cento e trinta e seis reais) "Prazo: 12 meses

Período: 09/05/2017 a 09/05/2018.

EXTRATO CONTRATO Nº 058/2017

PROCESSO Nº 022/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia - MT

OBJETO "REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TONNER, CILINDRO E PAPEL SULFITE A-4 PARA TODOS OS DEPARTAMENTOS E SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES DESCRITAS NO TERMO DE REFERENCIA, ANEXO I DO EDITAL"**.**

CONTRATADO: Empresa VALMIR DAL DEGRAN - ME CNPJ Nº 13.145.343/0001-96; com valor R$ 74.902,00(Setenta e quatro mil e novecentos e dois reais); "Prazo: 12 meses".

Período: 09/05/2017 a 09/05/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO INEXIGIBILIDADE Nº. 1/2017

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **83/**2017, por ordem do Senhor **ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA**, torna público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: GENIVALDO INACIO DA SILVA, CNPJ nº 21.156.747/0001-03, no valor POR TOTAL de R$ 21.000,00 (Vinte e Um Mil Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 10 de Maio de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

FRANCISMEIRE A.R.CHAVES

PRESIDENTE COMISSÃO DE LICITAÇÃO

SECRETARIA DE GABINETE
DECLARAÇÃO DE RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL SIMPLIFICADO REF. 2016 2º SEMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)	-	-
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	5.661.029,09	0,00
Pessoal Ativo	5.649.386,06	
Pessoal Inativo e Pensionistas	11.643,03	
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração		
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	5.661.029,09	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LIQUIDA - RCL (IV)	12.126.478,05	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	5.661.029,09	46,68
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	6.548.298,15	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	6.220.883,24	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	5.893.468,34	48,60

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DTP								
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte		
	No Quadrimestre/Semestre			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b-a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3*c)	Limite (e) = (b-d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f-e)	Limite (h) = (a)	% DTP (i)
Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Percentual Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal									

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.4 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal - Ente Consorciado

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Dívida Consolidada	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	198.052,77	184.182,36	177.218,16
Dívida Mobiliária			
Dívida Contratual	198.052,77	184.182,36	177.218,16
Interna	198.052,77	184.182,36	177.218,16
Externa			
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 Vencidos e Não Pagos			
Outras Dívidas			
DEDUÇÕES (II)	1.362.139,32	1.615.432,41	2.037.664,89
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.362.139,32	1.615.432,41	2.037.664,89
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)			
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-1.164.086,55	-1.431.250,05	-1.860.446,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	11.353.935,23	11.604.032,30	12.131.623,46
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	1,74	1,59	1,46
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	-10,25	-12,33	-15,34
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)			
Detalhamento da Dívida Contratual	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	198.052,77	184.182,36	177.218,16
DÍVIDA DE PPP (V)			
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	198.052,77	184.182,36	177.218,16
De Tributos			
De Contribuições Sociais	110.231,67	96.361,26	89.397,06
Previdenciárias	110.231,67	96.361,26	89.397,06
Demais Contribuições Sociais			
Do FGTS			
Com Instituição Não Financeira	87.821,10	87.821,10	87.821,10
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00
Interna			
Externa			
DEMAIS DÍVIDAS CONTRATUAIS (VIII)			
Outros Valores Não Integrantes da DC	-	-	-
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira			
Depósitos			
RP Não-Processados de Exercícios Anteriores			
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO			
Dívida Consolidada Previdenciária	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial			
Demais Dívidas			
DEDUÇÕES (X)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros Previdenciários			
(-) Restos a Pagar Processados			
Obrigações Não Integrantes da Dívida Consolidada			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida	Cálculo da Dívida Consolidada Líquida		
	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	Apuração da Trajetória de Retorno ao Limite da DCL											
	Exercício de Descumprimento do Limite			Exercício do Primeiro Período Seguinte			Exercício do Segundo Período Seguinte			Exercício do Terceiro Período Seguinte		
	Quadrimestre/Semestre em que Excedeu o Limite			Primeiro Período Seguinte			Segundo Período Seguinte			Terceiro Período Seguinte		
	Limite Máximo (a)	% DCL (b)	Percentual Excedente	Redutor Mínimo de 25% do Excedente (d) = (0,25*c)	Limite (e) = (b - d)	% DCL (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (e)	% DCL (i)	Redutor Residual (j) = (i - a)	Limite (k) = (e)	% DCL (l)
Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valores Percentuais												

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.1 - Trajetória de Retorno ao Limite da Dívida Consolidada Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TESOURONACIONAL	**Relatório de Gestão Fiscal Simplificado**
	Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2016
	Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios



siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 02 | Tabela 2.2 - Trajetória de Ajuste da Dívida Consolidada Líquida em cada Exercício Financeiro - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios

Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas	Saldos das Garantias Concedidas e Contragarantias Recebidas		
	Saldo Exercício Anterior	Saldos do Exercício de 2016	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
Garantias Concedidas	-	-	-
Garantias Concedidas	-	-	-
EXTERNAS (I)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (II)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	11.353.935,23	11.604.032,30	12.131.623,46
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL (III/IV)			
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>			
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>			
Contragarantias Recebidas	-	-	-
Contragarantias Recebidas	-	-	-
EXTERNAS (V)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
INTERNAS (VI)	0,00	0,00	0,00
Aval ou Fiança em Operações de Crédito			
Outras Garantias nos Termos da LRF			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)	0,00	0,00	0,00

RGF-Anexo 03 | Tabela 3.0 - Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR REALIZADO	
	No Semestre de Referência	Até o Semestre de Referência (a)
Operações de Crédito	-	-
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna		
Externa		
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP		
Demais Aquisições Financiadas		
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços		
Demais Antecipações de Receita		
Assunção Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)		
Outras Operações de Crédito		
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito		
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro		
Outras Operações de Crédito		
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos		
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias		
Demais Contribuições Sociais		
Do FGTS		
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal Financeira e Patrimonial		
Programa de Iluminação Pública - RELUZ		
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios

Apuração do Cumprimento dos Limites	Apuração do Cumprimento dos Limites	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Apuração do Cumprimento dos Limites	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		
Operações Vedadas	0,00	
Do Período de Referência (III)		
De Períodos Anteriores ao de Referência		
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia + III)		
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS		
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária		
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA		
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)		

RGF-Anexo 04 | Tabela 4.0 - Demonstrativo das Operações de Crédito - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa - Recursos Vinculados							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
	Disponibilidade de Caixa - Recursos Não Vinculados							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa							
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS						
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
Total dos Recursos Vinculados								
Total dos Recursos Não Vinculados								
Total dos Recursos								

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa nos Consórcios Públicos - Recursos Não Vinculados
	Insuficiência de Caixa do Consórcio Público

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	Controle do Total de Disponibilidade de Caixa do Ente Mais os Consórcios Públicos							
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f)=(a-(b+c+d+e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (IV)								
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (V)								
INSUFICIÊNCIA DE CAIXA DO CONSÓRCIO PÚBLICO (VI) = (IV + V)								
TOTAL DO ENTE MAIS CONSÓRCIO PÚBLICO (VII) = (III + IV)								
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES[1]								

Assinado Digitalmente

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2016
Período de referência: 2º semestre

RGF-Anexo 05 | Tabela 5.1 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar (Consórcio Público com Insuficiência de Caixa)

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Bimestre/Semestre
	Valor até o Bimestre/Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida	

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Resumo dos Limites	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Resumo dos Limites	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa com Pessoal	-	-
Despesa Total com Pessoal - DTP		
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>		
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>		
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada	-	-
Dívida Consolidada Líquida		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Garantias de Valores	-	-
Garantias de Valores	-	-
Total das Garantias Concedidas		
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito	-	-
Operações de Crédito Internas e Externas		
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas		
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Restos a Pagar	-	-
Valor Total		

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Notas Explicativas	Valores
	31/12/2016
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Digitally signed by ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA:35336501115 Date: 2017.05.10 14:46:32 AMT Perfil: Titular do Poder Executivo Instituição: Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5
Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº708/2017- DE 20 DE MARÇO DE 2017

Altera o anexo previsto no artigo 2º da lei 396/2007 que trata de autorização ao Poder executivo para escriturar lotes na área central da cidade e dá outras providências...

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Artigo 1º - Altera-se o anexo previsto no artigo 2° da lei 396/2007 de acordo com o ANEXO I desta lei.
Artigo 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
São José do Povo, 20 de Março de 2017.
ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA
Prefeito Municipal
ANEXO I
A - Passa a fazer parte do anexo desta lei os seguintes beneficiários:

NOME	CPF/CNPJ	QUADRA	LOTE
SEBASTIÃO DE SOUZA	846.863.321-68	33	11-A

SECRETARIA DE GABINETE
LEI DE Nº709/2017- DE 20 DE MARÇO DE 2017

Autorização para Criar o PROJETO "CINTURÃO VERDE" no Município de São José do Povo-MT, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONAM e PROMULGAM A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - Fica criado o Projeto **"CINTURÃO VERDE"** neste Município nas dependências da antiga Escola Agrotécnica, uma área aproximadamente de 20 hectares inicialmente, que com o tempo poderá se estender por mais hectares conforme a necessidade disponibilidade da área.

Art. 2° - O Projeto "Cinturão Verde" terá como principal objetivo fomentar a Agricultura Familiar e a Economia de nosso Município, através da **PLANTAÇÃO DE HORTALIÇAS, VERDURAS, LEGUMES E GRÃOS EM GERAL.**

Art. 3° - Será destinado 1 hectare já gradeado, para cada família de produtores rurais, desde que comprove que é morador desse municipio, em forma de Contrato de Comodato por 06(seis) meses, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 4° - A Prefeitura Municipal fará uma seleção criteriosa das famílias, priorizando os pequenos produtores rurais que realmente tem interesse em plantar, cultivar e não tem oportunidade ou local para desenvolver seu trabalho.

Art. 5° - O produtor que passará por esta seleção deverá repassar 20%(vinte por cento) de toda sua produção para o Município, que será destinada para a Merenda Escolar: na Escola Municipal Sebastião Gomes de Oliveira e para a Creche Municipal Padre Miguel Ortiz e o exedente para as famílias carentes deste municipio que serão selecionadas pelo CRAS.

Parágrafo Único - A prioridade dos produtos que serão cultivados no Cinturão Verde é para a merenda escolar, mas conforme a produção poderá ser usado também no Centro de Saúde e na Secretaria de Promoção e Assistência Social para fazer Doações para as pessoas menos favorecidas de nosso Município.

Art. 6° - A Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento deverá demarcar precisamente as áreas no qual faz menção no Art. 3° desta lei, definindo seus limites, gradeá-las para entregar para as famílias que for selecionada.

Art.7° - Esta seleção será feita através de inscrições dos interessados, feitas diretamente na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento, onde passará por várias avaliações que será definido por meio de norma interna, para critério da seleção.

Parágrafo Único – Se a demanda de inscrições for superior a quantidade de hectares destinadas, a Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento fará um cadastro reserva obedecendo a ordem de chegada, conforme houver procura, chamará conforme surgir as vagas.

Art.8° - O período de carência para cada produtor iniciar a produção será de 02(dois) meses, em 03(três) meses terá que produzir, se não o produtor desocupará o local, que será entregue para outra família conforme cadastro no que se refere ao parágrafo anterior.

Art.9° - O produtor que produzir adequadamente terá seu contrato aditivado até quando for de seu interesse permanecer no Projeto.

Art. 10° - A Prefeitura Municipal fara um constante acompanhamento das áreas cedidas, fazendo as alterações necessárias no caso de descumprimento do Contrato.

Art. 11º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 12º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo-MT, 20 de Março de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI DE Nº712/2017- DE 20 DE MARÇO DE 2017.

ALTERAR O ARTIGO 4° E 5° DA LEI N°559/2013, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Altera na integra o artigo 4° e 5° da Lei 559/2013 que passa a vigorar com a seguinte redação:

Artigo 4° - Fica a Secretaria Municipal de Educação obrigada investir a renda arrecadada do Leilão de Gado na construção de um campo Soçaite, com alambrado, traves, portões na Escola Sebastião Gomes de Oliveira para uso dos alunos fazer aula de Educação Física, e usá-lo também no manilhamento enfrente a referida escola.

Art. 5º - Esse recurso não poderá ser utilizado para nenhum outro fim a não ser o especificado no Artigo 4º.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 20 de Março de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI DE Nº713/2017- DE 05 DE ABRIL DE 2017.

"Abre Crédito Especial no Orçamento em Execução".

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSE DO POVO

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir, ao Orçamento Municipal de 2017, aprovado pela Lei n° 685 de 30 de Novembro de 2016, um Crédito Especial no valor de *R$* 1.000,00 *(mil reais)*, para atender a seguinte dotação orçamentária:

0006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0100 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - FUNPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

5030 – GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2193 – COMPENSAÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA

3.3.90.98.00.00 – COMPENSAÇÕES AO RGPS.....R$ 1.000,00

TOTAL.....R$ 1.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito especial a que se refere o artigo anterior se fará através da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

0006 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0100 – FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA - FUNPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

5030 – GESTÃO DO SISTEMA PREVIDENCIÁRIO

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2193 – COMPENSAÇÃO PREVIDÊNCIÁRIA

3.3.20.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 500,00

3.3.20.03.00.00 – PENSÕES.....R$ 500,00

TOTAL.....R$ 1.000,00

Art. 3º - Fica modificado no Plano Plurianual – PPA 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO do exercício de 2017, nos moldes e naquilo que for pertinente, conforme descrito no artigo 1º e 2º desta Lei.

Art. 4º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em São José do Povo - MT, 05 de Abril de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANANA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE GABINETE
LEI N°714/2017- 04 DE MAIO DE 2017

Dispõe sobre a Regulamentar a Comissão de Fiscalização de Contrato e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONAM e PROMULGAM A SEGUINTE LEI.

Art. 1º – O Fiscal de Contrato é o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução de contratos, acordos, ajustes e demais instrumentos congêneres firmados entre terceiros e a Administração Pública Municipal, cabendo-lhe atestar o recebimento dos serviços prestados e ou dos bens adquiridos mediante o Termo de Recebimento de Bem ou Serviço.

Art. 2 - Para toda e qualquer contratação pertinente a obras, serviços, compras, alienações, locações e concessões e permissões de serviço público no âmbito da Administração Pública Municipal serão designados **01 (um) servidor público municipal para o exercício da função de Presidente da Comissão e 02 (dois) servidores públicos municipal para o exercício da função de membros da comissão**, para o acompanhamento e fiscalização da execução do que foi contratado, acordado ou ajustado entre a Administração Municipal e o particular, e independentemente da modalidade de contratação (licitação, dispensa ou inexigibilidade de licitação, convênio).

Art. 3° - A designação para a função de Fiscal de Contrato dar-se-á mediante publicação de Portaria, que indicará o nome, a matrícula funcional, o número da carteira de identidade, o cargo do servidor e o Órgão em que está lotado.

Art. 4° - O Fiscal de Contrato compete:

I - Participar da elaboração dos editais de licitação, contratos e outros documentos similares, auxiliando na eleição dos elementos técnicos referentes à qualidade do serviço ou bem (material, equipamento, produto, mercadoria) a ser adquirido, relativamente aos contratos, acordos ou ajustes cuja execução irá acompanhar e fiscalizar;

II - Rubricar o edital de licitação e assinar a ordem de serviço;

III - Conhecer o conteúdo do edital de licitação, dos procedimentos de dispensa e inexigibilidade de licitação, do contrato, do convênio, dos aditamentos, ou dos documentos equivalentes, referentes à obra, serviço, compra, alienação, locação ou concessão e permissão de serviço público que deve acompanhar e fiscalizar, mantendo em seus arquivos de trabalho cópias de tais documentos, bem como das Notas Fiscais, Recibos ou Faturas, e dos Termos de Recebimento de Bem ou Serviço que firmar;

IV – elaborar relatório de todos os contratos por eles fiscalizados da administração pública municipal.

At. 5 ° - Fica instituída a gratificação pelo exercício da função de membro da Comissão de Fiscalização de Contratos deste Poder Executivo Municipal, bem como de suas autarquias, que será paga nos termos desta lei, para regulamentar a comissão em nosso Município, que acompanhará as demais comissões:

QUANTIDADE	CARGOS	GRATIFICAÇÃO
1	Presidente da Comissão de Fiscalização de Contratos	R$ 300,00
2	Membros	R$ 150,00

Parágrafo Único - Fiscal de Contrato designado pelo Funprev ou outras órgão deste poder executivo receberá a mesma gratificação dos membros da comissão.

Art. 6° O servidor que acumulara função gratificada optará apenas por uma gratificação.

Art. 7º – As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessárias.

Art. 8º - Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo, 04 de Maio de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE GABINETE
RECIBO DE DECLARAÇÃO RGF 2º SEMESTRE REF. 2016

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Secretaria do Tesouro Nacional - STN
Ministério da Fazenda - MF
Recibo de Declaração Homologada

A instituição **Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (MT)** homologou, junto à Secretaria do Tesouro Nacional - STN, a declaração referente aos dados abaixo:

Instituição:	Prefeitura Municipal de São José do Povo - MT (MT)
Declaração:	Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Periodicidade:	Semestral
Período:	2º semestre
Exercício:	2016
Assinatura(s):	• Nome: ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA *Titular do Poder Executivo* CPF: 353.365.011-15 Data: 10/05/2017 14:47:35

O **Código do Recibo** da declaração homologada em **10/05/2017, às 14:47:51** , é:

01.W9.XP-8

Observações:

- A referida declaração encontra-se disponível para consulta pública no sítio `https://siconfi.tesouro.gov.br`, menu "Consultas" item "Consultar Declaração".
- Este documento expirará caso a declaração em questão sofra quaisquer alterações.

Documento gerado em 10/05/2017 14:47:51 Página 1 de 1

SECRETARIA DE GABINETE
LEI DE Nº710/2017- 20 DE MARÇO DE 2017.

Autorização para REGULAMENTAR A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR E AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS, ATRAVÉS DAS PATRULHAS MECANIZADAS, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONAM E PROMULGAM A SEGUINTE LEI.

Art. 1º - O Município prestará aos agricultores, exclusivamente dentro de seu território, serviços de caráter transitório, na forma estabelecida nesta Lei, mediante o emprego de máquinas e operadores, no atendimento aos pequenos produtores da agricultura familiar, para fim específico na preparação do solo (gradear, semear e etc).

Art. 2º - Para o fim do disposto no artigo anterior, o interessado deverá requerer ao Município, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento, a execução do serviço por ele pretendido, mencionando o local e o número aproximado de horas a serem empregadas, que não ultrapassem a quantidade máxima de 04 (quatro) horas por solicitação.

Art. 3º - Os pedidos serão atendidos mediante a ordem de chegada dos requerimentos por região e mediante comprovante de pagamento das horas requisitadas e entregue aos técnicos da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento.

§ 1° - Os serviços prestados na forma do disposto nesta Lei, por se constituírem em incentivo à produção agrícola, serão executados a pequenos produtores rurais, que não possuam equipamentos agrícola em sua propriedade, priorizando a Agricultura Familiar.

Art. 4° - Os Produtores Rurais para se enquadrar nos benefícios dessa lei tem que obedecer os seguintes critérios:

§1° - A propriedade não poderá ultrapassar 75 hectares;

§2° - Todos os pequenos produtores Rurais que se adequar nos 75 hectares: sitiantes, assentados, chácaras etc, priorizando sempre a fomentação da agricultura familiar.

§3° - O limite máximo de horas para cada produtor rural será de 04(quatro) horas por solicitação.

§4° - Ser Morador deste Município e estar quite com os pagamentos de todos os tributos municipais;

Art. 5° - Se o número de horas trabalhadas exceder o número máximo de 04 (quatro) horas por solicitação, o produtor poderá solicitar um novo requerimento que será atendido assim que terminar toda a demananda primária, ou seja só retornará na mesma propriedade quando atender todos que estiverem aguardando a primeira solicitação em sua proriedade.

Art. 6° - Os serviços prestados na forma do disposto nesta Lei, por se constituírem em incentivo à produção agrícola, serão cobrados dos pequenos produtores rurais, que não possuam equipamentos agrícolas em sua propriedade, valor correspondente de **60 % (sessenta por cento),** do valor de mercado.

Parágrafo único - Os valores previstos no caput deste artigo, serão estipulados pela Administração Municipal, para custeio de óleo diesel e manutenção das patrulhas.

Art. 7° - Os serviços prestados na forma do disposto nesta Lei serão cobrados, mediante GUIA DE RECOLHIMENTO emitida pela Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento/ Departamento de Tributação, das horas que irão necessitar;

§ 1º O recolhimento dos valores pela utilização dos serviços deverá ser realizado antes da realização do serviço.

§ 2º - É responsabilidade do beneficiado a retirada da Guia de Recolhimento junto ao Departamento de Tributação do Município.

§ 3° - Após o pagamento o beneficiado entregará cópia do comprovante de pagamento para os Técnicos Responsável na Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento para agendamento do serviço que diz respeito essa Lei.

§4° - O atendimento dos serviços que versa esta Lei só será efetuado mediante comprovante de pagamento.

Art. 8° - A Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento por meio dos Secretários e dos técnicos acompanhará e controlará a execução que se refere esta Lei.

Art. 9° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação por afixação na forma de costume.

Art. 10º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal

São José do Povo, 20 de Março de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 051. PREGÃO 13/2017

CONTRATO (A) *KA – ASSESSORIA, CONSULTORIA E CONTABILIDADE A ENTIDADES PUBLIS S/S LTDA ME*

OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSULTORIA NOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DAS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DO POVO/MT, CONFORME EDITAL E SEUS ANEXOS.

VALOR TOTAL- O valor global do presente contrato é de R$ 39.500,00 (Trinta e Nove Mil e quinhentos reais) constante da proposta homologada em 05.05.2017, oriundo da multiplicação dos valores mensais conforme demonstrativo abaixo e planilha-proposta anexa, que passa a fazer parte integrante do presente instrumento:

DA VIGÊNCIA- O prazo previsto para o presente contrato será de 07 (sete) meses, vigorando pelo período de 09 de Maio de 2017 a 31 de Dezembro de 2017, podendo ser prorrogado na forma do Inciso II do art. 57 da Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores.

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, Prefeito Municipal de SÃO JOSÉ DO POVO-MT, após análise **RATIFICA** processo licitatorio de INEXIGIBILIDADE Nº. **1/2017**, emitido pelo Comissão Permante de Licitação, para **LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA EXERCICIO DE HIDROGINASTICA COM OS IDOSOS DA FAMILIA PAIF, TRES VEZES NA SEMANA**,fundamentado em **NÃO HÁ OUTRO ESPAÇO PARA REALIZAR AS AULAS DE HIDROGINASTICA**,dada a urgencia da necessidade

Registrado e publicado, por afixação no lugar público de costume deste Órgão, na data supra.

SÃO JOSÉ DO POVO-MT, 10 de Maio de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

PREFEITO

SECRETARIA DE GABINETE
LEI DE Nº711/2017- DE 20 DE MARÇO DE 2017.

Reduz a carga horária de trabalho dos Assistentes Sociais do Município São José do Povo, e dá outras providências.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, etc...

FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL E ELE SANCIONAM e PROMULGAM A SEGUINTE LEI.

ARTIGO 1º - Fica alterada para (30) trinta horas semanais, a carga horária seguinte Cargo de Assistente Social do quadro efetivo permanente constante do anexo I da seguinte Lei nº519/2012:

Parágrafo Único - O servidor efetivo que faz parte do quadro permanente atual é assegurado a adequação do horário sem redução de seus vencimentos.

ARTIGO 2º - O anexo I da Lei **519/2012** passa a vigorar na forma do Anexo I desta Lei.

ARTIGO 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

São José do Povo, 20 de Março de 2017.

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREVIMUNI
PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 002/2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2017

Contratada: AG CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA EPP

CNPJ: 05.011.768/0001-84

Objeto: Prestação serviços de consultoria na área Administrativa Previdenciária e Gerencial, na execução orçamentária e patrimonial **Valor:** R$ 30.000,00(Trinta Mil Reais).

Data da Assinatura: 02/05/2017.

Data de vigência: 31/12/2017.

PREVIMUNI
PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 001/2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 001/2017

Contratada: I F GARCIA E CIA LTDA

CNPJ: 10.541.510/0001-20

Objeto: Prestação de serviços de Assistência e Consultoria de Investimentos no acompanhamento da carteira de investimento, com o objetivo do cumprimento da Meta Atuarial e do Plano Anual de Investimentos - PAI, conforme exigência da Resolução CMN 3.922/10.

Valor: R$ 6.000,00(Seis Mil Reais).

Data da Assinatura: 02/05/2017.

Data de vigência: 31/12/2017.

COORDENADORIA DE GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2017 - CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

O Sr. *VALDOMIRO LACHOVICZ*, Prefeito Municipal de *SÃO JOSÉ DO RIO CLARO*, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público nº. 001/2015, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, situado na Rua Paraíba, 355, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Enfermeiro		
Colocação	**Inscrição**	**Nome**
05	1321	Tais Fernanda da Silva Garcez

São José do Rio Claro – MT, 08 de maio de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREVIMUNI
PUBLICAÇÃO EXTRATO CONTRATO 003/2017

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO/MT - PREVIMUNI

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2017

Contratada: I F GARCIA E CIA LTDA

CNPJ: 10.541.510/0001-20

Objeto: Realização de Reavaliação Atuarial

Valor: R$ 5.285,71(Cinco Mil, duzentos e oitenta e cinco reais e setenta e um centavos).

Data da Assinatura: 02/05/2017.

Data de vigência: 02/08/2017.

LEI N° 1.112, DE 2 DE MAIO DE 2017

APLICA O PERCENTUAL DE REVISÃO GERAL ANUAL À TABELA DE GRATIFICAÇÃO DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL (INPC) LEI Nº 1.078.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR Lei, e considerando a Lei 1.078 de 20/01/2016, faz saber que Câmara Municipal aprovou e ele Sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - O incentivo concedido aos servidores designados a ocupar um dos cargos previstos no anexo X, e o servidor efetivo responsável pelo sistema APLIC, será atualizado em 6,5800% , conforme Decreto 016/2017 de 1º de fevereiro de 2017, divulgado pelo Executivo Municipal , equivalente ao índice acumulado do INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) dos meses de janeiro a dezembro de 2016, com efeitos financeiros retroativos a 1º de fevereiro de 2017, revogadas as disposições em contrário.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos financeiros a 1º de fevereiro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro-MT, 2 de maio de 2017.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

AVISO DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017

Processo Licitatório nº 008/2017 – Processo Administrativo nº 868/2017

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de São José do Xingu – MT, nomeado pela portaria nº 058/2015, torna público aos interessados que na sessão de processamento do Pregão Presencial nº 008/2017 **Tipo**: menor preço , cujo **Objeto:** contratação de serviços de Transporte de Alunos da Rede de Ensino Público no Município de São José do Xingu/MT, **a serem executados pelo menor preço do km rodado, 200 (Duzentos) dias no ano letivo de 2017, de acordo com as especificações contidas no Anexo I – Termo de Referência.**

Em face das propostas de preços apresentadas, o pregoeiro declarou a Seguinte empresa vencedora do certame.

EMPRESAS VENCEDORA:

Empresa	CPF/CNPJ:	QUANT.	VALOR TOTAL
REGINA PIRES DE ARAUJO 47444665168	CNPJ: 19. 845.253. 0001.94	12 (MESES)	R$ 475.098,00 (quatrocentos e tenta e cinco mil e noventa e oito reais)

São José do Xingu – MT, 10 de Maio de 2017.

MARCOS ROGÉRIO PEREIRA NUNES

Pregoeiro oficial

Decreto nº 58/2015

PORTARIA Nº 114/2017

PORTARIA Nº 114/2017 São José do Xingu – MT, 09 de maio de 2017.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PARA ATUAR COMO FISCAL DE CONTRATOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSE DO XINGU-MT.

O Prefeito Municipal de São José do Xingu - MT, Sr. Luiz Carlos Nunes Castelo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 71, incisos I ao XXVIII, da Lei Orgânica do Município e de acordo com o disposto no Art. 67 da Lei Federal n. 8.666/93.

R E S O L V E:

1- Art. 1º - DESIGNAR, como representante da Administração Pública Municipal, JEDERSON ANDRÉ DOS SANTOS SANTANA, Servidor Público de provimento efetivo em função gratificada no cargo de Diretor de Departamento da Secretaria de Municipal de Administração matrícula funcional nº 9709, para exercer a função de fiscal do contrato nº 004/2017.

Parágrafo Único - Como substituto do representante acima, designa-se a Srª Sandra Moreira de Souza, matrícula funcional nº 10023, em cargo Comissionado como Dirigente de Setor do Departamento do Compras da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT, que deverá atuar nas ocasiões de afastamentos por licenças e férias ou outros correlatos.

Art. 2º - Cabe ao fiscal do contrato:

I. Responsabilizar-se pela supervisão do contrato, administrando-o de conformidade com as disposições contratuais e editalícias;

II. Certificar a execução dos serviços;

III. Pronunciar-se por escrito sobre a prorrogação do contrato, antes da extinção deste, em tempo hábil para, se for o caso, ser promovida a abertura de nova licitação, dispensa ou inexigibilidade;

IV. Adotar toda e qualquer providência necessária à perfeita execução do contrato, podendo valer-se dos demais órgãos da Prefeitura Municipal de São José do Xingu-MT;

V. Notificar por escrito a CONTRATADA, quando a mesma deixar de cumprir qualquer cláusula contratual e encaminhar cópia da referida notificação à Secretaria Municipal de Administração;

VI. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas a execução dos serviços.

Art. 3º - As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante da Administração Pública, designado acima, deverão ser solicitadas em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

-se as disposições em contrário.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito

Em, 09 der maio de 2017.

Luiz Carlos Nunes Castelo

Prefeito Municipal

Registre-se Publique-se, Cumpra-se.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2017

Processo Licitatório nº 012/2017 – Processo Administrativo nº 1087/2017

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu/MT, nomeado pela **Port. Nº 112/2017** no uso das atribuições que lhe conferem torna público, para conhecimento dos interessados, que na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, que fará realizar a abertura e julgamento das documentações e propostas, da **Tomada de Preço nº 001/2017.** Esta modalidade será regida pela Lei nº. 8.666/93 artigo 21, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Tomada de Preço - Tipo: menor preço por lote.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços técnicos na área de engenharia civil, para prover suporte à operacionalização das consultorias técnicas de Engenharia, na elaboração de projetos de engenharia, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras com elaboração de laudos das obras e instalações em execução e dos futuros projetos, emissão de parecer técnico junto aos setores de licitações e tributos no município de São José do Xingu/MT, conforme especificações abaixo descritas, de acordo com as especificações contidas no anexo I – termo de referência;

REALIZAÇÃO: 31/05/2017 ABERTURA DA SESSÃO: 9:00 mim horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 3568 1529.

São José do Xingu – MT, 10 de maio de 2017.

Mural da Prefeitura Municipal São José do Xingu/MT PUBLICADO NO MURAL

São José do Xingu/MT / /

AUTORIDADE COMPETENTE

FERNANDA ALVES BEZERRA

PRESIDENTE CPL

Port. Nº 112/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

GABINETE
RESOLUÇÃO CMH - Nº 01 /2017

Sinop - MT 26 de abril de 2017

CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – CMH de Sinop/MT, no uso de suas atribuições, estabelecidas na Lei Municipal nº 730/2003, de 26 de maio de 2003, em reunião ordinária realizada no dia 26 de abril de 2017, às oito horas e trinta minutos, na dependência da Casa dos Conselhos, em consonância com a Ata n° 76, **Resolve:**

Art. 1º Deliberar pela reprovação do cadastro habitacional da senhora **Sra. Maria Alcântara da Silva**, tendo em vista que a mesma possui imóvel próprio.

Art. 2º Deliberar pela reprovação do cadastro do **Sr. Antonio dos Santos Ventura**, uma vez que o mesmo já foi beneficiado pelo INCRA, na Gleba Mercedes, possuindo um Imóvel.

Art. 3º Deliberar pela continuidade do processo habitacional de **Sra. Tereza dos Santos,** encaminhando seu cadastro para a primeira etapa do Residencial Nico Baracat.

Art. 4º Deliberar pela continuidade do processo habitacional de **Sra. Catarina Moreira da Silva**, encaminhando a mesma com urgência para uma residência retomada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 5º Deliberar pela aprovação com ressalvas pela continuidade do processo habitacional de **Tatiane Ribeiro da Silva**, encaminhando a mesma para uma residência retomada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 6º Deliberar pela continuidade do processo habitacional de **Sra. Edilete de Oliveira Peixoto,** encaminhando seu cadastro para a primeira etapa do Residencial Nico Baracat.

Art. 7º Deliberar pela aprovação com ressalvas pela continuidade do processo habitacional de **Kelly Jesuina Leivian Bueno**, encaminhando a mesma para uma residência retomada pela Caixa Econômica Federal.

Art. 8º Deliberar pela continuidade do processo habitacional de **Sra. Marilene Xavier Gomes,** encaminhando seu cadastro para a primeira etapa do Residencial Nico Baracat.

Art. 9º Deliberar pela aprovação da desistência da **Sra. Zenaide Maciel de Aquino**, referente ao imóvel localizado no **Bairro Sebastião de Mattos II**, em favor da **Sra. Margarida Barros Nascimento**, e respectivamente que seja alterado a documentação de posse a **Sra. Margarida Barros Nascimento**.

Art. 10º Deliberar pela criação da Comissão de estudos sobre Casa Transitória, Aluguel Social e Programa de Reformas, tendo como membros os Conselheiros: Bruno Lemos Macedo, Odymar Erson Silva Araujo, Ivan Coser e Luis da Penha Araujo

Art. 11º Deliberar pela criação da Comissão de analise de competência da Fiscalização de Situações Irregulares, tendo como membros os Conselheiros: Alane Brisot, Maílson da Silva, Clayrton Schudiken, Tânia Brun Della Rosa.

Art. 12º Deliberar pela criação Comissão de Cobrança da Construção de Equipamentos Comunitários, tendo como membros os Conselheiros: Alane Brisot, Mara Meyer, Clayrton Schudiken.

Art. 13° Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mara Meyer

Presidente do Conselho Municipal de

Habitação – Sinop - MT

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2017 - SRP 015/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Eletrônico nº 008/2017 - SRP 015/2017, referente: **Aquisição de compressa de gaze hidrófila estéril 7,5X7,5 cm, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** Empresa Vencedora: **COMERCIAL CIRURGICA RIOCLARENSE LTDA**, **CNPJ/MF:** 67.729.178/0004-91, **Item:** 01. Homologado em 10 de maio de 2017.

Marcello Pavan

Pregoeiro – Portaria 379/2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017 - REGISTRO DE PREÇOS Nº 127/2017

VALIDADE: 12 (doze) meses oficiais. DATA: 08/05/2017 VIGÊNCIA: 08/05/2018.

OBJETO: Registro de Preços para Contratação de Empresa Especializada em Serviços de confecções de carimbos e Acessórios para atender às necessidades das Secretarias Municipais, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital**.**

EMPRESA DETENTORA:

ATA Nº. 127/2017 – DOUGLAS WILLE & CIA LTDA - ME - CNPJ 12.404.897/0001-06, **SINOP/MT**

ITEM	QUANT.	UND.	DECRIÇÃO	MARCA	UNIT	TOTAL
3	212,00	UN	CARIMBO DATADOR AUTO-ENTINTADO PRINTER 43 - MEDINDO 4,5X4,5CM	COLOP	R$ 70,00	R$ 14.840,00
4	341,00	UN	CARIMBO AUTOMATICO 40X60(P-55)	COLOP	R$ 38,16	R$ 13.012,56
5	235,00	UN	CARIMBO AUTOMATICO Nº 30 (47X18)	COLOP	R$ 30,00	R$ 7.050,00
6	239,00	UN	CARIMBO AUTOMATICO Nº 60 (76X37)	COLOP	R$ 63,00	R$ 15.057,00
7	294,00	UN	REFIL PARA CARIMBO AUTO-ENTINTADO 40X60MM	COLOP	R$ 14,00	R$ 4.116,00
8	417,00	UN	REFIL PARA CARIMBO AUTO-ENTINTADO 14X38MM	COLOP	R$ 14,00	R$ 5.838,00
9	211,00	UN	CARIMBO MADEIRA ATÉ 7CM COMP. X 5 CM ALTURA	DIGICOPY	R$ 18,00	R$ 3.798,00
10	568,00	UN	CARIMBO AUTOMATICO 14X38(P-20)	COLOP	R$ 27,00	R$ 15.336,00
11	26,00	UN	REFIL PARA CARIMBO AUTO-ENTINTADO Nº30 (47 X18)	DIGICOPY	R$ 13,00	R$ 338,00
12	26,00	UN	BORRACHARIA PARA CARIMBO Nº 30 (47 X 18)	COLOP	R$ 83,00	R$ 664,00
13	8,00	UN	CARIMBO PRINTER AUTOMATICO R-30 - DATER	COLOP	R$ 45,00	R$ 10.395,00
14	231,00	UN	CARIMBO AUTOMATICO Nº Q 24 25 X 25 MM	COLOP	R$ 42,00	R$ 10.038,00
15	239,00	UN	CARIMBO AUTOMATICO Nº 25 (15 X 75 MM)	DIGICOPY	R$ 18,00	R$ 3.294,00
16	183,00	UN	CARIMBO MADEIRA 13 X 7 CM	COLOP	R$ 70,00	R$ 14.840,00
VALOR TOTAL					**R$ 103.776,56**	

O teor dos documentos poderá ser obtido na Internet por meio do endereço www.sinop.mt.gov.br Para maiores esclarecimentos fax (66) 3517-5298 ou e-mail licitacao@sinop.mt.gov.br.

SINOP-MT, 10 DE MAIO DE 2017

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 - SRP 019/2017

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT, em cumprimento ao inciso XII, Art. 21 do Decreto 3.555/00, torna público resultado do Pregão Presencialnº 012/2017, SRP 019/2017, referente: **Aquisição de refeições acondicionadas em embalagem de isopor tipo marmitex, para atender às necessidades das Secretarias Municipais.** Empresa Vencedora: **RESTAURANTE E BUFFET MM LTDA ME, CNPJ/MF:** 26.854.391/0001-03, **Item:** 01e 02. Homologado em 10 de maio de 2017.

Marcello Pavan

Portaria 379/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 260/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **José Valdinei dos Santos,** servidor comissionado, com matricula no RH nº. 1688, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 38/2017**, firmado com a empresa **TECNOESTE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, representada pelo senhor **Jonir Ananias Miranda**; O objeto da contratação da empresa para fornecimento de peças para manutenção da máquina Patrol G-930 Volvo, inscrita no patrimônio com o nº. 15529; O contrato tem vigência prevista estimada em até 12/07/2017 ou esgotamentototal do estoque, podendo ser prorrogado para o próximo exercício desde que haja anuência entre as partes, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 12/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 259/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **José Aparecido Norato,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1198, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 32/2017**, firmado com a empresa **DANIEL VILMAR BESS**, representada pelo senhor **Daniel Vilmar Bess**; O presente Contrato tem por objeto a contratação da empresa para prestar serviços de Topografia, Planialtimetria e Georreferenciamento, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; O contrato tem vigência prevista no prazo de 07/04/2017 à 31/12/2017, podendo ser prorrogado por termo aditivo, nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 258/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor ***Tiago dos Santos*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1249, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 31/2017**, firmado com a empresa **PAZ AMBIENTAL LTDA EPP**, representada pela senhora **Patrícia Paz Silva Giordane**; Objeto do contrato é a contratação de serviço especializado de coleta, transporte, tratamento e disposição final de resíduos de saúde em estabelecimentos do Município; O presente contrato terá inicio em 07/04/2017 e término em 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por interesse mútuo, mediante lavratura de termo aditivo; O presente contrato é celebrado com base na Lei nº. 8.666/93, dispensado de licitação em razão de seu valor, conforme disposto no inciso II de seu Art. 24.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 156/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **Devair Scavazini,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1404, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 07/2017**, firmado com a empresa **MARINO IGNACIO FORMEHL;** O objeto do presente contrato é a contratação de 60 (sessenta) dias de máquina de patrol, para manutenção e recuperação de estradas vicinais e estaduais no Assentamento Mercedes e I e II a na sede do Município de Tabaporã. A CONTRATADA deverá executar os serviços objeto do presente contrato no prazo estipulado pela CONTRATANTE, contados da data do recebimento da “Ordem de Serviços”, promovendo o seu imediato serviço. O pra-

zo estipulado para execução deste contrato é de 23/03/2017 à 23/05/2017, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 23/03/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 31 de Março de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 253/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar os Servidores: a Senhora **Marcia Regina Baesso Brixner,** servidora Comissionada, com matricula no RH nº. 1682, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, o Senhor **Amarildo Rodrigues Augusto,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 05, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor **Walter Cesar Soares de Souza,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1134, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Senhor **José Valdinei dos Santos,** servidor comissionado, com matricula no RH nº. 1688, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o Senhor **João Paulo Martins da Costa,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1499, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, para que acompanhem e fiscalizem o **Contrato nº. 026/2017**, firmado com a empresa **AUTO POSTO LUIZAO LTDA;** representada pelo Senhor **Luis Roberto Jorge;** Objeto do contrato é aquisição de combustível para manutenção da frota de veículos e maquinários para atender a demanda das Secretarias Municipais.

LITROS	DESCRIÇÃO	MARCA	VR. UNIT.	VR. TOTAL
120.000	Óleo Diesel Comum	IDAZA	R$: 3,63	R$: 435.600,00

O prazo de vigência deste contrato está previsto em até 31/12/2017, após assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 254/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar os Servidores: a Senhora **Edileusa Maria Lolato,** servidora Comissionada, com matricula no RH nº. 1726, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, o Senhor **Amarildo Rodrigues Augusto,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 05, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor **Jeferson Camargo Cordeiro,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1180, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, o Senhor **Walter Cesar Soares de Souza,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1134, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Senhor **José Valdinei dos Santos,** servidor comissionado, com matricula no RH nº. 1688, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, o Senhor **João Paulo Martins da Costa,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1499, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Indústria e Comércio, para que acompanhem e fiscalizem o **Contrato nº. 027/2017**, firmado com a empresa **AUTO POSTO RECANTO LTDA - ME;** representada pelo Senhor **Silvio Santos Orelli;** Objeto do contrato é aquisição de combustível para manutenção da frota de veículos e maquinários para atender a demanda das Secretarias Municipais.

LITROS	DESCRIÇÃO	MARCA	VR. UNIT.	VR. TOTAL
59.000	Óleo Diesel S-10	Petrobras	R$: 3,76	R$: 221.840,00
15.000	Gasolina Comum	Petrobras	R$: 4,34	R$: 65.100,00

O prazo de vigência deste contrato está previsto em até 31/12/2017, após assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 06/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 255/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **A*ndreia Hatschbach de Freitas*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 749, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 28/2017**, firmado com a empresa **L. MEZZALIRA - ME**, representada pelo senhor **Lauri Mezzalira**; O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos de gêneros alimentícios para merenda Escolar, para atender as Escolas Municipais do Assentamento Mercedes I e II no Município de Tabaporã – MT; O prazo de vigência deste contrato está previsto em até 31/12/2017, após assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 256/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **A*ndreia Hatschbach de Freitas*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 749, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 29/2017**, firmado com a empresa **BERTAMAFE SUPERMERCADO LTDA - ME**, representada pelo senhor **Silvio Pedroso do Amaral**; O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos de gêneros alimentícios para merenda Escolar, para atender as Escolas Municipais no Município de Tabaporã – MT; O prazo de vigência deste contrato está previsto em até 31/12/2017, após assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 257/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar a Senhora **A*ndreia Hatschbach de Freitas*,** servidora efetiva, com matricula no RH nº. 749, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 30/2017**, firmado com a empresa **ROSELY DE FATIMA VIEIRA DO NASCIMENTO - ME**, representada pela senhora **Rosely de Fátima Vieira do Nascimento**; O presente contrato tem por objeto a aquisição de produtos de gêneros alimentícios para merenda Escolar, para atender as Escolas Municipais no Município de Tabaporã – MT; O prazo de vigência deste contrato está previsto em até 31/12/2017, após assinatura do mesmo, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 270/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **NILTON JOSE DA SILVA**, servidor efetivo, admitido em 13/04/2012, no cargo de Professor, com matricula no RH nº. 1360, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
49/2017	18/04/2017	Tiago Aparecido Magalhães Gomes	Professor

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Moacir Semensato"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 18/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 18/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 269/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **LUCIA TELES PINTOR**, servidora efetiva, admitida em 01/04/2004, no cargo de Professora, com matricula no RH nº. 315, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
48/2017	18/04/2017	Clair Terezinha Flores da Silva	Professora
50/2017	18/04/2017	Irene Sabina Teixeira de Oliveira	Técnico de Desenvolvimento Infantil
51/2017	18/04/2017	Marcilene Rovari de Lima	Técnico de Desenvolvimento Infantil
53/2017	20/04/2017	Rosecléia de Oliveira Guilheim Schelles	Técnico de Desenvolvimento Infantil

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Infantil e Fraternidade "Maria Romana Gava Baesso"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 18/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data inicial do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 268/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **ELIZANGELA CALADO MENDES FERREIRA**, servidora efetiva, admitida em 30/04/1999, no cargo de Professora, com matricula no RH nº. 31, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
44/2017	17/04/2017	Itania Patricia dos Santos Cruz	Professora
45/2017	17/04/2017	Ana Maria Andrade dos Santos	Professora
46/2017	17/04/2017	Loraine Carolina Barbosa	Professora
47/2017	17/04/2017	Daniele da Silva Kirst	Apoio Adm. Educ. Infraestrutura

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Lili Maria Konzen"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 17/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 267/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** o Senhor **DEVAIR DE OLIVEIRA SOUZA**, servidor efetivo, admitido em 01/04/2004, no cargo de Professor, com matricula no RH nº. 318, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
40/2017	13/04/2017	Lucianne Soares de Brito Rigotti	Professora
52/2017	19/04/2017	Elizandra Aparecida de Souza Rengel	Apoio Adm. Educ. Infraestrutura
56/2017	24/04/2017	Eliene Campos Silveira	Apoio Adm. Educ. Nutrição

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Menino Jesus"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 13/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data inicial do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 266/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **MARIA SUELY MAGALHAES GOMES**, servidora efetiva, admitida em 06/02/2002, no cargo de Professora, com matricula no RH nº. 86, para que acompanhe e fiscalize o seguinte contrato:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
35/2017	07/04/2017	Márcia Gonzaga de Melo Euzébio	Apoio Adm. Educ. Infraestrutura

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 07/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 265/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **DOLORES RODRIGUES RICIERI**, servidora efetiva, admitida em 01/04/2004, no cargo de Professora, com matricula no RH nº. 3262, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
18/2017	04/04/2017	Elica Aparecida dos Santos	Professora
19/2017	04/04/2017	Raimunda Sousa da Silva	Apoio Adm. Educ. Nutrição
20/2017	04/04/2017	Carla Angelica Barbosa	Professora
21/2017	05/04/2017	Soliane Madruga da Silva	Professora
25/2017	06/04/2017	Fernanda Mayara de Lima Barros	Apoio Adm. Educ. Infraestrutura
34/2017	06/04/2017	Elaine do Nascimento Leite Fernandes	Técnica de Desenvolvimento Infantil
39/2017	13/04/2017	Cláudia Aparecida Gobo Mendes Pires	Técnica de Desenvolvimento Infantil

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando no **Centro de Educação Infantil "Estrelas do Amanhã"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 04/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data inicial do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 264/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - **Designar** a Senhora **MARCIA HELENA VIEIRA BORGES**, servidora efetiva, admitida em 01/04/2004, no cargo de Professora, com matricula no RH nº. 252, para que acompanhe e fiscalize os seguintes contratos:

CONTRATO	ADMISSÃO	NOME DO SERVIDOR	CARGO DO SERVIDOR
17/2017	04/04/2017	Lucinete Teodoro da Cruz	Apoio Adm. Educ. Nutrição
22/2017	06/04/2017	Alexandra Stockmann Ludwig	Professora
23/2017	06/04/2017	Vania Fernanda Hardt Stockmann	Professora
24/2017	06/04/2017	Jucieli Briula Stockmann	Professora
33/2017	06/04/2017	Douglas Lemes dos Santos	Professor
36/2017	07/04/2017	Patricia Naiara Bezerra Tavares	Apoio Adm. Educ. Infraestrutura
37/2017	07/04/2017	Ivanilza Rufatto	Professora

Parágrafo Único – Tem por objeto, a presente designação, o acompanhamento e fiscalização direta das contratações dos profissionais temporários, que estarão atuando na **Escola Municipal "Valdecir Dias Rodrigues"**, prestando serviços sobre a coordenação e fiscalização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o prazo de duração dos contratos acima citados, será do período de 04/04/2017 com término em 31/12/2017, conforme Autorização Legislativa contida nas Leis Municipais nº. 836/2011, combinado com as Leis Municipais nº. 726/2009 e nº. 1.046/2017, **Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2017** e, ainda pela previsão legal da Lei nº. 218/99, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais).

Artigo 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data inicial do contrato, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 263/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar os Servidores: a Senhora **Marcia Regina Baesso Brixner,** servidora Comissionada, com matricula no RH nº. 1682, lotada no Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral, o Senhor ***Tiago dos Santos*****,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1249, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, o Senhor **Walter Cesar Soares de Souza,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1134, lotado na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, o Senhor **José Valdinei dos Santos,** servidor comissionado, com matricula no RH nº. 1688, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhem e fiscalizem o **Contrato nº. 043/2017**, firmado com a empresa**ALTAIR ZANIN PNEUS - ME;** representada pelo Senhor **Altair Zanin;** Objeto do contrato é a contratação da empresa para fornecimento de pneus para manutenção da frota de veículos das Secretarias Municipais do Município de Tabaporã/MT. O prazo estipulado para execução deste contrato é previsto até 31 de Dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE nos termos do Art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 13/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 262/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor ***José Antonio Rodrigues*,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 835, lotado na Secretaria Municipal de Ação Social, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 42/2017**, firmado com a empresa **RS PNEUS JUARA EIRELLI - EPP**, representada pelo senhor **Ricardo Rosa dos Santos**; Objeto do contrato é a contratação da empresa para fornecimento de pneus para manutenção dos veículos da Secretaria Municipal de Ação Social;

ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UND	MARCA	QTDE.	VALOR	VALOR TOTAL
1	Pneus 175 x70 R 13	UND	DUNLOP	12	R$: 175,00	R$: 2.100,00
2	Pneus 185 x70 R 14	UND	DUNLOP	04	R$: 217,75	R$: 871,00

O prazo estipulado para execução deste contrato é previsto até 31 de Dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, a critério da CONTRATANTE, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 13/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 261/2017

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Exmo Sr. SIRINEU MOLETA, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º. - Designar o Senhor **Claudinei de Souza,** servidor efetivo, com matricula no RH nº. 1423, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, para que acompanhe e fiscalize o **Contrato nº. 41/2017**, firmado com a empresa **ARMCO STACO S/A INDUSTRIA METALÚRGICA**, representada pelo senhor **Fernando Antonio Carvalho de Vilhena**; O objeto da contratação da empresa para fornecimento de tubos de galvanizado para manutenção, uso em bueiros nas estradas vicinais do Município de Tabaporã-MT; O contrato tem vigência estimada em até 13/07/2017 ou esgotamentototal do estoque, podendo ser prorrogado para o próximo exercício desde que haja anuência entre as partes, nos termos do art. 57 da Lei nº. 8.666/93.

Artigo 2º. - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 13/04/2017, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã – MT, em 26 de Abril de 2017.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 63/ADM/2017.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/ **DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL VEREADOR RAMON SANCHES MARQUES** / O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade ALTERAR a Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros – Item 5.1 do Convênio nº007/ADM/2017, no que tange à dotação orçamentária, conforme segue: Onde se lia: 3350392300 (Material para Festividades e Homenagens – R$596,00) - Leia-se: **3350301500 (Material para Festividades e Homenagens – R$ 596,00).** DATA DE ASSINATURA : 05/05/2017.

UNIDADE PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO A ADMINISTRATIVO
DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA

ERRATA DE PUBLICAÇÃO – JORNAL OFICIAL ELETRÔNICO de 02 DE JUNHO DE 2016, Página 336 **– DECISÃO DO RECURSO DE RECONSIDERAÇÃO – DURA-LEX SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA - CNPJ Nº 86.952.587/0001-54.** O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo-UPSPA, torna público a ERRATA DE PUBLICAÇÃO acima nos seguintes termos: **Onde se lê: N°004/PAILC/2014, leia-se: N° 038/2015 e onde se lê: 29 de Dezembro de 2015, leia-se: 02 de junho de 2016**. Todo conteúdo restante da publicação permanece inalterado. Tangará da Serra- MT, 10 de Maio de 2017. Isair Cappellari- Sindicante da UPSPA.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 60/ADM/2017.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/ VERTIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA / O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade alterar o fiscal de contrato e o seu respectivo suplente, conforme memorando nº 323/SAD/2017, passando a **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO, item 12.1**, a vigorar da seguinte forma:**"CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA FISCALIZAÇÃO"12.1**. O Município de Tangará da Serra por meio da Secretaria Municipal de Administração através da **Portaria nº 011/SAD/2017,** designa o servidor o Sr. **Edirson José de Oliveira,** matrícula nº669, inscrito no CPF: 432.310.471-53para atuar como **Supervisor de Contrato**, o servidor **Eric Jonathan Calixto Guero**, matrícula 105310, inscrita no CPF: 051.171.361-44 para atuar como **Fiscal Titular do Contrato** e a servidora Cristiane Durães de Oliveira**, matrícula 103061, inscrito no CPF: 031.348.641-77** para atuar como Suplente de Fiscal do Contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração.DATA DE ASSINATURA : 04/05/2017.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA N.º 3 DE 10 DE MAIO DE 2017.

INSTITUI COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO PARA APURAÇÃO DE PAGAMENTO DE FÉRIAS INDENIZADAS DETERMINADA PELO PREFEITO MUNICIPAL EM BENEFÍCIO PRÓPRIO, REFERENTE AO EXERCÍCIO DO MANDATO ELETIVO DO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1/1/2013 ATÉ 31/12/2016, CUJO PAGAMENTO OCORREU EM 2017.

O Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 37 do Regimento Interno; e,

Preenchidos os requisitos do art. 49, §2º e §3º da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1ºFica instituída Comissão Especial de Inquérito para apuração de pagamento de férias indenizadas determinada pelo prefeito municipal em benefício próprio, referente ao exercício do mandato eletivo do período

compreendido entre 1/1/2013 até 31/12/2016, cujo pagamento ocorreu em 2017.

Art. 2º Esta Comissão Especial de Inquérito será constituída por 5 membros sendo, 3 titulares e 2 suplentes.

§ 1º São membros titulares:

I – Dona Neide;

II – Professor Vagner;

III – Claudinho Frare.

§ 2º São membro suplentes:

I – Niltinho do Lanche;

II – Sandra Garcia.

§ 3º Os membros titulares ora designados deverão reunir-se para eleger o Presidente, Vice-Presidente e Relator.

Art. 3º A Comissão Especial de Inquérito dará início imediato aos seus trabalhos e terá o prazo de 90 dias para conclusão, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, caso necessário e mediante decisão da maioria de seus membros titulares.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso aos dez dias do mês de maio do ano de dois mil e dezesseis, 40º aniversário de Emancipação Política Administrativa.

HELIO DA NAZARÉ

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume na data supra.

MAURIZAN GODOI

2º Secretário

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO ADITIVO Nº 00020000064/2016/ADM/2017.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT / **GIUSTI & ANDRADE LTDA –ME /** Este Termo Aditivo tem por objeto promover o acréscimo de **R$ 33.725,25 (trinte e três mil, setecentos e vinte e cinco reais e vinte e cinco centavos)**, equivalentes a aproximadamente a **13,64%**, no quantitativo doContrato Administrativo nº064/ADM/2016 (Objeto: ***EXECUTAR OBRAS DE CONSTRUÇÃO DA 2ª ETAPA DA CONSTRUÇÃO (Hidrossanitário, Drenagem Urbana, Calçada Piso em Concreto e Acessibilidade) DA FEIRA DO PRODUTOR DA VILA ALTA).*** DATA DE ASSINATURA: **13/04/2017**.

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 62/ADM/2017.

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/ **CONSELHO DELIBERATIVO DA COMUNIDADE ESCOLAR DA ESCOLA ESTADUAL PATRIARCA DA INDEPENDÊNCIA** / O presente Termo de Apostilamento tem por finalidade ALTERAR a Cláusula Quinta – Dos Recursos Financeiros – Item 5.1 do Convênio **nº005/ADM/2017**, no que tange à dotação orçamentária, conforme segue: Onde se lia: 3350392300 (Material para Festividades e Homenagens – **R$ 3.000,00)** - Leia-se: **3350301500 (Material para Festividades e Homenagens – R$ 3.000,00).** DATA DE ASSINATURA : 05/05/2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA GP Nº 190, DE 02 DE MAIO DE 2017

SÚMULA: "INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10/2017, E NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR VALTER KUHN, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI;

Considerando a Portaria nº174/2017, que nomeia a Comissão processante em caráter permanente, pelo período de 01 (um) ano;

RESOLVE:

Art. 1º Designar **PAULO VICENTE DA SILVA,** professor**,** do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Matrícula Funcional nº 137, portador do RG nº 163818 SSP/MS, e inscrito no CPF nº 403.629.731-72; **RAQUEL ARBO SPINELLI**, Assistente Administrativa, do quadro de pessoal da Secretaria de Planejamento e Fazenda, matrícula funcional nº 369, portadora do RG nº 1496478-3 SSP/MT, e inscrita no CPF sob nº 915.944. 561-00; **TANIA DA SILVA CARDOSO**, técnica em enfermagem, servidora da Secretaria Municipal de Educação, matrícula funcional nº 33, portadora do RG nº 837272 SSP/MT, e inscrita no CPF sob nº 855.603.081-53, para, sob a presidência do primeiro, constituírem **Comissão de Processo Administrativo** destinada a apurar, no prazo de **60 (sessenta) dias**, os fatos de que trata o **Processo Administrativo nº 10/2017**, bem como os fatos conexos que emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 166/2016

TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. 166/2016 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT E A M.F. DA CRUZ ENGENHARIA PARA OS FINS QUE ESPECIFICAM."

O Município de Terra Nova do Norte, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.978.212/0001/00, sediado na Av. Cloves Felício Vettorato, n.º 101, Centro, em Terra Nova do Norte/MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **SR. VALTER KUHN,** brasileiro, casado, agente político, portador do RG. N. º 0844733-0 SSP/SC e inscrito no CPF sob n.º 790356041-72, residente e domiciliado na rua Teotonio Vilela, n° 167, Centro, Terra Nova do Norte - MT, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado a empresa M.F. DA CUZ ENGENHARIA estabelecida na cidade de BRASILIA/DF, situada na ST CLN 413 Bloco e, 45, sala 102, inscrita no CGC/MF 12.417.302./0001-49 neste ato representada pela sua procuradora Giseli Ferreira da Cruz, brasileira, divorciada, empresaria, portadora da carteira Nacional de Habilitação numero 03976815060-DETRAN/MT, expedida em 16/10/2014 e inscrita no CPF sob número 956.791.111-87, residente e domiciliada na Rua G, 12, Residencial Campo Vede, em Sinop-MT, designadas simplesmente, CONTRATADA, celebram o presente instrumento, que reger-se à pela Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, e pelo Edital de Tomada de Preço nº 02/2016 e demais legislações complementares e pelas seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar e prazo de vigência e execução do dia 04/05/2017 para o dia 04/07/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA

A solicitação fundamenta-se devido ao fato de que houveram divergências em planilha orçamentaria e a mesma devera ser atualizada em virtudes de itens que deverão ser decrescidos e outros acrecimos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas do Contrato original não mencionadas neste Termo Aditivo.

E, por estarem ajustadas e acordadas, as partes assinam o presente aditamento, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

Terra Nova do Norte/MT, 03 de maio de 2017.

_____

SR. VALTER KUHN

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M.F. DA CUZ ENGENHARIA

Giseli Ferreira da Cruz

CONTRATADA

Testemunhas:

_____ _____

ELAINE MAISA MACIEL JAQUELINE OLIVEIRA DA SILVA

CPF: 581.769.181-72 CPF: 053.178.811-37

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, TORNA PÚBLICO QUE FARÁ REALIZAR A LICITAÇÃO A SEGUIR CARACTERIZADA:

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 28/2017

TIPO: MENOR PREÇO ITEM

DATA DA ABERTURA: 23/05/2017 ÀS 08:00 (OITO HORAS) HORAS.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENIZAÇÃO HOSPITALAR EM GERAL, DESCARTAVEIS, LAVANDERIA E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO OBEDECERÁ AO DISPOSTO NA LEI FEDERAL Nº 10.520/2002, LEI FEDERAL Nº 8.666/2093 E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE (7H00 ÀS 11 E DAS 13:00 ÀS 17H00). MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELOS TELEFONES 66.3534.2503.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 10 DE MAIO DE 2017.

ELIZANGELA DE OLIVEIRA AZEVEDO DO SANTOS

PREGOEIRA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA CP Nº 02, DE 02 DE MAIO DE 2017

SÚMULA: "Designa Secretário(a) da Comissão Processante, e dá outras providências"

O Sr. **PAULO VICENTE DA SILVA**, Presidente da Comissão do Processo Administrativo nº 10/2017, instaurado pela Portaria nº 190, de 02 de Maio de 2017, emitida pelo Excelentíssimo Sr. Valter Kuhn, Prefeito Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar a Servidora **RAQUEL ARBO SPINELLI**, Assistente Administrativa, do quadro de pessoal da Secretaria de Planejamento e Fazenda, matrícula funcional nº 369, portadora do RG nº 1496478-3 SSP/MT, e inscrita no CPF sob nº 915.944.561-00, para desempenhar as funções de **Secretária da referida Comissão Processante**, enquanto durarem os trabalhos apuratórios.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Nova do Norte, Estado de Mato Grosso, aos dois dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete.

PAULO VICENTE DA SILVA

Presidente da Comissão Processante

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO 07/2017

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

CNPJ: 03.543.303/0001-49

End.: AVENIDA RUA HUMBERTO MARCÍLIO, Nº 158, CENTRO, TESOURO-MT

AVISO DE RESULTADO DO JULGAMENTO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 07/2017

A Comissão Permanente de Licitação da **PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO**, Estado de Mato Grosso, nomeado através da portaria nº **43 e 44/2017**, por ordem do Senhor **ANTONIO LEITE BARBOSA**, torna-se público, para quem possa interessar e em conformidade com a Lei 8.666/93 e alterações posteriores que o julgamento do certame supra citado resultou vencedor (es) a **Pessoa Jurídica 1ª vencedora: PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA, CNPJ nº 03.532.991/0002-22, no valor POR ITEM de R$ 158.059,00 (Cento e Cinquenta e Oito Mil, e Cinquenta e Nove Reais.), Pessoa Jurídica 2ª vencedora: PNEUS VIA NOBRE LTDA, CNPJ nº 01.976.860/0048-91, no valor POR ITEM de R$ 132.908,00 (Cento e Trinta e Dois Mil, e Novecentos e Oito Reais.)**.

PUBLIQUE-SE

TESOURO MT 05 DE MAIO DE 2017

ANTONIO LEITE BARBOSA ARTHUR JOSE REGO LACERDA

PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

PORTARIA Nº 127/2017

Dispõe sobre nova lotação para a servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, a servidora ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar Administrativo, Srª MARCILENE MAAS, portadora do RG nº 2191495-8 SSP/MT e do CPF nº 036.839.291-03, lotada na Secretaria Municipal de Administração, passa a ser lotada junto à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 02 de maio de 2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 10 de maio de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 126/2017

Dispõe sobre nomeação de servidora para Cargo em Comissão - DAI.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro na Lei Municipal nº 550, de 28/11/2014, combinado com o inciso II, do art. 13, da Lei Complementar nº 015, de 16/11/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Municipal);

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, a servidora EDILENE CAMPOS DOS SANTOS, portadora do RG nº 2292365-9 SSP/MT e do CPF nº 048.288.221-27, para exercer, a partir desta data e em caráter de confiança, as atribuições do cargo DAI (Direção e Assessoramento Intermediário) de *Chefe do Departamento de Contabilidade e Planejamento de Gestão*, vinculada à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, percebendo para tanto o vencimento estipulado no Anexo III da Lei nº 550/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 036/2017 de 02 de janeiro de 2017, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul-MT, 10 de maio de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 128/2017

Concede gratificação “GEPI” à servidora que menciona e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul, e embasado no art. 48 e §§, da Lei nº 550, de 28 de novembro de 2014;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida à servidora efetiva Srª MARCILENE MAAS – Auxiliar Administrativo, portadora do RG nº 2191495-8 SSP/MT e do CPF nº 036.839.291-03, lotada junto à Secretaria Municipal de Fazenda e Planejamento, uma Gratificação GEPI (Gratificação de Estímulo à Produtividade Individual) de 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento base de seu cargo efetivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito financeiro sobre a folha de pagamento do mês de maio de 2017 e subsequentes.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 10 de maio de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 125/2017

Dispõe sobre exoneração de servidor de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, nesta data, o servidor MANOEL SILVANO, portador do RG nº 2045385-0 SSP/MT e do CPF nº 559.880.149-53, do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, subordinado ao Prefeito Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 078/2017 de 01 de março de 2017 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 09 de maio de 2017.

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 47/2017.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: ADRIANE ALBUQUERQUE PORTE – CPF: 922.666.571-00.

Cargo/função: Técnico de Enfermagem, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Motivo da Rescisão: Rescisão por iniciativa da Contratada.

Data assinatura do Termo: 04/04/2017.

Signatários:

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

ADRIANE ALBUQUERQUE PORTE

Contratada.

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2017 - REGISTRO DE PREÇOS - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - PROCESSO Nº 016/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL/MT, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 015/2017, de 02/01/2017, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/1993 e Lei Complementar Federal 123/2006 e alterações posteriores, e nos termos dos Decretos Municipais nºs. 593 de 12/01/2010, e 901 de 24/03/2014, torna público que encontra-se aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016 – REGISTRO DE PREÇOS – EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, relativo ao Processo de Licitação sob nº 012/2017, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para eventuais e futuras aquisições de Refeições do tipo: Marmita tamanho Pequeno; Marmita tamanho Médio; Refeição por Quilograma (KG); e Refeição Tipo Self-Service, para atender as Secretarias da Administração Municipal de União do Sul, pelo prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, de conformidade com o Anexo I do Edital.

Data de Expedição do Edital: 10/MAIO/2017.

Data de abertura/julgamento: 23/MAIO/2017.

Horário: 15h00min.

Local: Prédio Sede da Prefeitura Municipal de União do Sul/MT, sito à Av. Curitiba, 94 – centro – União do Sul – MT.

Critério de julgamento: Menor Preço por Item.

Maiores informações poderão ser obtidas junto à Equipe de Pregão da Prefeitura Municipal, no endereço acima, ou pelos fones: 0xx 66 992370200 ou 0xx66 35401283 e ainda no site www.uniaodosul.mt.gov.br.

União do Sul/MT, 10 de maio de 2017.

LEANDRO ROBERTO DE SOUZA

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 089/2017

"Institui a Comissão de Tomada de Contas Especial conforme Acórdão n. 173/2013".

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG , no uso de suas atribuições e em atendimento as Resoluções Normativas nos termos do artigo 13 da Lei Complementar n. 269/2007 e artigo 156, §1º, da Resolução Normativa n. 24/2014 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso,

Considerando a necessidade de realização de Tomada de Contas Especial.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Tomada de Contas Especial, a fim de verificar a real situação dos valores devidos ao PREVIVAG - Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande, ou a inclusão do valor da dívida no Balanço Patrimonial da entidad, e promova os meios necessários para o pagamento ou o parcelamento, no prazo de 90 (noventa) dias;

Art. 2º - A Comissão formada pelos servidores conforme nomeação abaixo para, sob a presidência do primeiro, realizar a partir da publicação desta portaria no prazo de 90 (noventa) dias, a Tomada de Contas Especial, em conformidade com o disposto na Instrução Normativa n. 24/2014 – TP, visando a apuração dos fatos, identificação dos responsáveis e quantificação do dano decorrente;

Art. 3º - A Comissão instituida nos artigos acima, terá a seguinte composição:

I- Presidente: Fabíola Jossely da Silva Assunção; **II-** Membro: Márcia Teixeira Caetano; **III-** Membro: Lúcia Maria Meira.

Parágrafo Único: Os membros desempenharão as atividades desta comissão sem prejuízo de suas funções, e sem remuneração.

Art. 4º - Fica revogada a Portaria 84/2017.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande, 10 de maio de 2017.

Juarez Toledo Pizza

Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 55/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. SIXTO RODRIGUES.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. SIXTO RODRIGUES, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 57/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JUARCI FELISBERTO – GAUCHINHO TUR.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JUARCI FELISBERTO – GAUCHINHO TUR, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 54/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. ARLETE GONÇALVES DE ARRUDA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. ARLETE GONÇALVES DE ARRUDA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 58/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. WANDERLEY ROLDÃO DA SILVA ARIZONA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. WANDERLEY ROLDÃO DA SILVA ARIZONA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 59/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. MANUEL MESSIAS DE LIMA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. MANUEL MESSIAS DE LIMA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 53/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. MARCOS ROGÉRIO DE AZEVEDO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. MARCOS ROGÉRIO DE AZEVEDO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 60/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ZEZIVON SOUZA QUEIROZ-BAIANO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ZEZIVON SOUZA QUEIROZ-BAIANO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 61/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ADEMAR FREITAS FILHO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ADEMAR FREITAS FILHO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 62/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. CARMEM TERESA DA SILVA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. CARMEM TERESA DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 63/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. GILSON PEQUENO DA SILVA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. GILSON PEQUENO DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 64/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. MARIA BATISTA DE AMORIM PEREIRA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. MARIA BATISTA DE AMORIM PEREIRA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 65/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. WILLIAN SILVA DE PAULA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. WILLIAN SILVA DE PAULA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 66/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. ANA ROSA LIMA BARROS.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. ANA ROSA LIMA BARROS, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 52/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. JOAQUINA FERRAZ.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. JOAQUINA FERRAZ, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 51/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. RICARDO AZEVEDO ARAÚJO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. RICARDO AZEVEDO ARAÚJO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 67/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JULIO ALCIDES SANCHES MARTINS.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JULIO ALCIDES SANCHES MARTINS, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 34/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ANTONIO JOSÉ CARDOSO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ANTONIO JOSÉ CARDOSO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 33/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. RUBENS CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. RUBENS CARLOS DE OLIVEIRA JUNIOR, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 68/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. CELIO JOSÉ DA SILVA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. CELIO JOSÉ DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 69/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JOSÉ GRAVITAL DA SILVA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JOSÉ GRAVITAL DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 70/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. RAFAEL ARCANJO BORGES NOGUEIRA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. RAFAEL ARCANJO BORGES NOGUEIRA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DA VÁRZEA GRANDE

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO

CONTRATO	SERVIDORES	PERÍODO			FINALIDADE DO	AMPARO LEGAL
Nº		INICIO	RESCISÃO	CARGOS	CONTRATO	DECRETO
2185	EZIO FRITZEN	06/03/2017	04/05/2017	ENCARREGADO EQUIPE MANUTENÇÃO	PRESTAÇÃO SERVIÇO	001/2014**EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO PARA PRESTAÇÃO SERVIÇO**

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE

VÁRZEA GRANDE, 10 DE MAIO DE 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAUJO

Diretor Presidente DAE/VG.

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 71/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JUCELINO GIMENEZ.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JUCELINO GIMENEZ, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 72/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. ALEXANDRA DE MOURA NOGUEIRA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. ALEXANDRA DE MOURA NOGUEIRA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 73/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. SÔNIA MARIA PEDROSO ARIMOTO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. SÔNIA MARIA PEDROSO ARIMOTO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 74/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. NATIL MARIA DE ALMEIDA BARROS.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. NATIL MARIA DE ALMEIDA BARROS, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 76/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. ILCA IZABEL ESPÍNDOLA LIMA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. ILCA IZABEL ESPÍNDOLA LIMA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 75/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. MARIA DE LOURDES JORGE CALDART.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. MARIA DE LOURDES JORGE CALDART, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 77/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. UEINER NEVES DE FREITAS.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. UEINER NEVES DE FREITAS, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 78/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. HENDER ULISSES DA SILVA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. HENDER ULISSES DA SILVA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 79/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. OLÍMPIO ROSALINO DE SOUZA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. OLÍMPIO ROSALINO DE SOUZA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 80/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JOSÉ GERALDO DO AMARAL.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JOÉ GERALDO DO AMARAL, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 81/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. VALDIR MARIA DO NASCIMENTO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. VALDIR MARIA DO NASCIMENTO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 82/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ANTONIO MARCOS DE OLIVEIRA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 83/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. MARCELO DE ÁVILA COSTA CUNHA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. MARCELO DE ÁVILA COSTA CUNHA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 84/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. AYRES DOS SANTOS NETO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. AYRES DOS SANTOS NETO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 85/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JOÃO DE PINHO NOVO FILHO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JOÃO DE PINHO NOVO FILHO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 86/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. CARLOS AUGUSTO CHAGAS.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. CARLOS AUGUSTO CHAGAS, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 87/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. EVALINA ZIMERMMANN.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. EVALINA ZIMERMMANN, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 04 de maio de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 32/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Suspender o atendimento ao público neste Legislativo, no dia 11/05/2017, tendo em vista os preparativos para realização da sessão solene em comemoração ao aniversário da cidade.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 10 de maio de 2017.

Vereador **BENEDITO FRANCISCO CURVO**

Presidente

Vereador **JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO**

1.º Secretário

PORTARIA/SAD Nº. 382 /2.017

Dispõe sobre a composição da Equipe Técnica do Pregão e suas atribuições no Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração de Várzea Grande/MT, usando das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores, abaixo relacionados para exercerem a função de Pregoeiro;

Carlino Benedito Custodio Araújo Agostinho – Matricula 121592

Dalciney Fidelis Nogueira – Matricula 9539

Lauro Josney Correa – Matricula 121596

Art. 2º As atribuições do Pregoeiro incluem:

I- A coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução do procedimento licitatório;

II- Elaborar as minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

III – Encaminhar processos à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer;

IV- O credenciamento dos interessados, mediante a verificação dos documentos que comprovem a existência de poderes para formulação de propostas, e os demais atos inerentes ao certame;

V- O recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes/proposta de preços e dos envelopes-documentos de habilitação;

VI- A abertura dos envelopes/proposta, a análise e desclassificação das propostas cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no edital;

VII- A seleção e a ordenação das propostas não desclassificadas, observado o disposto nos incisos VIII e IX, do artigo 4º, da Lei nº 10.520/2002;

VIII- A classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances, e a decisão motivada a respeito de aceitabilidade do menor preço;

IX- A negociação do preço com vistas à sua redução;

X - A análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço;

XI – A adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante, nos termos do inciso XVII, do artigo 12, deste regulamento;

XII – A elaboração da ata de sessão pública, que conterá, sem prejuízo de outros elementos, o registro:

a) do credenciamento dos representantes dos proponentes presentes na sessão;

b) das propostas apresentadas, das desclassificadas e das selecionadas para a etapa de lances;

c) dos lances e da classificação das ofertas;

d) da decisão a respeito da aceitabilidade do menor preço;

e) da negociação de preço;

f) da análise dos documentos de habilitação;

g) da manifestação de intenção do licitante interessado em recorrer, se houver, com a correspondente motivação;

XIII – O encaminhamento do processo devidamente instruído, após a adjudicação, à autoridade competente, visando à homologação do certame e à contratação;

XIV – Propor a revogação ou anulação do processo licitatório à autoridade competente.

XV – Encaminhar processos à Procuradoria Geral do Município para análise e homologação;

Art. 3º Designar os servidores abaixo para compor a **Equipe de Apoio,** de acordo com outras atribuições listadas na Lei Federal nº 10.520/2002.

Equipe de Apoio:

Helena Silva de França- Matricula 86720

Jacira Pompeo de Oliveira- Matricula 110475

Rosangela Aparecida Ferreira Benites Menegati – Matricula 40989

Art. 4º As atribuições da Equipe de Apoio, incluem:

I- Auxiliar na elaboração das minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência e demais informações constantes nos processos;

II- Auxiliar o Pregoeiro em todas as fases do processo licitatório, bem como elaboração de edital, dentre outros;

III- Auxiliar nas análises de encaminhamento dos processos das fases interna e externa dos pregões;

IV- Auxiliar o Pregoeiro nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões públicas;

V- Auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos;

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor a partir da publicação, revogadas as disposições contrárias.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 27 de abril de 2017.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA 060/2017/GAB/SMECEL/VG

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, no uso de suas atribuições legais torna público a relação nominal dos servidores públicos em gozo regulamentar de férias 2016/2017, consoante a Lei Complementar n.º 3.797/2012.

01 – EMEB BIANKA LORENA DA ROCHA CAPILÉ			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**PERÍODO /DE GOZO**
MARIA TEREZINHA LEITE DA SILVA OLIVEIRA	33592	PROFESSORA	02/01/17 A 31/01/17

02 – DR. JOÃO PONCE DE ARRUDA			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**PERÍODO /DE GOZO**
ESTELA LEITE MACIEL RIBEIRO	15092	PROFESSORA	08/05/17 A 07/06/17
BENEDITO EZIDIO DA SILVA FILHO	5794	TÉC. MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	01/05/17 A 30/05/17

03 – EMEB RITA AUXILIADORA DE CAMPOS CUNHA			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**PERÍODO /DE GOZO**
IZABEL CONCEIÇÃO VITALINO FIGUEIREDO	20664	PROFESSORA	20/05/17 A 20/06/17
ELLYSON RUBENS WEBER TAVERA	14332	TÉC. MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	02/05/17 A 01/06/17
ELIZETE APARECIDA DOS SANTOS DUTRA	109074	SECRETÁRIA ESCOLAR	02/05/17 A 01/06/17

04 – EMEB IRENICE GODOY DE CAMPOS E SILVA			
SERVIDOR (A)	**MATRÍCULA**	**CARGO**	**PERÍODO /DE GOZO**
MAURO DOS ANJOS	35199	TÉC. MANUTENÇÃO E SEGURANÇA	02/05/17 A 30/05/17

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Várzea Grande, 11 de janeiro de 2017.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

EDITAL 010/2017

Divulgação da Errata do Resultado do Processo Seletivo – Excedentes da Contagem de Pontos.

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Sílvio Aparecido Fidelis, no uso das atribuições conferidas pela Lei Orgânica e considerando a Lei Complementar N° 3.797/2012, O Edital 01/2016, a Instrução Normativa 001/2016/GAB/SMECEL/VG/MT e a Portaria 098/2016/GAB/SMECEL/VG/MT; torna público o Resultado do Processo Seletivo – Contagem de Pontos de Profissionais de Educação na SMECEL para o ano de 2017.

CLASSIFICAÇÃO DE PROFESSOR

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	GISLAINE VANESSA DE MORAES SANTOS		**11,00**	CMEI JOANITA BENEDITA T DA COSTA CAMPOS
02	SIRLENE PATRICIA DA COSTA		**11,00**	CMEI JOANITA BENEDITA T DA COSTA CAMPOS
03	MARCILIA FERNANDES BEZERRA DA SILVA		**11,00**	CMEI JOANITA BENEDITA T DA COSTA CAMPOS
04	FLAVIA MORAES DA SILVA		**06,50**	CMEI JOANITA BENEDITA T DA COSTA CAMPOS

PROFESSOR DE ÁREA – LETRAS				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	LUZINETE MARIA FIGUEIREDO DA SILVA	07/02/1979	**08,00**	SMECEL

CLASSIFICAÇÃO DE TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR

TNS				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	MARCELA GUIMARÃES DA COSTA	22/10/1982	**06,00**	SMECEL
02	CRISTIANE DOS SANTOS COSTA	28/01/1995	**06,00**	SMECEL

CLASSIFICAÇÃO DE TÉCNICO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

TÉCNICO ADMINISTRATIVO				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	ANDRE LUIS ROSA	17/01/1984	**01,00**	SMECEL

CLASSIFICAÇÃO DE TÉCNICO DE SUPORTE ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

TÉCNICO EM TRANSPORTE				
N°	**NOME**	**D. N.**	**PONT**	**UNIDADE ESCOLAR**
01	FABIO SOARES DE CAMPOS	17/11/1979	**01,00**	SMECEL
02	DIEGO FERNANDES DA CUNHA SANTOS	20/01/1991	**01,00**	SMECEL

Várzea Grande-MT, 09 de Maio de 2017

Sílvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Catarina Sena Barros de Toledo

Subsecretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 31/2017

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º - Suspender as atividades dos setores administrativos da Câmara Municipal de Várzea Grande nos dias 16 e 17/05/2017 por motivo de mudança de prédio.

Art. 2.º - A Secretaria Geral, atividades do plenário e Imprensa funcionarão normalmente nos dias mencionados.

Art. 3.º - Esta portaria entra em vigor nesta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 10 de maio de 2017.

Vereador **BENEDITO FRANCISCO CURVO**

Presidente

Vereador **JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO**

1.º Secretário

PORTARIA/SAD Nº. 381/2.017

Dispõe sobre a composição da Comissão Permanente de Licitação com as atribuições no Município de Várzea Grande.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA, Secretário Municipal de Administração de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Designar ao servidor **Lauro Josney Correa – Matricula 121596,** para exercer a função de Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, destinada a promover o julgamento das propostas que forem apresentadas nas licitações a serem realizadas pela Prefeitura Municipal de Várzea Grande.

Art. 2º Cabe ao Presidente da Comissão Permanente:

I - A coordenação dos trabalhos da comissão permanente e a condução do procedimento licitatório;

II – Elaborar as minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência, projeto básico e demais informações constantes nos processos;

III – Encaminhar processos à Procuradoria Geral do Município para análise e parecer;

IV - Convocar os demais membros para a participação nas reuniões, com antecedência mínima de 02 (duas) horas;

V - Abrir, presidir e coordenar a lavratura de atas e encerrar as sessões desse colegiado;

VI - Promover as medidas necessárias ao processamento e julgamento de licitações e pedidos de cadastramento;

VII - Anunciar as deliberações da Comissão Permanente;

VIII - Julgar os recursos interpostos contra ato da Comissão Permanente;

IX - Instruir os Protocolos a cargo da Comissão Permanente, determinando a juntada ou o desentranhamento de documentos pertinentes;

X - Resolver, quando forem de sua competência decisória, os pedidos apresentados nas sessões públicas;

XI - Votar;

XII - Solicitar informações necessárias à tramitação dos Protocolos a cargo da Comissão Permanente a que preside e prestar informações sempre que solicitadas;

XIII - Relacionar-se com terceiros, estranhos ou não à Administração Direta Municipal licitante, no que respeita aos interesses da Comissão Permanente que preside;

XIV - Solicitar às autoridades competentes servidores para o desempenho de funções burocráticas pertinentes à Comissão Permanente;

XV - Prestar informações em mandado de segurança impetrado contra ato do Presidente da Comissão Permanente;

XVI - Assinar os editais de licitação;

XVII – Encaminhar processos à Procuradoria Geral do Município para análise e homologação; e

XVII - Realizar outras atribuições listadas na Lei Federal nº 8.666 /1993.

Art. 3º Designar os servidores abaixo para compor como membros da **Comissão Permanente de Licitação,** de acordo com o art. 51 §4º, da Lei 8666/1993:

Aline Arantes Correa - Matricula 117352

Carlino Benedito Custodio Araújo Agostinho – Matricula 121592

Careolano Benedito Morais Miranda – Matricula 6583

Fátima Benedita dos Santos – Matricula 16203

Jonas Ulisses Ribeiro Macedo – Matricula 23157

Art. 4º As atribuições dos Membros, incluem:

I- Auxiliar na elaboração das minutas dos editais, tendo como base a justificativa, o termo de referência, projeto básico e demais informações constantes nos processos;

II- Auxiliar o presidente em todas as fases do processo licitatório, bem como elaboração de edital, dentre outros;

III- Auxiliar nas análises de encaminhamento dos processos das fases interna e externa da licitação;

IV- Auxiliar o Presidente nas fases de abertura, julgamento, encerramento das sessões públicas;

V- Auxiliar nos serviços inerentes a recursos interpostos;

VI- Auxiliar o Presidente em todas as fases da licitação;

Art. 5º Esta portaria entrará em vigor a partir da publicação, revogadas as disposições contrárias.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 27 de abril de 2017.

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 30/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO DR. SAMIR HAMMOUD.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Dr. SAMIR HAMMOUD, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 22/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JOSÉ COSTA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JOSÉ COSTA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 19/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JOÃO FRANCISCO LOPES.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JOÃO FRANCISCO LOPES, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 18/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. CLÁUDIO DE FREITAS FERREIRA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. CLÁUDIO DE FREITAS FERREIRA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 14/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ROGÉRIO FRANÇA MARTINS.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ROGÉRIO FRANÇA MARTINS, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 11/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. JOSÉ JACIR CADORE.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. JOSÉ JACIR CADORE, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 10/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃ VÁRZEA-GRANDENSE À SRA. AYR CORRÊA DE SOUZA.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido à Sra. AYR CORRÊA DE SOUZA, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadã Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 09/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. OTÁVIO VINÍCIUS AFFI PEIXOTO.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. OTÁVIO VINÍCIUS AFFI PEIXOTO, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 08/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO DR. KASSEN ALI HAMMOUD.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Dr. KASSEN ALI HAMMOUD, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS N.º 001/2017

Processo Administrativo n.º 013/2017

O **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG**, estabelecido na Av. Gov. Júlio Campos, nº 2.599, Jardim dos Estados, município de Várzea Grande – MT, inscrito no CNPJ sob o nº 02. 555.079/0001-42, neste ato representado pelo seu Diretor Presidente **Sr. RICARDO AZEVEDO ARAUJO**, no uso de suas atribuições legais, conforme delegação de competência que lhe foi atribuída pelo Ato de Nomeação n.º 545 de 21 de novembro de 2016, e em obediência a Lei Federal n. º 8.666/1993, resolve:

Considerando que não se registrou nenhum licitante que atendeu a todas as exigências do Edital para o cadastramento, no prazo estabelecido no § 2º, art. 22, da Lei n.º 8.666/1993, resolve-se realizar o **cancelamento** da licitação de Tomada de Preços n.º 001/2017.

De ciências aos interessados.

Publique-se.

Várzea Grande, 10 de maio de 2017.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAEVG

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
DECRETO LEGISLATIVO N.º 56/2017

CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO VÁRZEA-GRANDENSE AO SR. ALTAIR BOFF.

A MESA DIRETORAda Câmara Municipal de Várzea Grande faz saber que o Plenário aprovou e ela DECRETA:

Art. 1.º - É concedido ao Sr. ALTAIR BOFF, pelos relevantes serviços prestados à Várzea Grande, o **Título de Cidadão Várzea-grandense.**

Art. 2.º - A Mesa Diretora designará data e hora para a entrega da honraria.

Art. 3.º - Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Benedito Gomes, 27 de abril de 2017.

Ver. Benedito Francisco Curvo

Presidente

Ver. João Tertuliano de Barros Filho

1.º Secretário

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 019/2017

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial nº 019/2017**, tendo por objeto a aquisição de óleo lubrificante para veículos, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, as empresas: **ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA - BORRACHARIA** com proposta no valor global de **R$ 146.603,40** (cento e quarenta e seis mil seiscentos e tres reais e quarenta centavos), **EVANDRO MARCIO DE ANDRADE- ME** com proposta no valor global de **R$ 368.834,20** (trezentos e sessenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) e **POSTO TUCUNARE LTDA** com proposta no valor global de **R$ 771.876,00** (setecentos e setenta e um mil oitocentos e setenta e seis reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 10 de maio de 2017.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

PORTARIA N. 189/2017

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO A SERVIDORA E DÁ PROVIDENCIAS CORRELATAS".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município, e considerando o requerimento, protocolado em 04 de abril de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora efetiva **ROSELI APARECIDA LOPES COELHO,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, portadora do **RG: 14468980 SSP/MT e CPF: 965.766.771-20**, **Licença-Prêmio,** por um período de três meses Consecutivos, sem prejuízo da remuneração do referido cargo, com fulcro no artigo 102, da **Lei Municipal** 424, de 28 de fevereiro de 1992.

Parágrafo único – Expirado o período da licença a que se refere este artigo, a servidora beneficiária deverá se apresentar ao respectivo órgão de lotação, para reassumir o exercício regular de suas funções.

Art. 2º - A licença de que se trata o artigo anterior corresponde ao período aquisitivo de **02/02/2012 a 01/02/2017** tendo inicio **01/05/2017** e término em **31/07/2017**.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo efeitos retroativos ao dia 01/05/2017, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DEZ DIAS DO MÊS DE MAIO DE DOIS MIL E DEZESSETE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 019/2017.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimen-

to, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial n. 019/2017**, tendo por objeto a aquisição de óleo lubrificante para veículos**,** resolvem **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, as empresas: **ANTONIO JOSE DE OLIVEIRA - BORRACHARIA** com proposta no valor global de **R$ 146.603,40** (cento e quarenta e seis mil seiscentos e tres reais e quarenta centavos), **EVANDRO MARCIO DE ANDRADE- ME** com proposta no valor global de **R$ 368.834,20** (trezentos e sessenta e oito mil oitocentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) e **POSTO TUCUNARE LTDA** com proposta no valor global de **R$ 771.876,00** (setecentos e setenta e um mil oitocentos e setenta e seis reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 10 de maio de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.190/2017

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO FISCAL DE CONTRATOS FIRMADOS JUNTO À PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE – MT"

O Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Vila Bela da Santíssima Trindade, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei n° 8.666/93, Art. 67:

RESOLVE:

Artigo 1° Designar a servidora **ANA CRISTINA DOS SANTOS SOUZA SCHAEDLER,** CPF nº 705.470.171-20-78, para acompanhamento e fiscalização do Termo de Vinculação nº 007/2013 ao Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos nº 078/2012 Oriundo de Concorrência Pública nº 001/2012 firmado com a empresa Agenda Assessoria Planejamento e Informática LTDA.

Artigo 2° O Termo de Vinculação nº 007/2013, tem como objeto o conteúdo do Programa AMM-PREVI, em especial o Contrato Administrativo de Prestação de Serviços Técnicos n° 078/2012, que se vincula ao Programa AMM-PREVI, passando a se beneficiar dos serviços técnicos de operacionalização de seu RPPS prestados pelo CONSÓRCIO PREVIMUNI.

Artigo 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 140/2014 de 28 de julho de 2014.

Publique-se, Registra-se, Cumpra-se

Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, 10 de maio de 2017.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

DECRETO N. 048/2017 10 DE MAIO DE 2017

DECRETA PONTO FACULTATIVO

Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, e

D E C R E T A:

Art. 1º Fica decretado recesso ao atendimento público no período no dia 12 de maio de 2017, nos órgão públicos municipais.

§ 1° Havendo necessidade específica de qualquer setor, haverá expediente interno, a critério do chefe imediato do setor ou do secretário a que o servidor estiver vinculado.

Art. 2º Os serviços essências deverão ser contínuos, sendo o/a Secretário/a da Pasta, responsável a organizar a fim do cumprimento da Lei.

Paragrafo único - São considerados serviços essências:

Tratamento e abastecimento de água;

Assistência médica, ambulatorial e hospitalar;

Distribuição de medicamentos da farmácia básica,

Captação do lixo.

3º os servidores deverão compensar as horas não trabalhadas, à razão de **00:15 (quinze minutos) diários,** NO MÍNIMO, a partir do dia 15 de maio de 2017.

4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vila Rica.

Publique-se.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N. º 154/2017. DE 08 DE MAIO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, *Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,*

Considerando que a servidora possui CNH, para dirigir veículos de passeio e, considerando que a mesma no seu horário de plantão estará conduzindo o veículo do conselho a fim de atender a demanda de seu trabalho.

R E S O L V E:

Art. 1º - Concede FG 01, para a Conselheira Tutelar Anália Raquel Calixto Moura a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito Municipal.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 153/2017 DE 08 DE MAIO DE 2017.

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA, Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o afastamento da Servidora Ivete Bonavigo da função de Controladora Interna;

Considerando a necessidade de se realizar a Auditoria Interna na Gestão do Frotas e Contratações Públicas Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º- Nomear**,** a servidora **LEIDI APARECIDA MINELI,** RG 1899996660 SSP/MT - CPF 919.475.881-68, para exercer o cargo de **CONTROLADOR INTERNO.**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos retroagem a 01 de maio de 2017.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário em especial a Portaria de nº **053/2017.**

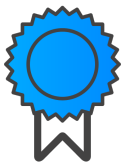
Publique-se

Gabinete do Prefeito Municipal

ABMAEL BORGES DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Wed May 10 22:31:54 UTC 2017
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)